

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM EDUCAÇÃO  
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO

EDISON DE ALMEIDA MANSO

**O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS:**  
A Trajetória Histórica do Câmpus Goiânia

GOIÂNIA-GO

2016

EDISON DE ALMEIDA MANSO

**O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS:**  
A Trajetória Histórica do Câmpus Goiânia

Tese apresentada à Banca para qualificação do Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-Goiás), como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Educação.

Orientadora: Profª. Dra. Elianda Figueiredo Arantes Tiballi.

GOIÂNIA-GO

2016

Dados Internacionais de Catalogação da Publicação (CIP)  
(Sistema de Bibliotecas PUC Goiás)

M289i Manso, Edison de Almeida.  
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de  
Goiás [manuscrito] : a trajetória histórica do câmpus Goiânia /  
Edison de Almeida Manso – Goiânia, 2016.  
353 f. : il. ; 30 cm.

Tese (doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de  
Goiás, Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em  
Educação, 2016.

“Orientadora: Profa. Dra. Elianda Figueiredo Arantes  
Tiballi”.

Bibliografia.

1. Instituto Federal de Goiás - História. I. Título.

CDU 378.6(817.3)(043)

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA – A TRAJETÓRIA  
HISTÓRICA DO CÂMPUS DE GOIÂNIA**

Tese de Doutorado aprovada em 26 de fevereiro de 2016, no curso de Doutorado em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica de Goiás para a obtenção do grau de Doutor em Educação.

**BANCA EXAMINADORA**

*Tiballi*

Dra. Elianda Figueiredo Arantes Tiballi / PUC Goiás (Presidente)

*José Maria Baldino*

Dr. José Maria Baldino (membro/PUC Goiás)

*Duelci A. de Freitas Vaz*

Dr. Duelci Aparecido Dias Vaz (membro /PUC Goiás)

*Adelino*

Dr. Adelino Cândido Pimenta (membro externo /IFG)

*Roberlam*

Dr. Roberlam Gonçalves de Mendonça (membro externo /IFG)

*Joana Peixoto*

Dra. Dra. Joana Peixoto (suplente interno / PUC Goiás)

Dr. Paulo Henrique de Souza (suplente externo / IFG)



A minha esposa Antoinette, pela paciência, companheirismo, incentivo e apoio em todos os momentos da minha vida.

A meus filhos Fernanda, Bruno e André, que me incentivaram o tempo todo para a conclusão desse trabalho.

A meus netos queridos, Bruna e Matheus, que fizeram minha vida duplicar em toda sua essência, transbordando-a de um amor indefinível.

A meu genro Danilo e às minhas noras Milene e Verônica, por fazerem parte da minha família

## RESUMO

O Câmpus Goiânia do Instituto Federal de Goiás (IFG) tem uma trajetória que se inicia em 1909 na cidade de Goyaz, com o nome de Escola de Aprendizes Artífices, marcada por mudanças históricas até o ano de 2008, quando passou a ser denominada de Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia, permanecendo como tal até a atualidade. Esta pesquisa teve como objetivo levantar o histórico dessa trajetória fazendo uma observação a respeito do significado dessas transformações, abordando a questão do corpo discente e docente bem como as principais implicações de cada etapa da instituição ao longo desse período. Na realidade, é uma viagem que começa em Goiás, e depois, seu foco é Goiânia com a Escola Técnica de Goiânia em 1943, mais tarde como Escola Técnica Federal de Goiás em 1959. Em 2008, surge como Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás – CEFET-GO e, finalmente, em 2008 uma transformação para Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás – IFG. O câmpus Goiânia, nessa última fase, se constitui no suporte necessário para a expansão da Instituição, viabilizando a criação de todo o complexo que engloba 14 câmpus e que se denomina IFG. As principais características docentes e discentes desse período fazem parte dessa pesquisa, assim como o depoimento de alguns diretores que fizeram parte da história do câmpus Goiânia e que ajudaram a configurar o mesmo como uma instituição de referência como sendo pública, gratuita e de qualidade.

**Palavras-chave:** Histórico do IFG, Escola de Aprendizes Artífices, Escola Técnica de Goiânia, Escola Técnica Federal de Goiás, curso técnico integrado de nível médio, cursos de tecnólogos do CEFET-GO, linha histórica

## ABSTRACT

The Campus Goiania Federal Institute of Goiás (IFG) has a trajectory that begins in 1909 in the city of Goyaz, with the name of School for Craftsmen, marked by historical changes until 2008, when it was renamed Institute Federal Education Science and Technology and remained as such until today. This research aimed to raise the history of this track making an observation about the meaning of these transformations, focusing mainly in student and professors as well as the main implications of each step of the institution during this period. In fact, it is a journey that begins in Goiás and after having your goal in Goiania Technical School in 1943, later as Federal Technical School of Goiás in 1959. In 2008, comes as the Federal Center of Technological Education of Goiás - CEFET-GO and finally in 2008 the last transformation to Federal Institute of Education, Science and Technology Goiás - IFG. Goiânia campus in this this last stage constituted the necessary support for the expansion of the institution, enabling the creation of the entire complex which includes 14 campuses and is called IFG. The main teachers and students characteristics of this period are part of this research, as well as the testimony of some directors who were part of the history of the campus Goiânia and helped set up the same as a reference institution as public, free and quality.

**Keywords:** IFG's History, School for Craftsmen and Apprentices, Goiânia's Technical School, Federal Technical School of Goiás, Integrated technical course of medium level; CEFET-GO's Technologists courses and historical line

## LISTA DE ABREVIATURAS

ABE	Associação Brasileira de Educação
ABL	Academia Brasileira de Letras
ANL	Aliança Nacional Libertadora
CBAEI	Comissão Brasileiro-Americana de Ensino Industrial
CCBE	Conferência Católica Brasileira de Educação
CNE	Conselho Nacional de Educação
Corae	Coordenação de Registros Acadêmicos Escolares
EAA	Escola de Aprendizizes Artífices
EFGoias	Estrada de Ferro Goiás
ETG	Escola Técnica de Goiânia
ETFGO	Escola Técnica Federal de Goiás
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDORT	Instituto de Organização Racional do Trabalho
IFG	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Inep	Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos
RBE	Revista Brasileira de Estatística
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
MEC	Ministério da Educação e Cultura
Muban	Museu das Bandeiras
PUC	Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Sebrae	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
Senac	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
Senai	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
Senar	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
Sesc	Serviço Social do Comércio
Sesi	Serviço Social da Indústria
Setec	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
UCG	Universidade Católica de Goiás
UFG	Universidade Federal de Goiás
URJ	Universidade do Rio de Janeiro
USP	Universidade de São Paulo

## LISTA DE FOTOS

Foto 1 - Vista do prédio da Escola de Aprendizes Artífices, em 1920 e atualmente. ....	32
Foto 2 - Vista da Cidade de Goiás nos anos de sua fundação .....	44
Foto 3 - Casa típica da velha capital do estado.....	44
Foto 4 - “Batismo Cultural de Goiânia” - Decreto-lei n. 4.092, fev. 1942.....	54
Foto 5 - Pórtico de 8,20 metros construído para a Exposição Cultural Econômica de Goiânia de 1942 em Art Déco (foto antiga) e o portal comemorativo da exposição localizado no Bloco 300, na parte interna da instituição, restaurado nos anos 1990 (foto colorida).....	54
Foto 6 - Exposição Cultural Econômica de Goiânia de 1942 com a visita do Interventor Pedro Ludovico e sua esposa Gercina Teixeira.....	55
Foto 7 - Vista aérea do Câmpus Goiânia do IFG .....	150
Foto 8 - Teatro e Pórtico do Câmpus Goiânia do IFG (1942).....	150
Foto 9 - Bloco 100 e 200 do Câmpus Goiânia do IFG .....	151
Foto 10 - Pórtico do Câmpus Goiânia do IFG.....	151

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Notícia da Inauguração da Escola de Aprendizes Artífices.....	35
Figura 2 - Matéria divulgada no jornal <i>Lavoura e Commercio</i> em Uberaba .....	47
Figura 3 - Matéria divulgada no jornal <i>Lavoura e Commercio</i> em Uberaba .....	48
Figura 4 - O processo de escolha do nome Goiânia .....	50
Figura 5 - Propaganda política expansionista da “Marcha para o Oeste” .....	52
Figura 6 - Articulação dos níveis de ensino segundo as Leis Orgânicas (1942-1946).....	59
Figura 7 - Disciplinas cursadas no curso técnico de Edificações .....	70
Figura 8 - Certificado de Conclusão do 2º grau nos anos 1980 .....	71
Figura 9 - Certificado de Técnico de Edificações dos anos 1980. ....	71
Figura 10 - Número de alunos na educação superior por organização acadêmica.....	81
Figura 11 - Linha histórica da educação profissional e tecnológica no Brasil.....	128
Figura 12 - Mapa da legislação tecnológica .....	129
Figura 13 - Instituto Federal de Goiás e seus câmpus .....	137
Figura 14 - Distribuição das Vagas no IFG .....	141

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1 - Cronologia da legislação do ensino profissional de 1909-1941.....	56
Quadro 2 - Cronologia da legislação do ensino profissional 1941-1959 .....	56
Quadro 3 - Organização do ensino no período de 1942 a 1946 .....	58

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Distribuição dos alunos nos cursos técnicos da ETFG de 1977-1988.....	71
Gráfico 2 - Alunos diplomados nos cursos técnicos da ETFG de 1977-1988.....	72
Gráfico 3 - Alunos concluintes nos cursos técnicos da ETFG de 1977 a 1988.....	73
Gráfico 4 - Evolução da titulação do corpo docente do IFG até 2010 .....	162
Gráfico 5 - Percentual de retenção dos alunos do IFG em 2010 .....	166
Gráfico 6 - Relação candidato/vaga do IFG em 2012 .....	172
Gráfico 7 - Relação de alunos concluintes do IFG em 2012 .....	174
Gráfico 8 - Indicador da eficiência acadêmica do IFG em 2012.....	176
Gráfico 9 - Retenção escolar do IFG em 2012 .....	176
Gráfico 10 - Relação candidato/ vaga em 2013.....	180
Gráfico 11 - Relação alunos ingressos x alunos matriculados no IFG em 2013 .....	182
Gráfico 12 - Índice de eficiência acadêmica no IFG em 2013 .....	186
Gráfico 13 - Relação concluintes/aluno no IFG em 2013 .....	186
Gráfico 14 - Número de diplomas expedidos em 2013 pelo IFG.....	187
Gráfico 15 - Índice de retenção do fluxo escolar do IFG em 2013 .....	187
Gráfico 16 - Situação atual da rede de educação profissional e tecnológica.....	195



## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Dados populacionais e prediais do estado de Goiás no censo de 1920.....	31
Tabela 2 - Prédios com número de pavimentos do estado de Goiás no censo de 1920 .....	31
Tabela 3 - Distribuição do número de estabelecimentos industriais, de operários (1907) e de alunos nas Escolas de Aprendizes Artífices (1911) segundo as unidades da Federação.....	38
Tabela 4 - Datas de inauguração das Escolas de Aprendizes Artífices nos estados da Federação .....	39
Tabela 5 - Taxa de evasão em porcentagem nos anos de 1913, 1914, 1916 e 1917. ....	40
Tabela 6 - Taxa de concluintes em porcentagem nos períodos de 1913-1916, 1914-1917 e 1917-1920.....	40
Tabela 7 - Alunos matriculados por disciplina em 1923.....	41
Tabela 8 - Alunos matriculados no período de 1960-1972 .....	67
Tabela 9 - Alunos matriculados no período de 1973-1980 .....	68
Tabela 10 - Distribuição dos alunos da ETFG no período entre 1977 e 1988 .....	72
Tabela 11 - Matrículas do ensino superior no Brasil e Goiás em 1988, por área do conhecimento.....	79
Tabela 12 - Matrículas do ensino superior no Brasil e Goiás em 1988.....	79
Tabela 13 - População residente em Goiânia e entorno – 1980-2000.....	80
Tabela 14 - Recursos humanos do CEFET-GO e escolaridade no ano 2000.....	82
Tabela 15 - Alunos matriculados no CEFET-GO no ano 2000.....	82
Tabela 16 - Alunos matriculados no CEFET-GO no ano 2000.....	83
Tabela 17 - Relação de alunos matriculados e área de trabalho durante o curso em 2000 .....	83
Tabela 18 - Relação de alunos formados e área de trabalho em 2000.....	84
Tabela 19 - Alunos matriculados no estágio em 2000 do CEFET-GO .....	85
Tabela 20 - Alunos matriculados no CEFET-GO em 2001.....	86
Tabela 21 - Alunos matriculados x concluintes no CEFET-GO em 2001 .....	86
Tabela 22 - Recursos humanos do CEFET-GO em 2001.....	87
Tabela 23 - Titulação dos docentes do CEFET-GO em 2001 .....	87
Tabela 24 - Alunos do CEFET matriculados no estágio em 2001 .....	88
Tabela 25 - Alunos matriculados no CEFET-GO em 2002.....	89
Tabela 26 - Alunos matriculados no CEFET-GO em 2003.....	90
Tabela 27 - Relação dos servidores do CEFET-GO em 2002.....	91

Tabela 28 - Relação dos docentes do CEFET-GO em 2003 .....	91
Tabela 29 - Escolaridade dos servidores do CEFET-GO em 2002 .....	92
Tabela 30 - Alunos do técnico matriculados no estágio em 2002 .....	92
Tabela 31 - Alunos do tecnológico matriculados no estágio em 2002 .....	92
Tabela 32 - Alunos matriculados no estágio em 2003 .....	93
Tabela 33 - Relação dos servidores do CEFET-GO em 2004 .....	94
Tabela 34 - Relação dos docentes efetivos do CEFET-GO por titulação em 2004 .....	94
Tabela 35 - Lotação dos docentes efetivos do CEFET-GO por gerência em 2004 .....	94
Tabela 36 - Alunos matriculados no CEFET-GO em 2004 (Goiânia) .....	95
Tabela 37 - Alunos matriculados no CEFET-GO em 2004 (Jataí) .....	95
Tabela 38 - Número provável de alunos formandos no CEFET-GO em 2004 .....	96
Tabela 39 - Estágio e emprego para os alunos do CEFET-GO em 2004 .....	97
Tabela 40 - Relação dos servidores do CEFET-GO em 2005 .....	98
Tabela 41 - Relação dos docentes efetivos do CEFET-GO por titulação em 2005 .....	98
Tabela 42 - Estágio e emprego para os alunos do CEFET-GO em 2005 .....	99
Tabela 43 - Relação dos servidores do CEFET-GO em 2006 .....	100
Tabela 44 - Escolaridade dos servidores do CEFET-GO em 2006 .....	101
Tabela 45 - Relação de alunos matriculados em Goiânia no CEFET-GO em 2006 .....	102
Tabela 46 - Relação de alunos matriculados em Jataí no CEFET-GO em 2006 .....	103
Tabela 47 - Total de alunos matriculados em Goiânia e Jataí no CEFET-GO em 2006 .....	103
Tabela 48 - Renda familiar <i>per capita</i> dos alunos matriculados em 2006 no CEFET-GO ...	103
Tabela 49 - Relação de alunos matriculados no estágio em Goiânia no CEFET-GO em 2006 .....	104
Tabela 50 - Relação de servidores de Goiânia do CEFET-GO em 2007 .....	105
Tabela 51 - Relação de professores por titulação CEFET-GO em 2007 .....	105
Tabela 52 - Relação de servidores técnico-administrativos por titulação CEFET-GO em 2007 .....	106
Tabela 53 - Relação de matrículas no CEFET-GO em 2007 .....	107
Tabela 54 - Relação de matrículas x concluintes no CEFET-GO em 2007 .....	107
Tabela 55 - Concorrência pelos cursos em 2007 no CEFET-GO .....	108
Tabela 56 - Renda familiar <i>per capita</i> dos alunos matriculados em 2007 no CEFET-GO ....	108
Tabela 57 - Porcentagem entre candidatos e vagas ofertadas em 2007 no CEFET-GO .....	109
Tabela 58 - Relação de docentes do CEFET-GO por titulação em 2008 .....	110
Tabela 59 - Relação de técnicos-administrativos do CEFET-GO por titulação em 2008 .....	110

Tabela 60 - Custo aluno/ano no CEFET-GO em 2008.....	111
Tabela 61 - Porcentagem entre candidatos e vagas ofertadas em 2008 no CEFET-GO .....	111
Tabela 62 - Relação de matrículas no CEFET-GO em 2008 .....	112
Tabela 63 - Relação de matrículas x concluintes no CEFET-GO em 2008 .....	113
Tabela 64 - Renda familiar <i>per capita</i> dos alunos matriculados em 2008 no CEFET-GO....	113
Tabela 65 - Percentual de crescimento de matrículas das IES .....	115
Tabela 66 - Crescimento de matrículas das IES por turno. ....	115
Tabela 67 - Abertura de cursos regulares (Bacharelado, Licenciatura e Tecnologia).....	142
Tabela 68 - Oferta de novos cursos na educação profissional técnica de nível médio para o Câmpus Goiânia do IFG. ....	142
Tabela 69 - Alteração da oferta de vagas dos cursos técnicos no Câmpus Goiânia do IFG.	142
Tabela 70 - Programação de oferta de cursos na pós-graduação <i>strictu sensu</i> no Câmpus Goiânia do IFG. ....	143
Tabela 71 - Média de idade dos alunos ingressantes nos cursos técnicos integrados do Câmpus Goiânia do IFG no período de 2010 a 2014 .....	154
Tabela 72 - Perfil dos alunos ingressantes no curso técnico de nível médio integrado ao ensino médio em 2010 no Câmpus Goiânia do IFG.....	155
Tabela 73 - Perfil dos alunos ingressantes no curso técnico de nível médio integrado ao ensino médio em 2012 no Câmpus Goiânia do IFG.....	156
Tabela 74 - Perfil dos alunos ingressantes no curso técnico de nível médio integrado ao ensino médio em 2013 no Câmpus Goiânia do IFG.....	157
Tabela 75 - Perfil dos alunos ingressantes no curso técnico de nível médio integrado ao ensino médio em 2014 no Câmpus Goiânia do IFG.....	158
Tabela 76 - Classificação da população brasileira por grupos de renda.....	159
Tabela 77 - Recursos humanos do IFG com titularidade e carga horária em 2010 nos câmpus de Anápolis, Formosa, Goiânia e Inhumas.....	160
Tabela 78 - Recursos humanos do IFG com titularidade e carga horária em 2010 nos câmpus de Itumbiara, Jataí, Luziânia e Uruaçu.....	161
Tabela 79 - Relação candidato/vaga do IFG em 2010.....	163
Tabela 80 - Alunos ingressantes com matrículas no IFG em 2010 .....	164
Tabela 81 - Relação entre matrículas x concluintes no IFG no ano de 2010 .....	165
Tabela 82 - Renda <i>per capita</i> familiar dos alunos do IFG em 2010 .....	165
Tabela 83 - Recursos Humanos do IFG em 2011.....	166
Tabela 84 - Recursos Humanos do IFG em 2011, por faixa etária .....	167

Tabela 85 - Servidores do IFG e seu nível de escolaridade em 2011.....	167
Tabela 86 - Relação candidato por vaga no IFG em 2011 .....	168
Tabela 87 - Alunos ingressantes no IFG em 2011 .....	169
Tabela 88 - Percentual de alunos retidos no IFG em 2011.....	170
Tabela 89 - Alunos concluintes no IFG em 2011 .....	171
Tabela 90 - Custo do aluno por ano do IFG em 2011 .....	171
Tabela 91 - Recursos humanos do IFG em 2012.....	171
Tabela 92 - Recursos humanos do IFG, por faixa etária em 2012 .....	172
Tabela 93 - Relação candidato/vaga do IFG em 2012.....	173
Tabela 94 - Relação de alunos concluintes do IFG em 2012 .....	174
Tabela 95 - Percentual de retenção dos alunos do IFG em 2012 .....	177
Tabela 96 - Recursos Humanos do IFG em 2013.....	178
Tabela 97 - Recursos Humanos do IFG em 2013, por faixa etária .....	178
Tabela 98 - Número de vagas e total de candidatos inscritos nos processos seletivos do IFG no ano de 2013 .....	179
Tabela 99 - Relação de candidatos/vaga ofertada nos câmpus Goiânia, Inhumas, Itumbiara, e Jataí do IFG em 2013 .....	179
Tabela 100 - Relação de candidatos/vaga ofertada nos câmpus de Uruaçu, Anápolis, Itumbiara, Formosa, Luziânia, Cidade de Goiás e Aparecida de Goiânia do IFG em 2013 ..	180
Tabela 101 - Relação de alunos ingressos nos câmpus Goiânia, Inhumas, Itumbiara, Jataí e Uruaçu do IFG em 2013 .....	181
Tabela 102 - Relação de alunos ingressos nos câmpus de Anápolis, Luziânia, Formosa, Aparecida de Goiânia e Cidade de Goiás do IFG em 2013.....	182
Tabela 103 - Relação de alunos concluintes por matrícula no IFG em 2013.....	183
Tabela 104 - Índice de eficiência acadêmica nos câmpus Goiânia e Inhumas do IFG em 2013 .....	184
Tabela 105 - Índice de eficiência acadêmica nos câmpus de Anápolis, Luziânia, Uruaçu, Formosa, Itumbiara, Jataí, Aparecida de Goiânia e Cidade de Goiás do IFG em 2013 .....	185
Tabela 106 - Resumo do índice de eficiência acadêmica do IFG em 2013.....	185
Tabela 107 - Índice de retenção do fluxo escolar nos câmpus de Anápolis, Formosa, Luziânia, Goiânia, Inhumas, Itumbiara e Jataí do IFG em 2013.....	188
Tabela 108 - Índice de retenção do fluxo escolar nos câmpus de Uruaçu, Luziânia, Goiânia, Aparecida de Goiânia e Cidade de Goiás do IFG em 2013 .....	188
Tabela 109 - Relação dos alunos com renda <i>per capita</i> familiar $\leq$ 1,5 salário mínimo .....	189

Tabela 110 - Recursos Humanos do IFG em 2014.....	190
Tabela 111 - Recursos humanos do IFG – Técnicos administrativos Classe C em 2014 .....	191
Tabela 112 - Recursos humanos do IFG – Técnicos administrativos Classe D em 2014.....	191
Tabela 113 - Recursos humanos do IFG – Técnicos administrativos Classe E em 2014.....	192
Tabela 114 - Indicadores institucionais do IFG em 2014.....	192
Tabela 115 - Vagas ofertadas no IFG em 2014 .....	193
Tabela 116 - Percentual candidato /vaga por modalidade de curso no IFG em 2014.....	193
Tabela 117 - Taxa de ocupação das vagas ofertadas em 2014.....	194
Tabela 118 - Relação do número de alunos do IFG em 2014 (Levantamento feito em 12/02/2015) .....	194

## APÊNDICES

Apêndice A - Roteiro da entrevista com os ex- diretores.....	227
Apêndice B - Roteiro da entrevista com o ex- aluno.....	228
Apêndice C - Questionário socioeconômico aplicado aos alunos do Câmpus Goiânia do IFG.....	229
Apêndice D - Resultados do questionário socioeconômico aplicado aos ingressantes nos cursos técnicos do IFG – Câmpus Goiânia nos anos de 2010 – 2012 – 2013 e 2014 .....	234

## ANEXOS

Anexo A - Autorização para compra do prédio da Escola de Aprendizes Artífices .....	280
Anexo B - Ata publicada da compra do prédio da Escola de Aprendizes Artífices.....	281
Anexo C - Compra do prédio da EAA – Jornal CORREIO OFFICIAL, 10/08/1918.....	282
Anexo D - Trecho do jornal “A Imprensa” de nº 244, ano VI, edição do dia 26 de março de 1910 .....	283
Anexo E - Notícias da disciplina na EAA .....	286
Anexo F - Termo de Posse do Diretor da Faculdade de Direito – Professor Jerônimo Geraldo Queiroz .....	287
Anexo G - Ofício de solicitação da Implantação da Escola Técnica Federal do Tocantins...	290
Anexo H - Organização Didática da ETFG.....	292
Anexo I - Currículo pleno do curso de graduação de professores portadores de diploma de grau superior – Esquema I.....	309
Anexo J - Estrutura curricular do curso superior de Tecnologia em Eletromecânica - Manutenção Industrial a ser implantado na ETFG.....	310
Anexo K - Acordo entre a ETFG e Setor Privado para implantação do curso de Tecnologia em Eletromecânica .....	311
exoAnexo L - Matriz curricular do curso de Eletroeletrônica proposto para a Uned de Itumbiara.....	312
Anexo M - Matriz curricular do curso de Edificações proposto para a Uned de Itumbiara...	313
Anexo N - Ofício ao Presidente do CNPq datado de 28/06/93 .....	314
Anexo O - Artigo de Luiz Caldas, Joaquim Rufino Neto e Genival Alves Azeredo : FHC e as escolas técnicas. ....	316
Anexo P - Discurso do presidente do CONCEFET em audiência com o Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva em 2005 .....	318
Anexo Q - Ata da reunião do Ministro Fernando Haddad e Dirigentes da Rede Federal .....	323
Anexo R - Publicação da opinião no Diário da Manhã do deputado estadual Wagner Guimarães.....	332
Anexo S - Tese contrária ao IFET .....	334
Anexo T - Manifestação do Concefet em direção ao IFET.....	338
Anexo U - Carta do Reitor apresentando a minuta do PDI .....	352

## SUMARIO

<b>RESUMO.....</b>	<b>4</b>
<b>ABSTRACT .....</b>	<b>5</b>
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>20</b>
<b>CAPÍTULO I - O PERÍODO DE 1909–1942: ESCOLA DE APRENDIZES ARTÍFICES DA CIDADE DE GOYAZ.....</b>	<b>29</b>
1.1 Caracterização da Escola de Aprendizes Artífices .....	32
<b>CAPÍTULO II - O PERÍODO DE 1942-1999: SURGIMENTO DA NOVA CAPITAL DO ESTADO E DA ESCOLA TÉCNICA DE GOIÂNIA - ETG - ATÉ O SURGIMENTO DO CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DO ESTADO DE GOIÁS – CEFET-GO .....</b>	<b>46</b>
2.1 A Construção da Cidade de Goiânia .....	46
2.2 A Escola Técnica de Goiânia .....	53
2.3 O Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás – CEFET-GO.....	74
<b>CAPÍTULO III - A TRANSFORMAÇÃO DO CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE GOIÁS (CEFET-GO) EM UM DOS CÂMPUS DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLÓGICA DE GOIÁS (IFG) .....</b>	<b>119</b>
3.1 Os Institutos Federais e a Política.....	120
3.2 O porquê da Mudança de Centro Federal para Instituto Federal.....	125
3.3 O Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Goiás - IFG.....	137
3.3.1 Alunos dentro do Câmpus Goiânia do IFG .....	154
3.4 O Instituto Federal de Goiás no Período de 2009-2014 .....	159
3.5 A Contribuição de Ex-Aluno e Ex-Diretores da Instituição numa Visão Pessoal e Crítica, Desde a Escola de Aprendizes Artífices até a Condição de Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás.....	196
3.5.1 O cotidiano e a questão disciplinar no Câmpus Goiânia do Instituto Federal de Goiás. 200	
3.5.2 A formação técnica e profissional do estudante do câmpus Goiânia do IFG.....	202
3.5.3 A atuação e a formação docente dentro do Câmpus Goiânia do IFG.....	205



<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>214</b>
<b>CONCLUSÕES.....</b>	<b>217</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>219</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>226</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>279</b>

## INTRODUÇÃO

Esta pesquisa foi realizada para obtenção do título de Doutor em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Com certeza, depois de pronta e relida, hei de concluir que poderia ter sido melhor e a obra acabada teria outra conotação e até desencadear outros resultados. Estamos em 2016 e nos apoiando num pensamento de 1909, o que prova que o tempo é apenas um delimitador de forma e aspectos, mas revive problemas de outrora com a mesma facilidade com que um dia se finda e surge um novo alvorecer.

A pesquisa tem como precedente o aporte profissional deste pesquisador, uma vez que fui, ao longo do tempo, me desvencilhando da prática rotineira da habilitação profissional da graduação – em Engenharia Civil, com formação em dezembro de 1977- para me dedicar à carreira docente, o que aconteceu em 1980 na então Escola Técnica Federal de Goiás (ETFG), como professor do curso de Edificações, embora militasse nas duas vertentes, de maneira que se compatibilizassem horários e atividades.

Já como professor da ETFG, fiz meu mestrado em 1997 na área de Geotecnia, na UnB, e imediatamente comecei o doutorado e finalizei os créditos necessários no ano de 2000. Entretanto, por motivos de força maior, abandonei a pós-graduação naquela data. Ainda no mesmo ano, ingressei-me como professor do curso de Engenharia Civil da PUC Goiás, onde permaneci até o ano de 2005, quando, a convite, tornei-me Diretor do Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás (antiga ETFG) e nesse cargo permaneci até o ano de 2013.

Diante dessa conjuntura, a ideia do doutorado na área de Educação passou a ser uma opção muito forte por dois motivos, a mim muito significativos: a possibilidade de conhecer uma área diferente daquela de formação e a possibilidade de aproveitar um pouco da experiência adquirida ao longo dos anos na militância docente. O primeiro impulso, já como doutorando, foi desenvolver uma pesquisa que abarcasse o curso técnico integrado em tempo integral e isso quase foi concretizado, não fosse a “mão que balança o berço” da minha orientadora, professora Elianda Tiballi, que sugeriu diante da minha formação profissional (e por eu ter vivido duas mudanças na estrutura da ETFG), que fizéssemos um trabalho de pesquisa em que pudessem ser evidenciadas essas transformações, analisando as perdas e danos provocados quando da efetivação do Instituto Federal de Goiás -IFG, Câmpus Goiânia.

## PROBLEMATIZAÇÃO DO TEMA

Os momentos lógico-históricos que provocaram as transformações que marcaram a história do IFG, de 1909 até a sua configuração atual, ultrapassam os muros dessa Escola e se explicam pela conjuntura da política educacional brasileira ao longo desse período.

A linha histórica da legislação educacional brasileira foi determinante para as mudanças às quais a instituição tem sido submetida. Assim, o objetivo central desta pesquisa perpassa aspectos políticos, pedagógicos e institucionais, que configuraram os momentos lógico-históricos principais:

- 1909 – 1942 - Escola de Aprendizes Artífices, na Cidade de Goiás (antiga Vila Boa)
- 1942 – 1999 - Escola Técnica de Goiânia, de acordo com o Decreto-Lei 4.127, de fevereiro de 1942; Escola Técnica Federal de Goiânia pela Lei 3.552 de fevereiro de 1959; Escola Técnica Federal de Goiás em 1965 e Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás – CEFET-GO, por meio de um decreto sem número, de março de 1999.
- A partir de 2008 – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás – IFG - pela Lei Federal 11.892 de dezembro de 2008.

Embora os três momentos históricos mencionados apareçam numa perspectiva de continuidade e de transformação de uma instituição escolar em outra, a realidade é que a Escola de Aprendizes e Artífices de Goiás, ao encerrar suas atividades em 1942, decretou também sua terminalidade. O ensino profissional ali professado era inteira e genuinamente de formação para o trabalho, embora o fosse na condição do artesão e do ofício propriamente dito. Com o fechamento da escola, permaneceu o legado histórico como patrimônio para as próximas gerações. Como considera Lahire (2006, p. 598),

O fato é que não se inventa a cada geração a língua, o direito, a moeda, () casamento, etc., isto é, o conjunto de instituições econômicas, políticas, culturais, religiosas e morais que herdamos, mesmo sem nos dar conta disso muitas vezes, e com as quais, queiramos ou não, devemos compor.

O surgimento da Escola Técnica de Goiânia, fazendo um paralelo com a mudança da capital do estado de Goiás para a cidade de Goiânia, marcou também o surgimento de um novo campo: uma nova cidade que surgiu com uma nova escola e nisso se constituiu um campo. Segundo Bourdieu (1984, p. 114),

A estrutura do campo é dada pelas relações de força entre os agentes (indivíduos e grupos) e as instituições que lutam pela hegemonia no interior do campo, isto é, o monopólio da autoridade que outorga o poder de ditar as regras, de repartir o capital específico de cada campo. A forma como o capital é repartido dispõe as relações internas ao campo, isto é, dá a sua estrutura.

A Escola Técnica de Goiânia tinha no seu projeto político-pedagógico receber toda a herança material e humana como se fosse uma transferência da Escola de Aprendizizes Artífices para a nova capital. Entretanto, tal fato não ocorreu, em virtude de que nenhum equipamento fora trazido da antiga Vila Boa para Goiânia e, com relação ao material humano, somente alguns alunos vieram para terminar o curso iniciado na antiga escola.

A questão da transferência, numa linha da sociologia, foi assim comentada por Lahire (2002, p. 176):

Um patrimônio material pode ser "transmitido" num tempo relativamente curto (o tempo da transferência - que às vezes é imaterial - do doador ao beneficiário). A "transmissão" cultural é, na maioria das vezes, questão de tempo, de repetição de exercício, pois trata-se da progressiva de hábitos no corpo, sejam hábitos mentais ou gestuais, sensoriais ou intelectuais.

Ou então:

Transmitir um patrimônio material para alguém e dar-lhe uma coisa que se possuía até então e que, assim, passa de um proprietário a outro. Ora, o que essa "transmissão" tem de tão mágica quando é cultural para que, estando a "transmissão" acabada, o proprietário inicial esteja sempre em posse do que "transmitiu"? Ao contrário de todas as formas de patrimônio material, que são estoques finitos de unidades materiais que são repartidas entre diferentes proprietários, mas não podem ser repartidas entre todo mundo ao mesmo tempo, o patrimônio cultural, em sua forma incorporada, tem de original o fato de poder ser "transmitido" de um proprietário a sem que o primeiro seja obrigado a se desfazer de uma parte de seu estoque de esquemas incorporados. Dar ao outro é enriquecê-lo sem se empobrecer. Se há "ricos" e "pobres" culturalmente (ninguém "sabe" tudo nem sabe fazer tudo), a economia da "transmissão cultural" não conhece empobrecimento, nem perda, nem dilapidação. (LAHIRE, 2002, p. 175).

A nova escola de Goiânia começou com o regime de internato para os alunos selecionados e para um futuro próximo lançou vistas de oferta do ensino médio ou segundo grau. Isso veio a se concretizar na sua transformação em Escola Técnica de Goiás e, posteriormente, em Escola Técnica Federal de Goiás. Nesses dois momentos históricos pode-se dizer que houve uma transformação, e esta ocorreu porque todo o legado histórico material, humano e geográfico foi mantido.

O terceiro momento refere-se à passagem da Escola Técnica Federal de Goiás à condição de Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás – CEFET- GO, o que levou a antiga

escola a uma nova perspectiva, deixando de ser um todo para se tornar uma parte. Mudou-se o perfil do aluno e mudaram-se os componentes curriculares. Houve aqui uma ruptura que reverberou na prática do ensino para o mundo do trabalho, decorrente de uma nova diretriz: a educação para o mercado, escamoteada pelo discurso da verticalização do ensino e pela flexibilização dos conteúdos e da formação profissional. Nessa ruptura, pode-se afirmar que o patrimônio incorporado pela nova instituição (CEFET-GO), denominada por Lahire (2002) de receptora, foi um acúmulo de capital como uma herança que prejudicou sobremaneira ao cedente, na medida em que este se restringiu significativamente em detrimento dos novos níveis de ensino abarcados pela instituição. Segundo Florestan Fernandes (1997, p. 5), “a história nunca se fecha por si mesma e nunca se fecha para sempre. São os homens, em grupos e confrontando-se como classes em conflito, que fecham ou abrem os circuitos da história”.

Por fim, veio o que se pode chamar da primeira transformação ao longo de todo esse percurso histórico da instituição: a mudança de CEFET-GO para Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás. Agora, integralmente com uma formação para o mercado de trabalho, a herança material, humana e geográfica foi totalmente incorporada, na perspectiva de se ter uma escola desenvolvimentista e que pudesse acompanhar e estar ao lado dos interesses do mercado de trabalho.

## **PERCURSO METODOLÓGICO**

Esta pesquisa contou com as orientações metodológicas da pesquisa qualitativa, realizada por meio da análise documental e da história oral.

Por meio da história oral, o depoente tem oportunidade de reviver uma situação que pode perpassar pela alegria como também pela dor. Se não houve significância nem experiência aproveitada no tempo reconstituído, possivelmente o estado de suspensão da memória não consiga resgatar o fato e lhe dar forma e conteúdo. Entretanto, Alberti (2010, p. 1)<sup>1</sup> diz que:

A história oral é uma metodologia de pesquisa e de constituição de fontes para o estudo da história contemporânea surgida em meados do século XX, após a invenção do gravador a fita. Ela consiste na realização de entrevistas gravadas com atores e testemunhas do passado. Inicialmente sua aplicação se dava principalmente nos campos da sociologia e da antropologia e na constituição de bancos de entrevistas,

<sup>1</sup> Palestra proferida na mesa-redonda “O documento em história da psicologia: o oral e o textual”, durante o III Encontro Clio-Psyché: Historiografia, Psicologia e Subjetividades – Paradigmas, realizado pelo Núcleo Clio-Psyché do Departamento de Psicologia Social e Institucional da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), de 27 a 29 de setembro de 2000.

como o da Universidade de Columbia, nos Estados Unidos, criado em 1948. Até os anos 70, a história oral não tinha muitos adeptos na própria história porque havia um certo fetichismo do documento escrito – o fato de ser escrito garantia, segundo se pensava, a objetividade do documento, enquanto uma entrevista gravada estaria carregada de subjetividade.

Esse método de pesquisa ganha força na medida em que aquilo que se deseja reconstituir traz à tona as possibilidades de reconstituição por meio da fala daquele que viveu o fato histórico. Sob um ponto de vista apurado sobre o tema, Alberti (2005, p. 29) faz a seguinte recomendação:

Sendo um método de pesquisa, a história oral não é um fim em si mesma, e sim um meio para o conhecimento. Seu emprego só se justifica no contexto de uma investigação científica, o que pressupõe sua articulação com um projeto de pesquisa definido. Assim, antes de se pensar em história oral, é preciso haver questões, perguntas, que justifiquem o desenvolvimento de uma investigação. A história oral só começa a participar dessa formulação no momento em que é preciso determinar a abordagem do objeto em questão: como será trabalhado.

O passado pode ser entendido no futuro, talvez não com as sensações e emoções vividas, mas

O passado narrado carrega uma opinião: uma lembrança é uma perspectiva sobre o vivido. Por meio dela o memorialista aparece aos demais. A arte de narrar envolve a coordenação da alma, da voz, do olhar e das mãos. É como que uma performance em que a palavra, associada à ação, permite ao homem mostrar quem ele é. Porque representa uma forma de participação dos homens no domínio político, a memória oral levanta-se contra o isolamento humano. Quando habita o campo compartilhado por narrador e ouvinte, o passado de um homem ingressa no regime de inteligibilidade de outros homens, aproxima-se do passado do grupo (FROCHTENGARTEN, 2005, p. 372).

A fala sobre uma experiência vivida há muitos anos evoca uma emoção ímpar por cada um que pratica esse exercício de forma distinta, porque, apesar de sermos humanos constituídos pela mesma matéria, temos pensamentos, ideias e vivências ricos de passagens e acontecimentos que não coincidem com os das demais pessoas, por isso as reações nunca são iguais. Assim, lembrar o passado na perspectiva de reconstruir a história é um exercício pleno de repassar e reviver pelo amor ou pela dor os momentos mais ricos da vida, ainda que as vicissitudes tenham forjado marcas que o sujeito gostaria de esquecer, mas que o cérebro, elemento autoritário do nosso corpo, guarda e não apaga.

A memória oral outorga à fala a sua importância histórica, ainda que não tão vigorosa como no tempo em que se vivia o fato. Traz agora o cansaço gostoso e pausado de quem tem algo para contar; dolorido, às vezes, mas grande o suficiente para fazer de cada ser humano uma pessoa especial simplesmente por existir.

Henri Bergson<sup>2</sup> (2006, p. 49) assim dizia:

[...] a verdade é que jamais atingiremos o passado se não nos colocarmos nele de saída. Essencialmente virtual, o passado não pode ser apreendido por nós como passado a menos que sigamos e adotemos o movimento pelo qual ele se manifesta em imagem presente, emergindo das trevas para a luz do dia. Em vão se buscaria seu vestígio em algo de atual e já realizado: seria o mesmo que buscar a obscuridade na luz. Nisso consiste precisamente o erro do associacionismo: instalado no atual, esgota-se em vãos esforços para descobrir, num estado realizado e presente, a marca de sua origem passada, para distinguir a lembrança da percepção e para erigir em diferença de natureza o que ele condenou de antemão a ser apenas uma diferença de grandeza. Imaginar não é lembrar. Uma lembrança, à medida que se atualiza, sem dúvida tende a viver numa imagem; mas a recíproca não é verdadeira, e a imagem pura e simples não me remeterá ao passado a menos que se tenha sido de fato no passado que eu a tenha ido buscar, seguindo assim o progresso contínuo que a levou da obscuridade para a luz.

A importância da comunicação oral baseia-se no que ela pode testemunhar e esclarecer além da perspectiva de quem ouve. Se isso não ocorre, a fala se perde e a comunicação vai se esvaindo sem força para sensibilizar, tal como uma espuma na água que aos poucos sucumbe à mercê de sua vida efêmera e das forças que a controlam e a empurram para o fundo.

Assim, para esta pesquisa foram considerados como fontes principais documentos de arquivos, bem como entrevistas com ex-diretores da instituição, principalmente com os que viveram as transições mencionadas, e em alguns casos com um ex-aluno, numa tentativa de resgatar não só a transformação que marcou cada momento histórico como também o contexto social que permeava o fato no momento da mudança e da busca de uma identidade.

No tocante às entrevistas, quatro delas obedeceram a um roteiro previamente elaborado e apresentado aos entrevistados para que fizessem as suas observações ou mesmo possíveis discordâncias. Pessoalmente realizei as seguintes entrevistas:

- com o professor Edwaldo Augusto Won Waldow (Diretor no período de 1971 a 1974);
- com o professor Hélio Naves (Diretor no período de 1979 a 1984);
- com o professor Ítalo de Lima Machado (Diretor no período de 1994 a 2001);
- com Jorivê de Oliveira Fleury, que foi aluno da Escola de Aprendizes Artífices na Cidade de Goiás em 1941 e veio para Goiânia quando da transferência da capital do estado e da escola para esta cidade e aqui completou o seu curso. Apesar dos lampejos de esquecimento que ora se estabelecem em sua memória, ele tem muito clara a lembrança dos tempos de oficina e a importância que o curso de Tipografia representou na sua vida e na sua condição social.

---

<sup>2</sup> Henri Bergson nasceu em Paris em 1859. Estudou na *École Normale Supérieure* de 1877 a 1881 e passou os dezesseis anos seguintes como professor de filosofia. Em 1900 tornou-se professor no *Collège de France* e, em 1927, ganhou o Prêmio Nobel de Literatura. Morreu em 1941. Entre outros livros escreveu *O pensamento e o movimento*, *Matéria e memória*, *O riso e a Evolução criadora*.

As demais entrevistas foram cedidas pelo Observatório do Mundo do Trabalho, sob a coordenação do colega Geraldo Coelho, e toda a equipe do setor que já havia entrevistado o aluno Jorivê de Oliveira Fleury e o ex-diretor professor Hélio Naves dentro de um projeto desenvolvido para a reconstituição da história da instituição e que se encontra em andamento. O Observatório do Mundo do Trabalho cedeu para esta pesquisa duas entrevistas que vieram completar significativamente aquelas que eu havia realizado. Assim, tanto o professor Hélio Naves quanto o aluno Jorivê Fleury foram duplamente entrevistados: em uma entrevista feita por mim e em outra realizada pela equipe do Observatório.

Cumprir registrar que os museus históricos da Cidade de Goiás, principais fontes dos documentos pesquisados - documentos esfalfados e quase esfacelados -, permitiram reconstituir uma visão da (in)coesão social da época e das vicissitudes do ensino profissionalizante, que se estende até os tempos hodiernos. Para essa reconstituição foram buscados documentos em jornais e livros, tanto no Museu das Bandeiras e no Museu Frei Simão Dorvi, como na dissertação de mestrado do aluno Helvécio Goulart Malta de Sá.

A partir dessas fontes, esta pesquisa buscou captar a dinâmica dos movimentos e dos processos de mudanças nucleares do ensino profissionalizante no Câmpus de Goiânia do IFG.

Assim, o objetivo central desta pesquisa foi o de analisar o processo histórico da constituição político - pedagógica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás – IFG, associando suas práticas acadêmicas ao contraditório que emana do bojo de suas principais mudanças e dos determinantes engendrados pela máquina produtiva do sistema capitalista.

O aporte teórico fundamentou-se em autores que investigam o tema do ensino profissionalizante, destacando-se: Acácia Kuenzer, Gaudêncio Frigotto, Marise Ramos e Maria Ciavatta.

Às vezes podemos ser acometidos por uma reflexão de suma importância quando nos perguntamos: por que é importante conhecer a história? Por que dar tanta importância ao passado, sendo que o elemento motivador para a vida e para o futuro é o nosso presente? Na conferência de abertura do V Colóquio de Pesquisa sobre Instituições Escolares, intitulada “História da História da Educação no Brasil: um balanço prévio e necessário”, Saviani (2008) esclarece:

[...] é pela história que nós nos formamos como homens; que é por ela que nós nos conhecemos e ascendemos à plena consciência do que somos; que pelo estudo do que fomos no passado descobrimos ao mesmo tempo o que somos no presente e o que podemos vir a ser no futuro, o conhecimento histórico emerge como uma necessidade vital de todo o ser humano. Tendo em vista que a realidade humana de cada indivíduo se constrói na relação com os outros e se desenvolve no tempo, a memória se configura como uma faculdade específica e essencialmente humana e atinge sua máxima expressão quando se manifesta como memória histórica.



Nesse paralelismo entre passado e futuro, mas não perdendo de vista os fatos que se instalam no presente, Nosella e Buffa (2008, p. 4) consideram a importância da pesquisa:

Hoje, os estudos de instituições escolares representam um tema de pesquisa significativo entre os educadores, particularmente no âmbito da história da educação. Tais estudos, realizados quase sempre nos programas de pós-graduação em Educação, privilegiam a instituição escolar considerada na sua materialidade e nos seus vários aspectos: o contexto histórico e as circunstâncias específicas da criação e da instalação da escola; seu processo evolutivo: origens, apogeu e situação atual; a vida da escola; o edifício escolar: organização do espaço, estilo, acabamento, implantação, reformas e eventuais descaracterizações; os alunos: origem social, destino profissional e suas organizações; os professores e administradores: origem, formação, atuação e organização; os saberes: currículo, disciplinas, livros didáticos, métodos e instrumentos de ensino; as normas disciplinares: regimentos, organização do poder, burocracia, prêmios e castigos; os eventos: festas, exposições, desfiles.

Se a pesquisa é um resgate histórico e uma medida cautelar frente ao futuro, em educação isso se torna precioso, porque muito se pode dizer da importância que ela tem para um povo ou uma nação. Nesse sentido, Buffa (2001, p. 1) escreve em seu artigo intitulado “A Pesquisa em práticas educacionais no Brasil”:

A educação é uma prática social cujo advento remonta à própria origem dos homens.[...] Se a educação é uma prática, professores e pesquisadores querem conhecê-la, compreendê-la, até porque essa prática tem apresentado inúmeros e variados problemas e gostariam de poder oferecer contribuições para sua solução. Problemas como exclusão, qualidade do ensino, assistencialismo, promoção automática, política de cotas, ensino profissional, democratização, formação de professores, educação integral, para só mencionar alguns, exigem um conhecimento apurado e crítico de suas determinações, que é o que, em última instância, determina nossas pesquisas e reflexões que pretendem o atributo do rigor científico. Assim, a educação, além de prática social é, para nós, pesquisadores, objeto de conhecimento, ou seja, objeto epistêmico.

Assim considerando, a pesquisa que originou esta tese tem seu resultado apresentado em três capítulos. O primeiro capítulo compreende o período de 1909 até 1942; nele é apresentado um levantamento histórico da origem do ensino profissionalizante desde a Escola de Aprendizes Artífices da Cidade de Goiás, com ênfase em todas as questões que fizeram essa história que antecedeu substancialmente a sua condição atual de Câmpus Goiânia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. Nessa trajetória, foi abordada a criação da Escola de Aprendizes em Goiânia, bem como as mudanças que ocorreram no seio da própria escola em consequência desse fato, numa perspectiva de ruptura e de inovações. Nessa linha de análise e dentro desse mesmo raciocínio, observou-se o caminho percorrido pela Escola de Aprendizes Artífices (EAA) e o surgimento da Escola Técnica Federal de Goiânia, depois Escola Técnica Federal de Goiás (ETFG). O segundo capítulo tem como elemento de destaque o período de transição da Escola Técnica Federal de Goiás para Centro

Federal de Educação Tecnológica de Goiás (CEFET-GO), compreendendo o período que vai de 1942 até o ano de 1999. O terceiro capítulo trata da última transformação ocorrida a partir de 2008, quando o Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás (CEFET-GO) foi modificado institucionalmente para Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG). Ainda no terceiro capítulo e nesse mesmo diapasão de considerações e abordagens, foi analisada a situação do Câmpus Goiânia na conjuntura atual da instituição, que é constituída por outros câmpus (quatorze no total). Ao final, encontram-se algumas considerações e conclusões que se reportam aos objetivos iniciais desta pesquisa.

# CAPÍTULO I

## O PERÍODO DE 1909–1942: ESCOLA DE APRENDIZES ARTÍFICES DA CIDADE DE GOYAZ

As escolas e universidades da Suíça não se limitam a repetir o que se encontra nos velhos livros; ellas são um laboratório de experimentação, senão uma força viva do progresso e da riqueza industrial do paiz... [...] Houve quem estudando a vida industrial e o espirito pratico do povo suíço e a sua tendencia generalizada para a democracia do trabalho, escrevesse que “o exagero d’esses traços so se observa nos paizes de psychologia pobre”.

A phrase reflecte o espirito do seu tempo, cujo symbolo foi tornar a ociosidade um privilegio e o trabalho uma desgraça, e diz bem dos que fazem a moda, isto é, dos que vivem uma vida que nada tem de util, sacrificadno a realidade á apparencia, sem uma idéa sêria, sem um sentimento profundo, sem uma vontade firme. De resto ella não é verdadeira. (PEÇANHA, 1912, p. 47 e 56).

Nilo Peçanha ficara realmente impressionado com a Suíça em sua viagem e residência na Europa logo depois de ter deixado a Presidência da República, cargo que exerceu de 14 de junho de 1909 até 15 de novembro de 1910. Foi apenas um ano e três meses de governo, mas esse tempo permitiu que criasse o Ministério da Aeronáutica, o Ministério da Indústria e Comércio e também o Serviço de Proteção ao Índio sob a direção de Cândido Rondon. Além de ter administrado com o lema “Paz e Amor” a questão sucessória, destacando a luta pelo poder entre São Paulo e Minas Gerais, Peçanha foi o responsável pela criação da Escola de Aprendizes e Artífices na Cidade Goiás por meio do Decreto 7.566, do dia 23 de setembro de 1909, ato que implantou dezenove (19) escolas similares em todo o Brasil, uma por cada estado da nação.

Nesse período, o Brasil estava passando por um processo de industrialização acentuado e algumas categorias das classes trabalhadoras já possuíam sindicatos organizados<sup>3</sup> (RODRIGUES, 2015), além de contar com uma expressiva quantidade de

---

<sup>3</sup> Os sindicatos foram legalizados no Brasil, com o Decreto nº 979 de 1903, que permitiu os sindicatos de trabalhadores rurais (nessa época o trabalho rural era o predominante). Podia haver sindicatos para empregadores e empregados e havia liberdade de escolha quanto à forma de representação. Para ser registrado, deveria haver no mínimo sete sócios, com liberdade para cada indivíduo quanto ao ingresso ou saída da representação. Esses primeiros sindicatos tiveram clara função assistencial.

Em 1907, o Decreto nº 1637 regulamentou os sindicatos urbanos. Para se formarem, eles teriam de abranger profissões similares ou no mínimo conexas entre si. Sua principal função era a defesa geral dos interesses dos trabalhadores no coletivo e de forma individual. Esse período foi bem definido por Vianas (1981, p. 958): “as organizações que surgiram, de sindicato apenas possuíam o rótulo. Entre os trabalhadores do campo não existia uma base intelectual que lhes assegurasse capacidade para se organizar e, além disso, estavam economicamente subjugados aos senhores da terra, que não hesitavam em mandar embora os que tivessem coragem de reclamar qualquer medida em seu benefício, já que direitos não existiam consagrados em textos de lei.”

operários de origem estrangeira<sup>4</sup>. Esses imigrantes ajudaram a fortalecer os laços sindicais, bem como sensibilizar as demais categorias de trabalhadores para reivindicações trabalhistas, com paralisações de uma categoria tendo a solidariedade de outras e com lideranças de cunho anarco-sindicalista. Havia, enfim, um contexto favorável ao ensino profissional, em que este “[...] foi visto pelas classes dirigentes como um antídoto contra a ‘inoculação de idéias exóticas’ no proletariado brasileiro pelos imigrantes estrangeiros, que constituíam boa parte do operariado”. (CUNHA, 2000, p. 94).

A corrente do industrialismo era tida como a do progresso almejado, que trazia em seu bojo a solução de questões fundamentais para o país, tais como a emancipação econômica, a independência política, a democracia e a civilização; era considerada também uma forte alternativa para elevar o Brasil à condição dos países desenvolvidos, como os Estados Unidos e outras nações da Europa. Assim, subjacente ao industrialismo, a educação profissional era considerada um poderoso instrumento para resolver esses problemas, pois poderia propiciar o desenvolvimento de forças produtivas, estabilizar a economia e levar o desenvolvimento a todas as regiões.

Conforme citado, a Escola de Aprendizes Artífices deste estado foi criada na Cidade de Goiás em 1909; porém, seu funcionamento somente se estabeleceu no ano de 1912, em virtude da necessidade de adequação do ambiente escolar para a construção das oficinas. (VIROTE, 2009, p. 101).

Cabe ressaltar que o censo de 1920 apontara a capital do estado de Goiás como uma das três capitais do país com o mais baixo desempenho de aproveitamento de superfície territorial em termos de construção por quilômetro quadrado (as outras duas foram as capitais dos estados do Amazonas e de Mato Grosso) e, curiosamente, não apresentava nenhum prédio com mais de um pavimento. No caso de Goiás, essa característica se aplicava tanto à capital quanto a toda extensão territorial do estado com seus municípios (Tabelas 1 e 2).

---

<sup>4</sup> No século XX chegou a maior parte dos imigrantes alemães ao Brasil. Na década de 1920 desembarcaram 70 mil alemães. A maior parte desses imigrantes ia para os centros urbanos: eram operários, artífices e outros trabalhadores e refugiados políticos. Em 1918 viviam na cidade de São Paulo cerca de 20 mil alemães. Outros rumaram para Curitiba, Porto Alegre e Rio de Janeiro. Os primeiros imigrantes italianos começaram a chegar ao Brasil na década de 1870; porém, entre as décadas de 1880 e 1910 houve o maior fluxo (Fonte: RODRIGUES, 2015) <<http://www.universitario.com.br/noticias/n.php?i=15246>>. Acesso em 02 dez.2015)

Tabela 1 - Dados populacionais e prediais do estado de Goiás no censo de 1920

Estatística predial e domiciliaria das capiteas dos Estados do Brazil em 1872 e 1920							
Estados	Capiteas	1872			1920		
		População	Prédios	Domicílios	População	Prédios	Domicílios
Alagoas	Maceió	27.703	5.555	5.521	74.166	15.741	12.304
Amazonas	Manáos	29.334	2.913	2.955	75.704	11.709	11.444
Bahia	São Salvador	129.109	18.460	24.894	283.422	39.717	40.615
Ceará	Fortaleza	42.458	6.612	5.598	78.536	13.042	12.065
Espírito Santo	Victoria	16.157	2.827	2.467	21.866	3.227	3.115
Goyaz	Goyaz	19.159	2.944	2.891	21.223	3.872	3.271
Maranhão	São Luiz	31.604	4.894	4.814	52.929	8.542	7.894
Matto Grosso	Cuyabá	35.987	4.548	4.521	33.678	5.614	5.155
Minas Geraes	Bello Horizonte	--	--	--	55.563	8.293	8.433
Pará	Belém	61.997	9.432	9.237	236.402	35.597	33.453
Parahyba do Norte	Parahyba	24.714	2.142	2.142	52.990	9.850	7.756
Paraná	Curityba	12.651	1.507	2.154	78.986	11.819	11.609
Pernambuco	Recife	117.471	17.097	16.380	238.843	36.537	35.229
Piauhy	Therezina	21.692	2.733	3.673	57.500	9.142	8.897
Rio de Janeiro	Nietheroy	47.548	6.329	6.201	86.238	11.508	10.935
Rio Grande do Norte	Natal	20.392	3.416	3.353	30.696	5.457	4.754
Rio Grande do Sul	Porto Alegre	43.998	7.426	7.398	179.263	28.703	26.535
Santa Catharina	Florianópolis	25.709	2.438	2.350	41.338	7.484	7.098
São Paulo	São Paulo	31.385	2.669	2.669	579.033	73.696	80.169
Sergipe	Aracajú	9.559	1.289	1.185	37.440	7.499	6.947

Fonte: IBGE, 1920

Tabela 2 - Prédios com número de pavimentos do estado de Goiás no censo de 1920

Estados, Districto Federal e Território	NÚMERO DE PRÉDIOS							TOTAL
	Terras	Anebridades	DE					
			2	3	4	5	+ de 5	
			Pavimentos					
Alagoas	161.498	107	450	-	-	-	-	163.055
Amazonas	47.007	1.104	326	31	1	-	-	48.799
Bahia	498.061	827	4.230	1.217	306	109	13	504.763
Ceará	204.681	268	580	29	-	-	-	206.562
Districto Federal	94.807	15.196	14.768	2.718	190	24	9	128.322
Espírito Santo	60.078	3.834	1.826	35	-	-	-	65.772
Goyaz	70.103	490	105	2	-	-	-	70.200
Maranhão	151.464	386	568	71	3	1	-	152.513
Matto Grosso	32.473	210	73	2	-	-	-	32.758
Minas Geraes	824.221	39.298	7.982	115	6	-	-	871.672
Pará	126.950	4.752	1.317	82	5	1	-	132.027
Parahyba do Norte	162.922	85	281	17	3	-	-	163.308
Paraná	103.797	375	933	64	3	-	-	105.122
Pernambuco	337.205	379	1.222	579	194	10	1	339.594
Piauhy	93.712	16	41	1	-	-	-	95.770
Rio de Janeiro	218.327	5.607	3.065	64	-	-	1	227.664
Rio Grande do Norte	88.055	43	160	6	-	-	-	88.254
Rio Grande do Sul	302.910	7.404	4.335	174	11	5	-	314.839
Santa Catharina	100.018	1.749	656	33	1	3	-	102.500
São Paulo	678.429	6.340	9.052	480	103	31	11	694.446
Sergipe	87.997	111	230	5	-	-	-	88.343
Território do Acre	15.940	373	26	-	-	-	-	15.339
<b>Brazil</b>	<b>4.462.775</b>	<b>89.054</b>	<b>52.456</b>	<b>5.735</b>	<b>831</b>	<b>184</b>	<b>35</b>	<b>4.611.073</b>

Fonte: IBGE, 1920.

### 1.1 Caracterização da Escola de Aprendizes Artífices

Em 1918 a Câmara dos Deputados, em reunião, estabeleceu em ata a autorização para que o Estado adquirisse o prédio onde funcionava a Escola de Aprendizes Artífices de Goiás. Essa ata foi posteriormente publicada no Jornal *Correio Oficial* de junho de 1918 (ANEXOS A, B e C)

A Instituição fora instalada na rua D'Abadia nº 2 e o tempo não conseguiu modificar o seu partido arquitetônico nem alterar a sua estrutura conforme, pode ser observado na foto do arquivo da época e na foto recente (2015), ambas apresentadas na Foto nº 1, abaixo. Hoje, funciona nesse local a Fundação Beneficente Santa Luzia Classe Operária, fundada em 1º de janeiro de 1912, cujo prédio foi doado a essa Associação pelo governador do estado, conforme a Lei nº 624 de 26 de agosto de 1952<sup>5</sup>.

Foto 1 - Vista do prédio da Escola de Aprendizes Artífices, em 1920 e atualmente.



Fonte: Acervo do IFG

Outro fato importante com relação à rua D'Abadia está na sua inclusão no primeiro processo de tombamento na Cidade de Goiás, em abril de 1950, tendo como elemento suporte

<sup>5</sup> O governador era Jonas Ferreira Alves Duarte

o Decreto Lei nº 25/37, via Iphan. Além disso, o prédio da antiga Escola de Aprendizes Artífices, ali edificado, fica em frente ao Museu Frei Simão Dorvi, que tem se constituído uma fonte inesgotável de pesquisa histórica e de acervos, tendo como principal referência a Cidade de Goiás e sua trajetória dentro do contexto do estado e, conseqüentemente, do país. Segundo Rabelo (2006, p. 35),

O conjunto tombado compreende o seguinte traçado: Rua Dom Cândido; trechos da Praça do Rosário; Rua Bartolomeu Bueno; Caminho que leva à Fonte da Carioca; Rua Guedes de Amorim até o Largo da Boa Vista; Rua Senador Eugênio Jardim; Rua da Abadia e trecho da Rua Treze de Maio; Rua Passo da Pátria, inclusive a Igreja de Santa Bárbara; Rua Couto Magalhães; esquina com a Rua Senador Eugênio Jardim; Rua Couto e trecho que inclui a Igreja de Nossa Senhora do Carmo e trecho entre a Rua Sebastião Fleury Curado e Rua Doutor Corumbá; Rua Sebastião Fleury Curado e Rua Doutor Corumbá; Rua Sebastião Fleury Curado que margeia o Rio Vermelho, desde a entrada da cidade até a terceira ponte; Praça ao lado da Igreja de São Francisco de Paula; Praça Castelo Branco e trecho da Rua Doutor Corumbá entre a Praça Castelo Branco até a esquina da Rua Couto Magalhães; Rua Moretti Foggia e Rua Félix Bulhões até a casa de número nove.

Isso remete a uma consideração muito importante feita por Lima (2004, p. 45):

Detentora de um traçado orgânico adaptado às condições topográficas do sítio e à fundamental presença do Rio Vermelho, Goiás apresenta um esquema urbano, que não teve alterações desde o século XVIII. Por conta do isolamento dos principais centros culturais do Brasil colonial, a arquitetura, tanto dos prédios públicos quanto dos privados, é bastante austera, com apenas ligeiras diferenças entre prédios "monumentais" e "menores", e com soluções técnicas particulares, que colocam Goiás como um exemplo relevante da arquitetura vernacular.

Esse conjunto de ruas que se entrelaçam com os becos formando uma arquitetura de traçado orgânico, sem a formação dos tradicionais ângulos retos, faz da Cidade de Goiás um ambiente em que o homem soube tirar partido da beleza geográfica construindo sem modificar substancialmente a natureza. As casas são construções em alvenaria, taipa, adobe ou tijolo rebocado e caiado de branco, com portas e janelas em madeira pintada com cores fortes, semelhantes à arquitetura popular encontrada no interior de Portugal.

Esse traçado urbano da Cidade de Goiás, com ruas sinuosas, calçamento de pedra e sem muito barulho tem uma característica poética que desperta a imaginação. que As casas juntinhas parece que estão

[...] “Cochichando uma com as outras”, no dizer da poetisa Cora Coralina, as casas se abrem diretamente para a rua, em cadenciamento constante de portas e janelas, cujo número depende da largura dos lotes. Esses, de modo geral, são estreitos e compridos, estendendo-se da rua com a fachada até o muro dos fundos, limitando quintal e pomar. Um portão nesse muro em taipa ou adobe se abre para os becos, que hoje chamaríamos de ruas de serviço. (LIMA, 2004, p. 45).



A instalação da Escola de Aprendizes Artífices na Cidade de Goiás resultou em uma simbiose, porque uma ajudou a outra e ambas se reconheciam mutuamente importantes. A população da época mantinha uma esperança de que a escola pudesse significar um avanço para a cidade e isso foi notório tanto na mídia, que passou a divulgar o fato, quanto por parte dos alunos que nela estudaram. Um trecho do jornal “A Imprensa” do dia 26 de março de 1910 (ANEXO D) assim pontuou:

Longe estamos de precisar da lei de Malthus para a solução do econômico que tanto impressiona os philantropos europeus. Do que precisamos é de braços para o trabalho e de luz para a intelligencia. Precisamos de operarios e de artistas aos milhares para o desenvolvimento das tão apregoadas riquezas naturais, mas de operários e artistas que saibam traduzir as letras do alfabeto e defender os seus interesses e direitos, conhecendo-os com clareza, guiados pela instrução que lhes fôr indispensável. Não queremos sábios e nem doutores. Já os temos em superabundância. Queremos apenas o operário livre, o artista independente. E ninguém o poderá ser enquanto fôr estúpido. Para a nossa terra a Escola de Apprendizes e Artífes será um refúgio salvador contra a vagabundagem que profuzamente reina no seio de nosso povo. Teremos um estabelecimento para o preparo de cidadãos úteis como o quer o Decreto nº 7566 e só assim iremos vencendo o atraso profundo das nossas populações abandonadas ao analphabetismo mais vergonhoso e a ociosidade mais pernicioso. Cumpre que os directores do novo instituto e os seus professores procurem corresponder a expectativa do governo da República trabalhando cada um para o bem cumprir os seus deveres afim de que o Estado tenha algum proveito e que d’ahí saiam verdadeiros operários habilitados e conhecedores do officio.

Esqueçam por um momento a politiquice pequenina e rasteira que tudo aniquila, corroe e mata. Trabalhem com afinco e não permitam os dirigentes da nova escola que ella se converta em ninho de affilhados incompetentes, causa principal do nosso grande atraso. O seu programma é muito bonito e assim seja cumprido em todas suas partes. (A IMPRENSA, 1910).

O escopo da notícia desvela uma autoridade impregnada do poder e do direito de cobrar, constituindo-se no retrato da sociedade da época, em que a divisão de classes era imperativa e necessária para manter o domínio sobre os pobres e desafortunados. O poder era uma ideologia latente e potencializada pelo acúmulo do dinheiro – manda quem tem posses e riquezas.

Na edição do jornal *Goyaz*, de 8 de janeiro de 1910, número 1097, pode-se extrair um trecho da nota que, de forma sub-reptícia, reafirmava a ordem do poder emanado pelo governo da República e corroborado pela sociedade vilaboense: “Congratulamo-nos pois, com o sr. Presidente da República, com o sr. Presidente do Estado e com o sr. Director da Escola de Aprendizes Artífices, pela inauguração desse instituto, notável melhoramento para a nossa terra”. (Figura 1).



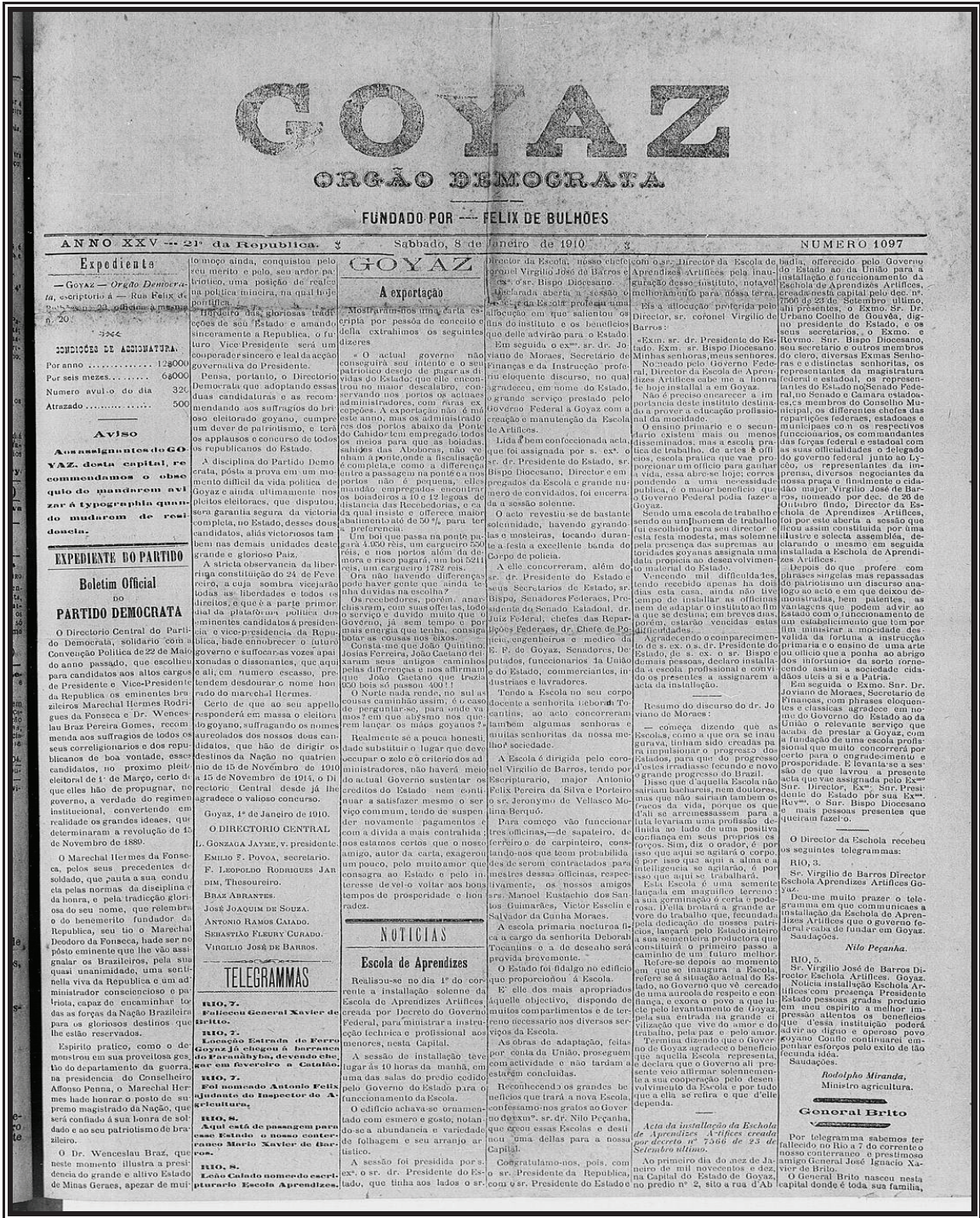


Figura 1 - Notícia da Inauguração da Escola de Aprendizes Artífices

Fonte: Acervo do. Muban Cidade de Goiás.

Naquela época não se concebia a educação e a autonomia da escola nos termos considerados por Gadotti (1997). Quando esse autor afirma que “a escola que perde a sua autonomia perde a sua forma de educar para a liberdade” (GADOTTI, 1997, p. 9), isso nada mais é do que a compreensão da história do pensamento pedagógico que passa pela luta da autonomia intelectual e institucional da escola, associada à liberdade de expressão do ensino.



Em relação à Escola de Aprendizes Artífices, pode-se dizer que seu projeto pedagógico, sua autonomia e sua gestão se constituíram totalmente dependentes de um sistema de forças dominantes que estava no pano de fundo de um discurso subsumido por uma corrente entrelaçada de coronéis, militares e da elite dominante da sociedade brasileira, elite que se perpetuou mediante o afago de dar migalha a quem não tem absolutamente nada e por isso mesmo parece que o pouco representa muito. Isso nada mais é do que a essência do capitalismo e sua relação com o trabalho dentro de um conceito ideológico que constitui, desde muito tempo, a longa história do adestramento social e na divisão social do trabalho, com a separação entre trabalho manual e trabalho intelectual.

Pode-se aqui reportar à seguinte afirmação de Gomez (1987, p. 50):

Nesse sentido e dentro do conceito dialético de totalidade, é bom lembrar que todas as instituições de nossa sociedade capitalista (a família, a escola, a igreja, a política, a economia, etc.) contribuem para reproduzir a dominação. Por isso criam hábitos de comportamento, de ação, de pensamento apropriados ao nosso tipo de inserção no modo de produção. A educação aí se realiza através das relações sociais e é tanto mais eficaz quanto mais corresponde à lógica capitalista.

Mais adiante, o autor destaca o papel explícito por parte de algumas instituições de adequar a força de trabalho às finalidades da produção e como historicamente a psicologia, a fisiologia e a sociologia industriais têm sido usadas para a valorização do capital, no papel de instrumentalizarem a seleção, os treinamentos e o ajustamento do pessoal, de forma a se construir um trabalhador submetido ao controle de seu trabalho (GOMEZ, 1987, p. 50).

Ainda nessa perspectiva, há que se destacar que a produção não é determinada pelo arsenal de máquinas. A verdadeira história do processo de produção não é nem a tecnologia, muito menos o desenvolvimento autônomo das forças produtivas, mas tão somente a luta provocada pelas diferenças e pelas desigualdades que distinguem as classes sociais nas sociedades capitalistas.

Na perspectiva capitalista o trabalho é visto como elemento pedagógico por excelência e no Brasil ele entra pela primeira vez como elemento educativo na instituição escolar por meio das Escolas de Artífices Aprendizes. Há que se destacar que esta era a escola do trabalho como instrumento de produção do novo homem. (ARROYO, 1987, p.87).

Como, citado, a referida escola começou efetivamente o seu funcionamento no ano de 1912, embora desde 1906 o ensino profissionalizante tenha sido considerado atributo do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Embora tenha sido abordada a esperança do significado da instituição para a população e para a própria Cidade de Goiás, há que se abordar também outra constatação, feita por Pires (2014), que está na contramão da primeira análise:

No imaginário coletivo as representações sobre o ensino ministrado no Estado de Goiás apresentavam-se carregadas de sentidos negativos. Assim, possivelmente os discursos instaurados em torno da importância do ensino profissional, das mudanças na concepção da infância na ocasião da criação das Escolas de Aprendizes Artífices e do avanço da industrialização não fizeram maior sentido para a população da Cidade de Goiás naquele momento. Esse raciocínio nasce a partir da constatação de que há um silêncio sobre a escola. Ele se reflete na literatura produzida sobre a educação no estado, pois pouco se fala da Escola de Aprendizes Artífices de Goiás nos escritos sobre educação produzidos no estado, tanto naquele período, quanto na atualidade (PIRES, 2014, p. 73).

Fica evidente que a Escola era destinada à formação profissional da população pobre, tão desprezada pela sociedade dominante - elite detentora do poder político e econômico.

Os ofícios iniciais ensinados pela instituição foram de os de sapateiro, ferreiro e carpinteiro. O processo seletivo descartava os alunos que não tinham boa saúde mental e física, conforme explica Sá (2014, p. 110-111):

É importante ressaltar que a saúde física e mental era uma das condições para o ingresso na instituição. Isso demonstra a forma pela qual os alunos eram compreendidos: como força de trabalho em formação e não como cidadãos de direitos. Deste modo, as pessoas que tivessem qualquer deficiência ou “defeito” físico ou mental que pudesse comprometer sua produtividade eram preteridas na seleção para a Escola. Não havia, portanto, na época, a preocupação com a inclusão das pessoas com deficiência na escola e no trabalho, direito constitucional assegurado, hoje, após muitas lutas dos trabalhadores e suas famílias.

Outras condições que perpassavam o ingresso eram a idade (no mínimo 10 anos e no máximo 13 anos) e a formalidade do requerimento da matrícula no prazo estabelecido. Não havia necessidade de ser alfabetizado.

Sá (2014) faz uma análise das alterações que houve no quesito idade – em 1911 a idade mínima era 12 anos e a idade máxima 16 anos; e em 1918, a idade mínima era 10 e a máxima 16 -, argumentando que talvez tenham sido fruto de uma pressão significativa da sociedade sobre as escolas e, ainda, uma questão de adequação às condições locais onde estas se encontravam instaladas:

Há que se destacar as exigências do Decreto 7.566 de 1909 nos seus artigos 12 e 13: o primeiro previa a obrigatoriedade de uma exposição anual dos artefatos produzidos pelos alunos, com distribuição de prêmios; o segundo determinava a constituição de uma comissão julgadora para a concessão desses prêmios, composta pelo diretor da Escola, pelo mestre da oficina correspondente e pelo inspetor agrícola do distrito. (SÁ, 2014, p. 110). Por outro lado Silva (2013) ressalta que a alteração do Decreto nº 9070 (23/10/ 1911) no tocante ao aumento da idade máxima (de 12 para 16 anos) tenha sido uma tentativa de combater a evasão das Escolas de Aprendizes Artífices, além de impor as seguintes condições:

Também nesse decreto, ficou determinado o pagamento de diárias aos alunos e a organização de associações cooperativas e de mutualidade. No que se refere às diárias para os alunos, ficou determinado que os alunos de 3º e 4º receberiam, respectivamente, diárias de 600 e 800 réis. Essa medida visava evitar o abandono do curso para trabalhar

em empresas privadas, uma vez que já eram capazes de realizar algumas atividades. Aos alunos de 1º e 2º ano as diárias de 100 e 200 réis, respectivamente, sendo que este valor deveria exclusivamente ser destinado à Caixa de Mutualidade<sup>6</sup>. Aos alunos de 3º e 4º ano, a contribuição era facultativa. (SILVA, 2013, p.92).

Continuando a análise sobre a questão da evasão, Silva (2013, p. 93) apurou que:

O motivo para as altas taxas de evasão, observados nos relatórios dos Ministros, era o fato de que com alguns conhecimentos básicos, mesmo que não estivessem associados aos ofícios como o simples domínio do alfabeto, já possibilitavam aos aprendizes alguma colocação no mercado de trabalho. Desse modo, em troca de insignificantes salários, esses aprendizes abandonavam a escola e ingressavam cedo no mercado. Contribuía para isso, na perspectiva dos Ministros, o desconhecimento, por parte da família desses aprendizes, da importância de se concluir o curso e, com isso, conseguirem melhores colocações.

O critério de escolha da instalação dessas escolas (nos estados, principalmente nas capitais, exceção feita à escola de Campos) pode ser analisado sob a égide da via política, mais do que qualquer outro tipo de requisito (Tabelas 3 e 4).

Tabela 3 - Distribuição do número de estabelecimentos industriais, de operários (1907) e de alunos nas Escolas de Aprendizes Artífices (1911) segundo as unidades da Federação.

Unidade da Federação	Nº de estabelecimentos	Nº de operários	Nº de alunos EAA
Amazonas	92	1.167	70
Pará	54	2.539	95
Maranhão	18	4.545	104
Piauí	3	355	85
Ceará	18	1.207	100
Rio Grande do Norte	15	2.062	83
Paraíba	42	1.461	134
Pernambuco	118	12.042	125
Alagoas	45	3.775	151
Sergipe	103	3.027	120
Bahia	78	9.964	70
Espírito Santo	4	90	166
Rio de Janeiro	207	13.632	282
Distrito Federal	670	35.243	--
São Paulo	326	24.186	121
Paraná	297	4.724	293
Santa Catarina	173	2.102	130
Rio Grande do Sul	314	15.426	--
Minas Gerais	531	9.555	61
Goiás	135	868	93
Mato Grosso	15	3.870	108
<b>Brasil</b>	<b>3.258</b>	<b>151.840</b>	<b>2.391</b>

Centro Industrial do Brasil, *O Brasil, suas Riquezas Naturais, suas Indústrias*. Rio de Janeiro, Oficinas Gráficas M. Orosco e C., 1909, v. III

Nota: EAA – Escolas de Aprendizes Artífices

Fonte: CUNHA (2005. p. 69).

<sup>6</sup> Essas associações cooperativas e de mutualidade eram compostas de sócios efetivos, protetores e honorários: sócios efetivos eram os alunos do primeiro e segundo ano e os de terceiro e do quarto ano que contribuíam para a Caixa de Mutualidade; protetores eram os membros do corpo docente e administrativo da Escola que faziam parte da diretoria, e honorários as pessoas estranhas à Escola que faziam donativos ou qualquer outra forma de concorrência para o progresso da associação. (BRASIL, 1912).

Tabela 4 - Datas de inauguração das Escolas de Aprendizes Artífices nos estados da Federação

<b>Estado</b>	<b>Data de Inauguração</b>
Alagoas	21 de janeiro de 1910
Amazonas	1º de outubro de 1910
Bahia	02 de junho de 1910
Ceará	24 de maio de 1910
Espírito Santo	24 de fevereiro de 1910
Goiás	1º de janeiro de 1910
Maranhão	16 de janeiro de 1910
Mato Grosso	1º de janeiro de 1910
Minas Gerais	09 de setembro de 1910
Pará	1º de agosto de 1910
Paraíba	05 de janeiro de 1910
Paraná	16 de janeiro de 1910
Pernambuco	16 de fevereiro de 1910
Piauí	1º de janeiro de 1910
Rio de Janeiro	23 de janeiro de 1910
Rio Grande do Norte	1º de janeiro de 1910
Santa Catarina	1º de setembro de 1910
São Paulo	24 de junho de 1910
Sergipe	1º de maio de 1911

Fonte: Silva (2013, p. 85).

O Art. 3º do Decreto nº 7.566/1909 estabelecia que as Escolas de Aprendizes Artífices deveriam funcionar sob o regime de externato, das 10 horas da manhã às 4 horas da tarde (BRASIL, 1909). O regulamento instituído pelo Decreto 9.070/1911, em seu Art. 4º, acrescentou que o aprendizado das oficinas deveria ter a duração de quatro anos. (BRASIL, 1911).

O Art. 8º do Decreto nº 7.566/1909 determinava que deveria existir, em cada Escola, dois cursos noturnos: “primário, obrigatório para os alunos que não soubessem ler, escrever e contar, e outro de desenho, também obrigatório, para os alunos que carecessem dessa disciplina para o exercício satisfatório do ofício que aprenderam” (BRASIL, 1909).

O curso primário e o de desenho eram abertos a operários e a quaisquer indivíduos maiores de dezesseis anos.

Havia uma expectativa de que circunstancialmente essas escolas viessem a se constituir em um forte instrumento de trocas de favores entre o Governo e seus seguidores, tanto no âmbito estadual quanto federal.

As Escolas de Aprendizes Artífices começaram no Brasil todo com um problema sério de evasão, sem considerar outros aspectos, como por exemplo as instalações adequadas para as oficinas e a formação dos professores. Em todos os estados o quadro de evolução das evasões seguiu uma taxa variável, como pode ser observado na Tabela 5 e também comparado com a taxa de alunos concluintes (Tabela 6).

Tabela 5 - Taxa de evasão em porcentagem nos anos de 1913, 1914, 1916 e 1917.

Estados	Ano			
	1913	1914	1916	1917
AL	18,5	9,9	33,7	55,6
AM	-	-	2,2	-
BA	15,0	34,3	17,7	20,6
CE	79,8	1,0	0,3	38,0
ES	15,7	21,8	34,2	24,0
GO	36,6	53,9	60,6	45,0
MA	9,9	26,6	55,4	35,8
MG	44,8	42,1	36,0	37,5
MT	20,3	42,8	27,5	32,0
PA	21,8	43,2	32,1	18,1
PB	10,9	0,4	-	0,5
PE	48,8	32,4	15,0	0,7
PI	27,6	51,8	49,6	50,0
PR	2,6	9,2	34,9	0,6
RJ	26,5	21,2	30,3	40,9
RN	39,1	29,1	23,6	39,8
SC	52,5	23,7	24,8	38,5
SE	0,7	20,7	30,7	17,9
SP	49,4	37,7	44,4	46,7

Fonte: Silva (2013. p. 91).

Tabela 6 - Taxa de concluintes em porcentagem nos períodos de 1913-1916, 1914-1917 e 1917-1920

Estados	Períodos		
	1913-1916	1914-1917	1917-1920
AL	8,2	1,8	1,2
AM	1,7	-	-
BA	4,7	3,9	3,4
CE	0,4	-	1,3
ES	3,1	0,7	-
GO	1,1	1,5	-
MA	2,4	2,5	-
MG	7,6	10,5	2,1
MT	2,7	2,0	-
PA	2,2	2,0	-
PB	1,5	-	2,2
PE	2,3	-	0,7
PI	1,6	3,0	-
PR	5,2	2,3	-
RJ	1,3	0,9	-
RN	4,1	4,1	2,4
SC	2,5	2,8	6,4
SE	5,3	3,4	-
SP	6,1	5,2	-
Média	3,4	2,7	1,0

Fonte: Silva (2013. p. 91).

Já em 1923, por meio de um relatório do então diretor Leão de Ramos Caiado, que relacionava as dificuldades que a instituição enfrentava no tocante ao aparelhamento das oficinas como também à substituição de mestres quando estes se encontravam em gozo de licença (o que dificultava o andamento de alguns cursos), o número de estudantes distribuídos por disciplina tinha a configuração da Tabela 7:

Tabela 7 - Alunos matriculados por disciplina em 1923.

<b>Oficinas</b>	<b>Aprendizes</b>
Oficina de ferraria	05
Oficina de sapataria	13
Oficina de marcenaria	34
Oficina de alfaiataria	23
Oficina de alfaiataria	11
<b>Total</b>	<b>86</b>

Fonte: Sá,(2014, p. 115).

Ainda segundo Sá (2014), o coeficiente entre os alunos que terminaram o curso no final de 1922 e os alunos matriculados no início do ano apresentou um insucesso em torno de 20%. A análise considerou a parcela dos alunos com abandono da escola e a dos alunos com perda de dois anos consecutivos.

Durante o período de gestão do diretor Leão de Ramos Caiado, o jornal *Voz do Povo* (Arquivo Museu Bandeiras) publicou uma matéria abordando as questões disciplinares da Escola de Aprendizes Artífices com o título “Como levaram a breca as palmatórias do Dr. Leão – O diabo quer se fazer de ermitão” (Ver anexo E). Dentre os comentários proferidos, destacou-se que as “[...] palmatórias e os bolos nunca criaram poeira e mofo na escola sob a direção do Dr. Leão”.

Embora estejamos falando de escola profissionalizante e de trabalho, não se pode perder de vista a perspectiva de que, mesmo em uma escola, o indivíduo se encontra em um espaço público. Nesse caso, o que prepondera é o interesse do grupo e das relações desse indivíduo com os seus semelhantes. Não cabe aqui violência, mas um jogo de preparação pela escola para o indivíduo, como diz Meirieu (2005, p. 51), um “entrar no jogo”. Trabalham-se objetos culturais que o reúnem às demais pessoas, fazendo que todos possam se apropriar deles de maneira pessoal.

Nesse caso, ao indivíduo (tomando essa palavra numa generalização, fazendo dela um sinônimo de homem) não interessa só a escola e a sociedade. A premissa de toda a história humana é a existência de indivíduos humanos viventes. Neste fato concreto, funda-se o materialismo histórico, como afirmam Marx e Engels (2001, p. 10):

A primeira condição de toda a história humana é, naturalmente a existência dos seres vivos. A primeira situação a constatar é, portanto, a constituição corporal desses indivíduos e as relações que ela gera entre eles e restante da natureza. Não podemos, naturalmente, fazer aqui um estudo mais profundo da própria constituição física do homem, nem das condições naturais, que os homens encontram já prontas, condições geológicas, orográficas, hidrográficas, climáticas e outras. Toda historiografia deve partir dessas bases naturais e de suas transformações pela ação dos homens no curso da história.

Na perspectiva desses autores, pode-se ressaltar que para os homens conseguirem fazer história é absolutamente necessário, em primeiro lugar, que eles se encontrem em condições de viver - comer, beber, vestir-se, alojar-se, etc..

Entretanto, o homem de quem se fala é também o aluno da Escola de Aprendizizes Artífices, que passa a desenvolver as suas habilidades ao aprender os seus ofícios ali ensinados. Aplica-se a esse fato o direito *jus utendi* (direito de usar) do pensamento de Marx e Engels (1998) para tentar dar suporte à análise dos antecedentes que permearam a instalação da instituição de ensino profissionalizante em Goiás e a importância desta na vida desse homem (ainda que uma criança e talvez um adolescente). Isso é um fato que tem de ser entendido como elemento de grande aporte nesta pesquisa, ainda que se tenha de fazer uma leve abalroada na questão da escola como falso serviço público, como fez Ivan Illich ao comparar a escola com uma rodovia. Esse autor acentuou que ambas parecem estar aberta a todos aspirantes, mas na realidade o fazem somente para quem satisfaz às suas credenciais; numa visão mais ampla, ele chega a perguntar por que não desinstalamos a escola, uma vez que ela pega o estudante pobre e o escolariza para que ele confunda processo com substância e logo em seguida entra em jogo uma nova lógica – quanto mais longa a escolaridade, melhores são os resultados (ILLICH, 1985, p. 10 e 72). O aluno é, desse modo, “escolarizado” de tal forma que é levado a confundir ensino com aprendizagem e a partir daí se estabelecem outras confusões, como por exemplo a obtenção de graus com a educação, de diploma como símbolo de competência, além do fato de que sua imaginação é escolarizada a aceitar serviço em vez de valor.

Não obstante, a criação da Escola de Aprendizizes Artífices na Cidade de Goiás representou um elemento nuclear para o desenvolvimento do ensino profissionalizante no estado, ainda que sob a perspectiva de subsumir-se mediante os interesses das forças e do poder da classe dominante, seja no âmbito civil ou militar. É indiscutível que a cidade apresentou uma prosperidade no tocante à formação de mão de obra, ainda que mais na especificidade de um artesão do que propriamente na de um profissional qualificado.

As matrículas começaram a aumentar e, aos poucos, à medida que a população local de baixa renda se interessava pela instituição, a pressão para a contratação de novos professores para o exercício do ensino de ofícios foi se intensificando,. Concomitantemente, aumentava



também a pressão para que fossem criados novos cursos. O relatório de 1923 enfatizava a necessidade de organização da estrutura de corpo docente da instituição, bem como apontava para as necessidades de organização do espaço físico, principalmente no tocante às oficinas, e de mais verbas para o seu funcionamento; estabelecia também a complementação e a consolidação da estrutura mínima do Corpo Administrativo, já regulamentada pelo Decreto de nº 7.566 de 1909 - composta pelo diretor, escriturário, porteiro, almoxarife e servente.

Mesmo que todo o processo institucional e educativo caminhasse num diapasão com vistas a um fortalecimento da educação profissional na Cidade de Goiás, há que se considerar que mesmo antes da criação da Escola, em 1909, já havia interesses, também organizados e registrados, de transferir a capital do estado de Goiás para um novo local, em virtude das limitações daquela cidade.

Em 1941, a *Revista Brasileira de Geografia* de nº 1 publicou o ofício do então Presidente do Estado Rodolfo Gustavo da Paixão<sup>7</sup> endereçado ao Ministro da Justiça, datado de agosto de 1890, descrevendo Vila Boa. Segundo a revista, essa denominação era uma tradução portuguesa de “Buena” em homenagem ao intrépido fundador do arraial. Esse ofício faz parte do artigo do professor Aroldo de Azevedo (da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Paulo) denominado “Goiânia uma cidade criada”. A Cidade de Goiás é assim descrita:

A capital de Goiaz é, sem dúvida, uma daquelas cidades cujo estado sanitário, dia a dia pior, reclama as mais prontas e enérgicas providências. Situada em meio de uma bacia, conquanto sôbre terreno acidentado, cercada de altos montes que a comprimem em diminuto âmbito, embaraçando-lhe a regular ventilação, estreitando-lhe, demais, o horizonte visual; castigada por excessiva temperatura graças à sua baixa latitude de quasi 16° Sul, não corrigida pela altitude ou por causas locais; com uma edificação à antiga, obedecendo, *in totum*, à arte colonial, que era antes a negação dos mais rudimentares princípios arquitetônicos e dos mais saltares preceitos da moderna higiene, espreguiçando-se às margens do rio Vermelho, mas curtindo verdadeira sêde de Tântalo, visto como a água viscosa dêste ribeiro, despejo e lavadouro da população, não é e nem pode ser convenientemente distribuída às casas, e porque a fornecida pelo único chafariz existente e parcas fontes carece das condições de abundância e necessária potabilidade; desprovida de bom sistema de esgotos capaz de evitar o uso prejudicialíssimo das latrinas perfuradas no terreno, onde as matérias fecais sem escoamento entram em rápida decomposição e exalam deletérios miasmas e, absorvidas pelo sub-solo, bastante permeável, comunicam-se com os poços de serventia, de ordinário abertos nas proximidades daqueles focos de infecção, a decadente Vila-Boa hospeda em seu seio poderosos agentes de destruição, que hão de, em breve, transformá-la em vasta Necrópole, onde a morte capeie com todo o seu cortejo de horrores (PAIXÃO, 1941, p. 4-5).

<sup>7</sup> Rodolfo Gustavo da Paixão nasceu em São Brás do Suaçuí, então distrito de Entre Rios (MG), atual Entre Rios de Minas, no dia 13 de julho de 1853. Bacharel em Matemática, Ciências Físicas e em Engenharia Militar, serviu em Cruz Alta (RS) e aí se casou com Josefina Annes Dias da Paixão em março de 1883. Transferido para o Rio de Janeiro, tornou-se militante das campanhas abolicionista e republicana. Atingiria o posto de general-de-brigada, no qual seria reformado em 1913. Depois de proclamada a República, em 15 de novembro de 1889, foi nomeado Presidente do Estado de Goiás pelo governo provisório do marechal Deodoro da Fonseca e tomou posse em 24 de fevereiro de 1890. (FGV, CPDOC)

Adiante, a revista faz a seguinte transcrição:

[...] ao ministro da Justiça de então, em ofício datado de Agosto de 1890, o presidente do Estado, dr. Rodolfo Gustavo da Paixão, fez uma descrição da cidade, que deixa no espírito de quem a lê' uma profunda e penosa impressão. Vamos transcrevê-la aqui, em virtude de haver declarado o interventor Pedro Ludovico Teixeira, em relatório apresentado ao presidente da República (1933), que "hoje, decorridos 42 anos, a capital de Goiaz ainda corresponde àquela descrição". (PAIXÃO, 1941, p. 5).

Para fortalecer a descrição do então interventor, fora publicada uma foto da cidade que acentua um panorama que ressalta as serras ao fundo e a topografia em declive, além da simplicidade das construções (Fotos 2 e 3).

Foto 2 - Vista da Cidade de Goiás nos anos de sua fundação



Fonte: IBGE (1941)

Foto 3 - Casa típica da velha capital do estado



Fonte: IBGE, 1941

Dessa forma, a capital já era tema para uma mudança, em virtude de sua topografia pouco favorável, conforme manifestara o presidente nomeado do estado de Goiás. A ideia continuou a ser fomentada e coube ao segundo governador da província, o marechal de campo Miguel Lino de Moraes (1827-1831), a proposta de mudar a capital para o norte do estado, no “alto do Tocantins”, na região denominada Água-Quente, que tinha um comércio ativo e era mais povoada.

Posteriormente o décimo sexto governador da província, Dr. Couto de Magalhães, formou fila com tantos outros que insistentemente buscavam a mudança da capital, tripudiando sobre a antiga Vila Boa, na expectativa de sensibilizar todos e conseguir o intento.

Somente em 1933, entretanto, o Dr. Pedro Ludovico Teixeira logrou êxito com a ideia. O pano de fundo para o seu sucesso consistiu-se dos argumentos que apresentou em seu relatório de 1933 ao Presidente da República:

a mudança da capital não era apenas um problema na vida de Goiaz. E' também a chave, o comêço de solução de todos os demais problemas. Mudando a sede do govêrno para um local que reúna os requisitos de cuja ausência absoluta se ressentente a cidade de Goiaz, teremos andado meio caminho na direção da grandeza desta maravilhosa unidade central (PAIXÃO, 1941, p. 5-6).

A meta fora alcançada, os argumentos convenceram as autoridades e a partir desse momento a preocupação passou a ser outra – a escolha do local onde seria construída a nova capital do estado.

Nesse contexto político que repercutiu sobremaneira na Escola de Aprendizes Artífices da Cidade de Goiás, instalou-se uma desaceleração das atividades da instituição, de tal maneira que no final da década de 1930 ela começou a ser desativada.

Na realidade, aqui se encerra um ciclo da história dessa escola profissionalizante que foi instituída e oficializada via pressão social atrelada a fatores econômicos e políticos sob a égide da democracia que se propalava por toda a nação. Era uma escola com proposta definida, mas, pelo fato de ser dirigida exclusivamente ao segmento pobre da população, terminou da mesma forma como começou: trôpega em sua incipiência, no sentido de buscar uma diretriz, e melancólica na sua terminalidade, porque não conseguiu se imiscuir no cotidiano da sociedade de Vila Boa, cujos estudantes abastados estudavam no Liceu da cidade. Se não fosse a história, em sua memória, provavelmente nem estaria sendo referida aqui, como fato histórico a ser considerado.

## **CAPÍTULO II**

### **O PERÍODO DE 1942-1999: SURGIMENTO DA NOVA CAPITAL DO ESTADO E DA ESCOLA TÉCNICA DE GOIÂNIA - ETG - ATÉ O SURGIMENTO DO CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DO ESTADO DE GOIÁS – CEFET-GO**

Na trajetória da instituição, esse é o período mais longo e também aquele em que houve muitas mudanças nas diretrizes que nortearam e ainda norteiam seu processo pedagógico. Isso porque a questão política sempre foi um elemento de significativa interferência nas atividades da Escola e de uma forma decisiva permeou o foco da modalidade de ensino da instituição, que é mantida pelo governo federal. Importa lembrar que o destino político do país oscilou consideravelmente sem nenhuma estabilidade, passando por governantes civis e militares.

Ao considerarmos a linha histórica dessa instituição, que doravante se intitula Escola Técnica de Goiânia, em virtude de ter sido fundada na nova capital do Estado, é preciso destacar o pano de fundo que ela representou para a cidade: foi palco da exposição durante os festejos do Batismo Cultural e posteriormente destacou-se por seu próprio crescimento e como elemento de alcance social. Posteriormente, em 1959, foi elevada à categoria de Escola Técnica Federal; depois para a condição de Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás, em 1999, e por último à condição de Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Goiás, em 2008.

Neste capítulo, busca-se abordar esses fatos numa perspectiva que ampara a importância e a relevância do Câmpus de Goiânia nessa história.

#### **2.1 A Construção da Cidade de Goiânia**

O cenário político nacional divulgava amplamente Getúlio Vargas para a Presidência da República durante o mandato do então Presidente Washington Luís, que antecedeu a Revolução de 1930. Washington Luís tinha o apoio das oligarquias de Minas Gerais e São Paulo na política “café com leite”. Esse episódio foi escrito por Mendonça (2008, p. 14):



O pacto de Ouro Fino, firmado em 1913, consolidou a união entre os Estados de Minas Gerais e São Paulo, isolando o Rio Grande do Sul. Em 1930, os mineiros teriam a prerrogativa de indicar o sucessor do Presidente da República. Contudo, a insistência de Washington Luís em lançar a candidatura do paulista Júlio Prestes cindiu a convenção entre as duas grandes unidades federativas. Este acontecimento é o elemento mais visível do descontentamento montanhês e da ruptura da política do acordo “café-com-leite.”

O jornal *Lavoura e Commercio*, da cidade de Uberaba, publicou no dia 25 de outubro de 1930, edição de n. 5501, uma matéria sobre o Presidente Washington Luís cujo título era: *A covardia de um tyranno* (ver Figura 2):

**A covardia de um tyranno**

*Depois de ter opprimido durante quatro annos os brasileiros, pavoneando-se de sua fortaleza, o sr. Washington Luis revela-se um covarde, fugindo á approximação dos parlamentares que o iam intimar a renunciar a presidencia da Republica, da qual se tornou indigno, pela sua falta de compostura e pelos seus desmandos*

Durante quatro annos o povo brasileiro soffreu toda a sorte de oppressões e violencias, de parte desse governo que ora se chafurdou na ignominia. Os direitos individuaes foram negados. As garantias dos cidadãos inexistentes. O pronunciamto das urnas foi violentado. A autonomia dos Estados foi sacrificada. O Brasil era uma feitoria em que pontificavam o sr. Washington Luis e seus asseclas que, servindo-se do mando confiado em suas mãos, praticaram toda a sorte de desatinos e de desmandos.

Quando os pregadores ameaçavam o presidente da Republica de uma reacção armada para vingar os insultos que elle constantemente arremessava contra a opinião publica nacional, o estadista dos planos pharaônicos proclamava a sua fortaleza, mencionava os generaes que com elle estavam na sustentação do regimen de autocracia em que o Brasil cahira lamentavelmente. De tal modo esse facto foi reptido, que o sr. Washington Luis chegou a ser tido, nos observadores menos cautos, como o mtipo exponencial de gueieiro do povo, de dictador, de Mussolini brasileiro.



Washington Luis, o tyranno despota

Deflagrada a tormenta revolucionaria que é a hostia em que o povo communga o seu ideal de liberdade, o dictador brasileiro teve a petulancia de se dirigir ao povo do Brasil, proclamando que tinha forças sufficientes para estimar a rebellião. Tinha taes e taes generaes em seu favor e somente se afastaria do poder quando tivesse um unico cartucho para ser disparado contra os libertadores.

Estourou, porém, a revolução nas ruas do Rio de Janeiro. O povo, aquelle povo heroico da capital da Republica, amotinouse e encontrou solidariedade nos generaes e almirantes das forças Armadas que comprehenderam que não poderiam deixar ao desamparo os brasileiros que pediam liberdade e que se levantavam contra um governo de estultices financeiras, aehincalhador das instituições e rebaixador do regimen.

A arrancada popular se transformou em uma epopéa. As forças militares se solidarizaram com o povo. A policia, o corpo de bombeiros, as fortalezas, os fortes, os fortins, a Armada, todas as forças vivas da Patria, enfim, commungaram o mesmo ideal e tomaram o ultimo reducto em que se abrigara a tyrannia brasileira.

Quando o general Menna Barreto ia apresentar ao sr. Washington Luis a intimação da revolução victoriosa, o então presidente da Republica fugiu. Fugiu covardemente, como um criminoso vulgar. Tomou ás pressas um rebocador e buscou asylo em um dos vasos de guerra surtos no porto. Foi preso, porém. Voltou o rebocador ao caes e ali esteve algumas horas, até que a junta revolucionaria determinou o seu recolhimento á Fortaleza de Copacabana, a mesma fortaleza onde ha 8 annos e pouco tempo mais Siqueira Campos, Newton Prado e outros escreveram o prologo dessa grande movimento de saneamento da Republica.

Está ahí como terminou a administração desse homem que tanto mal fez ao Brasil durante quatro annos de governo.

ULTIMAS NOTICIAS DO DIA

Figura 2 - Matéria divulgada no jornal *Lavoura e Commercio* em Uberaba

Fonte: <<http://www.uberaba.mg.gov.br:8080/lavouraecomercio/resources/edicoes/edicao5501.pdf>>. Acesso em 01 jan. 2016.

Com relação à situação de Goiás, na mesma edição desse jornal foi publicada uma matéria que evidenciava o declínio da oligarquia da família Caiado, conforme se pode ler na

figura de número 3, com destaque ao coronel Quintino Vargas<sup>8</sup>:



Figura 3 - Matéria divulgada no jornal *Lavoura e Commercio* em Uberaba

Fonte: <<http://www.uberaba.mg.gov.br:8080/lavouraeconomia/resources/edicoes/edicao5501.pdf>>. Acesso em: 01 jan.2016.

Embora os mineiros tivessem se aproximado dos gaúchos em 1930 (MENDONÇA, 2008), quem venceu as eleições foi Júlio Prestes, candidato apoiado por Washington Luís. Assim, começaram as articulações para a Revolução de 1930 que, no final, elevou Getúlio Vargas - de derrotado a poderoso – à Presidência da República.

Com um discurso afinado com o Presidente Getúlio Vargas desde a militância na cidade de Rio Verde, Pedro Ludovico Teixeira<sup>9</sup> projetou-se como líder estadual no cenário nacional

<sup>8</sup> Quintino Vargas estava no comando do Estado Maior Revolucionário. Foi apresentado por seu irmão, o coronel José Vargas da Silva, assistente militar do Secretário do Interior, que compunha o quadro dirigente da Revolução. Por sua grande experiência de tropeiro e de profundo conhecedor da região, apareceu como elemento capaz de chefiar uma expedição para conter a situação crítica apresentada no setor de Goiás. As forças revolucionárias seriam anuladas diante da ameaça de um batalhão localizado em Ipameri que pretendia ocupar o Triângulo Mineiro, o que poria a situação de Minas em dificuldades. Para a consolidação de tais objetivos, foi redigida uma “carta de prego” que fornecia a Quintino Vargas elementos de polícia militar e armamentos e lhe conferia responsabilidade pelo arregimentação de voluntários e pelo avanço para a capital goiana. Assim, organizando a “Coluna Artur Bernardes” e avançando para o planalto, entrevistou em cidades e povoações, como Cristalina, Santa Luzia e Formosa, onde efetuou prisões de prefeitos e chefes políticos que ofereciam resistência. Ao ocupar o estado de Goiás, contribuiu para desarticular e provocar o recuo das forças organizadas pelo governo dos Caiado. Chegando à capital, as tropas mineiras ocuparam o Palácio do Governo, abandonado pelo Senador Antônio Ramos Caiado e seu Estado Maior. Em seguida, quando se encontrava empossado o Dr. Carlos Pinheiro Chagas na Interventoria Federal, o coronel Quintino Vargas (título desde então adquirido) recebeu um telegrama do Presidente Olegário Maciel pedindo-lhe que assumisse a Interventoria Goiana, já que o Dr. Carlos Pinheiro Chagas precisava voltar a Minas. Conforme consta em depoimentos de pessoas contemporâneas ao fato, o coronel respondeu negativamente, afirmando que a direção do estado deveria ser entregue aos goianos. Com o retorno do Dr. Pinheiro Chagas, foi constituída uma junta governativa composta por Pedro Ludovico Teixeira, Mano Caiado e Emílio Póvoa, figuras da política goiana no movimento liberal. Quintino Vargas foi o primeiro prefeito de Paracatu. Fonte: <<https://paracatumemoria.wordpress.com/paracatu/galeria-de-ex-prefeitos/>>. Acesso em: 10 jan. 2016.

<sup>9</sup> Pedro Ludovico Teixeira nasceu no dia 23 de outubro de 1891, na Cidade de Goiás, capital do estado. Filho do médico e escritor João Teixeira Álvares e de Josefina Ludovico, concluiu o ensino secundário no Liceu da Cidade de Goiás e formou-se em medicina da Universidade do Brasil, na cidade do Rio de Janeiro. Em 1916, já como médico, mudou-se para Bela Vista de Goiás, onde clinicou por um ano. Posteriormente, mudou-se para a cidade de Rio Verde, onde se casou em 1918 com Gercina Borges, filha do rico senador estadual Antônio Martins Borges, e ali continuou no exercício da profissão de médico. Em 1919, foi um dos fundadores do jornal *O Sudoeste*, que se constituiu na principal via de ataques à família Caiado, fazendo oposição ao governo.



e, após a Revolução de 1930 e com a boa performance do movimento revolucionário liderado pelos interesses do Presidente Vargas, foi nomeado Interventor do Estado de Goiás sob a tutela presidencial.

Segundo Pires (2014, p. 103):

Goiânia é a maior obra realizada por Pedro Ludovico, tanto no plano político, quanto na grandeza de sua construção física. No plano educacional o interventor construiu na nova capital o Grupo Escolar Modelo, mas seu grande feito, nesse campo, foi impulsionar a construção do prédio da Escola Técnica de Goiânia. A escola foi construída com recursos federais, no entanto, sua concepção arquitetônica estava totalmente inserida nas representações que permearam o planejamento arquitetônico de Goiânia. Essas representações estavam impregnadas de sentimentos de modernização e de progresso. Assim a imagem de sua maior escola também deveria invocar tais imaginários, pois era preciso, nesse momento, disciplinar para uma nova cidade. O cidadão a ser educado não era mais aquele que fora vítima, no passado, da pobreza extrema, os “desfavorecidos da fortuna”. Por isso a escola, naquele novo momento, trazia nos seus traços arquitetônico a marca da Art Decó, a mesma que dava os contornos para o traçado e as construções da nova capital. Educava-se agora para o progresso e para a modernização. Por isso o novo prédio escolar mobilizava essas representações. Nos seus espaços amplos, na fachada limpa de detalhes, mas marcada por uma concepção arquitetônica característica, o prédio apontava para o futuro, movimentava-se assim o imaginário que convocava a todos para a construção de uma cidade “moderna”.

O local onde seria instalada a nova capital passou por uma formatação organizada por uma comissão instaurada mediante o Decreto n°2.737, de 20 de dezembro de 1932. A escolha recaiu sobre as proximidades de Campinas, por essa região apresentar uma topografia adequada, além de se constituir um ponto facilitador de progresso. A pedra fundamental foi lançada no dia 24 de outubro de 1933.

O Decreto n° 237 de agosto de 1935 determinou a mudança da capital, utilizando o nome *Goiânia* pela primeira vez, e em 7 de novembro de 1935 realizou-se a mudança provisória, com a instalação da sede do Poder Executivo em um dos primeiros prédios construídos na rua 20. Nessa data Pedro Ludovico, juntamente com sua família, transferiu a sua residência para Goiânia em caráter definitivo. (SÁ, 2014, p. 125).

O nome Goiânia foi sugerido pelo Professor Alfredo de Faria Castro<sup>10</sup>, em um concurso para a escolha do nome da nova metrópole promovido pelo jornal “O Social” em outubro de 1933 (Figura 4).

---

<sup>10</sup> Alfredo de Faria Castro foi professor do Liceu de Goiás e participou da fundação do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás no dia 7 de outubro de 1933, sendo o segundo secretário. Participou do concurso para escolha do nome da capital com o pseudônimo de Caramuru Índio do Brasil, que ficou oculto por uma década.

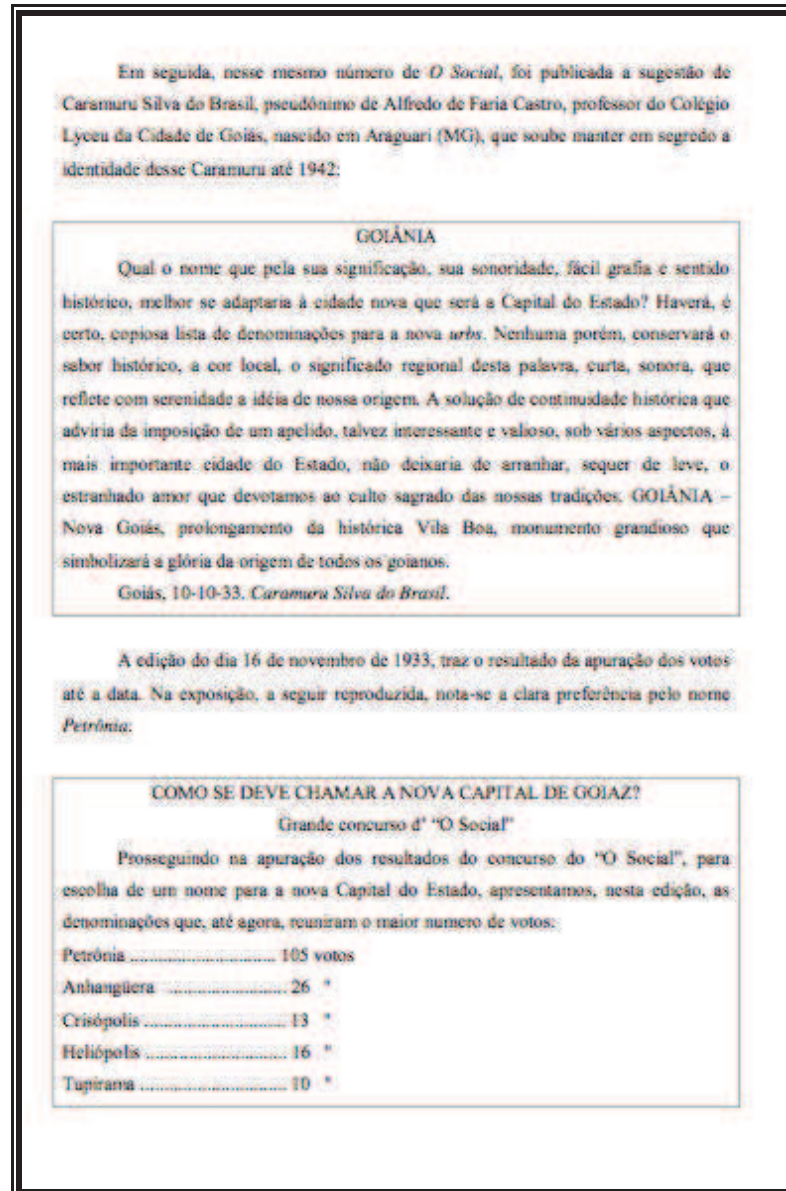


Figura 4 - O processo de escolha do nome Goiânia

Fonte: <<http://odia-a-historia.blogspot.com.br/2015/04/capital-goiania-goias.html>>. Acesso em: 20 set..2015.

Posteriormente, Goiânia foi cantada em versos e em prosa, conforme comentário de Quintela e Castro (2014, p. 1-2):

Bernardo Élis<sup>11</sup> não o menciona, mas Goiânia é, provavelmente, a única cidade da lusofonia cujo topônimo reproduz, casual ou propositalmente, o título de um livro.

<sup>11</sup> Bernardo Élis Fleury de Campos Curado nasceu em Corumbá de Goiás (GO) em 15 de novembro de 1915 e faleceu no dia 30 de novembro de 1997 na mesma cidade. Autodidata no início de seus estudos, posteriormente se matriculou no liceu da antiga capital do estado de Goiás. Formou-se em Direito pela Faculdade de Goiânia. Em 1936, foi escrivão da Delegacia de Polícia em Anápolis. Em 1939 foi nomeado secretário da Prefeitura Municipal de Goiânia. Foi professor da Universidade Católica de Goiás, do Centro de Estudos Brasileiros da Universidade Federal de Goiás e da Escola Técnica de Goiânia (ETG). Foi membro da Academia Brasileira de Letras, como quarto ocupante da Cadeira 1, eleito em 23 de outubro de 1975, membro da Academia Estadual de Letras de Goiás, da Academia de Letras de Brasília e do Instituto Histórico. (Ver Anexo 35 sua portaria de nomeação para professor da ETG).



Todavia, antes de ser “Goiânia”, esta cidade era referida nos documentos públicos como “futura Capital”, “nova Capital” ou, simplesmente, “nova Cidade”. À cidade à que pelo Decreto nº 1.816, de 23 de março de 1937, foi transferida a capital do Estado, deu-se a denominação de Goiânia por força do disposto no artigo 1º do Decreto legislativo nº 327, de 2 de agosto de 1935. Isso significa que a cidade cuja construção determinara o Decreto nº 3.359, de 18 de maio de 1933, permaneceu, durante dois anos, no âmbito legal, inominada. A Goiânia oficial da década de 1930 não recebeu unicamente os reflexos projetados para a hinterlândia pelo urbanismo francês de Atílio Correia Lima<sup>12</sup>, a cidade-jardim adaptada por Armando de Godói<sup>13</sup> e, em algumas residências e nos edifícios públicos, a arquitetura em estilo art déco. A Goiânia da revolução de 1930 também não é, só, a materialização da vontade de erigir uma capital que, à margem das oligarquias da República Velha da Cidade de Goiás, simbolizasse um plano de integração nacional, concebido mediante a Marcha para o Oeste. Essa Goiânia é também a adaptação ortográfica, e supostamente fonética, do nome de um livro.

Com uma nova capital construída no final da década de 30, quando o país engendrava um processo de transformação em todos os campos, movimentando principalmente os setores da economia e da vida social e política, o estado de Goiás sofria reflexos dessas mudanças e por isso havia necessidade de desbravar terras, plantar mais e ampliar o mercado interno.

É fundamental que se reconheça que, a despeito das lutas de interesses e de argumentos que precederam a mudança da capital, duas contribuições foram fundamentais:

- a) A criação da Estrada de Ferro de Goiás em 1909, cujos trilhos chegaram ao estado em 1913, inicialmente a Cumari, na divisa de Minas Gerais com Goiás, e em seguida a Goiandira (que era distrito de Catalão) e Ipameri (1913). Depois, chegaram a Catalão e Roncador (1914), mais tarde a Pires do Rio (1922), Vianópolis (1924) e Silvânia (1930) e, por fim, a Leopoldo de Bulhões (1931). Goiás estava se inserindo, assim, no cenário nacional de forma lenta e gradual, com ideias novas que pululavam na sociedade, o que de certa maneira fazia uma contraposição ao coronelismo e ao clientelismo (SÁ, 2014, p. 118).
- b) O outro fator que contribuiu sobremaneira para inserir o estado no seio das comunicações foi a invenção do telégrafo, em 1891.

<sup>12</sup> Atílio Corrêa Lima nasceu em 1901 na cidade de Roma. Graduiu-se em Arquitetura e Pintura em 1925 na Escola Nacional de Belas Artes (ENBA), no Rio de Janeiro, e em Urbanismo, em 1930, pela Sorbonne, no Instituto de Urbanismo da Universidade de Paris (IUUP), sendo o primeiro urbanista formado do Brasil. Foi um dos grandes pioneiros da arquitetura moderna brasileira e um dos iniciadores do ensino do urbanismo no país. Faleceu no Rio de Janeiro em 1943. Seu projeto mais conhecido foi o plano urbanístico de Goiânia. (SÁ, 2014, p. 136).

<sup>13</sup> Armando Augusto de Godoy (1876-1944): engenheiro formado, em 1903, pela Escola Politécnica da Universidade do Distrito Federal, onde atuou como profissional e teve grande participação no plano urbanístico da cidade do Rio de Janeiro. Como teórico, publicou importantes artigos sobre urbanismo, discutindo as tendências dos urbanistas de sua época. O projeto urbanístico mais relevante sobre o qual Armando de Godoy teve influência foi o da construção da cidade de Goiânia. Apesar de não ter sido o autor do plano-piloto da capital goiana, cuja autoria é de Atílio Corrêa Lima, Armando de Godoy foi o idealizador das alterações mais significativas no projeto original da cidade (SÁ, 2014, p. 136).

É óbvio que o primeiro caso demandou recursos de grande monta, uma vez que os trilhos tinham custo muito elevado. Com a Estrada de Ferro, que permitiu levar pessoas e mercadorias e ditar costumes, o estado de Goiás evidenciou um crescimento sensível e a modernidade lhe pareceu muito próxima.

Goiás representava um campo de muitas possibilidades e isso foi divulgado de forma efetiva, tanto no âmbito do próprio estado quanto em nível nacional. Um exemplo foi a matéria publicada pelo jornal *Lavoura e Commercio* datada de 6 de julho de 1943, que abordava a política de Vargas denominada “Marcha para o Oeste” (Figura 5).

**Preciosa documentação sobre a  
marcha para o Oeste**

O Brasil, país novo e de incalculáveis possibilidades econômicas, terá, sem dúvida alguma, na propaganda, fator decisivo de progresso e de civilização.

O exemplo de Goiás é dos nossos dias. Estado, até há pouco nial conhecido, conseguiu, em menos de oito anos, através de uma campanha publicitária, levar ao conhecimento de todos os recantos do território nacional, as suas imensas riquezas, atraindo, assim, por esse meio, para suas terras, uma corrente emigratória constante e apreciável, a qual muito tem contribuído para que se preencham, sem mais demora, os elaros demográficos existentes no Brasil Central.

Desde 1935, data em que foi fundado, vem o Departamento de Propaganda de Goiás, através de comunicados diários, fazendo a propaganda do potencial econômico do Oeste Brasileiro.

Nesses comunicados que tiveram grande aceitação por parte de nossa imprensa, eram estudadas as riquezas naturais daquela importante região brasileira, particularmente no que se refere ao domínio de sua mineralogia, havendo mesmo um deles, também da autoria do Diretor do DEIP goiano, alusivo às famosas jazidas niquelíferas de Goiás, conseguido publicidade em mais de 120 jornais norte-americanos.

Agora, o DEIP daquele Estado, conseguiu, com o concurso da LUX-JORNAL, recolher todo esse material, na sua quasi totalidade distribuído pela propaganda de Goiás, e enfeixá-lo em 86 volumes, muitos deles de mais de 600 páginas.

Os comunicados a respeito da construção de Goiânia ocupam varios volumes. Ali estão registradas as dificuldades de ordem econômica e política que o interventor Pedro Ludovico teve de enfrentar para tornar em realidade uma das mais veias e justas aspirações do povo goiano.

Esses 86 volumes, não só refletem a atividade da propaganda de Goiás, como ainda constituem a maior documentação até hoje existente sobre os magníficos resultados produzidos naquela região pela Marcha para Oeste, movimento nacionalista em boa hora preconizado pelo Presidente Getúlio Vargas.

O DEIP goiano e a LUX-JORNAL, reunindo em volume essa imensidade de recortes que registam a evolução civilizadora verificada, nesses últimos tempos, em uma das mais importantes regiões do país, prestam ao Brasil e, particularmente, a seus historiadores relevantes serviços, de vez que os mesmos terão ali uma fonte de informações sobre o surto de progresso por que atravessa o Oeste.

Através desses volumes se observa também, o interesse dos jornais brasileiros constatado pela acolhida que deram às notícias enviadas pela propaganda de Goiás, o que não deixa de representar uma valiosa contribuição para o êxito da Marcha para o Oeste.

Figura 5 - Propaganda política expansionista da “Marcha para o Oeste”

Em 5 de julho de 1942 a cidade de Goiânia, cuja população que girava em torno de 14 mil habitantes, teve o seu Batismo Cultural organizado sob eventos que definitivamente projetariam o estado de Goiás no cenário político nacional e que contou com presenças ilustres, entre elas o Presidente da República Getúlio Vargas.

Finalmente, com a transferência da capital do Estado foi decretada a extinção da Escola de Aprendizes Artífices na Cidade de Goiás, pondo um ponto final num trabalho que durou três décadas e que, de forma totalmente alijada de qualquer nuance de caráter depreciativo, modificou e envolveu alunos, mestres e profissionais administrativos, ainda que em número reduzido, mas que fizeram a sua história e quiçá tenham mudado para melhor as suas vidas.

## **2.2 A Escola Técnica de Goiânia**

A escola da nova capital ganhara um local especial no centro da nova metrópole, em uma edificação custeada pelo governo federal assente à rua 75, nº 46. A Lei Orgânica do ensino (Decreto-Lei nº 4.078 de 30 de janeiro de 1942) extinguiu os Liceus Industriais que seriam os prováveis substitutos da Escola de Aprendizes Artífices (PIRES, 2014, p. 68). Nem bem foram gestados e já entraram em inanição, sem mesmo terem sido materializados.

O nome escolhido para a escola da nova capital foi Escola Técnica de Goiânia, com a sigla ETG, sob os auspícios do Decreto-Lei de nº 4.127, de 25 de fevereiro de 1942, sob traços de modernidade que a nova capital requeria para a sua afirmação no cenário nacional. A instituição ainda não começara as suas atividades e já se tornara local de eventos significativos, entre eles servir de palco para acontecimentos políticos com toques de notoriedade, bem como ser suporte de feiras e exposições de produtos. Inserida no coração de Goiânia, a instituição começara também um mergulho em sua história ainda incipiente, como uma debutante tímida que não tinha completado a sua formação e estava à procura de consolidação. Nesse contexto, a Escola Técnica de Goiânia recebeu a construção do pórtico pelo lado da rua 66 - que sacramentaria definitivamente a sua galhardia - e se tornou o cenário que deu suporte ao Batismo Cultural da cidade (Ver fotos 4 a 6 a seguir).

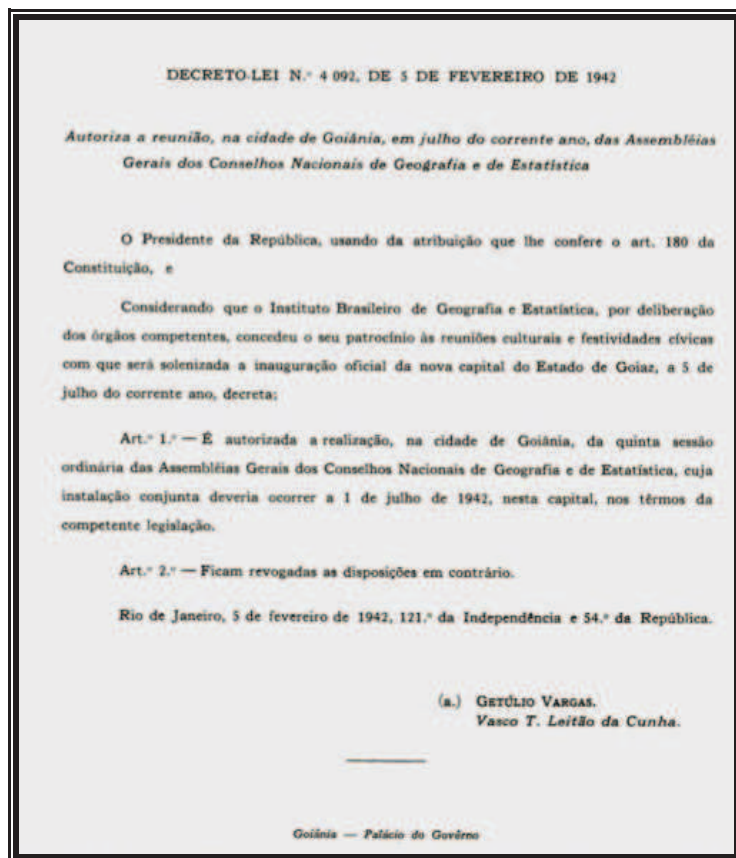
A Escola Técnica de Goiânia oferecia o Ensino Industrial Básico (primeiro ciclo) e para seu acesso havia primeiramente o requisito de ter concluído o ensino primário e, posteriormente, submeter-se ao exame vestibular composto de provas das disciplinas Português e Aritmética, além de uma avaliação de aptidão mental.

A instituição também oferecia os cursos técnicos industriais (segundo ciclo), que tinham como requisitos: a) ter concluído o primeiro ciclo ou equivalente e b) fazer o exame de



admissão com exigências de conhecimentos nas disciplinas Português, Matemática e Desenho. O primeiro e o segundo ciclo concluídos eram equiparados ao ensino médio.

Foto 4 - “Batismo Cultural de Goiânia” - Decreto-lei n. 4.092, fev. 1942



Fonte: Acervo do MUBAN – Cidade de Goiás

Foto 5 - Pórtico de 8,20 metros construído para a Exposição Cultural Econômica de Goiânia de 1942 em Art Déco (foto antiga) e o portal comemorativo da exposição localizado no Bloco 300, na parte interna da instituição, restaurado nos anos 1990 (foto colorida).



Fonte: Comunicação Social do IFG - Câmpus de Goiânia

Foto 6 - Exposição Cultural Econômica de Goiânia de 1942 com a visita do Interventor Pedro Ludovico e sua esposa Gercina Teixeira



Fonte: Comunicação Social do IFG - Câmpus de Goiânia..

A história do ensino havia mudado, assim como houve a mudança da capital. Na Escola de Aprendizes Artífices o ofício ensinado era compatível ou equivalente ao ensino primário e, não obstante, o ingresso exigia apenas o requerimento preenchido sem o domínio de nenhum conhecimento prévio; quando o candidato não apresentava nenhuma habilidade de escrita e de leitura, a própria escola se incumbia de lhe oportunizar uma iniciação. Já a nova escola oferecia o regime de internato para os alunos mais carentes, previamente selecionados, e de externato para os demais alunos. Havia dormitórios e refeitório para os internos e o almoço era destinado a todos os alunos, independentemente de serem ou não internos. Após essa refeição, os externos eram liberados.

A Escola Técnica de Goiânia começou suas atividades somente em 1943. Apresentava um hiato entre a sua antecessora e ela mesma, período de inatividade temporária que fez com que os alunos Escola de Aprendizes Artífices da Cidade de Goiás (que aguardavam sua remoção para a nova escola na cidade de Goiânia) ficassem pouco mais de um ano sem poder estudar. Ao iniciar suas atividades (1943), a escola fez um processo seletivo. A segunda turma apresentou uma novidade ímpar: a presença das mulheres em 1944, aceitas no regime externo. O chamado segundo ciclo só começou efetivamente em 1947.

Há que se registrar que o período compreendido entre o início das atividades da Escola de Aprendizes Artífices até o ano em que a Escola Técnica de Goiânia, mantida pelo governo do estado, se transformou em Escola Técnica Federal de Goiás (1959) foi marcado por uma

sucessão de decretos e leis e por uma Constituição que ampararam o ensino profissional, como mostram os quadros 1 e 2.

Quadro 1 - Cronologia da legislação do ensino profissional de 1909-1941

Ano	Encaminhamentos
1909	O Presidente da República Nilo Peçanha sanciona o Decreto-Lei nº 7.566, de 23 de setembro de 1909, que oficializa e institui a educação profissional. Foram criadas 19 Escolas de Aprendizes Artífices distribuída pelos estados brasileiros.
1930	Criação de escolas superiores para formação de profissionais na área de recursos humanos para atender o processo produtivo (início da industrialização do Brasil)
1937	O Estado tem como dever a responsabilidade sobre as escolas vocacionais (Constituição de 1937), associadas em regime colaborativo com as indústrias e com os sindicatos econômicos, criar, na esfera de sua especialidade, escolas de aprendizes, tendo como público-alvo os filhos de seus operários e associados.
1940	Surgimento do chamado Sistema S. (geridas pelos empresários com recolhimento de 1% do total da folha de salários e com fiscalização do Poder Público). Surgimento de instituições responsáveis pela formação de mão-de-obra destinada à Indústria e o Comércio.
1941	Vigora uma série de leis conhecidas como a “Reforma Capanema” que remodelou todo o ensino no país, e tinha como principais pontos: - o ensino profissional passou a ser considerado de nível médio - o ingresso nas escolas industriais passou a depender de exames de admissão - os cursos foram divididos em dois níveis, correspondentes aos dois ciclos do novo ensino médio: o primeiro compreendia os cursos básico industrial, artesanal, de aprendizagem e de mestria. O segundo ciclo correspondia ao curso técnico industrial, com três anos de duração e mais um de estágio supervisionado na indústria, e compreendendo várias especialidades.
1942	Criação do SENAI <b>Decreto nº 4.127</b> – de 25 de fevereiro de 1942 transforma as Escola de Aprendizes e Artífices em Escolas Industriais e Técnicas, passando a oferecer a formação profissional em nível equivalente ao do secundário.

Fonte: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4073-30-janeiro-1942-414503-133697-pe.html>>. Acesso em: 20 ago. 2015.

Quadro 2 - Cronologia da legislação do ensino profissional 1941-1959

Ano	Encaminhamentos
1942	Decreto-lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942 - Lei Orgânica do Ensino Industrial. Decreto-lei nº 4.244, de 9 de abril de 1942 - Criação da Lei Orgânica da Educação Nacional do Ensino Secundário.
1943	Decreto-lei nº 6.141, de 28 de dezembro de 1943 - Criação da Lei Orgânica da Educação Nacional do Ensino Comercial.
1946	Criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC). Criação do Serviço Social do Comércio (SESC) e Serviço Social da Indústria (SESI). Decreto-lei nº 8.530, de 2 de janeiro de 1946 - Criação da Lei Orgânica do Ensino Normal. Decreto-lei nº 9.613, de 20 de agosto de 1946 - Criação da Lei Orgânica do Ensino Agrícola.
1959	Escolas industriais e técnicas são transformadas em autarquias com o nome de Escolas Técnicas Federais.

Fonte: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4073-30-janeiro-1942-414503-133697-pe.html>> Acesso em: 20 ago.2015.

Por outro lado, até a promulgação da Lei Orgânica de 1942 que regulamentou o ensino industrial no Brasil, pode-se afirmar que toda a rede federal de escolas de ensino profissional teve o seu funcionamento tutelado por uma série de decretos cujos textos formalizavam aspectos, como:

- a submissão de toda a rede federal de escolas de ensino profissional à União;
- a determinação dos alunos beneficiários dessa rede - seriam os “desvalidos da fortuna”;
- a inspeção de toda a rede – ficaria subordinada ao Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio;
- a segregação entre o ensino dos ofícios e os cursos Primário e de Desenho;
- a subordinação do perfil dos ofícios (a serem ensinados) aos interesses e às condições industriais do estado onde a escola fosse assentada e,
- a autonomia das escolas na concepção dos programas dos cursos.

Os referidos decretos<sup>14</sup> estão assim organizados:

- Decreto n° 7.566, de 23 de setembro de 1909. Cria nas capitais dos Estados da República Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino primário e gratuito;
- Decreto n° 7.649, de 11 de dezembro de 1909. Cria nas Escolas de Aprendizes Artífices, a que se refere o Decreto n° 7.566, de 23 de setembro último, os lugares de professores dos cursos primários noturnos e de desenho, e dá outras providências;
- Decreto n° 7.763, de 23 de dezembro de 1909. Altera os decretos n° 7.566 e n° 7.649, de 23 de setembro e 11 de novembro últimos, referentes à criação das Escolas de Aprendizes Artífices nas capitais dos estados e à nomeação de professores para os respectivos cursos noturnos – Primário e de Desenho;
- Decreto de n° 9.070 de 25 de outubro de 1911. Dá novo regulamento às Escolas de Aprendizes Artífices. Editado no governo do Marechal Hermes da Fonseca, que sucedeu Nilo Peçanha na Presidência da República e regulamentado pelo Ministro da Agricultura e Comércio Pedro Toledo;
- Decreto-Lei n° 13.064, de 12 de junho de 1918. Regulamento Pereira Lima, Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio do governo Hermes da Fonseca;
- Portaria de Consolidação de 1926 dos dispositivos concernentes às Escolas de Aprendizes Artífices, de 13 de novembro de 1926.

Com relação ao Decreto-lei n° 4073, que criava a Lei Orgânica Industrial, Cunha (2005b, p. 37) observou:

---

<sup>14</sup> Resumo extraído do texto “*O ensino Técnico Industrial no Brasil da República Velha ao Estado Novo*”, da PUC-RIO com certificação digital 0610617/CA.

A aprendizagem estava prevista na lei orgânica de modo a interar o conjunto mais abrangente do ensino industrial como uma das suas modalidades, no 1 ciclo, mas de uma forma tal que era preciso completá-la com legislação específica. Por isso, a lei orgânica tratava da aprendizagem muito mais brevemente do que nos outros documentos legais expedidos desde agosto de 1938. Estipulava que os empregadores seriam obrigados a manter menores, em regime de aprendizagem, naquelas atividades cujo exercício demandassem formação profissional. A aprendizagem deveria ser conduzida metodicamente, em escolas mantidas pela indústria junto às oficinas ou nas suas proximidades, durante o horário de trabalho e sem prejuízo do salário. Sua duração seria de um a quatro anos, abrangendo disciplinas de cultura geral e cultura técnica. Previa, também, significativamente, a subordinação dessas escolas de aprendizagem a “serviços”, numa alusão óbvia ao Senai.

A lei era clara na distinção das escolas de aprendizagem (destinadas aos que trabalhavam até mesmo pela força do nome Aprendiz) das escolas industriais, que eram destinadas aos menores que ainda não trabalhavam. Segundo Cunha (2005b, p. 37), a lei também trazia no seu bojo outra distinção muito importante, ao escrever que:

Os cursos industriais (básicos) são destinados ao ensino, de modo completo, de um ofício cujo exercício requeira a mais longa formação profissional. Por outro lado, “os cursos de aprendizagem são destinados a ensinar, metodicamente aos aprendizes dos estabelecimentos industriais, em período variável, e sob regime de horário reduzido, o seu ofício.

Cabe uma ressalva muito importante no tocante às leis orgânicas criadas a partir de 1942: elas funcionavam como mecanismo para impor o cumprimento dos compromissos assumidos pelo Estado Novo, além de apontarem para uma expectativa de associação e correlação entre os tipos e os níveis de ensino na educação nacional. Assim, o sistema educacional ficou com a seguinte configuração (Quadro 3):

Quadro 3 - Organização do ensino no período de 1942 a 1946<sup>15</sup>

Nível de Ensino		Duração	Destinação	Legislação
Primário		4 ou 5 anos	Crianças de 7 a 12 anos	Decreto-Lei nº 8.529 02/01/1946
Médio	Ensino Secundário *	7 anos	Maiores de 12 anos	Decreto-Lei nº 4.244 09/04/1942
	Ensino Agrícola *			Decreto-Lei nº 9.61320/08/1946
	Ensino Industrial*			Decreto-Lei nº 4.073 30/01/1942
	Ensino Comercial*			Decreto-Lei nº 6.14128/12/1943
	Ensino Normal*			Decreto-Lei nº 8.53002/01/1946

Fonte: Cunha (2005b, p. 41)

<sup>15</sup> O primeiro ciclo do ensino secundário, o ginásio era propedêutico ao segundo ciclo respectivo: o colégial e também ao segundo ciclo dos demais ramos. O mesmo não acontecia com os primeiros ciclos dos ramos profissionais, que eram preparatórios somente para os seus respectivos segundos ciclos.





Cumpra fazer uma ressalva no tocante à comparação entre a Escola de Aprendizes Artífices de Goiás e a Escola Técnica de Goiânia: o que prevalecia na primeira era uma formação mais voltada para o artesão; na segunda, com a introdução dos dois novos cursos, houve um enfoque mais voltado para a produção industrial (SÁ, 2014).

Outras constatações significativas e com um desenho bem definido na sua estrutura foram ainda levantadas e comprovadas por Sá (2014), com relação ao efetivo início das atividades dos cursos técnicos industriais na Escola Técnica Federal de Goiânia que se deu no ano de 1947. Havia necessidade de que se formasse a primeira turma do Industrial Básico de maneira que esses alunos, em continuidade, constituíssem a clientela daqueles cursos – o que foi possível após o período compreendido entre 1943 e 1946 (que acarretava uma duração de 4 anos). Depois desse período começaram a funcionar, em 1947, os primeiros cursos do segundo ciclo, a saber: Curso Técnico de Construção de Máquinas e Motores, Curso Técnico de Edificações e Curso Técnico de Eletrotécnica.

A Escola Técnica de Goiânia, impulsionada por fazer parte da nova capital do estado e no rompante que o Brasil estava apresentando no tocante ao industrialismo, parecia surgir num novo panorama, com novas oficinas e nova organização acadêmica que poderiam contemplar muito mais jovens e adolescentes e promover a ascensão social e profissional de muitos deles. Do ponto de vista político, econômico e social não havia, entretanto, nenhuma transformação e isso ajudava a manter um sistema social que permanecia.

Essas considerações remetem a um elemento fundamental do âmbito dos gestores políticos do Brasil: eles estão cada vez mais distantes do diálogo com os cidadãos e por isso mesmo, ainda que alguns consigam entender as dificuldades do cotidiano destes, não conseguem traduzir isso de forma efetiva para o campo político. No entender de Fitoussi e Rosanvallon (1997, p. 210-211):

Se hoje se contesta tantos os políticos é porque o mesmo não deixou de responder, desde vinte e cinco anos, com opacidade à construção de falsas esperanças...[...] por isso é que quando a distância entre a sociedade e o sistema político seja um feito grave e preocupante, não podemos nos contentar com uma denúncia tão vaga e generalizada da classe política para fazer com que as coisas avancem. Se uma parte dela vive em condições que não tem nada a ver com seus concidadãos, ao mesmo tempo deve-se comprovar que muitos homens políticos estão em contato permanente com as dificuldades cotidianas de seus eleitores. O problema então, não é que os políticos, considerados individual e particularmente, estejam pessoalmente afastados dos seus concidadãos, mas sim que compreendem mal a sociedade globalmente considerada. Posto que essa sim é sem dúvida o paradoxo: Os deputados, qualquer que seja a formação a que pertencem, passam a vida conhecendo gente e resolvendo os problemas de seus eleitores, mas não sabem traduzir este conhecimento para o campo político. Têm perdido sua capacidade de intermediação e de porta-vozes, para

não ser mais que acompanhantes silenciosos de um cotidiano não elucidado, incompreensível. (Tradução nossa).<sup>16</sup>

Mais adiante os autores afirmam que é preciso inventar uma “política da experiência”, que parta do cotidiano das pessoas para deduzir dali reformas gerais e não o inverso. Além do mais, a política não pode ser confundida com gestão, porque o seu objeto nada mais é do que uma deliberação sobre as normas de justiça - a gestão das diferenças. É preciso delimitar o campo do que deve ser igual e o que pode seguir adiante como desigual. Por essa razão, muito profunda, aliás, é que a política não se confunde com gestão. (FITOUSSI; ROSANVALLON, 1997, p. 213).

A escola da nova capital avançou significativamente desde a sua criação e depois se tornou uma autarquia, passando a se chamar Escola Técnica Federal de Goiás. E o que mudou em tudo isso? Até que se tornasse uma autarquia, em 1959, aos poucos o ginásio industrial foi se esvaziando e deixando que o chamado segundo ciclo (ensino médio) se fortalecesse e viesse, mais adiante, se constituir numa forma definitiva de opção curricular e até mesmo na missão e no perfil conhecido da instituição ao longo de muitos anos. Realmente, desde 1959<sup>17</sup> até os anos de 1999, quando foi transformada em Centro Federal de Educação Tecnológica do Estado de Goiás, o núcleo de ensino técnico profissionalizante de nível médio da Escola Técnica Federal de Goiás formava profissionais com qualificação para serem inseridos no mercado, como também ministrava conteúdos de cunho propedêutico.

O perfil dos alunos que frequentavam a instituição enquanto ETFG era composto de trabalhadores que almejavam uma melhoria na condição social e na qualidade de vida e que, em quase sua totalidade, estavam interessados numa qualificação para ascensão social via mercado de trabalho. Isso foi uma tônica durante quase todo o período que antecedeu ao processo de cefetização da ETFG, muito em virtude dos cursos técnicos no período noturno permitirem aos alunos trabalhadores acesso à escolaridade.

---

<sup>16</sup> Si hoy en día se impugna tanto a lo político, es porque este mismo no hadejado, desde veinticinco años, de responder a la opacidad con la construcción de falsas esperanzas...[...]es por eso que, aun cuando la distancia entre la sociedad y el sistema político sea un hecho grave y preocupante, no podemos contentarnos con una denuncia tan vaga como general de la clase política para hacer las cosas avancen. Si una parte de ella vive en unas condiciones que no tienen nada que ver con las de sus conciudadanos, al mismo tiempo debe comprobarse que muchos hombres políticos están en contacto permanente con las dificultades cotidianas de sus electores. El Problema, entonces, no es que los políticos, considerados individual y particularmente, estén personalmente apartados de sus conciudadanos, sino que comprenden mal la sociedad globalmente considerada. Puesto que ésa es sin duda la paradoja: los diputados, cualquiera sea la formación a la que pertenecen, se pasan la vida conociendo gente y arreglando los problemas de sus electores, pero no saben traducir este conocimiento en el campo político. Han perdido su capacidad de intermediación y portavoces, para no ser más que acompañantes silenciosos de una cotidianidad no dilucidada, incompresible.

<sup>17</sup> Nesse período era diretor da Escola Técnica de Goiânia, agora Escola Técnica Federal de Goiás, o senhor Jorge Félix de Souza, que estivera em 1958 na posse do Dr. Jerônimo Geraldo de Queiroz na Faculdade de Direito de Goiânia (ANEXO F).

Aos poucos, a ETEG foi construindo uma equipe de professores cujo pensamento filosófico, formação e atuação pautavam-se na escola tradicional. Isso foi muito marcante no período em se considera o ano de 1959 (quando se tornou uma autarquia federal, ainda que somente em 1965 passasse a se chamar Escola Técnica Federal de Goiás, em substituição ao nome Escola Técnica de Goiânia) até o ano de 1999, quando passou a se denominar Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás (CEFET-GO).

Essa é uma constatação feita por mim mesmo, que me ingressei na instituição em fevereiro de 1980 com graduação em Engenharia Civil e vivenciei minha primeira experiência como docente. O contato com os colegas e a forma tradicional de lidar, tanto com o conteúdo como com os alunos, me permitem fazer tal afirmação, porque me incluo nessa perspectiva e na forma filosófico-pedagógica de ministrar aulas e abordar os conteúdos. Não obstante, é verdade que, mesmo nesse paradoxo que envolve o pensamento tradicionalista do professor, o contexto social da época, a forma dominante de lidar com a disciplina e toda a complexidade que envolve uma sala de aula e considerando o sucesso dos alunos que saíam para o mercado de trabalho, todo esse quadro constituiu-se e ainda constitui um pressuposto para o resgate da educação que possa, no futuro, abolir a reprodução do sistema dominante/dominado. Como afirma Machado (1989, p. 124), quando cita Marx e se referindo à escola politécnica, “[...] mesmo dentro do capitalismo, uma proposta de escola única, o embrião da educação do futuro [...]”..

Não se trata de sonho, mas de imaginar que pretensiosamente, no futuro, todo esse arcabouço de experiências vividas possa ser aproveitado para assumir uma educação alicerçada nas reivindicações de uma integração entre as disciplinas teóricas e aquelas de cunho prático, bem como das disciplinas de formação geral com as disciplinas de formação profissional. Esse conjunto assim delineado pode fazer surgir um aluno que venha adquirir espírito crítico aguçado sobre a produção industrial e discernimento sobre quais intervenções cabem a ele providenciar para que efetivamente modifique tanto a forma quanto a quantidade do que possa produzir.

Ao longo desses quarenta anos de existência da Escola Técnica Federal, muito se falou de organização didática, conteúdos programáticos, projetos interdisciplinares, educação integral, formação do trabalhador e do cidadão ou do cidadão que possa vir a ser um trabalhador dentro da perspectiva da LDB /1961. Entretanto, não se viu crescer o número de vagas para alunos nem se viu uma política que trabalhasse a evasão escolar na perspectiva de uma ação coletiva de assistência ao estudante. É como se a escola como um todo tivesse tido uma acomodação e uma estabilização que permitiram essa espécie de hibernação, como se o frio que houvera naquele período fosse uma espécie de aconchego que permitiu esse sono

imperceptível num termômetro que não subia a temperatura, mas também não permitia o seu abaixamento – uma letargia coletiva que permitiu o tempo passar sem que se prestasse atenção no fato de que o trabalho do cotidiano era realmente um cotidiano na sua íntegra.

É bem verdade que essa espécie de sono não impossibilitou o encaminhamento de muitos projetos pedagógicos e de extensão, ainda que por natureza e voluntariedade de grupos menores de professores. Uma grande maioria desses projetos ficou realmente no papel e a sua consecução e efetiva realização só aconteceria em tempos postergados à sua confecção ou por uma ação isolada do governo na perspectiva de fazer favores ou mesmo estabelecer acordos que mantivessem a boa performance pública e de mídia dos gestores e do próprio governo.

Um desses projetos, que consta do acervo histórico da instituição, é o “Estudo para implantação de escolas técnicas industriais e agrotécnicas no estado de Goiás”, de 1986, que apontava a necessidade de expandir a Escola Técnica Federal de Goiás:

Nos últimos anos [ a instituição] tem recebido mais de 3.000 candidatos à seleção de seus cursos, por semestre, para uma oferta de cerca de 400 vagas. Oferece ao mercado de trabalho, anualmente, cerca de 400 alunos formandos, que são imediatamente absorvidas pela região geo-economica da capital, gerando, como consequencia, o êxodo de suas regiões de origem...” ( ETFG ,1986,p. 5).

Nesse projeto é proposta a criação de novas escolas técnicas federais nos municípios de Araguaína, Jataí, Catalão, Itumbiara, Anápolis, Uruaçu, Luziânia e Ipameri, quando a ETFG tinha como diretor o professor José Alves de Freitas. Futuramente, somente os municípios de Catalão e de Ipameri não seriam contemplados com um câmpus do então Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia, o que será assunto do capítulo III desta pesquisa. Até que se concretizasse a sua transformação em instituto, a instituição elaborou os seguintes projetos :

- “Estudo para implantação Escola Técnica Federal do Tocantins”: elaborado na gestão do diretor professor José Alves de Freitas, no ano de 1989, “como fator de socialização, de continuidade social, de formação de consciência política, de mudanças sociais (este com base no Art. 2º da Lei 5.692/71) e como fator de capacitação profissional (conforme os Artigos 2º e 16º da Lei 5692/71)”. (ETFG, 1989) (ver Anexo G).
- “Estudo para implantação das Descentralizadas de Niquelândia, de São Luís de Montes Belos e de Goiatuba”, no ano de 1989: desenvolvido com o apoio da Secretaria de Educação de Goiás, cujo secretário era o Dr. Jônathas Silva, e das prefeituras dos referidos municípios, que ficaram responsáveis pelas doações dos terrenos necessários à implantação das escolas. Na elaboração desse projeto, tive

oportunidade de fazer parte da equipe, tendo como responsabilidade a instalação da parte física das futuras escolas.

- “Projeto de implantação da Unidade de Saúde de Goiânia”, no ano de 1990: elaborado na gestão do diretor professor José Alves e desenvolvido com o apoio da Secretaria de Educação de Goiás (cujo secretário era o Dr. Jônathas Silva). A equipe elaboradora assim o fundamentou:

A LDB 5692/71 e seus Pareceres mais significativos – 45/72 e 76/75 -, no que se refere ao ensino médio profissionalizante, trouxe o Ensino de Saúde que foi “abarcado” pelas Escolas da Rede Estadual e Particular de Ensino. É do conhecimento de todos que raríssimos foram e ainda são ( mesmo com o advento da Lei 7044/82) os louros auferidos nesta área do Ensino, mediados por estas escolas. Na premência da tomada de uma atitude frente ao quadro do Ensino na área de saúde, que se apresenta, o MEC toma a iniciativa de incumbir desta tarefa as Escolas Técnicas Federais, tarefa esta de responsabilidade complexa e grandiosa que nos compromete com um ensino de qualidade, também na área da saúde. (p.15)

Esse projeto apresenta como anexo a Organização Didática da Escola, aprovada pela Assessoria de Legislação e Normas de Ensino (ASSEJUR/SESG/MEC) pela Portaria nº 79 em 28 de setembro de 1989 (Ver Anexo H).

- “Projeto de implantação de cursos de Terceiro Grau”, no ano de 1991: elaborado na gestão do diretor professor José Alves e desenvolvido com o apoio da Secretaria Nacional de Educação de Tecnológica, cujo secretário era o Dr. João Manoel de Sousa Peil. Cumpre ressaltar que também fiz parte da equipe elaboradora desse projeto, que apresentou como proposta pedagógica o Curso Emergencial de Licenciatura Plena – Esquema I com o objetivo de habilitar professores da ETFG (e também fora dela) que se encontravam no exercício da profissão e o curso superior de Tecnologia Eletromecânica – Manutenção Industrial para a formação do profissional designado como tecnólogo (conforme previa o Decreto-lei nº 547 de 18 de abril de 1969). (Ver Anexos I e J). Na justificativa desse projeto observa-se que foi constatado, por meio da Secretaria de Educação do Estado de Goiás, que 98% dos professores que atuavam nas diversas áreas do ensino profissionalizante da rede estadual de ensino careciam dessa formação. A escolha do curso superior de Tecnologia Eletromecânica (Ver Anexo K) ocorreu em virtude de que naquela época, em Goiás, previa-se a criação de 300 mil novos empregos e o Instituto Euvaldo Lodi – IEL indicou que uma das áreas mais carentes do estado era efetivamente a de eletromecânica. Esse projeto foi um dos primeiros passos para a futura “cefetização” da Escola Técnica Federal de



Goiás (que viria a acontecer em 1999), ainda que o Esquema I tenha funcionado por um período não muito longo.

- “Projeto de implantação da Unidade Descentralizada da cidade de Itumbiara”, no ano de 1991: elaborado na gestão do diretor professor José Alves, tendo como justificativa a necessidade de compor a mão de obra necessária para suprir o perfil do parque industrial da região. Ofertaria inicialmente os cursos de Eletroeletrônica e Edificações. (ver Anexos L e M).
- “Projeto Institucional da Escola Técnica Federal de Goiás” – *Plano de ação orientada para fazer face aos desafios impostos pela competitividade e pela difusão tecnológica, de 1993* : foi elaborado na gestão do diretor professor José Alves tendo como justificativa a necessidade de qualificar o quadro docente da instituição. Conforme explicitava,

é propósito desta Escola manter e aprimorar as suas equipes nas diversas áreas de ensino e de pesquisa, de modo a contribuir para o florescimento de uma Educação Tecnológica formadora do homem em sua integral dimensão de cidadão e de elemento condutor do progresso técnico, científico e sócio cultural. Para realizar tudo isso, é preciso levar em conta que a formação especializada precisa considerar as tendências do mercado de trabalho e do desenvolvimento regional, mantendo um estreito relacionamento com o complexo empresarial de tal forma que esta integração resulte benéfica tanto à Escola quanto às Empresas. (ETFG, 1993, p. 9).

Essa justificativa tinha como objetivo aprovar os seguintes projetos de qualificação docente:

- Projeto 1 – Eletrônica de Potência - Mestrado em Sistemas de Energia Elétrica.
- Projeto 2 – Redes de Computadores – Mestrado em Processamento da Informação.
- Projeto 3 – Processamento Digital de Sinais – Mestrado em Processamento da Informação
- Projeto 4 – Robótica e Automação – Mestrado em Processamento da Informação.
- Projeto 5 – Estatística e Métodos Quantitativos – Mestrado em Estatística e Métodos Quantitativos.
- Projeto 6 – Desenho - Computação Gráfica – Especialização em Desenho - Computação Gráfica.
- Projeto 7 – Atualização no Exterior em Telecomunicações na *United States Telecommunications Training Institute* na cidade de Washington – USA.

Na solicitação ao presidente do CNPq da época, o diretor da ETEG, no 4º parágrafo do Ofício OF/ETFG/GAB/Nº 318/93, datado de 28/06/93 (Ver Anexo N), comenta o seguinte:

Cabe, ainda, ressaltar que esta instituição já conta com a aprovação do MEC/SEMTEC para transformar-se em CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE GOIÁS, aguardando apenas o ato legal correspondente, daí a importância do apoio do CNPq para que a Escola possa sobrelevar-se à altura dessa nova realidade (ETFG, 1993).

O pensamento pedagógico na Escola Técnica de Goiânia refletiu muito no pensamento pedagógico da Escola Técnica Federal de Goiás. A organização acadêmica na nova escola foi mudando gradativamente e apresentando cada vez mais um corpo docente qualificado, diferentemente do que ocorrera na capital Vila Boa, onde muitas críticas foram feitas.

Depois de sua transformação em Escola Técnica Federal e passados alguns anos de funcionamento, a instituição ganhou novas perspectivas. Aos poucos, o Ginásio Industrial foi se distanciando de seus objetivos como modalidade de ensino até que em 1969 encerrou a sua oferta, de maneira que a instituição se consolidou como escola profissional com cursos técnicos profissionalizantes de segundo grau. Se os primeiros cursos técnicos implantados ocorreram em 1947 - Construção de Máquinas e Motores, Edificações e Eletrotécnica -, outros foram surgindo gradativamente, como por exemplo:

- 1958 - Curso Técnico de Agrimensura
- 1969 - Cursos Técnicos de Estradas e Eleteromecânica
- 1971 - Cursos Técnicos de Secretariado e Administração
- 1974 - Curso Técnico de Saneamento
- 1975 - Curso Técnico de Mineração
- 1978 - Curso Técnico de Telecomunicações
- 1986 - Curso Técnico de Mecânica.

É relevante destacar que a transformação de Escola Técnica de Goiás em Escola Técnica Federal de Goiás foi um marco decisivo no fortalecimento do ensino profissionalizante do estado, uma vez que os recursos na esfera federal eram contingenciados em maior escala e havia uma perspectiva de melhoria dos laboratórios dos cursos que antes eram chamados de oficinas. A escola aumentou sua oferta de cursos em uma sequência cronológica e foi se tornando conhecida, quer pela qualidade do ensino, quer pela referência dos docentes que ali ministram aulas, além da seriedade de ser mantida pelo Governo Federal. Assim, com o aumento da procura, houve o fortalecimento dos cursos.

Um detalhamento do número de alunos matriculados pode ser observado nas tabelas 8 e 9.



Tabela 8 - Alunos matriculados no período de 1960-1972

Anos	ED			EL			AG			EST			EM			FUND			ADM			SEC		
	M	C	D	M	C	D	M	C	D	M	C	D	M	C	D	M	C	D	M	C	D	M	C	D
1960	-	-	-	-	-	-	37	12	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1961	-	-	-	-	-	-	27	14	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1962	-	-	-	-	-	-	83	30	29	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1963	11	-	-	17	-	-	58	14	14	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1964	33	-	-	45	-	-	75	20	20	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1965	21	06	04	43	12	10	71	18	07	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1966	25	04	01	53	10	05	93	15	11	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1967	42	01	-	103	09	02	98	25	14	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1968	30	08	01	43	10	04	66	24	17	-	-	-	-	-	-	207	-	-	-	-	-	-	-	-
1969	48	14	04	58	21	04	87	36	14	20	-	16	-	-	237	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1970	46	15	09	93	15	05	93	39	16	31	16	11	39	08	01	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1971	80	10	03	425	49	21	161	36	16	126	11	10	49	14	07	-	-	-	193	-	-	131	-	-
1972	72	11	-	337	109	34	166	25	13	110	22	04	23	22	10	-	-	-	311	-	-	220	-	-

Legenda: M – Matriculado C – Concluinte D – Diplomado  
 ED – Edificações EL – Eletrotécnica AG – Agrimensura EST – Estradas EM – Eletromecânica  
 FUND – Fundamental ADM – Administração SEC – Secretariado

Fonte: CORES- EITFG.

Tabela 9 - Alunos matriculados no período de 1973-1980

ANOS	ED		EL		AG		EST		EM		ADM		SEC		SAN		MIN		BAS		TEL		
	M	C	M	C	M	C	M	C	M	C	M	C	M	C	M	C	M	C	M	C	M	C	D
1973	155	11	12	399	127	88	36	32	28	40	267	120	169	74	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1974	245	25	03	380	58	84	27	198	18	149	128	125	89	80	120	-	-	-	-	-	-	-	-
1975	260	59	22	337	122	49	41	197	41	156	-	-	-	-	156	-	-	82	-	-	-	-	-
1976	231	80	21	236	68	42	35	128	54	120	46	08	-	-	145	64	-	89	-	-	638	-	-
1977/1	161	-	-	139	-	-	-	89	-	103	-	-	-	-	131	-	-	67	-	-	994	-	-
1977/2	252	81	12	194	66	50	57	39	46	131	56	04	-	-	67	63	-	149	66	-	661	-	-
1978/1	346	75	-	307	62	-	-	78	35	185	49	-	-	-	100	59	-	203	53	-	398	41	-
1978/2	366	81	44	339	54	51	49	76	-	219	22	25	-	-	77	-	19	212	28	01	45	81	-
1979/1	451	38	-	440	33	-	-	91	-	279	19	-	-	-	99	-	-	245	29	-	42	161	-
1979/2	396	54	45	4100	43	45	114	57	-	232	21	28	-	-	81	-	23	200	25	32	78	180	-
1980/1	411	54	32	435	54	29	42	75	-	265	18	11	-	-	130	-	08	221	16	15	84	265	-
1980/2	385	44	19	411	56	24	38	90	09	252	33	14	-	-	135	14	02	223	24	13	129	275	30

Legenda: M – Matriculado C – Concluinte D – Diplomado  
 ED – Edificações EL – Eletrotécnica AG – Agrimensura EST – Estradas EM – Eletromecânica ADM – Administração  
 SAN – Saneamento MIN – Mineração BAS – Básico TEL – Telecomunicações

Fonte: CORES- ETFG.

A partir dos dados do ano de 1947, pode-se observar que o número de alunos concluintes é muito pequeno dentro e esse número somente começou a crescer na década de 1970, em virtude do aumento de vagas considerável, principalmente no curso Técnico de Eletrotécnica - o número de matriculados saltou de 93, em 1970, para 425 alunos em 1971 (Tabela 8).

Houve também um aumento significativo de concluintes nos cursos técnicos de Agrimensura e de Estradas, uma vez que para o mesmo período o efetivo de matriculados saltou de 93 para 161 no primeiro curso, e no segundo (Técnico de Estradas) esse número foi quadruplicado, saltando de 31 (em 1971) para 126 alunos no ano seguinte. Esse aumento se manteve razoavelmente nivelado, com pequena oscilação até o ano de 1976, como demonstram os números apresentados na Tabela 9.

Na década de 1970, a Escola Técnica Federal de Goiás (ETFG) passou a oferecer o Curso Técnico de Nível Médio, com uma organização curricular que contemplava a formação geral e especial de forma integrada. Estavam contempladas em suas grades curriculares tanto as disciplinas de formação geral quanto as de formação especial, específicas em cada curso. Eram oferecidos oito cursos: Agrimensura, Estradas, Eletromecânica, Eletrotécnica, Edificações, Saneamento, Mineração e Telecomunicações, os quais tinham duração de quatro anos. Ao final do 3º ano, o aluno recebia o Certificado de Conclusão do 2º Grau e de Auxiliar Técnico e, ao final do 4º ano, após a conclusão do estágio curricular supervisionado, recebia o diploma de Técnico de Nível Médio. (Ver figuras de 7 a 9)

Uma característica importante de toda essa série histórica do hoje Instituto Federal de Goiás (IFG) é que sua identidade com o curso técnico integrado foi muito marcante, principalmente no período em que essa era a única modalidade de ensino oferecida no período de 1980 até o final dos anos de 1990, quando então a instituição foi transformada em CEFET-GO. A partir daí, outros caminhos na modalidade de ensino foram abertos e buscados. Entretanto, enquanto ETFG, houve uma identidade muito forte com os oito (8) cursos técnicos oferecidos, inclusive na referência destes como preparatórios, tanto para a vida profissional como também pela excelente oportunidade para os filhos de trabalhadores estudarem, uma vez que a instituição sempre foi gratuita e de qualidade. Nos quase dez (10) anos, a saber, de 1977 (quando começou a modalidade de ensino semestral) até o final dos anos de 1980, a instituição matriculou 48.318 alunos, sendo que 5.377 concluíram seus cursos e 3.302 foram diplomados nos cursos técnicos vigentes. (Ver Gráfico 1 e Tabela 10).







Figura 8 - Certificado de Conclusão do 2º grau nos anos 1980  
 Fonte: Ex-aluna Maria José Braga, do curso de Edificações.

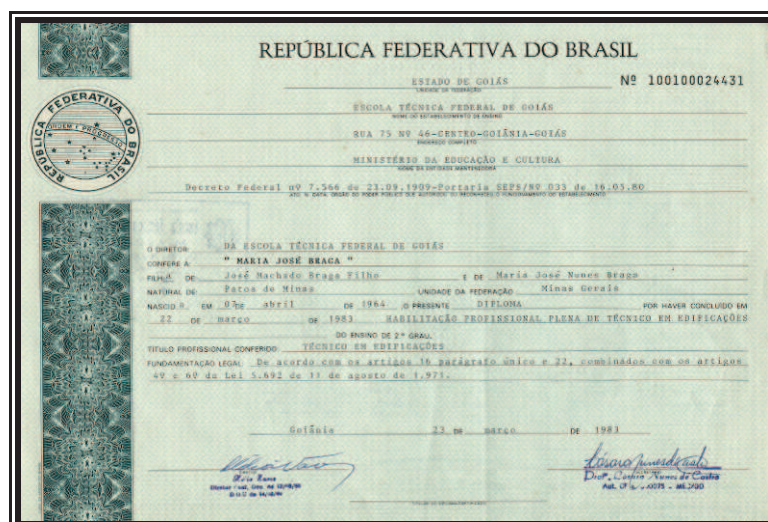
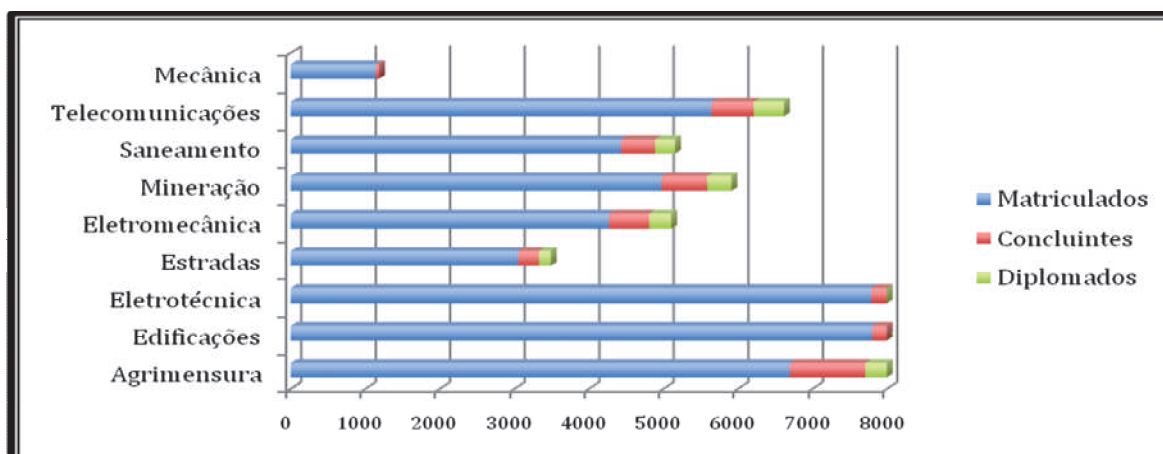


Figura 9 - Certificado de Técnico de Edificações dos anos 1980.  
 Fonte: Ex-aluna Maria José Braga, do curso de Edificações.

Gráfico 1 - Distribuição dos alunos nos cursos técnicos da ETFG de 1977-1988



Fonte: CORES – ETFG.

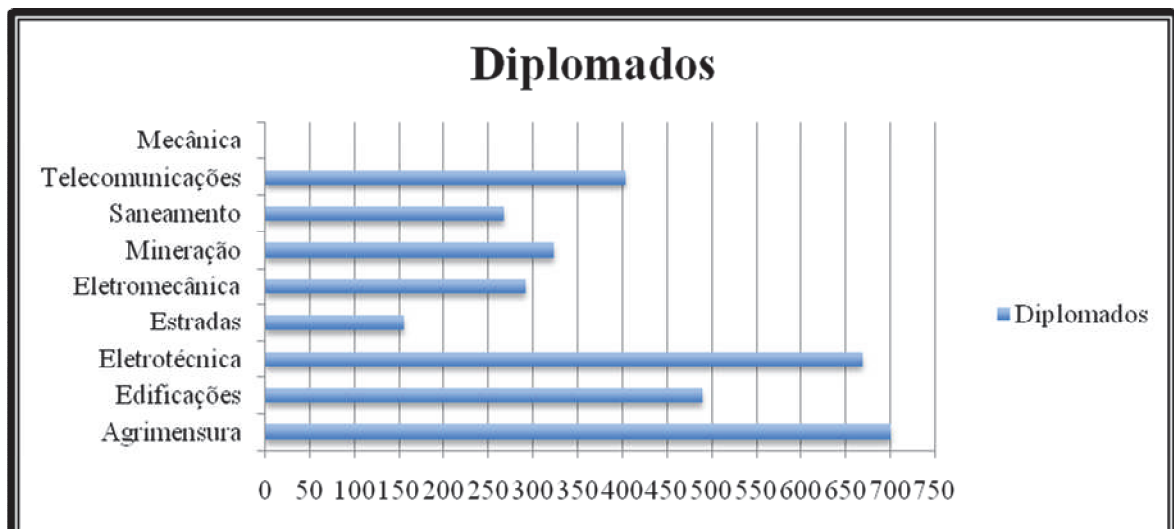
Tabela 10 - Distribuição dos alunos da ETFG no período entre 1977 e 1988

Ano	Total		
	Matriculados	Concluintes	Diplomados
1977	3734	531	134
1978	3845	727	210
1979	4257	373	305
1980	4494	434	251
1981	4189	523	340
1982	3966	409	315
1983	4001	418	337
1984	3946	397	314
1985	3549	385	208
1986	3701	372	309
1987	4090	406	325
1988	4546	402	255
<b>TOTAL</b>	<b>48318</b>	<b>5377</b>	<b>3302</b>

Fonte: CORES – ETFG.

Durante todo esse período, é notório observar que o curso que mais diplomou foi o de Agrimensura, com 701 concluintes, em consequência de vários motivos. O principal deles é o fato de que, além de ser um dos cursos técnicos mais antigos (e, portanto, mais conhecido no estado), sua oferta de vagas era generosa (Ver Gráfico 2).

Gráfico 2 - Alunos diplomados nos cursos técnicos da ETFG de 1977-1988

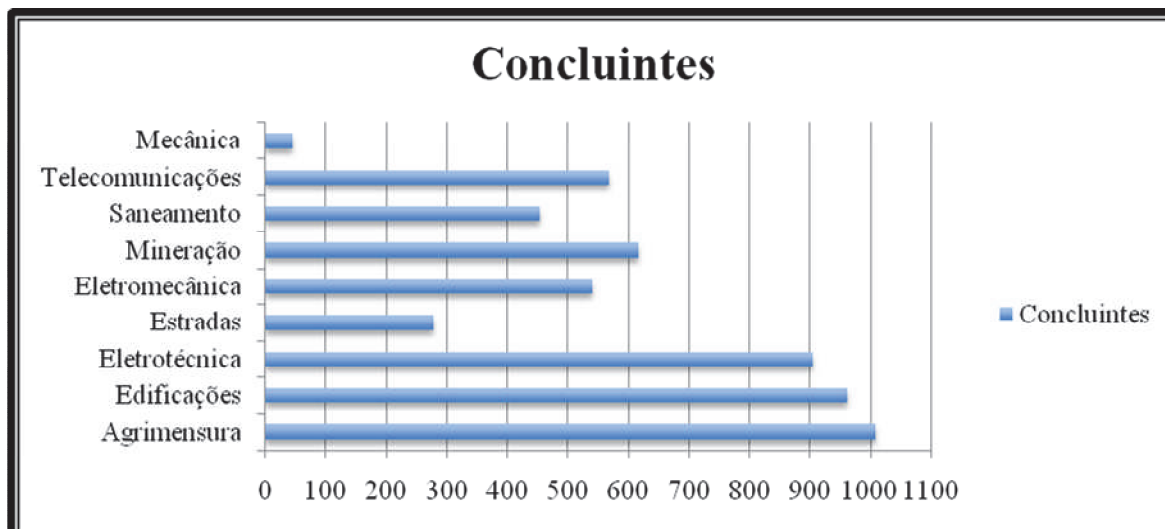


Fonte: CORES – ETFG

O curso técnico de Mecânica aparece sem formandos porque foi criado no primeiro semestre de 1986; quarenta e cinco (45) alunos já o haviam concluído, porém ainda não estavam diplomados, o que é facilmente visualizado no Gráfico 3.



Gráfico 3 - Alunos concluintes nos cursos técnicos da ETFG de 1977 a 1988



Fonte: CORES – ETFG.

Historicamente, enquanto ETFG, a instituição foi fortalecida por ter uma qualidade de ensino notória, haja vista que com referência à formação profissional - e este era o objetivo principal da instituição - seus alunos diplomados conseguiam emprego no mercado por excelência, aspecto que minimizava a exclusão social e profissional. Dubet (2003, p. 31) assim o aborda:

[... ] Para outros, os defensores da escola, o sistema educacional é totalmente inocente em face da exclusão. Não somente o desemprego dos jovens é independente do sistema de formação como, mas todas as dificuldades da escola, a violência, a débil motivação dos jovens, vêm de fora, do capitalismo e do mercado. A exclusão social dos jovens decorreria apenas das relações de produção. A referência ao modelo alemão é neste caso substituída pela idade de ouro da escola republicana, em que cada diplomado podia encontrar um emprego correspondente a sua formação. E o mesmo silogismo é usado como socorro: já que as qualificações mais elevadas protegem do desemprego, é preciso aumentar o nível de qualificação para erradicar o desemprego.

Do ponto de vista do papel social que a escola deve exercer na preservação dos valores fundamentais do cidadão e de sua perspectiva na formadora, de subsidiá-lo de ferramentas para que ele possa desempenhar também uma atividade profissional com um bom nível de conhecimento, a ETFG se fortaleceu, haja vista que os alunos oriundos dos cursos técnicos eram buscados pelas empresas pela excelência de conhecimentos que traziam. Há que se destacar que houve fases, durante o período supracitado, em que havia demanda de mercado e não havia profissionais para serem encaminhados pela ETFG, pelo fato de os alunos estarem ainda estudando ou simplesmente porque os que já haviam concluído os cursos estavam empregados. Obviamente, isso não acontecia em todas áreas, mas havia uma alternância

satisfatória que tornava bastante significativo o número de concluintes que se imiscuiam no mundo do trabalho com uma remuneração razoável.

### 2.3 O Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás – CEFET-GO

Considerando os pressupostos que nortearam o processo pedagógico da Escola Técnica Federal de Goiás, depreende-se que o trabalho foi colocado como princípio educativo na dimensão ontológica, isto é,

na medida em que proporciona a compreensão do processo histórico de produção científica e tecnológica, como conhecimentos desenvolvidos e apropriados socialmente para a transformação das condições naturais da vida e a ampliação das capacidades, das potencialidades e dos sentidos humanos. O trabalho, no sentido ontológico, é princípio e organiza a base unitária do ensino médio (FRIGOTTO.;CIAVATTA; RAMOS, 2014, p. 13).

No sentido histórico, os mesmos autores

o trabalho é princípio educativo na educação básica na medida em que coloca exigências específicas para o processo educativo, visando à participação direta dos membros da sociedade no trabalho socialmente produtivo. Com este sentido, enquanto também organiza a base unitária de conhecimentos gerais que compõem uma proposta curricular, fundamenta e justifica a formação específica para o trabalho produtivo. (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2014., p. 13).

Nessa perspectiva e considerando o bom resultado não só da Escola Técnica Federal de Goiás, mas das escolas técnicas do Brasil inteiro, por que a necessidade de transformá-las em Centros Federais? As escolas técnicas federais preparavam os alunos para o mundo do trabalho e este não era tão somente um princípio educativo, mas um princípio ético-político – portanto, um dever e um direito. (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2014, p. 18).

É no ensino médio que o conhecimento apreendido serve para o indivíduo desenvolver conceitos de cidadania e compreender o mundo do trabalho e suas tecnologias. Contudo, isso não foi observado e, uma vez mais, o capital, via os acordos MEC-BIRD, indicou a transformação de três escolas técnicas em Cefets no ano de 1978 para operacionalizar o curso de Engenharia Tecnológica, que viria a substituir o de Engenharia de Operações, anteriormente ministrado<sup>18</sup>. As escolas técnicas do Rio de Janeiro, de Minas Gerais e do Paraná (já como Cefets) ficaram responsáveis pela elaboração de um currículo que permitisse

<sup>18</sup> Artigo publicado em 23 de março de 2010 por Zuleide Simas da Silveira (Doutoranda em Educação pela UFF e professora do Cefet-RJ), com o título *Concepção de educação tecnológica: das escolas técnicas industriais aos Cefets*. Fonte: <<http://www.educacaopublica.rj.gov.br/suavoz/0134.html>> Acesso em: 10 jul. 2015.

uma formação de curta duração num prazo menor do que cinco anos – uma manutenção da política de dependência dos organismos internacionais, que tinham e têm uma forte ingerência nos modelos de ensino no Brasil.

Não houve uma reação por parte do governo federal, no sentido de buscar uma fonte alternativa para o ensino técnico profissionalizante de nível superior. Sobre esse aspecto, Frigotto (2011, p. 241) assim descreve:

Ao não disputar um projeto societário antagônico à modernização e ao capitalismo dependente e, portanto, à expansão do capital em nossa sociedade, centrando-se num projeto desenvolvimentista com foco no consumo e, ao estabelecer políticas e programas para a grande massa de desvalidos, harmonizando-as com os interesses da classe dominante (a minoria prepotente), o governo também não disputou um projeto educacional antagônico, no conteúdo, no método e na forma.

As forças cuja composição englobavam governo federal (via Presidência da República) e organismos internacionais, dos quais aquele era economicamente dependente, articularam um modelo de ensino para dar continuidade ao processo de desenvolvimento do país, no sentido de subsidiá-lo com profissionais qualificados para o trabalho. No entanto, deve-se recordar o que Frigotto (2011, p. 239) ressalta:

A continuidade da década presente em relação ao passado incide no erro da geração perdida – a opção por *conciliar uma minoria prepotente a uma maioria desvalida* – mediante o combate à desigualdade dentro da ordem de uma sociedade capitalista onde sua classe dominante é das mais violentas e despóticas do mundo.

Essa continuidade atribuída de forma convicta pela Presidência da República, como um áudio destinado à massificação dos objetivos do capital, tem um caráter remasterizado por um cinismo velado cujo som não se pode ouvir porque as notas mais vibrantes dos trompetes da orquestra federal (minorias prepotentes) abafam o som dos instrumentos mais simples (maioria desvalida) e estrutura a desigualdade de forma efetiva. Frigotto (2011, p. 239-240) assim assinala:

Continuidade, no entanto, não significa que um mesmo projeto estrutural seja conduzido da mesma forma. As forças que protagonizaram o chamado ajuste estrutural na década de 1990, particularmente durante os oito anos do Governo Fernando Henrique Cardoso, representam o núcleo dominante da *minorias prepotentes*, o qual, por seus vínculos orgânicos com o grande capital e quadros de intelectuais altamente preparados, definiram o movimento de pêndulo, a que se refere Otávio Ianni (1986), entre a construção de uma nação autônoma e soberana e um projeto modernizador e de capitalismo dependente.

Essa continuidade poderia garantir uma mudança das Escolas Técnicas para Centros Federais? Isso poderia ser chamado de mudança ou transformação? Sobre essa bifurcação

que mais parece um paradoxo do que uma dicotomia, Assis Pires (2005, p. 153-154) proferiu assim:

A transformação de escolas técnicas em CEFETs, iniciada na década de 1970, a continuação na década de 1980 e a aceleração deste processo na década de 1990, bem como a transformação das agrotécnicas em CEFETs, no final da década de 1990, e a retração da cefetização, inclusive com a autorização das agrotécnicas de ministrarem cursos superiores detecnologia, mesmo sem terem se constituído como CEFETs, é um processo que, ao ser analisado, desvela a perda de identidade destas instituições e/ou um processo de metamorfose institucional, marcado pelo dualismo estrutural. Da mesma forma, a transformação de CEFETs em universidades tecnológicas traduz a busca de uma nova institucionalidade para a educação profissional e se configura, em mais um movimento de reestruturação do campo.

Não se pode aqui, neste capítulo, remontar a Lahire (2002), porque ainda que as Escolas Técnicas Federais tenham cedido todo o seu patrimônio de equipamentos, espaço físico e mesmo os recursos humanos aos CEFETs, não foi uma cessão que gerou um patrimônio incorporado por estes. Em nome de uma continuidade, todo o patrimônio pedagógico, didático e curricular das Escolas Federais foi rompido e bruscamente arquivado, a fim de possibilitar um projeto que tornasse a educação profissional uma mercadoria. Assim, o liberalismo conservador agiu de forma a se constituir num mecanismo que simplesmente reduziu a sociedade a um conjunto de consumidores.

Frigotto (2011, p. 241) comenta:

Assim, ao final dessa década, podemos afirmar que no plano estrutural, embora não se tenha a mesma opção dos que no passado recente venderam a nação e haja avanços significativos no plano social, mormente para o grande contingente da população até então mantido na indigência, o marco de não retorno não se estabeleceu e o circuito das estruturas que produzem a desigualdade não foi rompido.

Analisando a atuação das forças políticas que se tornaram responsáveis por todo esse processo, de estabelecer uma nova indumentária para o processo educativo brasileiro, Frigotto (2011, p. 243-244) considera:

No entanto, numa outra perspectiva, ao examinar as propostas de educação do bloco de forças que apoiavam a candidatura de Fernando Henrique Cardoso e as que apoiavam a de Luiz Inácio Lula da Silva, Luiz Antônio Cunha (1995) apresenta-nos os projetos e concepções em disputa: enquanto as primeiras resultavam de produções de quadros intelectuais elaboradas pelo alto para serem aplicadas na sociedade, as segundas buscavam uma construção desde a própria sociedade. Grande parte dos integrantes daqueles quadros eram, na verdade, membros de organismos internacionais, a começar por Paulo Renato Souza, que por oito anos ocupou o Ministério da Educação (MEC) aplicando o planejado. Tanto que podemos dizer que a LDB aprovada no Congresso foi um *ex-post facto* de um *ex-ante*.

A antiga Escola de Aprendizes Artífices já havia trilhado uma longa jornada quando se extinguiu na velha capital e surgiu a Escola Técnica de Goiânia, que logo deixou os umbrais do estado para se inserir como autarquia federal com o nome de Escola Técnica Federal de Goiás. Via-se, agora, uma outra mudança: a elevação para Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás – CEFET-GO. Segundo Dourado e Assis Pires (2007, p. 56),

A trajetória histórica da formação de tecnólogos é ela mesma marcada por essas ambigüidades e limites. Vinculada diretamente à origem dos CEFETs, criados na década de 1970, quando se propunha a construção de um modelo alternativo para o ensino superior “tradicional”, acreditamos que a (re)implantação dos cursos tecnológicos e a ampliação da rede CEFET na década de 1990 reeditou os interesses anteriores, sendo acrescida a base de um ensino superior flexível, em consonância com a emergência do capital. Tem-se a multiplicação de escolas profissionais que, segundo Gramsci (1989), reforça as diferenças sociais e a criação de estratificações internas, que, por sua vez, dão a impressão de estar-se em uma sociedade democrática.

É importante observar que os cursos técnicos de nível médio profissionalizantes oferecidos pelas escolas técnicas e reconhecidamente de qualidade (principalmente nos anos 70 e 80) deixaram de ocupar o palco principal para dar entrada a uma nova peça: a inserção dos cursos de Tecnologia, bem como dos demais cursos de nível superior adotados por outras instituições congêneres ao CEFET-GO.

Ao se falar de qualidade na educação, ressaltados os mecanismos que permitem a sua prática, é preciso observar que ela está muito ligada à questão econômica, de tal maneira que é possível a correlação: pensa melhor e aprende melhor quem não tem problemas econômicos ou não depende da economia para modificar o seu bem-estar. Gadotti (2013, p. 4) aborda essa simbiose no âmbito do crescimento do país fazendo uma consideração:

A qualidade da educação é condição da eficiência econômica. Uma empresa de qualidade hoje exige de seus funcionários autonomia intelectual, capacidade de pensar, de ser cidadão. A qualidade do trabalhador não se mede mais pela resposta a estímulos momentâneos e conjunturais, mas pela sua capacidade de tomar decisões. O trabalhador hoje precisa ser polivalente e especializado ao mesmo tempo. Não um generalista. Ele deve ser polivalente no sentido de que possui uma boa base de **cultura geral** que lhe permita compreender o sentido do que está fazendo. A qualidade política e econômica de um país depende da qualidade da sua educação. Isso não quer dizer que a **economia** deva determinar o que se passa na educação. Ao contrário. Como sustenta Fernando José de Almeida, “a educação não tem como finalidade servir à economia, e sim ser a indicadora dos caminhos da economia.

E se a educação profissional de nível médio nas escolas técnicas federais do país era considerada de qualidade, então cabe a pergunta: por que essa mudança? No corpo do projeto intitulado *Cursos de Terceiro Grau – Projeto de Implantação* (de julho de 1991), citado na página 64 do Capítulo I, que pleiteava a transformação de Escola Técnica em Centro Federal, descortinavam-se as metas:

- Implementar os objetivos das propostas que estão em perfeita consonância com a política governamental, expressa no PROGRAMA SETORIAL DE AÇÃO DO GOVERNO COLLOR NA ÁREA DA EDUCAÇÃO (1991-1995), que prevê a ampliação e a melhoria do ensino tecnológico no país.
- Promover a execução dessas metas, isto é, a implantação desses cursos, no início do próximo ano. A ETFG conta com a pronta e deliberada ação das autoridades competentes, para assim inserir-se de forma ampla e resoluta na formação de professores e no desenvolvimento tecnológico da região. (ETFG, 1991, p. 14).

Naquela época, a proposta era a criação do curso de Esquema I (Curso Emergencial de Licenciatura Plena), a ser oferecido no turno noturno em uma turma de 40 alunos e duração de três semestres, bem com do curso superior de Tecnologia Mecânica (Manutenção Industrial) no turno vespertino, também uma turma de 40 alunos e duração de três anos. (ETFG, 1991, p. 15)

O eixo norteador da proposta pedagógica se estabelece na relação existente entre teoria e prática na área educacional e na área tecnológica:

O aspecto teórico necessário será focalizado, visando o melhor desempenho do aspecto prático; não apenas no curso, mas, fundamentalmente, na prática pedagógica desenvolvida pelo discente/docente, enquanto profissional da Educação e na ação do tecnólogo enquanto profissional da área de Eletromecânica. Este exercício global – teoria e prática – do homem consciente não só determina o propósito do curso, como também, define o professor e o tecnólogo que o fez. (ETFG, 1991, p. 17).

O foco entre teoria e prática, que sempre permeou as discussões internas dos professores da Escola Técnica Federal de Goiás, e por que não dizer do Brasil, sempre foi um divisor de águas entre as disciplinas do núcleo de formação geral e as disciplinas do núcleo de formação profissional. No projeto, a possibilidade de reunir teoria e prática foi abordada com vistas a permitir uma capacitação tanto do agente pedagógico quanto do tecnólogo, quanto à adoção de uma política educacional que, “[...] através do conhecimento educacional, pedagógico, técnico, tecnológico, científico e humanístico, esteja comprometida com o homem total e responsável, capaz de contribuir para a modernização da Sociedade que vive”.(ETFG, 1991, p. 18).

Esse projeto contou com muitas parcerias do setor privado interessado na criação do curso superior de Tecnologia em Eletromecânica, no profissional que seria colocado no mercado e que atenderia prontamente aos seus interesses. (Ver Anexo K). Além disso, toda a parte de pesquisa populacional e de dados técnicos no tocante às indústrias e ao censo econômico, de uma maneira geral, foi elaborada pelos técnicos do Instituto Euvaldo Lodi (IEL) de Goiânia na gestão do superintendente Paulo Galeno Paranhos.

Na Tabela 11 pode ser feita uma comparação entre o Brasil e o estado de Goiás no que se refere ao número de matrículas por área de conhecimento. Em todo o Brasil, no ano de 1988, estavam matriculados em torno de 1, 504 milhão de alunos de terceiro grau, sendo que



no estado de Goiás apurou-se um total de 34 mil matriculados. A importância dessa pesquisa além da determinação desse número de matrículas, foi levantar que a grande lacuna do estado em relação ao país era a área de Engenharia e Tecnologia, pois nesse curso havia somente 1.377 alunos. A área de Ciências Exatas e da Terra era a segunda lacuna, com 2.777 alunos nos cursos de Matemática, Física, Química e outros afins.

Tabela 11 - Matrículas do ensino superior no Brasil e Goiás em 1988, por área do conhecimento

Áreas de conhecimento	Brasil		Estado de Goiás		GO/BR	Coeficiente por milhão de habitantes	
	Matrículas	%V	Matrículas	%V	%H	Brasil	Goiás
Ciências Exatas e da Terra	133.929	8,9	2.277	6,7	1,7	927.3	574.3
Ciências Biológicas	20.618	1,4	746	2,2	3,6	142.8	188.2
Engenharia / Tecnologia	145.914	9,7	1.319	3,9	0,9	1.010.3	332.7
Ciências da Saúde	172.033	11,4	2.978	8,8	1,7	1.191.1	751.1
Ciências Agrárias	41.585	2,8	1.357	4,0	3,3	287.9	342.3
Ciências Sociais Aplicadas	578.067	38,4	13.586	40,0	2,4	4.002.5	3.426.6
Ciências Humanas	284.483	18,9	8.579	25,3	3,0	1.969.7	2.163.7
Linguística, Letras e Artes	125.690	8,4	3.120	9,2	2,5	870.3	786.9
Ciclo Básico Comum	1.236	0,1	-	-	-	8.6	-
<b>Total</b>	<b>1.503.555</b>	<b>100</b>	<b>33.962</b>	<b>100</b>	<b>2,3</b>	<b>10.410.4</b>	<b>8.565.6</b>

Fonte: Acervo da Reitoria do IFG.

A tabela de número 12 mostra o número de alunos matriculados no ensino superior segundo a esfera de atendimento, em 1988. No estado de Goiás a esfera pública abarcava 45,9% dos alunos, enquanto a rede privada matriculava 54,1%. Pode ser observado ainda que na região Sudeste o ensino superior apresentava-se majoritariamente privatizado. Observa-se também que no estado do Paraná o ensino superior era quase totalmente público.

Tabela 12 - Matrículas do ensino superior no Brasil e Goiás em 1988

Esfera	Goiás	%V	Centro Oeste	%V	Sudeste	%V	Brasil	%V
Rede de Ensino Superior	33.962		84.685		845.462		1.503.560	
Federal	7.262	21.4	26.906	31.8	95.538	11.3	316.679	21.1
Estadual	4.087	12.0	4.537	5.4	87.912	10.4	190.736	12.7
Municipal	4.232	12.5	4.232	5.0	33.727	4.0	76.784	5.1
Particular	18.381	54.1	49.010	57.9	628.285	74.3	918.209	61.1
Coeficiente aluno/milhão hab.	8.566		9.200		13.424		10.410	

Fonte: Acervo da Reitoria do IFG.

Na Tabela 13 estão definidas as três faixas da pesquisa: A primeira tomou como referência a distância de até 60 km de Goiânia; a segunda, de mais de 60 km a 120 km de Goiânia, e a terceira era relativa ao restante do estado.

Tabela 13 - População residente em Goiânia e entorno – 1980-2000

Localidade	1980 Total	1990 Total	80-90 IMG	2000
<b>Total Geral</b>	<b>3.117.228</b>	<b>4.288.685</b>	<b>3,24%</b>	
Municípios até 60 km de Goiânia	1.107.793	1.670.191	4,19%	2.084.367
De 61 até 120 km de Goiânia	275.631	337.347	2,04%	382.798
Mais de 120 km de Goiânia	1.733.804	2.281.147	2,78%	2.684.236

Fonte: Acervo da Reitoria do IFG.

A elevação de nível escolar – passagem de ETFG para CEFET-GO - requereu um período de adaptação por parte do corpo docente da instituição, para assimilar as mudanças e a influência destas na prática cotidiana. É sabido que uma escola, uma universidade, precisa pouco para ser de qualidade, mas nelas não podem faltar ideias. Precisa-se basicamente de três condições: professores bem formados, condições de trabalho e um projeto (GADOTTI, 2013).

Entretanto, para se ter qualidade é preciso ensinar com liberdade e autoridade, como dizia Freire (1997). E para o professor democrático o elemento fundamental é saber fazer um trabalho que, via liberdade, estabeleça um limite assumido eticamente tanto pelo aluno como pelo professor. Nessa perspectiva, quanto mais criticamente a liberdade assume esse limite, mais autoridade a liberdade passa a ter em seu próprio nome.

O CEFET-GO<sup>19</sup>, assumido como tal a partir de 1999, contava com uma boa parcela de professores que ministrava as aulas das disciplinas profissionalizantes do ensino técnico. Muitos desses docentes pensavam que, para ser professor, o mais importante é ser profissional da área em que atua e verticalizar a disciplina que ministra. Há que se mencionar que uma boa porcentagem de professores do ensino técnico não era composta por profissionais da área da educação, mas sim de outras áreas e que nela lecionavam. Era (e é ainda) o caso de grande número de engenheiros civis, eletricitas e mecânicos. É preciso de um tempo para amadurecer. E, mais uma vez remetendo a Freire (1997), a liberdade amadurece quando em confronto com outras liberdades, uma vez que o ato de ensinar exige a tomada de decisões e a educação é uma forma de intervenção no mundo.

Estar na condição de CEFET-GO possibilitou a criação de novos cursos. A criação dos cursos de tecnologia influenciou sobremaneira os já existentes na instituição e, de certa forma,

<sup>19</sup> No CEFET-GO foram criados 13 cursos superiores de tecnologia (considerando a Unidade Descentralizada de Jataí), o que pode ter sido muito radical na forma da condução dessa implantação. A coordenação da área de Construção Civil, após uma reunião conjunto dos professores, formalizou um documento ao então diretor Ítalo de Lima Machado, no qual reafirmava o desinteresse do grupo em criar e/ou formatar uma matriz curricular que possibilitasse a implantação de um curso de tecnologia naquela área. Entretanto, o curso de Tecnologia em Construção de Edifícios foi criado à revelia desse posicionamento do corpo de professores.

o técnico integrado foi o nível de ensino que teve maior desarticulação, fruto do Decreto 2.208 de 17 de abril de 1997, citado anteriormente.

Numa análise feita por Dourado e Assis Pires (2007, p. 57), ilustrada conforme a Figura 10, pôde ser constatado que:

No que se refere ao número de matrículas, observa-se que as universidades, mesmo apresentando a menor taxa de crescimento em número de instituições, concentram 58,5% da matrícula da graduação no País, o que representa 2,3 milhões de estudantes. Em segundolugar estão as faculdades, escolas e institutos, que juntas englobam 21,6% (841 mil) das matrículas. Em relação ao número de alunos, o crescimento foi maior nos Centros de Educação Tecnológica, que tinham 43,2 mil, em 2002, e passaram para 60,5 mil, em 2003, uma taxa de 40%. Apesar do crescimento registrado, os centros tecnológicos possuem apenas 1,6% do total de alunos dos cursos de graduação. Na sequência aparecem as faculdades, escolas e institutos, com 24,4% de incremento na matrícula. (DOURADO; ASSIS PIRES, (2007, p. 57).

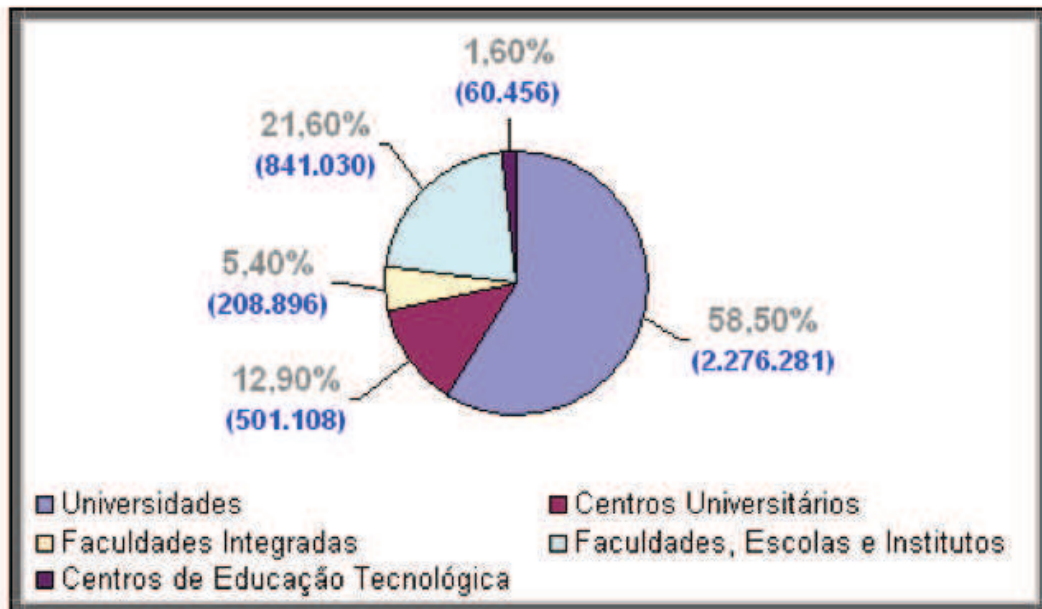


Figura 10 - Número de alunos na educação superior por organização acadêmica

Fonte: Dourado e Assis Pires (2007, p. 58).

Segundo o relatório de gestão do ano de 2000<sup>20</sup> (CEFET,2000, p. 7) o CEFET-GO, com uma jornada de funcionamento em três turnos diários de segunda a sexta-feira e no sábado até às 18 horas, matriculou 6.786 (seis mil, setecentos e oitenta e seis) alunos, sendo: 78,99% em Goiânia e o restante na Uned de Jataí.

Ainda segundo o referido relatório, os cursos do CEFET-GO teriam um regime de execução anual com duração de três anos para o ensino médio, quatro anos para os cursos técnicos concomitantes, dois anos para os cursos técnicos pós-médio - que funcionavam em

<sup>20</sup> Nesse ano de 2000, o diretor era o professor Ítalo de Lima Machado.

regime semestral e modulados - e para os cursos superiores em Tecnologia quatro anos, com um período de estágio de 400 horas. Esses cursos contribuíam para a formação do mercado de trabalho com uma média anual de 400 técnicos (CEFET, 2000).

No tocante ao corpo administrativo e docente, o quadro efetivo de pessoal na unidade central e na descentralizada era composto por 284 (duzentos e oitenta e quatro) docentes, 344 (trezentos e quarenta e quatro) técnico-administrativos e 67 (sessenta e sete) professores substitutos. O corpo docente e o corpo técnico-administrativo contava com doutores e vários mestres e especialistas em áreas diversificadas do conhecimento. (Ver Tabela 14).

Dando continuidade às especificações do Relatório de Gestão de 2000, o CEFET-GO ofereceu na sua unidade central e na descentralizada 2.407 (duas mil quatrocentos e sete) vagas para as diversas habilitações em nível de ensino médio, técnico e tecnológico, sendo que 182 (cento e oitenta e duas) vagas foram abertas para o ensino fundamental, distribuídas de quinta à oitava série na Unidade de Ensino Descentralizada. (Ver tabelas 15 e 16)

Tabela 14 - Recursos humanos do CEFET-GO e escolaridade no ano 2000.

Efetivos		Nível de Escolaridade							Total
		Ensino Fundamental	Ensino Médio	Superior	Aperfeiçoamento	Especialização	Mestado	Doutorado	
Sede	Docentes		14	72	10	68	54	7	225
	Téc. Adm.	42	74	51	2	82	9		260
Uned	Docentes		3	17		30	8	1	59
	Téc. Adm.	11	30	31		9	2	1	84
<b>Total</b>		<b>53</b>	<b>121</b>	<b>171</b>	<b>12</b>	<b>189</b>	<b>73</b>	<b>9</b>	<b>628</b>

Fonte: Relatório de Gestão do ano 2000 do CEFET-GO.

Tabela 15 - Alunos matriculados no CEFET-GO no ano 2000.

<b>Curso Tecnológico</b>	Agrimensura	60
	Sensoriamento Remoto	60
	Hotelaria	163
	Turismo	158
	Eletromecânica	115
	Planejamento da Construção Civil	80
	Química Industrial	80
	Redes de Computadores	44
	Gestão Ambiental	40
<b>Subtotal</b>		<b>749</b>
<b>Total Geral</b>		<b>3.612</b>

Fonte: Relatório de Gestão do ano 2000 do CEFET-GO.

Tabela 16 - Alunos matriculados no CEFET-GO no ano 2000.

COORDENAÇÃO DE REGISTROS ESCOLARES		
QUADRO DEMONSTRATIVO DOS ALUNOS MATRICULADOS NO CEFET-GO		
Cursos		Alunos matriculados
<b>Ensino Médio</b>	1º ano	242
	2º ano	323
	3º ano	254
<b>Subtotal</b>		<b>819</b>
<b>Curso Técnico</b>	Agrimensura	146
	Edificações	146
	Mecânica	150
	Eletrotécnica	125
	Mineração	103
	Saneamento	111
	Telecomunicações	57
	Eletrônica	150
	Transportes	65
	Hotelaria	45
<b>Subtotal</b>		<b>1.098</b>
<b>Curso Pós-médio</b>	Agrimensura	34
	Edificações	40
	Mecânica	172
	Eletrotécnica	88
	Mineração	87
	Saneamento	89
	Transportes	223
	Seg. do Trabalho	162
<b>Subtotal</b>		<b>895</b>

Fonte: Relatório de Gestão do ano 2000 do CEFET-GO

A Tabela 17 evidencia o percentual dos alunos que faziam cada curso e atuavam em suas respectivas áreas de trabalho.

Tabela 17 - Relação de alunos matriculados e área de trabalho durante o curso em 2000

DURANTE A REALIZAÇÃO DO CURSO OS ALUNOS			
Cursos	Trabalham na Área	Trabalham fora da Área	Desempregados
Agrimensura	100%	0%	0%
Edificações	14%	72%	14%
Eletrotécnica	100%	0%	0%
Transportes	0%	86%	14%
Mecânica	14%	14%	72%
Mineração	50%	50%	0%
Saneamento	11%	42%	47%
Telecomunicações	57%	14%	29%
Eletrônica	0%	67%	33%
Hotelaria	100%	0%	0%
Turismo	100%	0%	0%
Téc. Seg. Trabalho	17%	58%	25%

A tabela demonstra o quantitativo de alunos que durante a realização de seus cursos no CEFET-GO, já atuavam em suas respectivas áreas no ano de 2000.

Fonte: Relatório de Gestão do ano 2000 do CEFET-GO.

No ano 2000 foi feito um levantamento das áreas do mercado para as quais os alunos se dirigiam após a conclusão do curso, a fim de estabelecer o percentual de estudantes que vincularam sua formação à área profissional. Isso pode ser observado na Tabela 18. Os cursos que tiveram o melhor percentual foram os de Agrimensura, Hotelaria e Turismo. Em menor escala, mas ainda com um percentual acima dos 70% (de atuação na área de formação), estavam os egressos dos cursos de Edificações, Eletrotécnica e de Telecomunicações. O curso de Eletrônica, por sua vez, apresentou o maior índice de egressos desempregados: 67%.

Tabela 18 - Relação de alunos formados e área de trabalho em 2000

<b>Cursos</b>	<b>Trabalham na Área</b>	<b>Trabalham fora da Área</b>	<b>Desempregados</b>
Agrimensura	100%	0%	0%
Edificações	71%	0%	29%
Eletrotécnica	75%	0%	25%
Transportes	0%	57%	43%
Mecânica	75%	13%	13%
Mineração	50%	50%	0%
Saneamento	26%	21%	53%
Telecomunicações	86%	14%	0%
Eletrônica	33%	0%	67%
Hotelaria	100%	0%	0%
Turismo	100%	0%	0%
Téc. Seg. Trabalho	67%	17%	17%

A tabela demonstra a frequência dos egressos que após a conclusão de seus cursos, passaram a atuar na área de formação.

Fonte: Relatório de Gestão do ano 2000 do CEFET-GO.

A Tabela 19, a seguir, faz um paralelo entre matrícula e oferta de estágio. Apesar de apresentar um número significativo de matrículas em estágio devidamente registradas, cabe relatar que não foi possível atender toda a demanda de oferta para o período - 620 vagas foram disponibilizadas, mas efetivamente 429 foram preenchidas. O curso de Edificações registrou o maior número de matrículas (59), seguido pelos cursos de Telecomunicações e Mecânica (52 para cada um deles). O curso Técnico de Segurança teve também um bom desempenho, com 50 registros.

Os relatórios de gestão, feitos anualmente, oferecem oportunidade de visualizar com mais detalhes a instituição. Por isso, extraíram-se aqui alguns dados dos relatórios dos anos de 2001 e 2004. No ano de 2001<sup>21</sup>, há que se considerar uma situação atípica, em que a

<sup>21</sup> O final da gestão do professor Ítalo de Lima Machado ocorreu no ano de 2000, embora ele tenha ficado no cargo até março do ano de 2001. O diretor eleito pela comunidade foi o professor Geraldo Silva de Almeida. A posse do diretor eleito não ocorreu imediatamente, então assumiu como diretor substituto o professor Ramos de Albuquerque Nóbrega (março/junho). Posteriormente, a professora Ivone Maria Elias foi a diretora pró-tempore (junho/dezembro de 2001) e, finalmente, em dezembro de 2001, ocorreu a posse do diretor Geraldo Silva de Almeida.



instituição passou por três períodos de direção: final de mandato do diretor anterior (até março), mandato de um diretor substituto (março/junho) e mandato de um diretor pró-tempore (junho/dezembro)

Tabela 19 - Alunos matriculados no estágio em 2000 do CEFET-GO

Curso	Matrículas	Ofertas
Agrimensura	29	29
Edificações	59	52
Edificações Pós Médio	2	0
Eletrônica	43	87
Eletrotécnica	35	133
Hotelaria	09	08
Mecânica	52	95
Mineração	25	18
Mineração Pós Médio	04	0
Saneamento	43	26
Telecomunicações	52	134
Transportes	15	25
Tec. Segurança Trabalho	50	01
Turismo	11	12
<b>TOTAL</b>	<b>429</b>	<b>620</b>

Fonte: Relatório de Gestão do ano 2000 do CEFET-GO.

O ano de 2001 apresentou uma queda nas matrículas dos alunos dos cursos técnicos integrados de nível médio (Ver tabelas de números 16 e 20)

A unidade do CEFET-GO em Goiânia registrou no primeiro semestre do ano de 2001 um total de 2.904 matrículas e no segundo semestre 3.091 matrículas. Em virtude do leque de opções dos cursos de nível superior de tecnologia ser maior, também foi registrado um maior número de matrículas em relação aos cursos de nível médio, tanto no primeiro quanto no segundo semestre.

O Índice de Eficácia (relacionado na Tabela 21) é um parâmetro que se calcula dividindo o número de concluintes pelo número de ingressantes, expresso em porcentagem. É um dos índices exigidos pelo Tribunal de Contas da União que deve ser integrado ao relatório de gestão.

Com relação ao corpo docente, verifica-se que ocorreu um acréscimo significativo da quantidade de professores quando se compara o ano 2000 com o ano 2001 (Ver tabelas de números 14-22-23). O mesmo não se pode dizer com relação aos servidores técnico-administrativos, pois houve uma queda no número total de efetivos dessa categoria. Observa-se que a formação dos docentes era bastante variada e que 2% dos professores possuíam títulos de doutor, 27% de mestre e 43% de especialista (Tabela 23).

Tabela 20 - Alunos matriculados no CEFET-GO em 2001

Modalidade de Ensino	Área de Ensino	Habilitação	Matrículas 1º Semestre	Matrículas 2º Semestre
<b>Médio</b>			<b>719</b>	<b>743</b>
<b>Técnico</b>	Construção Civil	Edificações	79	60
		Geomática	Agrimensura	59
	Cartografia		52	28
	Indústria	Eletrônica	135	100
		Eletrotécnica	80	168
		Mecânica	151	141
	Meio Ambiente	Meio Ambiente	57	47
		Saneamento	97	55
	Mineração	Mineração	111	143
	Telecomunicação	Telecomunicações	40	
	Transportes	Transportes	34	23
		Trânsito	42	28
	<b>TOTAL</b>		<b>937</b>	<b>823</b>
<b>Tecnológico</b>	Construção Civil	Planejamento e Construção de Edifícios	140	158
		Infra-estrutura de vias	30	42
	Geomática	Agrimensura	80	102
		Sensoriamento Remoto	110	98
	Indústria	Produção Industrial	25	62
	Meio Ambiente	Gestão Ambiental	81	120
	Química	Química Industrial	105	120
	Telecomunicações	Redes de Comunicação	120	165
	Transportes	Planejamento em Transportes	101	107
	Turismo e Hospitalidade	Gestão Hoteleira	227	271
		Gestão Turística	229	280
	<b>TOTAL</b>		<b>1.248</b>	<b>1.525</b>
	<b>TOTAL</b>			<b>2.904</b>

Fonte: Relatório de Gestão do ano 2001 do CEFET-GO.

Tabela 21 - Alunos matriculados x concluintes no CEFET-GO em 2001

Modalidade de Ensino (ano de ingresso)	Número de Ingressos	Número de Concluintes em 2001	Índice de Eficácia (%)
Ensino Médio (1998)	320	283	88,44
Ensino Técnico (1999)	490	378	77,14
Ensino Tecnológico (1998)	-	-	-
<b>Total</b>	<b>810</b>	<b>661</b>	<b>81,6</b>

Fonte: Relatório de Gestão do ano 2001 do CEFET-GO.

Pode-se observar, ainda na mesma tabela, que as coordenações que tinham os maiores contingentes de professores eram, respectivamente, as de Construção Civil, Eletrotécnica e

Telecomunicações. Chama a atenção o fato de o curso superior de Turismo e Hospitalidade ter somente 1 (um) professor lotado na coordenação. Isso significa que esta era uma coordenação extremamente dependente das demais para o desenvolvimento de suas atividades durante o ano letivo.

Tabela 22 - Recursos humanos do CEFET-GO em 2001

Efetivos	Carga Horário (h)	Quantidade		Total CEFET-GO
		Sede	Uned	
Docentes	DE	162	50	212
	40	47	06	53
	20	21	07	21
	Professores Temporários	46	63	53
	Total ativos no CEFET-GO	276		339
	Cedidos	02		02
	Cargo Comissionado	01		01
<b>SUBTOTAL</b>		<b>279</b>	<b>63</b>	<b>342</b>
	40	1187	72	259
	30	09	02	11
	20	04	01	5
	Cedidos	06		06
<b>SUBTOTAL</b>		<b>206</b>	<b>75</b>	<b>281</b>
<b>Total</b>		<b>485</b>	<b>138</b>	<b>623</b>

Fonte: Relatório de Gestão do ano 2001 do CEFET-GO

Tabela 23 - Titulação dos docentes do CEFET-GO em 2001

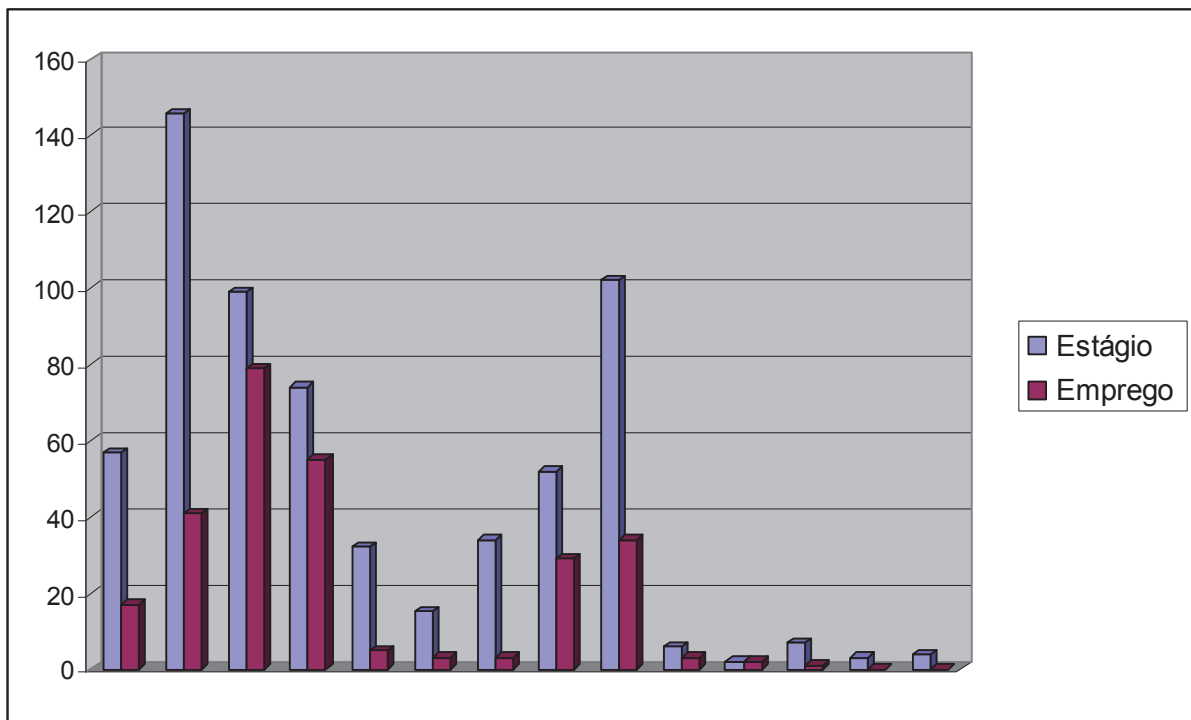
Coordenação	TOTAL	Titulação				
		Doutor	Mestre	Especialista	Graduado	Técnico
Matemática	11	-	5	5	1	-
Física	15	1	3	11	-	-
Biologia	7	-	1	6	-	-
Linguagens, Códigos e suas Tecnologias	13	-	4	5	4	-
Artes	8	-	-	3	4	1
Educação Física	9	-	1	5	3	-
Ciências Humanas	9	-	5	4	-	-
Construção Civil	20	-	5	9	6	-
Geomática	13	-	4	2	5	2
Meio Ambiente	11	-	-	10	1	-
Mineração	12	-	2	1	8	1
Transportes	10	1	3	2	4	-
Turismo e Hospitalidade	1	-	-	1	-	-
Mecânica	14	-	3	3	7	1
Eletrotécnica	19	-	7	8	4	-
Informática	5	-	3	2	-	-
Química	7	2	2	3	-	-
Telecomunicações	19	-	6	9	3	1
<b>TOTAL</b>	<b>203</b>	<b>4</b>	<b>54</b>	<b>89</b>	<b>50</b>	<b>6</b>

Fonte: Relatório de Gestão do ano 2001 do CEFET-GO

O número de alunos matriculados no estágio em 2001 pode ser visualizado na Tabela 24. Se comparado ao ano anterior, observa-se um aumento substancial: de 429 para 633 alunos. Um destaque especial aparece no curso técnico de Edificações, que saltou de 59 para 146 alunos matriculados. Em termos de mercado, isso significa que o período foi satisfatório para o setor da construção civil, em termos de investimentos.

Tabela 24 - Alunos do CEFET matriculados no estágio em 2001

Curso	Estágio	Emprego
Agrimensura	57	17
Edificações	146	41
Mecânica	99	79
Eletrotécnica	74	55
Estradas	32	5
Mineração	15	3
Saneamento	34	3
Telecomunicações	52	29
Eletrônica	102	34
Hotelaria e Turismo	6	3
Segurança do Trabalho	2	2
Química Industrial	7	1
Redes de Computadores	3	0
Eletromecânica	4	0
<b>TOTAL</b>	<b>633</b>	<b>272</b>



Fonte: Relatório de Gestão do ano 2001 do CEFET-GO

Os anos seguintes, de 2002 e 2003, apresentaram o seguinte desempenho para alunos matriculados na instituição:

Tabela 25 - Alunos matriculados no CEFET-GO em 2002

Modalidade de Ensino	Área de Ensino	Habilitação	Matriculas 2001		Matriculas 2002	
			1º S	2º S	1º S	2º S
<b>UNIDADE SEDE DE GOIÂNIA</b>						
<b>Ensino Médio</b>			<b>719</b>	<b>743</b>	<b>564</b>	<b>561</b>
<b>Técnico</b>	Construção Civil	Edificações	79	60	37	28
	Geomática	Agrimensura	59	30	-	-
		Cartografia	52	28	36	25
	Indústria	Eletrônica	135	100	-	-
		Eletrotécnica	80	168	184	175
		Mecânica	151	141	183	163
	Meio Ambiente	Meio Ambiente	57	47	64	102
		Saneamento	97	55	-	-
	Mineração	Mineração	111	143	160	151
	Telecomunicações	Telecomunicações	40	82	120	156
Transportes	Transportes	34	23	61	106	
	Trânsito	42	28	3	-	
<b>Curso Modular</b>			<b>937</b>	<b>905</b>	<b>848</b>	<b>906</b>
<b>Subtotal</b>			<b>1.656</b>	<b>1.648</b>	<b>1.412</b>	<b>1.467</b>
<b>Tecnológico</b>	Construção Civil	Construção e Planej. de Edifícios	140	158	180	212
		Infra-estrutura de vias	30	42	44	59
	Agrimensura	Agrimensura	80	102	105	107
	Sensoriamento Remoto	Sensoriamento Remoto	110	98	144	162
	Eletromecânica	Produção Industrial	25	62	103	106
	Ambiental	Gestão Ambiental	81	120	129	169
	Química Industrial	Química Agro- Industrial	105	120	137	177
	Telecomunicações	Redes de Comunicação	120	165	184	210
	Transportes	Planejamento em Transportes	101	107	109	143
	Hotelaria	Gestão Hoteleira	227	271	305	345
	Turismo	Gestão em Turismo	229	280	321	363
<b>Subtotal</b>			<b>1.248</b>	<b>1.525</b>	<b>1.761</b>	<b>2.053</b>
<b>Total Sede de Goiânia</b>			<b>2.904</b>	<b>3.173</b>	<b>3.173</b>	<b>3.520</b>
<b>UNIDADE DE ENSINO DESCENTRALIZADA DE JATAÍ</b>						
<b>Ensino Médio</b>			<b>325</b>	<b>325</b>	<b>325</b>	<b>325</b>
<b>Técnico</b>	Construção Civil	Edificações	39	49	56	74
	Geomática	Agrimensura	51	25	41	56
	Indústria	Eletrotécnica	70	79	77	100
	Informática	Processamento de Dados	46	35	14	14
	<b>Subtotal</b>			<b>206</b>	<b>188</b>	<b>188</b>
<b>Tecnológico</b>	Informática	Informática	<b>91</b>	<b>123</b>	<b>127</b>	<b>152</b>
<b>Licenciatura</b>	Ciências da Natureza	Licenciatura em Ciências	<b>40</b>	<b>35</b>	<b>65</b>	<b>58</b>
<b>Total UNED-Jataí</b>			<b>662</b>	<b>671</b>	<b>705</b>	<b>779</b>
<b>TOTAL GERAL CEFET-GO</b>			<b>3.566</b>	<b>3.844</b>	<b>3.878</b>	<b>4.299</b>

Fonte: Relatório de Gestão do ano 2002 do CEFET-GO

Tabela 26 - Alunos matriculados no CEFET-GO em 2003

Modalidade de Ensino	Área de Ensino	Habilitação	Matrículas 2002		Matrículas 2003	
			1º S	2º S	1º S	2º S
<b>UNIDADE SEDE DE GOIÂNIA</b>						
<b>Médio</b>	Ensino Médio		564	561	533	533
	Educação de Jovens e Adultos		-	-	20	20
	<b>Subtotal do Ensino Médio</b>		<b>564</b>	<b>561</b>	<b>553</b>	<b>553</b>
<b>Técnico</b>	Construção Civil	Edificações	37	28	36	36
	Geomática	Cartografia	36	25	26	26
	Indústria	Eletrotécnica	184	175	213	203
		Mecânica	183	163	111	102
		Refrigeração e Ar-condicionado	-	-	21	25
	Meio Ambiente	Meio Ambiente	64	102	120	120
	Mineração	Mineração	160	151	203	197
	Telecomunicações	Telecomunicações	120	156	152	133
	Transportes	Trânsito	3	-	-	-
		Transportes	61	106	106	98
	<b>Subtotal do Técnico</b>		<b>848</b>	<b>906</b>	<b>987</b>	<b>940</b>
<b>Tecnológico</b>	Construção Civil	Planejamento e Construção de Edifícios	180	212	198	194
		Infra-estrutura de vias	44	59	74	87
	Geomática	Agrimensura	105	107	96	91
		Sensoriamento Remoto	144	162	140	139
	Indústria	Produção Industrial	103	106	108	108
	Meio Ambiente	Gestão Ambiental	129	169	199	202
	Química	Química Agro-Industrial	137	177	191	187
	Telecomunicações	Redes de Comunicação	184	210	198	223
	Transportes	Planejamento em Transportes	109	143	174	206
	Hotelaria	Gestão Hoteleira	305	345	304	269
	Turismo	Gestão Turística	321	363	317	272
	<b>Subtotal</b>		<b>1.761</b>	<b>2.053</b>	<b>1.999</b>	<b>1.978</b>
<b>Total da Unidade Sede</b>			<b>3.173</b>	<b>3.520</b>	<b>3.539</b>	<b>3.471</b>
<b>UNIDADE DE ENSINO DESCENTRALIZADA DE JATAÍ</b>						
<b>Médio</b>	Ensino Médio		325	325	334	334
	Educação de Jovens e Adultos		70	56	19	19
	<b>Subtotal do Ensino Médio</b>		<b>395</b>	<b>381</b>	<b>353</b>	<b>353</b>
<b>Técnico</b>	Construção Civil	Edificações	56	74	77	71
	Geomática	Agrimensura	41	56	66	75
	Indústria	Eletrotécnica	77	100	90	93
	Informática	Processamento de Dados	14	14	-	-
	<b>Subtotal do Técnico</b>		<b>188</b>	<b>244</b>	<b>233</b>	<b>239</b>
<b>Tecnológico - Informática</b>		Tecnologia em Informática	127	152	164	167
<b>Licenciatura - Ciências da Natureza</b>		Física	65	88	81	85
<b>Total UNED-Jataí</b>			<b>775</b>	<b>835</b>	<b>831</b>	<b>844</b>
<b>TOTAL GERAL DO CEFET-GO</b>			<b>3.948</b>	<b>4.355</b>	<b>4.370</b>	<b>4.315</b>

Fonte: Relatório de Gestão do ano 2003 do CEFET-GO

Houve um aumento pequeno de alunos matriculados, na comparação do primeiro semestre de 2002 com o primeiro semestre de 2003, totalizando um acréscimo de 366 novas matrículas. Entretanto, em relação ao segundo semestre de 2002 e o segundo semestre de 2003 houve uma redução de 49 novas matrículas. Essa análise é válida considerando a escola de Goiânia, que durante o período em que esteve “cefetizada” era denominada Unidade Sede.



A situação dos servidores docentes e administrativos pode ser observada nas tabelas 27 e 28, referentes aos anos 2002 e 2003. Houve um aumento do número de docentes na Unidade Sede (Goiânia) em virtude do aumento de professores substitutos - passou de 46 para 67.

Em 2003 o número de docentes voltou a aumentar na Unidade Sede, também em função do aumento de professores substitutos - passou de 67 para 71, conforme dados da Tabela 28.

O número de servidores técnico-administrativos permaneceu estável em 2001 e 2002, totalizando 206 servidores, conforme tabelas 22 e 27.

Tabela 27 - Relação dos servidores do CEFET-GO em 2002

EFETIVOS	CARGA HORÁRIA (h)	QUANTIDADE		TOTAL CEFET-GO
		SEDE	UNED	
Docentes	DE	166	50	216
	40	35	04	39
	20	19		19
	<b>TOTAL DE ATIVOS</b>	<b>220</b>	<b>54</b>	<b>274</b>
	SUBSTITUTOS	67	07	74
	Cedidos	02		02
<b>SUBTOTAL</b>		<b>289</b>	<b>61</b>	<b>350</b>
Técnico- administrativos	40	190	69	259
	30	04	-	04
	20	03	-	03
	<b>TOTAL DE ATIVOS</b>	<b>197</b>	<b>69</b>	<b>266</b>
	Cedidos	09	-	09
<b>SUBTOTAL</b>		<b>206</b>	<b>69</b>	<b>275</b>
<b>TOTAL DE SERVIDORES</b>		<b>495</b>	<b>130</b>	<b>625</b>
Aposentados		185	04	189
Pensionistas		46	04	50
<b>TOTAL GERAL DOS SERVIDORES</b>				<b>864</b>

Fonte: Relatório de Gestão do ano 2002 do CEFET-GO

Tabela 28 - Relação dos docentes do CEFET-GO em 2003

Gerência Educacional	Docentes		Total
	Efetivos	Substitutos	
Apoio ao Ensino	11	-	11
Planejamento e Desenvolvimento Curricular - GEPDC	73	15	88
Áreas Tecnológicas I - GEAT I	69	14	83
Áreas Tecnológicas II - GEAT II	73	28	101
Atividades Acadêmicas – UNED/Jataí - GEAA	54	14	68
<b>Total</b>	<b>280</b>	<b>71</b>	<b>351</b>

Fonte: Relatório de Gestão do ano 2003 do CEFET-GO

Quanto à escolaridade dos servidores, a configuração encontrada no Relatório de Gestão (CEFET, 2002), pode ser observada na Tabela 29. Houve um acréscimo de somente 1 (um) doutor, ao passo que o número de mestres ampliou de 54 para 67, o que, em termos percentuais, representou um salto de 27% para 31% (Ver tabelas de números 23 e 29).

Tabela 29 - Escolaridade dos servidores do CEFET-GO em 2002

Efetivos		Nível de Escolaridade							Total
		Ensino Fundamental	Ensino Médio	Superior	Aperfeiçoamento	Especialização	Mestado	Doutorado	
Sede	Docentes		10	40	4	87	67	5	213
	Téc. Adm.	25	78	167					270
Uned	Docentes		3	10	3	25	12	3	56
	Téc. Adm.	13	32	34					79
<b>Total</b>		<b>38</b>	<b>123</b>	<b>251</b>	<b>7</b>	<b>112</b>	<b>79</b>	<b>8</b>	<b>618</b>

Fonte: Relatório de Gestão do ano 2002 do CEFET-GO)

O número de matrículas em estágios da instituição nos anos 2002 e 2003 pode ser observado nas tabelas de números 30 a 32. Considerando tão somente a Unidade Sede (Goiânia), observa-se uma significativa redução das matrículas para estágio nos cursos técnicos de nível médio, quando se compara o ano 2002 com o ano 2003. O quantitativo passa de 643 matrículas em 2002 para o reduzido número de 241 matrículas em 2003.

Tabela 30 - Alunos do técnico matriculados no estágio em 2002

Nível	Curso	Estágio	Emprego	Matrículas efetivadas
TÉCNICO	Agrimensura*	61	22	51
	Edificações	130	24	101
	Mecânica	133	79	75
	Eletrotécnica	151	77	122
	Estradas*	16	1	12
	Mineração	57	12	41
	Meio Ambiente	56	12	38
	Telecomunicações	88	29	80
	Transportes	68	4	60
	Eletrônica*	126	66	71
	Turismo e Hospitalidade*	29	3	12
	Geomática: Cartografia	4	-	2
	Téc.Seg.Trabalho*	22	15	45

Fonte: Relatório de Gestão do ano 2002 do CEFET-GO

Tabela 31 - Alunos do tecnológico matriculados no estágio em 2002

Nível	Curso	Estágio	Emprego	Matrículas efetivadas em estágio
TECNOLÓGICO	Construção Civil	49	22	34
	Geomática-Ag/Sens.Remoto	75	22	58
	Gestão Hoteleira	29	9	12
	Gestão Turística	44	16	38
	Produção Industrial	39	20	24
	Gestão Ambiental	56	12	38
	Química Industrial	28	16	18
	Redes de Comunicação	51	24	30
<b>TOTAL</b>		<b>1.312</b>	<b>485</b>	<b>962</b>

Obs.: \*os cursos técnicos de Estradas, Eletrônica, Agrimensura, Hotelaria e Turismo foram extintos e o curso de Saneamento foi substituído pelo curso de Meio Ambiente.

Fonte: Relatório de Gestão do ano 2002 do CEFET-GO

Tabela 32 - Alunos matriculados no estágio em 2003

CURSO	OFERTA DE ESTÁGIO		OFERTA DE EMPREGO		MATRÍCULAS		
	2002	2003	2002	2003	2002	2003	
<b>ENSINO MÉDIO</b>	-	20	-	12	-	8	
<b>Subtotal do Ensino Médio</b>	-	<b>20</b>	-	<b>12</b>	-	<b>8</b>	
<b>TÉCNICO</b>	Agrimensura	61	23	22	14	51	12
	Edificações	130	75	24	36	101	14
	Mecânica	133	51	79	43	72	33
	Eletrotécnica	151	65	77	45	122	62
	Estradas	16	18	1	12	12	-
	Mineração	57	15	12	12	41	25
	Saneamento	-	20	-	18	-	6
	Meio Ambiente	56	28	12	16	38	13
	Telecomunicações	88	35	29	21	80	26
	Transportes	68	56	4	20	60	16
	Eletrônica	126	57	66	41	7	11
	Hotelaria e Turismo	29	-	3	-	12	2
	Cartografia	4	13	-	12	2	13
	Técnico em Seg. do Trabalho	22	10	15	5	45	8
<b>Subtotal dos cursos técnicos</b>	<b>941</b>	<b>466</b>	<b>344</b>	<b>295</b>	<b>643</b>	<b>241</b>	
<b>TECNOLÓGICO</b>	Construção Civil	49	61	22	23	34	54
	Agrimensura	75	20	22	13	58	21
	Gestão Hoteleira	29	37	9	12	12	71
	Gestão Turística	44	66	16	12	38	87
	Produção Industrial	39	40	20	22	24	19
	Gestão Ambiental	56	37	12	12	38	
	Química Industrial	28	22	16	16	18	40
	Redes de Comunicação	51	34	24	20	30	54
	Transportes	-	68	-	20	-	52
	Sensoriamento Remoto	-	16	-	3	-	24
<b>Subtotal dos cursos de tecnologia</b>	<b>371</b>	<b>401</b>	<b>141</b>	<b>153</b>	<b>252</b>	<b>495</b>	
<b>TOTAL</b>	<b>1312</b>	<b>887</b>	<b>485</b>	<b>460</b>	<b>895</b>	<b>744</b>	

Fonte: Relatório de Gestão do ano 2003 do CEFET-GO

O quadro de pessoal ativo da instituição em 2004 era composto de 286 (duzentos e oitenta e seis) professores efetivos, 59 (cinquenta e nove) professores substitutos e 248 (duzentos e quarenta e oito) servidores técnico-administrativos, conforme tabelas de números 33 a 35.

A Unidade Sede contava com 235 professores efetivos e 49 (quarenta e nove) professores substitutos. Comparado esse quantitativo com número de docentes do ano 2003, conclui-se que o número de professores efetivos ganhou 6 novas contratações (passou de 220 para 226), ao passo que o número de professores substitutos passou de 57, em 2003, para 43 em 2014; ou seja, houve perda de 14 contratados.

O número de doutores passou para 15, que em termos de percentuais representa 6%, e o número de mestres passou para um total de 103, representando 44% do total de professores.

Tabela 33 - Relação dos servidores do CEFET-GO em 2004

Discriminação	Quantidade Física		
	Goiânia	Jataí	Total 2004
Professor Efetivo de Ensino de 1º e 2º Graus	235	51	286
Professor Substituto de Ensino de 1º e 2º Graus	43	16	59
Técnico-Administrativo Efetivo	180	68	248
Lotação Provisória na Instituição	02	-	02
Colaboração Técnica	01	-	01
<b>Total 2004</b>	<b>461</b>	<b>135</b>	<b>596</b>

Fonte: Relatório de Gestão do ano 2004 do CEFET-GO

Tabela 34 - Relação dos docentes efetivos do CEFET-GO por titulação em 2004

Unidade	Titulação						Total 2004
	M/T	G	A	E	M	D	
Goiânia	-	28	09	80	103	15	235
Jataí	-	04	-	29	13	05	51
<b>Total 2004</b>	<b>-</b>	<b>32</b>	<b>09</b>	<b>109</b>	<b>116</b>	<b>20</b>	<b>286</b>

Legenda: M/T – Ensino Médio / Técnico      G – Graduação      A – Aperfeiçoamento  
E – Especialização      M – Mestrado      D – Doutorado

Fonte: Relatório de Gestão do ano 2004 do CEFET-GO

Tabela 35 - Lotação dos docentes efetivos do CEFET-GO por gerência em 2004

Gerência Educacional	Docentes		Total
	Efetivos	Substitutos	
Gerência de Apoio e Assistência ao Ensino – GEAE	14	-	14
Planejamento e Desenvolvimento Curricular - GEPDC	70	17	87
Áreas Tecnológicas I - GEAT I	73	11	84
Áreas Tecnológicas II - GEAT II	78	15	93
Atividades Acadêmicas – UNED/Jataí - GEAA	51	16	67
<b>Total</b>	<b>286</b>	<b>59</b>	<b>345</b>

Fonte: Relatório de Gestão do ano 2004 do CEFET-GO

No ano 2004 o CEFET-GO ofertou 1.979 vagas, distribuídas entre as unidades de Goiânia e Jataí. No primeiro semestre foram ofertadas 1.110 vagas - 840 na unidade de Goiânia e 270 na unidade de Jataí - e 567 vagas no segundo semestre, sendo 375 na unidade de Goiânia e 120 na unidade de Jataí.

Nesse exercício efetivaram-se 4.224 matrículas no primeiro semestre e 3.975 matrículas no segundo semestre, nos cursos técnicos, tecnológicos e no ensino médio (Ver tabelas 36 e 37). A importância da Tabela 37 refere-se ao fato de nela constar tão somente as matrículas dos alunos da Unidade Descentralizada de Jataí (Uned); posteriormente esses dados foram computados no somatório geral dos alunos matriculados no CEFET-GO.

A denominação de Unidade Descentralizada, para Jataí, foi adotada desde a sua criação, em 18 de abril de 1988, quando a instituição era denominada de Escola Técnica Federal de Goiás.

Tabela 36 - Alunos matriculados no CEFET-GO em 2004 (Goiânia)

Modalidade de Ensino	Área de Ensino	Habilitação	Matrículas 2003		Matrículas 2004	
			1º S	2º S	1º S	2º S
<b>UNIDADE SEDE</b>						
Médio	<b>Ensino Médio</b>		533	533	534	534
	<b>Educação de Jovens e Adultos</b>		20	20	0	0
	<b>Subtotal do Ensino Médio</b>		553	553	534	534
TÉCNICO	Construção Civil	Edificações	36	36	40	31
	Geomática	Agrimensura			1	1
		Cartografia	26	26	32	32
	Telecomunicações	Eletrônica				1
	Indústria	Eletrônica	213	203	234	222
		Mecânica	111	102	101	98
		Refrigeração e Ar-condicionado	21	25	25	0
	Meio Ambiente	Meio Ambiente	120	120	123	107
	Mineração	Mineração	203	197	186	171
	Indústria	Segurança do Trabalho			3	1
	Telecomunicações	Telecomunicações	152	133	154	116
	Transportes	Trânsito			2	7
Transportes		106	98	96	80	
<b>Subtotal</b>			<b>987</b>	<b>940</b>	<b>997</b>	<b>867</b>
TECNOLÓGICO	Construção Civil	Plan. e Construção de Edifícios	198	194	229	226
		Infra-estrutura de vias	74	87	99	104
	Geomática	Agrimensura	96	91	110	119
		Sensoriamento Remoto	140	139	151	144
	Indústria	Produção Industrial	108	108	134	146
	Meio Ambiente	Gestão Ambiental	199	202	240	220
	Química	Química Agro-Industrial	191	187	229	223
	Telecomunicações	Redes de Comunicação	198	223	254	283
	Transportes	Planejamento em Transportes	174	206	232	252
	Hotelaria	Gestão Hoteleira	304	269	284	274
Turismo	Gestão Turística	317	272	320	262	
<b>Subtotal</b>			<b>1.999</b>	<b>1.978</b>	<b>2.282</b>	<b>2.253</b>
<b>TOTAL DA UNIDADE SEDE</b>			<b>3.539</b>	<b>3.471</b>	<b>3.813</b>	<b>3.654</b>

Fonte: Relatório de Gestão do ano 2004 do CEFET-GO

Tabela 37 - Alunos matriculados no CEFET-GO em 2004 (Jataí)

<b>UNIDADE DE ENSINO DESCENTRALIZADA DE JATAÍ</b>						
<b>Médio</b>	Ensino Médio		334	334	328	328
	Educação de Jovens e Adultos		19	19	0	0
	<b>Subtotal do Ensino Médio</b>		<b>353</b>	<b>353</b>	<b>328</b>	<b>328</b>
<b>Técnico</b>	Construção Civil	Edificações	77	71	75	67
	Geomática	Agrimensura	66	75	66	43
	Indústria	Eletrônica	90	93	78	75
	<b>Subtotal do Técnico</b>		<b>233</b>	<b>239</b>	<b>219</b>	<b>185</b>
Tecnológico - <b>Informática</b>		Tecnologia em Informática	164	167	170	157
Licenciatura - <b>Ciências da Natureza</b>		Física	<b>81</b>	<b>85</b>	<b>108</b>	<b>80</b>
<b>Subtotal do Ensino Superior</b>			<b>245</b>	<b>252</b>	<b>278</b>	<b>237</b>
<b>TOTAL UNIDADE-JATAÍ</b>			<b>831</b>	<b>844</b>	<b>825</b>	<b>750</b>
<b>TOTAL GERAL DO CEFET-GO</b>			<b>4370</b>	<b>4315</b>	<b>4.638</b>	<b>4.404</b>

Fonte: Relatório de Gestão do ano 2004 do CEFET-GO

No ano 2004 foi apresentado um demonstrativo do número provável de alunos formandos que permite calcular o índice de eficiência da instituição (o mencionado índice de eficácia) – um dos indicadores exigidos pelo Ministério de Educação para o relatório de gestão - como pode ser visualizado na Tabela 38.

Tabela 38 - Número provável de alunos formandos no CEFET-GO em 2004

Modalidade de Ensino	Área de Ensino	Habilitação	Nº provável de formandos 2004	Nº de alunos ingressos 2003	Índice de eficácia (%)
<b>UNIDADE GOIÂNIA</b>					
<b>Ensino Médio (3 anos)</b>			<b>182</b>	<b>200</b>	<b>91,00</b>
<b>Tecnológico (3 anos)</b>	Construção Civil	Planejamento Const de Edifícios	50	80	62,50
		Infra-estrutura de Vias	19	40	47,50
	Geomática	Agrimensura	25	60	41,67
	Geomática	Sensoriamento Remoto	44	60	73,33
	Eletromecânica	Produção Industrial	21	50	42,00
	Ambiental	Gestão Ambiental	57	80	71,25
	Química Industrial	Química Agro-Industrial	60	80	75,00
	Telecomunicações	Redes de Comunicação	56	100	56,00
	Transportes	Planejamento em Transportes	62	80	77,50
	Hoteleria	Gestão Hoteleira	95	120	79,17
	Turismo	Gestão em Turismo	90	120	75,00
<b>Subtotal dos Cursos de Tecnologia</b>			<b>761</b>	<b>1070</b>	<b>71,12</b>
<b>Técnico (2 anos)</b>	Construção Civil	Edificações	14	20	70,00
	Geomática	Cartografia	16	20	80,00
	Indústria	Eletrotécnica	93	100	93,00
		Mecânica	38	100	38,00
		Refrigeração e Ar-Condicionado	12	50	24,00
	Meio Ambiente	Meio Ambiente	36	40	90,00
	Mineração	Mineração	38	100	38,00
	Telecomunicações	Telecomunicações	73	94	77,66
	Transportes	Trânsito	34	40	85,00
	<b>Subtotal dos Cursos Técnicos</b>			<b>354</b>	<b>564</b>
<b>Total da Unidade Sede</b>			<b>1115</b>	<b>1634</b>	<b>68,24</b>
<b>UNIDADE JATAÍ</b>					
Ensino Médio			78	129	60,47
<b>Subtotal Ensino Médio</b>			<b>78</b>	<b>129</b>	<b>60,47</b>
	Const Civil	Edificações	11	34	32,35
	Geomática	Agrimensura	09	58	15,52
	Indústria	Eletrotécnica	16	63	25,40
<b>Subtotal dos Cursos Técnicos</b>			<b>36</b>	<b>155</b>	<b>23,23</b>
Tecnólogo	Informática	Téc Sistema de Informações	43	64	67,19
Licenciatura	Ciências Natureza	Física/Matemática	12	40	30,00
<b>Subtotal dos Cursos Superiores</b>			<b>55</b>	<b>104</b>	<b>52,88</b>
<b>Total da Unidade Jataí</b>			<b>169</b>	<b>388</b>	<b>68,24</b>
<b>Total do CEFET-GO</b>			<b>1284</b>	<b>2022</b>	<b>63,50</b>

Fonte: Relatório de Gestão do ano 2004 do CEFET-GO



Tabela 39 - Estágio e emprego para os alunos do CEFET-GO em 2004

<b>CURSO</b>	<b>OFERTAS ESTÁGIO</b>	<b>OFERTAS EMPREGO</b>	<b>MATRÍCULAS EFETIVADAS EM ESTÁGIO</b>
<b>ENSINO MÉDIO</b>	14	12	03
<b>TÉCNICOS</b>			
AGRIMENSURA (técnico)*	07	-	12
Edificações	39	27	17
Mecânica	44	62	27
Eletrotécnica	76	56	86
Estradas*	-	-	-
Mineração	16	17	09
Saneamento*	01	05	10
Meio Ambiente	17	01	13
Telecomunicações	78	34	60
Trânsito	02	-	19
Eletrônica*	59	37	5
Hotelaria E Turismo*	-	-	-
Cartografia	02	-	02
Técnico em Segurança do Trabalho*	01	02	07
<b>TECNÓLOGOS</b>			
Planejamento e Construção de Edifícios .	38	20	49
Infra-Estrutura de Vias	01	03	08
Agrimensura	08	01	14
Gestão Hoteleira	21	04	82
Gestão Turística	19	02	97
Produção Industrial	27	15	22
Gestão Ambiental	04	-	43
Química Industrial	18	39	59
Redes de Comunicação	19	12	53
Transportes	10	01	45
Sensoriamento Remoto	04	08	44
<b>TOTAL</b>	<b>525</b>	<b>358</b>	<b>786</b>

Fonte: Relatório de Gestão do ano 2004 do CEFET-GO

No ano 2005 o CEFET-GO ofertou 1.654 (mil seiscentos e cinquenta e quatro) vagas, distribuídas entre as unidades de Goiânia e Jataí.

No primeiro semestre foram ofertadas 997 (novecentos e noventa e sete) vagas - 792 (setecentas e noventa e duas) na unidade de Goiânia e 205 (duzentas e cinco) na unidade de Jataí - e 657 (seiscentos e cinquenta e sete) vagas no segundo semestre, sendo 537 (quinhentas e trinta e sete) na unidade de Goiânia e 120 (cento e vinte) na unidade de Jataí.

Naquele ano efetivaram-se 4.909 (quatro mil novecentos e nove) matrículas no primeiro semestre e 2.272 (duas mil duzentas e setenta e duas) matrículas no segundo semestre, nos cursos técnicos, tecnológicos e no ensino médio.

O quadro de pessoal ativo da instituição contou com 290 (duzentos e noventa) professores efetivos, 64 (sessenta e quatro) professores substitutos e 240 (duzentos e quarenta) servidores técnico-administrativos. Isso pode ser visualizado nas tabelas de 40 e 41. Quanto ao quadro de pessoal inativo, no ano 2005 havia 197 (cento e noventa e sete) servidores aposentados e 92 (noventa e dois) pensionistas (CEFET, 2005, p. 8).

O custo do aluno/ano na instituição avaliado em 2003, 2004 e 2005 foi, respectivamente, de R\$ 5.506,26, R\$ 6.021,87 e R\$ 6.403,12 (CEFET, 2005, p. 48).

Tabela 40 - Relação dos servidores do CEFET-GO em 2005

DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE FÍSICA		
	Goiânia	Jataí	Total
Professor Efetivo de Ensino de 1º e 2º Graus	235	55	290
Professor Substituto de Ensino de 1º e 2º Graus	47	17	64
Técnico-Administrativo Efetivo	175	65	240
<b>Subtotal</b>	<b>457</b>	<b>137</b>	<b>594</b>
Lotação Provisória na Instituição	05	-	05
Colaboração Técnica	01	-	01
<b>Total</b>	<b>463</b>	<b>137</b>	<b>600</b>

Fonte: Relatório de Gestão do ano 2005 do CEFET-GO

Tabela 41 - Relação dos docentes efetivos do CEFET-GO por titulação em 2005

TITULAÇÃO	CONSTRUÇÃO CIVIL	GEOMÁTICA	MEIO AMBIENTE	MINERAÇÃO	TRANSPORTES	TURISMO E HOSPITALIDADE	TOTAL
Doutorado	0	1	1	0	1	0	3
Mestrado	9	8	8	3	7	4	39
Especialista	11	1	5	2	1	2	22
Graduado	4	6	1	6	0	2	19
Técnico	0	1	0	0	0	0	1
<b>Total</b>	<b>24</b>	<b>17</b>	<b>15</b>	<b>11</b>	<b>9</b>	<b>8</b>	<b>84</b>

Fonte: Relatório de Gestão do ano 2005 do CEFET-GO

No tocante aos estágios, a Tabela 41 mostra os resultados. O quadro de ofertas de estágio e de matrículas permaneceu estabilizado em relação ao ano anterior.

Tabela 42 - Estágio e emprego para os alunos do CEFET-GO em 2005

Curso	Ofertas de Estágio	Oferta de Emprego	Matriculas	
			Curricular	Extra Curricular
<b>Ensino Médio</b>	11	22	00	02
<b>TÉCNICO</b>				
Agrimensura	5	2	03	01
<b>Edificações</b>	32	25	03	00
Mecânica	26	31	21	00
Eletrotécnica	28	14	41	03
Mineração	13	5	28	02
Saneamento	20	12	00	00
Meio Ambiente	1	2	01	00
Telecomunicações	34	18	30	00
Transportes/Trânsito	12	4	30	04
Eletrônica	42	14	01	00
Cartografia	5	2	02	00
Técnico Segurança do Trabalho	2	1	00	00
<b>Subtotal Técnicos</b>	<b>220</b>	<b>130</b>	<b>160</b>	<b>10</b>
<b>TECNOLÓGICO</b>				
Construção Civil/Edificações	56	14	21	17
Agrimensura	7	3	09	05
Gestão Hoteleira	12	0	36	10
Gestão Turística	53	1	57	17
Produção Industrial	34	24	13	03
Gestão Ambiental	13	4	57	03
Química Industrial	15	8	44	03
Redes de Comunicação	56	22	29	10
<sup>1</sup> Trasnportes	12	4	19	09
Sensoriamento Remoto	7	4	18	02
<b>Subtotal Tecnológicos</b>	<b>265</b>	<b>84</b>	<b>303</b>	<b>79</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>485</b>	<b>214</b>	<b>463</b>	<b>89</b>

Fonte: Relatório de Gestão do ano 2005 do CEFET-GO

Se considerarmos um comparativo entre os anos de 2005 e 2006, pode-se observar que no tocante à gestão de recursos humanos a situação permaneceu equilibrada. Houve poucas contratações de docentes e técnicos administrativos, conforme os dados da Tabela 43:

Tabela 43 - Relação dos servidores do CEFET-GO em 2006

**Demonstrativo da Força de Trabalho**

DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE FÍSICA	
	2005	2006
Professor Efetivo de Ensino de 1 <sup>o</sup> e 2 <sup>o</sup> Graus	291	292
Técnico-Administrativo Efetivo	240	243
<b>Subtotal</b>	<b>531</b>	<b>535</b>
Cedidos a outros órgãos com ônus	07	10
Cedidos a outros órgãos sem ônus	04	02
Professor Substituto de Ensino de 1 <sup>o</sup> e 2 <sup>o</sup> Graus	63	70
Exercício Descentralizado de Carreira	02	02
Exercício Provisório	01	
<b>Total</b>	<b>608</b>	<b>619</b>

**Demonstrativo dos Docentes Efetivos por Titulação em Atividade**

UNIDADE	TITULAÇÃO					
	GOIÂNIA		JATAÍ		TOTAL	
Titulação	2005	2006	2005	2006	2005	2006
Graduação (G)	28	31	04	03	32	34
Aperfeiçoamento (A)	09	07	-	-	09	07
Especialização (E)	85	73	29	25	114	98
Mestrado (M)	103	107	13	16	116	123
Doutorado (D)	15	21	05	09	20	30
<b>Total</b>	<b>240</b>	<b>239</b>	<b>51</b>	<b>53</b>	<b>291</b>	<b>292</b>

Fonte: Relatório de Gestão do ano 2006 do CEFET-GO

Com relação ao nível de escolaridade dos servidores técnico-administrativos dentro da instituição, há que se observar o demonstrativo espelhado na Tabela 44, como se segue:

Tabela 44 - Escolaridade dos servidores do CEFET-GO em 2006

**Demonstrativo dos Técnico-Administrativos por Titulação em Atividade**

UNIDADE	TITULAÇÃO					
	GOIÂNIA		JATAÍ		TOTAL	
Titulação	2005	2006	2005	2006	2005	2006
Fundamental Completo (FC)	3	3	2	2	5	5
Médio Incompleto (MI)	9	9	2	2	11	11
Médio Completo (MC)	72	73	22	23	94	96
Graduação (G)	62	63	21	21	83	84
Aperfeiçoamento (A)	1	1			1	1
Especialização (E)	26	26	16	16	42	42
Mestrado (M)	4	4			4	4
<b>Total</b>	<b>177</b>	<b>179</b>	<b>63</b>	<b>64</b>	<b>240</b>	<b>243</b>

Fonte: Relatório de Gestão do ano 2006 do CEFET-GO

Como essa tabela incorpora o quadro demonstrativo do ano anterior, observa-se que o processo de contratação de professores permaneceu muito estável, bem como o número de professores, tanto na Unidade Sede do CEFET-GO, quanto na Unidade Descentralizada de Jataí. Em 2004 (ver Tabela 33) a Unidade de Goiânia contava com 180 servidores e a Unidade de Jataí com 68 servidores.

A leitura que se faz dessa situação não aponta para o fato de que as escolas não necessitavam de servidores técnico-administrativos. Ao contrário, elas sempre funcionaram no limite em termos de servidores por setor e sempre demonstraram uma carência significativa deles para quaisquer dos setores de atividades rotineiras. A reivindicação de mais servidores para comporem o quadro institucional e permitir um funcionamento sem que houvesse sacrifício para os servidores setoriais sempre foi premissa levantada no início de cada ano e encaminhada ao governo federal.

Entretanto, a contratação de novos servidores não era atendida a contento por dois motivos: primeiro, a solicitação não convencia de forma decisiva os setores competentes do governo; e o segundo era mesmo o não interesse por parte do governo em contratar servidores para a instituição.

Tabela 45 - Relação de alunos matriculados em Goiânia no CEFET-GO em 2006

UNIDADE DE GOIANIA		Total de Ingressantes-2006/1	Número de matrículas 2006/1
1	Ensino Médio da Educação Básica	180	576
<b>Educação Profissional Técnica de Nível Médio (CT=Curso Técnico)</b>			
1	CT em Edificações	0	35
2	CT em Cartografia	25	50
3	CT em Eletrotécnica	50	249
4	CT em Mecânica	30	182
5	CT em Meio Ambiente	40	93
6	CT em Mineração	50	190
7	CT em Telecomunicações	25	121
8	CT em Transito	25	113
9	CT em Serviços de Alimentação (PROEJA)	28	28
<b>Educação Superior (CST=Curso Superior de Tecnologia)</b>			
1	CST em Agrimensura	30	174
2	CST em Construção de Edifícios	56	131
3	CST em Planejamento e Construção de Edifícios	0	187
4	CST em Construção de Vias Terrestres	22	47
5	CST em Infra-Estrutura de Vias	1	104
6	CST em Geoprocessamento	25	45
7	CST em Planejamento Turístico	43	115
8	CST em Gestão Turística	0	174
9	CST em Hotelaria	42	118
10	CST em Gestão Hoteleira	0	170
11	CST em Manutenção Eletromecânica Industrial	27	65
12	CST em Eletromecânica — Modalidade: <del>Produção Industrial</del>	0	120
13	CST em Química Agroindustrial	50	136
14	CST em Química Industrial — Modalidade: Química <del>de Processos Agroindustriais</del>	0	122
15	CST em Redes de Comunicação	51	253
16	CST em Telecomunicações — Modalidade: Redes <del>de Comunicação</del>	0	64
17	CST em Saneamento Ambiental	40	115
18	CST em Gestão Ambiental	0	52
19	CST em Sensoriamento Remoto	2	141
20	CST em Transportes Urbano	48	81
21	CST em Planejamento de Transportes	0	205
<b>TOTAL</b>		<b>890</b>	<b>4.256</b>

Fonte: Relatório de Gestão do ano 2006 do CEFET-GO



Tabela 46 - Relação de alunos matriculados em Jataí no CEFET-GO em 2006

Unidade de Jataí		Total de Ingressantes		Número de Matrículas	
Semestre		2006/1	2006/2	2006/1	2006/2
1	Ensino Médio da Educação Básica	126	-	317	317
2	CT em Agrimensura	30	30	54	44
3	CT em Edificações	30	30	51	66
4	CT em Eletrotécnica	30	30	91	84
5	CT em Edificações - PROEJA	40	-	31	31
6	CST em Sistemas de Informação	30	30	62	83
7	Licenciatura em Informática	-	-	70	59
8	Licenciatura em Física	40	-	08	70
9	Licenciatura em Ciências – Matemática	-	-	03	01
<b>TOTAL</b>		<b>326</b>	<b>120</b>	<b>761</b>	<b>755</b>

Fonte: Relatório de Gestão do ano 2006 do CEFET-GO

O total de matrículas consolidadas nas unidades de Goiânia e Jataí está discriminado na Tabela 47.

Tabela 47 - Total de alunos matriculados em Goiânia e Jataí no CEFET-GO em 2006

	Goiânia		Jataí		Consolidado	
	2005	2006	2005	2006	2005	2006
Concluintes	171	545	122	95	293	640
Alunos matriculados	3.839	4.256	807	761	4.646	5.017
<b>Indicador</b>	<b>4,45</b>	<b>12,81</b>	<b>15,12</b>	<b>12,48</b>	<b>6,31</b>	<b>12,76</b>

Fonte: Relatório de Gestão do ano 2006 do CEFET-GO

Nesse ano de 2006 foi possível identificar a renda familiar dos alunos ingressantes. O resultado encontra-se demonstrado na Tabela 48, mostrada a seguir:

Tabela 48 - Renda familiar *per capita* dos alunos matriculados em 2006 no CEFET-GO

Faixa salarial	Número de alunos	Porcentagem
Menos de 1 salário mínimo	18	0,8
De um a três salários mínimos	587	27,5
Mais de três a seis salários mínimos	834	39,1
Mais de seis a dez salários mínimos	474	22,2
Mais de dez salários mínimos	222	10,4
Total de Alunos matriculados	2.135	100,0

Fonte: Relatório de Gestão do ano 2006 do CEFET-GO

Na Tabela 48 é evidenciado que uma porcentagem significativa dos alunos vinha de uma classe privilegiada, com rendimentos acima de dez salários mínimos. Quando se toma o percentual de alunos com renda familiar acima de seis salários mínimos e se acumula com o

percentual dos alunos provenientes da classe privilegiada (dez salários mínimos ou mais), o resultado é muito interessante, pois mostra que um terço dos alunos da instituição não conhecia a pobreza na sua forma efetiva.

Isso configura que realmente a Escola Técnica Federal não se transformou em Centro Federal de Educação Tecnológica, pois os alunos daquela não foram “repassados” a esta. Ocorreu, ao contrário, uma invasão por alunos de melhor condição financeira. Houve uma extinção da ETFG para os alunos pobres que buscavam os cursos técnicos e, por outro lado, houve uma dominação da nova escola por alunos de uma classe econômica mais abastada, não tão carente.

A situação da oferta de estágios e matrícula de estágio no ano 2006 encontra-se discriminada na Tabela 49:

Tabela 49 - Relação de alunos matriculados no estágio em Goiânia no CEFET-GO em 2006

Cursos		Oferta de Estágio	Oferta de Emprego	Matrícula	
				Curricular	Extra Curricular
TÉCNICO	Agrimensura	12	3	14	1
	Cartografia	2	0	2	0
	Edificações	45	34	5	1
	Eletrônica	52	22	1	0
	Eletrotécnica	94	86	35	1
	Estradas	0	5	0	0
	Hotelaria e Turismo	5	0	0	0
	Mecânica	57	106	10	1
	Meio Ambiente	14	1	2	1
	Mineração	26	21	47	2
	Saneamento	6	1	2	0
	Segurança do Trabalho	2	1	1	0
	Telecomunicações	93	16	12	3
	Transporte/Trânsito	8	1	14	1
<b>Subtotal</b>		<b>416</b>	<b>297</b>	<b>145</b>	<b>11</b>
Ensino Médio				5	2
TECNOLÓGICO	Agrimensura	6	0	17	4
	Construção Civil	30	13	29	18
	Eletromecânica	31	23	29	4
	Gestão Ambiental	37	2	35	11
	Gestão Hoteleira	29	0	46	15
	Gestão Turística	64	2	45	12
	Química Industrial	28	15	37	10
	Redes de Comunicação	55	8	40	14
	Sensoriamento Remoto	9	3	25	12
	Transportes	38	6	27	13
<b>Subtotal</b>		<b>327</b>	<b>72</b>	<b>330</b>	<b>113</b>
<b>Total Geral</b>		<b>743</b>	<b>369</b>	<b>480</b>	<b>126</b>
<b>Novos Convênios</b>		<b>116</b>			

Fonte: Relatório de Gestão do ano 2006 do CEFET-GO

A questão do estágio no CEFET-GO deve ser realmente observada, porque desde a sua criação, em 1999, até o ano 2006 o número de matrículas efetivadas permaneceu oscilando entre a casa dos 700; exceção feita ao ano 2002, em que se registraram 895 matrículas em estágio. Diante disso, há que se considerar essa estabilidade numérica como inquietante e precisaria ser investigada, a fim de esclarecer que caminhos poderiam ter sido tomados para melhorar/aumentar esse número.

Tabela 50 - Relação de servidores de Goiânia do CEFET-GO em 2007

DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE FÍSICA		
	2005	2006	2007
Professor Efetivo de Ensino de 1º e 2º Graus	291	292	307
Técnico-Administrativo Efetivo	240	243	268
<b>Subtotal</b>	<b>531</b>	<b>535</b>	<b>575</b>
Professor Temporário	63	70	74
Exercício Descentralizado de Carreira	02	02	02
Exercício Provisório no CEFET-GO	01	02	02
Colaboração Técnica	--	01	--
<b>Total</b>	<b>597</b>	<b>610</b>	<b>653</b>

Fonte: Relatório de Gestão do ano 2006 do CEFET-GO

Tabela 51 - Relação de professores por titulação CEFET-GO em 2007

**Demonstrativo dos Professores Efetivos em Atividade por Titulação.**

Unidade	Professores Efetivos em Atividade por Titulação									
	Goiânia			Jataí			Inhumas	Total		
Titulação	2005	2006	2007	2005	2006	2007	2007	2005	2006	2007
Graduação (G)	28	31	28	04	03	01	-	32	34	29
Aperfeiçoamento (A)	09	07	06	-	-	-	-	09	07	06
Especialização (E)	85	73	71	29	25	23	05	114	98	99
Mestrado (M)	103	107	105	13	16	15	11	116	123	131
Doutorado (D)	15	21	25	05	09	10	07	20	30	42
<b>Total</b>	<b>240</b>	<b>239</b>	<b>235</b>	<b>51</b>	<b>53</b>	<b>49</b>	<b>23</b>	<b>291</b>	<b>292</b>	<b>307</b>

Fonte: Relatório de Gestão do ano 2007 do CEFET-GO

Na análise das tabelas 50 a 52, fica evidente o aumento do número e do nível de escolaridade dos servidores (docentes e técnico-administrativos) no CEFET-GO como um todo, em virtude da Unidade Descentralizada de Inhumas ter iniciado suas atividades naquele ano (2007). Entretanto, na Unidade de Goiânia esse número permaneceu estável e sem contratações efetivadas.

Tabela 52 - Relação de servidores técnico-administrativos por titulação CEFET-GO em 2007

Unidade	Técnico-Administrativos em Atividade por Titulação									
	Goiânia			Jataí			Inhumas	Total		
Titulação	2005	2006	2007	2005	2006	2007	2007	2005	2006	2007
Ensino Médio/Técnico	84	85	81	26	27	32	06	110	112	119
Graduação	62	63	60	21	21	22	09	83	84	91
Aperfeiçoamento	01	01	03	-	-	01	-	01	01	04
Especialização	26	26	37	16	16	10	03	42	42	50
Mestrado	04	04	03	-	-	-	-	04	04	03
Doutorado	-	-	01	-	-	-	-	-	-	01
<b>Total</b>	<b>177</b>	<b>179</b>	<b>185</b>	<b>63</b>	<b>64</b>	<b>65</b>	<b>18</b>	<b>240</b>	<b>243</b>	<b>268</b>

Fonte: Relatório de Gestão do ano 2007 do CEFET-GO

Os servidores técnicos-administrativos em 2007 tiveram seu número ampliado, em consequência também das atividades da UNED de Inhumas e de uma contratação significativa para a Unidade Sede - a inclusão de um doutor entre os servidores que foram efetivados.

Com relação ao número de matrículas de alunos consolidadas naquele ano (e pela mesma razão citada para o aumento do número de servidores), a Unidade Descentralizada de Inhumas teve uma participação efetiva em função do seu funcionamento, que garantia o aumento de alunos dentro na instituição (Ver Tabela 53).

Tabela 53 - Relação de matrículas no CEFET-GO em 2007

Cálculo do Indicador				
Unidade / Exercício		Ingressos	Matrículas	Indicador
Goiânia	2005	1.320	3.839	34,38
	2006	890	4.256	20,91
	<b>2007</b>	<b>758</b>	<b>3.359</b>	<b>22,57</b>
	<b>2007</b>	<b>1.515</b>	<b>6.718</b>	<b>22,55</b>
Jataí	2005	396	807	49,07
	2006	326	761	42,84
	<b>2007</b>	<b>241</b>	<b>933</b>	<b>25,83</b>
	<b>2007</b>	<b>481</b>	<b>1.866</b>	<b>25,78</b>
Inhumas	<b>2007</b>	<b>120</b>	<b>203</b>	<b>59,11</b>
	<b>2007</b>	<b>240</b>	<b>405</b>	<b>59,26</b>
Consolidado	2005	1.716	4.646	36,93
	2006	1.216	5.017	24,24
	<b>2007</b>	<b>1.118</b>	<b>4.495</b>	<b>24,87</b>
	<b>2007</b>	<b>2.236</b>	<b>8.989</b>	<b>24,87</b>

Fonte: Relatório de Gestão do ano 2007 do CEFET-GO

Com relação ao indicador que analisa o confronto entre o número de matrículas e o número de concluintes, a instituição fez uma análise de que esses indicadores permaneceram na média dos anos anteriores, mas entendia que era preciso tomar medidas que pudessem viabilizar o processo de conclusão dos alunos do turno noturno, uma vez que os estes cumpriam uma jornada de trabalho diária, o que na maioria das vezes desestimula a continuidade dos estudos. (CEFET, 2007, p. 108).

Esses indicadores podem ser facilmente visualizados na Tabela 54. A explicação da UNED de Inhumas não participar dessa tabela reside no fato de que essa unidade estava iniciando suas atividades em 2007; portanto, não apresentava alunos concluintes.

Tabela 54 - Relação de matrículas x concluintes no CEFET-GO em 2007

Cálculo do Indicador				
Unidade / Exercício		Concluintes	Matrículas	Indicador
Goiânia	2005	171	3.839	4,45
	2006	545	4.256	12,81
	<b>2007</b>	<b>449</b>	<b>3.359</b>	<b>13,37</b>
	<b>2007</b>	<b>897</b>	<b>6.718</b>	<b>13,35</b>
Jataí	2005	122	807	15,12
	2006	95	761	12,48
	<b>2007</b>	<b>61</b>	<b>933</b>	<b>6,54</b>
	<b>2007</b>	<b>122</b>	<b>1.866</b>	<b>6,54</b>
Consolidado	2005	293	4.646	6,31
	2006	640	5.017	12,76
	<b>2007</b>	<b>510</b>	<b>4.292</b>	<b>11,88</b>
	<b>2007</b>	<b>1.019</b>	<b>8.584</b>	<b>11,87</b>

Fonte: Relatório de Gestão do ano 2007 do CEFET-GO

Tabela 55 - Concorrência pelos cursos em 2007 no CEFET-GO

Unidade	Modalidade	Concorrência	
		2007	2008/1
Goiânia	Bacharelado	-	14,73
	Tecnológico	5,26	9,14
	Técnico Integrado	5,83	9,64
	Técnico Subsequente	7,80	12,28
	PROEJA	4,93	9,00
<b>Subtotal</b>		<b>5,53</b>	<b>9,85</b>
Inhumas	Bacharelado	10,22	9,17
	Licenciatura	4,60	4,50
	Técnico Integrado	1,23	3,58
<b>Subtotal</b>		<b>4,32</b>	<b>4,88</b>
Jataí	Bacharelado	-	5,43
	Licenciatura	1,15	1,20
	Tecnológico	7,22	8,30
	Técnico Integrado	1,11	2,54
	Técnico Subsequente	1,63	-
	PROEJA	0,90	0,88
<b>Subtotal</b>		<b>2,37</b>	<b>3,16</b>
<b>Total</b>		<b>4,63</b>	<b>7,55</b>

Fonte: Relatório de Gestão do ano 2007 do CEFET-GO

A Tabela 55 mostra que as Uneds de Jataí e Inhumas precisariam melhorar o seu desempenho em termos de tornar conhecidos os cursos ofertados, a fim de que a concorrência pudesse ser melhorada. Ações de divulgação deveriam ser implementadas de forma bem efetiva, principalmente com relação aos cursos ofertados na modalidade PROEJA e subsequentes. No caso de Inhumas, explica-se uma melhor performance em virtude de 2007 ter sido o primeiro ano de funcionamento daquela unidade escolar; portanto, tornava-se mais atrativa para os candidatos.

Tabela 56 - Renda familiar *per capita* dos alunos matriculados em 2007 no CEFET-GO

Faixa salarial	Matrículas		Porcentagem	
	2006	2007	2006	2007
Menos de 1 salário mínimo	18	04	0,84	1,10
De um a três salários mínimos	587	142	27,49	39,01
Mais de três salários mínimos	1.530	218	71,66	59,89
<b>Total de Alunos matriculados</b>	<b>2.135</b>	<b>364</b>	<b>100,0</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Relatório de Gestão do ano 2007 do CEFET-GO



A Tabela 56 mostra uma majoração da porcentagem de alunos ingressantes com renda inferior a três salários mínimos, o que de certa forma valoriza o trabalho da instituição voltado para a classe trabalhadora e ao segmento mais pobre da população. Entretanto, é preciso verificar se nesse total estão incluídos os alunos ingressantes na Uned de Inhumas, o que poderia aumentar o número de ingressantes das camadas mais pobres e mascarar o resultado obtido na Unidade Sede.

Dessa forma, o “diferente” (que seria o aumento do número de pobres matriculados, com renda abaixo de três salários mínimos na capital) seria igual aos anos anteriores, pelo fato de ter sido totalizado, no cálculo, o percentual das demais unidades - de Jataí e Inhumas -, cuja população é mais pobre do que na capital.

Tabela 57 - Porcentagem entre candidatos e vagas ofertadas em 2007 no CEFET-GO

Cálculo do Indicador				
Unidade / Exercício		Candidatos	Vagas Ofertadas	Indicador
Goiânia	2005	9.260	1.334	6,94
	2006	2.920	810	3,60
	<b>2007</b>	<b>3.704</b>	<b>665</b>	<b>5,57</b>
	<b>2007</b>	<b>7.408</b>	<b>1.330</b>	<b>5,57</b>
Jataí	2005	985	402	2,45
	2006	560	326	1,72
	<b>2007</b>	<b>570</b>	<b>241</b>	<b>2,37</b>
	<b>2007</b>	<b>1.140</b>	<b>481</b>	<b>2,37</b>
Inhumas	<b>2007</b>	<b>518</b>	<b>120</b>	<b>4,32</b>
	<b>2007</b>	<b>1.036</b>	<b>240</b>	<b>4,32</b>
Consolidado	2005	10.245	1.736	5,90
	2006	3480	1.136	3,06
	<b>2007</b>	<b>4.792</b>	<b>1.026</b>	<b>4,67</b>
	<b>2007</b>	<b>9.584</b>	<b>2.051</b>	<b>4,67</b>

Fonte: Relatório de Gestão do ano 2007 do CEFET-GO

A apresentação da Tabela 57 foi assim comentada no Relatório de Gestão (CEFET, 2007, p. 104):

Através desse indicador torna-se possível dimensionar o nível de atratividade dos diversos cursos ofertados por nossa Instituição. Em 2007, a média de 4,67% inscritos por cada vaga ofertada nos diversos segmentos, evidencia que o CEFET-GO atua como centro de referência regional. Entretanto, ressaltamos, que devido a grande procura por seus cursos existe uma demanda reprimida de aproximadamente 80% dos inscritos, que não conseguiram aprovação aos cursos ofertados pela Instituição. Além disso, é possível destacar algumas áreas educacionais que obtiveram elevada relação candidato/vaga: i) informática (Bacharelado em Sistemas de Informação da Unidade de Inhumas e Tecnólogo em Sistema de Informação da Unidade de Jataí) – 10,22 e 7,22, respectivamente, inscritos por vaga; ii) construção civil (Técnico Integrado em Edificações) – 10,63 inscritos por vaga; iii) química (Tecnólogo em Química Industrial da Unidade de Goiânia) - 9,15 inscritos por vaga; iv) telecomunicações (Tecnólogo em Redes de Comunicação da Unidade de Goiânia).

Tabela 58 - Relação de docentes do CEFET-GO por titulação em 2008

Titulação	Goiânia			Jataí			Inhumas		Itumbiara	Uruaçu	Total		
	2006	2007	2008	2006	2007	2008	2007	2008	2008	2008	2006	2007	2008
G	31	28	20	3	1	1	0	3	1	1	34	29	26
A	7	6	4	0	0	0	0	1	0	0	7	6	5
E	73	71	73	25	23	22	5	7	2	6	98	99	110
M	107	105	116	16	15	20	11	20	5	9	123	131	170
D	21	25	34	9	10	5	7	9	3	0	30	42	51
<b>Total</b>	<b>239</b>	<b>235</b>	<b>247</b>	<b>53</b>	<b>49</b>	<b>48</b>	<b>23</b>	<b>40</b>	<b>11</b>	<b>16</b>	<b>292</b>	<b>307</b>	<b>362</b>

Legenda: G- Graduação; A- Aperfeiçoamento; E- Especialização; M- Mestrado; D- Doutorado

Fonte: Relatório de Gestão do ano 2008 do CEFET-GO

A Tabela 58 mostra a linha histórica dos últimos anos, em que é possível observar um acréscimo na contratação de servidores com pós-graduação em todas as unidades da instituição; conseqüentemente, houve uma redução do número de docentes com graduação apenas. A mesma tabela também evidencia a entrada de duas novas unidades dentro do processo de expansão da Rede Federal do CEFET-GO: a UNED de Itumbiara (com implantação autorizada pela Portaria n. 693 de 9 de junho de 2008 e publicada no Diário Oficial da União do dia 10 de junho de 2008) e a UNED de Uruaçu (implantada pela Portaria n. 694 de 9 de junho de 2008 e publicada no Diário Oficial da União em 10 de junho de 2008).

Tabela 59 - Relação de técnicos-administrativos do CEFET-GO por titulação em 2008

Titulação	Goiânia			Jataí			Inhumas		Itumbiara	Uruaçu	Total		
	2006	2007	2008	2006	2007	2008	2007	2008	2008	2008	2006	2007	2008
EM	85	81	81	27	32	36	6	12	5	6	112	119	140
G	63	60	73	21	22	24	9	19	8	9	84	91	133
A	1	3	0	0	1	0	0	1	1	0	1	4	2
E	26	37	30	16	10	5	3	9	6	4	42	50	54
M	4	3	3	0	0	0	0	0	0	1	4	3	4
D	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
<b>Total</b>	<b>179</b>	<b>185</b>	<b>188</b>	<b>64</b>	<b>65</b>	<b>65</b>	<b>18</b>	<b>41</b>	<b>20</b>	<b>20</b>	<b>243</b>	<b>268</b>	<b>334</b>

Legenda: EM- Ensino Médio / Técnico; G- Graduação; A- Aperfeiçoamento; E- Especialização; M- Mestrado; D- Doutorado

Fonte: Relatório de Gestão do ano 2008 do CEFET-GO

Apresentou-se no ano de 2008 e conforme visualizado na Tabela 59, um pequeno acréscimo do número de técnicos-administrativos da Unidade de Goiânia. A instituição como um todo ganhou um sensível número de servidores, em função, obviamente, da inauguração das Uneds de Itumbiara e Uruaçu.

Tabela 60 - Custo aluno/ano no CEFET-GO em 2008

Exercício	Total de Gastos (R\$)	Número de Matrículas	Indicador (R\$)
2005	30.714.767,01	9818	3.128,41
2006	35.761.388,74	10.034	3.564,02
2007	43.416.569,02	8.989	4.829,97
<b>2008</b>	<b>50.414.946,03</b>	<b>9.761</b>	<b>5.164,94</b>

Fonte: Relatório de Gestão do ano 2008 do CEFET-GO

A Tabela 60 evidencia uma majoração duplicada do custo aluno por ano. Isso se deve ao fato de que houve investimentos para a implantação das novas unidades descentralizadas e, conseqüentemente, para a aquisição de equipamentos, laboratórios, mobiliários e outros materiais necessários para que estas começassem suas atividades pedagógicas e letivas.

Tabela 61 - Porcentagem entre candidatos e vagas ofertadas em 2008 no CEFET-GO

Cálculo do Indicador				
Unidade / Exercício		Candidatos	Vagas Ofertadas	Indicador
Goiânia	2005	18.520	2.668	6,94
	2006	5.840	1.620	3,60
	2007	7.408	1.330	5,57
	<b>2008</b>	<b>11.551</b>	<b>1.290</b>	<b>8,95</b>
Jataí	2005	1.970	804	2,45
	2006	1.120	652	1,72
	2007	1.140	481	2,37
	<b>2008</b>	<b>1.250</b>	<b>430</b>	<b>2,91</b>
Inhumas	2007	1.036	240	4,32
	<b>2008</b>	<b>928</b>	<b>240</b>	<b>3,87</b>
Itumbiara	<b>2008</b>	<b>996</b>	<b>240</b>	<b>4,15</b>
Uruaçu	<b>2008</b>	<b>1.292</b>	<b>252</b>	<b>5,13</b>
<b>Consolidado</b>	2005	20.490	3.472	5,90
	2006	6.960	2.272	3,09
	2007	9.584	2.051	4,67
	<b>2008</b>	<b>16.017</b>	<b>2.452</b>	<b>6,53</b>

Fonte: Relatório de Gestão do ano 2008 do CEFET-GO

A Tabela 61 vem corroborar mais uma vez que toda inauguração de uma nova escola implica maior procura maior em seu primeiro ano de funcionamento. É um atrativo que se repete quando cada município recebe a implantação de sua unidade escolar. Na tabela fica evidente um melhor desempenho das Uneds de Itumbiara e Uruaçu, no seu primeiro processo seletivo, em relação à de Jataí, que fora implantada muito antes.

Tabela 62 - Relação de matrículas no CEFET-GO em 2008

Cálculo do Indicador				
Unidade / Exercício		Ingressos	Matrículas	Indicador
Goiânia	2005	2.640	7.678	34,38
	2006	1.780	8.512	20,91
	2007	1.515	6.718	22,55
	<b>2008</b>	<b>1.585</b>	<b>7.175</b>	<b>22,09</b>
Jataí	2005	792	1.614	49,07
	2006	652	1.522	42,84
	2007	481	1.866	25,78
	<b>2008</b>	<b>374</b>	<b>1.699</b>	<b>22,01</b>
Inhumas	2007	240	405	59,26
	<b>2008</b>	<b>222</b>	<b>712</b>	<b>31,18</b>
Itumbiara	<b>2008</b>	<b>91</b>	<b>91</b>	<b>100,00</b>
Uruaçu	<b>2008</b>	<b>84</b>	<b>84</b>	<b>100,00</b>
<b>Consolidado</b>	2005	3.432	9.292	36,93
	2006	2.432	10.034	24,24
	2007	2.236	8.989	24,87
	<b>2008</b>	<b>2.356</b>	<b>9.761</b>	<b>24,14</b>

Fonte: Relatório de Gestão do ano 2008 do CEFET-GO

Os números da Tabela 62 demonstram que houve uma manutenção do indicador “consolidado” entre os anos 2006 e 2008. Essa estabilidade indica um equilíbrio entre as ações institucionais no sentido de efetivar o maior número possível de alunos ingressantes, seja pelo acréscimo das vagas em virtude das Uneds inauguradas, seja pela manutenção do número de vagas das Uneds já existentes.

Entretanto, quando se toma como base o indicador apresentado pela instituição em 2005 e faz-se a comparação com os indicadores dos anos subsequentes, chega-se à conclusão de que houve um sensível decréscimo das vagas ofertadas, porque o valor numérico desse parâmetro caiu de 36,93 (2005) para 24,14 (em 2008).

Tabela 63 - Relação de matrículas x concluintes no CEFET-GO em 2008

Cálculo do Indicador				
Unidade / Exercício		Concluintes	Matrículas	Indicador
Goiânia	2005	342	7.678	4,45
	2006	1.090	8.512	12,81
	2007	897	6.718	13,35
	<b>2008</b>	<b>883</b>	<b>7.175</b>	<b>12,31</b>
Jataí	2005	244	1.614	15,12
	2006	190	1.522	12,48
	2007	122	1.866	6,54
	<b>2008</b>	<b>195</b>	<b>1.699</b>	<b>11,48</b>
Consolidado	2005	586	9.292	6,31
	2006	1.280	10.034	12,76
	2007	1.019	8.584	11,87
	<b>2008</b>	<b>1.078</b>	<b>8.874</b>	<b>12,15</b>

Fonte: Relatório de Gestão do ano 2008 do CEFET-GO

O indicador apresentado pela Tabela 63 manteve-se praticamente estabilizado nos últimos três anos de atividades da instituição. Todavia, se o ano de 2005 for tomado como base, o mesmo indicador praticamente duplica seu valor nos anos subsequentes. A análise que se faz é que as Uneds de Inhumas, Itumbiara e Uruaçu possibilitaram um maior número de matrículas, o que faz com que o índice evidenciasse um menor número de formandos.

Tabela 64 - Renda familiar *per capita* dos alunos matriculados em 2008 no CEFET-GO

Faixa Salarial	Matrículas			Porcentagem		
	2006	2007	2008	2006	2007	2008
Menos de 1 salário mínimo	18	04	15	0,84	1,10	1,65
De um a três salários mínimos	587	142	363	27,49	39,01	39,93
Mais de três salários mínimos	1.530	218	531	71,66	59,89	58,42
<b>Total de alunos matriculados</b>	<b>2.135</b>	<b>364</b>	<b>909</b>	<b>100,0</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Relatório de Gestão do ano 2008 do CEFET-GO

A Tabela 64 (assim como a Tabela 56) apresenta um elemento que impossibilita fazer uma análise mais concreta e mais próxima da realidade, uma vez que não discrimina em seu bojo uma pesquisa que envolva a renda familiar de alunos nas faixas de três a seis salários mínimos, de seis a dez salários mínimos e maiores que dez salários mínimos. Caso isso fosse discriminado, possibilitaria analisar em quais dessas faixas os alunos com renda familiar maior

do que três salários mínimos se encaixariam. Da forma como foi apresentado, generalizou-se o que está acima de três salários mínimos, como se não houvesse outras faixas salariais.

No caso específico do CEFET-GO, pode-se afirmar que pedagogicamente não seria recomendável colocar o nível de ensino mais avançado em horários de funcionamento do nível técnico, que era o nível mais baixo dentro da instituição, no qual se encontravam os alunos em plena fase da adolescência - e, por isso, bastante suscetíveis às opiniões e comportamentos dos alunos mais velhos, que obviamente pertenciam ao nível superior. Entretanto, considerando que o espaço educativo e a própria educação são construídos na relação das contradições das ideias e na adaptação à escola, a interação entre as faixas etárias constitui um desafio que mais tende para o lado negativo do que para o positivo. Como na educação todos os desafios são importantes quando há o compromisso com ela, a convivência das diferentes faixas etárias dentro do *locus* educativo passa a ser um elemento cujas contradições têm de ser superadas.

O espaço educativo necessita, na realidade, de uma articulação com as políticas sociais mais amplas, de uma boa condição de trabalho e de gestão, da formação docente e do currículo. A educação se interliga, ainda, com as mais distintas dimensões e espaços da vida social e se dá a qualquer momento, ou seja, não está circunscrita aos limites físicos do local educativo.

A história de transformação do pensamento pedagógico do CEFET-GO atravessou várias tendências e buscou um caminho que pudesse ser transformador e libertário dentro do poço de contradições que o governo desencadeou ao inserir as mudanças dentro das escolas técnicas, obedecendo à política nacional de educação. Pedagogicamente, a instituição necessitava de um “Acorda CEFET-GO” para não se subsumir na sua própria mudança, o que poderia resultar numa incapacidade de mudar.

Conforme Gadotti (1995, p. 149), a pedagogia dialética sustenta que a formação do homem se dá pela elevação da consciência coletiva, realizada concretamente no processo de trabalho (interação) que cria o próprio homem. Será que seria esse o caminho? E mais:

a pedagogia dialética fundada no pensamento dialético afonta decididamente a questão da formação do homem como sendo uma tarefa social. Não centra no estudante” ou “no professor”o ato pedagógico, como quer a pedagogia liberal do nosso tempo, fugindo da questão central de formação do homem que são suas condições reais de vida na sociedade, suas múltiplas determinações. Para a pedagogia dialética a questão central da pedagogia é o **homem enquanto ser político**, a libertação histórica, concreta, do homem contemporâneo. (GADOTTI (1995, p. 149).

A concepção da pedagogia dialética de Gadotti (1995, p. 150) vai mais à frente, pois

[...] supera, portanto, a velha teoria sociológica da educação fundada no determinismo social, teoria conservadora segundo a qual a educação reproduz apenas as condições de classe de cada indivíduo, predestinando-o aos planos e destinos de sua classe” . [...] “sem negar a enorme influência exercida pelo ambiente e pela classe, a concepção dialética da educação não deixa de considerar os elementos internos, as contradições no interior do indivíduo e da própria instituição educacional.

Quando se criaram os Cefets em todo país, o que se viu foi um significativo aumento do número de matrículas, bem como uma forte investidora econômica por parte do governo federal nos cursos, além de uma abertura para a contratação de professores que se tornaria necessária às necessidades do plano expansionista. Segundo Dourado e Assis Pires (2007, p. 10),

Nas universidades o crescimento nas matrículas foi de 25,2% e nos centros este crescimento foi de 210,3%. Em relação ao número de matrículas analisou-se aqui dois indicadores: o crescimento na capital e no interior e o crescimento por turno e percebeu-se um dado interessante. O número de matrículas, aumentou em 19,02% nas universidades, nas capitais, e 39,9% no interior. No caso dos centros o aumento foi de 146,9% nas capitais e 647% no interior.

Os autores citados elaboraram duas tabelas para melhor compreensão desse incremento (Ver tabelas de números 65 e 66):

Tabela 65 - Percentual de crescimento de matrículas das IES

Brasil				Rede Federal								
				Universidades			Centros de Educação Tecnológica			Faculdades		
Ano	Total	Capital	Interior	Total	Capital	Interior	Total	Capital	Interior	Total	Capital	Interior
1999	2.369.945	1.126.467	1.243.478	421.353	295.699	125.654	10.893	9.512	1.381	10.316	2.736	7.580
2003	3.887.022	1.775.799	2.111.223	527.719	351.962	175.757	33.801	23.485	10.316	5.581	1.371	4.210
%	64,01%	57,6%	69,7%	52,2%	19,02%	39,9%	210,3%	146,9%	647%	45,9%	49,9%	44,5%

Fonte: Dourado e Assis Pires (2007 , p. 10)

Tabela 66 - Crescimento de matrículas das IES por turno.

Brasil				Rede Federal								
				Universidades			Centros de Educação Tecnológica			Faculdades		
Ano	Total	Diurno	Noturno	Total	Diurno	Noturno	Total	Diurno	Noturno	Total	Diurno	Noturno
1999	2.369.945	1.044.887	1.321.058	421.353	337.260	84.093	10.893	2.796	8.097	10.316	7.686	2.630
2003	3.887.022	1.616.556	2.270.466	527.719	403.183	124.536	33.801	14.244	19.557	5.581	5.283	298
%	64,01%	54,7%	71,8%	25,2%	19,5%	48,1%	210,3%	409,4%	141,5%	45,9%	31,2%	88,66%

Fonte: Dourado e Assis Pires (2007 , p. 10)

No caso dos Cefets, o que se pode observar é que o aumento de matrículas se deu efetivamente no turno diurno, e não no noturno como era a proposta incentivada pelo governo federal, via MEC. .Neste turno as matrículas caíram de 74,33% (em 1999) para 57,86% (em 2003).



A conclusão a que se chega com a instalação dos Cefets é fortemente abordada por Gariglio (2002, p. 7):

O CEFET-MG, ao ser reconhecido legalmente na década de 70 como uma IEE – Instituição de Educação Superior –, passa a ser possuidor de um Departamento de Educação Superior. No entanto, foram e são os cursos profissionalizantes de nível médio que sempre deram legitimidade e visibilidade social ao CEFET. Os cursos de graduação e pós-graduação têm pouco prestígio e visibilidade social, estando ainda num processo de construção de legitimidade social e institucional.

Para sintetizar essa abordagem, Gariglio (2002, p. 8) prossegue:

Nessa direção, entendo que os estudos sobre os processos de implantação e acomodação da reforma da educação profissional no interior das ETFs não poderão ser totalmente esclarecidos se as ciências da educação, munidas de uma visão preconcebida sobre esses estabelecimentos escolares, continuarem a tratar os atores escolares das ETFs como idiotas cognitivos, presas fáceis à inexorabilidade das forças macroestruturais. Há que se investigar de que forma os elementos tipicamente escolares, com suas pautas de comportamento e pensamento, atuam resistindo, reproduzindo, re-significando os conteúdos dos dispositivos legais que regem a educação profissional no Brasil. Um exame mais próximo da prática profissional dos professores no interior da vida cotidiana das escolas técnicas parece ser uma opção analítica potencialmente reveladora da existência de elementos culturais, afetivos, existenciais e relacionais que filtram, diluem e mediam os conteúdos políticos e ideológicos embutidos e impostos por dispositivos legais. Dentre esses elementos, destaco a necessidade de uma maior sensibilidade para com as relações de poder locais, microsintetizadas pela contextualidade situada, ou seja, pelas lutas corporativizadas travadas pelos grupos disciplinares e/ou níveis de ensino presentes nas ETFs.

Resumidamente, sobre o porquê da reforma, Gariglio (2002, p. 2) enfatiza:

Essa reforma busca, entre outros objetivos, transformar os Cefets, as escolas técnicas e agrotécnicas em instituições de formação apressada e barata, pela oferta de cursos modulares superficiais, e desvinculadas da formação geral, agudizando a disparidade entre o saber e o fazer, ou seja, perpetuando a divisão da escola profissionalizante para os pobres e a escola propedêutica para os ricos. A proposta retroage, assim, à Reforma Capanema de 1942. Como bem lembra FRIGOTTO (1996:156), é quando o sistema de Escolas Técnicas Federais (ETFs) avança significativamente no processo interno de democratização e de gestão e da estruturação de projetos políticos pedagógicos que buscam a perspectiva de uma educação unitária, surge o projeto do MEC direcionado num sentido diametralmente contrário: o da modulação fragmentária, do dualismo e, sobretudo, de um anacrônico reducionismo da formação técnica. Com essa política educacional, além de aumentar significativamente o risco de privatização das escolas técnicas, busca-se submeter estas instituições aos valores e interesses advindos da sociabilidade operada pelo mercado.

Para entender essas mudanças do ensino profissionalizante dentro das antigas escolas técnicas, seria necessário compreender a dimensão política dos gestores da educação e da União, pois dela emanam todas as mudanças. Isso é impossível, porque esses dirigentes, em

sua grande maioria, nunca estiveram dentro de uma sala de aula de uma escola de ensino profissional; e se estiveram, fizeram questão de apagar da memória. Daí a explicação do caráter temporário dessas mudanças (embora nada no universo seja eterno), bem como do porquê de não se engrenarem em prol do aluno trabalhador. Isso nunca foi prioridade.

Uma questão fundamental nessa linha histórica da instituição que desde o ano de 1999 passou a ser conhecida como Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás é que ela não tem nenhum aspecto de continuidade do ensino que foi ministrado na Escola Técnica Federal de Goiás. Esta, sim, fora transformada em autarquia federal por força da lei, deixando de ser a Escola Técnica de Goiânia. A ETFG tem uma herança incorporada da antiga ETG (LAHIRE, 2002), no sentido de que recebeu tudo daquela, inclusive o patrimônio cultural formado por professores e alunos. Na realidade, essa mudança de nome da instituição foi um ato de afirmação de que a sua tutela passava à responsabilidade do governo federal.

O governo federal subsumiu o papel hegemônico de educação profissional que as escolas técnicas exerceram no Brasil antes de serem transformadas em Cefets, num ato de violenta ruptura do ensino de qualidade que atendia à classe trabalhadora como opção de apropriação do conhecimento e elevação da escolaridade. Os novos centros de ensino tinham muito pouca semelhança com aquelas escolas, haja vista que as ETFs tinham uma preocupação com a formação do homem e do cidadão em seu projeto pedagógico e em sua prática cotidiana de transferência de conteúdos e atividades.

O aluno, ao terminar o seu curso, inseria-se no mercado de trabalho sem dificuldade de ascender profissionalmente, em virtude da sua apropriação do conhecimento, da sua compreensão do mundo como cidadão e do seu papel transformador no setor produtivo. O aluno era cômico de suas possibilidades e capaz de atuar em qualquer setor para o qual viesse se habilitar, sempre acumulando conhecimentos e fazendo inserções que melhoravam todo o setor produtivo, além de obviamente, permitirem que galgasse os melhores cargos e postos de trabalho.

Os Centros Federais surgiram como uma elevação do nível das escolas técnicas numa perspectiva de continuidade e com o trunfo de poderem oferecer cursos de nível superior. Tratou-se de uma reforma de caráter ambíguo que, na visão crítica do segmento intelectual, não passou de um conjunto de boas intenções para atender a população trabalhadora oferecendo cursos de curta duração em nível superior e nos turnos noturnos. Dessa forma, escamoteava-se o golpe para impedir que essa mesma população pudesse ter acesso às universidades que oferecem os chamados cursos tradicionais e totalmente voltados para a minoria prepotente da população dominante.

Se fosse uma transformação, na passagem da condição de ETF para CEFET seria mantida a mesma escola. No entanto, o mesmo se tornou diferente. É “o mesmo” do ponto de vista retórico, mas efetivamente tornou-se bem diferente na prática cotidiana: um aluno do curso técnico de nível médio profissionalizante da Escola Técnica reunia, na maioria das vezes, mais condição de trabalho, de conhecimentos e se tornava mais proativo do que um aluno do curso superior de Tecnologia.

Para concluir, o tempo em que existiu o Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás (de 1999 até 2008) pode ser considerado um período em que não houve maturidade histórica, pois a instituição ainda estava na busca de seu caminho, tanto nas diretrizes curriculares dos cursos de tecnologia como também na perspectiva de quais cursos poderiam ser criados e para atender determinado segmento social. Foi um tempo marcado por erros de concepção, inclusive em algumas matrizes curriculares concebidas na criação de alguns cursos que tinham como objetivo principal justificar o acréscimo de matrículas para fazer um preito de maior contingenciamento orçamentário junto ao governo federal. Isso comprometeu a qualidade e provou, mais uma vez, que o governo federal nominava as universidades - e depois os Cefets - como instituições de caráter social, porém inteiramente vinculadas ao mercado.

### CAPÍTULO III

## A TRANSFORMAÇÃO DO CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE GOIÁS (CEFET-GO) EM UM DOS CÂMPUS DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLÓGICA DE GOIÁS (IFG)

Nos capítulos anteriores foi abordada a questão da correta denominação para a escola, que ora tinha um nome e uma condição (e mais tarde teve esse nome mudado), como também algumas condições internas - estruturais, administrativas e pedagógicas.

Seria correto dizer transformação? Melhor seria dizer mudança? Ou então, quem sabe, a herança do Instituto Federal de Goiás (IFG) é todo o complexo do CEFET-GO? Nessa situação, o Instituto recebe todo o patrimônio do CEFET-GO como herança incorporada e mantém a mesma linha pedagógica de ensino adotada por aquele ao longo dos quase dez anos de sua existência, o que pode ser corroborado por Frigotto (2010, p. 242, grifo do autor):

A junção da fragmentação ao abandono do campo crítico na disputa pelo projeto educativo e o foco de atendimento da grande massa desorganizada e despolitizada resultou naquilo que foi dominante na educação durante a década – *a política da melhoria* mediante as parcerias do público e privado.

Desse desfecho resulta que no plano estrutural se reiteram as reformas que mudam aspectos do panorama educacional sem alterar nossa herança histórica que atribui caráter secundário à educação como direito universal e com igual qualidade. Não só algo secundário mas desnecessário para o projeto modernizador e de capitalismo dependente aqui viabilizado.

No campo da política educacional, o governo federal mantém o foco em uma pedagogia centrada nos resultados, o que, de uma maneira imperativa, exige resultados calcados num produtivismo exarcebado, assim descrito por Frigotto (2010, p. 242):

No plano das políticas educacionais, da educação básica à pós-graduação, resulta, paradoxalmente, que as concepções e práticas educacionais vigentes na década de 1990, definem predominantemente a primeira década do século XXI, afirmando as parcerias do público e privado, ampliando a dualidade estrutural da educação e penetrando, de forma ampla, mormente nas instituições educativas públicas, mas não só, e na educação básica, abrangendo desde o conteúdo do conhecimento até os métodos de sua produção ou socialização.

Segundo Frigotto (2010), nem a promulgação da Constituição em 1988 e muito menos a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases conseguiram mudar o destaque secundário dado à

educação e à sua condição de subsumida pelo próprio Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). Continuando o raciocínio sobre o foco do governo federal na educação do Brasil, Frigotto (2010, p. 244) explicita:

Por isso, naquilo que é, especificamente, competência da esfera federal em sua função suplementar há diferenças no que tange à abrangência das políticas, aos grupos sociais atendidos e ao financiamento posto em prática. Assim, podemos assinalar a criação de mais 14 novas universidades federais, a abertura de concursos públicos, a ampliação dos recursos de custeio e uma intensa ampliação dos antigos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), atualmente transformados em Institutos Federais de Ciência e Tecnologia (IFETs). Nesse âmbito, foram criadas 214 novas escolas a eles vinculados e cerca de 500 mil matrículas.

Quanto à educação profissional, a situação não é bem diferente:

No âmbito da educação profissional, técnica e tecnológica, centro de grandes disputas na Constituinte, na LDB e no PNE em prol de uma concepção não adestradora e tecnicista e de sua vinculação jurídica e financiamento públicos, esta foi-se constituindo na grande prioridade da década, sem alterar, todavia, seu caráter predominantemente privado. Certamente, a opção pela parceria do público com o privado não favorece a reversão da dualidade educacional. Pelo contrário, como demonstra Cunha (2005), a tendência, desde a década de 1980, era de ampliá-la para o ensino superior. A transformação da Rede de Escolas Técnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) e, nesta década, em universidades tecnológicas ou Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFETS), confirma tal tendência. Do mesmo modo, não ajuda a reverter o caráter predominantemente privado e a apropriação privada de recursos públicos na área (FRIGOTTO, 2010, p.246).

Assim as mudanças dos CEFETs para Institutos Federais ocorreram no Brasil em sua grande maioria; ficaram apenas o CEFET do Rio de Janeiro, o CEFET de Minas Gerais e o do Paraná, que já fora elevado à categoria de Universidade Tecnológica. Essa mudança veio mediante a Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008, sancionada pelo então Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva. Ficou assim criada a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, constituída pelos Institutos Federais e pelos CEFETs acima mencionados, bem como pela Universidade Tecnológica do Paraná, as Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais e o Colégio Pedro II (incluído pela Lei nº 12.677 de 2012)

### **3.1 Os Institutos Federais e a Política**

Os Presidentes da República Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva tiveram comportamentos muito diferenciados com relação à educação no Brasil, principalmente em relação à educação profissional. O primeiro sancionou a Lei nº. 9.649/98 (com respaldo do

ex-ministro da Educação Paulo Renato de Souza), que bloqueava a expansão da educação profissional. Já o segundo foi inteiramente a favor da expansão. Nesse aspecto, Luiz Augusto Caldas (presidente do Conselho dos Dirigentes dos Centros Federais de Educação Tecnológica - Concefet), Joaquim Rufino Neto (presidente do Conselho dos Diretores das Escolas Agrotécnicas Federais - Coneaf) e Genival Alves de Azeredo (presidente do Conselho dos Diretores das Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais - Condetuf) produziram um artigo que foi publicado pela *Folha de São Paulo* na seção “Tendências e Debates”, com o título “FHC e as escolas técnicas”. Depois, a matéria foi divulgada eletronicamente pelo Clipping Educacional do Sindicato dos Profissionais em Educação no Ensino Municipal de São Paulo - Sinpeem (2006) (Ver Anexo O). Foi destacado que

O descaso com as escolas técnicas federais era tal que, de 1995 a 1998, não foi autorizada a contratação de um único docente ou técnico para o sistema de 140 escolas. Em 1998, o orçamento do sistema atingiu o fundo do poço: R\$ 856 milhões, a valor presente. A título de comparação, o atual governo autorizou, de 2003 a 2006, a contratação de 3.433 docentes e técnicos, e o orçamento do sistema, em 2005, atingiu R\$ 1,2 bilhão..

[...] Por miopia, FHC autorizou o funcionamento de apenas dez escolas técnicas federais em oito anos (cinco sem quadro de pessoal), enquanto Lula encerra o primeiro mandato autorizando 32 (além de 18 escolas privadas federalizadas). (SINPEEM, 2006)

O artigo supracitado (ver Anexo O) referiu-se ao artigo 47, parágrafo quinto da Lei nº. 9.649/98 :

Diz seu art. 47, parágrafo quinto: "A expansão da oferta de educação profissional, mediante a criação de novas unidades de ensino por parte da União, somente poderá ocorrer em parceria com Estados, municípios, Distrito Federal, setor produtivo ou organizações não-governamentais, que serão responsáveis pela manutenção e gestão dos estabelecimentos de ensino".

A presença do advérbio "somente" não deixa dúvidas. A União até poderia custear a construção de novos estabelecimentos, mas custeio e pessoal não mais seriam da sua responsabilidade. Em outras palavras, a nova escola não seria federal, mas estadual, municipal ou privada.

Em 2005 o presidente do Concefet, professor Luiz Edmundo Vargas de Aguiar, em audiência concedida pelo Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva aos dirigentes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica (IFETs) em 24 de junho daquele ano (Ver Anexo P), assim comentou em seu discurso:

Senão vejamos, Sr. Presidente. A criação das primeiras 19 unidades dessa Rede se deu em 1909 por decreto do então Presidente Nilo Peçanha. Noventa e cinco anos depois, hoje somos cento e quarenta e três unidades distribuídas pelo território brasileiro. São trinta e quatro CEFETs- Centros Federais de Educação Tecnológica, com suas quarenta e uma UNEDs- Unidades de Ensino Descentralizadas, trinta e seis EAFs- Escolas Agrotécnicas Federais, uma Escola Técnica Federal e trinta e

uma Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais. Esse conjunto de instituições atua de forma verticalizada e aponta para a excelência da Universidade Tecnológica, oferecendo ao povo brasileiro formação inicial e continuada em cursos de qualificação e profissionalização, cursos técnicos de nível médio, formação de professores e cursos superiores de graduação e pós-graduação, marcadamente na área tecnológica. Nossa Rede atua no setor primário, secundário e terciário da economia, e seus cursos e serviços de pesquisa tecnológica e extensão, na área agropecuária, na área industrial e na área de serviços, consolidam nossas instituições como referências nas comunidades em que atuam. (AGUIAR, 2005, p. 3).

A citação passa momentaneamente por uma referência à Universidade Tecnológica e de uma certa forma em caráter de uma apologia reivindicatória, no sentido de que os Cefets fossem sucedidos por universidades com tais características. Essa referência volta a permear o discurso do presidente do Concefet quando ele assim se expressa:

Para encerrar lanço aqui um bom desafio. Aos meus pares e ao Governo. Cito o exemplo exitoso do programa implantado na Escola Técnica vinculada à Universidade Federal do Paraná que atende em quatro cursos técnicos à distância, 14.800 alunos de 164 cidades do Estado do Paraná e de Santa Catarina. Acredito que, com base nessa experiência, poderemos utilizar as novas tecnologias existentes, por meio da Educação a Distância, fortalecida no MEC pelas ações do Ministro Tarso Genro, para lançar um grande programa de profissionalização que alcance todos os municípios brasileiros. Será a oportunidade Sr. Presidente, para que, em qualquer rincão desse país, nossos jovens possam sonhar com o caminho da profissionalização já percorrido historicamente por Vossa Excelência. Acreditamos na ousadia do Vosso Governo que com visão de futuro, responsabilidade, coragem e espírito público, supera o medo do enfrentamento das questões necessárias para a transformação do Brasil em um País mais justo, mais solidário, mais generoso, mais soberano e mais prazeroso para se viver (AGUIAR, 2005, p. 7)

Em uma reunião com os dirigentes da Rede Federal de Educação, realizada no dia 22 de junho de 2006 no auditório do MEC em Brasília (Ver Anexo Q), o ex-Ministro Fernando Haddad declarou que os Institutos Federais não concorreriam com outras formas de organização, como as agrotécnicas e os CEFETs e que cada instituição teria a liberdade de planejar o próprio futuro a partir de uma reflexão.

Na ata da mesma reunião está registrada a fala do professor Getúlio Marques concedida em uma entrevista ao *CEFET – RN em foco*. A jornalista questionou o que poderia ser mudado com a criação dos IFETs e a resposta foi a seguinte (Ver Anexo Q)

O governo tem um plano integrado em que tanto a educação básica com todos os recursos do FUNDEB, tanto a superior com seu REUNI, que está acrescentando vagas nas universidades, estão contemplados. Os IFETs também vêm cobrir uma lacuna. Há uma acentuada falta de professores nas áreas de ciências e de técnicos que serão necessários por conta do Plano de Aceleração do Crescimento. Estas unidades espalhadas pelo Brasil todo, além de tentarem manter as pessoas em seus locais, evitando o êxodo para as grandes cidades. O Decreto apenas modela as instituições. Ele não criou ainda. Essas instituições serão criadas por lei e terão 50% de vagas obrigatoriamente para cursos técnicos. Porque algumas instituições que cresceram para outros níveis deixaram o ensino técnico como uma prioridade menor.



Não queremos que isso aconteça. Nesse modelo teremos ensino técnico principalmente integrado, formação de professores nas áreas de ciências e matemática e formação de jovens e adultos. Isso vai evitar que as pessoas tenham que sair do interior e não retornar para suas cidades, porque estaremos implantando escolas em todo país. Por isso o papel dos Institutos será muito importante para o desenvolvimento do país .

O professor Getúlio reforçou na sua entrevista a fala do ex-Ministro da Educação Fernando Haddad quando este se referiu ao Decreto n.º 6.905/ 2007, que regulamentava os IFETs (Ver Anexo Q):

O Decreto não é uma camisa de força. O MEC está propondo um debate porque acredita no amadurecimento da rede e na capacidade dela dar respostas aos desafios do desenvolvimento do país”. Segundo o Ministro, se a rede for efetiva em sua proposta, o PNE de 2021 será muito diferente. “A idéia é sermos ambiciosos para construir a próxima década.

Algumas manifestações públicas fora do meio político-educativo, mas ainda no meio político, foram publicadas em diversos órgãos midiáticos. Dentre essas, há que se destacar a matéria publicada no *Diário da Manhã* do dia 01/05/2005 pelo deputado estadual Wagner Guimarães intitulada “Um equívoco político, um elefante branco no ensino tecnológico em Goiás” (Ver Anexo R), com destaque para o seguinte comentário:

Por mera aproximação com Goiânia, os municípios de Urutaí e Ceres, que também sediam unidades federais de ensino tecnológico, manifestaram o intuito de fazer com que a reitoria do Ifet Agroindustrial fosse instalada na Capital. Ora, por que Goiânia, que já conta com a reitoria da UFG, e que terá uma reitoria para o Ifet Industrial, teria também de sediar mais uma reitoria agroindustrial? Para que concentrar na Capital tamanha estrutura administrativa, correndo o risco de se criar um elefante branco com reitorias concorrentes, perante a necessidade descentralizadora do ensino tecnológico? (GUIMARÃES, 2008, p. 1)

Um questionamento bastante significativo abordando a natureza acadêmica institucional do CEFET está presente no documento *Consolidar o CEFET como parte da política pública de estado em Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e garantir a sua autonomia* (Ver Anexo S), que foi elaborado por servidores de Santa Catarina - Baltazar Carboni Cremonese; Bruno Neves; Conceição Aparecida Martins; Luiz Azevedo; Marcelo Martins; Marcos Neves; Marival Coan e Maurício Guariba Júnior:

A primeira pergunta que devemos responder é: **qual o status institucional do CEFET-SC hoje?** Para responder esta pergunta apresentamos abaixo um breve resumo histórico do marco legal que estabelece a natureza o CEFET-SC.

Em 2004 foi publicado o Decreto nº 5.224/04, que dispõe sobre a organização dos CEFETs:

“**Art. 1º** Os CEFETs, criados mediante transformação das ETFs, [...], detentoras de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar.

§ 1º Os CEFETs são instituições especializadas na oferta de educação tecnológica, nos diferentes níveis e modalidades de ensino, com atuação prioritária na área tecnológica.

Também em 2004, o governo publica o Decreto nº 5.225/04 que altera dispositivos do Decreto nº 3.860/01 (que regula o Ensino Superior) no que trata do credenciamento e organização institucional do Ensino Superior :

“**Art. 1º**, os artigos 7º, [...], passam a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 7º: ... I – universidades; II – Centros Federais de Educação Tecnológica e centros universitários; e III – faculdades integradas [...].”

“**Art. 2º**, o Decreto nº 3860/01, passa a vigorar acrescido do seguinte dispositivo:

Art. 11-A - Os Centros Federais de Educação Tecnológica são instituições de ensino superior pluricurriculares, especializadas na oferta de educação tecnológica nos diferentes níveis e modalidades [...].”

Em 2006, o governo federal publica o Decreto nº 5.773/06, que revogou decretos como os de nº 3.860/01 e nº 5.225/04:

“**Art. 12.** As instituições de educação superior, [...], serão credenciadas como:

- I – faculdades;
- II – centros universitários; e
- III – universidades

Como podemos constatar, ao analisar a legislação, o CEFET-SC tem hoje sua natureza definida em Lei: **a) Instituição de Educação Tecnológica; b) com Autonomia financeira; c) de Nível Superior; d) Pluricurricular; e) com status de Centro Universitário e f) oferta de educação tecnológica em todos níveis – formação inicial e continuada, técnica e tecnológica.**

Logo a proposta de transformar o CEFET em IFET não acrescenta nada na natureza acadêmica da Instituição. (CREMONESE et al, 2007, p. 1-3, grifo dos autores)

As transformações que foram feitas na Educação como um todo, e não somente na educação profissional e tecnológica, passam pela dimensão política e também pelas dimensões social, financeira e institucional do público e do privado. A compatibilização dessas dimensões tem uma prioridade que deve se iniciar no governo federal, ao adotá-la como premissa. Nesse aspecto, vale lembrar Chauí (2003, p. 11):

Se quisermos tomar a universidade pública por uma nova perspectiva, precisamos começar exigindo, antes de tudo, que o Estado não tome a educação pelo prisma do gasto público e sim como investimento social e político, o que só é possível se a educação for considerada um direito e não um privilégio, nem um serviço. A relação democrática entre Estado e universidade pública depende do modo como consideramos o núcleo da República. Este núcleo é o fundo público ou a riqueza pública e a democratização do fundo público significa investi-lo não para assegurar a acumulação e a reprodução do capital – que é o que faz o neoliberalismo com o chamado “Estado mínimo” –, e sim para assegurar a concreticidade dos direitos sociais, entre os quais se encontra a educação. É pela destinação do fundo público aos direitos sociais que se mede a democratização do Estado e, com ela, a democratização da universidade.

Frigotto (2010) é categórico ao afirmar que é necessário que se possa extinguir a pedagogia de resultados (expressão de Saviani), na qual a gestão tem suas ações e políticas fortalecidas, em grande maioria, por uma opção pautada por parcerias do público com o privado:

Com isso, o Estado, em vez de alargar o fundo público na perspectiva do atendimento a políticas públicas de caráter universal, fragmenta as ações em políticas focais que amenizam os efeitos, sem alterar substancialmente as suas determinações. E, dentro dessa lógica, é dada ênfase aos processos de avaliação de resultados balizados pelo produtivismo e à sua filosofia mercantil, em nome da qual os processos pedagógicos são desenvolvidos mediante a pedagogia das competências (FRIGOTTO (2010, p. 245).

O investimento no conhecimento como garantia e direito do indivíduo como ser social tangencia também o mercado. Este, entretanto, é inexorável e determinante; para ele não há sociedade. Aqui vale ressaltar a afirmativa de Frigotto (2010, p. 251):

A mercadoria é a reificação, a alienação em ato. Para o mercado não há sociedade, há indivíduos em competição. E para o mundo da acumulação flexível não há lugar para todos, só para os considerados mais competentes, os que passam pelo metro que mede o tempo fugaz da mercadoria e de sua realização. As consequências disso são mais que visíveis em vários aspectos. Nossos cursos tornam-se cada vez mais elitistas. Neles percebo um duplo processo de mutilação e atrofiamento de capacidades intelectuais.

Independentemente de tais concepções e também das críticas ou posições contrárias que acirraram todos os diálogos que permearam as conferências, fóruns e discussões cujo tema era a criação dos Institutos Federais, estes foram criados por força da Lei nº 11.892/2008, sob um discurso que empregava adjetivos como “ousado” (em termos de iniciativa), “arrojado” (em termos de mudança) e “fortalecedor” (na perspectiva das políticas de combate às desigualdades sociais).

Fica em suspensão uma pergunta à qual cabem muitas reflexões: Por que não se transformaram em Universidades Tecnológicas e sim em Institutos Federais?

No arcabouço de recursos financeiros do Estado para compor essa mudança existia um contraforte regulador diante desse vale que, numa margem, receberia investimentos para a efetivação das Universidades Tecnológicas, e na outra para os Institutos Federais. A barreira impediu que os recursos atingissem a margem das Universidades Tecnológicas, porque para estruturá-las demandaria, obviamente, um investimento muito pesado que impactaria a política de acúmulo de capital do Governo.

### **3.2 O porquê da Mudança de Centro Federal para Instituto Federal**

Dentro do cenário político nacional e diante das perspectivas para o ensino profissionalizante no país, é preciso destacar que no governo de Fernando Henrique Cardoso, foi criado o Programa de Expansão da Educação Profissional – PROEP (via parceria do

Ministério da Educação com o Ministério do Trabalho e Emprego)<sup>22</sup>. Esse programa tinha como principal meta dar suporte ao processo de ampliação e fomento ao Decreto nº 2.208/97 e se constituiu na principal arma discriminatória do ensino no país, além de ter sido coadjuvante no retrocesso e manutenção da dualidade do ensino. O PROEP foi uma medida posterior a outra tomada de decisão no âmbito federal, a criação do - Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador – PLANFOR, um plano estratégico elaborado pelo Ministério do Trabalho via Secretaria de Formação, vinculada a esse Ministério, com o escopo precípua de qualificação dos trabalhadores. Nesse imbróglio foram colocadas as organizações governamentais e as não governamentais, as escolas técnicas, as universidades, as instituições de trabalhadores e as patronais, bem como os institutos de pesquisas.

As metas para a expansão do sistema de educação profissional no Brasil previam a evolução do atendimento à população economicamente ativa (PEA), de 7% em 1996 para 20% em 1999, o que corresponderia ao treinamento anual de 15 milhões de trabalhadores. Para cumprir tal meta, o PLANFOR pretendia a superação das formas tradicionais de educação profissional mediante a formação de uma Rede Nacional de Educação Profissional que articularia as entidades públicas e privadas atuantes no campo da qualificação do trabalhador. Essa ideia de Rede Nacional extrapola a concepção de educação profissional situada no âmbito da escolarização e se encaminha para a constituição de uma espécie de mercado nacional de formação (FIDALGO, 1999).

Tanto o PROEP quanto o PLANFOR trazem em si um conjunto de medidas de caráter neoliberal que quer, simultaneamente, desobrigar o governo da responsabilidade de uma educação de qualidade e voltar ao discurso de que a qualificação profissional é o único subterfúgio para superar o desemprego. É o paradoxo da concepção, porque se sabe que a educação de qualidade não é e nunca foi prioridade do governo. E se foi ou se é, de que qualidade estamos falando?

As medidas tomadas pelo PLANFOR para qualificar o trabalhador acarretam, de forma muito perversa, a manutenção na informalidade de milhares de trabalhadores que perderam

---

<sup>22</sup> Em 2003 previa-se o uso de U\$S 500 milhões (para o período 1997-2003). Tais recursos provêm de dotações orçamentárias do Governo Federal, sendo 25% recursos do Ministério da Educação, 25% recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, do Ministério do Trabalho e Emprego, e os 50% restantes de empréstimo do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID. O **PROEP** tem por objetivo, numa primeira etapa, o financiamento de 250 projetos de Centros de Educação Tecnológica, cuja finalidade é a transformação e reforma de unidades existentes, ou a construção de novas unidades, sendo que 40% dos recursos do programa são destinados às instituições públicas da rede federal e das redes estaduais e 60% para projetos do chamado “segmento comunitário”, no qual se incluem as iniciativas privadas (nessa categoria estão contemplados projetos de empresas privadas – educacionais ou não -, de associações patronais do campo industrial, agrícola e de serviços e do sistema S, composto pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC, Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR e Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte – SENAT), ONGs e instituições escolares da esfera municipal. (Fonte: CRISTOPHE, 2005, p. 11 a 13).

seus empregos formais. Essa “ponte”, feita de um material muito resistente chamado exclusão, os mantinha severamente longe dos postos de trabalho formais e, de forma paliativa, criava condições para que essas vítimas do desemprego pudessem se acostumar com a sua condição de desempregados, se adequar à vida na informalidade.

Nessa pseudoqualificação desaparece nas correntezas a unidade da família, a certeza de um futuro digno, bem como faz cessar um volume abrupto de sonhos que entram nesse redemoinho, enfraquecendo o ser humano e seus valores éticos.

Fitoussi e Rosanvallon (1997) referem-se a um novo padecimento psíquico no qual o indivíduo, diante da carga de responsabilidades e de exigências engendradas no seu cotidiano, passa a procurar voluntariosamente uma forma de aplacar suas inquietações e sua incapacidade momentânea de resolver o problema que o acomete, e o PLANFOR, com todo o seu aparato de boas intenções, estava longe de ser a droga que, no bom sentido, “poderia permitir-lhe a reconstituição de si próprio, ainda que de forma temporária e fictícia, é verdade; porém em todo caso durante um tempo, aliviando-o do peso das restrições” (FITOUSSI; ROSANVALLON, 1997, p. 47). Oxalá fosse o tranquilizante, porque permitiria, como afirmam os referidos autores, na obra e página mencionadas, resolver a “grande contradição moderna: ser você mesmo e ao mesmo tempo estar liberado de si mesmo”.

Em 1992, Shiroma, Moraes e Evangelista (2011, p. 54) apresentaram a estratégia da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe - CEPAL, que

[...] se articulava em torno de objetivos (cidadania e a competitividade), critérios inspiradores de pláticas (equidade e eficiência) e diretrizes de reforma institucional (interação nacional e descentralização). A CEPAL entendia que a reforma do sistema produtivo e a difusão de conhecimentos eram os instrumentos cruciais para enfrentar ambos os desafios: construção de uma moderna cidadania e competitividade.

A equidade, carro-chefe e princípio fundamental da proposta da CEPAL, deve ser entendida como a forma mais democrática, justa e igualitária de possibilidade de acesso às oportunidades em termos de educação – igualdade de acesso à uma educação de qualidade, na perspectiva de resolver a situação dos excluídos do ensino e da capacitação.

Nesse aspecto, o Brasil realmente é o berço da política paliativa – soluções são engendradas ao por do sol para que no dia seguinte os excluídos do mundo do trabalho e os impossibilitados de acesso a uma educação de qualidade que os faça transcender a barreira da exclusão cultural tenham suas condições politicamente solucionadas com amplas possibilidades para a superação de todos os problemas dentro de uma simplicidade acachapante.

E como considera Malta (2003, p. 184), hoje no Brasil os atores que atuam no campo social e principalmente no educacional têm se diversificado bastante, pois

Não são mais apenas os profissionais da área que se interessam por ela, como era a norma até alguns anos atrás: empresários, filantropos, organizações não governamentais, entidades de vários tipos, personalidades; todos têm propostas para a educação e muitos as testam em projetos de pequena escala, mas sempre com grande visibilidade social. Os bons sentimentos se manifestam aqui e ali, geralmente focados, em crianças e jovens pobres, mas as políticas resultantes costumam ser erráticas, segmentadas e de baixa cobertura.

Na realidade, o que se pode dizer é que a transformação dos Cefets em Institutos passou pelo crivo da pressão exercida por seus diretores gerais, ansiosos em tornar as instituições em universidades tecnológicas, a exemplo do que aconteceu no Paraná. O governo federal mais uma vez usou de sua estratégia para desviar o percurso das negociações, embora fosse concebido e constatado que os Centros Federais de Educação Tecnológica estavam demandando um custo muito alto e era necessário fazer alguma coisa para resolver o problema.

O mapa da legislação da educação brasileira - e marcadamente o da educação profissional - necessitava com urgência de uma ampliação, uma vez que seu organograma parecia incompleto (Ver figuras 11 e 12):

No contexto nacional, caminhando na perspectiva de transformação dos CEFETs em IFs e colocando o nível superior como elemento de pavimentação dessa estrutura, cabe fazer algumas reflexões acerca desse processo que não desvelava a totalidade dos interesses, tanto do governo - com o discurso de maior autonomia e maior flexibilidade - quanto dos próprios gestores dos institutos, simpáticos à mudança.

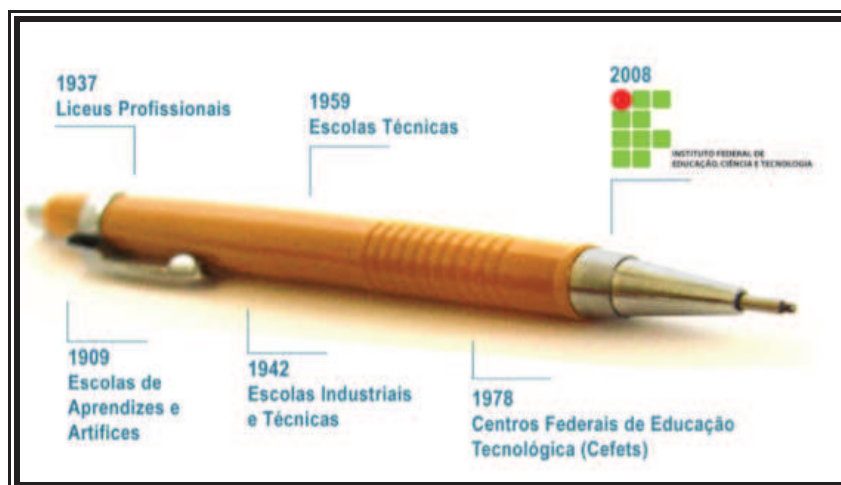


Figura 11 - Linha histórica da educação profissional e tecnológica no Brasil

Fonte: SETEC/MEC – Disponível em: <<http://rededefederal.mec.gov.br>>. Acesso em: 13 set.. 2015.



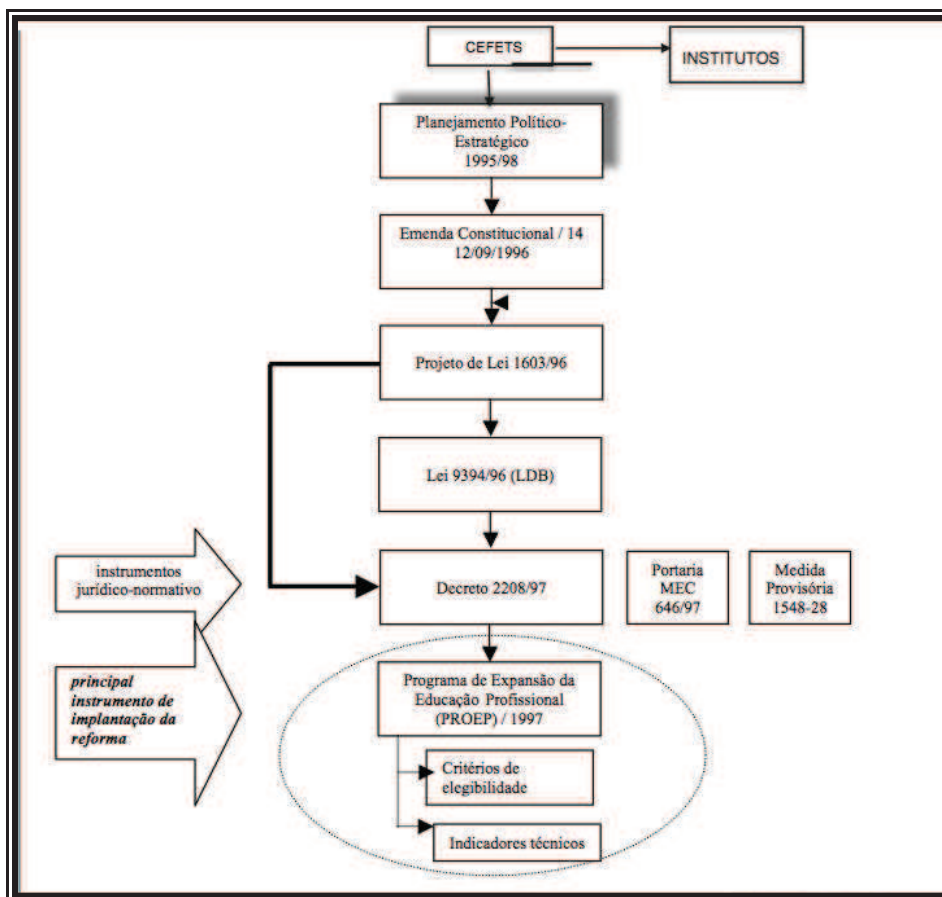


Figura 12 - Mapa da legislação tecnológica

Fonte: Christophe (2005, p. 23), adaptado pelo autor desta pesquisa.

O governo assinalava como vantagens a maior possibilidade de oferta de vagas em todas as unidades, a possibilidade de verticalização do ensino, a autonomia da instituição para gerir os próprios cursos (criá-los ou extingui-los), a emissão e reconhecimento dos próprios diplomas, além do *status* de universidade. Será que isso era tudo? Ou caberia a pergunta: tudo isso será real? Independentemente dessas condicionantes, a assunção pela mudança foi feita pela maioria dos Cefets, à exceção, como dito, do CEFET-MG e do CEFET-RJ. O que estava por trás dessa não opção? O professor Ítalo de Lima Machado (ex-diretor do CEFET-GO e entrevistado para esta pesquisa) estaria certo quando afirmou que ser Universidade Tecnológica, como fez o CEFET-PR, era o sonho dourado de todos?

Uma conotação mais profunda por parte da gestão governamental aparece nas entrelinhas da afirmação de Pacheco<sup>23</sup> (2008, p. 2):

<sup>23</sup> Eliezer Pacheco é graduado em História pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), tem mestrado na mesma área pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e especialização em Ciência Política também pela UFRGS. Foi Secretário de Educação da Prefeitura de Porto Alegre e presidente do Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). É titular da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec) do Ministério da Educação desde 2005.



Hoje, superamos a visão althusseriana da escola enquanto mero aparelho ideológico do estado, reprodutor dos valores da classe dominante. Ela reflete em seu interior os interesses contraditórios de uma sociedade de classes. Os protagonistas na tarefa de educar são trabalhadores em educação sem vínculos orgânicos com a capital. Portanto, além do incontestável papel desempenhado pela educação no que diz respeito à inclusão social, nossas tarefas se relacionam também com a disputa ideológica, na disponibilização de informações e elementos de análise que permitam ao educando interpretar essa sociedade e ter condições de exercer sua cidadania na perspectiva de um projeto fundado na justiça e na igualdade.

Pacheco foi ainda mais contundente quando chamou para si a responsabilidade da educação:

[...] Nessa via, cabe à Rede Federal, ao mesmo tempo em que democratiza e amplia o acesso, incidir sobre as escolas públicas de sua área de atuação, vertebrando o processo de recuperação da qualidade de educação pública nas redes estaduais e municipais, em sua maioria, destroçadas. [...] Os IFET poderão, por intermédio de conselhos estaduais e municipais de educação profissional, assumir o protagonismo de uma nova política para o ensino técnico em nosso país, dando-lhe uma diretriz, hoje inexistente. Ao mesmo tempo, podem também influenciar na recuperação da qualidade de toda e qualquer formação de nível médio a partir da compreensão que o trabalho é um aspecto ontológico da vida em sociedade e que mesmo as escolas que não tenham como objetivo a formação técnico- profissional devam preparar para o mundo de trabalho (PACHECO, 2008, p. 3).

O tema suscitou muita controvérsia e, posteriormente, culminou na realização das mudanças que foram possíveis, em virtude da aceitação por parte dos Cefets. Há que se destacar a opinião de Otranto (2010, p. 5-6):

[...] Os Centros Federais de Educação Tecnológica também receberam com desconfiança a proposta de transformação em IFET. Muitos deles ascenderam a essa condição em 1997, quando o Decreto nº 2.406/97, transformou escolas técnicas e agrotécnicas federais em CEFETs. Em 2004, o Decreto 5.225, elevou essas tradicionais escolas de ensino médio, à condição de instituições de educação superior, uma vez que a maioria já oferecia cursos superiores tecnológicos. Quando a proposta dos IFETs surgiu, o grande sonho dos CEFETs era o de chegar a ser, um dia, uma universidade tecnológica, a exemplo do que havia acontecido com o CEFET do Paraná. [...] Os CEFETs de Minas Gerais e Rio de Janeiro, doravante denominados CEFET-MG e CEFET-RJ, continuam tentando a transformação em Universidade Tecnológica e, por esse motivo, não aderiram à proposta do IFET. Alegam que ascenderam à condição de CEFET juntamente com o do Paraná, em 1978, e que apresentam os requisitos básicos necessários para a transformação em universidade, uma vez que oferecem vários cursos superiores e contam com corpo docente altamente qualificado (mestrado e doutorado), desenvolvendo importantes pesquisas no campo técnico e tecnológico. Foram, no entanto, os únicos que declinaram da proposta governamental. Os demais CEFETs não ofereceram resistência à mudança, pelo contrário, viram nela uma forma de proporcionar a todas as instituições denominadas CEFETs iguais condições de crescimento e reconhecimento, uma vez que eram vistos por todos como as instituições mais importantes dos novos Institutos Federais, portanto com reais condições de se transformarem em suas reitorias. Muitos ainda não tinham sequer incorporado inovações advindas com a legislação de 2004 (Decretos 5.224 e 5.225), que os alçou a condição de instituições de educação

superior, e viram na nova estrutura uma possibilidade de crescimento e reconhecimento. As discussões ocorreram, principalmente, a partir do Ofício Circular SETEC nº 076, de 19 de julho de 2007, com orientações para os debates e o estabelecimento de prazos. As conclusões apresentadas foram no sentido da transformação em IFET. É importante considerar na presente análise que, dentre as instituições integrantes do IFET, os CEFETs são os que poderiam sentir-se mais à vontade dentro do novo modelo, por já contarem, em sua grande maioria, com as condições exigidas pela legislação. Trabalham com os três níveis de ensino, oferecem cursos superiores, desenvolvem pesquisa e extensão e seu corpo docente é, no cômputo geral, o de maior qualificação. Esses fatores foram levantados em quase todas as discussões, como elementos favoráveis à adesão.

A posição do Conselho de Dirigentes dos Centros Federais de Educação – Concefet foi expressa em um documento sobre a questão da educação profissional e os Institutos Federais, datado de 23 de agosto de 2007<sup>24</sup>, com os destaques:

1. Adoção de um processo de implantação disposto em Lei única;
  2. Inclusão dos Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia – IFET entre as entidades que constituem o Sistema Federal de Educação Superior, com prerrogativas equivalentes à Universidade caracterizadas em toda legislação que trata desse nível de ensino;
  3. A implementação pelo Ministério da Educação de política de apoio que garanta iguais condições (recursos humanos e materiais) aos atuais CEFET e à ETF-Palmas para a transformação em IFET;
  4. A adoção de providências para implantação de um Plano de Cargos e Carreira de Professores da Educação Tecnológica – PCCPET, consoante com as prerrogativas da nova Instituição, e que assegure os direitos hoje consignados em lei aos atuais quadros do ensino do 1o e 2o graus e do ensino superior dessas instituições;
  5. Garantia do processo de escolha do Dirigente Máximo dos IFET a partir de eleição direta, de acordo com o que dispõe a legislação em vigor sobre o processo de escolha dos Diretores Gerais dos CEFET;
  6. Garantia de que as prerrogativas e objetivos dos IFET tenham como base a preservação das conquistas históricas da rede de CEFET e ETF-Palmas – a fim de reafirmar seu trabalho educativo em favor do desenvolvimento da nação brasileira, entre os quais se incluem: a natureza pública das instituições e a coexistência do ensino técnico, superior (graduação e pós-graduação), pesquisa e extensão;
  7. A criação, em lei, de um Fundo de Financiamento e Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica, a fim de garantir de modo definitivo à Educação Profissional e Tecnológica o seu caráter estratégico e, ao mesmo tempo, inseri-la no rol das Políticas de Estado.
  8. Preocupação com a afirmação da rede federal enquanto de formação profissional e tecnológica, com os princípios balizadores de sua atuação, o que a faz reconhecida em todo o território nacional.
  9. A ênfase na Educação Profissional e Tecnológica, pesquisa e extensão com o fortalecimento da educação técnica de nível médio, integrada a educação básica.
- (CONCEFET, 2007)

Essa manifestação do Concefet foi adiante quando passou a analisar o benefício dos IFETs em poderem acolher um novo público (Ver Anexo T):

<sup>24</sup> Esse documento traz também uma minuta do projeto de lei a ser aprovado para a transformação dos CEFETs em IFETs. Essa minuta pode ser vista no Anexo T dessa pesquisa.

A reestruturação organizativa da Educação Profissional e Tecnológica deve ser realizada também em função das novas demandas colocadas pelo atual contexto histórico e regional. Neste sentido, já se observam algumas necessidades educacionais oriundas das reivindicações das comunidades locais, movimentos sociais e setores produtivos, são elas: educação de jovens e adultos integrada à educação profissional, educação de pessoas portadoras de deficiência, formação continuada de técnicos, tecnólogos, bacharéis e licenciados, educação para a diversidade cultural (população do campo, indígena, quilombolas, ribeirinhos). Considera-se, portanto, que os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia deverão garantir a perenidade das ações, por meio das políticas públicas e de financiamento, que visem incorporar setores sociais que historicamente foram aliados dos processos de desenvolvimento e modernização do Brasil e viabilizar, desta forma, o pagamento da dívida social em relação a esse público. (CONCEFET, 2007, p.364-365 )

E a conclusão desse documento permite a seguinte leitura (Ver Anexo T):

A criação dos Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia no bojo do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica pode ser reconhecido como referendo do Governo no sentido de colocar com maior destaque a educação tecnológica no seio da sociedade como instrumento vigoroso no trabalho na construção, resgate de cidadania e transformação social. A autonomia que lhe é reafirmada e ampliada poderia soar contraditório quando conjugada com o traçado de seu horizonte de atuação não fosse a decisão já firmada por essas instituições como sua identidade por toda a trajetória de um século de trabalho. Os Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia podem ganhar um espaço exponencial de atuação visceralmente vinculado a um projeto de país que na diversidade, na multiplicidade que lhe é peculiar, define seu traçado. (CONCEFET, 2007, p. 376 )

É possível que uma mudança possa trazer benefícios significativos para a educação e para o próprio país, principalmente quando a questão está correlacionada com a educação profissional. O próprio Concefet assume que:

Os anos de 1990 mereceriam, pois, análise especial e criteriosa, uma vez que as escolas da rede procederam a uma movimentação sem precedente no que se refere à construção de suas propostas pedagógicas, tornando visível a opção que cada uma delas, na maturidade construída nas questões principalmente da educação/trabalho/tecnologia, numa verdadeira correlação de forças no que se refere a decisões que não emanavam de tudo que fora até então concebido como formação do homem e de seus direitos de cidadania. [...]A partir deste momento histórico, a reformulação curricular que se processou no interior dos CEFETs eleva em escala de grandeza seu potencial para estar respondendo aos anseios da sociedade que concorrem significativamente para mudar a realidade da região onde atua, seja no ensino, na pesquisa ou na extensão. Esse processo de construção, situado e datado, sintonizado com o desenvolvimento do país numa concepção de escala que vai do regional ao global, referenda essas instituições na produção e democratização do conhecimento em todos os níveis e graus de ensino, mas tomando como fundamento precípua a dimensão humana da formação, traduzida no sentido da emancipação. O momento justifica um novo para a abrangência da atuação da formação profissional e tecnológica e os IFET poderão trazer em si esta dimensão. (CONCEFET, 2007, p. 363-364)

Esse manifesto remete ao resgate de outro documento que, embora não trate da questão da educação tecnológica, especificamente, faz uma abordagem sobre as tendências e necessidades no cenário de hesitações que caracterizaram o final do século XX, enfatizando o

papel que a educação deveria assumir. Trata-se do *Relatório Delors*, oriundo de uma comissão convocada pela UNESCO para compor a Comissão Internacional sobre a Educação para o século XXI, que fez um diagnóstico sobre o atual contexto planetário de interdependência e globalização da educação

[...] no qual reconhece que o ideal de progresso, tão acalentado até épocas recentes, trouxe apenas desilusões a grande parte da população mundial. Fenômenos como o desemprego e a exclusão social podem ser verificados mesmo nos países ricos, exponenciando as desigualdades sociais em todo mundo. (SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA, 2007, p. 55).

Em vista disso, o referido documento indica as tensões a serem resolvidas no próximo século:

[...] tornar-se cidadão do mundo, mantendo a ligação com a comunidade; mundializar a cultura, preservando as culturas locais e as potencialidades individuais; adaptar o indivíduo às demandas de conhecimento científico e tecnológico – especialmente as tecnologias da informação-, mantendo o respeito por sua autonomia; recusar as soluções rápidas em favor das negociações e consenso; conciliar a competição à cooperação e à solidariedade; respeitar as tradições e convicções pessoais e garantir a abertura ao universal. Em síntese, resolver a tensão entre a vertigem provocada pela mundialização e a necessidade de referências e raízes. (SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA, 2007 , p. 55).

Diante desse quadro, o referido documento assinala os três grandes desafios do século XXI (SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA, 2007 , p. 56): “a) ingresso de todos os países no campo da ciência e da tecnologia; b) adaptação das várias culturas e modernização das mentalidades à sociedade da informação; c) viver democraticamente., ou seja, viver em comunidade”.

Há que constar também o documento de 1998 da Confederação Nacional das Indústrias - CNI, citado por Fidalgo (1999). Nele se estabelece que:

[...] a ação empresarial no campo da Educação deve se dar em pelo menos três níveis: 1) através da participação na formulação e gestão das políticas educacionais; 2) mediante a organização de sistemas próprios de formação profissional (Sistema S); 3) por meio de ações diretas das empresas nas escolas públicas. Eles pretendem, assim, implementar ações de educação e de qualificação profissional, tanto no interior de suas empresas como for a delas; querem intervir no debate sobre as grandes questões nacionais, atuar junto aos governos em todos os níveis educacionais e com os demais segmentos sociais. A articulação chamada PNBE<sup>25</sup> (1998) entende que a negociação entre os interlocutores políticos é a única forma capaz de garantir a efetividade das políticas públicas para a educação, seguindo orientações que tem origem na OIT<sup>26</sup> (CNI, 1998 apud FIDALGO, 1999).

<sup>25</sup> Pensamento Nacional das Bases Empresariais.

<sup>26</sup> Organização Internacional do Trabalho.

Nessa perspectiva, os empresários brasileiros propuseram sua participação na gestão das instituições do sistema educacional, tanto no aspecto administrativo e financeiro das unidades escolares, como na definição dos currículos e conteúdos a serem trabalhados pelos professores em sala de aula (CNI, 1996b).

Essa invasão na escolarização formal se justificaria porque os empresários, segundo eles mesmos, conhecem os desafios da arte do empreendimento, por isso seriam os únicos que saberiam realmente colocar nos trilhos o sistema educacional, adequando-o ao sistema produtivo (CNI, 1996b, p. 124). Todas essas considerações tiveram uma densidade significativa na leitura que conseguiam fazer do fato e na magnitude do que expressavam como porta-vozes do governo federal, cujo interesse real permanecia velado.

A argumentação de que os Institutos Federais passariam a ter *status* de universidade, embora tivessem um custo menor do que esta, não tinha, a rigor, nenhuma motivação nem sequer sensibilizava o ponto de vista docente. Entretanto, trabalhar os três níveis de ensino com possibilidade de estendê-los à pós-graduação era uma vertente que deixava a classe docente mais sensível e tendenciosa à mudança, ainda que, vinda por parte dos gestores governamentais federais, sempre com um resquício de incerteza.

O diretor geral do CEFET-GO naquela época era o professor Paulo César Pereira, que depois veio a ser o primeiro reitor do Instituto Federal de Goiás e foi presidente do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF); trabalhou ativamente para a mudança de CEFET para IF, inclusive realizando intervenções no então projeto de lei (que depois viria a ser a Lei nº11.892) em defesa da educação profissional e das instituições federais. Como presidente do Conif, na audiência realizada em 19 de maio de 2009 na Câmara dos Deputados em Brasília, ele falou

[...] da importância da rede para o país, ressaltando o papel dos institutos federais na oferta de vagas para o ensino médio profissionalizante, para as licenciaturas e para os demais cursos superiores, que são ofertados segundo a necessidade de cada região. Paulo César aproveitou o debate na Câmara dos Deputados para apontar os desafios que os institutos federais começam a enfrentar, entre eles, o de ter recursos assegurados para o cumprimento de seu papel social e para continuar a expansão de oferta de vagas. No projeto de expansão que está em andamento, o número de campi dos institutos federais vai saltar de 140 para 354, mas o Ministério da Educação já estuda implantar uma terceira fase da expansão. Muitos deputados presentes interessaram pela proposta de uma nova fase de expansão da Rede Federal. Alguns argumentaram que existem inúmeros municípios que precisam ser contemplados. Outros citaram números do desenvolvimento tecnológico do país e apontaram os institutos federais como instituições responsáveis para melhorar os indicadores, que não são positivos. Paulo César lembrou aos deputados que novos campi e mais vagas exigem mais recursos. “Muitas vezes o governo federal envia projetos de criação de cargos e a mídia coloca tudo num grande pacote de aumento de gastos públicos. O parlamento tem de estar disposto a fazer o debate e mostrar a necessidade de investimentos em educação e em outros setores essenciais”, afirmou.

Outro desafio apontado pelo presidente do Conif para os institutos federais foi o do reconhecimento público de sua importância para o desenvolvimento tecnológico, científico e social do país. Paulo César disse que o Conif já está trabalhando para que haja um trabalho integrado entre os institutos e vários ministérios em ações de extensão. Segundo ele, a estrutura da Rede Federal pode ser aproveitada para ampliação de projetos e programas de extensão tecnológica, como oferta de cursos de capacitação básica para trabalhadores, pesquisa aplicada e desenvolvimento tecnológico. Outras ações de extensão, como atividades culturais, também foram lembradas por ele (BRASIL, 2009).

Na abertura da semana pedagógica de 2009, já empossado como reitor do Instituto Federal de Goiás, ele afirmou a

[...] importância da criação dos institutos federais, que possibilitou a reorganização da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Ele ressaltou o fato de o perfil e o papel dos institutos federais estarem definidos em lei e disse que, daqui para frente, as políticas de Estado para a educação profissional terão mais sucesso. Paulo César destacou ainda importância da interiorização da rede federal para o desenvolvimento social do Brasil. Segundo ele, a ampliação da rede vai dar mais visibilidade aos institutos federais, que serão mais reconhecidos pela sociedade brasileira. A ampliação, ressaltou, significa também mais recursos para a educação profissional e tecnológica, “que não vai ser tão baratinha como sempre foi” (BRASIL, 2009).

A verdade é que as mudanças foram feitas e o Câmpus de Goiânia do Instituto Federal é uma célula da política expansionista da educação profissional, juntamente com todas as outras quatorze (14) unidades construídas e em implantação (algumas delas), desde então denominadas de câmpus.

No Fórum Mundial de Educação realizado em janeiro de 2014 na cidade de Canoas, no Rio Grande do Sul, o presidente do CONIF - Caio Mário Bueno Silva - apresentou os números da Rede,

[...] que conta atualmente com 459 unidades implantadas, 54 mil servidores e um milhão de matrículas, da formação inicial e continuada à pós-graduação. Encerrando o seu pronunciamento, o presidente retribuiu a homenagem a Eliezer Pacheco, secretário de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (MEC) à época da criação dos institutos federais. Representando o MEC, o coordenador do Fórum de Pró-Reitores de Extensão (Forproext), Rafael Almada, deu ênfase à verticalização do ensino e à inovação promovidas pelos institutos federais. "A linha de atuação dessas instituições contribui cada vez mais para o diálogo com o mundo do trabalho, com o processo de inovação e com a construção de uma nova sociedade" (CONIF, 2014).

A transformação de CEFET-GO para IFG trouxe uma mudança organizacional e de autonomia. Embora cada câmpus fizesse parte e estivesse subordinado à Reitoria do IFG, todos passaram a receber os próprios recursos do governo federal, com autonomia de utilizá-los conforme seus programas e suas necessidades administrativas, apresentados via planejamento anual para o ano seguinte. Outra mudança em relação ao CEFET foi a



eliminação da figura do Diretor Geral e o surgimento do Diretor do Câmpus. Se pudesse fazer uma extrapolação, poder-se-ia dizer que o Diretor Geral foi convertido em Reitor que passou a ter um local de trabalho fora da unidade (agora Câmpus), a Reitoria. A Reitoria passou a contar, além do reitor, com cinco pró-reitores.

Considerando o pronunciamento de Pacheco (2008), há novamente uma contradição (no caso da nossa instituição) quando ele afirma que:

Os IFET, ao identificar as demandas regionais e apontar políticas para as mesmas a partir de uma perspectiva educativa, darão uma enorme contribuição para o enfrentamento das desigualdades sociais e demarcarão uma trajetória distante do academicismo e do corporativismo. Esta é uma oportunidade única de construirmos algo diametralmente novo na educação brasileira. Estamos certos de que a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica está a altura desse desafio e responderá positivamente construindo mais um capítulo grandioso de sua história.

Pacheco (2008) mitiga o problema dos excluídos, ainda que em discurso, quando faz a seguinte observação:

A dívida social de nosso país com os que foram excluídos dos direitos mais elementares somente será saldada através da intervenção do Estado por meio de políticas compensatórias que procurem igualar os desiguais naquilo em que as desigualdades constituem injustiças e respeitar suas diferenças naquilo em que a uniformidade é fator de opressão, ou seja, acolher a igualdade essencial de todos os seres humanos. Trata-se também de empoderar aqueles alijados das esferas de decisões, através do acesso ao conhecimento. Hoje, o poder é exercido por mecanismos em permanente mutação. Foucault nos ensina que o poder não é algo estranho, externo as relações sociais e a cultura. Ele não opera a partir de um lugar único ou de uma estrutura estatal, mas através de mecanismos “que funcionam fora, abaixo, ao lado dos aparelhos de Estado em um nível muito mais elementar, cotidiano. Portanto, educar é também aproximar os excluídos do poder.

As considerações tecidas pelo gestor Eliezer Pacheco na véspera do surgimento dos Institutos Federais estão contidas no livro intitulado *Institutos Federais: uma revolução na Educação Profissional e Tecnológica*. Na apresentação da obra pode ser lido:

No entanto, ainda sofremos as consequências de quase duas décadas de políticas privatistas. E mais, a escola, como instituição da sociedade, é pressionada pelos valores de sua época. A profunda degradação das relações humanas perpassa todos os tecidos sociais, ocupando lugar de destaque na comunicação de massa e interferindo, também, nas relações do universo educacional. Não podemos nos submeter a essa política na exata medida em que um projeto democrático é construído coletivamente. Recusamo-nos a formar consumidores no lugar de cidadãos, a submeter a educação à lógica do capital, colocando o currículo como instrumento do simples treinamento de habilidades e técnicas a serviço da reprodução capitalista. [...] Nossos projetos pedagógicos têm de estar articulados, especialmente, com o conjunto de organismos governamentais ou da sociedade civil organizada, estabelecendo uma relação dialética em que todos somos educadores e educandos. Devem afirmar práticas de transformação escolar com o objetivo de construir diferentes propostas que apontem os elementos do novo mundo possível. (PACHECO, 2010, p. 7-8).



Apesar de todas as manifestações e argumentações feitas por diferentes atores do mundo educativo e político do Brasil, não se tem explicitado de maneira convincente o real interesse nem os objetivos que incorreram na mudança de Cefet para IFET. O que mais salta aos olhos é a explicação de que era a única forma de frear as pressões dos grupos e dirigentes ligados aos Cefets que queriam transformar esses Centros em Universidades Tecnológicas.

### 3.3 O Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Goiás - IFG

O Instituto Federal de Goiás surgiu em 2008 substituindo o CEFET-GO (que em 1999 havia substituído a Escola Técnica Federal de Goiás) e abarcando o Câmpus Goiânia, o Câmpus de Jataí (UNED da Escola Técnica Federal desde 1988), o Câmpus de Inhumas e os Câmpus de Itumbiara e Uruaçu, instalados no ano de 2008 (mesmo ano da criação do IFG por meio da lei nº 11.892). O Câmpus de Anápolis foi instalado em 2010, concomitantemente aos Câmpus de Formosa e de Luziânia.

Em 2010 foram criados os Câmpus de Aparecida e da antiga capital do estado – Goiás. Finalmente, a expansão do IFG se consolidou com a criação do segundo Câmpus da cidade de Goiânia (Goiânia Oeste) e dos câmpus de Águas Lindas de Goiás, Valparaíso, e Senador Canedo (Ver Figura 13).



Figura 13 - Instituto Federal de Goiás e seus câmpus

Fonte: Comunicação Social do Câmpus de Goiânia

Esse polo de educação profissional e tecnológica denominado IFG é constituído hoje por esses 14 câmpus (conforme identificação cronológica identificada no parágrafo anterior) e vem de certa forma fortalecer essa modalidade de ensino, além de se constituir numa inovação política dentro das metas do governo brasileiro para a expansão do ensino profissionalizante em todo o território nacional. A expansão da rede do IFG obedece a uma normatização e orientação do governo federal e se encontra estabelecida na Lei nº 11.892 de criação dos Insitutos Federais.

A elevação à condição de Institutos Federais estabeleceu que estes teriam uma estrutura multicampi (Art. nº 9 da lei supramencionada) que poderia ser de câmpus com capacidade para 4500 alunos ou então para 1500 alunos. Na atual estrutura do IFG, o Câmpus Goiânia é o único com estrutura e capacidade para 4500 alunos e por isso tem características diferenciadas quanto ao número de servidores, dotação orçamentária e organização administrativa.

Como parte de um conjunto de câmpus que integram a Reitoria do Instituto Federal de Goiás, o Câmpus Goiânia é integrante do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), cuja confecção se iniciou em 2010 com discussões, reuniões e alguns debates com a totalidade dos segmentos que compõem a comunidade acadêmica do IFG. A minuta do PDI na versão de 2013 foi apresentada na carta de 10 de dezembro daquele ano, escrita pelo reitor Jerônimo Rodrigues da Silva e dirigida aos membros do Conselho Superior e à Comunidade Acadêmica (Ver Anexo U). Um trecho é reproduzido a seguir:

Alguns temas tratados no documento, exaustivamente debatidos e deliberados em plenário, estão superados pela legislação educacional, a exemplo da política de cotas étnico-raciais no ingresso de estudantes, e, no entanto, foram mantidos no texto ora apresentado na expectativa de não promover alterações no seu conteúdo final que, por deliberação do próprio Congresso, deverá ser objeto de avaliação e atualização no ano de 2014. Segue, portanto, um documento construído a muitas mãos, na expectativa de se constituir em compromisso asseverado com a comunidade acadêmica e o Conselho Superior, de respeito ao diálogo permanente e à participação e responsabilidade de todos, alunos, servidores, docentes e técnico-administrativos, com a educação pública, gratuita e de qualidade social e acadêmica (SILVA, 2013).

Quanto aos princípios norteadores que compõem a gestão e o corpo do Câmpus Goiânia - e obviamente do IFG, via Reitoria como um todo -, pode-se destacar:

- a) Compromisso com a justiça social, equidade, cidadania, ética, preservação do meio ambiente;
- b) Transparência e gestão democrática;
- c) Verticalização do ensino e sua integração com a pesquisa e a extensão;
- d) Compromisso com a formação integral do cidadão, com a produção e difusão do conhecimento científico e tecnológico;
- e) Compromisso com a educação inclusiva e emancipatória, com a oferta de formação profissional, com a promoção do desenvolvimento sociocultural, estando

sempre atento à organização produtiva, ao potencial regional, à cultura e às necessidades e expectativas do cidadão;  
 f) Natureza pública, gratuita e laica do ensino, sob a responsabilidade da União. (IFG, 2011, p. 14).

No tocante aos objetivos estratégicos da instituição, pode-se considera-se fundamental:

- a) Ministrando cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, incluídos a iniciação, o aperfeiçoamento e a atualização, em todos os níveis e modalidades de ensino;
- b) Ministrando educação de jovens e adultos, contemplando os princípios e práticas inerentes à educação profissional e tecnológica;
- c) Ministrando ensino médio, observada a demanda local e regional e as estratégias de articulação com a educação profissional técnica de nível médio;
- d) Ministrando educação profissional técnica de nível médio, de forma articulada com o ensino médio, destinada a proporcionar habilitação profissional para os diferentes setores da economia;
- e) Ministrando ensino superior de graduação e de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*, visando à formação de profissionais e especialistas na área tecnológica;
- f) Ofertando educação continuada, por diferentes mecanismos, visando à atualização, ao aperfeiçoamento e à especialização de profissionais na área tecnológica;
- g) Ministrando cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, nas áreas científica e tecnológica;
- h) Realizando pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções tecnológicas de forma criativa e estendendo seus benefícios à comunidade;
- i) Estimular a produção cultural, o empreendedorismo, o desenvolvimento científico e tecnológico e o pensamento reflexivo;
- j) Estimular e apoiar a geração de trabalho e renda, especialmente a partir de processos de autogestão, identificados com os potenciais de desenvolvimento local e regional;
- k) Promover a integração com a comunidade, contribuindo para o seu desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida, mediante ações interativas que concorram para a transferência e aprimoramento dos benefícios e conquistas auferidos na atividade acadêmica e na pesquisa aplicada. (IFG, 2011, p.15).

Todos esses princípios e objetivos fazem parte do conjunto de ações necessárias a fazer da instituição uma escola pública de qualidade e que permita a inclusão e a possibilidade de atender os alunos oriundos da classe trabalhadora. Nesse viés, eles fazem parte dos relatórios de gestão apresentados anualmente pelas diretorias de câmpus à Reitoria, e desta para a Controladoria Geral da União (CGU). Os relacionados acima foram retirados do Relatório de Gestão de 2011.

No que se refere à legislação, às resoluções e regulamentos aprovados ao longo do período de 2011 até 2014, pode-se enumerar:

1. RESOLUÇÃO Nº 28, de 11 de agosto de 2014 - Aprova o Regulamento relativo ao Trabalho de Conclusão de Curso dos cursos de graduação do IFG.
2. RESOLUÇÃO Nº 27, de 11 de agosto de 2014 - Aprova o Regulamento relativo ao Corpo Discente do IFG.
3. RESOLUÇÃO Nº 14, de 02 de junho de 2014 - Aprova o regulamento relativo ao programa de monitoria de ensino do IFG.
4. RESOLUÇÃO Nº 13, de 02 de junho de 2014 - Aprova o regulamento relativo às diretrizes para oferta de cursos de licenciatura no IFG.

5. RESOLUÇÃO Nº 22, de 26 DE DEZEMBRO DE 2011 - Aprova o regulamento acadêmico dos cursos da educação profissional técnica de nível médio integrado ao ensino médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás.

6. RESOLUÇÃO Nº 21, de 26 DE DEZEMBRO DE 2011 - Aprova o regulamento acadêmico dos cursos da educação profissional técnica de nível médio subsequente ao ensino médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás.

7. RESOLUÇÃO Nº 20, de 26 DE DEZEMBRO DE 2011 - Aprova o regulamento das atividades complementares dos cursos técnicos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás.

8. RESOLUÇÃO Nº 19, de 26 DE DEZEMBRO DE 2011 - Aprova o regulamento acadêmico dos cursos de graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás.

9. RESOLUÇÃO Nº 18, de 26 DE DEZEMBRO DE 2011 - Aprova o regulamento do exame de proficiência dos cursos de graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás.

10. RESOLUÇÃO Nº 17, de 26 DE DEZEMBRO DE 2011 - Aprova o regulamento das sessões de colação de grau dos cursos de graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás.

11. RESOLUÇÃO Nº 16, de 26 DE DEZEMBRO DE 2011 - Aprova o regulamento das atividades complementares dos cursos de graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás.

#### **REGULAMENTOS**

Regulamento de Assistência Estudantil do PROEJA - Resolução Nº 30 de 23 de dez. de 2008

Regulamento de Estágio Curricular dos Cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio e do Ensino Superior - Resolução Nº 57 de 17 de nov. de 2014.

Regulamento de Visitas Técnicas do IFG - Resolução Nº 55 de 06 de outubro de 2014

Regulamento que dispõe sobre a Certificação de Conclusão do Ensino Médio e a Declaração Parcial de Proficiência, com base no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) - Resolução Nº 56 de 03 de novembro de 2014. (BRASIL, 2015)

A política das cotas é colocada em todos os câmpus da seguinte forma: atualmente, o Instituto Federal de Goiás reserva 50% (cinquenta por cento) das vagas dos processos seletivos de alunos aos candidatos oriundos de escolas públicas, conforme determina a Lei Federal nº 12.711/2012. Essa lei determina que as vagas reservadas devem ser distribuídas segundo diferentes perfis socioeconômicos, a saber:

- metade das vagas será destinada à concorrência de estudantes com renda familiar bruta *per capita* igual ou inferior a 1,5 (um e meio) salário mínimo por pessoa;
- a outra metade será destinada à concorrência de estudantes sem comprovação de renda;
- e em cada grupo dos perfis socioeconômicos descritos será destinada a proporção de 56,68% das vagas reservadas à concorrência dos estudantes oriundos de escolas públicas que façam parte da população de pretos, pardos ou indígenas. Para tanto, eles deverão autodeclarar sua condição, não sendo necessário qualquer tipo de comprovação. A Figura 14 mostra o resumo dessa distribuição:

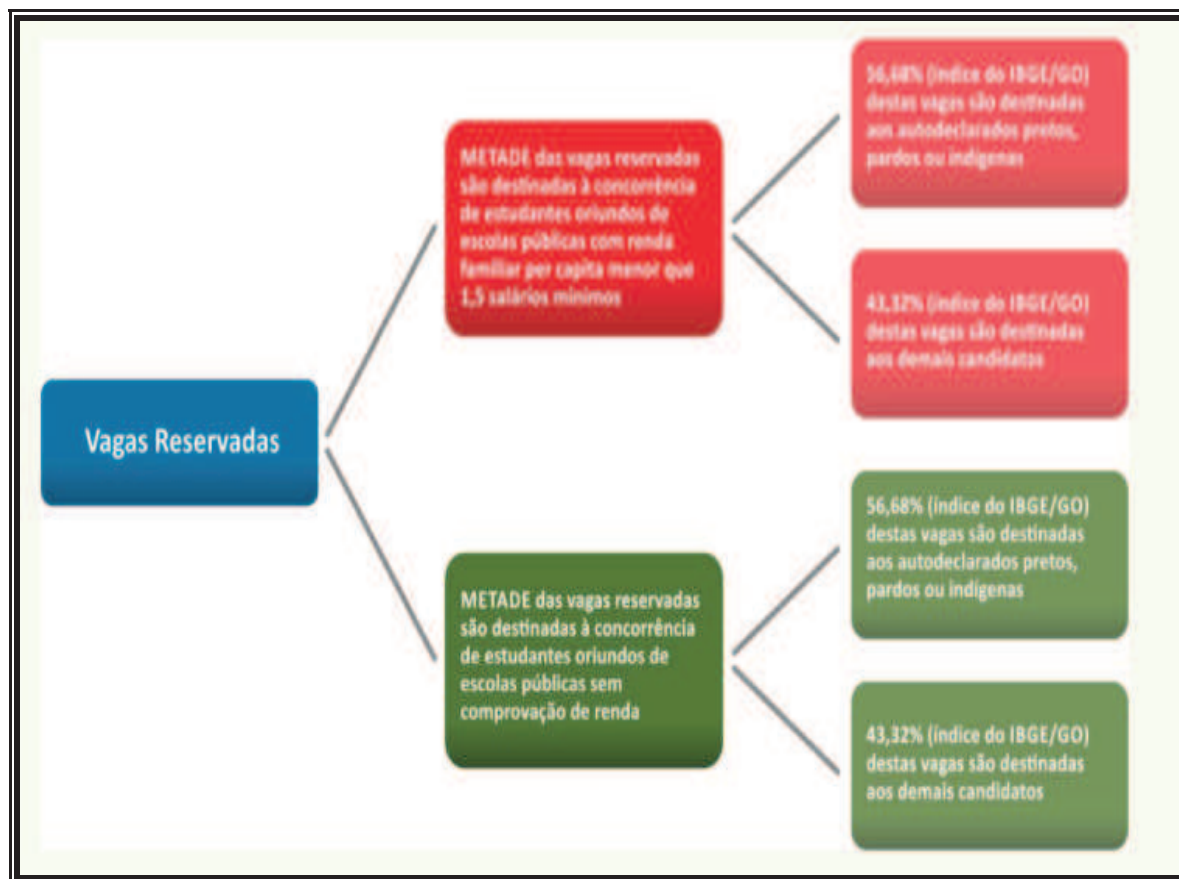


Figura 14 - Distribuição das Vagas no IFG

Fonte:< <http://www.ifg.edu.br/proen/index.php/cotas>.> Acesso em: 18 set. 2015..

Com relação à possibilidade de o candidato concorrer ao universo de vagas reservadas, ele tem de satisfazer algumas condições, a saber:

- Comprovar que cursara todo o ensino fundamental, para o caso dos cursos técnicos integrados, ou todo o ensino médio, para o caso dos cursos superiores ou técnicos subsequentes, em escola pública.
- Para os candidatos que optarem por concorrer às vagas reservadas a estudantes oriundos de escola pública com renda familiar per capita inferior à 1,5 salário-mínimo, deverão comprovar sua condição de renda na forma descrita nos Editais dos processos seletivos. Além de comprovarem ter cursado o nível de ensino anterior em escola pública.
- Para os candidatos que optarem por concorrer nos perfis sócio-econômicos descritos segundo o critério de raça (pretos, pardos ou indígenas) deverão realizar, documentalmente, sua opção de raça. (BRASIL, 2015).

A previsão de ofertas de cursos e metas a serem atingidas dentro do PDI para o Câmpus Goiânia no período 2012-2016 e em consonância com a política de ensino da Reitoria está expressa na tabela de número 67, a seguir:

Tabela 67 - Abertura de cursos regulares (Bacharelado, Licenciatura e Tecnologia)

Curso	Modalidade	Vagas	Turno	Local	Data Prevista
Música	Licenciatura	60	Vespertino	Goiânia	2012/1
Letras	Licenciatura	60	Vespertino	Goiânia	2015/1
Turismo	Bacharelado	30	Noturno	Goiânia	2013/1
Física	Licenciatura	60	Vespertino	Goiânia	2013/1
Eng. Ambiental	Bacharelado	30	Matutino	Goiânia	2013/1
Química	Bacharelado	30	Noturno	Goiânia	2013/1
Eng. Civil	Bacharelado	30	Noturno	Goiânia	2013/1
Eng. Transportes	Bacharelado	30	Matutino	Goiânia	2014/1
Eng. Agrimensura Cartográfica	Bacharelado	30	Matutino	Goiânia	2013/6
Eng. Elétrica	Bacharelado	30	Noturno	Goiânia	2013/1
Sistemas de Informação	Bacharelado	30	Noturno	Goiânia	2013/1
<b>TOTAL</b>		<b>420</b>			

Fonte: < <http://www.ifg.edu.br/index.php/pdii> >

Com relação à abertura de novos cursos da educação profissional técnica de nível médio, prevista para o Câmpus Goiânia no PDI, observam-se os seguintes dados:

Tabela 68 - Oferta de novos cursos na educação profissional técnica de nível médio para o Câmpus Goiânia do IFG.

Curso	Modalidade	Vagas	Turno	Local	Data Prevista
A definir	PROEJA	60	Noturno	Goiânia	2014/1
Transp. Rodoviário	PROEJA	60	Noturno	Goiânia	2013/1
Topografia	PROEJA	60	Noturno	Goiânia	2015/1
Telecomunicações	Integrado	30	Vespertino	Goiânia	2014/1
Informática	PROEJA	60	Matutino	Goiânia	2013/1
<b>TOTAL</b>		<b>270</b>			

Fonte: <<http://www.ifg.edu.br/index.php/pdii>>

Para os cursos técnicos o PDI estabeleceu uma alteração de vagas que pode ser visualizada na Tabela 69, abaixo.

Tabela 69 - Alteração da oferta de vagas dos cursos técnicos no Câmpus Goiânia do IFG.

Curso	Modalidade	Vagas	Novas Vagas	Local	Data Prevista
Mineração	Subsequente	60	30	Goiânia	2013/1
Trânsito	Integrado	30	0	Goiânia	2013
Inform. Internet	Integrado	30	0	Goiânia	2013
Mecânica	Subsequente	60	30	Goiânia	2013/1
Eletrotécnica	Subsequente	60	30	Goiânia	2013/1
<b>TOTAL</b>		<b>240</b>	<b>90</b>		

Fonte: <<http://www.ifg.edu.br/index.php/pdii>>

A programação para a pós-graduação *strictu sensu* refere-se aos mestrados a serem ofertados nas duas modalidades: acadêmica e profissional (ver Tabela 70).

Tabela 70 - Programação de oferta de cursos na pós-graduação *strictu sensu* no Câmpus Goiânia do IFG.

Curso	Modalidade	Vagas	Câmpus	Ano de submissão	Ano de implantação
Tecnologia de Processos Sustentáveis	Mestrado Profissional	15	Goiânia	2011	2012
Educação	Mestrado acadêmico	20	Goiânia	2014	2015
Mecânica	Mestrado acadêmico	20	Goiânia	2015	2016
Telecomunicações	Mestrado Profissional	20	Goiânia	2015	2016
<b>TOTAL</b>		<b>75</b>			

Fonte: <<http://www.ifg.edu.br/index.php/pdii>>

Do ponto de vista organizacional, o Câmpus Goiânia obedece a um organograma administrativo e pedagógico especificado para os câmpus com 4500 alunos, assim estabelecido:

### **1. Órgãos Colegiados:**

- a. Conselho Geral do Câmpus
- b. Colegiado de Áreas Acadêmicas;
- c. Conselho Departamental e
- d. Fórum de Representantes de Turma.

### **2. Direção-Geral:**

- a. Diretor(a)-Geral;
- b. Chefia de Gabinete e
- c. Coordenação de Comunicação Social.

### **3. Gerência de Administração Acadêmica e de Apoio ao Ensino:**

- a. Gerente;
- b. Coordenação de Registros Acadêmicos e Escolares;
- c. Coordenação de Recursos Didáticos, Multimeios e Ambientes de Uso Comum e
- d. Coordenação de Biblioteca.

### **4. Diretoria de Administração:**

- a. Diretor;



- b. Gerência de Administração e Manutenção;
- c. Coordenação de Apoio Administrativo e Manutenção;
- d. Coordenação de Vigilância e Limpeza;
- e. Coordenação de Almoxarifado e Patrimônio;
- f. Coordenação de Gestão Orçamentária Financeira e
- g. Coordenação de Aquisição de Contratos.

## **5. Departamento de Áreas Acadêmicas**

### **Departamento I**

- a. Coordenação Acadêmica I;
- b. Coordenação de Apoio Administrativo I;
- c. Coordenação de Apoio Pedagógico ao Discente I e
- d. Coordenação de Cursos/Áreas.

### **Departamento II**

- a. Coordenação Acadêmica II;
- b. Coordenação de Apoio Administrativo II;
- c. Coordenação de Apoio Pedagógico ao Discente II e
- d. Coordenação de Cursos/Áreas.

### **Departamento III**

- a. Coordenação Acadêmica III;
- b. Coordenação de Apoio Administrativo III;
- c. Coordenação de Apoio Pedagógico ao Discente III;
- d. Coordenação de Cursos/Áreas.

### **Departamento IV**

- a. Coordenação Acadêmica IV;
- b. Coordenação de Apoio Administrativo IV;
- c. Coordenação de Apoio Pedagógico ao Discente IV e
- d. Coordenação de Cursos/Áreas.

## **6. Gerência de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão**

- a. Gerente;
- b. Coordenação Interação Escola-Empresa;

- c. Coordenação de Assistência Estudantil;
- d. Coordenação de Pesquisa e Inovação;
- e. Coordenação de Eventos e
- f. Coordenação de Secretaria Pós-Graduação.

#### **7. Coordenação de Recursos Humanos e Assistência ao Servidor**

- a. Coordenador;
- b. Coordenador de RHAS.

#### **8. Coordenação de Administração da Tecnologia da Informação**

- a. Coordenador

Para uma melhor compreensão da estrutura do núcleo acadêmico do Câmpus Goiânia, cabe apresentar os quatro (4) departamentos que atualmente o compõem e estão assim constituídos:

#### **Departamento de áreas Acadêmicas I**

Chefe: Felipe Ferreira Valoz Júnior

Coordenadora Acadêmica: Marilena Menezes Bandeira Neiva

Coordenador Administrativo: Wagner Ferreira Adorno

Psicóloga: Maraiza Oliveira.

Coordenador de Artes: Lídia Lobato Leal

Coordenadora de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias: Rosângela Medeiros da Luz

Coordenador de Ciências Humanas e Filosofia: Roni Ederson Krause de Oliveira

Coordenador de Educação Física: Marcelo Costa de Paula

Coordenadora do curso de Licenciatura em História: Sônia Aparecida Lobo

Coordenadora do curso de Licenciatura em Letras: Micheline Lage

Coordenadora do curso de Licenciatura em Música: Rosana Araújo Rodrigues

Coordenadora do curso de Bacharelado em Turismo: Regina Maria J. C. de Castro

Coordenador do curso técnico em Instrumento Musical: Ronan Gil de Moraes

Coordenador do curso técnico em Cozinha - EJA: Gleice Alves de Sousa.

#### **Departamento de áreas Acadêmicas II**

Chefe: Edson Roberto Rodrigues Sales

Coordenador Acadêmico: Iversen Fernandez Malentachi

Coordenador Administrativo: Marilene dos Santos

Psicóloga: Larissa Goulart Rodrigues

Coordenadora do Bacharelado em Química: Alessandra Rodrigues Duarte

Coordenadora do Bacharelado em Engenharia Ambiental: Oyana R. dos Santos

Coordenador de Licenciatura em Ciências Matemáticas: Iran Martins do Carmo

Coordenador de Licenciatura em Biologia: Ronney Fernandes Chagas

Coordenador de Licenciatura em Física: Orlei Luiz dos Santos

Coordenadora do curso técnico integrado de Mineração: Dulcinéia de Castro Santana

Coordenador do curso técnico integrado de Controle Ambiental: Jadson de Araújo Pires

### **Departamento de áreas Acadêmicas III**

Chefe: Jussanã Milograna

Coordenador Acadêmico: Fábio Campos Macedo

Coordenador Administrativo: Marta Helena de Moraes

Psicóloga: Júlia Andrès Rossi

Coordenador do Bacharelado em Engenharia Cartográfica e de Agrimensura: Domingos Sávio de Queiroz

Coordenador do Bacharelado em Engenharia Civil: João Carlos de Oliveira

Coordenador do Bacharelado em Engenharia de Transportes: Roberto Carlos V. de Sousa

Coordenador do curso técnico em Transporte Rodoviário - EJA: Beatriz Carneiro Carvalho Salles

Coordenador do curso técnico integrado em Edificações: Douglas P. da Silva Pitaluga

### **Departamento de áreas Acadêmicas IV**

Chefe: Hipólito Barbosa Machado Filho

Coordenador Acadêmico: Eliézer Marques de Faria

Coordenador Administrativo: Marina Gomes Cristino

Psicóloga: Cíntia Campos Ferreira

Coordenador do Bacharelado em Sistemas de Informação: Carlos Augusto da S. Cabral

Coordenador do Bacharelado em Engenharia Mecânica: Eider Lúcio de Oliveira

Coordenador do Bacharelado em Engenharia Elétrica: Édio Cardoso Paiva

Coordenador do Bacharelado em Engenharia de Controle e Automação: Tauler Teixeira Borges

Coordenador do curso técnico integrado em Mecânica: Paulo Rosa da Mota

Coordenador do curso técnico integrado em Eletrotécnica e subsequente em Eletrotécnica:  
Edni Nunes de Oliveira

Coordenador do curso técnico integrado em Eletrônica e Telecomunicações: Sérgio Renato Xavier Bitencurt

Coordenador do curso técnico em Informática – Educação de Jovens e Adultos – EJA:  
Mônica Graziella de Paolis Bartholo

Atualmente essa estrutura é tutelada pelo diretor Alexandre Silva Duarte, eleito nas bases do regimento do processo eleitoral para um mandato de quatro anos (2013-2017), segundo o que estabelece a lei para os Institutos Federais.

O Câmpus Goiânia do IFG, como já abordado anteriormente, constitui-se baluarte dessa instituição que, com o projeto de expansão, cresceu de forma significativa na gestão do reitor Paulo César Pereira até se constituir num complexo que abarca 14 câmpus. É uma estrutura que consegue formar muitos jovens e adultos para que possam ter uma melhoria em suas vidas pessoais e profissionais, um salto de crescimento e qualidade.

Durante a mudança de CEFET-GO para Câmpus Goiânia do IFG tive a oportunidade de estar à frente da instituição como Diretor da Sede (CEFET-GO) e depois como Diretor do Câmpus Goiânia (IFG); pude, assim, ter uma visão privilegiada dessa transição. Enquanto CEFET-GO, lutávamos para que o reconhecimento atingisse o nível que tivera a Escola Técnica Federal de Goiás, como instituição pública de nível médio, ainda que trôpegos em nossas inseguranças e deficiências pedagógicas diante desse desafio de dar consistência e identidade, tanto para os cursos de tecnologia quanto para a própria Escola em sua missão de ensinar e em seus objetivos educacionais. Durante um longo período vivemos à sombra da Escola Técnica Federal de Goiás, que se tornara um gigante fenomenal quando comparada ao novo CEFET-GO. Recomendar o CEFET-GO em qualquer situação imposta pelas vicissitudes da vida implicava ouvir uma frase que já passara a fazer parte do nosso cotidiano: *Aahhh! Você está falando da Escola Técnica? Perto do Mutirama?* – essa era uma realidade que queríamos mudar.

Estávamos nessa luta e, como foi citado, o nosso Diretor Geral Paulo César Pereira, como presidente do Concefet, travava amplos debates junto ao Ministério e no meio político em Brasília com o escopo de mudar a instituição para IFG. A argumentação era o que já tínhamos ouvido e estávamos conscientes: melhoria dos investimentos federais na própria instituição, autonomia e flexibilização do ensino. Há que se considerar que realmente foi um marco histórico e uma mudança de grande monta, sob a visão pedagógica e institucional. Poderíamos ministrar os cursos superiores em qualquer modalidade sem abrir mão do ensino técnico de nível médio e profissionalizante que durante muitos anos (e quase meus 35 anos de instituição) fez uma transformação na vida de muitos jovens e adultos. A verticalização tão propalada e a interdisciplinaridade seriam contempladas... mas nós sabíamos bem o que cada uma dessas coisas representavam?

Enquanto CEFET-GO, tivemos de abrir mais vagas e isso gerou uma mudança de nível físico e estrutural bem significativa e com recursos que ainda eram escassos. Para o novo desenho do IFG inicialmente vieram recursos (não muitos, mas vieram) e eles permitiram muitas modificações e adaptações que se fizeram necessárias para a nova roupagem da instituição. Do ponto de vista acadêmico e pedagógico, o novo design foi muito bem aceito pela comunidade docente, até porque havia a promessa de estabelecimento de um plano para a carreira docente e, nesse sentido, estaríamos na condição de professores de terceiro grau.

Com o aumento da oferta de vagas, houve necessidade de contratações e o Câmpus Goiânia, juntamente com os câmpus em implantação, cresceram fisicamente e em número de profissionais necessários à gestão. Lamentavelmente o Câmpus Goiânia, apesar de privilegiado por sua localização, pagava um ônus físico por ser tão bem localizado. Não podia crescer porque se encontrava horizontalmente engessado, sem condições de ter a sua estrutura física ampliada. A única saída seria o lançamento das novas construções no espaço existente e já bastante concorrido por elas mesmas – existia uma densidade grande de construções internas e isso seria ainda maior com as novas. Alguns espaços foram readequados, como por exemplo o da estrutura administrativa, que se concentrou no antigo prédio do qual fazia parte a Reitoria, até que pudesse ter a sua própria localização. A estrutura física da antiga diretoria foi convertida em salas de aula e de orientação para o Mestrado Institucional. De forma semelhante, outros condicionamentos foram realizados para que fosse possível abrigar o novo perfil do IFG, notadamente do Câmpus Goiânia.

Houve incentivo para a aquisição de novos ônibus destinados a visitas técnicas, novos veículos utilizados na gestão administrativa e pedagógica, bem como novas aquisições de móveis, equipamentos e recursos de mídias necessários ao funcionamento dos novos cursos e dos já existentes. Estávamos crescendo em todos os níveis e isso era um fator preponderante nas ações técnico-administrativas e pedagógicas da instituição. Era preciso crescer acreditando nesse crescimento.

Ao analisar essa trajetória e buscando vislumbrar grandes mudanças que poderiam ter realmente dado ao Câmpus Goiânia uma nova identidade, parece que me perco no meio dos nomes e das épocas e acabo não identificando uma transformação consistente e que realmente tenha feito uma grande metamorfose em nossa instituição. Percebo que para muitos fui um diretor retrógrado, porque não permiti que implantasse o curso técnico integrado em tempo integral (que fora implantado nos outros câmpus por uma solicitação da Reitoria), por achar que esse era o melhor viés educacional. Não permiti e busquei o aval dos colegas do câmpus (no que tive amplo apoio), por considerar que essa modalidade de ensino necessitava de uma

estrutura melhor e maior, como por exemplo um espaço para restaurantes, salas de estudos para os alunos, bem como um local para convivência. Fizemos uma audiência pública e optamos pela não implantação até que essas estruturas fossem concretizadas. Acredito ter sido esse o melhor caminho, aquele que poderia minimizar os problemas e os percalços da mudança.

As mudanças têm de ser muito bem estudadas e tem de ser feita uma projeção para que, no futuro, possam ser reavaliadas. Um exemplo foi a implantação dos cursos técnicos integrados com duração de quatro anos dentro da instituição. Fomos votos vencidos porque defendemos o de três anos de duração, juntamente com outros colegas. Vimos que muitos ex-diretores consideravam a escola elitista e um curso técnico integrado de quatro anos impediria ou dificultaria muito a permanência do aluno trabalhador por um período tão longo, ou então ocorreria o pior: a frequência por alunos não interessados no curso técnico profissionalizante, e sim na universidade, e que não esperariam os quatro anos para concluí-lo; isso porque fariam simultaneamente o ensino médio propedêutico em outra instituição e, ao terminá-lo, iriam para a universidade, abandonando o último ano no câmpus do Instituto. O resultado seria a presença de turmas do último ano com pouquíssimos alunos, em virtude da evasão dos colegas aprovados nas universidades.

Com relação às licenciaturas e aos bacharelados, penso como o professor Ítalo de Lima Machado (ex-diretor do CEFET-GO), que afirmou na sua entrevista: “temos que ser uma instituição tecnológica e não uma Universidade Federal dois- UFG2” (MACHADO, 2015). Não defendo, como ele, a Universidade Tecnológica, apesar de achar que os argumentos do professor são bem convincentes e pertinentes. Sou tendencioso a achar que, respeitando as origens de Escola de Aprendizes e Artífices e todo o percurso até agora, temos de valorizar as ciências aplicadas na linha da tecnologia e não nos distanciar desse eixo, porque assim como ele foi no passado a alavanca que moveu todo o ensino técnico profissionalizante, hão de ser também o recurso necessário para fazer a inserção dos Institutos no mundo da educação profissionalizante de qualidade, reconhecidamente em qualquer contexto mundial.

O Câmpus Goiânia do IFG fez 105 anos em 2015 e é o pioneiro na história da Instituição, haja vista que sua história se remete à cidade de Goiás (antiga Vila Boa), onde foi oficialmente instituído com o nome Escola de Aprendizes Artífices. O Câmpus Goiânia teve o seu prédio tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) quando tinha a denominação de Escola Técnica Federal de Goiás, em 2002, como um bem isolado e edifício público que compõe o acervo arquitetônico e urbanístico Art Déco da cidade de Goiânia. Esse tombamento incluiu toda a quadra 118, entre as ruas 75, 66, 79 e 62 do setor Central, constituindo o perímetro institucional que protege outros espaços que



conjuntamente foram tombados, como: o pórtico; o pavilhão com as salas de aula do bloco 100, voltado para a rua 75; o Teatro do IFG; e o pavilhão com as salas do bloco 200. Importa referir que o tombamento não estagna o antigo diante do novo, mas mantém e preserva os valores culturais e históricos como um bem patrimonial nacional. (Ver fotos de 7 a 10).

Foto 7 - Vista aérea do Câmpus Goiânia do IFG



Fonte: Comunicação Social do Câmpus Goiânia

Foto 8 - Teatro e Pórtico do Câmpus Goiânia do IFG (1942)



Fonte: Comunicação Social do Câmpus Goiânia -IFG



Foto 9 - Bloco 100 e 200 do Câmpus Goiânia do IFG



Fonte: Comunicação Social do Câmpus Goiânia

Foto 10 - Pórtico do Câmpus Goiânia do IFG



Fonte: Comunicação Social do Câmpus Goiânia

O Câmpus Goiânia do IFG tem hoje um problema muito sério com relação à sua expansão física, em virtude de se localizar no setor central da cidade, onde há uma densidade de construções muito significativa. Haveria necessidade de uma desapropriação muito grande das residências e/ou do Corpo de Bombeiros que ali se localizam para criar a possibilidade de ganho de espaço físico. A outra opção seria crescer no sentido vertical, considerando os pavilhões construídos.

O Câmpus Goiânia do IFG conta hoje com uma estrutura física que compreende:

- Área construída: 32.780,43 m<sup>2</sup>
- Salas de aula: 76
- Salas administrativas: 45
- Salas para professores: 5
- Salas para atendimento de alunos: 3
- 56 laboratórios
- 18 salas de informática
- 01 Ginásio Poliesportivo
- 01 Biblioteca
- 01 Teatro com capacidade para 226 pessoas
- 01 Cinemateca com capacidade para 80 pessoas
- 03 Miniauditórios
- 01 Miniginásio
- 01 Sala de Ginástica
- 01 Laboratório Gastronômico
- Salas para atendimento médico, odontológico e psicológico dos alunos

O Câmpus Goiânia do IFG oferece cursos nos três níveis de ensino, a saber:

a) Pós-Graduação:

- Especialização em Matemática
- Especialização em Políticas e Gestão da Educação Profissional e Tecnológica
- Mestrado profissional em Tecnologia de Processos Sustentáveis

b) Superiores:

- b.1) Bacharelados em: - Engenharia Ambiental

- Engenharia Cartográfica e de Agrimensura
- Engenharia Civil
- Engenharia de Controle e Automação
- Engenharia Elétrica
- Engenharia Mecânica
- Engenharia de Transportes
- Química
- Turismo
- Sistemas de Informação

- b.2) Licenciaturas em:
- Física
  - História
  - Letras – Língua Portuguesa
  - Matemática
  - Música

- b.3) Tecnológicos\* em:
- Agrimensura
  - Construção de Edifícios
  - Estradas
  - Geoprocessamento
  - Gestão em Turismo
  - Hotelaria
  - Processos Químicos
  - Redes de Telecomunicações
  - Saneamento Ambiental
  - Transporte Terrestre.

\* Todos os cursos Tecnológicos não foram ofertados em 2014 e serão extintos

c) Técnicos:

- c.1) Integrados em:
- Instrumento Musical
  - Edificações
  - Eletrônica
  - Eletrotécnica
  - Informática para Internet \*

- Controle Ambiental
- Mineração
- Trânsito\*
- Telecomunicações

\* Cursos que deixaram de ser oferecidos em 2013

- c.2) Subsequentes em:
- Eletrotécnica
  - Mecânica
  - Mineração

- c.3) EJA em:
- Cozinha
  - Transporte Rodoviário
  - Informática

### 3.3.1 Alunos dentro do Câmpus Goiânia do IFG

Foi aplicado um questionário socioeconômico para levantar o perfil dos alunos do Câmpus Goiânia (Ver Apêndice A), considerando os cursos técnicos integrados - que sempre foram a referência da instituição, mais fortemente na transferência para Goiânia em 1942 - e tomando como base os últimos anos do processo seletivo desses cursos. A partir de 2010 há alguns aspectos relevantes que podem ser observados, começando pela média de idade dos alunos ingressantes, registrada na Tabela 71, abaixo.

Tabela 71 - Média de idade dos alunos ingressantes nos cursos técnicos integrados do Câmpus Goiânia do IFG no período de 2010 a 2014

Média da idade dos alunos ingressantes no campus de Goiânia	2010	2012	2013	2014
Instrumentos Musicais	19,83	19,50	16,77	15,83
Edificações	19,92	18,00	17,03	16,20
Eletrônica	19,39	17,96	16,76	15,70
Eletrotécnica	19,69	17,96	16,97	16,00
Mineração	19,76	18,81	17,66	15,90
Trânsito	20,34	18,00	*	*
Controle Ambiental	21,04	18,00	16,96	15,97
Informática para Internet	19,54	17,64	*	*
Telecomunicações	-	-	-	15,97

\* Não houve processo seletivo para esses cursos.

Fonte: GTI – Câmpus Goiânia

Outros aspectos foram computados conforme questionário socioeconômico aplicado aos alunos ingressantes (Ver Apêndice C) a partir do processo seletivo de 2010 e estão apresentados nas tabelas de número 72 a 75.

Tabela 72 - Perfil dos alunos ingressantes no curso técnico de nível médio integrado ao ensino médio em 2010 no Câmpus Goiânia do IFG

Quesitos	Porcentagem (%)				
	1.Estado civil	S – 100	-	-	-
2.Religião	C – 48,5	E – 6,67	EV – 30,10	O – 5,00	NR – 9,70
3.Região de origem	CO – 57,2	S – 1,80	SE – 1,70	N – 2,20	NE – 2,20
4.Escolaridade	EF – 91,20	EMi – 13,90	-	-	-
5.Tipo de escola	EP – 25	EPRI – 24,90	-	-	-
6.Turno	D – 62,30	N – 3,90	-	-	-
7.Processo seletivo – Qde.	1V – 88	-	-	-	-
8Curso preparatório	<1S – 7,50	1S – 4,70	1A – 11,40	-	-
9.Trabalho e salário	SR – 96,60	CA – 2,00	SP – 0,90	-	-
10.Trabalhar durante o curso	NQT – 69,60	-	-	-	-
11.Composição da família	1.2P – 6,40	3.4P – 61,60	5.6P – 27,10	7.10P – 4,80	-
12.Renda mensal familiar	<1SM – 11	1.3SM – 40,36	3.6SM – 30,73	7.10SM – 9,6	>10SM – 8,2
13.Habitação	CP – 55,60	A – 20,70	C – 6,25	F – 11,70	-
14.Meio de transporte p/ Escola	OU – 49,20	OI – 1,30	A Pé.B – 26	C.M – 23,50	-
15.Etnia	B – 40,50	P – 42	N – 6,30	A – 6,40	-
LEGENDA					
1.Estado civil	S = Solteiro C=casado				
2.Religião	C=católica E=espírita Ev=evangélica O=outras NR = não professam nenhuma				
3.Região de origem	CO=Centro Oeste S= Sul SE=Sudeste N=Norte NE=Nordeste				
4.Escolaridade	EF=Ensino Fundamental EMi=Ensino médio incompleto				
5.Tipo de escola	EP= escola pública EPRI=escola privada				
6.Turno	D = Diurno N = Noturno				
7.Processo seletivo – Qde.	1V = uma vez				
8.Curso preparatório	<1S = menos de 1 semestre 1S = 1 semestre 1A= 1 ano				
9.Trabalho e salário	SR=sem remuneração CA=carteira assinada SP=servidor público				
10.Trabalhar durante o curso	NQT=não quer trabalhar durante o curso				
11.Composição da família	1.2P =1 a 2 pessoas 3.4P=3 a 4 pessoas 5.6P= 5 a 6 pessoas 7.10= 7 a 10 pessoas				
12.Renda mensal familiar	<1SM=menor que 1salário mínimo 1.3SM= 1 a 3 salários mínimos 3.6SM= 3 a 6 salários mínimos 7.10SM = 7 a 10 salários mínimos >10SM= maior que 10 salários mínimos				
13.Habitação	CP=casa própria A= alugada C=cedida e não paga aluguel F=financiada				
14.Meio de transporte p/ Escola	OU=ônibus urbano OI=ônibus interurbano A Pé.B= a pé ou de bicicleta CM=carro/moto próprio				
15.Etnia	B=branco P=pardo N=negro A=amarelo I=indígena				

Fonte: GTI – Câmpus Goiânia

Tabela 73 - Perfil dos alunos ingressantes no curso técnico de nível médio integrado ao ensino médio em 2012 no Câmpus Goiânia do IFG

Quesitos	Porcentagem (%)				
1.Estado civil	S – 100	-	-	-	-
2.Religião	C – 44,60	E – 6,30	EV – 33,10	O – 6,60	NR – 9,10
3.Região de origem	CO – 87,9	-	SE – 4,60	N – 5,50	NE – 1,94
4.Escolaridade	EF – 70	EMi – 17,60	EMc – 3,60	--	-
5.Tipo de escola	EP – 35,80	EPRI – 26,40	-	-	-
6.Turno	D – 86,70	N – 0,50	-	-	-
7.Processo seletivo – Qde.	1V – 87,50	-	-	-	-
8Curso preparatório	<1S – 4,30	1S – 8,70	1A – 14,90	-	-
9.Trabalho e salário	SR – 96,90	CA – 2,00	-	-	-
10.Trabalhar durante o curso	NQT – 36,30	TE – 33,70	UAC – 7	DTC – 17,40	-
11.Composição da família	1.2P – 4,80	3.4P – 69,70	5.6P – 23,80	7.10P – 1,70	-
12.Renda mensal familiar	<1SM – 1	1.3SM – 55	3.6SM – 29,50	7.10SM – 8,5	>10SM – 5,90
13.Habitação	CP – 62,80	A – 18,90	C – 10,30	F – 6,80	-
14.Meio de transporte p/ Escola	OU – 55	OI – 2	A pé.B – 23,50	C.M – 19,40	-
15.Etnia	B – 50	P – 34,80	N – 9,30	A – 5,50	I – 0,45
<b>LEGENDA</b>					
1.Estado civil	S = Solteiro C=casado				
2.Religião	C=católica E=espírita Ev=evangélica O=outras NR = não professam nenhuma				
3.Região de origem	CO=Centro Oeste S= Sul SE=Sudeste N=Norte NE=Nordeste				
4.Escolaridade	EF=Ensino Fundamental EMi=Ensino médio incompleto EMc=Ensino médio completo				
5.Tipo de escola	EP= escola pública EPRI=escola privada				
6.Turno	D = Diurno N = Noturno				
7.Processo seletivo – Qde.	1V = uma vez				
8.Curso preparatório	<1S = menos de 1 semestre 1S = 1 semestre 1A= 1 ano				
9.Trabalho e salário	SR=sem remuneração CA=carteira assinada SP=servidor público				
10.Trabalhar durante o curso	NQT=não quer trabalhar durante o curso TE=Trabalhar só no estágio UAC=trabhar só nos últimos anos do curso DTC=desde o primeiro ano do curso				
11.Composição da família	1.2P =1 a 2 pessoas 3.4P=3 a 4 pessoas 5.6P= 5 a 6 pessoas 7.10= 7 a 10 pessoas				
12.Renda mensal familiar	<1SM=menor que 1salário mínimo 1.3SM= 1 a 3 salários mínimos 3.6SM= 3 a 6 salários mínimos 7.10SM = 7 a 10 salários mínimos >10SM= maior que 10 salários mínimos				
13.Habitação	CP=casa própria A= alugada C=cedida e não paga aluguel F=financiada				
14.Meio de transporte p/ Escola	OU=ônibus urbano OI=ônibus interurbano A Pé.B= a pé ou de bicicleta CM=carro/moto próprio				
15.Etnia	B=branco P=pardo N=negro A=amarelo I=indígena				

Fonte: GTI – Câmpus Goiânia

Tabela 74 - Perfil dos alunos ingressantes no curso técnico de nível médio integrado ao ensino médio em 2013 no Câmpus Goiânia do IFG

Quesitos	Porcentagem (%)				
1.Estado civil	S – 99	C-1	-	-	-
2.Religião	C – 39,20	E – 4	EV – 38,80	O – 6,30	NR – 11,50
3.Região de origem	CO – 90	-	SE – 2,80	N – 2,90	NE – 3,40
4.Escolaridade	EF – 90	EMi – 8,60	EMc – 0,60	--	-
5.Tipo de escola	EP – 49,70	EPRI – 22,90	-	-	-
6.Turno	D – 82,90	N – 0,50	-	-	-
7.Processo seletivo – Qde.	1V – 86,10	-	-	-	-
8Curso preparatório	<1S – 6,30	1S – 7,40	1A – 9,70	-	-
9.Trabalho e salário	SR – 94,30	CA – 5,10	-	-	-
10.Trabalhar durante o curso	NQT – 86	TE – 10,70	DTC – 2,20	-	-
11.Composição da família	1.2P – 6,90	3.4P – 57,80	5.6P – 34,20	7.10P – 0,60	-
12.Renda mensal familiar	<1SM – 1,70	1.3SM – 52,70	3.6SM – 29,70	7.10SM – 9,7	>10SM – 6,30
13.Habitação	CP – 62	A – 18,90	C – 10,20	F – 6,40	-
14.Meio de transporte p/ Escola	OU – 51,50	OI – 0,60	A Pé.B – 28,60	C.M – 18,70	-
15.Etnia	B – 37,60	P – 47,70	N – 11,50	A – 1,70	-
LEGENDA					
1.Estado civil	S = Solteiro		C=Casado		
2.Religião	C=católica E=espírita Ev=evangélica O=outras NR = não professam nenhuma				
3.Região de origem	CO=Centro Oeste S= Sul SE=Sudeste N=Norte NE=Nordeste				
4.Escolaridade	EF=Ensino Fundamental EMI=Ensino médio incompleto EMc=Ensino médio completo				
5.Tipo de escola	EP= escola pública EPRI=escola privada				
6.Turno	D = Diurno N = Noturno				
7.Processo seletivo – Qde.	1V = uma vez				
8.Curso preparatório	<1S = menos de 1 semestre 1S = 1 semestre 1A= 1 ano				
9.Trabalho e salário	SR=sem remuneração CA=carteira assinada SP=servidor público				
10.Trabalhar durante o curso	NQT=não quer trabalhar durante o curso nos últimos anos do curso		TE=Trabalhar só no estágio		UAC=trabhar só desde o primeiro ano do curso
11.Composição da família	1.2P =1 a 2 pessoas 3.4P=3 a 4 pessoas 5.6P= 5 a 6 pessoas 7.10= 7 a 10 pessoas				
12.Renda mensal familiar	<1SM=menor que 1salário mínimo 1.3SM= 1 a 3 salários mínimos 3.6SM= 3 a 6 salários mínimos 7.10SM = 7 a 10 salários mínimos >10SM= maior que 10 salários mínimos				
13.Habitação	CP=casa própria A= alugada C=cedida e não paga aluguel F=financiada				
14.Meio de transporte p/ Escola	OU=ônibus urbano OI=ônibus interurbano A Pé.B= a pé ou de bicicleta CM=carro/moto próprio				
15.Etnia	B=branco P=pardo N=negro A=amarelo I=indígena				

Fonte: GTI – Câmpus Goiânia



Tabela 75 - Perfil dos alunos ingressantes no curso técnico de nível médio integrado ao ensino médio em 2014 no Câmpus Goiânia do IFG

Quesitos	Porcentagem (%)				
	S – 100	-	-	-	-
1.Estado civil	S – 100	-	-	-	-
2.Religião	C – 38,10	E – 4,80	EV – 34,30	O – 5,70	NR – 17,20
3.Região de origem	CO – 86,70	-	SE – 4,30	N – 5,70	NE – 3,40
4.Escolaridade	EF – 86,70	EMi – 12,90	-	--	-
5.Tipo de escola	EP – 56,20	EPRI – 17,60	-	-	-
6.Turno	D – 81	N – 0,50	-	-	-
7.Processo seletivo – Qde.	1V – 86,10	-	-	-	-
8Curso preparatório	<1S – 9	1S – 5,20	1A – 13,30	-	-
9.Trabalho e salário	SR – 47,60	CA – 1,90	-	-	-
10.Trabalhar durante o curso	NQT – 39,50	TE – 40	UAC – 8,10	DTC – 13,30	-
11.Composição da família	1.2P – 4,30	3.4P – 62,40	5.6P – 29,50	7.10P – 3,30	-
12.Renda mensal familiar	<1SM – 3,30	1.3SM – 55,2	3.6SM – 29	7.10SM – 7,1	>10SM – 5,20
13.Habitação	CP – 57,10	A – 19	C – 4,800	F – 8,60	-
14.Meio de transporte p/ Escola	OU – 41,40	OI – 2,40	A Pé.B – 34,80	C.M – 21,40	-
15.Etnia	B – 42,90	P – 43,80	N – 11,40	A – 1	-

**LEGENDA**

1.Estado civil	S = Solteiro	C=casado			
2.Religião	C=católica	E=espírita	Ev=evangélica	O=outras	NR = não professam nenhuma
3.Região de origem	CO=centro oeste	S= Sul	SE=sudeste	N=norte	NE=nordeste
4.Escolaridade	EF=Ensino Fundamental	EMi=Ensino médio incompleto	EMC=Ensino médio completo		
5.Tipo de escola	EP= escola pública	EPRI=Escola privada			
6.Turno	D = Diurno N = Noturno				
7.Processo seletivo – Qde.	1V = uma vez				
8.Curso preparatório	<1S = menos de 1 semestre	1S = 1 semestre	1A = 1 ano		
9.Trabalho e salário	SR=sem remuneração	CA=carteira assinada	SP=servidor público		
10.Trabalhar durante o curso	NQT=não quer trabalhar durante o curso nos últimos anos do curso		TE=Trabalhar só no estágio	UAC=trabllhar só desde o primeiro ano do curso	
11.Composição da família	1.2P = 1 a 2 pessoas	3.4P=3 a 4 pessoas	5.6P= 5 a 6 pessoas	7.10= 7 a 10 pessoas	
12.Renda mensal familiar	<1SM=menor que 1salário mínimo	1.3SM= 1 a 3 salários mínimos	3.6SM= 3 a 6 salários mínimos		
	7.10SM = 7 a 10 salários mínimos	>10SM= maior que 10 salários mínimos			
13.Habitação	CP=casa própria	A= alugada	C=cedida e não paga aluguel	F=financiada	
14.Meio de transporte p/ Escola	OU=ônibus urbano	OI=ônibus interurbano	A Pé.B= a pé ou de bicicleta		
	CM=carro/moto próprio				
15.Etnia	B=branco	P=pardo	N=negro	A=amarelo	I=indígena

Fonte: GTI – Câmpus Goiânia

No ano de 2013 ocorreu a implantação dos cursos de bacharelado e houve processo seletivo somente para seis cursos técnicos integrados, a saber: Instrumentos Musicais, Edificações, Eletrônica, Eletrotécnica, Mineração e Controle Ambiental. O perfil resultante está listado abaixo.

No ano de 2014 foi implantado o curso técnico integrado de Telecomunicações, de modo que o Câmpus Goiânia passou a contar com sete (7) cursos técnicos integrados e com um desenho pautado por características que permitem uma reflexão do papel da instituição. Por exemplo, do ano 2010 até o ano de 2014 a renda familiar dos alunos ingressantes cujo

valor era menor do que um salário mínimo variou de 11% (em 2010) para 3,30% em 2014. Isso significa que muitos alunos pobres não puderam ou não tiveram acesso aos cursos do IFG nesse intervalo (Ver tabelas 72 a 75).

Contudo, o que é mais relevante a ser considerado e que pode ser visualizado nas tabelas mencionadas, é o fato de que os alunos ingressantes oriundos de famílias com renda:

- de 1 a 3 salários mínimos cresceram de 40,36% (em 2010) para um valor estável em torno de 50% nos anos consecutivos;
- > 3 a 6 salários mínimos estacionaram em torno de 30%;
- de 7 a 10 salários mínimos tiveram um valor médio de 8,7% e
- > 10 salários mínimos mantiveram uma média de 6,4%.

Se considerarmos a Tabela 76, cujos dados foram emitidos pelo governo federal via Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), sob critérios/níveis de renda que seriam adotados em 2014, pode-se concluir que o Instituto Federal, no que se refere aos alunos dos cursos técnicos integrados ao ensino médio, foi inteiramente dominada pela classe média.

Tabela 76 - Classificação da população brasileira por grupos de renda

Classificação do governo (SAE)			Novo critério a ser adotado pela Abep em 2014	
Grupo	Renda per capita	Renda familiar	Grupo	Renda média familiar
Extremamente pobre	Até R\$ 81	Até R\$ 324	1	R\$ 854
Pobre, mas não extremamente pobre	Até R\$ 162	Até R\$ 648	2	R\$ 1.113
Vulnerável	Até R\$ 291	Até R\$ 1.164	3	R\$ 1.484
Baixa classe média	Até R\$ 441	Até R\$ 1.764	4	R\$ 2.674
Média classe média	Até R\$ 641	Até R\$ 2.564	5	R\$ 4.681
Alta classe média	Até R\$ 1.019	Até R\$ 4.076	6	R\$ 9.897
Baixa classe alta	Até R\$ 2.480	Até R\$ 9.920	7	R\$ 17.434
Alta classe alta	Acima de R\$ 2.480	Acima de R\$ 9.920	-	-

Fonte: <<http://www.sae.gov.br/imprensa/noticia/destaque/assuntos-estrategicos-social-e-renda-a-classe-media-brasileira/>>. Acesso em: 20 dez. 2015

### 3.4 O Instituto Federal de Goiás no Período de 2009-2014

O Instituto Federal de Goiás efetivou a sua implantação em 2009, uma vez que a Lei nº11.892 foi sancionada nos últimos dias de 2008 (29 de dezembro). As atividades iniciais primaram pelo cumprimento do Organograma Institucional proposto pela referida lei, pela adequação provisória da Reitoria dentro do Câmpus Goiânia, pela elaboração do PDI, pela

padronização das logomarcas oficiais e, principalmente, pela organização da fase de transição de CEFET-GO para IFG, numa diretriz que incorporava o espaço físico e os recursos humanos, mas necessitava de uma definição pedagógica a longo prazo, com definição dos cursos a ser implantados e dos que poderiam ser extintos, bem como planejamento e previsão de contratação de servidores docentes e técnicos-administrativos que poderiam impactar na adoção dessas medidas.

Durante todo esse processo, o Câmpus Goiânia do IFG se manteve como a estrutura maior da nova instituição, inclusive como suporte em todos os níveis para fomentar e permitir a implantação dos novos câmpus que fariam parte de seu complexo institucional; e mais: auxiliou a implantação do conjunto de Escolas Técnicas Federais de Brasília (criada pela Lei nº 11.534 de 25 de outubro de 2007). Naquela época, ainda como CEFET-GO, recebeu por meio da Portaria Normativa/MEC nº. 28, de 13 de julho de 2007, e publicada no DOU de 16 de julho de 2007 a responsabilidade de adotar as ações e iniciativas necessárias à implantação da ETFB (Escola Técnica Federal de Brasília). Essa implantação foi executada, assim como a de todos os outros câmpus do IFG que se fizeram necessários dentro do plano de expansão proposto pelo Ministério de Educação para a Educação Profissional e Tecnológica.

No ano de 2010 a situação de recursos humanos da instituição tinha a configuração conforme as tabelas 77 e 78:

Tabela 77 - Recursos humanos do IFG com titularidade e carga horária em 2010 nos câmpus de Anápolis, Formosa, Goiânia e Inhumas

Campus	Carga horária	Titulação										TOTAL	
		Graduação		Aperfeiçoamento		Especialização		Mestrado		Doutorado		2009	2010
		2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010		
Anápolis	DE		04				01		20		03		28
	<b>Efetivos</b>		<b>04</b>				<b>01</b>		<b>20</b>		<b>03</b>		<b>28</b>
	SUBTOTAL		04				01		20		03		28
Formosa	DE		04				04		15		03		26
	<b>Efetivos</b>		<b>04</b>				<b>04</b>		<b>15</b>		<b>03</b>		<b>26</b>
	SUBTOTAL		04				04		15		03		26
Goiânia	20 horas	03	02	01	01	02	01	02	03			08	07
	40 horas	01	01			16	10	34	25	12	11	63	47
	DE	13	14	03	03	51	43	89	114	27	37	183	211
	<b>Efetivos</b>	<b>17</b>	<b>17</b>	<b>04</b>	<b>04</b>	<b>69</b>	<b>54</b>	<b>125</b>	<b>142</b>	<b>39</b>	<b>48</b>	<b>254</b>	<b>265</b>
	20 horas	02	02							01		03	02
	40 horas	12	10			10	10	20	19	02	01	44	40
	<b>Substitutos</b>	<b>14</b>	<b>12</b>			<b>10</b>	<b>10</b>	<b>20</b>	<b>19</b>	<b>03</b>	<b>01</b>	<b>47</b>	<b>42</b>
SUBTOTAL	31	29	04	04	79	64	145	161	42	49	301	307	
Inhumas	40 horas	01						04	03	03	04	08	07
	DE	02	02	01	01	06	06	20	25	07	08	36	42
	<b>Efetivos</b>	<b>03</b>	<b>02</b>	<b>01</b>	<b>01</b>	<b>06</b>	<b>06</b>	<b>24</b>	<b>28</b>	<b>10</b>	<b>12</b>	<b>44</b>	<b>49</b>
	40 horas	01	04				02		02			01	08

Fonte: Relatório de Gestão de 2010 – IFG

Tabela 78 - Recursos humanos do IFG com titularidade e carga horária em 2010 nos câmpus de Itumbiara, Jataí, Luziânia e Uruaçu

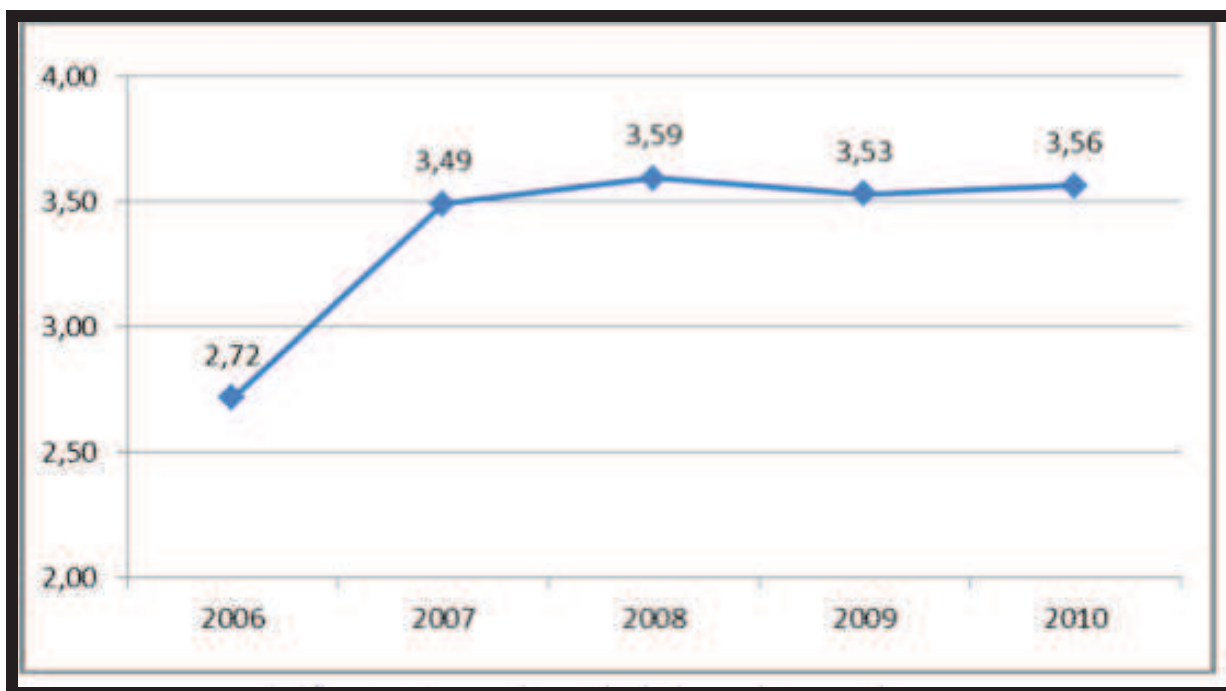
Campus	Carga horária	Titulação										TOTAL	
		Graduação		Aperfeiçoamento		Especialização		Mestrado		Doutorado		2009	2010
		2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010		
	<b>Substitutos</b>	<b>01</b>	<b>04</b>				<b>02</b>		<b>02</b>			<b>01</b>	<b>08</b>
	SUBTOTAL	04	06	01	01	06	08	24	30	10	12	45	57
Itumbiara	40 horas		01			01	01	01	03			02	05
	DE	01	03			01	02	13	18	05	07	20	30
	<b>Efetivos</b>	<b>01</b>	<b>04</b>			<b>02</b>	<b>03</b>	<b>14</b>	<b>21</b>	<b>05</b>	<b>07</b>	<b>22</b>	<b>35</b>
	SUBTOTAL	01				02		14	21	05	07	22	35
Jataí	40 horas	01	01			01		03	02		01	05	04
	DE	01	04			20	21	20	24	03	05	44	54
	<b>Efetivos</b>	<b>02</b>	<b>05</b>			<b>21</b>	<b>21</b>	<b>23</b>	<b>26</b>	<b>03</b>	<b>06</b>	<b>49</b>	<b>58</b>
	40 horas	10	08			06	05	02	01			18	14
	<b>Substitutos</b>	<b>10</b>	<b>08</b>			<b>06</b>	<b>05</b>	<b>02</b>	<b>01</b>			<b>18</b>	<b>14</b>
	SUBTOTAL	12	13			27	26	25	27	03	06	67	72
Luziânia	DE		05				03		16		02		26
	<b>Efetivos</b>		<b>05</b>				<b>03</b>		<b>16</b>		<b>02</b>		<b>26</b>
	SUBTOTAL		05				03		16		02		26
Uruaçu	40 horas					03	04	04	04	01	01	08	09
	DE		04		01	08	10	10	13	01	02	19	30
	<b>Efetivos</b>		<b>04</b>		<b>01</b>	<b>11</b>	<b>14</b>	<b>14</b>	<b>17</b>	<b>02</b>	<b>03</b>	<b>27</b>	<b>39</b>
	SUBTOTAL		04		01	11	14	14	17	02	03	27	39
TOTAL	20 horas	03	02	01	01	02	01	02	03			08	07
	40 horas	03	03			21	15	46	37	16	17	86	72
	DE	17	40	04	05	86	90	152	245	43	67	302	447
	<b>Efetivos</b>	<b>23</b>	<b>45</b>	<b>05</b>	<b>06</b>	<b>109</b>	<b>106</b>	<b>200</b>	<b>285</b>	<b>59</b>	<b>84</b>	<b>396</b>	<b>526</b>
	20 horas	02	02							01		03	02
	40 horas	23	22			16	17	22	22	02	01	63	62
	<b>Substitutos</b>	<b>25</b>	<b>24</b>			<b>16</b>	<b>17</b>	<b>22</b>	<b>22</b>	<b>03</b>	<b>01</b>	<b>66</b>	<b>64</b>
TOTAL	48	69	05	06	125	123	222	307	62	85	462	590	

Fonte: Relatório de Gestão de 2010 – IFG

No gráfico de número 4, a seguir, está a linha de crescimento do indicador (percentual) da titulação do corpo docente do IFG. Segundo o Relatório de Gestão de 2010 (IFG, 2010, p.

110), o valor ideal desse indicador para as exigências do Ministério de Educação é de 5%. Ainda sobre esse índice, o relatório atribui seu crescimento a programas de incentivo à qualificação docente realizados pela instituição.

Gráfico 4 - Evolução da titulação do corpo docente do IFG até 2010



Fonte: Relatório de Gestão de 2010 – IFG

As ofertas de vagas para os cursos do IFG para o ano de 2010 tiveram seu desempenho configurado na tabelas de números 79 e 80. A conclusão a esse respeito no Relatório de Gestão de 2010 (IFG, 2010, p. 98) é a seguinte:

é possível destacar algumas áreas educacionais que obtiveram elevada relação candidato/vaga, conforme anexo, tais como os Cursos Técnicos na Modalidade Subsequente do turno noturno como o curso de Eletrotécnica em Goiânia com 9,17 em 2010/1 e 8,73 em 2010/2 e, também, o curso de Edificações em Anápolis com 8,53 em 2010/2. Os cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio do turno matutino que se destacaram foram Informática para a Internet (16,9), Edificações (13,5) e Controle ambiental (13,2), todos do campus de Goiânia. Os Cursos Superiores em Tecnologia de Redes de Comunicação (38,1), Química Agroindustrial (26,9) e Engenharia de Controle e automação (25,1) tiveram uma grande procura e um dos fatores principais foi a participação do IFG no Sistema de Seleção Unificado (SiSU).

O aumento da oferta de vagas no ano de 2010 é decorrente da implantação de três novos câmpus: Anápolis, Luziânia e Formosa (Ver Tabela 80).

Tabela 79 - Relação candidato/vaga do IFG em 2010

<b>Cálculo do Indicador</b>				
<b>Campus</b>	<b>Exercício</b>	<b>Candidatos</b>	<b>Vagas Ofertadas</b>	<b>Indicador</b>
Anápolis	2010	961	330	2,91
Formosa	2010	1.572	240	6,55
Goiânia	2006	5.840	1.620	3,60
	2007	7.408	1.330	5,57
	2008	11.551	1.290	8,95
	2009	12.634	1.629	7,76
	2010	20.426	1.441	14,17
Inhumas	2007	1.036	240	4,32
	2008	928	240	3,87
	2009	998	249	4,01
	2010	1.515	283	5,35
Itumbiara	2008	996	240	4,15
	2009	1.312	301	4,36
	2010	995	250	3,98
Jataí	2006	1.120	652	1,72
	2007	1.140	481	2,37
	2008	1.250	430	2,91
	2009	1.307	475	2,75
	2010	2.253	363	6,21
Luziânia	2010	1.024	288	3,56
Uruaçu	2008	1.292	252	5,13
	2009	1.623	270	6,01
	2010	1.336	270	4,95
CONSOLIDADO	2006	6.960	2.272	3,06
	2007	9.584	2.051	4,67
	2008	16.017	2.452	6,53
	2009	17.874	2.924	6,11
	2010	30.082	3.465	8,68

Fonte: Relatório de Gestão de 2010 – IFG

Tabela 80 - Alunos ingressantes com matrículas no IFG em 2010

<b>Cálculo do Indicador</b>				
<b>Campus</b>	<b>Exercício</b>	<b>Ingressos (*)</b>	<b>Matrículas (**)</b>	<b>Indicador</b>
Anápolis	2010	321	516	62,21
Formosa	2010	266	439	60,59
Goiânia	2006	1.780	8.512	20,91
	2007	1.515	6.718	22,55
	2008	1.585	7.175	22,09
	2009	1.461	6.435	22,70
	2010	1.507	7.441	20,25
Inhumas	2007	240	405	59,26
	2008	222	712	31,18
	2009	315	1.090	28,90
	2010	260	1.248	20,83
Itumbiara	2008	91	91	100,00
	2009	243	550	44,18
	2010	183	616	29,71
Jataí	2006	652	1.522	42,84
	2007	481	1.866	25,78
	2008	374	1.699	22,01
	2009	441	1.463	30,14
	2010	367	1.740	21,09
Luziânia	2010	328	528	62,12
Uruaçu	2008	84	84	100,00
	2009	240	547	43,88
	2010	239	757	31,57
CONSOLIDADO	2006	2.432	10.034	24,24
	2007	2.236	8.989	24,87
	2008	2.356	9.761	24,14
	2009	2.700	10.085	26,77
	2010	3.471	13.285	26,13

## LEGENDA:

(\*) A quantidade de ingressantes é a soma das entradas em cada um dos dois semestres.

(\*\*) A quantidade de matrículas é a soma de 2010/1, 2010/2 dos cursos semestrais e as matrículas de 2010/1 dos cursos anuais. Isto significa que as matrículas de 2010/1, dos cursos anuais, se repetem em 2010/2.

Fonte: Relatório de Gestão de 2010 – IFG



Tabela 81 - Relação entre matrículas x concluintes no IFG no ano de 2010

Cálculo do Indicador				
Campus	Exercício	Concluintes	Matrículas	Indicador
Goiânia	2006	1.090	8.512	12,81
	2007	897	6.718	13,35
	2008	883	7.175	12,31
	2009	547	6.435	8,50
	2010	520	7.441	6,99
Inhumas	2010	28	1.248	2,55
Itumbiara	2010	01	616	0,16
Jataí	2006	190	1.522	12,48
	2007	122	1.866	6,54
	2008	195	1.699	11,48
	2009	120	1.463	8,20
	2010	48	1.740	2,76
Uruaçu	2010	01	757	0,13
CONSOLIDADO	2006	1.280	10.034	12,76
	2007	1.019	8.584	11,87
	2008	1.078	8.874	12,15
	2009	667	7.898	8,45
	2010	598	11.802	5,07

Fonte: Relatório de Gestão de 2010 – IFG

Na Tabela 81 verifica-se uma queda no indicador para 5,07%. O fato se baseia no aumento significativo de vagas ofertadas em 2010, que foi de 11.802, em relação às 7.898 ofertadas em 2009. Os concluintes permaneceram sem um aumento significativo.

De acordo com a Tabela 82 - do perfil dos alunos matriculados no IFG em 2010 -, a instituição precisaria desenvolver ações efetivas que garantissem a permanência e/ou o ingresso do aluno oriundo de famílias que se localizavam numa faixa de renda menor que um salário mínimo. Essa seria uma ação inclusiva de essencial valor para essa camada da população, haja vista que existe uma linha tênue que liga a possibilidade de estudar com a renda *per capita* familiar. Ela explica, em alguns casos, o abandono dos estudos por parte desses alunos e/ou a reprovação. Nesse último caso, eles passam a ser incluídos no percentual de alunos que compõe a estatística dos retdos.

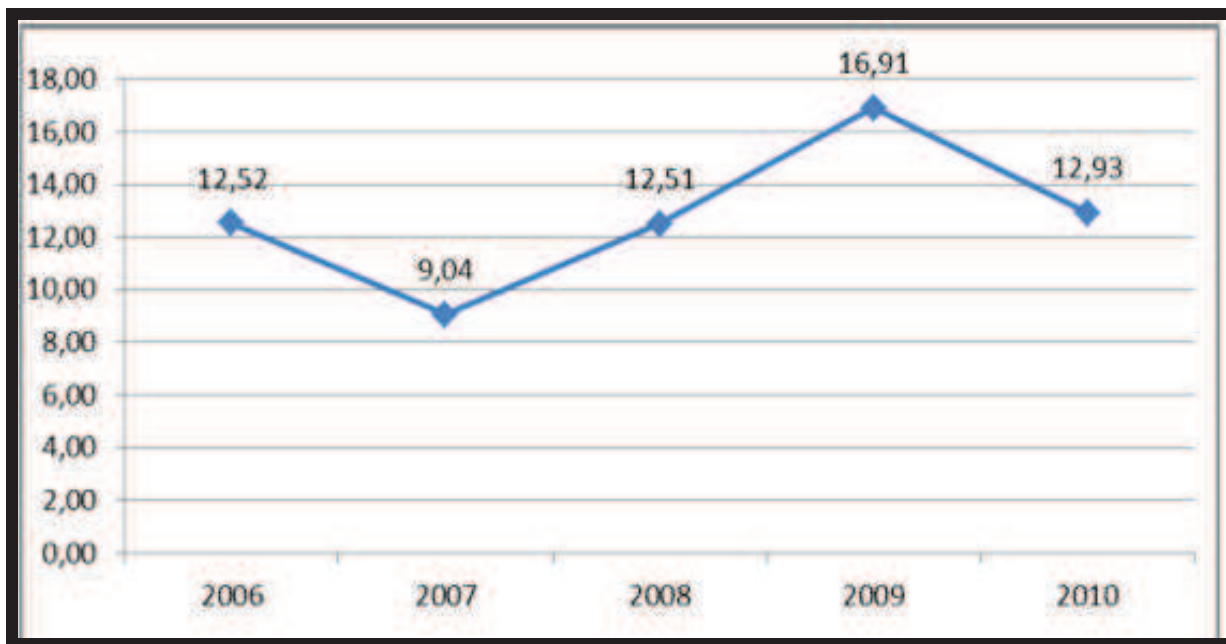
Tabela 82 - Renda *per capita* familiar dos alunos do IFG em 2010

Faixa salarial	Matrículas					Porcentagem				
	2006	2007	2008	2009	2010	2006	2007	2008	2009	2010
Menos de 1 salário mínimo	18	04	15	41	769	0,84	1,10	1,65	3,39	5,89
De um a três salários mínimos	587	142	363	515	7.757	27,49	39,01	39,93	42,60	59,42
Mais de três a 6 salários mínimos	1.530	218	531	653	3.504	71,66	59,89	58,42	54,01	26,84
De 6 a 10 salários mínimos					782					5,99
Mais de dez salários mínimos					243					1,86
Total de Alunos matriculados	2.135	364	909	1.209	13.055	100,0	100,00	100,00	100	100,00

Fonte: Relatório de Gestão de 2010 – IFG

A retenção escolar, que inclui os trancamentos e a reprovação, pode ser visualizada num percentual que evoluiu ao longo dos anos e que em 2010 apresentou um declínio, como pode ser visualizado no gráfico de número 5.

Gráfico 5 - Percentual de retenção dos alunos do IFG em 2010



Fonte: Relatório de Gestão de 2010 – IFG

Os cargos que compunham a força de trabalho em recursos humanos em 2011 e suas faixas etárias podem ser observados nas tabelas 83 e 84. Observa-se que a instituição demonstrava um esforço para aumentar o número de servidores, a fim de consolidar suas ações pedagógicas.

Tabela 83 - Recursos Humanos do IFG em 2011

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos em 2011	Egressos em 2011
	Lotação Autorizada	Lotação Efetiva		
<b>Provedimento de cargo efetivo</b>	<b>1080</b>	<b>1080</b>	<b>138</b>	<b>01</b>
1.1. Membros de poder e agentes públicos	-	-	-	
1.2. Servidores de Carreira	1080	1080	-	
1.2.1. Servidor de carreira vinculada ao órgão	1075	1075	-	
1.2.2. Servidor de carreira em exercício	01	01	-	
1.2.3. Servidor de carreira em exercício provisório	02	02	-	
1.2.4. Servidor requisitado de outros órgãos e esferas	02	02	-	
<b>2. Servidor com Contratos Temporários</b>	<b>84</b>	<b>84</b>	<b>17</b>	<b>04</b>
<b>3. Total de servidores</b>	<b>1.164</b>	<b>1.164</b>	<b>155</b>	<b>05</b>

Fonte: Relatório de Gestão de 2011 – IFG

Tabela 84 - Recursos Humanos do IFG em 2011, por faixa etária

Tipologias dos Cargos	Faixa Etária (anos)				
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60
<b>1. Provimento de cargo efetivo</b>	<b>135</b>	<b>297</b>	<b>362</b>	<b>119</b>	<b>30</b>
1.1. Membros de poder e agentes públicos	-	-	-	-	
1.2. Servidores de Carreira	80	268	330	108	30
1.3. Servidor com Contratos Temporários	55	19	08	02	
1.4. Servidores Cedidos e em Licença	-	10	24	09	
<b>2. Provimento de cargo em comissão</b>	<b>42</b>	<b>49</b>	<b>95</b>	<b>28</b>	<b>07</b>
2.1. Cargos Natureza Especial	-	-	-	-	
2.2. Grupo Direção e Assessoramento	02	15	36	09	01
2.3. Funções Gratificadas	40	34	59	19	06
<b>TOTAIS</b>	<b>177</b>	<b>346</b>	<b>457</b>	<b>147</b>	<b>37</b>

Fonte: Relatório de Gestão de 2011 – IFG

A condição da escolaridade dos servidores para o exercício do ano de 2011 tinha a seguinte configuração (Tabela 85):

Tabela 85 - Servidores do IFG e seu nível de escolaridade em 2011

Tipologias dos Cargos	Nível de					Escolaridade			
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo				07	191	272	181	205	87
1.1. Membros de poder e agentes públicos	-	-	-	-	-	-	-	-	
1.2. Servidores de Carreira (inclusive cedidos-licenças)	-	-	-	07	191	252	165	158	86
1.3. Servidor com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	20	16	47	01
1.4. Servidores Cedidos e em Licença					03	01	14	23	
2. Provimento de cargo em comissão	-	-	-	-	36	84	43	37	21
2.1. Cargos Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	07	16	18	13	09
2.3. Funções Gratificadas	-	-	-	-	29	68	25	24	12

LEGENDA: Nível de Escolaridade = 1 – Analfabeto; 2 – Alfabetizado sem cursos regulares; 3 – Primeiro grau incompleto; 4 – Primeiro grau; 5 – Segundo grau ou técnico; 6 – Superior; 7 – Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado; 10 – Não Classificada.

Fonte: Relatório de Gestão de 2011 – IFG

O quantitativo de candidatos que procuraram os cursos do IFG no ano de 2011 relacionado ao número de vagas ofertadas pode ser observado na Tabela 86. Na Tabela 87 observa-se o número de alunos ingressantes que efetivamente consolidaram suas matrículas.

Tabela 86 - Relação candidato por vaga no IFG em 2011

Cálculo do Indicador				
Unidade / Exercício		Candidatos	Vagas Ofertadas	Indicador
Câmpus Goiânia	2007	7.408	1.330	5,57
	2008	11.551	1.290	8,95
	2009	12.634	1.629	7,76
	2010	20.426	1.441	14,17
	2011	23.165	1.320	17,55
Câmpus Inhumas	2007	1.036	240	4,32
	2008	928	240	3,87
	2009	998	249	4,01
	2010	1.515	283	5,35
	2011	1.413	270	5,233
Câmpus Itumbiara	2008	996	240	4,15
	2009	1.312	301	4,36
	2010	995	250	3,98
	2011	2.150	270	7,96
Câmpus Jataí	2007	1.140	481	2,37
	2008	1.250	430	2,91
	2009	1.307	475	2,75
	2010	2.253	363	6,21
	2011	2.467	420	5,87
Câmpus Uruaçu	2008	1.292	252	5,13
	2009	1.623	270	6,01
	2010	1.336	270	4,95
	2011	932	210	4,438
Câmpus Anápolis	2010	961	330	2,91
	2011	4.177	360	11,6
Câmpus Formosa	2010	1.572	240	6,55
Câmpus Luziânia	2011	3.380	300	11,266
	2010	1.024	288	3,56
	2011	2.960	330	8,97
IFG	2007	9.584	2.051	4,67
	2008	16.017	2.452	6,53
	2009	17.874	2.924	6,11
	2010	30.082	3.465	8,68
	2011	40.644	3.480	11,679

Fonte: Relatório de Gestão de 2011 – IFG

Em relação à procura pelos cursos do IFG em 2011, o Relatório de Gestão daquele ano (IFG, 2011,p. 120) considera:

Em 2011, através desse indicador, é possível destacar algumas áreas educacionais que obtiveram elevada relação candidato/vaga, conforme tabelas do Anexo II, tais como os superiores de Bacharelado em Engenharia Mecânica, Tecnologia em Construção de Edifícios e Bacharelado em Engenharia de Controle e Automação, todos do Câmpus Goiânia. Tem-se de destacar o curso de Licenciatura em Ciências Biológicas do Câmpus de Formosa e o curso de Tecnologia em Logística do

Câmpus de Anápolis evidenciando uma alta demanda em cidades do interior do Estado. Os cursos técnicos que apresentaram uma maior procura foram os cursos integrados ao ensino médio, tais como o de Informática para Internet, o de Edificações, o de Controle Ambiental e o de Mineração, todos dos Câmpus Goiânia. O destaque é o curso de Informática para Internet que aparece bem classificado nos Câmpus de Anápolis e Luziânia.

Tabela 87 - Alunos ingressantes no IFG em 2011

Cálculo do Indicador				
Unidade / Exercício		Ingressos	Matrículas	Indicador (%)
Câmpus Goiânia	2007	1.515	6.718	22,55
	2008	1.585	7.175	22,09
	2009	1.461	6.435	22,7
	2010	1.581	8.148	19,4
	2011	1.409	6.476	21,76%
Câmpus Inhumas	2007	240	405	59,26
	2008	222	712	31,18
	2009	315	1.090	28,9
	2010	280	1.098	25,5
	2011	265	1500	17,67%
Câmpus Itumbiara	2008	91	91	100
	2009	243	550	44,18
	2010	241	814	29,61
	2011	282	910	30,99%
Câmpus Jataí	2007	481	1.866	25,78
	2008	374	1.699	22,01
	2009	441	1.463	30,14
	2010	348	1.639	21,23
	2011	403	1879	21,45%
Câmpus Uruaçu	2008	84	84	100
	2009	240	547	43,88
	2010	255	794	32,12
	2011	269	1063	25,31%
Câmpus Anápolis	2010	349	439	79,5
	2011	370	925	56,31
Câmpus Formosa	2010	343	498	68,88
Câmpus Luziânia	2011	440	998	44,09%
	2010	277	453	61,15
	2011	308	758	40,63%
IFG	2007	2.236	8.989	24,87
	2008	2.356	9.761	24,14
	2009	2.700	10.085	26,77
	2010	3.674	13.883	26,46
	2011	3.746	14.509	25,82%

Fonte: Relatório de Gestão de 2011 – IFG

Em 2011, observou-se um aumento significativo de alunos que ficaram retidos na instituição. A majoração desse indicador foi calculada em 46,11%, conforme a Tabela 88.

Tabela 88 - Percentual de alunos retidos no IFG em 2011

Cálculo do Indicador				
Unidade / Exercício		Retenção	Matrículas	Indicador
Câmpus Goiânia	2007	645	6.718	9,60
	2008	781	7.175	10,89
	2009	986	6.435	15,32
	2010	1.126	8.148	13,82
	2011	439	807	54,40
Câmpus Inhumas	2007	91	405	22,47
	2008	185	712	25,98
	2009	262	1.090	24,04
	2010	285	1.098	25,96
	2011	235	415	56,63
Câmpus Itumbiara	2008	11	91	12,09
	2009	127	550	23,09
	2010	181	814	22,24
	2011	37	118	31,36
Câmpus Jataí	2007	77	1.866	4,13
	2008	240	1.699	14,13
	2009	283	1.463	19,34
	2010	286	1.639	17,45
	2011	23	181	12,71
Câmpus Uruaçu	2008	04	84	4,76
	2009	47	547	8,59
	2010	192	794	24,18
	2011	15	88	17,05
IFG	2007	813	8.989	9,04
	2008	1.221	9.761	12,51
	2009	1.705	10.085	16,91
	2010	2.187	13883	16,08
	2011	749	1609	46,55

Fonte: Relatório de Gestão de 2011 – IFG

A Tabela 89 mostra o número de alunos concluintes do ano de 2011. O número de alunos desligados e evadidos foi considerado significativo - totalizou 336 estudantes.

O custo do aluno por ano cresceu à medida que os novos câmpus da expansão foram implantados (Ver Tabela 90). Em 2011 não foi diferente e isso pode ser explicado pelo Relatório de Gestão de 2011 (IFG, 2011, p. 107):

O que se pode observar na série histórica apresentada é que, à medida que o número de matrículas amplia aumenta os gastos correntes por aluno/ano de 2005 até 2009. Em 2010 esse valor sofreu um sensível decréscimo e 2011 houve um acréscimo no gasto corrente por aluno, conforme pode ser observado no gráfico a seguir. Este fato

deve-se, principalmente, a construção dos Câmpus de Aparecida de Goiânia e de Águas Lindas que ainda não iniciaram suas atividades, mas que geraram, além dos investimentos, despesas de custeio imediatas e suas matrículas somente serão computadas no exercício seguinte.

Tabela 89 - Alunos concluintes no IFG em 2011

Câmpus	Integralizados	Eva- didos	Concluí- -dos	Desli- gados	Conclu- -intes	Situação final	Eficiência
Goiânia	173	27	159	8	332	367	90,46%
Inhumas	8	85	48	21	56	162	34,57%
Itumbiara	23	52	5	0	28	80	35,00%
Jataí	13	98	37	0	50	148	33,78%
Uruaçu	28	42	0	3	28	73	38,36%
<b>IFG</b>	245	304	249	32	494	830	59,52%

Fonte: Relatório de Gestão de 2011 – IFG

Tabela 90 - Custo do aluno por ano do IFG em 2011

Exercício	Total de gastos (R\$)	Número de Matrículas	Indicador (R\$)
2007	43.416.569,02	8.989	4.829,97
2008	50.414.946,03	9.761	5.164,94
2009	66.156.808,17	10.085	6.559,92
2010	86.679.828,84	13.285	6.524,64
2011	112.216.376,38	10.187	11.015,65

Fonte: Relatório de Gestão de 2011 – IFG

O ano de 2012 teve como configuração de recursos humanos os dados das tabelas 91 e 92, conforme configuração abaixo.

Tabela 91 - Recursos humanos do IFG em 2012

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)</b>	1460	1388	346	17
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	1460	1485	346	17
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	1460	1382	344	16
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	3	-	-
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	3	2	1
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>	97	97	60	32
<b>3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública</b>	0	0	0	2
<b>4. Total de Servidores (1+2+3)</b>	1557	1485	406	51

Fonte: Relatório de Gestão de 2012 – IFG



Tabela 92 - Recursos humanos do IFG, por faixa etária em 2012

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
<b>1. Provimento de Cargo Efetivo</b>	397	391	285	139	32
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	348	353	274	138	31
1.3. Servidores com Contratos Temporários	49	38	11	1	1
<b>2. Provimento de Cargo em Comissão</b>	59	66	71	32	4
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	3	14	35	12	1
2.3. Funções Gratificadas	56	52	36	20	3
<b>3. Totais (1+2)</b>	456	457	356	171	36

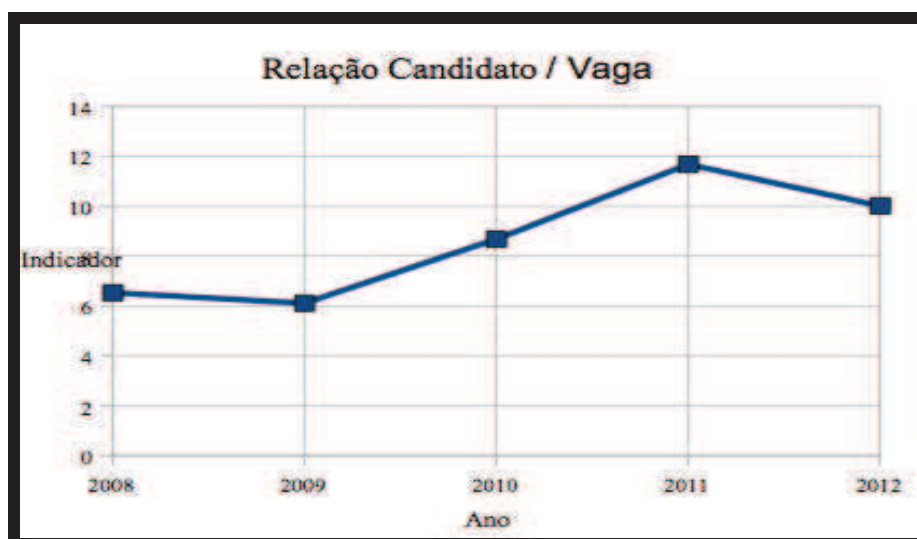
Fonte: Relatório de Gestão de 2012 – IFG

A oferta de vagas para os cursos do IFG relativa ao ano 2012 foi assim referida no Relatório de Gestão daquele ano (IFG, 2012, p. 140):

Em 2012, através desse indicador, é possível destacar algumas áreas educacionais que mantiveram elevada relação candidato/vaga, conforme apresentado na planilha eletrônica anexa, tais como os superiores de Bacharelado em Engenharia Mecânica, Tecnologia em Construção de Edifícios e Bacharelado em Engenharia de Controle e Automação, todos do campus Goiânia. O curso de Engenharia Civil foi bastante concorrido nos Câmpus de Aparecida e Uruaçu. O curso de Licenciatura em Ciências Biológicas do campus de Formosa e o curso de Tecnologia em Logística do campus de Anápolis continuam com uma alta demanda e são ofertados por cidades do interior do Estado. A Instituição mantém a oferta de cursos técnicos integrados e subsequentes ao ensino médio, além de educação para jovens e adultos mesmo com alguns cursos tendo uma procura pequena.

Esse quadro se configura no Gráfico 6 e na Tabela 93. A implantação dos câmpus de Aparecida de Goiânia e Goiás explica o número de vagas ampliado, conforme é demonstrado na tabela a seguir. O Gráfico 6 facilita a leitura desse índice e sua ligeira oscilação.

Gráfico 6 - Relação candidato/vaga do IFG em 2012



Fonte: Relatório de Gestão de 2012 – IFG

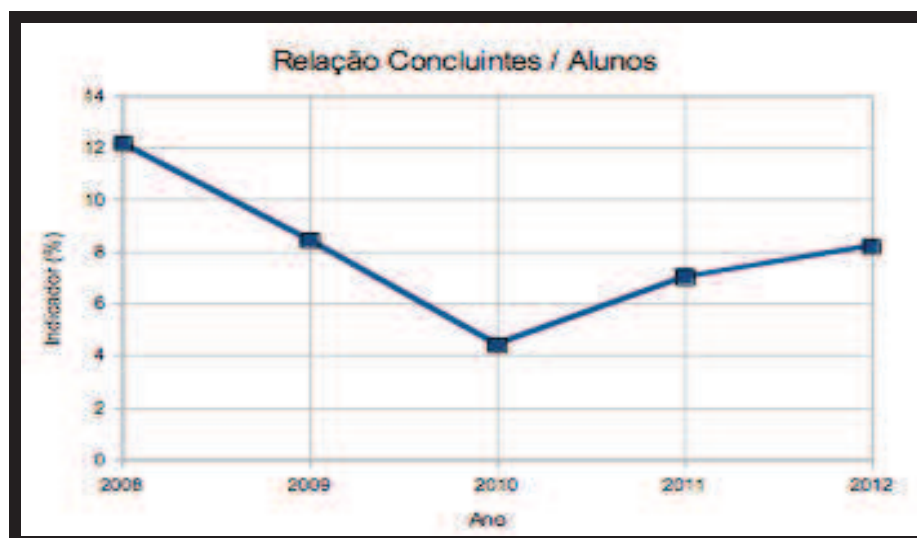
Tabela 93 - Relação candidato/vaga do IFG em 2012

CÁLCULO DO INDICADOR				
CÂMPUS / EXERCÍCIO		CANDIDATOS	VAGAS OFERTADAS	INDICADOR (%)
GOIÂNIA	2008	11.551	1.290	8,95
	2009	12.634	1.629	7,76
	2010	20.426	1.441	14,17
	2011	23.165	1.320	17,55
	2012	21179	1335	15,86
INHUMAS	2008	928	240	3,87
	2009	998	249	4,01
	2010	1.515	283	5,35
	2011	1.413	270	5,233
	2012	1668	530	3,15
ITUMBIARA	2008	996	240	4,15
	2009	1.312	301	4,36
	2010	995	250	3,98
	2011	2.150	270	7,96
	2012	2095	430	4,87
JATAÍ	2008	1.250	430	2,91
	2009	1.307	475	2,75
	2010	2.253	363	6,21
	2011	2.467	420	5,87
	2012	2616	561	4,66
URUAÇU	2008	1.292	252	5,13
	2009	1.623	270	6,01
	2010	1.336	270	4,95
	2011	932	210	4,438
	2012	3615	300	12,05
ANÁPOLIS	2010	961	330	2,91
	2011	4.177	360	11,6
	2012	5100	420	12,14
FORMOSA	2010	1.572	240	6,55
	2011	3.380	300	11,266
	2012	3373	381	8,85
LUZIÂNIA	2010	1.024	288	3,56
	2011	2.960	330	8,97
	2012	5037	440	11,45
CIDADE DE GOIÁS	2012	270	180	1,5
APARECIDA DE	2012	2382	150	15,88
TOTAL IFG	2008	16.017	2.452	6,53
	2009	17.874	2.924	6,11
	2010	30.082	3.465	8,68
	2011	40.644	3.480	11,679
	2012	47335	4727	10,01

Fonte: Relatório de Gestão de 2012 – IFG

No tocante ao número de alunos concluintes do IFG no ano de 2012, o Gráfico 7 e a Tabela 94 evidenciam:

Gráfico 7 - Relação de alunos concluintes do IFG em 2012



Fonte: Relatório de Gestão de 2012 – IFG

Tabela 94 - Relação de alunos concluintes do IFG em 2012

CÁLCULO DO INDICADOR				
CÂMPUS / EXERCÍCIO		CONCLUINTES	MATRÍCULAS	INDICADOR
GOIÂNIA	2008	883	7.175	12,31
	2009	547	6.435	8,5
	2010	515	8.148	6,32
	2011	802	6.476	12,38
	2012	400	6052	6,61
Inhumas	2010	28	1098	2,55
	2011	67	1500	4,47
	2012	70	1591	4,4
Uruaçu	2010	1	794	0,13
	2011	34	1063	3,20
	2012	93	850	10,94
Itumbiara	2010	20	814	2,46
	2011	34	910	3,74
	2012	177	1066	16,6
Jataí	2008	195	1.699	11,48
	2009	120	1.463	8,2
	2010	48	1.639	2,93
	2011	80	1879	4,26
	2012	158	1475	10,71
Aparecida	2012	0	153	0
Cidade de Goiás	2012	99	165	60
Luziânia	2012	97	1131	8,58
Formosa	2012	56	861	6,5
Anápolis	2012	31	975	3,18
IFG	2008	1.078	8.874	12,15
	2009	667	7.898	8,45
	2010	612	13.883	4,41
	2011	1017	14.509	7,01
	2012	1181	14319	8,25

Fonte: Relatório de Gestão de 2012 – IFG

Em relação à queda do indicador demonstrativo dos alunos concluintes de 2012, o Relatório de Gestão (IFG, 2012, p. 140) faz a seguinte consideração:

Através desse indicador torna-se possível analisar a taxa de concluintes sobre o número total de matrículas. A Figura do Gráfico 12.10 evidencia uma queda na relação de concluintes de 2008 a 2010. O baixo valor em 2010 se justifica devido ao aumento de matrículas quase o dobro quando comparado com 2009, ou seja, de 7.898 em 2009 para 13.883 em 2010. A partir de 2011 o gráfico inicia uma tendência de aumento. O valor de 2012 seria maior se não houvesse o movimento de paralisação que provocou o término do ano letivo para o início do ano de 2013. Com isto, muitas situações de matrículas de concluintes não foram registradas a tempo.

A eficiência acadêmica<sup>27</sup> da instituição é um indicador que pode ser calculado tomando a relação entre os alunos ingressantes e os alunos concluintes. O cálculo desse indicador é feito pela seguinte fórmula:

$$\text{Relação} = \frac{\sum N^{\circ} \text{ de concluintes ocorridos em 2012 [dentro de ciclo com término em 2012]} \times 100}{\text{Alunos com Situação Final}}$$

De acordo com o Relatório de Gestão de 2012 (IFG, 2012, p. 144), o entendimento desse indicador passa pela equação acima e é justificado nos seguintes termos:

O índice de eficiência acadêmica permite que se calcule o percentual de conclusão dos alunos (matrículas), nos cursos com previsão de término compreendido no período de análise. Para efeito de cálculo do índice no SISTEC, são inicialmente selecionados todos os ciclos de matrícula que possuem data final prevista compreendida entre a data inicial e data final informados para a geração do indicador. Em seguida, são totalizadas as matrículas que possuem situação final em cada ciclo de matrícula, quantificando cada situação final individualmente.

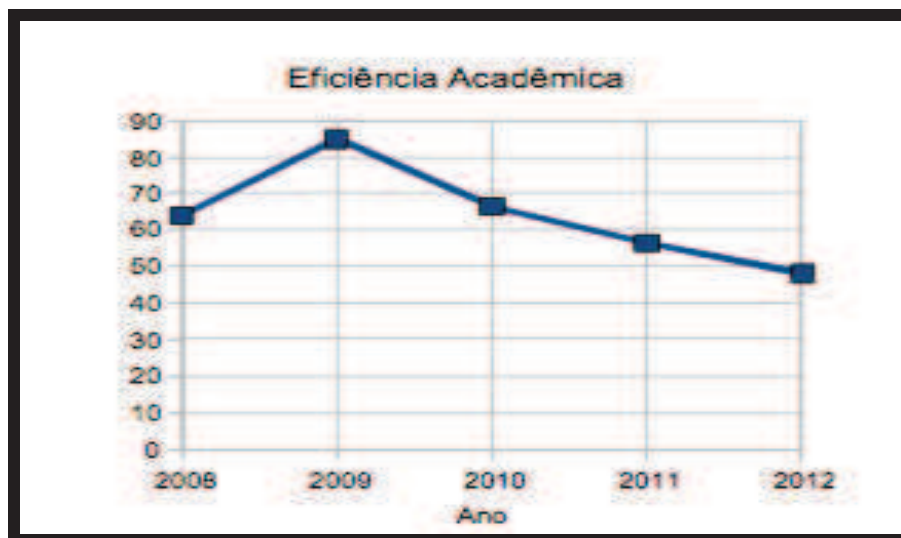
A geração do indicador se dá através da geração do numerador, formado pelo total de concluintes (situação final igual a concluído) em 2012 e que pertençam a ciclos com previsão de término acima do ano de 2011, e o denominador é formado pelos alunos dos ciclos selecionados com situação final definida, isto é situação de “EVADIDOS”, “DESLIGADOS” ou “CONCLUÍDOS”.

Esse indicador pode ser visualizado no gráfico de número 8, a seguir. O Relatório de Gestão de 2012 (IFG, 2012, p. 145) faz o seguinte comentário:

O indicador ficou comprometido com o movimento de paralisação, ocorrido em 2012, pois todos aqueles alunos de ciclos com término em 2012 e que teria a situação alterada para concluído ficaram sem estes registros. Infelizmente, estes dados de concluídos não favorecerão o indicador no próximo ano, uma vez que a data prevista de término do ciclo já ocorreu em 2012. O mesmo aplica-se aos dados de concluídos de 2011 cujo indicador também ficou comprometido em função do movimento de paralisação que ocorreu naquele ano.

<sup>27</sup> Esse índice durante o período de CEFET-GO, foi denominado de índice de eficácia

Gráfico 8 - Indicador da eficiência acadêmica do IFG em 2012



Fonte: Relatório de Gestão de 2012 – IFG

Ainda sobre o indicador de eficiência,

Em 2012 o indicador que mede a retenção dos alunos nos cursos apresentou os percentuais que podem ser visualizados no Gráfico 9 e na Tabela 95.

Gráfico 9 - Retenção escolar do IFG em 2012



Fonte: Relatório de Gestão de 2012 – IFG

Para efeito de análise dos indicadores e dos percentuais calculados para um mapeamento da instituição em seu processo administrativo, econômico e pedagógico, tem de se levar em conta a questão da paralisação dos servidores durante o ano de 2012, que veio a comprometer a execução de ações e de projetos.

Tabela 95 - Percentual de retenção dos alunos do IFG em 2012

Cálculo do Indicador				
Câmpus / Exercício		Retenção	Matrículas	Indicador
ANÁPOLIS	2011	37	98	37,76
	2012	89	975	9,13
FORMOSA	2011	9	163	5,52
	2012	124	861	14,4
LUZIÂNIA	2011	11	106	10,38
	2012	212	1131	18,74
GOIÂNIA	2008	781	7.175	10,89
	2009	986	6.435	15,32
	2010	1.126	8.148	1 28,
	2011	439	861	50,99
	2012	2391	6052	39,51
INHUMAS	2008	185	712	25,98
	2009	262	1.090	24,04
	2010	285	1.098	25,96
	2011	258	450	57,33
	2012	614	1591	38,59
ITUMBIARA	2008	11	91	12,09
	2009	127	550	23,09
	2010	181	814	22,24
	2011	37	118	31,36
	2012	173	1066	16,23
JATAÍ	2008	240	1.699	14,13
	2009	283	1.463	19,34
	2010	286	1.639	17,45
	2011	49	278	17,63
	2012	190	1475	12,88
URUAÇU	2008	04	84	4,76
	2009	47	547	8,59
	2010	192	794	24,18
	2011	15	88	17,05
	2012	118	850	13,88
APARECIDA DE GOIÂNIA	2012	0	153	0
CIDADE DE GOIÁS	2012	0	165	0
IFG	2008	1.221	9.761	12,51
	2009	1.705	10.085	16,91
	2010	2.187	13883	16,08
	2011	855	2162	39,55
	2012	3911	14319	27,3

Fonte: Relatório de Gestão de 2012 – IFG

Em relação ao ano de 2013, os indicadores foram também selecionados do Relatório de Gestão daquele ano. A primeira consideração refere-se aos servidores. O total é apresentado na Tabela 96 e a variação por faixa etária na Tabela 97.

Tabela 96 - Recursos Humanos do IFG em 2013

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)</b>	<b>1688</b>	<b>1587</b>	<b>325</b>	<b>44</b>
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	1688	1587	325	44
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	1688	1574	318	42
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	5	1	2
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	2	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	6	6	0
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>	<b>157</b>	<b>157</b>	<b>115</b>	<b>65</b>
<b>3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>4. Total de Servidores (1+2+3)</b>	<b>1845</b>	<b>1744</b>	<b>440</b>	<b>109</b>

Fonte: Relatório de Gestão de 2013 – IFG

Tabela 97 - Recursos Humanos do IFG em 2013, por faixa etária

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
<b>1. Provimento de Cargo Efetivo</b>	<b>472</b>	<b>519</b>	<b>313</b>	<b>151</b>	<b>27</b>
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	397	452	301	148	27
1.3. Servidores com Contratos Temporários	75	67	12	3	0
<b>2. Provimento de Cargo em Comissão</b>	<b>58</b>	<b>86</b>	<b>75</b>	<b>40</b>	<b>3</b>
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	7	20	32	12	1
2.3. Funções Gratificadas	51	66	43	28	2
<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>530</b>	<b>605</b>	<b>388</b>	<b>191</b>	<b>30</b>

Fonte: Relatório de Gestão de 2013 - IFG

Em 2013 houve um aumento de número de vagas no IFG, conforme exposto nas tabelas de números 98 a 100, bem como no gráfico de número 10.



Tabela 98 - Número de vagas e total de candidatos inscritos nos processos seletivos do IFG no ano de 2013

Processo seletivo	Quantidade de Processos	Total de vagas ofertadas	Total de Candidatos (inscritos)	Relação candidato/vaga (geral)
Vestibular	4	2.554	19.082	7,47
Técnico Integrado	2	1.740	7.342	4,22
Técnico Subsequente	3	270	989	3,66
Portador e Transferências	2	313	444	1,42
PROEJA	3	900	2.134	-
Total	14	5.777	29.991	-

Fonte: Relatório de Gestão de 2013 – IFG

Tabela 99 - Relação de candidatos/vaga ofertada nos câmpus Goiânia, Inhumas, Itumbiara, e Jataí do IFG em 2013

Cálculo do Indicador				
Câmpus / Exercício		Candidatos	Vagas Ofertadas	Indicador (%)
Goiânia	2009	12.634	1.629	7,76
	2010	20.426	1.441	14,17
	2011	23.165	1.320	17,55
	2012	21.179	1.335	15,86
	2013	23.136	2.430	9,52
Inhumas	2009	998	249	4,01
	2010	1.515	283	5,35
	2011	1.413	270	5,23
	2012	1.668	530	3,15
	2013	1.022	614	1,66
Itumbiara	2009	1.312	301	4,36
	2010	995	250	3,98
	2011	2.150	270	7,96
	2012	2.095	430	4,87
	2013	1.415	485	2,92
Jataí	2009	1.307	475	2,75
	2010	2.253	363	6,21
	2011	2.467	420	5,87
	2012	2.616	561	4,66
	2013	2.178	410	5,31

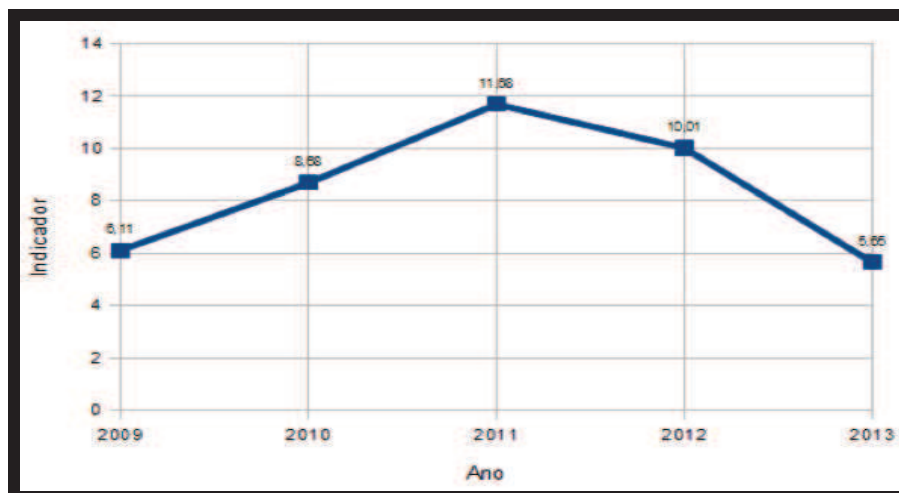
Fonte: Relatório de Gestão de 2013 – IFG

Tabela 100 - Relação de candidatos/vaga ofertada nos câmpus de Uruaçu, Anápolis, Itumbiara, Formosa, Luziânia, Cidade de Goiás e Aparecida de Goiânia do IFG em 2013

Cálculo do Indicador				
Câmpus / Exercício		Candidatos	Vagas Ofertadas	Indicador (%)
Uruaçu	2009	1.623	270	6,01
	2010	1.336	270	4,95
	2011	932	210	4,438
	2012	3.615	300	12,05
	2013	2.074	385	5,39
Anápolis	2010	961	330	2,91
	2011	4.177	360	11,6
	2012	5.100	420	12,14
	2013	4.155	770	5,4
Formosa	2010	1.572	240	6,55
	2011	3.380	300	11,26
	2012	3373	381	8,85
	2013	4.124	440	9,37
Luziânia	2010	1.024	288	3,56
	2011	2.960	330	8,97
	2012	5.037	440	11,45
	2013	1.720	490	3,51
Cidade de Goiás	2012	270	180	1,5
	2013	398	320	1,24
Aparecida de Goiânia	2012	2.382	150	15,88
	2013	1.885	1.110	1,7
TOTAL IFG	2009	17.874	2.924	6,11
	2010	30.082	3.465	8,68
	2011	40.644	3.480	11,68
	2012	47.335	4.727	10,01
	2013	42.107	7.424	5,65

Fonte: Relatório de Gestão de 2013 – IFG

Gráfico 10 - Relação candidato/ vaga em 2013



Fonte: Relatório de Gestão de 2013 - IFG

O Relatório de Gestão de 2013 (IFG, 2013, p. 183-184) assim comentou sobre os indicadores do percentual da relação candidato por vaga:

Este indicador apresentou uma importante queda comparando com o ano anterior. Em 2013, diversos cursos EaD (Ensino à Distância) oferecidos para capacitar profissionais da área escolar, por razões diversas, quando da efetivação das inscrições não atendeu a expectativa de criação destes cursos. A concorrência ficou abaixo de um candidato por vaga. Os cursos FIC (Formação Inicial e Continuada) também teve uma baixa procura, com a concorrência oscilando entre 1,5 e 0,5 candidatos por vagas. Com relação aos cursos superiores, onde estudantes concorrem às vagas do IFG, sendo 80% delas através de processo seletivo próprio e 20% por meio do SiSU (Sistema de Seleção Unificada) a procura foi semelhante a do ano anterior. Toda essa procura tem contribuído para que estes cursos mantenham uma boa relação candidato/vaga. Em agosto de 2013, o curso mais concorrido no IFG foi o Bacharelado em Engenharia Mecânica com aproximadamente 112 candidatos por vaga, seguido pelo curso Bacharelado em Engenharia de Controle e Automação com aproximadamente 96 candidatos por vaga, ambos os cursos do Câmpus Goiânia. O ciclo de março mostra o curso de Engenharia Civil de Formosa com aproximadamente 71 candidatos por vaga. Por outro lado, alguns cursos de EaD tiveram ciclos com baixíssima procura, como são os casos de Multimeios Didáticos, Secretaria Escolar e Infraestrutura Escolar oferecidos no 2º semestre do ano.

Tabela 101 - Relação de alunos ingressos nos câmpus Goiânia, Inhumas, Itumbiara, Jataí e Uruaçu do IFG em 2013

<b>Cálculo do Indicador</b>				
<b>Câmpus / Exercício</b>	<b>Ingressos</b>	<b>Matrículas</b>	<b>Indicador (%)</b>	
Goiânia	2009	1.461	6.435	22,7
	2010	1.581	8.148	19,4
	2011	1.409	6.476	21,76
	2012	1311	6.052	21,66
	2013	2.264	6.895	32,84
Inhumas	2009	315	1.090	28,9
	2010	280	1.098	25,5
	2011	265	1.500	17,67
	2012	515	1.591	32,37
	2013	470	1.716	27,39
Itumbiara	2009	243	550	44,18
	2010	241	814	29,61
	2011	282	910	30,99
	2012	402	1.066	37,71
	2013	341	1.139	29,94
Jataí	2009	441	1.463	30,14
	2010	348	1.639	21,23
	2011	403	1.879	21,45
	2012	511	1.475	34,64
	2013	383	1.502	25,50
Uruaçu	2009	240	547	43,88
	2010	255	794	32,12
	2011	269	1.063	25,31
	2012	283	850	33,29
	2013	362	940	38,51

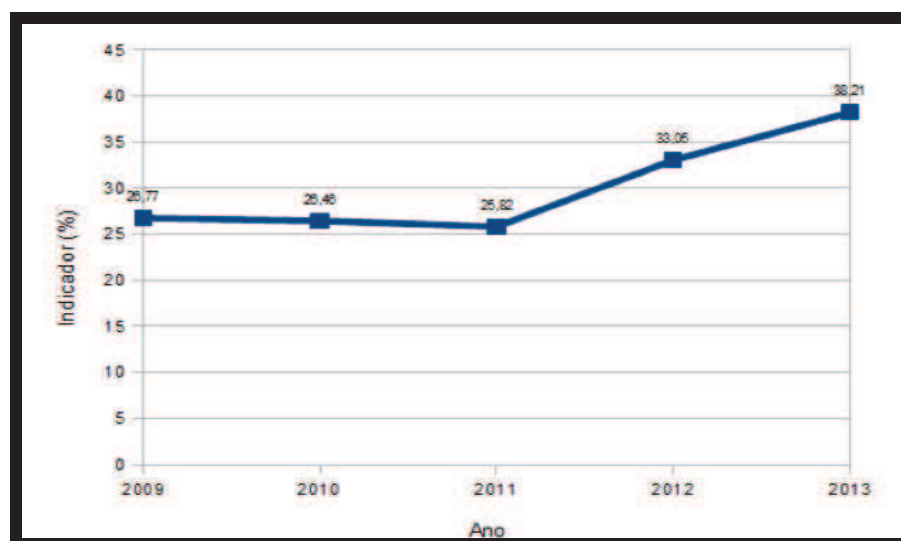
Fonte: Relatório de Gestão de 2013 – IFG

Tabela 102 - Relação de alunos ingressos nos câmpus de Anápolis, Luziânia, Formosa, Aparecida de Goiânia e Cidade de Goiás do IFG em 2013

Cálculo do Indicador				
Câmpus / Exercício		Ingressos	Matrículas	Indicador (%)
Anápolis	2010	349	439	79,50
	2011	370	925	56,31
	2012	418	975	42,87
	2013	682	1.442	47,30
Luziânia	2010	343	498	68,88
	2011	440	998	44,09
	2012	623	1.131	55,08
	2013	627	1.400	44,79
Formosa	2010	277	453	61,15
	2011	308	758	40,63
	2012	351	861	40,77
	2013	391	1.109	35,26
Aparecida de Goiânia	2012	153	153	100
	2013	943	1.096	86,04
Cidade de Goiás	2012	165	165	100
	2013	248	320	77,50
TOTAL IFG	2009	2.700	10.085	26,77
	2010	3.674	13.883	26,46
	2011	3.746	14.509	25,82
	2012	4.732	14.319	33,05
	2013	6.708	17.556	38,21

Fonte: Relatório de Gestão de 2013 – IFG

Gráfico 11 - Relação alunos ingressos x alunos matriculados no IFG em 2013



Fonte: Relatório de Gestão de 2013 – IFG

O indicador que relaciona alunos ingressos por alunos matriculados em 2013 apresentou a situação configurada no gráfico de número 11 e detalhado nas tabelas 101 e 102.

A majoração do valor desse índice passa pelo fato da instituição ter oferecido maior quantidade de vagas, decorrente da possibilidade dos cursos não presenciais, o que consequentemente, elevou o número de alunos matriculados.

Tabela 103 - Relação de alunos concluintes por matrícula no IFG em 2013

<b>Cálculo do Indicador</b>				
<b>Câmpus / Exercício</b>		<b>Concluintes</b>	<b>Matrículas</b>	<b>Indicador</b>
Goiânia	2009	547	6.435	8,5
	2010	515	8.148	6,32
	2011	802	6.476	12,38
	2012	400	6.052	6,61
	2013	1.011	6.852	14,66
Inhumas	2010	28	1.098	2,55
	2011	67	1.500	4,47
	2012	70	1.591	4,4
	2013	131	1.716	7,63
Uruaçu	2010	1	794	0,13
	2011	34	1.063	3,20
	2012	93	850	10,94
	2013	127	940	13,51
Itumbiara	2010	20	814	2,46
	2011	34	910	3,74
	2012	177	1.066	16,60
	2013	176	1.139	15,45
Jataí	2009	120	1.463	8,2
	2010	48	1.639	2,93
	2011	80	1.879	4,26
	2012	158	1.475	10,71
	2013	155	1.502	10,32
Aparecida de Goiânia	2012	0	153	0
	2013	152	1.096	13,87
Cidade de Goiás	2012	99	165	60
	2013	31	320	9,69
Luziânia	2012	97	1.131	8,58
	2013	108	1.319	0,91
Formosa	2012	56	861	6,5
	2013	104	1.121	9,28
Anápolis	2012	31	975	3,18
	2013	84	1.400	7,71
TOTAL IFG	2009	667	7.898	8,45
	2010	612	13.883	4,41
	2011	1.017	14.509	7,01
	2012	1.181	14.319	8,25
	2013	2.295	17.556	13,07

A eficiência acadêmica da instituição em 2013 passa por uma análise do comportamento do aluno frente à possibilidade de permanecer estudando e da sua aprovação no Enem (Exame Nacional do Ensino Médio). No primeiro caso ele, abandona a instituição por necessidade de trabalho e de consequente manutenção do sustento próprio e familiar. No segundo caso, a aprovação no Enem o habilita a buscar novos caminhos escolares que, em alguns casos, não têm como destino o IFG.

O reflexo desse comportamento pode explicar o baixo valor desse indicador institucional em 2013, conforme pode ser observado nas tabelas de números 104 a 106 e no gráfico de número 12.

Tabela 104 - Índice de eficiência acadêmica nos câmpus Goiânia e Inhumas do IFG em 2013

<b>Cálculo do Indicador</b>				
<b>Câmpus / Exercício</b>		<b>Concluintes</b>	<b>Alunos com Situação Final</b>	<b>Indicador (%)</b>
Câmpus Goiânia	2009	547	632	86,55
	2010	515	656	78,75
	2011	193	236	81,78
	2012	400	485	82,5
	2013	1.011	1.840	54,95
Câmpus Inhumas	2010	28	80	35
	2011	60	166	36,14
	2012	70	141	49,6
	2013	131	581	22,55

Fonte: Relatório de Gestão de 2013 – IFG

Tabela 105 - Índice de eficiência acadêmica nos campi de Anápolis, Luziânia, Uruaçu, Formosa, Itumbiara, Jataí, Aparecida de Goiânia e Cidade de Goiás do IFG em 2013

<b>Cálculo do Indicador</b>				
<b>Câmpus / Exercício</b>		<b>Concluintes</b>	<b>Alunos<sup>com</sup> Situação Final</b>	<b>Indicador (%)</b>
Câmpus Anápolis	2011	38	56	67,86
	2012	31	207	15
	2013	194	450	43,11
Câmpus Luziânia	2011	57	88	64,77
	2012	97	233	41,6
	2013	108	472	22,28
Câmpus Uruaçu	2010	1	32	3,13
	2011	0	45	0,00
	2012	93	301	30,9
	2013	127	269	47,21
Câmpus Formosa	2011	123	163	75,46
	2012	56	209	26,8
	2013	210	433	48,50
Câmpus Itumbiara	2010	20	76	26,32
	2011	5	57	8,77
	2012	177	397	44,6
	2013	176	360	48,89
Câmpus Jataí	2009	120	154	77,92
	2010	48	79	60,76
	2011	81	206	39,32
	2012	158	372	42,5
	2013	155	441	35,15
Aparecida de Goiânia	2013	152	228	66,67
Cidade de Goiás	2013	31	78	39,74

Fonte: Relatório de Gestão de 2013 – IFG

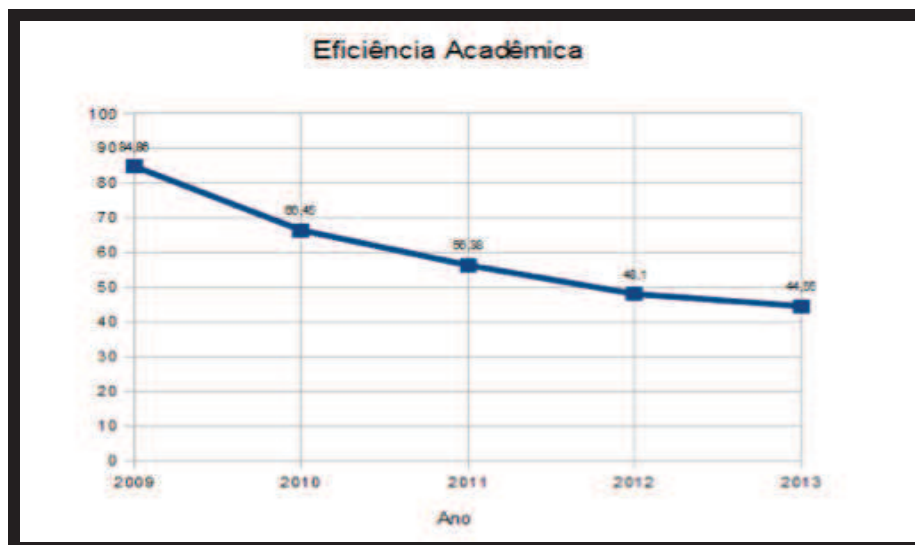
Tabela 106 - Resumo do índice de eficiência acadêmica do IFG em 2013

TOTAL IFG	2009	667	786	84,86
	2010	612	921	66,45
	2011	557	988	56,38
	2012	1.181	2.456	48,10
	2013	2.295	5.152	44,55

Fonte: Relatório de Gestão de 2013 – IFG



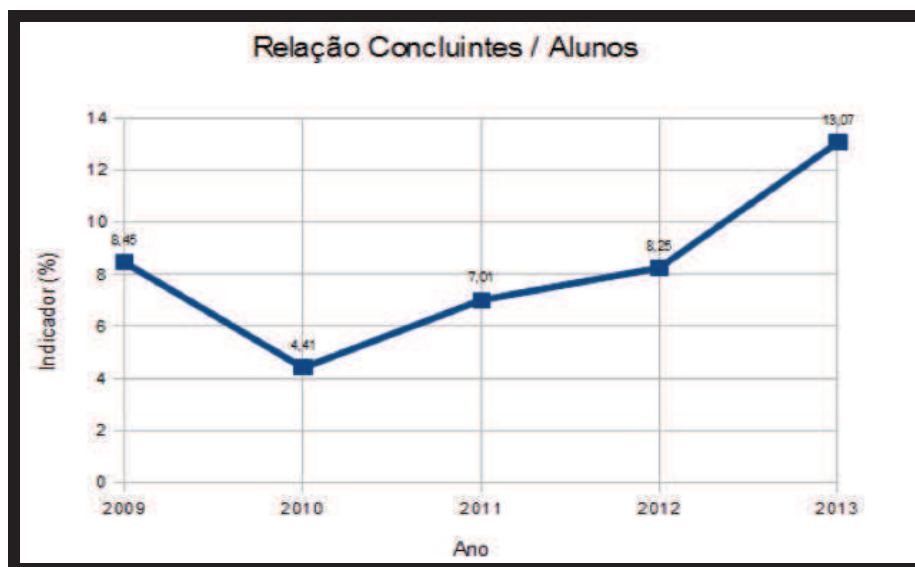
Gráfico 12 - Índice de eficiência acadêmica no IFG em 2013



Fonte: Relatório de Gestão de 2013 – IFG

O indicador que analisa a relação entre alunos concluintes e alunos matriculados só pode aumentar se crescer o número de alunos concluintes. Assim, a oscilação ao longo dos anos, expressa no Gráfico 13, deve-se em primeiro lugar ao aumento do número de vagas quando da implantação de novos câmpus e também à retenção do aluno em virtude de reprovação, abandono e outras situações que o impediam de avançar rumo à conclusão do curso.

Gráfico 13 - Relação concluintes/aluno no IFG em 2013

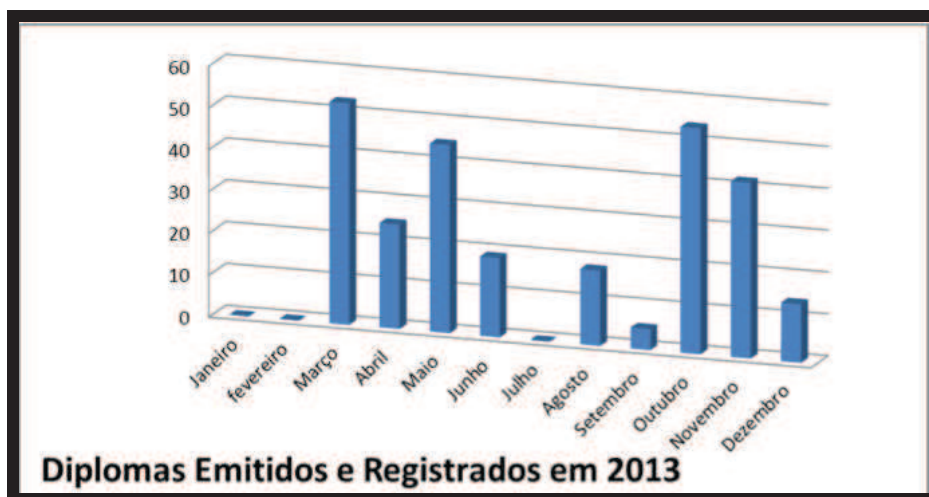


Fonte: Relatório de Gestão de 2013 - IFG

A partir da elevação do CEFET-GO à categoria de IFG, a instituição estava autorizada a emitir e registrar o diploma de seus alunos. Anteriormente esse registro era feito na

Universidade Federal de Goiás, mediante um convênio. No ano de 2013 o número de diplomas expedidos pelo IFG foi de 275 e está formatado no Gráfico 14.

Gráfico 14 - Número de diplomas expedidos em 2013 pelo IFG



Fonte: Relatório de Gestão de 2013 –IFG

O indicador que estabeleceu a retenção dos alunos na instituição no ano de 2013 está mapeado no Gráfico 15 e nas tabelas 107 e 108. Segundo o Relatório de Gestão de 2013 (IFG, 2013, p. 189):

A taxa de retenção do fluxo escolar (aluno EM CURSO com ciclo vencido), em 2013 foi de 24,07%, valor que aponta para uma queda do indicado dentro de níveis aceitáveis (10 a 20%). A Instituição tem incentivado e apoiado políticas de combate a essa retenção: grupo de apoio psicopedagógico nos departamentos para interagirem com os alunos e estudarem alternativas para melhorar o rendimento escolar, ampliação dos trabalhos de monitoria, incentivo a iniciação científica e políticas de assistência ao estudante..

Gráfico 15 - Índice de retenção do fluxo escolar do IFG em 2013



Fonte: Relatório de Gestão de 2013 –IFG

Tabela 107 - Índice de retenção do fluxo escolar nos campi de Anápolis, Formosa, Luziânia, Goiânia, Inhumas, Itumbiara e Jataí do IFG em 2013

Cálculo do Indicador				
Câmpus / Exercício		Retenção	Matrículas	Indicador
Anápolis	2011	37	98	37,76
	2012	89	975	9,13
	2013	229	1.439	15,91
Formosa	2011	9	163	5,52
	2012	124	861	14,4
	2013	219	1.109	19,75
Luziânia	2011	11	106	10,38
	2012	212	1.131	18,74
	2013	259	1.400	18,50
Goiânia	2009	986	6.435	15,32
	2010	1.126	8.148	13,82
	2011	439	861	50,99
	2012	2.391	6.052	39,51
	2013	2.129	6.895	30,88
Inhumas	2009	262	1.090	24,04
	2010	285	1.098	25,96
	2011	258	450	57,33
	2012	614	1.591	38,59
	2013	584	1.716	34,03
Itumbiara	2009	127	550	23,09
	2010	181	814	22,24
	2011	37	118	31,36
	2012	173	1.066	16,23
	2013	267	1.139	23,44
Jataí	2009	283	1.463	19,34
	2010	286	1.639	17,45
	2011	49	278	17,63
	2012	190	1.475	12,88
	2013	367	1.502	24,43

Fonte: Relatório de Gestão de 2013

Tabela 108 - Índice de retenção do fluxo escolar nos campi de Uruaçu, Luziânia, Goiânia, Aparecida de Goiânia e Cidade de Goiás do IFG em 2013

Cálculo do Indicador				
Câmpus / Exercício		Retenção	Matrículas	Indicador
Uruaçu	2009	47	547	8,59
	2010	192	794	24,18
	2011	15	88	17,05
	2012	118	850	13,88
	2013	172	940	18,30
Aparecida	2012	0	153	0
	2013	0	1096	0
Cidade de Goiás	2012	0	165	0
	2013	0	320	0
TOTAL IFG	2009	1.705	10.085	16,91
	2010	2.187	13.883	16,08
	2011	855	2.162	39,55
	2012	3.911	14.319	27,30
	2013	4.226	17.556	24,07

Fonte: Relatório de Gestão de 2013

Em 2013 foi possível calcular um indicador que estabelece uma relação entre o número de alunos matriculados na instituição por pertencerem ao núcleo familiar que apresenta uma renda *per capita* familiar  $\leq$  (menor ou igual) 1,5 salário mínimo e esse percentual é insignificante diante das outras faixas de rendas familiares.

Assim, esses alunos foram contados por câmpus e o resultado final para todo o Instituto Federal de Goiás se encontra mapeado na Tabela 109:

Tabela 109 - Relação dos alunos com renda *per capita* familiar  $\leq$  1,5 salário mínimo

<b>Câmpus</b>	<b>Total</b>
Câmpus Anápolis	11
Câmpus Aparecida de Goiânia	12
Câmpus Cidade de Goiás	1
Câmpus Formosa	21
Câmpus Goiânia	89
Câmpus Inhumas	8
Câmpus Itumbiara	11
Câmpus Jataí	7
Câmpus Luziânia	9
Câmpus Uruaçu	29
<b>TOTAL IFG</b>	<b>198</b>

Fonte: Relatório de Gestão de 2013 –IFG

Em 2014, o quadro dos servidores de todo o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Estado de Goiás, apurado em 31 de dezembro, apresentou um total de 1941 pessoas distribuídas entre as atividades de meio e fim; ou seja, 821 técnicos-administrativos e 1115 docentes. Essa distribuição pode ser visualizada na Tabela 110, inclusive com a distribuição dos servidores por faixa etária e a situação deles dentro da instituição.

É necessário fazer uma ressalva: havia possibilidade de contratação de mais servidores, uma vez que o governo federal tem uma autorização de vagas que totaliza 2077 provimentos. Assim, uma vez disponibilizados os códigos de vaga para contratação, a instituição tinha, a contar do referido ano, 136 vagas a serem preenchidas.

As tabelas de números 111 a 113 mostram o quadro de servidores técnico-administrativos e sua escolaridade.

Tabela 110 - Recursos Humanos do IFG em 2014

## Força de Trabalho da UJ

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autoriz	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	1.827	1.785	264	58
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	1.827	1.785	264	58
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	1.827	1.780	264	58
1.2.2. Servidores de carreira em exercício	0	1	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	2	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e	0	2	1	0
2. Servidores com Contratos Temporários	250	156	88	60
3. Servidores sem Vínculo com a Administração	0	0	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	2.077	1.941	352	118

## Quantidade de servidores da UJ por faixa etária - Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de Cargo Efetivo	567	715	395	221	39
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	494	650	380	218	39
1.3. Servidores com Contratos Temporários	73	65	15	3	0
2. Provimento de Cargo em Comissão	78	129	88	46	2
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento	9	31	31	15	0
2.3. Funções Gratificadas	69	98	58	33	2
3. Totais (1+2)	645	844	483	267	41

## Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Area Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)		
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	826	959
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	821	959
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	01	00
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	02	00
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	02	00
2. Servidores com Contratos Temporários	00	156
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	00	00
4. Total de Servidores (1+2+3)	826	1115

Fonte: Relatório de Gestão de 2014 - IFG

Tabela 111 - Recursos humanos do IFG – Técnicos administrativos Classe C em 2014

Câmpus	TA CLASSE C						
	Quantidade	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Nível Superior		Especialização	
				Qty.	%	Qty.	%
Anápolis	16		5	11	68,8	2	12,5
Aparecida de Goiânia	8		5	3	37,5		0,0
Formosa	8		2	6	75,0		0,0
Goiás	3		2	1	33,3	1	33,3
Goiânia	36	1	12	23	63,9	4	11,1
Inhumas	11		4	7	63,6	2	18,2
Itumbiara	10		6	4	40,0	1	10,0
Jataí	21		4	17	81,0	6	28,6
Águas Lindas							
Luziânia	6			6	100,0		0,0
Goiânia Oeste							
Reitoria	16		6	10	62,5	1	6,3
Senador Canedo							
Uruaçu	7		7		0,0		0,0
Valparaíso	1		1		0,0		0,0
IFG - Total	143	1	54	88	61,5	17	11,9

Fonte: Relatório de Gestão de 2014 - IFG

Tabela 112 - Recursos humanos do IFG – Técnicos administrativos Classe D em 2014

TA CLASSE D									
Campus	Quantidade	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Nível Superior		Especialização		Mestrado	
				Qt	%	Qty.	%	Qty.	%
Anápolis	21	0	5	16	76,2	6	28,6	0	0,0
Aparecida de Goiânia	22	0	7	15	68,2	2	9,1	0	0,0
Formosa	21	0	9	12	57,1	2	9,5	0	0,0
Goiás	20	0	5	15	75,0	5	25,0	0	0,0
Goiânia	97	1	21	73	75,3	11	11,3	3	3,1
Inhumas	23	0	6	15	65,2	4	17,4	2	8,7
Itumbiara	20	0	6	14	70,0	3	15,0	0	0,0
Jataí	27	0	4	20	74,1	6	22,2	3	11,1
Águas Lindas	10	0	5	5	50,0		0,0	0	0,0
Luziânia	18	0	2	16	88,9	3	16,7	0	0,0
Goiânia Oeste	9	0	1	8	88,9	3	33,3	0	0,0
Reitoria	72	0	9	62	86,1	35	48,6	1	1,4
Senador Canedo	8	0	3	5	62,5	2	25,0	0	0,0
Uruaçu	25	0	14	11	44,0	3	12,0	0	0,0
Valparaíso	7	0	4	3	42,9	1	14,3	0	0,0
IFG - Total	400	1	101	290	72,5	86	21,5	9	2,3

Fonte: Relatório de Gestão de 2014- IFG

Tabela 113 - Recursos humanos do IFG – Técnicos administrativos Classe E em 2014

Câmpus	TA CLASSE E						
	Quantidade	Nível Superior	Especialização		Mestrado		Doutorado
			Qtd.	%	Qtd	%	
Anápolis	19	19	6	31,6	3	15,8	0
Aparecida de Goiânia	18	18	3	16,7	1	5,6	0
Formosa	15	15	6	40,0	0	0,0	0
Goiás	8	8	6	75,0	0	0,0	0
Goiânia	45	45	12	26,7	2	4,4	0
Inhumas	17	17	3	17,6	3	17,6	0
Itumbiara	18	18	2	11,1	4	22,2	0
Jataí	16	16	1	6,3	2	12,5	0
Águas Lindas	8	8	2	25,0	0	0,0	0
Luziânia	14	14	4	28,6	0	0,0	0
Goiânia Oeste	5	5	3	60,0	0	0,0	0
Reitoria	55	55	29	52,7	10	18,2	1
Senador Canedo	8	8	2	25,0	1	12,5	0
Uruaçu	10	10	1	10,0	1	10,0	0
Valparaíso	8	8	2	25,0	1	12,5	0
IFG - Total	264	264	82	31,1	28	10,6	1

Fonte: Relatório de Gestão de 2014- IFG

A tabela de número 114 apresenta os indicadores calculados para o ano de 2014 e permitem uma visualização mais ampla da instituição e de sua situação atual dentro desse processo de expansão que se iniciou desde a sua elevação de CEFET-GO para a condição de Instituto Federal de Goiás.

A expansão favoreceu a oferta de maior número de vagas dentro do plano inicial de crescimento institucional, com a construção e a inauguração dos novos câmpus. Entretanto, os indicadores institucionais apontaram para um desempenho que oscilou muito durante esse processo expansionista. Embora todos os indicadores tenham uma explicação de cunho técnico-administrativo e até mesmo regional, não se pode deixar de questionar e refletir se o crescimento em número de câmpus foi uma prática que comprometeu a qualidade do ensino. Há que se observar nas tabelas de números 114 a 118 a condição institucional em 2014.

Tabela 114 - Indicadores institucionais do IFG em 2014

Indicadores	Fórmula de Cálculo	Exercício				
		2014	2013	2012	2011	2010
Acadêmicos	Relação Candidato/Vaga	6,41	5,65	10,01	11,68	8,68
	Relação Ingressos/Aluno	28,33	38,21	33,05	25,82	26,46
	Relação Concluintes/Aluno	11,41	13,07	8,25	7,01	4,41
	Índice de Eficiência Acadêmica - Concluintes	45,80	44,55	48,1	56,38	66,45
	Índice de Retenção do Fluxo Escolar	40,53	24,07	27,3	39,55	16,08
	Relação de Alunos/Docentes em Tempo	12,49	13,65	-	-	-
Socioeconômico	Número de Alunos Matriculados por Renda per Capita Familiar	432	198	-	-	-

Fonte: Relatório de Gestão de 2014



O Relatório de Gestão de 2014 (IFG, 2014, p. 102) considerou que a elevação do valor do indicador candidato por vaga se deve ao fato de que os alunos da EaD e da rede E-Tec Brasil, que constavam na análise de 2013, não estavam incluídos no cálculo em 2014, porque pertenciam ao programa Pronatec, que tem recursos próprios. Outro fator que contribuiu para isso foi a baixa procura dos cursos de FIC (Formação Inicial e Continuada).

O indicador relação de ingresso/aluno, reduzido em virtude da redução da oferta de vagas em 2014, pode ser visualizado na Tabela 114.

A tendência do indicador alunos concluintes/alunos matriculados é de elevação. Sua diminuição em 2014 deve-se ao movimento de greve naquele ano, que alterou o calendário dos câmpus e, conseqüentemente, o período de finalização e conclusão dos cursos (Ver Tabela 114).

O indicador eficiência acadêmica em 2014 foi afetado, também pelo motivo do indicador anterior (movimento grevista) e devido aos alunos que tiveram sucesso no ENEM (e em virtude disso abandonam o curso no IFG). (Ver Tabela 114).

Pelos mesmos motivos expostos acima para os demais indicadores, o índice de retenção do fluxo escolar também foi afetado. No tocante à paralisação dos servidores em 2014, é preciso considerar que o número de estudantes que não pôde concluir seus estudos foi muito grande, uma vez que o Câmpus de Goiânia tinha 4.508 alunos, total que equivalia a quase 50% dos alunos do IFG.

Tabela 115 - Vagas ofertadas no IFG em 2014

Ano	Vagas ofertadas
2013	7424
2014	4000
Diferença	3424

Fonte: Relatório de Gestão de 2014 -IFG

Tabela 116 - Percentual candidato /vaga por modalidade de curso no IFG em 2014

Câmpus	TOTAL
Bacharelado e Tecnologia	16,23
Licenciatura	6,84
Técnico Integrado	4,36
Técnico Subsequente	2,92
Técnico Integrado - EJA	2,18
FIC	1,08
Pós-Graduação	1,49

Fonte: Relatório de Gestão de 2014 -IFG

Tabela 117 - Taxa de ocupação das vagas ofertadas em 2014

Modalidade	2013 (extração dos dados em 03/02/2014)			2014 (extração dos dados em 06/03/2015)		
	Vagas	Ingressantes	% de ocupação	Vagas	Ingressantes	% de ocupação
FIC	859	747	86,96	575	436	75,83
Pós-Graduação	0	0	0%	125	95	76,00
Bacharelado, Licenciaturas e Técnicos Presenciais	2940	2763	93,98	3300	2934	88,91

Fonte: Relatório de Gestão de 2014 -IFG

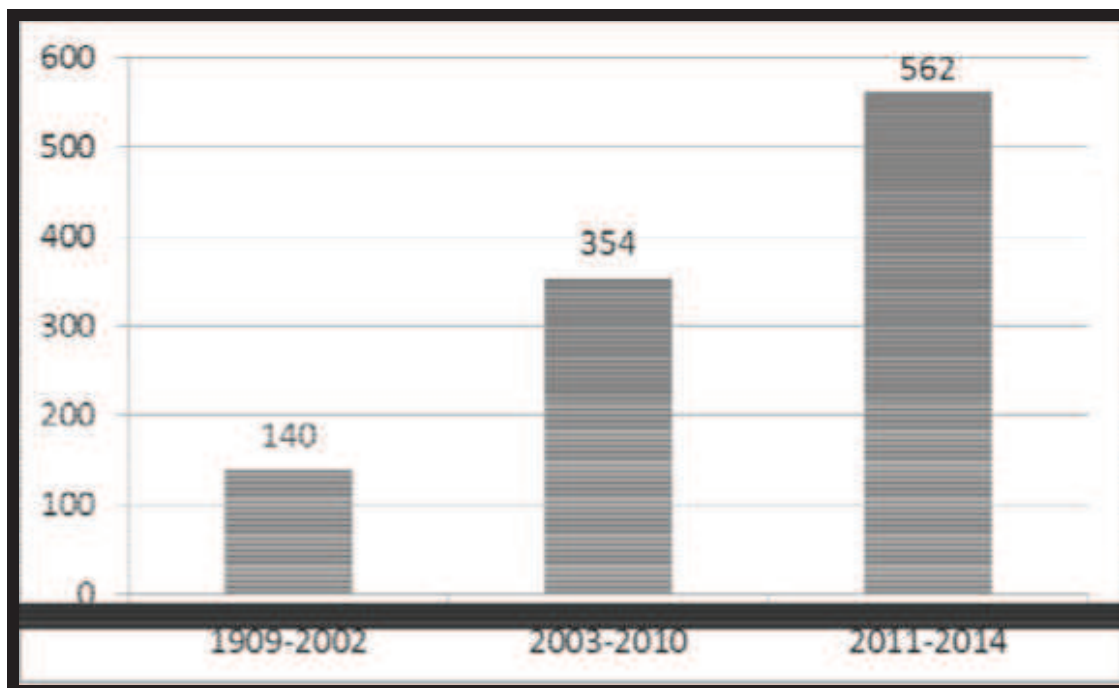
Tabela 118 - Relação do número de alunos do IFG em 2014 (Levantamento feito em 12/02/2015)

CAMPUS	QTDE	%
Aguas Lindas	143	1.36
Anápolis	756	7.21
Aparecida	505	4.82
Cidade de Goiás	194	1.85
Formosa	719	6.86
Goiânia	4508	42.99
Goiânia Oeste	94	0.90
Inhumas	496	4.73
Itumbiara	574	5.47
Jataí	850	8.11
Luziânia	724	6.90
Senador Canedo	90	0.86
Valparaíso de Goiás	746	7.11
Uruaçu	88	0.84

Fonte: Relatório de Gestão de 2014 -IFG

O panorama apresentado pelo IFG e a sua expansão nos levam a fazer algumas reflexões que podem contribuir para a compreensão da importância do Câmpus de Goiânia para o complexo que hoje se denomina Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Goiás, que por sua vez faz parte do plano de expansão da rede Educação Profissional e Tecnológica, cuja situação em 2014 pode ser observada no Gráfico 16.

Gráfico 16 - Situação atual da rede de educação profissional e tecnológica



Fonte: Relatório de Gestão de 2014 - IFG

O IFG cresceu em número de alunos e de câmpus e isso pode ser considerado bom para as regiões em que os novos câmpus foram instalados. Durante toda essa expansão, o Câmpus Goiânia foi o próprio IFG. Ele foi e continua sendo crucial para todo esse processo, Sua importância é determinada historicamente por sua trajetória, desde quando Escola Técnica de Goiânia em 1942 até a sua condição atual.

Entretanto, o Câmpus Goiânia foi tragado por essa vertiginosa sede expansionista e reduzido a uma unidade da expansão que coloca em esquecimento toda a sua importância histórica – ele se tornou vítima do processo, passou da condição hegemônica para a condição de apenas mais um dentro do contexto. Não se trata de um lamento, mas de uma reflexão de como o capital trata as instituições e as reduz a uma condição mercadológica em um prazo muito curto de tempo.

Outra reflexão se torna importante para que inclusive sirva de subsídio histórico e profissional de nós mesmos, que fazemos parte da instituição e queremos que ela cresça em todos os sentidos, até mesmo para que o crescimento sirva para uma mudança social elevando o nível de escolaridade de seus integrantes; essa reflexão tem um caráter mais amplo e não se refere tão somente ao Câmpus Goiânia, e sim a todo o IFG, e passa pelas indagações: foi um erro ou não a mudança de Escola Técnica Federal para CEFET-GO (que não teve tempo para a sua maturidade histórica)? E por que mudar para IFG?

Ao serem comparadas as duas condições, verifica-se que ambas puderam desempenhar as mesmas atividades e ministrar as mesmas modalidades de curso e com as mesmas propostas pedagógicas. O que mudou foi o fato histórico, as condições orçamentárias e o número de funções gratificadas, além do *status* do dirigente maior (que passa a ser um reitor) e de seus diretores gerais (elevados à condição de pró-reitores).

Como tudo na vida tem como resposta mais sábia o próprio tempo, fica-se na expectativa de que o tempo venha munir de uma resposta esclarecedora todos aqueles que passam pela mesma reflexão.

### **3.5 A Contribuição de Ex-Aluno e Ex-Diretores da Instituição numa Visão Pessoal e Crítica, Desde a Escola de Aprendizes Artífices até a Condição de Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás**

Conforme abordado na introdução deste trabalho, tivemos a oportunidade de entrevistar os ex-diretores Hélio Naves, Edwaldo Augusto Won Waldow e Ítalo de Lima Machado e o ex-aluno da Escola de Aprendizes Artífices de Goiás e da ETG Jorivê de Oliveira Fleury, embora outras entrevistas do professor Hélio Naves e do aluno Jorivê tenham sido disponibilizadas pelo Observatório do Mundo do Trabalho.

Apresenta-se a seguir uma breve biografia dos entrevistados.

Hélio Naves – nasceu no dia 18 de setembro de 1926 na fazenda Água Limpa, município de Iraí de Minas. É o terceiro dos sete filhos do casal Jonas Naves e Elmira de Oliveira Fernandes. Casou-se com Maria José Lisboa Naves e dessa união nasceram os filhos Hélio Naves Júnior e Maria Helena. Veio de Minas Gerais para Goiânia em 1943, ingressando-se na Escola Técnica de Goiânia, na qual foi aluno e professor concursado e se aposentou como diretor. Formado em Ciências Econômicas pela Universidade Católica de Goiás, foi representante dos professores da Escola Técnica Federal de Goiás por vários mandatos, Secretário Estadual de Educação de 1975 a 1977 e diretor da Escola Técnica Federal de Goiás de 1979 a 1984.

Além de professor, Hélio Naves tornou-se empresário na área de fármacos em sociedade com seu cunhado que era médico e farmacêutico, Dr. José Braz Cesarino Neto, e também foi um dos diretores do Banco do Estado de Goiás. De caráter ilibado, homem probo e de ampla visão dos problemas atuais relativos ao campo empresarial, atualmente é vice - presidente do Conselho Deliberativo do Sebrae; diretor - financeiro da Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg); diretor geral do Instituto Euvaldo Lodi (IEL) em Goiás e diretor administrativo e

financeiro da Fundação de Desenvolvimento de Tecnópolis (Funtec). É ainda conselheiro da Fundação Educacional de Goiás (FEG), da Fac-Lions, da Fundação Banco de Olhos de Goiás (Fubog), do IFG e da Universidade Federal de Goiás (UFG).

Ítalo de Lima Machado - foi diretor geral do Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás – CEFET-GO (1994/2001) e é professor aposentado pelo IFG. É graduado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (1989), possui Licenciatura Plena em Saúde pela Universidade Federal de Goiás (1983), é graduado no Curso Superior de Tecnologia Médica em Saneamento Ambiental pela Universidade Federal de Goiás (1980) e é pós-graduado em: Direito Administrativo e Constitucional pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (2004); Gestão da Educação Tecnológica pela Oklahoma State University (1996); Saúde Pública pela Escola Nacional de Saúde Pública (1983), além de ter sido aluno regular do Doutorado em Direito Civil pela Universidade de Buenos Aires - UBA (2011). Foi gerente de educação profissional do Senai GOIÁS (2008/2015) e atualmente é assessor técnico da Diretoria de Educação e Tecnologia desse órgão. É Conselheiro no Conselho Estadual de Educação de Goiás, aprovado pela Assembleia Legislativa e nomeado pelo governador. Atua também como consultor educacional em educação profissional e educação superior.

Edwaldo Augusto Won Waldow – nasceu em 06 de abril de 1937 na Cidade de Goiás. Filho de Waldemar Won Waldow e de Frida Won Waldow, fez o primário na Escola N. S. das Graças em Goiânia, o primeiro e segundo grau no Liceu de Goiânia e concluiu este último no Educandário Ruy Barbosa. cursou Engenharia Civil na Escola Nacional de Engenharia da Universidade do Brasil no Rio de Janeiro e Arquitetura e Urbanismo na PUC de Goiás. Fez Licenciatura Plena em História da Arte e Construção e Desenho. Trabalhou como engenheiro na empresa de Serviços Aerofotogramétricos Cruzeiro do Sul no Rio de Janeiro e na Secretaria de Viação e Obras Públicas de Goiás na cidade de Goiânia. Foi engenheiro civil do departamento de obras da UFG, da Sociedade Goiana de Lajes e da Modulus – Projetos e Construções, todas localizadas em Goiânia.

Na Escola Técnica Federal de Goiás foi professor das disciplinas Tecnologia das Construções e Educação Artística e também coordenador, assessor de planejamento, vice-diretor e diretor geral da instituição, pela qual se aposentou.

Jorivê de Oliveira Fleury – nasceu na Cidade de Goiás no dia 31 de janeiro de 1927. Foi aluno da Escola de Aprendizes Artífices durante um ano, frequentando o curso de Alfaiataria. Teve como professoras Maria Peclat e Laura e o diretor da época era Franklin. Veio para Goiânia com a transferência da Escola de Aprendizes e Artífices e então mudou-se para o curso de Tipografia. Trabalhou muito nessa última área, de inclusive no Grupo Jaime Câmara. Hoje reside na cidade de Cristalina (GO).

Sobre a época da Escola de Aprendizes Artífices, Jorivê destacou que às vezes batia uma saudade dos colegas, da convivência e do espírito solidário. Nisso, enalteceu a amizade com os colegas pobres, pois não havia lugar para o preconceito, além de uma grande admiração e respeito pelos professores e pelo Diretor.

Lá a escola era composta de gente pobre... . Pobre e não tinha... . Eu nunca vi falar em descrição de cor lá dentro que...eu lembro... podia até ter havido mas eu não me lembro...Eu mesmo tinha um amigo que era negro...preto mesmo...parecia daqueles africanos... . Chamava Paulo. [...] não tinha internato...era só para homens e parece que só tinha alunos da cidade mesmo.[...] Completamente diferente de hoje! Porque naquele tempo diretor era diretor... se a gente estava sentado, se ele aparecesse na porta a gente tinha que levantar. Levantava...tinha que dar espaço para ele passar. Não podia conversar... perguntar por nada...era... como vou falar - Era como um deus. Ele chegou acabou os assuntos...acabou qualquer coisa e tinha que prestar atenção nele. Tanto nós o respeitava, como ele nos respeitava... ele chamava Franklin da Rocha Lima...era...Franklin..

O ex-aluno relembrou a mudança para a nova capital. A lucidez dos fatos impressiona, considerando o avançado da idade, principalmente em detalhes como estes:

O médico chamava Dr. Cury. O meu professor de tipografia era Crisóstomo Cecílio Nunes. Esse curso foi importantíssimo... . Foi a minha profissão a qual eu me aposentei com essa profissão... . Nós viemos de Goiás e eu recordo o nome dos meus colegas da seguinte maneira: Número 1 – Domingos Lacerda com o apelido de Tiótió, número 2 – Wady Elias, número 3 – Washington Guimarães de Rio Verde, número 4 – Bady Elias (irmão do Wady) de Catalão. número 5 – Chochinho...chamava Aldo...Aldo... número 6 - Dolman e o número 7 eu...[...]. As aulas de educação física.... . Era um sargento... . Um sargento da polícia ... .muito bom depois ele casou com a mestre Adélia... . Eu não me recordo o nome dele não [...] na escola tinha tipo uma fonte luminosa... . E quando vinha a chuva ela enchia e a gente tomava banho nela...era repreendido, mas a gente tomava banho.

Quanto à questão do perfil do aluno na época da Escola Técnica de Goiânia, o ex-aluno Hélio Naves fez a seguinte consideração:

[...] Goiânia já foi povoada pelo Brasil todo. Mineiros, mas também nordestino de todo o nordeste aportou-se aqui... aqui a Vila Nova você via cearenses, piauense e baianos e tudo... aqui já não era tão necessário assim que a gente notasse a afluência do afro... dos mais desafortunados sim!!! Você podia ver que quem mais procurava a escola era gente que não tinha muito recurso... porque ...procurava porque tinha internato...foi o meu caso. Eu vim para cá porque tinha internato e se não tivesse internato... eu não teria...meus pais não teriam condições de me manter aqui em Goiânia para fazer o curso e ficar aqui 4 anos hospedado em hotel ou pensão seja lá como fosse...então...Isso aconteceu com muita gente ...que veio lá quando era Goiás era Tocantins todinho ...gente que veio lá do norte de Goiás...da Ponta do Papagaio ...e do sul...e do leste e do oeste tudo...aflui aqui para estudar porque tinha internato...eram 92 vagas...isso puxou muito e aqueles que não puderam internar...mas que precisavam de recursos...a Legião Brasileira de Assistência ainda conseguia dormitórios para eles e tudo...e eles deviam ser semi-internos porque não

eram internos ...mas conseguia também alimentação todinha aqui na escola...isso ééé... ajudou muito no início porque depois com o tempo aquilo foi...até chegar a época de acabar com a internato porque já não necessitava mais disso então...surgiu tantas escolas no interior que já não afluía para cá tanta gente à procura de um ensino de segundo grau e profissionalizante.

Quando da entrevista com os ex-diretores da Escola Técnica Federal, professores Edwaldo Augusto Won Waldow e Ítalo de Lima Machado, ambos foram categóricos em dizer da estrutura da instituição (em tempos diferentes, 1971 e 1994, respectivamente) e do papel pedagógico de qualidade, de organização e de recursos humanos. Entretanto, assinalaram que a instituição era elitista e que o filho do pobre nela não permanecia ou não conseguia acesso. O professor Ítalo enfatizou que o número de carros no estacionamento do CEFET-GO havia crescido consideravelmente, e não eram carros de professores (até porque estes não tiveram aumento), eram de alunos.

Outro fato importante é que a partir dos anos 60 a concepção do sucesso de uma escola passou a depender basicamente do processo seletivo. Dessa forma, mantinha-se o processo de reprodução global que severamente tangencia a máxima de que a massificação não reduz as desigualdades escolares, as quais reproduzem largamente as desigualdades sociais. Assim, recai sobre os umbrais da escola o processo executivo que opera as grandes divisões e as grandes desigualdades (DUBET, 2003, p. 34).

Se for observada a evasão vinculada ao fracasso escolar, não se esquecendo do fato de que ambos trazem uma sequência interminável de variáveis que se potencializam e terminam por eclodir na trajetória e no rendimento escolar do aluno, pode-se tomar como referência a afirmação, feita por Freire (1996, p. 87), de que é apanágio da escola pública a responsabilidade da evasão e do fracasso escolar dos alunos:

A luta hoje tão atual contra os alarmantes índices de reprovação que gera a expulsão de escandaloso número de crianças de nossas escolas, fenômeno que a ingenuidade ou a malícia de muitos educadores e educadoras chama de evasão escolar, dentro do capítulo do não menos ingênuo ou malicioso conceito de fracasso escolar. No fundo, esses conceitos todos são expressões da ideologia dominante que leva as instâncias de poder, antes mesmo de certificar-se das verdadeiras causas do chamado “fracasso escolar”, a imputar a culpa aos educandos. Para mim, o problema não é evasão, é expulsão. As escolas expulsam muito mais do que dela se evadem os alunos. Esse é um problema que tem de ser discutido, criticado, analisado. Em um determinado momento o adolescente descobre – e descobre sofridamente – que a escola não bate com as dúvidas dele, que a escola não corresponde às suas ansiedades. E, tanto quanto ele possa, o adolescente deixa a escola. No fundo a escola não se tornou capaz de evitar que o adolescente não encontrasse nada, nenhum sentido nela.

Há aqui um paradoxo que bordeja a escola, porque, se por um lado ela impõe e reflete o pensamento da classe dominante, por outra vertente ela trata todos de maneira igual, como



se não houvesse distinção – a escola favorece a aprendizagem daqueles que vivem o *ethos cultural* por ela veiculado, segregando e marginalizando os que apresentam características diferentes (TIBALLI, 2002, p. 204).

No ensino profissionalizante não é diferente e os problemas vividos desde a sua implantação (como no caso do EAA-ETG-CEFETGO-IFG), tais como o fracasso escolar, a evasão e a inclusão, são remanescentes e se recrudescem depois de mais de cem anos de experiência com esse modelo de ensino. Isso reforça sobremaneira o já abordado por Tiballi (2002, p. 206):

Os termos inclusão e exclusão social não podem ser suficientemente explicados senão vinculados à desigualdade social que tem na estrutura social de classes a sua sustentação. Inclusão e exclusão são desdobramentos da desigualdade social fundante das sociedades estruturadas em classes sociais.

A escola - e no caso específico pode e deve incluir a escola profissionalizante – passa, segundo Tiballi (2002, p. 207),

[...] a ter uma realização efetiva enquanto escola e centro do saber, quando se realiza por meio de três elementos fundantes – o aluno, o professor e o conhecimento. Além disso é preciso que ela se cumpra e responsabilize com a tarefa de garantir o acesso e a permanência no processo de escolarização por meio do cumprimento das premissas:

- Sejam garantidas às escolas as condições institucionais e materiais necessárias ao seu funcionamento.
- Seja propiciada ao professor a qualificação profissional que lhe possibilite distinguir e trabalhar pedagogicamente as diferentes formas de aprender que os alunos apresentam em uma mesma sala de aula
- Seja garantida a todos os alunos a formação intelectual, ética e cultural que se dá por meio do conhecimento.

Considerando no passado a Escola de Aprendizes Artífices e no presente o Câmpus Goiânia do IFG e comparando as duas situações, observa-se uma clientela diferenciada em termos de poder aquisitivo (muito melhor do que no passado) e uma democratização no que se refere à questão racial: há mais negros e amarelos frequentando a instituição.

Do ponto de vista da renda familiar, a partir dos intervalos considerados na tabela de número 76 para a classificação dos grupos de renda da população, há uma constatação que emana de forma veemente:

### **3.5.1 O cotidiano e a questão disciplinar no Câmpus Goiânia do Instituto Federal de Goiás**

O cotidiano do Câmpus Goiânia do IFG é marcado por uma rotina que segue a programação das aulas estabelecidas em calendário, as atividades extraclasse - como por

exemplo as visitas técnicas e seminários -, bem como os eventos previstos por cada departamento de áreas acadêmicas. Esses eventos são elaborados na Semana Pedagógica, que ocorre no início de cada semestre e tem a intenção de estabelecer o que deve constar no calendário acadêmico anual e o que é previsto para cada um dos semestres letivos do câmpus.

Os alunos dos cursos técnicos integrados frequentam aulas no turno matutino juntamente com algumas turmas de engenharias e alunos do mestrado.

A questão disciplinar faz parte da Organização Didática (referida no Anexo H), que remete ao aluno toda a responsabilidade por seu comportamento dentro da instituição, bem como as consequências de suas possíveis infrações.

Nesse sentido, é bem diferente da Escola de Aprendizes Artífices e posteriormente da Escola Técnica de Goiânia, conforme depoimento do ex-aluno Jorivê de Oliveira Fleury, que vivenciou as duas fases da instituição. A questão da disciplina e as relações interpessoais dentro da Escola de Aprendizes Artífices traduzem o respeito (para não dizer temor) dos alunos em relação à toda a equipe da escola. A professora que podia castigar... também era mãe. Jorivê assim descreve:

[...] era completamente diferente de hoje... tanto é que os meninos de grupo sabe mais do que os doutores de hoje... aquele homem comum sabe mais do que advogado que estudou hoje...tem a vida muito mais ampla... . Eu acho que era mais perfeito... . A professora podia por de castigo e hoje se uma professora fizer isso ela vai para a cadeia. Devia prender quem prendesse as professoras. A disciplina era primordial na escola... a professora falou a água parou... não tinha discussão...sabe?? [...] A professora era mãe fora de casa...!

A Escola deixa sinais indelévels do seu cotidiano na memória dos alunos. Resignificar esses sinais é complexo, mas a vivência daquele tempo ainda continua presente no pensamento dos ex-alunos como um momento de crescimento e de subsistência. Jorivê assim descreve parte desses momentos:

Me parece que 8 horas da manhã até as 10 horas...até 11 horas e depois tinha a folga para o almoço...e voltava outra vez 1 hora e aí ia até as 5 horas... das 1 até as 5 horas era officio... das 8 até as 11 era aula comum. O melhor da oficina era duas e meia... era o melhor da oficina porque tinha lanche sabe?? Então...Um lanche muito bom...doce... um pedaço de doce...um tampão.... canjica.... Era o melhor da escola! Estudava o dia todo... Bom tempo!...

Os comentários de Hélio Naves, ex-aluno e depois professor da Escola Técnica de Goiânia, destacam que o Dr. Antônio Manoel de Oliveira Lisboa, então Diretor da instituição. ... era um homem culto, formado pela Escola de Engenharia de Ouro Preto, e sobretudo um educador, porque sabia relevar muita coisa dos alunos, o que não seria tolerado por outro

diretor. Era um orientador para os alunos e sempre abordava nos finais das aulas assuntos de relevância como cidadania, civismo e mesmo comportamentos profissionais e da vida em sociedade.

O diretor morava aqui... tinha que fazer tudo...o início é início... foi muito difícil. Eu admiro esse povo que iniciou isso aqui.. vocês pegaram o avião decolado [...] quando eles fizeram a escola, era aquela tradição da Escola de Aprendizes e Artífices que o diretor precisava estar mais próximo dos seus alunos para ajudar... e para manter a disciplina, a ordem... [...] as normas de comportamento eram impostas pelo diretor.

Se considerarmos o paralelo dessa evolução, somos obrigados a reconhecer que o câmpus avançou de forma acelerada rumo a uma política disciplinar que privilegia a responsabilidade individual discente e eliminou figuras que eram bem rejeitadas, como as do bedel ou do inspetor da disciplina.

### **3.5.2 A formação técnica e profissional do estudante do câmpus Goiânia do IFG**

A mudança curricular com referência à formação do aluno movimentou muito até se consolidar no Câmpus Goiânia do IFG. Hoje a formação do aluno pode ser totalmente verticalizada dentro da instituição, desde o curso técnico integrado de nível médio até a pós-graduação. Diferentemente do que era, a escola avançou nessa questão de maneira significativa, possibilitando uma ascensão profissional de conhecimento bem relevante.

Nesse aspecto é importante relembrar Jorivê de Oliveira Fleury, que assim se refere à antiga Escola de Aprendizes Artífices:

Estudei um ano na escola por motivo de não poder estudar no Liceu e... porque Maria Peclat era muita amiga da minha mãe e me levou na Escola de Aprendizes e Artífices onde eu estudei um ano lá na escola. Os cursos que tinham lá era ... alfaiataria, selaria e sapataria, ferreiro...e... e marceneiro... Era os ofícios que tinham lá naquela época. Lá... eu estava aprendendo alfaiataria... já estava bastante adiantado na alfaiataria já fazia... rematava a costura...estava bastante adiantado. O diretor da Escola Artífice se chamava Franklin... A minha professora era Maria Peclat e... Laura... é... eu não me recordo o nome... eu tenho ele na fisionomia, mas não me recordo o nome. Era parece que estrangeiro sabe?...um nome estrangeiro... Era um homenzarrão e tinha o nome estrangeiro... disciplinas? Eu? Português, matemática, ciências e geografia e história. Essas 5 matérias ...lecionavam lá...e também hoje equivalia à quarta série... de grupo... né...? [...] hoje mudou tudo... No meu tempo era primário ... secundário... científico e universidade....

O magnífico do ser humano é essa possibilidade que cada um tem de ver os fatos e os acontecimentos sob uma óptica diferenciada, dicotômica e até paradoxal. Os dois alunos, Jorivê de Oliveira Fleury e Hélio Naves, foram contemporâneos na Escola Técnica de Goiânia

na primeira turma e depois da mudança e tiveram a mesma experiência escolar de internos. No entanto, o primeiro lamenta a mudança para Goiânia (não pela mudança simplesmente, mas por não ter uma substituta da Escola de Aprendizes Artífices na Cidade de Goiás, por desmantelar-se a escola que ajudou muita gente pobre) e o outro, com uma visão de evolução e valorização do ensino como forma de superar o tipo de ensino que fora ministrado, aprova o ocorrido. Na visão de Hélio Naves:

Não ... não...acabaram com a escola técnica... entrou dentro da filosofia do ensino industrial...e está melhorando cada dia... isso do instituto hoje é uma evolução da escola técnica... [...] com a criação da Escola Técnica... aí sim... o arsenal de maquinaria nosso já foi outro... muito mais evoluído...Você já tinha os tornos mecânicos, as fresadoras,as retificadoras...coisas que não existia numa escola de Aprendizes e Artífices... . Aprendizes e Artífices era muito mais voltada ao artesanato...era a mão... né?...então...Você tinha artes do couro – que fazia selaria, sapataria, malaria... isso continuou aqui no ensino industrial... continuou...porque a fábrica de calçados ela tinha que evoluir ...a fábrica de malas tinha que evoluir...fazer costurar com máquinas...cortar com máquinas... etc...mas deixava de ser propriamente um artesanato para ser uma indústria...transformação de uma matéria-prima num produto acabado utilizando a mão mas utilizando maquinaria também. A mesma coisa acontecia com a parte de marcenaria. Era marcenaria e carpintaria... carpintaria... para você fazer madeiramento da construções...das casas, portas, portais, currais para fazendas... e na marcenaria para fazer móveis...que até hoje se faz...Então...O que aconteceu com a Escola Técnica? Deixou de ser Escola de Aprendizes e Artífices...veio para a Escola Técnica com maquinarias diferentes, modernas, né?... e tudo...! Mas continuou o curso de marcenaria e carpintaria porque a construção civil continua existindo e vai existir...então saía o carpinteiro... saía lá o marceneiro e ...tudo.. e a mesma coisa acontecia na nossa área...tinha serralheria...para fazer também portas, portões, janelas e etc...esquadrias...tudo que você podia fazer ainda utilizando perfilados... e podia fazer com máquinas mais modernas...fazer com cortadeira... dobradeira e etc...e solda...invés de solda a oxigênio fazer solda elétrica e tudo... Então veio um pouco daquilo que era artesanato transformando devagarinho em indústria com maquinaria mais moderna...entretanto não foi um corte abrupto.

Já o aluno Jorivê Fleury de Oliveira declara:

[...] Eu vivi dois anos muito bons na Escola... A única coisa ruim que eu acho que não foi certo no governo foi a transferência da escola. Lá em Goiás Velho tinha ferreiro, sapataeiro, alfaiataria... eu estudei alfaiataria lá na escola de Artífices... O ruim foi sumir com a sucata da escola... eu acho mais ruim de tudo porque deveria ter ficado a escola lá e não se aproveitou nada...nada...nada... da escola de lá...nem as máquinas de costura foram aproveitadas... [...] Na época também houve a mudança da moeda de réis para cruzeiro.

A mudança da Escola de Aprendizes Artífices para Goiânia, em 1942, com a tutela do Governo Vargas, foi assim comentada por Hélio Naves:

Em 1942 foi inaugurada aqui a ETG no governo de Getúlio Vargas... porque nesse período em 1942 foi criado por lei o ensino industrial no Brasil... já não era mais o ensino de aprendizes e artífices, já era uma filosofia diferente ... o ensino já ia para o

segundo grau e não era as primeiras letras...que era junto com o ensino da escola de aprendizes e artífices...Mudou demais com a criação do ensino industrial...criou-se as escolas técnicas...Aqui foi criada uma escola técnica diferente de muitos outros estados que ainda as escolas era escola tipo ginásio industrial. Aqui se criou uma escola técnica. Na criação do ensino industrial no Brasil já previa que entrava pra fazer o ginásio e a sua profissão... então o sujeito que terminasse o ginásio ele saía com uma profissão... ele era um profissional mas tinha conhecimento ginásial que era o que se exigia naquele tempo. E... após o industrial tinha o ensino técnico de 3 anos que já era o nível do científico que a gente fazia no ginásio antigamente para fazer Engenharia, fazer Medicina, fazer qualquer curso superior ...você tinha que fazer o científico ou o clássico quando se tratava de fazer magistério... fazer Direito ou qualquer outra coisa que não era da área científica propriamente dita...e...já previa-se que quem terminasse o curso técnico teria também acesso à Engenharia...então você começava o ginásio industrial que você pegava o diploma e fazia, prestava... outro concurso e fazia o técnico também que você já era um profissional de nível médio e daí você ia para o superior...que é hoje exatamente a filosofia dos institutos que nós vivemos hoje aqui. A filosofia do ensino industrial era muito bonita...você começava lá no ginásio e não como artífice que você começava lá embaixo nas primeiras letras... você começava no ginásio... ia para o científico e ia para a Engenharia. Ela tinha essa trajetória... era uma curva ascendente!

Sobre as atividades curriculares da Escola Técnica de Goiânia e sobre as amizades com os colegas, o ex-aluno Hélio Naves assim ponderou:

[...] nós tínhamos além das aulas de...de...estudos, de conhecimentos gerais nós tínhamos as aulas de oficina... a gente tinha obrigação o dia todo... se havia qualquer intervalo entre a aula de oficina e a aula de educação geral ele era ocupado por atividade seja ela esportiva ou cultural porque em 1944 nós criamos aqui o Grêmio Litero Teatral ... uma coisa muito boa porque ele tinha departamento de esporte, departamento de teatro, departamento de oratória, departamento de jornalismo... então você tinha todas essas atividades que preenchiam todo o tempo do estudante... a gente não ficava só na oficina ou só na atividade de educação geral do estudante... Você tinha essas atividades extracurricular mas que fazia parte de todo o currículo...era a educação completa... [...] era muito interessante porque eu me lembro que certa vez conversando com o Ministro Castro Filho que estudou aqui apenas 2 anos...ele teve 4 irmãos que estudaram aqui. Ele estudou 2 anos, teve que sair para ser locutor de rádio e ganhar um pouco de dinheiro para ajudar os irmãos que estavam na Legião Brasileira de Assistência...então ele me disse:- “Olha professor, eu que estudei dois anos na escola, estudei 4 anos no Ateneu, depois 3 no Liceu e 5 no Direito com um mesmo colega, eu não tenho com ele a amizade que eu tenho com os alunos da Escola Técnica... Por quê? Porque a gente ficava junto o dia inteiro”. [...] eu tenho o Mauro de Almeida que foi da minha turma. Tá aqui e vocês conhecem ... vivo ainda... É meu compadre e nós temos uma amizade muito grande.... Por quê? Fomos colegas desde 1943 até 1949. Depois ele foi para uma atividade no DNER e eu vim para cá... mais tarde ele aposenta-se lá no DNER lá e vem para a escola e nós convivemos aqui na escola.

Em virtude da melhoria das condições dos laboratórios dos cursos e da aquisição de alguns novos equipamentos, o Câmpus Goiânia do IFG deu um salto na questão do suporte técnico para oferecer uma melhor formação aos alunos, principalmente àqueles dos cursos técnicos integrados de nível médio.

### 3.5.3 A atuação e a formação docente dentro do Câmpus Goiânia do IFG

Hélio Naves assim se referiu aos professores na época em que estudou, de 1943 a 1949:

[...] professor mesmo eu acho que não tinha ninguém que tinha curso de professor... para lecionar... não conhecia... não tinha curso pedagógico não tinha técnica de ensinar. Eram os professores da área... da parte de educação geral, Português Matemática, Física, Química e Desenho...etc... eram pessoas de nível superior, mas não tinham treinamento para ser professor... para transmitir o conhecimento aos alunos... Na área de oficina isso então era muito pior... nós tínhamos professores que eu acho que nem o primeiro grau completo ele tinha, mas tinha a prática de exercer aquela profissão por muitos anos e podia transmitir aos estudantes...[...] foi a grande deficiência na implantação do ensino industrial no Brasil foi isso... a falta de professores com capacidade para transmitir e transmitir bem principalmente a parte tecnológica... [...] nós os estudantes tínhamos que estudar tínhamos que pegar e estudar muito...e nessa parte o nosso diretor da escola que tinha feito o curso lá em Ouro Preto...e a escola de Ouro Preto era de tradição francesa... Era uma escola muito boa e o pessoal lá formava em Minas em Metalurgia e Civil e mais não sei o quê...eram seis anos de curso, mas o engenheiro saía com uma capacidade muito grande. Então o diretor lecionava Matemática, lecionava Física...e dava prá nós do técnico, ele lecionava também a parte tecnológica todinha porque os professores não tinham competência para isso. Por exemplo o professor de Matemática Carlos de Faria... era advogado...o curso superior dele era Direito e gostava de matemática e lecionava Matemática no Liceu a vida inteira e...e tal... foi como o melhor professor de Matemática de Goiânia foi convidado a vir para cá. O professor Edmar era também de Direito e foi convidado para lecionar Química...o professor Odilon Kneip também a mesma coisa. Não tinham professor daquela área...por exemplo eu sou engenheiro e venho para cá para lecionar, digamos Matemática ou Física, que é próprio do engenheiro [...] nosso professor de Português...o melhor que nos tínhamos...José Lopes Rodrigues e foi diretor da escola normal por muito tempo...era professor de Português e um bom professor de Português... professor de desenho era uma odontóloga.....professora Laura... [...] a primeira formatura nossa...eu me formei em 1949 no técnico e em 1950 eu já era professor aqui. O professor Isaac também... da parte de eletricidade. Eu de mecânica e ele de eletricidade...fomos os primeiros ex-alunos da escola a ser professor da escola...mesmo assim nós tínhamos dificuldades porque nós éramos técnicos...

A primeira turma do ginásio da Escola Técnica de Goiânia formou-se em dezembro de 1946 e em janeiro de 1947 teve o primeiro vestibular para os três cursos técnicos: Construção de Máquinas e Motores, Eletrotécnica e Edificações. Não havia internato para os cursos técnicos, e os cursos de Edificações e Eletrotécnica receberam muitos alunos que não tinham nada a ver com o ginásio industrial, mas tinham interesse em prosseguir os estudos em Engenharia na universidade. Normalmente, os alunos tinham de procurar as escolas de engenharia fora do estado. Naquela época a Celg estava começando, bem como o Departamento de Estradas e Rodagens de Goiás - Dergo. Essas empresas, como grande parte de outras estatais, abarcavam toda a mão de obra profissional que era formada na Escola Técnica de Goiânia. Assim, os cursos criados tinham como perspectiva, em grande parte, ofertar profissionais para essas empresas.



Quando a Escola Técnica de Goiânia passou a ser Escola Técnica Federal de Goiás (em 1959), foi notória a sua transformação, porque alguns cursos remanescentes da Escola de Aprendizes Artífices (Artes do Couro, Marcenaria e Carpintaria e Artes Gráficas) e que foram mantidos passaram a ser desativados. Inaugurou-se uma nova fase em virtude da mudança na estrutura organizacional. Hélio Naves assim comenta:

Quando a Escola passou de Escola Técnica de Goiânia para Escola Técnica Federal de Goiás ela... ela teve aí um impulso muito grande. Como Escola Técnica de Goiânia ela era ligada ao MEC até no seu orçamento. Aí quando ela passou a Escola Técnica Federal de Goiás ela abriu. Ela tinha...ela tinha, como as nossas universidades têm, a sua liberdade curricular, a sua liberdade de fazer os seus projetos, o seu orçamento. Aí é que passou a ter aquele conselho... conselho... conselho deliberativo... Conselho Superior<sup>28</sup>...ele era deliberativo.

Esse Conselho Superior passou a exercer uma função fundamental dentro da Escola Técnica Federal de Goiás, embora isso não tenha sido bem visto pela maioria das outras escolas. Como ele exercia intervenções na forma de condução da Escola pelo diretor e até na escolha do diretor, isso gerava um desconforto para os diretores. Antes da criação do Conselho havia uma tradição de que o diretor nomeado não tinha mandato definido (em prazo), e com a presença desse Conselho ele passou a ser estabelecido em quatro (4) anos. A esse respeito o professor Hélio Naves comenta:

Foi uma coisa muito boa que do Brasil todo não encararam isso e não viram isso como coisa boa porque os diretores que eram nomeados pelo Presidente da República e tinha *ad perpetuo* porque não tinha mandato, então não aceitavam o Conselho. Ele recebia, mas olhava o Conselho como um intruso lá dentro da escola dele. Eu sei porque eu conversava com os nordestinos e tudo... principalmente a minha escola. Isso não durou muito tempo porque logo na década de 70 foi destituído esse conselho deliberativo e passou a ser consultivo.

Durante o período de Hélio Naves como professor da Escola Técnica de Goiânia, surgiram fatos interessantes, como por exemplo a visita do diretor do Ensino Industrial, Francisco Belmonte Montojos<sup>29</sup>, por volta de 1949. Nessa visita, Montojos verificou que

<sup>28</sup> Esse Conselho Superior tinha um representante dos professores da escola, um representante da Escola de Engenharia da Federal, um representante do CREA, um representante da Federação das Indústrias, um representante do Conselho Estadual de Educação e um representante da Secretaria de Educação. O diretor da Escola Técnica Federal de Goiás passou a ser escolhido por esse Conselho (na Escola de Aprendizes e Artífices e na Escola Técnica de Goiânia ele era indicado). Os conselheiros eram aprovados inicialmente pelo MEC e depois nomeados pelo Presidente da República.

<sup>29</sup> Francisco Montojos era um engenheiro gaúcho formado em 1925 na Escola de Engenharia de Porto Alegre, e que ingressara, em 1927, como contratado no então Serviço de Inspeção do Ensino Profissional Técnico na função de inspetor. Agora aos 30 anos de idade estava passando a participar de um governo onde o Presidente da República e quatro dos nove ministros eram gaúchos, e o pensamento positivista tinha grande aceitação, principalmente com Getúlio Vargas, Lindolfo Collor, Oswaldo Aranha, João Neves da Fontoura, Salgado Filho e muitos outros. Em 1932 foi lançado o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, do qual Francisco Montojos era um dos signatários, que traçava um diagnóstico da educação no país e elencava uma série de reivindicações, entre elas a de organização de uma escola democrática que também permitisse especializações para as atividades de preponderância manual e mecânica (cursos de caráter técnico). (Fonte: COSTA, 2006, p. 32-34)



havia uma ausência de regulamentos para os alunos na Escola e sugeriu a criação de uma comissão de ética para que elaborasse o conjunto de normas de comportamento. O ex-aluno Hélio Naves foi eleito pelos colegas para compor a primeira comissão de ética.

A efetivação de Hélio Naves como professor exigiu uma prova de habilitação para obter o registro de professor no MEC, que era feita parte no Rio de Janeiro e parte em São Paulo. Nessa época, o aluno Hélio não tinha ainda o diploma do curso técnico. Quando ele se formou, em dezembro de 1949, já era registrado no MEC para ser professor e então aproveitou para registrar o seu diploma de técnico. Em 18 de março de 1950 foi nomeado interinamente como professor da Escola Técnica de Goiânia. Posteriormente, ainda como professor interino, fez um curso preparatório (Modular) ofertado pela Comissão Brasileira Americana de Ensino Industrial - CBAEI – que foi realizado no Rio de Janeiro, para se tornar apto a prestar um concurso e se tornar professor efetivo da Escola Técnica de Goiânia. O curso era custeado pelo governo federal e a maioria dos seus professores era do cantão italiano da Suíça; havia alemães e italianos, bem como brasileiros. Destes últimos, a maioria era de Parobé. Hélio Naves acrescenta que havia professores americanos, mas ele não teve a oportunidade de estudar com nenhum deles. Já o professor Isaac, que também fez o referido curso, passou por aulas com os professores americanos.

Diante dessa trajetória, torna-se inegável concluir que os professores Hélio Naves e Isaac trouxeram grandes mudanças, tanto no aspecto didático-pedagógico da Escola Técnica de Goiânia, em 1954, como também na questão dos componentes curriculares, porque esses ex-alunos do curso da Cbaei tinham agora uma bagagem que lhes permitia apropriar dos conteúdos e transmiti-los de forma diferenciada e mais convincente aos alunos.

Hélio Naves assim disse sobre a Cbaei: “Não tem dúvida... Para mim tem um marco muito nítido: antes e depois da Cbaei. [...] eu ouvia muito com o Isaac e ele também pensava assim. [...] Não é somente o fazer... é a percepção do ser que entrou em nós”.

Com referência ao patamar da década de 70, tivemos oportunidade de entrevistar o ex-diretor Edwaldo Augusto Won Waldow, cujo mandato durou de 1971 a 1974. Ele entrou como professor da Escola Técnica Federal de Goiás em 1964, embora nunca houvesse pensado em ser professor. Um desses fados que acontece para mudar realmente a vida fez com que ele se inscrevesse para o concurso que estava sendo realizado naquela época para ministrar a disciplina Tecnologia das Construções, do curso técnico de Edificações. Fizeram inscrições vários outros candidatos, mas estes não compareceram para fazer as provas. Assim, o professor Edwaldo foi aprovado.

Quando se tornou diretor da Escola Técnica Federal de Goiás em 1971, a instituição estava vinculada à lei nº5692/71, que introduziu nos cursos técnicos de nível médio as chamadas disciplinas do artigo 7º, que compreendiam: Ensino Religioso, Educação Física, Educação Artística, Educação Moral e Cívica e Programa de Saúde.

Uma das primeiras preocupações do então diretor Edwaldo Waldow foi fazer uma série de reuniões com a comunidade etefegeana para estabelecer a possibilidade de que esses componentes curriculares do artigo 7º não fossem avaliados via instrumento prova escrita, mas tão somente pela participação do aluno em sala de aula. O professor Waldow (como ficou conhecido em sua passagem pela escola até se aposentar) assim comenta: “Isso foi uma grande conquista em termos pedagógicos”.

Ainda nessa linha pedagógica de conquistas durante o seu mandato como diretor, o professor Waldow teve uma preocupação muito grande com as disciplinas de cultura geral, no sentido de torná-las aplicadas aos cursos profissionalizantes, como por exemplo, no curso técnico de edificações: o que os alunos deveriam ver de Física? E de Química? (Bem como das outras ciências). Assim procedia para evitar, como ele mesmo destaca, a pergunta mais comum do aluno: “Professor, para que eu estou estudando isso e onde vou usar?”

Por outro lado, ele destaca que havia muita resistência por parte do corpo docente em relação às mudanças e havia casos em que o professor muitas vezes não as desejava porque não sabia ministrar aqueles conteúdos (vislumbrados na perspectiva dessas mudanças), não por incompetência, mas por não saberem mesmo. O professor Waldow completa esse raciocínio com a seguinte frase: “Isso eu ouvi de um professor de Física mesmo!”

Outra proposta feita aos professores pelo diretor Waldow, mediante conversas isoladas com cada um, foi a busca de melhoria e até de uma harmonia na relação professor-aluno para minimizar conflitos. A proposta passava pela perspectiva de que algumas aulas de conteúdos específicos pudessem ser contempladas com atividades como assistir a um filme com os alunos ou então que fossem realizadas fora do contexto físico da escola, mudando a geografia da aula.

Sobre a formação dos professores, havia uma correlação contundente com as universidades, no sentido de que estas faziam (e fazem) muito bem a formação de professores voltados para a cultura geral, ao passo que para a modalidade de ensino profissional ministrada pela Escola Técnica Federal de Goiás não havia uma escola que formasse o professor.

No tocante ao aspecto físico da instituição, o professor Waldow comentou que havia necessidade de construção e melhorias dos laboratórios, da biblioteca e de outros espaços ambientes necessários à atividade aula. Todavia, naquela época o país vivia um momento de

didatura militar e havia uma forte pressão sobre a escola e suas similares do Brasil com relação ao número de vagas e à questão orçamentária. Por sua formação como engenheiro civil, o professor queria muito construir a biblioteca e novos laboratórios, além de melhorar os existentes. Fazendo uma comparação com a Alemanha, ele salientou que lá os cursos técnicos têm aulas práticas que ensinam os alunos o “como fazer”, porque as escolas são dotadas de uma estrutura que permite isso. Portanto, o aluno ia para o mercado de trabalho sabendo o que fazer, diferentemente da realidade brasileira; como exemplificou:

Eu me lembro uma vez que a Universidade Federal de Goiás recebeu da República Democrática Alemã muitas máquinas para suprir os laboratórios de lá... e isso foi um grande problema... por que quem usaria ou quem montaria esses equipamentos? Eu me lembro que a Universidade de Santa Maria (do Rio Grande do Sul) ficou muito interessada e chegou mesmo a fazer uma oferta por esses equipamentos [...]

Na Escola Técnica Federal de Goiás isso não foi diferente, porque em 1971 estava sendo extinto o ginásio industrial, e os cursos de 2º grau que estavam sendo implantados tinham necessidades de laboratórios e equipamentos com professores que soubessem manejá-los. Nesse aspecto, o curso técnico de Mecânica ficou com uma grande área, devido à sua especificidade. Sobre esse contexto o professor Waldow comentou: “assim os cursos técnicos foram sendo implantados, mas sempre com um professor improvisado”.

Sobre a evasão escolar o professor fez a seguinte ressalva:

Naquela época havia muita evasão... porque efetivamente... o filho do pobre era pobre mesmo e tinha que trabalhar para ajudar na manutenção da casa e a escola sempre teve uma configuração elitista e em sua grande maioria os filhos dos mais abastados... iam para a universidade e não para o mercado de trabalho. [...] naquela época, a universidade divulgava o sucesso dos nossos alunos nos vestibulares que ela aplicava... os nossos alunos tinham muito sucesso nas aprovações...

Essa qualidade dos cursos técnicos Escola Técnica Federal de Goiás foi mantida por muito tempo e com isso os professores do núcleo profissionalizante foram se renovando. Com essa renovação ingressavam-se, na maioria das vezes, professores com maior formação e com mais domínio dos conteúdos exigidos, até que em 1999 a Escola Técnica Federal passou por uma nova transformação – a “cefetização”.

A transformação em Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás (CEFET-GO), que ocorreu pela Lei nº 8.948 de 08 de dezembro de 1994, regulamentada pelo Decreto-lei nº 2.406 de 27 de novembro de 1997 e ampliada pelo Decreto Presidencial de 22 de março de 1999, aumentou a possibilidade de ofertas de cursos. Na direção da instituição esteve o professor Ítalo de Lima Machado, um baluarte para que essa cefetização fosse efetivada. Não

foi um processo simples, ao contrário; foram necessários, além da mobilização política, um forte conteúdo de paciência e de sensibilização e a reversão da má vontade de gestores e secretários da época. Resumidamente, o professor Ítalo assim enumerou as etapas do processo:

- Elaboração do projeto no início do ano;
- Sensibilização do Ministro da Educação Murílio de Avellar Hingel, via Conditec<sup>30</sup> e sua adesão à causa;
- Protocolização do projeto na Câmara dos Deputados;
- Aprovação na Câmara dos Deputados e encaminhamento para o Senado<sup>31</sup>;
- Aprovação no Senado sem nenhuma emenda<sup>32</sup>;
- Sanção do Presidente Itamar Franco e assinatura da Lei.

O professor Ítalo ressaltou a satisfação em ter feito parte dessa equipe que se mobilizou para a aprovação da “Lei do CEFET-GO”, como ele mesmo descreveu:

Foi aprovada no apagar das luzes do ano e do mandato do Presidente da República, Itamar Franco, que era comprometido com o Projeto... [...] somente regulamentada em 1997, depois de muita luta...de muita insistência nossa... dos diretores... eu tive assim uma satisfação muito grande... uma honra de ter estado à frente desse processo o tempo todo.

Ele acrescentou que logo após a conversão da Escola Técnica Federal de Goiás em CEFET-GO, em 1997, sucedeu uma decepção muito grande em virtude de o governo federal não ter disponibilizado nenhum acréscimo ao orçamento da instituição; permaneceu o mesmo de 1994 até 2001, ano em que o professor deixou a diretoria da instituição. Conforme relatou, nesse contexto eram grandes as dificuldades orçamentárias para gerir todo o aparato que compunha a escola:

Eu confesso para você que uma vez transformado em CEFET nós nos decepcionamos um pouco porque...nós esperávamos poder continuar fazendo tudo o que fazíamos mas criar condições materiais, recursos humanos é... recursos financeiros para que nós pudéssemos implantar o CEFET com um pouco mais de liberdade... eu acho que o termo não é bem liberdade... mas de poder executar aquilo que foi colocado no projeto final...né? E aí então nós começamos a executar o projeto com muita dificuldade... Eu me lembro um fato muito lastimável que marcou todo o período que eu permaneci à frente da escola e depois CEFET...que foi o fato de ter o mesmo orçamento em 94, 95, 96, 97, 98 e até 2001, quando eu deixei a direção. Nós estávamos basicamente com o mesmo orçamento, né? E com aquele detalhe... aquilo que você não conseguia aplicar ao longo do ano, né...aquilo era

<sup>30</sup> Conselho dos Diretores das Escolas Técnicas.

<sup>31</sup> Na tramitação, tanto com o Ministro da Educação quanto no Senado, houve uma forte ajuda do então Senador Íris Rezende Machado, uma vez que nessa instância havia três emendas ao Projeto. Essas emendas, se aprovadas, implicariam a volta do projeto à Câmara dos Deputados.

<sup>32</sup> A aprovação no Senado foi obtida sem emendas depois de um acampamento feito por uma comissão de integrantes do CONDITEC em frente ao Senado.

retirado do orçamento para o período posterior. Então isso foi também... era outra coisa lamentável... A gente chegava no final de cada ano ali no CEFET com uma angústia danada porque ao longo de todo ano era aquele contingenciamento do orçamento é... liberando os recursos na base do conta-gotas...cada mês pingava um pouco de recurso para a instituição sobreviver.

Segundo o professor Ítalo, o que ajudou a instituição a mandar professores para congressos, pagar diárias, manter o curso de mestrado que implantamos e até a compra de equipamentos foi a adoção da Caixa Escolar<sup>33</sup>, cuja transparência era absoluta - porque tinha contador, auditor e havia prestação de contas à instituição.

O fato de não ter orçamento atrapalhou significativamente a consolidação do próprio CEFET e isso foi muito ruim para os destinos da instituição e refletiu até no mandato do . diretor. Eleito para o segundo mandato por um período de quatro anos, o dirigente ficou somente três anos, em virtude da regulamentação da condição de Cefet da instituição em 1999.

A implantação do CEFET, como relatou o professor Ítalo, foi feita de forma corajosa:

Paralelamente a esses problemas orçamentários com as dificuldades de implementação do CEFET, ainda assim nós implantamos cerca de 9 ou 10 cursos que eu não me lembro agora... cursos tecnológicos e por que fizemos isso? Fizemos de uma forma, para alguns isso foi feito de forma até açodada, podia ter sido melhor planejado ... o orçamento do MEC seria distribuído de uma parcela para os cursos tecnológicos, uma parcela para os cursos técnicos e uma parcela para os cursos que na época eles começavam a incentivar ééé... de formação inicial continuada então... ééé... se nós não tivéssemos ingressado com os cursos tecnológicos... o nosso orçamento que já era pequeno e sufocado desde 1994, ele seria ainda mais penalizado porque uma parcela reservada para o ensino superior nós não a receberíamos.

Quanto à qualificação de professores na gestão do professor Ítalo de Lima Machado, essa meta foi priorizada, chegando, como ele próprio afirmou, a um percentual que extrapolou os 30% do total de docentes da instituição, o que contrariava sensivelmente os 10% de contratação de substitutos permitidos.

Foram acordadas duas parcerias para mestrado na instituição: uma com a Universidade de Santa Catarina e outra na área de telecomunicações com a UnB. Esses mestrados só foram possíveis de ser executados porque parte das vagas foi vendida para as empresas interessadas na qualificação dos seus quadros e isso permitiu parte do custeio dos cursos:

Nós deixamos um significativo número de mestres e doutores ao sairmos da direção em 2001... né?... eu acho que esse foi talvez um dos maiores legados que nós deixamos para que nós tivéssemos efetivamente uma instituição de ensino superior, né?? Vocacionada para a educação tecnológica. [...] esse grupo é um grupo de altíssimo nível capaz de fazer inveja a boas universidades que a gente tem aí pelo

<sup>33</sup> Fundo arrecadado com prestação de serviços à comunidade e empresas, com um percentual para a instituição e outro para o professor prestador de serviço.

país afora e com isso nós passamos inclusive a atender aqueles requisitos até para.... a ideia era para você chegar a ser um centro universitário...uma universidade tecnológica como acabou ocorrendo com o CEFET do Paraná... Não aconteceu com Minas e o Rio de Janeiro por uma questão de ordem política....né...mas nós queríamos mesmo ser uma universidade tecnológica.

O único financiamento extraorçamento que a instituição teve na gestão do professor Ítalo foi o Programa de Expansão da Educação Profissional – PROEP, que permitiu o desenvolvimento de vários projetos de prestação de serviços para outras instituições e permitiu uma ampliação do número de vagas do ensino médio - de 25 alunos para 40 alunos em algumas salas de aulas.

Outra medida foi a adoção do processo seletivo com uma reserva de 50% das vagas destinadas aos alunos provenientes da escola pública e as outras 50% para os provenientes da livre concorrência. Isso se deu porque as empresas empregadoras não podiam mais contar com boa parte dos estudantes, pois a escola nada mais era do que um trampolim para as universidades. Havia um número muito grande de alunos oriundos das escolas privadas. Uma turma começava com 40 alunos e terminava com 6 ou 7 (Não era uma regra geral, mas acontecia em alguns cursos).

Logo em seguida, o governo federal lançou o famoso Decreto nº 2.208, que veio na contramão do modelo de ensino adotado na instituição. Isso reforçou muito a elitização do CEFET-GO e, segundo o professor Ítalo, levou o Governo a adotar a concomitância do ensino técnico de nível médio com o ensino médio. O CEFET-GO, por sua vez, adotou um modelo diferente do implantado em outras instituições: articulou as duas matrizes - ensino médio e ensino técnico. Isso fez com que a instituição recebesse uma auditoria do MEC para a assinatura de um termo de ajuste de conduta para acabar definitivamente com o ensino técnico integrado. No integrado o grande mal era não ter a conclusão.

Na realidade, segundo o professor Ítalo, havia uma escola que não era para o filho do trabalhador e isso era facilmente observado pela quantidade de carros estacionados na porta da escola e pela quantidade de alunos aprovados nos vestibulares da Universidade Federal de Goiás. Éramos uma escola de classe média e “esse era um título que uma escola pública de ensino profissionalizante não queria ter”, afirma o professor Ítalo. Uma medida significativa adotada para minimizar a presença de alunos com poder aquisitivo mais alto dentro da escola foi o programa de nivelamento com duração de seis (6) meses, que permitia a presença de alunos oriundos da escola pública nesse período. Com isso, eles conseguiam melhor desempenho no processo seletivo. Isso permitiu o ingresso do estudante filho do trabalhador.

Finalizando a entrevista, o professor arremata:

Me sinto muito honrado em ter sido diretor geral da escola, do CEFET...foi uma escola...é...eu diria para você que foi minha melhor escola...enquanto aprendiz...enquanto estudante. Passar pela Escola Técnica Federal de Goiás, passar pelo CEFET foi para mim uma escola fantástica... magnífica...!

Atualmente a instituição conta com muito maior número de doutores e mestres e não apresenta em seu quadro ninguém que não tenha a formação na área da disciplina que ministra. Há pelo menos um Minter ou um Dinter em convênio com outras instituições que permitem o acesso dos professores dos câmpus a esses cursos de pós-graduação, sem necessidade de licença ou de interromperem as atividades de sala de aula para cursá-los.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tentamos finalizar este trabalho; digo “tentamos” porque, à medida que vamos lendo várias vezes, ficamos com a sensação de que poderia ser inserida uma consideração ou mesmo uma abordagem. Entretanto, ainda que sob nenhuma hipótese pretendêssemos chegar a algum resultado, pensamos que tudo o que foi abordado aqui pode contribuir com outros trabalhos e mesmo para que se façam algumas reflexões.

Ao observarmos todos os dados levantados, principalmente na condição institucional de CEFET-GO e depois de IFG, verificamos que a instituição passou por fases significativas para a solidificação de sua memória histórica e como ofertante de ensino gratuito. Os alunos oriundos de famílias com renda *per capita* abaixo de um salário mínimo nunca conseguiram massificar a instituição em número representativo, haja vista que seu percentual dentro do CEFET-GO nunca atingiu um valor maior do que 1,5% e dentro do IFG o percentual ficou sempre em torno desse valor. Somente em 2014 foi atingido o percentual de 3,3%, possivelmente em virtude dos programas de assistência social ofertado pelo governo federal.

Em contrapartida, as matrículas de alunos oriundos das famílias com renda familiar acima de 3 e abaixo de 6 salários mínimos sempre se mantiveram estáveis, numa porcentagem que oscila em torno dos 30%, com um forte acréscimo em 2014, ao atingir o percentual de 38,60%. Os matriculados com origem familiar de renda acima de 7 salários mínimos mantiveram uma regularidade (em torno dos 9%), assim como os alunos que vieram de famílias cuja renda é acima de 10 salários mínimos (em torno dos 6%).

Isso remete a uma análise que já é conhecida e divulgada por todos os meios de comunicação com foco na educação: a classe média alta e a classe alta da população ocupam significativamente as vagas da instituição; juntas, somam um percentual em torno dos 90%, tanto na época de CEFET-GO quanto na condição atual de IFG.

Considerando a linha histórica da instituição desde a sua criação, como Escola de Aprendizizes Artífices, até a condição de Instituto Federal de Goiás em 2015, é relevante o fato de que ela não mais cumpre o papel para o qual fora criada e mantida inicialmente – atender os desvalidos da fortuna. Ao contrário, tornou-se uma escola elitizada sob o ponto de vista de renda da clientela que ocupa a grande maioria das vagas dos diferentes cursos que são ofertados. É reforçada a premissa de que, ao se ampliar o leque de opções dos níveis de cursos, reduziu-se, na contramão desse crescimento, o acesso dos pobres.

Outra consideração que é mister sublinhar nesta pesquisa consiste no fato de que a expansão institucional foi feita num momento em que o Brasil passava por uma estabilidade financeira promissora e havia recursos para a educação profissional, condições que traziam indicativo de que essa expansão não viria a se tornar exígua em épocas futuras. Entretanto, esse panorama mudou de forma brusca e os tempos de escassez anunciaram sua entrada no logo no primeiro mes do ano de 2016, depois de um prenúncio midiático em 2015, estampado em todas as manchetes, cujo cunho era a questão orçamentária e financeira do país. Assim, cabem reflexões/interrogações para os anos subsequentes: será possível terminar todos os câmpus iniciados na fase de expansão? E a qualidade dos cursos ofertados na expansão, será comprometida? E mais: a procura por esses cursos será significativa, passado o entusiasmo inicial da instalação dos novos câmpus? O número de matriculados vai crescer, como na expectativa do governo federal quando do lançamento da fase de expansão dos Institutos em todo o Brasil?

Todavia, considerando que esta pesquisa remeteu à busca de informações que possibilitaram encontrar colegas e reviver momentos de grande crescimento pessoal e profissional, esperamos que os resultados obtidos tenham completado a proposta estabelecida. Foi muito prazeroso encontrar os ex-diretores para as entrevistas e verificar a coerência de cada um em sua visão particular de educação e na autoavaliação de suas gestões dentro da Escola. Com alguns eu trabalhei diretamente, na gestão como assessor ou como coordenador de curso, e com outros eu fui simplesmente professor, mas nem por isso deixo de registrar o meu apreço a todos eles pela disponibilidade e pela paciência em serem inquiridos sobre aspectos de suas gestões.

Encontrar um aluno remanescente da antiga Escola de Aprendizes Artífices que viveu a Escola em Goiás e terminou o curso na Escola Técnica de Goiânia (quando da transferência) foi muito enriquecedor e um momento de muita emoção. É interessante observar as expressões: à medida que o ex-aluno falava, parecia reviver o que estava tão distante. É prazeroso saber que, mesmo nas condições em que o ensino foi mantido naquela época (com professores não qualificados e parca estrutura física da instituição), o aluno tem a maior gratidão e o maior respeito por quem mudou sua vida de forma expressiva e permitiu que pudesse trabalhar e levar uma vida digna, constituindo família e criando filhos num mundo novo, totalmente diferente da realidade em que vivera.

Por outro lado, os depoimentos servem para constatar o aspecto da disciplina, do cotidiano, do perfil dos professores e dos alunos daquela época com a situação atual do Instituto Federal de Goiás. As mudanças foram marcantes e evidenciam uma insituição que

hoje tem outras perspectivas, outros objetivos e atende a outros interesses, notadamente aos do mercado do trabalho.

O despertar de nossa consciência ao tentarmos refazer a própria trajetória como docente traz a dúvida se realmente fizemos o correto, ou então nos perguntamos: como será que eu deveria ter feito?

Do ponto de vista pessoal, ver a instituição percorrer um caminho tão acidentado e permanecer hoje como um monumento majestoso, tombado pelo patrimônio histórico, faz com que tenhamos muita honra de ter feito parte dessa história.

É gratificante perceber que a luta dos servidores atuantes (professores, administradores e técnicos administrativos) foi conquistada com o trabalho e com a posição da comunidade escolar e do grupo político interessado nos avanços da sociedade e do progresso.

## CONCLUSÕES

- A Escola de Aprendizes Artífices foi uma instituição que atendeu um público específico de alunos. Esses não tem nenhuma equivalência econômica com os alunos da Escola Técnica de Goiânia, sendo que os alunos dessa última tinham ainda que pequena, uma condição financeira melhor.
- A Escola Técnica de Goiânia e posteriormente, a Escola Técnica Federal de Goiás apresentou ao longo de sua existência um perfil sócio-econômico de alunos que foi se elevando gradativamente até a chegada dos alunos de classes mais abastadas, no final da década de 1990.
- A transmissão de conhecimentos e a divulgação da ciência em sua totalidade, foram contemplados de forma marcante na linha histórica da instituição quando era denominada de Escola Técnica Federal de Goiás. Aqui se formaram verdadeiros cidadãos e profissionais técnicos.
- O Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás via os seus cursos de tecnologias não conseguiu o efeito esperado: de colocar no mercado um técnico de nível superior que estivesse acima do técnico de nível médio e no mesmo nível dos engenheiros formados nas universidades federais. O que se conseguiu foi colocar mais mão de obra no mercado juntamente com os técnicos de nível médio, sem a remuneração merecida dos tecnólogos que não foram reconhecidos nem pelo mercado de trabalho e nem pelo Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (CREA-GO)
- Os cursos de tecnologia do CEFET-GO foram permeados por muita luta dos estudantes, no sentido de se fazerem reconhecidos, tanto pelo mercado de trabalho quanto pelo CREA-GO (Conselho de Engenharia e Arquitetura de Goiás)
- O Instituto Federal de Goiás via câmpus Goiânia está em fase de construção e afirmação. A sua clientela é diversificada e a maturação histórica da instituição poderá ser analisada depois de, pelo menos, dez anos de sua existência.
- Essa pesquisa foi realizada com base qualitativa e por isso mesmo, pode-se lançar sugestões para estudos futuros como por exemplo:
  - A educação de jovens e adultos dentro do câmpus Goiânia do IFG e no próprio IFG;
  - O papel dos bacharelados das engenharias dentro do câmpus Goiânia e seus desafios.

- O papel das licenciaturas dentro do IFG e seus desafios;
- O papel dos programas como FIC e Pronatec dentro do câmpus Goiânia e seus desafios;
- A contribuição dos programas de pós-graduação dentro do câmpus Goiânia e sua contribuição para o ensino de graduação.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, Luis E.V. *Discurso do Presidente do CONCEFET*, professor Luíz Edmundo Vargas de Aguiar. 24/06/2005. Audiência concedida aos Dirigentes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica – IFET pelo presidente Luis Inácio Lula da Silva. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/acs\\_concefet.pdf](http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/acs_concefet.pdf). Acesso em 18 set. 2015.

ALBERTI, Verena. *Indivíduo e biografia na história oral*. Rio de Janeiro: CPDOC - FGV, 2000.

\_\_\_\_\_. *Manual de história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

ALMEIDA, Wânia Manso. *O ensino técnico industrial no Brasil da República Velha ao Estado Novo*. In: A institucionalização do ensino industrial no Estado Novo português e no Estado Novo brasileiro: aproximações e distanciamentos. 2010. 255f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação da PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2010. p.118-165 Disponível em: <[http://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/16351/16351\\_1.pdf](http://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/16351/16351_1.pdf)>. Acesso em: 27 ago. 2015.

ARROYO, Miguel. O direito do trabalhador à educação. In: *Trabalho e Conhecimento – Dilemas da educação do trabalhador*. Editora São Paulo: Cortez, São Paulo, 1987.p.43-59

ASSIS PIRES, Luciene Lima de. *A criação de universidades tecnológicas no Brasil: uma nova institucionalidade para a educação superior*. 300 p. Tese apresentada ao Curso de (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2005.

AZEVEDO, Aroldo de. Goiânia uma cidade criada. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro. ano III, n. 1, p. 3-223, jan.-mar. 1941. Disponível em: <[http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/RBG/RBG%201941%20v3\\_n1.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/RBG/RBG%201941%20v3_n1.pdf)>. Acesso em: 17 ago. 2015.

BERGSON, Henri. *Memória e vida*. Textos escolhidos por Gilles Deleuze (Mestre de Conferências na Universidade de Paris VIII). Tradução de Cláudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

BOSI, Ecléa. Memórias da cidade: lembranças paulistanas. *Estudos avançados*. São Paulo, v. 17, n. 47, p.198-211, jan./abr. 2003. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142003000100012>>. Acesso em: 04 set.2015.

BOURDIEU, Pierre. *Questions de sociologie*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1984.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Decreto Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937*. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-477-26-fevereiro-1969-367006-norma-pe.html>>. Acesso em: 06 set.2015.

\_\_\_\_\_. Câmara dos Deputados. *Decreto nº 477, de 26 de fevereiro de 1969*. Define infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de

estabelecimentos de ensino público ou particulares, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 1969. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-9070-25-outubro-1911-525591-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 20 set.2015.

\_\_\_\_\_. Câmara dos Deputados. *Decreto nº 9070 de 23 de outubro de 1911*. Dá novo Regulamento à Escola de Aprendizes Artífices. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-9070-25-outubro-1911-525591-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 12 ago.2015.

\_\_\_\_\_. Câmara dos Deputados. *Decreto nº 9.070, de 25 de Outubro de 1911*. Dá novo regulamento às Escolas de Aprendizes Artífices. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 1911. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-9070-25-outubro-1911-525591-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 20 set. 2015.

\_\_\_\_\_. MEC. *Decreto no 7.566, de 23 de setembro de 1909*. Créa nas capitães dos Estados Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primario e gratuito. Rio de Janeiro, 1909. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto\\_7566\\_1909.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto_7566_1909.pdf)> Acesso em: 20 set.2015.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008*. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 2008. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm)> . Acesso em: 20 set. 2015.

BUFFA, Ester. A pesquisa em práticas educacionais no Brasil. *Uninove*. São Paulo, 2001 Disponível em: <<http://www.uninove.br/PDFs/Mestrados/Educação/IIIENCONTRO/EsterBuffa.pdf>>. Acesso em: 05 set. 2015.

CALDAS, Luis A.; NETO, Joaquim R.; AZEREDO, Genival A. *FHC e as escolas técnicas* Folha de São Paulo. Seção Tendências e Debates. São Paulo. 20/09/2006. Disponível em [http://www.sinpeem.com.br/lermais\\_materias.php?cd\\_materias=666#.VfwJpelzthw](http://www.sinpeem.com.br/lermais_materias.php?cd_materias=666#.VfwJpelzthw)). Acesso em 18/09/2015.

CAMPOS, Maria Malta. Educação e políticas de combate à pobreza. *Revista Brasileira de Educação*., São Paulo n.24, p.183-191, dez. 2003. ISSN 1413-2478

CHAUÍ, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 24, p.5-15, set./dez. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a02.pdf>> Acesso em:16 set. 2015

CHRISTOPHE, Micheline. *A legislação sobre a educação tecnológica, no quadro da educação profissional brasileira*. Rio de Janeiro, IETS, 2005.

CIAVATTA, Maria & RAMOS Marise. A “era das diretrizes”: a disputa pelo projeto de educação dos mais pobres. *Revista Brasileira de Educação* v. 17, n. 49, p.?, jan.-abr. 2012

CONIF, Fórum Mundial de Educação: *Homenagem aos Institutos Federais marca o Fórum Mundial de educação*. Caio Mário Bueno Silva, Canoas, 23/01/2014. <http://portal.conif.org.br/>



ultimas-noticias/603-homenagem-aos-institutos-federais-marca-o-forum-mundial-de-educacao.html Acesso em 16 set. 2015

CONSELHO DE DIRIGENTES DOS CENTROS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA (CONCEFET). *Manifestação do CONCEFET sobre os Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia*. Brasília, 2007. Disponível em: <[http://www.celia.na-web.net/pasta8/CONCEFET\\_Manifestacao\\_IFET.pdf](http://www.celia.na-web.net/pasta8/CONCEFET_Manifestacao_IFET.pdf)>. Acesso em: 20 set.2015.

COSTA, Edison de A. *Difusão tecnológica pelo CEFET/SC junto às empresas de reparação automotiva independentes da região da grande Florianópolis*. 78 f. Dissertação (Curso de Pós-graduação em Administração) Universidade de Santa Catarina, Florianópolis, 2006. <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/88432/231718.pdf?sequence=1>. Acesso em 16 set. 2005

CREMONESE, Baltazar, C. et al. *Consolidar o CEFET como parte da política pública de estado em educação profissional e tecnológica (EPT) e garantir sua autonomia*. Florianópolis, 2007, p.1-3. Disponível em [http://www.sinpeem.com.br/lermais\\_materias.php?cd\\_materias=666#.VfwJpelzthw](http://www.sinpeem.com.br/lermais_materias.php?cd_materias=666#.VfwJpelzthw). Acesso em 18 set. 2015.

CUNHA, Luiz Antônio. *As escolas de aprendizes artífices e a produção manufatureira*. *Revista da Faculdade de Educação*. Niterói, ano 10, n. 1-2, p. 63-114, jan/dez. 1983.

CUNHA, Luiz Antônio. *O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização*. 2. ed. São Paulo: UNESP; Brasília, DF: FLACSO, 2005

\_\_\_\_\_. O ensino industrial-manufatureiro no Brasil. *Revista da Faculdade de Educação*. Niterói, n. 14, p. 89-193, maio/ ago. 2000.

D'ANGELO, Márcia. *Caminhos para o advento da Escola de Aprendizes Artífices de São Paulo (1910–1930): um projeto das elites para uma sociedade assalariada*. 2000. 283 f. Dissertação (Mestrado em História Econômica) - do Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

DOURADO, Luiz Fernandes; ASSIS PIRES, Luciene de Lima. Políticas de educação tecnológica: uma nova institucionalidade para a educação superior. *Jornal de políticas educacionais*. Curitiba, v. 1, n. 1, p. 54-75, mar. 2007.

DUBET, François. A escola e a exclusão. *Cadernos de Pesquisa*, Rio de Janeiro, n. 119, p. 29-45, jul. 2003.

FERNANDES, Florestan. *Os circuitos da história*. São Paulo: Hucitec, 1977.

FIDALGO, Fernando. *A formação profissional negociada: França e Brasil anos 90*. São Paulo: Anita Garibaldi, 1999.

FILHO, Domingos Leite Lima. A universidade tecnológica e sua relação com o ensino médio e a educação superior: discutindo a identidade e o futuro dos CEFETs. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 349-380, jan. 2005. ISSN 2175-795X. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/9762/8992>>. Acesso em: 16 set. 2015. doi: <<http://dx.doi.org/10.5007/9762>>.

FITOUSSI, Jean Paul & ROSANVALLON, Pierre. *La nueva era de las desigualdades*. Tradução de Horácio Pons. Buenos Aires: Manantial, 1997.

FONSECA, Celso Suckow da. *História do Ensino Industrial no Brasil*. Rio de Janeiro: Tipografia da Escola Técnica Nacional, 1961. v.1.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Os circuitos da história e o balanço da educação no Brasil na primeira década do século XXI. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 46, p. 235-274, jan./abr. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n46/v16n46a13.pdf>> Acesso em: 16 set. 2015.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. O trabalho como princípio educativo no projeto de educação integral de trabalhadores – excertos. *Instituto Federal Farroupilha*. 2014. Disponível em: <[http://www.pb.iffarroupilha.edu.br/site/midias/arquivos/201179171745208frigotto\\_ciovatta\\_ramos\\_o\\_trabalho\\_como\\_principio\\_educativo.pdf](http://www.pb.iffarroupilha.edu.br/site/midias/arquivos/201179171745208frigotto_ciovatta_ramos_o_trabalho_como_principio_educativo.pdf)>. Acesso em: 20 jul. 2015.

FROCHTENGARTEN, Fernando. A memória oral no mundo contemporâneo. *Estudos avançados*. São Paulo, v. 119, n. 55, p. 367-376, set./dez. 2005. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142005000300027>>. Acesso em: 04 set. 2015.

GADOTTI, Moacir. *Concepção dialética da educação: um estudo introdutório*. 9. ed. São Paulo: Cortez, 1995. Disponível em: <<http://acervo.paulofreire.org/xmlui>>. Acesso em: 05 ago. 2015.

\_\_\_\_\_. *Os circuitos da história e o balanço da educação no Brasil na primeira A escola cidadã*. 6. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2003. Disponível em: <<http://acervo.paulofreire.org/xmlui>>. Acesso em: 05 ago. 2015.

GARIGLIO, José Ângelo. A reforma da educação profissional e seu impacto sobre as lutas concorrenciais por território e poder no currículo do CEFET-MG. *Trabalho & Educação* (UFMG), Belo Horizonte, v. 2, n. 10, p. 64-85, 2002

GERALDO, Endrica. *O perigo alienígena: política imigratória e pensamento racial no Governo Vargas (1930-1945)*. 2007. 238f. Tese (Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas) - Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, 2007.

GOMEZ, Carlos Minayo. Processo de trabalho e processo de conhecimento. In: \_\_\_\_\_. *Trabalho e conhecimento: dilemas da educação do trabalhador*. São Paulo: Cortez, 1987. p. 43-59

GUIMARÃES, Wagner. “Um equívoco político, um elefante branco no ensino tecnológico de Goiás”, *Diário da Manhã*, do dia 01/05/2008, p.1-2 Disponível em [http://www.sinpeem.com.br/lermais\\_materias.php?cd\\_materias=666#.VfwJpelzthw](http://www.sinpeem.com.br/lermais_materias.php?cd_materias=666#.VfwJpelzthw). Acesso em 18/09/2015.

ILLICH, Ivan. *Sociedade sem escola*. Tradução de Lúcia Mathilde Endlich Orth. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985

IFG. Instituto Federal de Goiás. *Relatório de gestão do ano 2000*. Goiânia, 2000.

\_\_\_\_\_. *Relatório de gestão do ano 2001*. Goiânia, 2001.

\_\_\_\_\_. *Relatório de gestão do ano 2002*. Goiânia, 2002.

\_\_\_\_\_. *Relatório de gestão do ano 2003*. Goiânia, 2003.

\_\_\_\_\_. *Relatório de gestão do ano 2004*. Goiânia, 2004.

\_\_\_\_\_. *Relatório de gestão do ano 2005*. Goiânia, 2005.

\_\_\_\_\_. *Relatório de gestão do ano 2006*. Goiânia, 2006

\_\_\_\_\_. *Relatório de gestão do ano 2007*. Goiânia, 2007.

\_\_\_\_\_. *Relatório de gestão do ano 2008*. Goiânia, 2008.

\_\_\_\_\_. *Relatório de gestão do ano 2009*. Goiânia, 2009.

\_\_\_\_\_. *Relatório de gestão do ano 2010*. Goiânia, 2010.

\_\_\_\_\_. *Relatório de gestão do ano 2011*. Goiânia, 2011.

\_\_\_\_\_. *Relatório de gestão do ano 2012*. Goiânia, 2012.

\_\_\_\_\_. *Relatório de gestão do ano 2013*. Goiânia, 2013.

\_\_\_\_\_. *Relatório de gestão do ano 2014*. Goiânia, 2014.

KUENZER, Acácia Z. (Org.). *Construindo uma proposta para os que vivem do trabalho*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

KUNZE, Nádia Cuiabano. O surgimento da rede federal de educação profissional nos primórdios do regime republicano brasileiro. *Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica*. Brasília, v. 2, n. 2, p. 8-24, nov. 2009.

LAHIRE, Bernard. *A cultura dos indivíduos*. Tradução de Fátima Murad. Porto Alegre: Anmed, 2006.

\_\_\_\_\_. *Homem plural: as determinantes da ação*. Tradução de Jaime A. Clasen. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

LIMA, Fernanda R. *Parque Estadual da Serra Dourada: uma opção para o ecoturismo, seu cenário atual e perspectivas futuras*. 2004. 157 f. Monografia (Centro de Excelência em Turismo da Universidade de Brasília) - Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2004.

MACHADO, Lucília Regina de Souza. *Politecnia, escola unitária e trabalho*. São Paulo: Cortez, 1989.

MANSO, Edison A. et al.. *Estudo da flutuação populacional da clientela da ETFG – Escola Técnica Federal de Goiás em doze anos (1977-1988)*. Goiânia. 1989. 41 f. Trabalho final da disciplina de Estatística Aplicada à Educação do Curso de Especialização em Metodologia do Ensino Profissionalizante do 2º Grau. ETFG.

MARX, Karl; ENGELS, Friederich. *A ideologia alemã*. Tradução de Luís Cláudio de Castro Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MEIRIEU, Philippe. *O cotidiano da escola e da sala de aula: o fazer e o compreender*. Tradução de Fátima Murad. Porto Alegre: Artmed, 2005.

MENDONÇA, Jales Guedes Coelho. *A Assembléia Constituinte de 1935 e o mudancismo condicionando*. 2008.154f. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2008.

NOSELLA, Paolo & BUFFA, Ester. *Instituições escolares: por que e como pesquisar*. In: SANTOS, A. V; VECHIA, A. (org.). *Cultura Escolar e História das Práticas Pedagógicas*. Curitiba: UTP, 2008. p. 15-32.

NOSELLA, Paolo *Ensino médio: em busca do princípio pedagógico*. In: COLÓQUIO DE PESQUISA SOBRE INSTITUIÇÕES ESCOLARES, 6., 2009. São Paulo *Anais...* São Paulo: LIPHIS/ PPGE/ UNINOVE-SP, 2009.

OTRANTO, Célia Regina. *Criação e implantação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFETs*. *Retta*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, p. 89-110, jan-jun 2010.

PACHECO, Eliezer. *Institutos federais uma revolução na educação profissional e tecnológica*. Brasília: Fundação Santillana, 2011; São Paulo: Moderna, 2011. Disponível em: <<http://www.moderna.com.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A7A83CB34572A4A01345BC3D5404120>>. Acesso em: 16 set.2015.

\_\_\_\_\_. *Os Ifets e o Projeto Nacional*. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/artigos\\_ifets.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/artigos_ifets.pdf)>. Acesso em: 16 set.2015

PEÇANHA, Nilo. *Impressões da Europa*. Nice: N. Chini & Cie Editeurs, 1912.

PIRES, Mauro Alves. *Imagens institucionais da Modernidade: a educação profissional em Goiás (1910-1964)*. 2014. 152 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014.

QUINTELA, Antón C.; CASTRO, Luciana A. Cavalcante de. GOYANIA=GOIÂNIA, de poema a topônimo. *Revista UFG*. Goiânia, artigo publicado em ago. 2007. 10 f. Disponível em: <[http://www.proec.ufg.br/revista\\_ufg/agosto2007/textos/poemaGoyania.pdf](http://www.proec.ufg.br/revista_ufg/agosto2007/textos/poemaGoyania.pdf)>. Acesso em: 18 ago. 2015.

RABELO, Flávia de B. *(Re)Inventando o Turismo: na cidade de Goiás sob o olhar de Cora Coralina*. 2006. 110 f. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Gestão do Patrimônio Cultural) – Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2006.

RODRIGUES, Diego Augusto. *Sindicatos no Brasil: formação e constitucionalismo sindical. Conteúdo Jurídico*, Brasília-DF, 9 jun. 2012. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.37450&seo=1>>. Acesso em: 16 dez. 2015.

SÁ, Helvécio Goulart Malta de. *A transferência da escola de aprendizes artífices da cidade de Goiás para a nova capital: contribuições para a construção da memória do IFG*. 2014. 246 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Goiânia: Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO), Goiânia, 2014.

SAVIANI, Demerval. História da História da Educação no Brasil: um balanço prévio e necessário. In: V COLÓQUIO DE PESQUISA SOBRE INSTITUIÇÕES ESCOLARES. 5., 2008. *Anais...* Uninove: São Paulo, 2008. Disponível em: <[http://www.uninove.br/PDFs/Mestrados/Educação/Anais\\_V\\_coloquio/Conferencia%20Dermeval%20SAVIANI.pdf](http://www.uninove.br/PDFs/Mestrados/Educação/Anais_V_coloquio/Conferencia%20Dermeval%20SAVIANI.pdf)>. Acesso em: 05 set. 2015.

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL (SENAI). Departamento Regional de São Paulo. *De Homens e máquinas: Roberto Mange e a formação profissional*. São Paulo: SENAI-SP, 2012.

SHIROMA, Eneida Oto; MORAES, Maria Célia Marcondes de; EVANGELISTA, Olinda. *Política Educacional*. 4. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

SILVA, Sheila Siqueira da. *A Escola de Aprendizes Artífices do Espírito Santo e a Rede Federal de Educação Profissional (1909-1930)*. 2013. 145 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2013.

SOSTO, Guillermo Pérez. Replantear la cuestión social In: SOSTO, Guillermo Pérez (Coord.). *Las manifestaciones actuales de la cuestión social*. Buenos Aires: Instituto Di Tella, 2005. 15-24 p.

TIBALLI, Elianda F. A. Estratégias de inclusão frente à diversidade social e cultural na escola. In: LIZITA, Werbena; SOUZA, Luciana (Org.). *Políticas educacionais, práticas escolares e alternativas de inclusão escolar*. Rio de Janeiro: DP&A, 2004. v. 1, p. 197-208.

VIEIRA, Luís G. et al. *Cursos de terceiro grau: projeto de implantação*. Goiânia: Escola Técnica Federal de Goiás. 1991.

VIROTE, Shirley Mar Pereira. *A educação profissional técnica de nível médio integrada ao ensino médio: implicações das mudanças legais no Governo Lula para o IFG*. 2009. 187 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2009.

WIELEWICKI, Hamilton de G.; OLIVEIRA, Marlize R. Internacionalização da educação superior: Processo de Bolonha. *Ensaio: avaliação e políticas públicas. em educação.*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 67, p. 215-234, abr./jun. 2010.

# APÊNDICES

## Apêndice A - Roteiro da entrevista com os ex- diretores

01 – Qual é sua formação acadêmica? Como se ingressou no serviço público do atual IFG? Qual foi a sua primeira função acadêmica dentro do IFG?

02 - Qual foi sua primeira função administrativa dentro do IFG, quanto durou e quais foram suas principais realizações?

03- Como se tornou diretor? Quando tomou posse e quais foram as suas realizações? O que mudou academicamente na sua gestão? O que deixou de existir academicamente e quais as implantações ocorridas nesse período?

04 – Como você contextualizaria o ensino profissionalizante na época em que atuou como Diretor e quais eram as principais dificuldades encontradas?

05 – Como você abordaria a evasão, o abandono e a concorrência para ingresso no IFG durante sua gestão?

06 – Faça uma breve avaliação de sua gestão no contexto político, educativo, administrativo e social.



## **Apêndice B - Roteiro da entrevista com o ex- aluno**

01 – Qual é o seu nome e quando você ingressou na Escola de Aprendizizes Artífices

02 – Qual o curso que você fez na Escola de Aprendizizes Artífices? Faça um resumo da sua passagem pela escola , suas impressões, sua participação nos eventos mais relevantes e o que representou a escola na sua vida pessoal?

03- Quais eram os seus professores e diretor e como era o seu relacionamento com eles? Fale sobre a competência deles e do relacionamento deles com toda a turma.

04 – Como você descreveria o cotidiano dentro da escola e o seu relacionamento com os seus colegas? Havia discriminação de alguma natureza?

05 – Faça uma breve avaliação de sua do contexto político, educativo, administrativo e social durante o período em que esteve como aluno na escola.

**Apêndice C - Questionário socioeconômico aplicado aos alunos do Câmpus Goiânia do IFG**

**01 - Qual é o seu estado civil?**

- A – Solteiro
- B – Casado
- C - Desquitado / Separado
- D – Divorciado
- E – Viúvo

**02 - Qual é a sua religião?**

- A – Católica
- B – Espírita
- C – Evangélica
- D – Outras
- E – Nenhuma

**03- Em que região você nasceu?**

- A - Sul - Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina
- B - Sudeste - Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo
- C - Centro-Oeste - Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul
- D - Norte - Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima
- E - Nordeste - Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe

**04 - Qual é a sua escolaridade?**

- A - Ensino Fundamental - (1o Grau)
- B - Ensino Médio - incompleto (2o Grau)
- C - Ensino Médio - completo (2o Grau)
- D - Ensino Superior - incompleto (3o Grau)
- E - Ensino Superior - completo (3o Grau)

**05 - Em que tipo de escola você estudou?**

- A - Só em escola pública
- B - Só em escola particular
- C - Maior parte dos anos em escola particular
- D - Maior parte dos anos em escola pública
- E - Escola conveniada

**06 - Qual o turno em que fez o seu curso?**

- A - Todo diurno
- B - Todo noturno
- C - Maior parte diurno
- D - Maior parte noturno

**07 - Você frequentou cursinho preparatório para o IFG?**

- A - Não
- B - Sim, menos de um semestre
- C - Sim, um semestre
- D - Sim, por um ano
- E - Sim, mais de um ano

**08 - Quantas vezes você prestou o exame de seleção no IFG?**

- A - Nenhuma
- B - Uma vez
- C - Duas vezes
- D - Três vezes
- E - Mais de três vezes

**09 - Você já iniciou curso superior?**

- A - Não
- B - Sim, mas abandonei
- C - Sim, estou cursando
- D - Sim, mas já concluí
- E - Nenhuma

**10 - Você exerce atividade remunerada?**

- A - não
- B - Sim, em tempo parcial (até 30 horas semanais)
- C - Sim, em tempo integral (mais de 30 horas semanais)
- D - Sim, trabalho eventual

**11 - Qual é a sua ocupação?**

- A - Estudante
- B - Contratado com carteira de trabalho assinada
- C - Servidor público
- D - Trabalhador autônomo
- E - Aposentado

**12 - O candidato pretende trabalhar enquanto faz o curso?**

- A – Não
- B - Sim, mas apenas em estágios
- C - Sim, mas apenas nos últimos anos
- D - Sim, desde o 1o ano em tempo parcial
- E - Sim, desde o 1o ano em tempo integral

**13 - Qual é a sua renda mensal?**

- A - Menos de 1 salário mínimo
- B - De 1 a 3 salários mínimos
- C - Mais de 3 a 6 salários mínimos
- D - Mais de 6 a 10 salários mínimos
- E - Mais de 10 salários mínimos

**14 - Qual é a sua participação na vida econômica da família?**

- A - Não trabalha e seus gastos são financiados pela família ou por outras pessoas
- B - Trabalha, mas recebe ajuda financeira da família ou de outras pessoas
- C - Trabalha e é responsável pelo seu próprio sustento, não recebendo ajuda financeira
- D - Trabalha e é responsável pelo próprio sustento e contribui parcialmente para o sustento de outras pessoas
- E - Trabalha e é o principal responsável pelo sustento da família

**15 - Quantas pessoas compõem sua família?**

- A - De 1 a 2 pessoas
- B - De 3 a 4 pessoas
- C - De 5 a 6 pessoas
- D - De 6 a 10 pessoas
- E - Mais de 10 pessoas

**16 - Qual a renda mensal de sua família (todos que residem na sua casa)?** 

- A - Menos de 1 salário mínimo
- B - De 1 a 3 salários mínimos
- C - Mais de 3 a 6 salários mínimos
- D - Mais de 6 a 10 salários mínimos
- E - Mais de 10 salários mínimos

**17 - Qual o motivo que o levou a escolher um curso no IFG?**

- A - Qualificação profissional
- B - Exigência do serviço
- C - Melhoria salarial
- D - Preparação para o vestibular
- E - Ser escola pública

**18 - Qual é o seu ramo de atividade?**

- A – Saúde
- B - Educação
- C – Indústria
- D – Comércio
- E – Outros

**19 - Qual é o tipo de sua moradia?**

- A – Própria
- B – Cedida
- C – Financiada
- D – Alugada
- E – Outras

**20 - Qual é o tipo de atividade da qual você mais participa?**

- A – Religiosa
- B - Artística e cultural (cinema, festa, show)
- C – Político-partidária
- D – Esportiva
- E – Nenhuma

**21 - Qual é o meio de comunicação que você mais utiliza para se manter informado?**

- A - Jornal escrito/Revista
- B – Televisão
- C – Rádio
- D – Internet
- E – Outros

**22 - Qual é o meio de transporte utilizado por você para ir à escola?**

- A - Ônibus urbano
- B - Ônibus interurbano
- C - Bicicleta / A pé
- D - Carro próprio
- E - Moto própria

**23 - Como você tomou conhecimento do processo seletivo do IFG?**

- A - Jornais/Internet.
- B - Material gráfico (cartazes/panfletos)
- C - Televisão/Rádio
- D - Escolas de ensino médio/Cursinho
- E - Amigos, vizinhos ou parentes

**24 – Qual a sua raça/etnia?**A – Branca B – Preta C – Parda D – Amarela E – Indígena

**Apêndice D - Resultados do questionário socioeconômico aplicado aos ingressantes nos cursos técnicos do IFG – Câmpus Goiânia nos anos de 2010 – 2012 – 2013 e 2014**

Questionário socioeconômico do Câmpus de Goiânia - 2010

Edital 030

01 – Seu estado civil

Cursos Téc.	Solteiro	Casado	Desquitado/separado	Divorciado	Viúvo	Total
Inst.Musicais	23		-	-	-	23
Edificações	25		-	-	-	25
Eletrônica	28		-	-	-	28
Eletrotécnica	29		-	-	-	29
Mineração	29		-	-	-	29
Trânsito	29		-	-	-	29
C. Ambiental	27		-	-	-	27
T. I. Internet	28		-	-	-	28

02 - Sua religião

Cursos Téc.	Católica	Espírita	Evangélica	Outras	Nenhuma	Total
Inst.Musicais	7	4	7	1	4	23
Edificações	10	-	12	3	-	25
Eletrônica	15	3	6	1	3	28
Eletrotécnica	12	1	9	3	4	29
Mineração	16	1	10	1	1	29
Trânsito	17	1	6	2	3	29
C. Ambiental	11	3	9	-	4	27
T. I. Internet	19	1	6	-	2	28

03- Região em que nasceu

Região nasc.	Sul	Sudeste	Centro-oeste	Norte	Nordeste	Total
Inst.Musicais	-	-	22	1	-	23
Edificações	1	-	23	-	1	25
Eletrônica	1		24	3		28
Eletrotécnica	-	1	24	3	1	29
Mineração	1	1	26	1	-	29
Trânsito	-	-	27	-	2	29
C. Ambiental	1	1	24	-	1	27
T. I. Internet	-	1	27	-	-	28



## 04- Qual a sua escolaridade?

Cursos Téc.	Fundamental	EM – Incomp	EM Comp.	ES-Inc.	ES-Comp	Total
Inst.Musicais	20	2	1	-	-	23
Edificações	18	7	-	-	-	25
Eletrônica	27	1	-	-	-	28
Eletrotécnica	28	1	-	-	-	29
Mineração	23	5	1	-	-	29
Trânsito	24	4	1	-	-	29
C. Ambiental	21	3	1	1	1	27
T. I. Internet	21	7	-	-	-	28

## 05 –Tipo de escola em que estudou

Cursos Téc.	Pública	Particular	M. P. particular	M.P. pública	Conveniada	Total
Inst.Musicais	6	4	5	6	2	23
Edificações	4	3	8	6	4	25
Eletrônica	6	9	4	6	3	28
Eletrotécnica	7	10	5	4	3	29
Mineração	12	6	5	4	2	29
Trânsito	9	11	5	3	1	29
C. Ambiental	6	5	6	6	4	27
T. I. Internet	5	7	5	5	6	28

## 06 – Qual o turno em que você fez o curso?

Cursos Téc.	Diurno	Noturno	Maior P. diurno	Maior p. noturno	Total
Inst.Musicais	7	4	7	1	23
Edificações	10	-	12	3	25
Eletrônica	15	3	6	1	28
Eletrotécnica	12	1	9	3	29
Mineração	25	-	4	-	29
Tâansito	23	-	6	-	29
C. Ambiental	23	-	4	-	27
T. I. Internet	23	-	-	-	28

07 – Você enfrentou cursinho preparatório para o IFG ?

Cursos Téc.	Não	Sim, <1S	Sim, 1 Semestre	Sim, 1 ano	Sim, >1 ano	Total
Inst.Musicais	16	3	2	2	-	23
Edificações	17	3	2	3	-	25
Eletronica	18	3	-	7	-	28
Eletrotecnica	23	1	1	4	-	29
Mineração	24	1	-	4	-	29
Transito	23	3	3	-	-	29
C. Ambiental	23	1	-	3	-	27
T. I. Internet	23	1	2	2	-	28

08 – Quantas vezes você prestou o exame de seleção no IFG?

Cursos Téc.	Nenhuma	Uma vez	Duas vezes	Três vezes	>3 vezes	Total
Inst.Musicais	23	-	-	-	-	23
Edificações	22	3	-	-	-	25
Eletrônica	28	-	-	-	-	28
Eletrotécnica	26	3	-	-	-	29
Mineração	23	5	1	-	-	29
Trânsito	20	8	-	1	-	29
C. Ambiental	23	3	1	-	-	27
T. I. Internet	26	2	-	-	-	28

09 – Você já iniciou curso superior?

Cursos Téc.	Não	Sim, mas aband.	Sim, estou cursando	Sim, já concluí	Total
Inst.Musicais	23	-	-	-	23
Edificações	25	-	-	-	25
Eletrônica	28	-	-	-	28
Eletrotécnica	29	-	-	-	29
Mineração	29	-	-	-	29
Trânsito	23	1	-	-	29
C. Ambiental	24	1	1	1	27
T. I. Internet	28	-	-	-	28

10 – Você exerce atividade remunerada?

Cursos Téc.	Não	Sim, em tempo parcial	Sim, em tempo integral	Sim, eventual	Total
Inst.Musicais	23	-	-		23
Edificações	23	1	-	1	25
Eletrônica	27	1	-	-	28
Eletrotécnica	28	1	-	-	29
Mineração	28	-	-	1	29
Trânsito	27	1	-	1	29
C. Ambiental	25	1	1		27
T. I. Internet	27	1	-		28

11 – Qual é a sua ocupação?

Cursos Téc.	Estudante	Contratado c/ cart. assinada	Servidor público	Trabalhador autônomo	Aposentado	Total
Inst.Musicais	22	1	-	-	-	23
Edificações	21	3	-	1	-	25
Eletrônica	28	-	-	-	-	28
Eletrotécnica	29	-	-	-	-	29
Mineração	29	-	-	-	-	29
Trânsito	28	-	1	-	-	29
C. Ambiental	26	-	1	-	-	27
T. I. Internet	28	-	-	-	-	28

12 – O candidato pretende trabalhar enquanto faz o curso?

Cursos Téc.	Não	Sim, em estágio	Sim, nos últimos anos	Sim, desde o 1º ano em tempo parcial	Sim, desde o 1º ano em tempo integral	Total
Inst.Musicais	9	4	2	2	6	23
Edificações	7	11	2	5	-	25
Eletrônica	8	12	1	7	-	28
Eletrotécnica	10	7	5	5	2	29
Mineração	13	8	1	6	1	29
Trânsito	14	13	1	1	-	29
C. Ambiental	8	11	2	6	-	27
T. I. Internet	19	1	3	5	-	28

## 13 – Qual é a sua renda mensal?

Cursos Téc.	< 1 SM	1 a 3 SM	>3 a 6 SM	> 6 a 10 SM	> 10 SM	Total
Inst.Musicais	20	3	-	-	-	23
Edificações	22	2	1	-	-	25
Eletrônica	23	2	3	-	-	28
Eletrotécnica	26	3	-	-	-	29
Mineração	25	1	3	-	-	29
Trânsito	20	5	1	-	2	29
C. Ambiental	21	6	-	-	-	27
T. I. Internet	23	1	2	2	-	28

## 14 – Qual é a sua participação na vida econômica da família?

Cursos Téc.	NT e gastos pela família ou outra pessoa	T, mas recebe ajuda da família ou outra pessoa	T e é responsável pelo sustento, não recebe ajuda	T e é responsável pelo sustento e contribui parc. para sustento da família	T e é o único sustento da família	Total
Inst.Musicais	22	1	-	-	-	23
Edificações	23	2	-	-	-	25
Eletrônica	28	-	-	-	-	28
Eletrotécnica	26	2	-	-	1	29
Mineração	28	1	-	-	-	29
Trânsito	26	2	1	-	-	29
C. Ambiental	23	4	-	-	-	27
T. I. Internet	26	1	-	-	1	28

## 15 – Quantas pessoas compõem sua família?

Cursos Téc.	1 a 2 pessoas	3 a 4 pessoas	5 a 6 pessoas	6 a 10 pessoas	> 10 pessoas	Total
Inst.Musicais	2	16	5	-	-	23
Edificações	-	15	3	7	-	25
Eletrônica	2	15	10	1	-	28
Eletrotécnica	2	15	12	-	-	29
Mineração	2	19	7	1	-	29
Trânsito	3	19	6	1	-	29
C. Ambiental	3	17	7	-	-	27
T. I. Internet	-	18	10	-	-	28

16 – Qual é a renda mensal da sua família (todos que moram na sua casa)?

Cursos Téc.	< 1 SM	1 a 3 SM	>3 a 6 SM	> 6 a 10 SM	> 10 SM	Total
Inst.Musicais	-	12	7	4	-	23
Edificações	22	2	1	-	-	25
Eletrônica	2	9	11	5	1	28
Eletrotécnica	-	14	9	2	4	29
Mineração	-	15	10	1	3	29
Trânsito	-	13	9	2	5	29
C. Ambiental	-	14	10	1	2	27
T. I. Internet	-	9	10	6	3	28

17 – Qual o motivo que o levou a escolher um curso no IFG?

Cursos Téc.	Qualificação profissional	Exigência do serviço	Melhoria salarial	Preparação vestibular	Ser escola pública	Total
Inst.Musicais	21	-	-	1	1	23
Edificações	22	-	-	2	1	25
Eletrônica	20	-	-	6	2	28
Eletrotécnica	23	1	-	3	2	29
Mineração	21	-	-	6	2	29
Trânsito	21	-	1	6	1	29
C. Ambiental	21	-	-	4	2	27
T. I. Internet	21	-	-	7	-	28

18 – Qual é o seu ramo de atividade?

Cursos Téc.	Saúde	Educação	Indústria	Comércio	Outros	Total
Inst.Musicais	-	1	-	1	21	23
Edificações	1	8	2	1	13	25
Eletrônica	-	7	3	2	16	28
Eletrotécnica	-	4	9	2	14	29
Mineração	2	4	5	-	18	29
Trânsito	2	7	2	2	16	29
C. Ambiental	3	5	-	3	16	27
T. I. Internet	23-	5	1	2	20	28

19 – Qual o tipo de sua moradia?

Cursos Téc.	Própria	Cedida	Financiada	Alugada	Outras	Total
Inst.Musicais	14	-	4	5	-	23
Edificações	15	2	3	5	-	25
Eletrônica	20	1	-	5	2	28
Eletrotécnica	20	3	2	4	-	29
Mineração	13	6	3	7	-	29
Trânsito	18	-	3	7	1	29
C. Ambiental	15	2	3	7	-	27
T. I. Internet	6	-	7	5	-	28

20 – Qual o tipo de atividade que de você mais participa?

Cursos Téc.	Religiosa	Artíst. Cultural	Político-partidária	Esportiva	Nenhuma	Total
Inst.Musicais	8	14	-	1	-	23
Edificações	10	2	-	11	2	25
Eletrônica	6	6	-	12	4	28
Eletrotécnica	8	1	-	16	4	29
Mineração	10	7	-	10	2	29
Trânsito	8	5	-	14	2	29
C. Ambiental	7	4	-	12	4	27
T. I. Internet	7	4	-	12	5	28

21 – Qual o meio de comunicação que você mais usa para se manter informado?

Cursos Téc.	Jornal escrito/revista	TV	Rádio	Internet	Outros	Total
Inst.Musicais	2	9	-	12	-	23
Edificações	2	7	-	16	-	25
Eletrônica	2	14	-	12	-	28
Eletrotécnica	1	14	-	14	-	29
Mineração	2	15	-	12	-	29
Trânsito	2	9	1	17	-	29
C. Ambiental	-	12	-	15	-	27
T. I. Internet	-	9	1	18	-	28

22 – Qual é o meio de transporte que você utiliza para ir à escola?

Cursos Téc.	Ônibus urbano	Ônibus interurbano	Bicicleta/a pé	Carro próprio	Moto própria	Total
Inst.Musicais	12	-	9	2	-	23
Edificações	12	-	8	4	1	25
Eletrônica	11	-	10	7	-	28
Eletrotécnica	14	-	9	6	-	29
Mineração	14	-	7	8	-	29
Trânsito	15	2	4	5	3	29
C. Ambiental	15	-	3	7	2	27
T. I. Internet	14	1	6	7	-	28

23 – Como você tomou conhecimento do processo seletivo do IFG?

Cursos Téc.	Jornal /internet	Material gráfico (cart./panfletos)	TV/rádio	Escolas de EM/ cursinho	Amigos/ vizinhos/ parentes	Total
Inst.Musicais	2	-	1	-	20	23
Edificações	4	1	-	1	19	25
Eletrônica	-	-	1	4	23	28
Eletrotécnica	2	1	-	4	22	29
Mineração	6	1	1	4	17	29
Trânsito	7	-	2	4	16	29
C. Ambiental	9	1	1	4	12	27
T. I. Internet	2	-	-	2	24	28

24 –Qual é a sua raça/etnia?

Cursos Téc.	Branca	Preta	Parda	Amarela	Indígena	Total
Inst.Musicais	11	1	9	2	-	23
Edificações	9	-	16	-	-	25
Eletrônica	11	3	14	-	-	28
Eletrotécnica	13	3	10	3	-	29
Mineração	13	2	12	2	-	29
Trânsito	10	3	15	1	-	29
C. Ambiental	11	2	10	4	-	27
T. I. Internet	21	-	5	2	-	28



## Questionário socioeconômico do Câmpus de Goiânia - 2012/1

## 01 – Seu estado civil

Cursos Técnicos	Solteiro	Casado	Desquitado/separado	Divorciado	Viúvo	Total
Inst. Musicais - LC	12	0	0	0	0	12
Inst. Musicais - RP	11	0	0	1	0	12
Edificações – LC	13	0	0	0	0	13
Edificações – RP	11	0	0	0	0	11
Eletrônica – LC	14	0	0	0	0	14
Eletrônica – RP	11	0	0	0	0	11
Eletrotécnica - LC	13	0	0	0	0	13
Eletrotécnica - RP	12	0	0	0	0	12
Mineração – LC	12	0	0	0	0	12
Mineração – RP	14	0	0	0	0	14
Trânsito - LC	13	0	0	0	0	13
Trânsito - RP	15	0	0	0	0	15
C. Ambiental - LC	12	0	0	0	0	12
C. Ambiental - RP	10	0	0	0	0	10
Informática - LC	13	0	0	0	0	13
Informática - RP	11	0	0	0	0	11

## 02 - Sua religião

Cursos Técnicos	Católica	Espírita	Evangélica	Outras	Nenhuma	Total
Inst. Musicais - LC	3	1	6	0	2	12
Inst. Musicais - RP	2	1	8	1	0	12
Edificações – LC	9	0	3	1	0	13
Edificações – RP	6	0	2	1	2	11
Eletrônica – LC	10	1	0	1	2	14
Eletrônica – RP	5	1	3	2	0	11
Eletrotécnica - LC	6	1	3	0	3	13
Eletrotécnica - RP	5	0	4	2	1	12
Minação – LC	4	0	4	2	2	12
Minação – RP	8	0	5	1	0	14
Trânsito - LC	7	0	4	1	1	13
Trânsito - RP	6	1	6	1	1	15
C. Ambiental - LC	6	3	3	0	0	12
C. Ambiental - RP	3	2	4	0	1	10
Informática - LC	2	2	7	0	2	13
Informática - RP	7	0	3	0	1	11

## 03- Região em que nasceu

Cursos Técnicos	Sul	Sudeste	Centro-oeste	Norte	Nordeste	Total
Inst. Musicais - LC	0	0	12	0	0	12
Inst. Musicais - RP	0	0	9	2	1	12
Edificações – LC	0	0	13	0	0	13
Edificações – RP	0	0	10	1	0	11
Eletrônica – LC	0	0	14	0	0	14
Eletrônica – RP	0	0	11	0	0	11
Eletrotécnica - LC	0	0	11	1	1	13
Eletrotécnica - RP	0	1	10	0	1	12
Mineração – LC	0	0	9	3	0	12
Mineração – RP	0	2	10	2	0	14
Trânsito - LC	0	3	10	0	0	13
Trânsito - RP	0	3	11	0	1	15
C. Ambiental - LC	0	0	11	1	0	12
C. Ambiental - RP	0	0	10	0	0	10
Informática - LC	0	1	11	1	0	13
Informática - RP	0	0	11	0	0	11

## 04- Qual é a sua escolaridade?

Cursos Técnicos	Fundamental	EM – Incomp	EM Comp.	ES-Inc.	ES- Comp	Total
Inst. Musicais - LC	10	2	0	0	0	12
Inst. Musicais -RP	7	5	0	0	0	12
Edificações – LC	12	1	0	0	0	13
Edificações – RP	8	2	1	0	0	11
Eletrônica – LC	9	4	1	0	0	14
Eletrônica – RP	9	2	0	0	0	11
Eletrotécnica - LC	11	2	0	0	0	13
Eletrotécnica - RP	8	3	1	0	0	12
Minação – LC	11	1	0	0	0	12
Minação – RP	8	4	2	0	0	14
Trânsito - LC	11	2	0	0	0	13
Trânsito - RP	13	2	0	0	0	15
C. Ambiental - LC	8	3	1	0	0	12
C. Ambiental - RP	8	1	1	0	0	10
Informática - LC	13	0	0	0	0	13
Informática - RP	10	1	0	0	0	11

## 05 – Tipo de escola em que estudou

Cursos Técnicos	Pública	Particular	M. P. particular	M.P. pública	Conveniada	Total
Inst. Musicais - LC	1	3	6	0	2	12
Inst. Musicais – RP	7	0	0	4	1	12
Edificações – LC	0	7	2	0	4	13
Edificações – RP	8	0	1	2	0	11
Eletrônica – LC	0	10	3	1	0	14
Eletrônica – RP	8	0	1	1	1	11
Eletrotécnica - LC	0	6	2	3	2	13
Eletrotécnica – RP	7	3	0	2	0	12
Mineração – LC	1	7	2	0	2	12
Mineração – RP	12	0	0	2	0	14
Trânsito - LC	0	5	4	2	2	13
Trânsito - RP	11	0	1	2	1	15
C. Ambiental – LC	0	6	4	1	1	12
C. Ambiental - RP	8	0	0	2	0	10
Informática - LC	0	7	4	2	0	13
Informática - RP	6	0	1	4	0	11

06 – Qual o turno em que você fez o curso?

Cursos Técnicos	Diurno	Noturno	Maior p. diurno	Maior p. noturno	Total
Inst. Musicais - LC	8	0	4	0	12
Inst. Musicais - RP	10	0	2	0	12
Edificações – LC	13	0	0	0	13
Edificações – RP	8	0	3	0	11
Eletrônica – LC	13	0	1	0	14
Eletrônica – RP	11	0	0	0	11
Eletrotécnica - LC	12	0	1	0	13
Eletrotécnica – RP	11	0	1	0	12
Mineração – LC	12	0	0	0	12
Mineração – RP	12	0	2	0	14
Trânsito - LC	11	0	2	0	13
Trânsito - RP	12	1	2	0	15
C. Ambiental - LC	11	0	1	0	12
C. Ambiental - RP	8	0	2	0	10
Informática - LC	12	0	1	0	13
Informática - RP	8	0	3	0	11

## 07 – Você enfrentou cursinho preparatório para o IFG ?

Cursos Técnicos	Não	Sim, <1S	Sim, 1 Semestre	Sim, 1 ano	Sim, >1 ano	Total
Inst. Musicais - LC	7	1	3	1	0	12
Inst. Musicais - RP	11	0	0	1	0	12
Edificações – LC	6	0	3	4	0	13
Edificações – RP	8	0	0	3	0	11
Eletrônica – LC	7	2	1	3	1	14
Eletrônica – RP	10	1	0	0	0	11
Eletrotécnica - LC	6	1	0	6	0	13
Eletrotécnica - RP	12	0	0	0	0	12
Minação – LC	5	0	2	4	1	12
Minação – RP	10	1	0	3	0	14
Trânsito - LC	9	1	0	2	1	13
Trânsito - RP	10	1	3	1	0	15
C. Ambiental - LC	8	1	2	1	0	12
C. Ambiental - RP	6	0	3	1	0	10
Informática - LC	10	0	2	1	0	13
Informática - RP	9	0	1	1	0	11



## 08 – Quantas vezes você prestou o exame de seleção no IFG?

Cursos Técnicos	Nenhuma	Uma vez	Duas vezes	Três vezes	>3 vezes	Total
Inst. Musicais - LC	12	0	0	0	0	12
Inst. Musicais - RP	9	3	0	0	0	12
Edificações - LC	12	1	0	0	0	13
Edificações - RP	10	1	0	0	0	11
Eletrônica - LC	11	3	0	0	0	14
Eletrônica - RP	11	0	0	0	0	11
Eletrotécnica - LC	11	2	0	0	0	13
Eletrotécnica - RP	10	2	0	0	0	12
Mineração - LC	11	1	0	0	0	12
Mineração - RP	14	0	0	0	0	14
Trânsito - LC	8	3	2	0	0	13
Trânsito - RP	14	1	0	0	0	15
C. Ambiental - LC	9	3	0	0	0	12
C. Ambiental - RP	9	1	0	0	0	10
Informática - LC	12	1	0	0	0	13
Informática - RP	10	1	0	0	0	11

## 09 – Você já iniciou curso superior?

Cursos Técnicos	Não	Sim mas aband.	Sim, estou cursando	Sim, já concluí	Total
Inst. Musicais - LC	12	0	0	0	12
Inst. Musicais - RP	12	0	0	0	12
Edificações - LC	13	0	0	0	13
Edificações - RP	11	0	0	0	11
Eletrônica - LC	14	0	0	0	14
Eletrônica - RP	11	0	0	0	11
Eletrotécnica - LC	13	0	0	0	13
Eletrotécnica - RP	12	0	0	0	12
Mineração - LC	12	0	0	0	12
Mineração - RP	13	1	0	0	14
Trânsito - LC	12	0	1	0	13
Trânsito - RP	15	0	0	0	15
C. Ambiental - LC	12	0	0	0	12
C. Ambiental - RP	10	0	0	0	12
Informática - LC	13	0	0	0	13
Informática - RP	11	0	0	0	11

## 10 – Você exerce atividade remunerada?

Cursos Técnicos	Não	Sim, em tempo parcial	Sim, em tempo integral	Sim, eventual	Total
Inst. Musicais - LC	10	1	0	1	12
Inst. Musicais - RP	10	2	0	0	12
Edificações – LC	13	0	0	0	13
Edificações – RP	10	0	0	1	11
Eletrônica – LC	13	1	0	0	14
Eletrônica – RP	10	0	0	1	11
Eletrotécnica - LC	12	1	0	0	13
Eletrotécnica - RP	11	1	0	0	12
Mineração – LC	12	0	0	0	12
Mineração – RP	12	1	1	0	14
Trânsito - LC	13	0	0	0	13
Trânsito - RP	14	0	1	0	15
C. Ambiental - LC	12	0	0	0	12
C. Ambiental - RP	9	0	1	0	10
Informática - LC	13	0	0	0	13
Informática - RP	11	0	0	0	11

## 11 – Qual é a sua ocupação?

Cursos Técnicos	Estudante	Contratado c/ cart. Assinada	Servidor público	Trabalhador autônomo	Aposentado	Total
Inst. Musicais - LC	11	1	0	0	0	12
Inst. Musicais -RP	12	0	0	0	0	12
Edificações – LC	13	0	0	0	0	13
Edificações – RP	10	0	0	1	0	11
Eletrônica – LC	14	0	0	0	0	14
Eletrônica – RP	11	0	0	0	0	11
Eletrotécnica - LC	13	0	0	0	0	13
Eletrotécnica - RP	11	1	0	0	0	12
Mineração – LC	12	0	0	0	0	12
Mineração – RP	13	0	0	1	0	14
Trânsito - LC	13	0	0	0	0	13
Trânsito - RP	14	1	0	0	0	15
C. Ambiental - LC	12	0	0	0	0	12
C. Ambiental - RP	9	1	0	0	0	10
Informática - LC	13	0	0	0	0	13
Informática – RP	11	0	0	0	0	11

## 12 – O candidato pretende trabalhar enquanto faz o curso?

Cursos Técnicos	Não	Sim, em estágio	Sim, nos últimos anos	Sim, desde o 1º ano em tempo parcial	Sim, desde o 1º ano em tempo integral	Total
Inst. Musicais - LC	5	6	0	1	0	12
Inst. Musicais - RP	5	3	0	4	0	12
Edificações – LC	5	4	2	2	0	13
Edificações – RP	3	3	1	3	0	10
Eletrônica – LC	4	7	2	1	0	14
Eletrônica – RP	6	3	1	1	0	11
Eletrotécnica - LC	4	5	2	2	0	13
Eletrotécnica - RP	6	3	1	2	0	12
Mineração – LC	4	4	2	2	0	12
Mineração – RP	2	8	0	4	0	14
Trânsito - LC	3	8	0	2	0	13
Trânsito - RP	7	4	0	3	1	15
C. Ambiental - LC	4	7	1	0	0	12
C. Ambiental - RP	4	3	0	2	1	10
Informática - LC	6	5	1	1	0	13
Informática - RP	3	5	1	2	0	11

## 13 – Qual é a sua renda mensal?

Cursos Técnicos	< 1 SM	1 a 3 SM	>3 a 6 SM	> 6 a 10 SM	> 10 SM	Total
Inst. Musicais - LC	9	3	0	0	0	12
Inst. Musicais -RP	10	2	0	0	0	12
Edificações – LC	9	4	0	0	0	13
Edificações – RP	9	1	1	0	0	11
Eletrônica – LC	13	1	0	0	0	14
Eletrônica – RP	9	2	0	0	0	11
Eletrotécnica - LC	11	1	0	0	1	13
Eletrotécnica - RP	12	0	0	0	0	12
Mineração – LC	8	3	1	0	0	12
Mineração – RP	12	2	0	0	0	14
Trânsito - LC	10	1	1	1	0	13
Trânsito - RP	9	6	0	0	0	15
C. Ambiental - LC	10	2	0	0	0	12
C. Ambiental - RP	8	1	0	1	0	10
Informática - LC	9	1	1	2	0	13
Informática - RP	9	2	0	0	0	11

## 14 – Qual é a sua participação na vida econômica da família?

Cursos Técnicos	NT e gastos pela família ou outra pessoa	T, mas recebe ajuda da família ou outra pessoa	T e é responsável pelo sustento, não recebe ajuda	T e é responsável pelo sustento e contribui parc. Para sustento da família	T e é o único sustento da família	Total
Inst. Musicais - LC	10	2	0	0	0	12
Inst. Musicais – RP	10	1	0	1	0	12
Edificações – LC	13	0	0	0	0	13
Edificações – RP	10	1	0	0	0	11
Eletrônica – LC	13	1	0	0	0	14
Eletrônica – RP	10	1	0	0	0	11
Eletrotécnica - LC	12	1	0	0	0	13
Eletrotécnica – RP	10	2	0	0	0	12
Mineração – LC	12	0	0	0	0	12
Mineração – RP	12	0	1	1	0	14
Trânsito - LC	13	0	0	0	0	13
Trânsito - RP	14	0	0	0	1	15
C. Ambiental – LC	11	1	0	0	0	12
C. Ambiental - RP	9	0	1	0	0	10
Informática - LC	13	0	0	0	0	13
Informática - RP	11	0	0	0	0	11



## 15 – Quantas pessoas compõem sua família?

Cursos Técnicos	1 a 2 pessoas	3 a 4 pessoas	5 a 6 pessoas	6 a 10 pessoas	> 10 pessoas	Total
Inst. Musicais - LC	0	9	3	0	0	12
Inst. Musicais -RP	1	6	4	1	0	12
Edificações – LC	0	11	2	0	0	13
Edificações – RP	0	7	3	1	0	11
Eletrônica – LC	0	12	2	0	0	14
Eletrônica – RP	1	7	3	0	0	11
Eletrotécnica - LC	2	9	2	0	0	13
Eletrotécnica - RP	1	8	3	0	0	12
Mineração – LC	1	7	4	0	0	12
Mineração – RP	2	10	2	0	0	14
Trânsito - LC	0	11	2	0	0	13
Trânsito - RP	2	7	6	0	0	15
C. Ambiental - LC	0	8	4	0	0	12
C. Ambiental - RP	0	7	3	0	0	10
Informática - LC	0	10	3	0	0	13
Informática - RP	0	9	1	1	0	11

16 – Qual é a renda mensal da sua família (todos que moram na sua casa)?

Cursos Técnicos	< 1 SM	1 a 3 SM	>3 a 6 SM	> 6 a 10 SM	> 10 SM	Total
Inst. Musicais – LC	0	9	2	1	0	12
Inst. Musicais – RP	0	10	2	0	0	12
Edificações – LC	0	8	4	1	0	13
Edificações – RP	1	5	3	1	1	11
Eletrônica – LC	0	5	6	1	2	14
Eletrônica – RP	0	8	2	0	1	11
Eletrotécnica - LC	0	4	6	1	2	13
Eletrotécnica – RP	0	8	4	0	0	12
Mineração – LC	0	7	4	0	1	12
Mineração – RP	0	12	1	1	0	14
Trânsito - LC	0	6	4	3	0	13
Trânsito - RP	0	12	2	0	1	15
C. Ambiental – LC	0	4	6	2	0	12
C. Ambiental - RP	1	5	3	1	0	10
Informática - LC	0	1	4	4	4	13
Informática - RP	0	5	5	1	0	11

17 – Qual o motivo que o levou a escolher um curso no IFG?

Cursos Técnicos	Qualificação profissional	Exigência do serviço	Melhoria salarial	Preparação vestibular	Ser escola pública	Total
Inst. Musicais - LC	8	0	0	3	1	12
Inst. Musicais - RP	11	0	0	1	0	12
Edificações - LC	13	0	0	0	0	13
Edificações - RP	10	0	0	1	0	11
Eletrônica - LC	11	0	0	2	1	14
Eletrônica - RP	10	0	0	1	0	11
Eletrotécnica - LC	12	0	0	1	0	13
Eletrotécnica - RP	12	0	0	0	0	12
Mineração - LC	12	0	0	0	0	12
Mineração - RP	12	0	0	1	1	14
Trânsito - LC	8	0	0	5	0	13
Trânsito - RP	13	0	0	2	0	15
C. Ambiental - LC	0	4	6	2	0	12
C. Ambiental - RP	1	5	3	1	0	10
Informática - LC	0	1	4	4	4	13
Informática - RP	0	5	5	1	0	11

## 18 – Qual é o seu ramo de atividade?

Cursos Técnicos	Saúde	Educação	Indústria	Comércio	Outros	Total
Inst. Musicais - LC	0	1	0	1	10	12
Inst. Musicais - RP	0	3	0	1	8	12
Edificações - LC	0	2	2	2	7	13
Edificações - RP	0	1	1	2	7	11
Eletrônica - LC	0	0	5	2	7	14
Eletrônica - RP	0	2	4	2	3	11
Eletrotécnica - LC	0	2	4	0	7	13
Eletrotécnica - RP	0	0	9	1	2	12
Mineração - LC	0	0	3	0	9	12
Mineração - RP	0	1	1	1	11	14
Trânsito - LC	0	2	0	0	11	13
Trânsito - RP	0	2	1	1	11	15
C. Ambiental - LC	0	0	1	0	11	12
C. Ambiental - RP	1	2	0	2	5	10
Informática - LC	0	1	2	0	10	13
Informática - RP	0	0	1	0	10	11

## 19 – Qual o tipo de sua moradia?

Cursos Técnicos	Própria	Cedida	Financiada	Alugada	Outras	Total
Inst. Musicais - LC	8	2	1	1	0	12
Inst. Musicais -RP	6	3	0	3	0	12
Edificações – LC	12	0	0	0	0	12
Edificações – RP	7	0	2	1	1	11
Eletrônica – LC	9	1	0	4	0	14
Eletrônica – RP	4	3	2	2	0	11
Eletrotécnica - LC	11	1	1	0	0	13
Eletrotécnica - RP	7	0	1	4	0	12
Mineração – LC	10	1	1	0	0	12
Mineração – RP	3	2	0	9	0	14
Trânsito - LC	8	2	1	2	0	13
Trânsito - RP	9	0	2	4	0	15
C. Ambiental - LC	5	1	0	5	1	12
C. Ambiental - RP	7	2	1	0	0	10
Informática - LC	8	2	0	3	0	13
Informática - RP	9	0	1	1	0	11

20 – Qual o tipo de atividade de que você mais participa?

Cursos Técnicos	Religiosa	Artíst. Cultural	Político- partidária	Esportiva	Nenhuma	Total
Inst. Musicais - LC	4	5	0	2	1	12
Inst. Musicais -RP	10	2	0	0	0	12
Edificações – LC	5	3	0	4	1	13
Edificações – RP	6	1	1	1	2	11
Eletrônica – LC	0	3	0	8	3	14
Eletrônica – RP	2	3	0	4	2	11
Eletrotécnica - LC	1	4	0	6	2	13
Eletrotécnica - RP	3	0	2	5	2	12
Mineração – LC	3	5	0	2	2	12
Mineração – RP	3	5	0	3	3	14
Trânsito - LC	7	1	0	5	0	13
Trânsito - RP	5	2	0	8	0	15
C. Ambiental - LC	2	6	0	4	0	12
C. Ambiental - RP	6	2	0	1	1	10
Informática - LC	4	3	0	2	4	13
Informática - RP	2	2	0	4	3	11

21 – Qual o meio de comunicação que você mais usa para se manter informado?

Cursos Técnicos	Jornal escrito/revista	TV	Rádio	Internet	Outros	Total
Inst. Musicais - LC	1	4	0	7	0	12
Inst. Musicais -RP	0	2	0	10	0	12
Edificações – LC	1	2	0	10	0	13
Edificações – RP	1	3	0	7	0	11
Eletrônica – LC	0	3	0	11	0	14
Eletrônica – RP	0	2	0	9	0	11
Eletrotécnica - LC	0	4	0	9	0	13
Eletrotécnica - RP	0	5	0	7	0	12
Mineração – LC	0	5	1	6	0	12
Mineração – RP	0	3	0	11	0	14
Trânsito - LC	1	2	0	10	0	13
Trânsito - RP	0	7	0	8	0	15
C. Ambiental - LC	1	2	0	9	0	12
C. Ambiental - RP	0	3	0	7	0	10
Informática - LC	1	1	0	11	0	13
Informática - RP	1	5	0	5	0	11



22 – Qual é o meio de transporte que você utiliza para ir à escola?

Cursos Técnicos	Ônibus urbano	Ônibus interurbano	Bicicleta/a pé	Carro próprio	Moto própria	Total
Inst. Musicais - LC	7	1	2	2	0	12
Inst. Musicais -RP	8	0	2	2	0	12
Edificações – LC	7	0	0	5	1	13
Edificações – RP	8	1	1	1	0	11
Eletrônica – LC	8	0	3	3	0	14
Eletrônica – RP	6	0	5	0	0	11
Eletrotécnica - LC	6	1	2	4	0	13
Eletrotécnica - RP	7	0	4	1	0	12
Mineração – LC	4	0	3	5	0	12
Mineração – RP	7	0	6	1	0	14
Trânsito - LC	7	1	3	2	0	13
Trânsito - RP	8	0	3	3	1	15
C. Ambiental - LC	8	0	2	2	0	12
C. Ambiental - RP	6	0	4	0	0	10
Informática - LC	3	0	3	7	0	13
Informática - RP	8	0	3	0	0	11

## 23 – Como você tomou conhecimento do processo seletivo do IFG?

Cursos Técnicos	Jornal/ internet	Material gráfico (cart./ panfletos)	TV/radio	Escolas de EM/ cursinho	Amigos/ vizinhos/ parentes	Total
Inst. Musicais - LC	2	0	0	2	8	12
Inst. Musicais -RP	2	2	0	3	5	12
Edificações – LC	2	0	0	2	9	13
Edificações – RP	2	0	0	1	8	11
Eletrônica – LC	2	0	0	2	10	14
Eletrônica – RP	3	0	0	1	7	11
Eletrotécnica - LC	4	0	0	1	8	13
Eletrotécnica - RP	2	0	0	2	8	12
Mineração – LC	2	0	0	4	6	12
Mineração – RP	5	0	0	0	9	14
Trânsito - LC	2	0	1	2	8	13
Trânsito - RP	1	0	1	2	11	15
C. Ambiental - LC	4	0	0	1	7	12
C. Ambiental - RP	1	1	0	2	6	10
Informática - LC	2	0	0	1	10	13
Informática - RP	3	0	0	0	8	11

## 24 – Qual é a sua raça/etnia?

Cursos Técnicos	Branca	Preta	Parda	Amarela	Indígena	Total
Inst. Musicais - LC	3	1	7	1	0	12
Inst. Musicais - RP	8	2	1	1	0	12
Edificações - LC	7	0	5	1	0	13
Edificações - RP	6	1	3	1	0	11
Eletrônica - LC	8	1	4	0	1	14
Eletrônica - RP	6	1	3	1	0	11
Eletrotécnica - LC	7	1	4	1	0	13
Eletrotécnica - RP	6	0	5	1	0	12
Mineração - LC	8	1	3	0	0	12
Mineração - RP	5	2	5	2	0	14
Trânsito - LC	8	0	4	1	0	13
Trânsito - RP	5	2	8	0	0	15
C. Ambiental - LC	8	2	2	0	0	12
C. Ambiental - RP	3	3	4	0	0	10
Informática - LC	7	1	4	1	0	13
Informática - RP	4	0	7	0	0	11

## Questionário socioeconômico do Campus Goiânia - 2013/1

## 01 – Seu estado civil

Cursos Téc.	Solteiro	Casado	Desquitado/separado	Divorciado	Viúvo	Total
Inst.Musicais	30	0	0	0	0	30
Edificações	30	0	0	0	0	30
Eletrônica	29	0	0	0	0	29
Eletrotécnica	28	1	0	0	0	29
Mineração	28	1	0	0	0	29
C. Ambiental	28	0	0	0	0	28

## 02 - Sua religião

Cursos Téc.	Católica	Espírita	Evangélica	Outras	Nenhuma	Total
Inst.Musicais	9	2	15	1	3	30
Edificações	14	1	11	1	3	30
Eletrônica	9	1	11	5	3	29
Eletrotécnica	12	1	9	4	3	29
Mineração	16	1	11	0	1	29
C. Ambiental	9	1	11	0	7	28

## 03- Região em que nasceu

Região nasc.	Sul	Sudeste	Centro-oeste	Norte	Nordeste	Total
Inst.Musicais	0	3	25	1	1	30
Edificações	0	1	28	0	1	30
Eletrônica	0	1	27	1	0	29
Eletrotécnica	0	0	28	0	1	29
Mineração	0	0	27	1	1	29
C. Ambiental	0	0	24	2	2	28

## 04- Qual a sua escolaridade

Cursos Téc.	Fundamental	EM – Incomp.	EM Comp.	ES-Inc.	ES-Comp	Total
Inst.Musicais	29	0	1	0	0	30
Edificações	26	4	0	0	0	30
Eletrônica	27	2	0	0	0	29
Eletrotécnica	27	2	0	0	0	29
Mineração	25	4	0	0	0	29
C. Ambiental	25	3	0	0	0	28

## 05 – Tipo de escola em que estudou

Cursos Téc.	Pública	Particular	M. P. particular	M.P. pública	Conveniada	Total
Inst.Musicais	12	9	5	3	1	30
Edificações	16	8	0	2	4	30
Eletrônica	14	6	3	6	0	29
Eletrotécnica	17	6	3	3	0	29
Mineração	16	2	6	1	4	29
C. Ambiental	12	9	2	2	3	28

## 06 – Qual o turno em que você fez o curso?

Cursos Téc.	Diurno	Noturno	Maior p. diurno	Maior p. noturno	Total
Inst.Musicais	22	0	8	0	30
Edificações	25	0	5	0	30
Eletrônica	26	0	3	0	29
Eletrotécnica	23	0	6	0	29
Mineração	26	0	2	1	29
C. Ambiental	23	0	5	0	28

## 07 – Você enfrentou cursinho preparatório para o IFG ?

Cursos Téc.	Não	Sim, <1S	Sim, 1 semestre	Sim, 1 ano	Sim, >1 ano	Total
Inst.Musicais	26	1	2	1	0	30
Edificações	21	1	3	5	0	30
Eletrônica	23	1	2	3	0	29
Eletrotécnica	22	2	1	3	1	29
Mineração	19	4	4	2	0	29
C. Ambiental	22	2	1	3	0	28

## 08 – Quantas vezes você prestou o exame de seleção no IFG?

Cursos Téc.	Nenhuma	Uma vez	Duas vezes	Três vezes	>3 vezes	Total
Inst.Musicais	28	1	1	0	0	30
Edificações	26	4	0	0	0	30
Eletrônica	24	4	1	0	0	29
Eletrotécnica	27	2	0	0	0	29
Mineração	23	6	0	0	0	29
C. Ambiental	24	3	1	0	0	28

09 – Você já iniciou curso superior?

Cursos Téc.	Não	Sim, mas aband.	Sim estou cursando	Sim, já concluí	Total
Inst.Musicais	30	0	0	0	0
Edificações	29	1	0	0	0
Eletrônica	29	0	0	0	0
Eletrotécnica	29	0	0	0	0
Mineração	29	0	0	0	0
C. Ambiental	28	0	0	0	0

10 – Você exerce atividade remunerada?

Cursos Téc.	Não	Sim, em tempo parcial	Sim, em tempo integral	Sim, eventual	Total
Inst.Musicais	29	1	0	0	30
Edificações	26	4	0	0	30
Eletrônica	26	1	0	2	29
Eletrotécnica	25	3	1	0	29
Mineração	26	3	0	0	29
C. Ambiental	27	1	0	0	28

11 – Qual é a sua ocupação?

Cursos Téc.	Estudante	Contratado c/ cart. assinada	Servidor publico	Trabalhador autônomo	Aposentado	Total
Inst.Musicais	30	0	0	0	0	30
Edificações	27	3	0	0	0	30
Eletrônica	28	0	0	1	0	29
Eletrotécnica	26	3	0	0	0	29
Mineração	27	2	0	0	0	29
C. Ambiental	27	1	0	0	0	28

12 – O candidato pretende trabalhar enquanto faz o curso?

Cursos Téc.	Não	Sim, em estágio	Sim, nos últimos anos	Sim, desde o 1º ano em tempo parcial	Sim, desde o 1º ano em tempo integral	Total
Inst.Musicais	15	10	0	3	0	30
Edificações	27	3	0	0	0	30
Eletrônica	28	0	0	1	0	29
Eletrotécnica	26	3	0	0	0	29
Mineração	27	2	0	0	0	29
C. Ambiental	27	1	0	0	0	28

13 – Qual é a sua renda mensal?

Cursos Téc.	< 1 SM	1 a 3 SM	>3 a 6 SM	> 6 a 10 SM	> 10 SM	Total
Inst.Musicais	24	5	1	0	0	30
Edificações	23	5	2	0	0	30
Eletrônica	21	5	2	0	1	29
Eletrotécnica	22	5	2	0	0	29
Mineração	19	8	0	1	1	29
C. Ambiental	15	11	1	1	0	28

14 – Qual a sua participação na vida econômica da família?

Cursos Téc.	NT e gastos pela família ou outra pessoa	T, mas recebe ajuda da família ou outra pessoa	T e é responsável pelo sustento, não recebe ajuda	T e é responsável pelo sustento e contribui parc. para sustento da família	T e é o único sustento da família	Total
Inst.Musicais	29	1	0	0	0	30
Edificações	26	2	1	0	1	30
Eletrônica	26	3	0	0	0	29
Eletrotécnica	24	5	0	0	0	29
Mineração	25	16	10	1	0	52
C. Ambiental	26	2	0	0	0	28

15 – Quantas pessoas compõem sua família?

Cursos Téc.	1 a 2 pessoas	3 a 4 pessoas	5 a 6 pessoas	6 a 10 pessoas	> 10 pessoas	Total
Inst.Musicais	2	16	12	0	0	30
Edificações	2	17	11	0	0	30
Eletrônica	1	19	9	0	0	29
Eletrotécnica	1	17	10	0	1	29
Mineração	2	16	10	1	0	29
C. Ambiental	4	16	8	0	0	28

16 – Qual é a renda mensal da sua família (todos que moram na sua casa)?

Cursos Téc.	< 1 SM	1 a 3 SM	>3 a 6 SM	> 6 a 10 SM	> 10 SM	Total
Inst.Musicais	1	14	7	4	4	30
Edificações	1	15	9	4	1	30
Eletrônica	1	13	8	4	3	29
Eletrotécnica	0	19	10	0	0	29
Mineração	0	14	11	3	1	29
C. Ambiental	0	17	7	2	2	28

17 – Qual o motivo que o levou a escolher um curso no IFG?

Cursos Téc.	Qualificação profissional	Exigência do serviço	Melhoria salarial	Preparação vestibular	Ser escola pública	Total
Inst.Musicais	23	0	0	4	3	30
Edificações	25	0	0	5	0	30
Eletrônica	25	0	0	4	0	29
Eletrotécnica	21	0	0	8	0	29
Mineração	25	0	0	2	2	29
C. Ambiental	24	0	0	4	0	28

18 – Qual é o seu ramo de atividade?

Cursos Téc.	Saúde	Educação	Industria	Comércio	Outros	Total
Inst.Musicais	0	4	0	0	26	30
Edificações	1	3	5	1	20	30
Eletrônica	0	2	7	1	19	29
Eletrotécnica	0	1	6	3	19	29
Mineração	2	2	3	0	22	29
C. Ambiental	6	4	1	1	16	28

19 – Qual o tipo de sua moradia?

Cursos Téc.	Própria	Cedida	Financiada	Alugada	Outras	Total
Inst.Musicais	22	3	0	5	0	30
Edificações	22	2	2	4	0	30
Eletrotécnica	20	3	1	5	0	29
Eletrotécnica	18	3	2	6	0	29
Mineração	15	3	2	8	1	29
C. Ambiental	12	4	4	5	3	28

20 – Qual o tipo de atividade de que você mais participa?

Cursos Téc.	Religiosa	Artíst. Cultural	Político-partidária	Esportiva	Nenhuma	Total
Inst.Musicais	10	14	0	2	4	30
Edificações	13	5	0	7	5	30
Eletrônica	9	2	0	14	4	29
Eletrotécnica	7	7	0	10	5	29
Mineração	8	6	0	13	2	29
C. Ambiental	11	7	0	6	4	28



21 – Qual é o meio de comunicação que você mais usa para se manter informado?

Cursos Téc.	Jornal escrito/revista	TV	Rádio	Internet	outros	Total
Inst.Musicais	0	7	0	23	0	30
Edificações	1	1	0	28	0	30
Eletrônica	0	7	0	22	0	29
Eletrotécnica	1	4	0	24	0	29
Mineração	2	8	0	19	0	29
C. Ambiental	0	7	0	21	0	28

22 – Qual é o meio de transporte que você utiliza para ir à escola?

Cursos Téc.	Ônibus urbano	Ônibus interurbano	Bicicleta/a pé	Carro próprio	Moto própria	Total
Inst.Musicais	16	0	7	7	0	30
Edificações	14	0	9	7	0	30
Eletrônica	14	1	9	4	1	29
Eletrotécnica	18	0	7	4	0	29
Mineração	14	0	11	4	0	29
C. Ambiental	14	0	7	6	1	28

23 – Como você tomou conhecimento do processo seletivo do IFG?

Cursos Téc.	Jornal /internet	Material gráfico (cart./panfletos)	TV/rádio	Escolas de EM/ cursinho	Amigos/ vizinhos/ parentes	Total
Inst.Musicais	6	0	0	0	24	30
Edificações	7	0	0	2	21	30
Eletrônica	6	0	1	2	20	29
Eletrotécnica	9	0	0	2	18	29
Mineração	3	0	0	3	23	29
C. Ambiental	2	1	0	3	22	28

24 – Qual é a sua raça/etnia?

Cursos Téc.	Branca	Preta	Parda	Amarela	Indígena	Total
Inst.Musicais	13	1	15	1	0	30
Edificações	12	5	13	0	0	30
Eletrônica	10	3	16	0	0	29
Eletrotécnica	11	5	13	0	0	29
Mineração	11	3	12	2	1	29
C. Ambiental	9	3	16	0	0	28

## Questionário socio-econômico do Campus de Goiânia - 2014

## 01 – Seu estado civil

Cursos Téc.	Solteiro	Casado	Desquitado/separado	Divorciado	Viúvo	Total
Inst.Musicais	30	0	0	0	0	30
Edificações	30	0	0	0	0	30
Eletrônica	30	0	0	0	0	30
Eletrotécnica	30	0	0	0	0	30
Mineração	30	0	0	0	0	30
C. Ambiental	30	0	0	0	0	30
Telecomunicações	30	0	0	0	0	30

## 02 - Sua religião

Cursos Téc.	Católica	Espírita	Evangélica	Outras	Nenhuma	Total
Inst.Musicais	10	2	9	2	7	30
Edificações	10	2	12	3	3	30
Eletrônica	15	1	10	0	4	30
Eletrotécnica	12	2	9	1	6	30
Mineração	11	1	13	1	4	30
C. Ambiental	14	1	7	4	4	30
Telecomunicações	8	1	12	1	8	30

## 03- Região em que nasceu

Região nasc.	Sul	Sudeste	Centro-oeste	Norte	Nordeste	Total
Inst.Musicais	0	1	26	3	0	30
Edificações	0	1	26	1	2	30
Eletrônica	0	1	24	3	2	30
Eletrotécnica	0	0	25	2	3	30
Mineração	0	3	25	2	0	30
C. Ambiental	0	2	28	0	0	30
Telecomunicações	0	1	28	1	0	30

## 04- Qual a sua escolaridade?

Cursos Téc.	Fundamental	EM – Incomp.	EM Comp.	ES-Inc.	ES-Comp.	Total
Inst.Musicais	25	5	0	0	0	30
Edificações	28	1	0	1	0	30
Eletrônica	25	5	0	0	0	30
Eletrotécnica	28	2	0	0	0	30
Mineração	25	5	0	0	0	30
C. Ambiental	26	4	0	0	0	30
Telecomunicações	25	5	0	0	0	30

## 05 – Tipo de escola em que estudou

Cursos Téc.	Pública	Particular	M. P. particular	M.P. pública	Conveniada	Total
Inst.Musicais	15	4	2	7	2	30
Edificações	17	8	2	2	1	30
Eletrônica	17	5	2	1	5	30
Eletrotécnica	18	5	3	2	2	30
Mineração	19	3	4	2	2	30
C. Ambiental	18	7	1	2	2	30
Telecomunicações	14	5	4	4	3	30

## 06 – Qual o turno que você fez o curso?

Cursos Téc.	Diurno	Noturno	Maior p. diurno	Maior p. noturno	Total
Inst.Musicais	22	0	8	0	30
Edificações	27	0	3	0	30
Eletrônica	24	0	6	0	30
Eletrotécnica	24	0	5	1	30
Mineração	25	0	5	0	30
C. Ambiental	23	0	7	0	30
Telecomunicações	25	1	4	0	30

## 07 – Você enfrentou cursinho preparatório para o IFG ?

Cursos Téc.	Não	Sim, <1S	Sim, 1 semestre	Sim, 1 ano	Sim, >1 ano	Total
Inst.Musicais	24	5	0	1	0	30
Edificações	20	5	1	4	0	30
Eletrônica	23	2	0	5	0	30
Eletrotécnica	20	2	4	3	1	30
Mineração	25	4	1	0	0	30
C. Ambiental	18	1	2	8	1	30
Telecomunicações	20	0	3	7	0	30

08 – Quantas vezes você prestou o exame de seleção no IFG?

Cursos Téc.	Nenhuma	Uma vez	Duas vezes	Três vezes	>3 vezes	Total
Inst.Musicais	26	4	0	0	0	30
Edificações	28	2	0	0	0	30
Eletrônica	27	3	0	0	0	30
Eletrotécnica	26	4	0	0	0	30
Mineração	25	4	1	0	0	30
C. Ambiental	23	5	2	0	0	30
Telecomunicações	26	3	1	0	0	30

09 – Você já iniciou curso superior?

Cursos Téc.	Não	Sim, mas aband.	Sim estou cursando	Sim, já concluí	Total
Inst.Musicais	30	0	0	0	30
Edificações	29	0	1	0	30
Eletrônica	30	0	0	0	30
Eletrotécnica	29	0	1	0	30
Mineração	30	0	0	0	30
C. Ambiental	30	0	0	0	30
Telecomunicações	30	0	0	0	30

10 – Você exerce atividade remunerada?

Cursos Téc.	Não	Sim, em tempo parcial	Sim, em tempo integral	Sim, eventual	Total
Inst.Musicais	29	0	0	1	30
Edificações	27	2	1	0	30
Eletrônica	29	1	0	0	30
Eletrotécnica	28	1	0	1	30
Mineração	28	2	0	0	30
C. Ambiental	28	1	0	1	30
Telecomunicações	30	0	0	0	30

11 – Qual é a sua ocupação?

Cursos Téc.	Estudante	Contratado c/ cart. assinada	Servidor público	Trabalhador autônomo	Aposentado	Total
Inst.Musicais	29	0	0	1	0	30
Edificações	28	2	0	0	0	30
Eletrônica	29	1	0	0	0	30
Eletrotécnica	30	0	0	0	0	30
Mineração	30	0	0	0	0	30
C. Ambiental	30	0	0	0	0	30
Telecomunicações	29	1	0	0	0	30

12 – O candidato pretende trabalhar enquanto faz o curso?

Cursos Téc.	Não	Sim, em estágio	Sim, nos últimos anos	Sim, desde o 1º ano em tempo parcial	Sim, desde o 1º ano em tempo integral	Total
Inst.Musicais	11	12	2	5	0	30
Edificações	12	12	3	3	0	30
Eletrônica	9	15	2	4	0	30
Eletrotécnica	12	13	2	2	1	30
Mineração	12	13	2	3	0	30
C. Ambiental	13	8	3	6	0	30
Telecomunicações	14	11	1	4	0	30

13 – Qual é a sua renda mensal?

Cursos Téc.	< 1 SM	1 a 3 SM	>3 a 6 SM	> 6 a 10 SM	> 10 SM	Total
Inst.Musicais	18	8	1	1	2	30
Edificações	18	10	2	0	0	30
Eletronica	24	4	2	0	0	30
Eletrotecnica	20	8	2	0	0	30
Mineração	19	10	1	0	0	30
C. Ambiental	20	8	1	0	1	30
Telecomunicações	20	7	3	0	0	30

14 – Qual a sua participação na vida econômica da família?

Cursos Téc.	NT e gastos pela família ou outra pessoa	T, mas recebe ajuda da família ou outra pessoa	T e é responsável pelo sustento, não recebe ajuda	T e é responsável pelo sustento e contribui parc. Para sustento da família	T e é o único sustento da família	Total
Inst.Musicais	29	1	0	0	0	30
Edificações	27	3	0	0	0	30
Eletrônica	29	0	1	0	0	30
Eletrotécnica	29	1	0	0	0	30
Mineração	27	3	0	0	0	30
C. Ambiental	28	2	0	0	0	30
Telecomunicações	29	1	0	0	0	30

15 – Quantas pessoas compõem sua família?

Cursos Téc.	1 a 2 pessoas	3 a 4 pessoas	5 a 6 pessoas	6 a 10 pessoas	> 10 pessoas	Total
Inst.Musicais	1	18	10	1	0	30
Edificações	3	19	7	1	0	30
Eletrônica	1	16	12	1	0	30
Eletrotécnica	2	20	8	0	0	30
Mineração	1	18	9	1	1	30
C. Ambiental	1	24	5	0	0	30
Telecomunicações	0	16	11	3	0	30

16 – Qual é a renda mensal da família (todos que moram na sua casa)?

Cursos Téc.	< 1 SM	1 a 3 SM	>3 a 6 SM	> 6 a 10 SM	> 10 SM	Total
Inst.Musicais	0	16	8	3	3	30
Edificações	2	19	7	2	0	30
Eletrônica	1	13	13	1	2	30
Eletrotécnica	2	21	6	1	0	30
Mineração	0	15	11	3	1	30
C. Ambiental	1	19	6	2	2	30
Telecomunicações	1	13	10	3	3	30

17 – Qual o motivo que o levou a escolher um curso no IFG?

Cursos Téc.	Qualificação profissional	Exigência do serviço	Melhoria salarial	Preparação vestibular	Ser escola pública	Total
Inst.Musicais	23	0	0	7	0	30
Edificações	23	0	0	5	2	30
Eletrônica	25	0	1	3	1	30
Eletrotécnica	22	0	2	5	1	30
Mineração	23	0	0	5	2	30
C. Ambiental	18	0	0	10	2	30
Telecomunicações	25	0	0	3	2	30

18 – Qual é o seu ramo de atividade?

Cursos Téc.	Saúde	Educação	Indústria	Comércio	Outros	Total
Inst.Musicais	0	7	0	0	23	30
Edificações	2	7	0	3	18	30
Eletrônica	0	7	8	0	15	30
Eletrotécnica	1	3	3	2	21	30
Mineração	1	4	10	1	14	30
C. Ambiental	3	7	2	0	18	30
Telecomunicações	1	5	4	2	18	30

19 – Qual o tipo de sua moradia?

Cursos Téc.	Propria	Cedida	Financiada	Alugada	Outras	Total
Inst.Musicais	17	3	3	7	0	30
Edificações	19	5	1	5	0	30
Eletrônica	16	3	4	7	0	30
Eletrotécnica	14	5	4	7	0	30
Mineração	18	5	0	7	0	30
C. Ambiental	20	5	0	4	1	30
Telecomunicações	16	5	6	3	0	30

20 – Qual o tipo de atividade de que você mais participa?

Cursos Téc.	Religiosa	Artíst. Cultural	Político-partidaria	Esportiva	Nenhuma	Total
Inst.Musicais	11	12	0	3	4	30
Edificações	13	6	0	4	7	30
Eletrônica	15	1	2	7	5	30
Eletrotécnica	8	4	0	11	7	30
Mineração	10	6	0	9	5	30
C. Ambiental	12	6	0	5	7	30
Telecomunicações	14	6	1	4	5	30

21 – Qual o meio de comunicação que você mais usa para se manter informado?

Cursos Téc.	Jornal escrito/revista	TV	Rádio	Internet	Outros	Total
Inst.Musicais	3	3	0	23	1	30
Edificações	2	8	0	20	0	30
Eletrônica	1	6	0	22	1	30
Eletrotécnica	0	11	0	19	0	30
Mineração	2	5	0	23	0	30
C. Ambiental	3	14	0	12	1	30
Telecomunicações	1	12	0	17	0	30

22 – Qual é o meio de transporte que você utiliza para ir à escola?

Cursos Téc.	Ônibus urbano	Ônibus interurbano	Bicicleta/a pé	Carro próprio	Moto própria	Total
Inst.Musicais	17	0	6	7	0	30
Edificações	13	1	9	7	0	30
Eletrônica	12	0	12	6	0	30
Eletrotécnica	14	0	12	4	0	30
Mineração	10	4	9	7	0	30
C. Ambiental	11	0	11	7	1	30
Telecomunicações	10	0	14	6	0	30

23 – Como você tomou conhecimento do processo seletivo do IFG?

Cursos Téc.	Jornal /internet	Material gráfico (cart. panfletos)	TV/rádio	Escolas de EM/ cursinho	Amigos/ vizinho/ parentes	Total
Inst.Musicais	3	0	0	2	25	30
Edificações	9	0	0	1	20	30
Eletrônica	4	1	0	3	22	30
Eletrotécnica	6	1	0	4	19	30
Mineração	7	0	1	2	20	30
C. Ambiental	2	1	0	1	26	30
Telecomunicações	4	0	1	4	21	30

24 – Qual a sua raça/etni?a

Cursos Téc.	Branca	Preta	Parda	Amarela	Indígena	Total
Inst.Musicais	15	3	12	0	0	30
Edificações	12	1	15	1	1	30
Eletrônica	13	2	14	1	0	30
Eletrotécnica	7	5	18	0	0	30
Mineração	15	3	11	0	1	30
C. Ambiental	14	5	11	0	0	30
Telecomunicações	14	5	11	0	0	30



# **ANEXOS**





## Anexo B - Ata publicada da compra do predio da Escola de Aprendizes Artífices

Junho,—1918.

CORREIO OFFICIAL

7 —Sabbado,—29

grapho n. 14. Nada mais havendo a tratar-se, o sr. presidente levantou a sessão, do que, para constar lavrou-se a presente acta.—J. Jubé Presidente—L. Guedes 1º Secretario—Reis Gonçalves 2º.—Confere—*Const. Comes.*

### CAMARA

Acta da quinta sessão ordinaria da 8ª legis'latura.

Presidencia do Sr. Caiado.

Aos vinte e cinco dias de maio de mil novecentos e dezoito, ás onze horas, no lugar do costume, fez-se a chamada a que respondem os srs. Caiado, Perillo, J. Honorato, Cylleneu, Jovelino de Campos, Abilio de Castro, Ayres Joca, Baptista de Almeida, Umbellino, Samuel, Honestino, Octavio Monteiro, Pinheiro, Octaviano de Moraes, Geraldino, Ferreira e Luiz Perillo, (17) faltando sem motivo justificado os srs. Frederico Jayme, Humberto, C. Theodoro, Vaz, Honorato de Carvalho, Magalhães e Gabriel. Aberta a sessão, lida e aprovada a acta da anterior, o sr. 1º secretario dá conta do seguinte: Expediente;—Offícios do Senado e do Superior Tribunal de Justiça agradecendo a comunicação que lhes fez a Camara, da eleição de sua meza, nos quaes se lançou o seguinte despacho: Science, archive-se; officio do Secretario do Interior enviando uma representação das autoridades judicarias e municipaes de Jafagna, a qual vae ás commissões 2ª e 6ª e proposta do orçamento, que vae à 7ª. Declarada livre a palavra, o sr. Relator das commissões 7ª e 8ª lê e manda à Meza o parecer que adopta o "Guia Policial", do dr. Chefe de Policia, o qual é apporvado e vae a registrar somente, por ter sido dispensado da impressão o requerimento do sr. Umbellino. Pelo mesmo sr. Relator é lido o parecer das mesmas commissões approvando os decretos ns. 5547 e 5548, de 25 de Outubro, 5595, de 24 de Dezembro, 5605, de 2 de Janeiro, 5671, de 12 de Março e 5692, de 11 de Abril ultimos, expedidos pelo Exmo. Sr. Desembargador Presidente do Estado. Approvado e dispensado de impressão, vae a registrar somente. E' tambem lido, approvado e dispensado de impressão, indo a registrar somente, o parecer das Commissões 4ª e 7ª reunidas sobre equiparação de collegios, adoptando o respectivo decreto do Poder Executivo. O sr. Pinheiro, com a palavra, apresenta um projecto concedendo o auxilio de 3.000\$000 para a construção da Cadeia da cidade Curralinho. Approvado, vae à Commissão competente. O sr. 1º secretario lê um requerimento que se acha sobre a mesa, acompanhado de diversos documentos e assignado por João Guilherms Chaves, pedindo auxilio para um collegio que o mesmo sr. mantem na cidade de Catalão, vae ás commissões 4ª e 7ª. Ninguém mais querendo usar da palavra, passa-se a ordem do dia: 2ª discussão e votação do autographo n. 42. Approvado passa a 3ª discussão estando ainda na hora do expediente o sr. Presidente offerecendo a palavra a quem della queira fazer uso, o sr. Jovelino de Campos serve-se do ensejo e faz largas considerações sobre o momento politico, Analysa a victoria alcançada pelo Partido Democrata, tece louvores á acção administrativa do preclaro goyano que dirige os destinos do Estado e termina congratulando-se com os seus collegas pela extincção da oligarchia bulhonica na terra livre do Anhanguera.

Ninguém mais pedindo a palavra o sr. Presidente dá para ordem do dia seguinte a 3ª discussão do autographo que mudou a denominação de S. Sebastião dos Crystaes para Crystalina, e levanta-se a sessão.—Eu Cylleneu de Araujo, 2º secretario, lavrei a presente acta.—Arnulpho Caiado Presidente—João Honorato 1º secretario—Cylleneu de Araujo—2º secretario.—Confere—*Almeida*

Acta da sexta sessão ordinaria (8ª legislatura)

Presidencia do Sr. A. Caiado.

Aos vinte e sete dias de Maio de mil novecentos e dezoito, na hora e lugar do costume, abre-se a sessão com

a presença dos srs. Caiado, Perillo Junior, Honorato Pinheiro, Abilio de Castro, Umbelino, Samuel, Luiz Perillo, Honestino, Joaquim Ferreira, Baptista de Almeida, Pinheiro de Abreu, Ayres Joca e Octaviano de Moraes (15), faltando sem justificar o motivo os srs. Jayme, Gabriel, Magalhães, Humberto, C. Theodoro, Vaz, Honorato de Carvalho, Geraldino e Octavio Monteiro, que comparecem depois. E' lida e approvada a acta da sessão antecedente. Não ha expediente: O sr. Ayres Joca com a palavra, lê e envia a Mesa dois pareceres da Commissão 7ª, um sobre a proposta orçamentaria e outro approvando diversos decretos do Poder Executivo. Approvado vão a registrar e imprimir. O sr. Honorato apresenta um projecto restaurando a antiga Academia de Direito do Estado, o qual traz assignaturas de diversos srs. Deputados, sendo enviado ás Commissões 4ª e 7ª. Pelo sr. Cylleneu lido outro projecto autorizando o Poder Executivo adquerir para o Estado o predio em que funciona a Escola de Aprendizes e Artífices. Approvado, a Commissão 7ª. Ninguém mais pedindo a palavra, passa-se a—Ordem do dia:—3ª e ultima discussão e votação do autographo n. 42 mudando a denominação de S. Sebastião dos Crystaes para Crystalina.

Approvado, vae à Commissão 9ª. Continuando na hora dos trabalhos e declarada livre a palavra, de que nenhum dos srs. Deputados se serve o sr. Presidente anuncia para a sessão de amanhã a seguinte ordem do dia: 1ª discussão do projecto n. 1, que adopta o Guia Policial do Dr. Henrique Fagundes Junior e n. 3 que dá novo Regulamento ao Lyceu. E levanta-se a sessão.—Eu, Cylleneu de Araujo, 2º Secretario, lavrei esta acta.—Arnulpho Caiado Presidente.—João Honorato—1º Secretario.—Cylleneu de Araujo,—2º Secretario.—Confere—*Almeida.*

Acta da oitava sessão ordinaria (8ª Legislatura)

Presidencia do sr. Caiado

Aos vinte e nove dias de Maio de mil novecentos e dezoito, á hora e no lugar do costume, abre-se a sessão com a presença dos srs. Caiado, Perillo Junior, Honorato Pinheiro, Cylleneu, Jovelino, Abilio, Ayres, Samuel, Octavio Monteiro, Luiz Perillo, Octaviano de Moraes, Umbellino de Souza, Humberto Ribeiro, Joaquim Ferreira, Geraldino Fleury, Honestino Guimarães, Baptista de Almeida e Pinheiro de Abreu (18), faltando com motivo justificado os srs. Vaz, Candido Theodoro e Frederico Jayme e sem justificação os demais srs. deputados. E' lida e approvada a acta da sessão anterior. Expediente: officio do 1º secretario do Senado enviando o autographo n. 36, por ter sido regeitado naquelle casa, o qual fica sobre a mesa para ser dado em ordem do dia. Findo o expediente, o sr. Ayres Joca, com a palavra, apresenta um projecto de lei concedendo o auxilio de 3.000\$000 para a reconstrução da Cadeia de Porto Nacional.—A 7ª Commissão

Passando-se a ordem da dia, são approvados: Em 2ª discussão e votação nominal com uma emenda do sr. Jovelino de Campos o projecto n. 1—Guia Policial—o qual vae à Commissão de Redação; em 2ª discussão e votação nominal o projecto n. 3—Regulamento do Lyceu, que passa à 3ª; em 1ª votação nominal o n. 2. A regulamentação de impostos, que passa à 2ª—Exgotada a ordem do dia, o sr. Jovelino, com a palavra, lê o parecer das Commissões 4ª e 7ª restaurando a antiga Academia de Direito, sobre o qual o sr. Honestino pede a palavra, ficando o mesmo parecer sobre a Mesa para soffrer mais uma discussão.—Em seguida o sr. Presidente anuncia a ordem do dia para a proxima sessão: 3ª discussão do projecto n. 3—Regulamentação do Lyceu; e 2ª don. 2—Regulamentação de impostos. E nada mais havendo a tractar-se, levanta-se a sessão da qual se lavrou esta acta.

Arnulpho Caiado—Presidente—Cylleneu de Araujo, 2º secretario, servindo de 1º—Jovelino de Campos, 3º secretario, servindo de 2º. Confere—*Almeida.*



**Anexo C - Compra do prédio da EAA – Jornal CORREIO OFFICIAL, 10/08/1918**

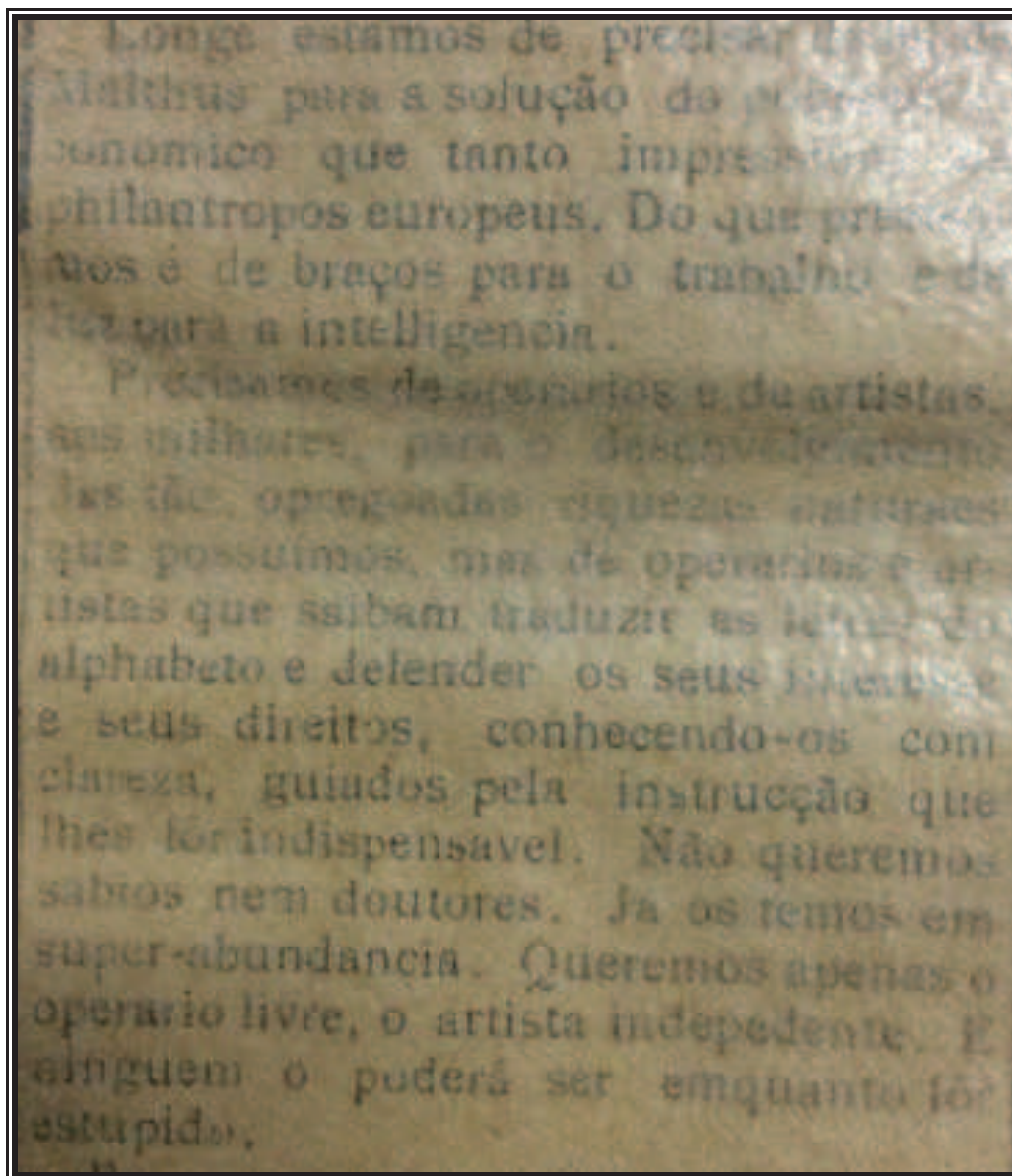
**Escola de Artifices**

O governo do Estado, usando da  
autorisação contida na lei n. 586 de 22  
de Junho ultimo, acaba de adquirir  
por vinte contos de reis o predio em  
que funciona a Escola de Aprendizizes  
Artifices.

---

Fonte: Acervo MUBAN – Goiás

Anexo D - Trecho do jornal "A Imprensa" de nº 244, ano VI, edição do dia 26 de março de 1910

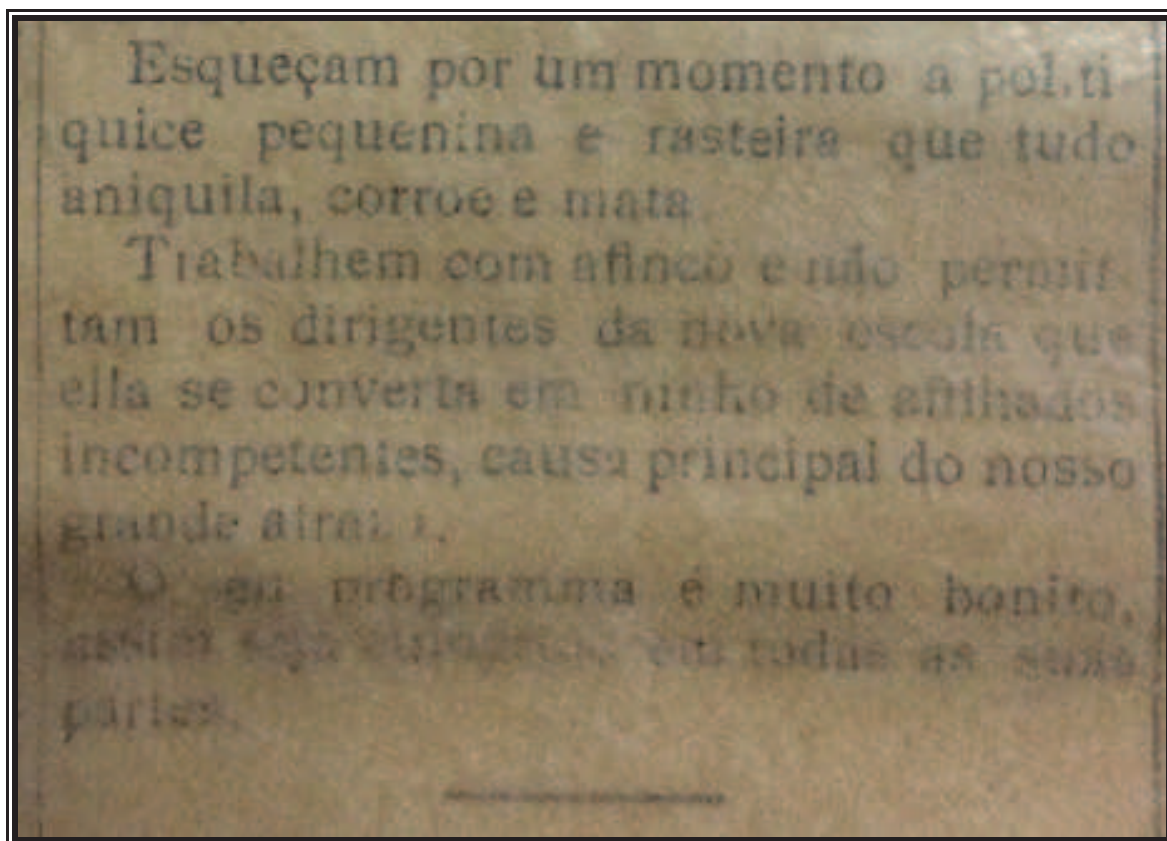


Fonte: Acervo Museu Frei Simão Dorvi – Goiás

Para a nossa terra a Escola de Apprentices Artífes será um refugio salvador contra a vagabundagem que principalmente reina no seio do povo. Teremos um estabelecimento para o preparo de cidadãos úteis, como quer o Decreto n.º 7560, e só assim iremos vencer o flagello da população abandonada no asylo e sem outro mais vergulhão e a causa de mais peccados.

Cumpra que o director do referido instituto e os seus professores tenham correspondido a expectativas do governo da Republica trabalhando sempre um para bem cumprir os seus deveres, a fim de que o Estado tenha algum proveito e que d'ahi saiam verdadeiros operarios habilitados e conhecedores do officio.

Fonte: Acervo Museu Frei Simão Dorvi – Goiás



Fonte: Acervo Museu Frei Simão Dorvi – Goiás



## Anexo E - Noticias da disciplina na EAA

**Como levaram a bréca as palmatorias do dr. Leão**

O DIABO QUER SE FAZER DE ERMITÃO

Sob o título *Palmatorias*, affirma o ultimo Democrata, aliás sophisticamente, que nós da "Voz do Povo" voltamos a esse assumpto sedição.

Entretanto, mais parece que quem quer provocar illudir aos sandêus a respeito de tudo quanto de verdade se passa na celebre Escola de Aprendizés e que está no dominio publico, é o autor da nota inserta no Democrata.

Nós apenas perguntámos si as palmatorias já estavam no muzeu do Democrata

Qualificar essas duas linhas de assumpto sedição e frivolo é personificar a propria frivolidade.

Mas já que o Democrata quer fazer o actual Director da Escola passar por santo e deixar para seus antecessores o papel de demonios, cumpre nos repellir a perfidia da insinuação.

Diz o suelto do Democrata que o actual director sempre manteve a *disciplina* (!) dos alumnos sem *gritaria* nem applicar bolos, e que as palmatorias da escola são reliquias da administração anterior á do Dr. Vollú, de sandosa memoria e conservadas por elle e depois d'elle sem terem applicação!!!

Será que o Director da Escola Dr. Leão Caiado, um dos redactores do Democrata, já se tenha esquecido daquelle dia que em sua presença e a seu mandado, o Sr. Francisco Azeredo Bastos, dentro da Escola, na officina de marceneiro e diante do respectivo Mestre, passou mais de uma duzia de bolos em João Vianna, scena que o Dr. Leão encerrou com esta apostrophe: «Isto é para exemplo dos mais.»

As palmatorias nunca criaram poeira nem mófo na escola sob a direcção do Dr. Leão. Quem deu cabo dellas, ao saber que eram applicadas, foi o Dr. Francisco Montojos, dignissimo inspector tecnico, que mandou fazer uma fogueira das seis palmatorias, com as quaes o Dr. Leão mandava constantemente castigar os alumnos.

São factos passados entre a meninada, bastando esta circumstancia para que jamais possa passar de liso tão escandalosa mentira, em prestando virtudes a quem não tem e procurando defender causas indefensaveis.



**Anexo F - Termo de Posse do Diretor da Faculdade de Direito – Professor Jerônimo  
Geraldo Queiroz**

Jerônimo Geraldo  
de Queiroz

Ministério da Educação e Cultura - Departa-  
mento de Administração - Divisão do Pessoal -  
Escola Técnica de Goiânia. Dos vinte e oito  
dias do mês de novembro de mil, novecentos e  
cinqüenta e oito, o Sr. Dr. Jerônimo Geraldo  
de Queiroz, matrícula n.º 1.000.317, ocupante do  
cargo de Professor Catedrático, padrão O, da  
cadeira de Direito Judiciário Civil (1.ª cadeira)  
da Faculdade de Direito de Goiás, do Quadro  
Permanente do Ministério da Educação e Cul-  
tura, designado por Decreto de 6 de novembro  
de 1958, publicado nos Diários Oficiais de 6 e 7  
do mesmo mês e ano, para exercer, por três a-  
nos, de acordo com o art.º 18 da Lei n.º 1.254,  
de 4/12/50, combinado com o art.º 68 do Regu-  
lamento aprovado pelo Decreto n.º 23.609, de

Fonte: Acervo da Diretoria do IFG – Câmpus de Goiânia

TERMOS DE POSSE

20/12/53, a função de Diretor, FG-1, da mesma Faculdade, compareceu perante o Sr. Diretor Substituto da Escola Técnica de Goiânia, Sr. Jorge Felix de Souza, para prestar compromisso do fiel cumprimento dos deveres e atribuições e tomar posse da função. Em sua declaração de bens há as seguintes dizes: "Declaração de bens (em obediência ao artº 24, parágrafo único, do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União) - Uma propriedade agro-pastoril, com lavoura de café, arroz e invernadas, na fazenda "Aguirre", município de Conquista, Estado de Minas Gerais, com 65 alqueires de cultura de primeira classe, com benfeitorias acessórias, no valor de crs. .... 3.500.000,00. - Uma propriedade agro-pastoril, no município de Guapó, neste Estado, com benfeitorias completas, casas diversas, lavoura, invernadas, com 85 alqueires de culturas, no valor de crs 4.000.000,00. - Outra, na fazenda "Lage", município de Fazenda Nova, no valor de crs 500.000,00. - Outra, na fazenda "Conceição", no mesmo município, no valor de crs. 600.000,00. - Outra, na fazenda "Boa Vista" ou "Lamoueirias", no mesmo município, com cafés, mangueiros, lavouras, diversas invernadas, no valor de crs 2.000.000,00. - Outra, na fazenda "Ribeirão da Mata", município de Fátima, neste Estado, de cultura, no valor atual de crs 500.000,00. - Uma chácara na fazenda "Caveiras", perímetro urbano desta Capital, no valor atual de crs 400.000,00. - Um prédio residencial, nesta Capital, à rua 26, setor Central (casa nº 9), com 210 m² de área coberta, com 15 cômodos, no valor atual de crs 1.500.000,00. - Dois lotes em Brasília, um comercial e outro residencial, no valor de um crs 700.000,00. - Gado zebu, boiada invernada e tropa, no valor de crs 3.000.000,00. Valor Total e atual dos bens crs. 16.700.000,00 (dezesseis milhões e setecentos mil cruzeiros). Goiânia, 25 de novembro de 1958.

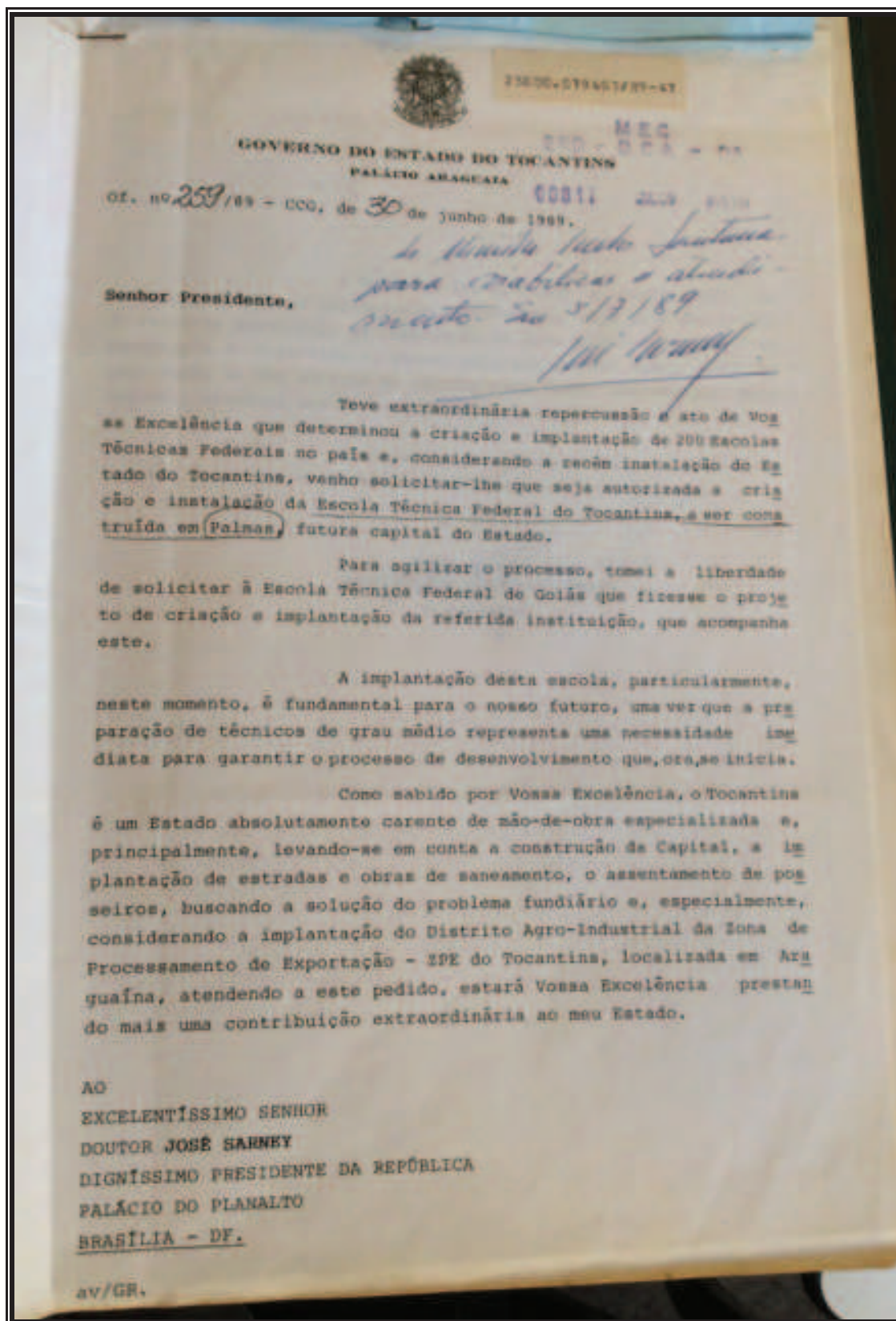


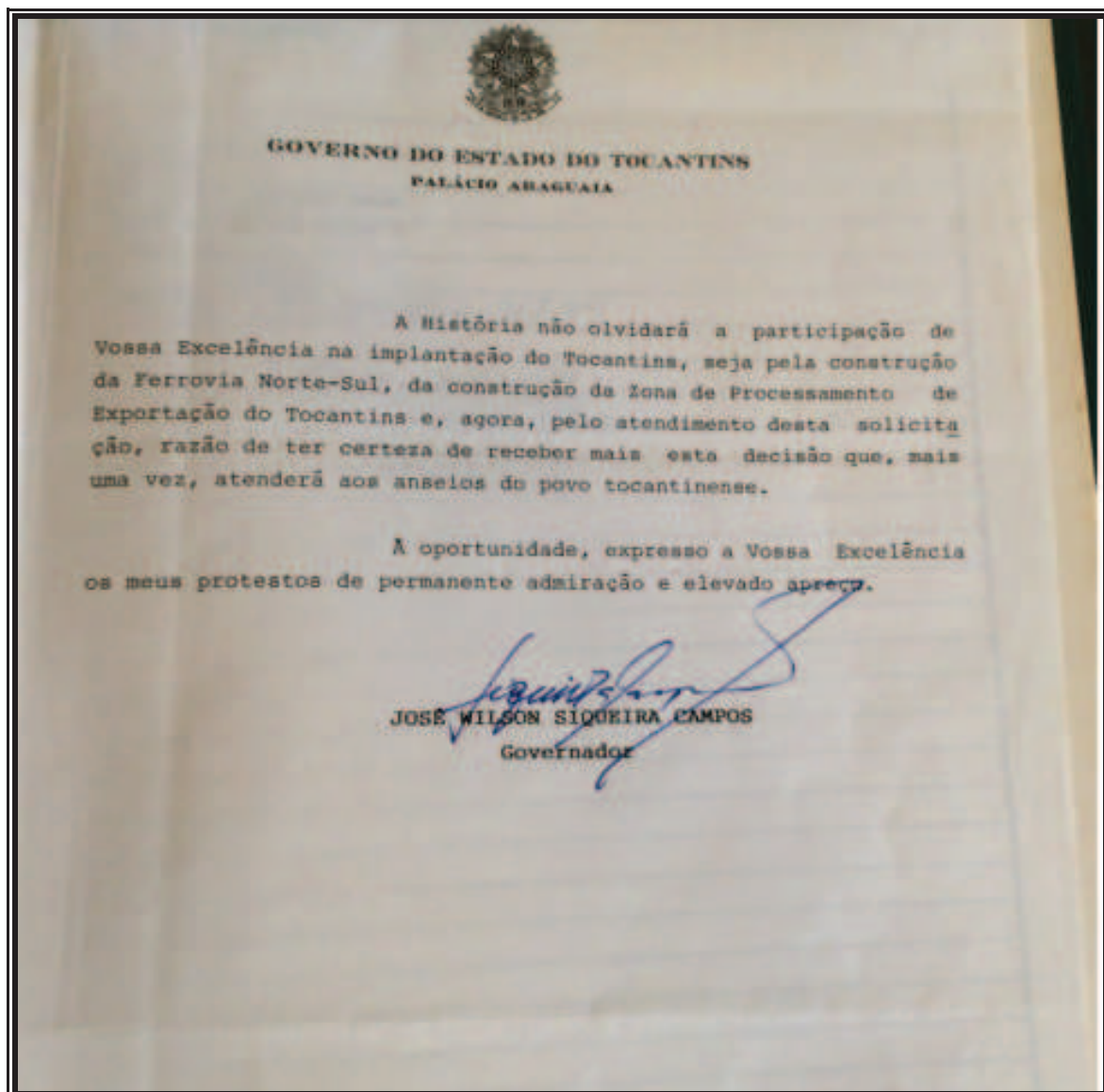
## TERMOS DE POSSE

ass) Jerônimo Geraldo de Queiroz - Firma reconhecida em mesma data pelo Cartório do 1º Ofício de Goiânia". E, para contar, eu, Antonio Dias Aquiar, Oficial Administrativo, classe H, do Quadro Permanente do Ministério da Educação e Cultura, lavrei o presente Termo, que o Sr. Diretor Substituto assina como o designado e pelo qual este último é empossado e assume o compromisso do fiel cumprimento dos deveres e atribuições que lhe competem. Escola Técnica de Goiânia, em 28 de novembro de 1958.

Antônio Dias Aquiar - Dir. Subst.  
 Jerônimo Geraldo de Queiroz

## Anexo G - Ofício de solicitação da Implantação da Escola Técnica Federal do Tocantins



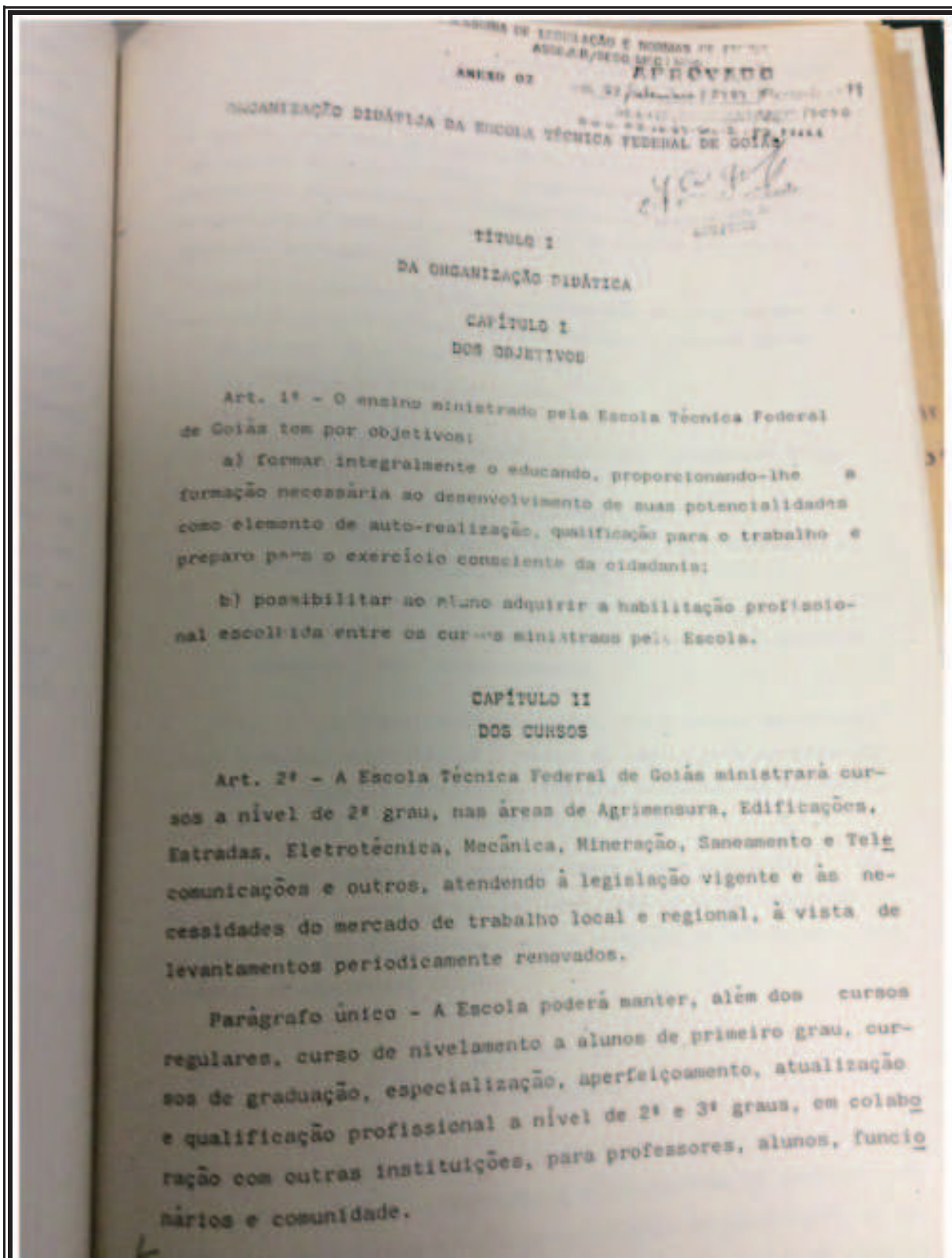


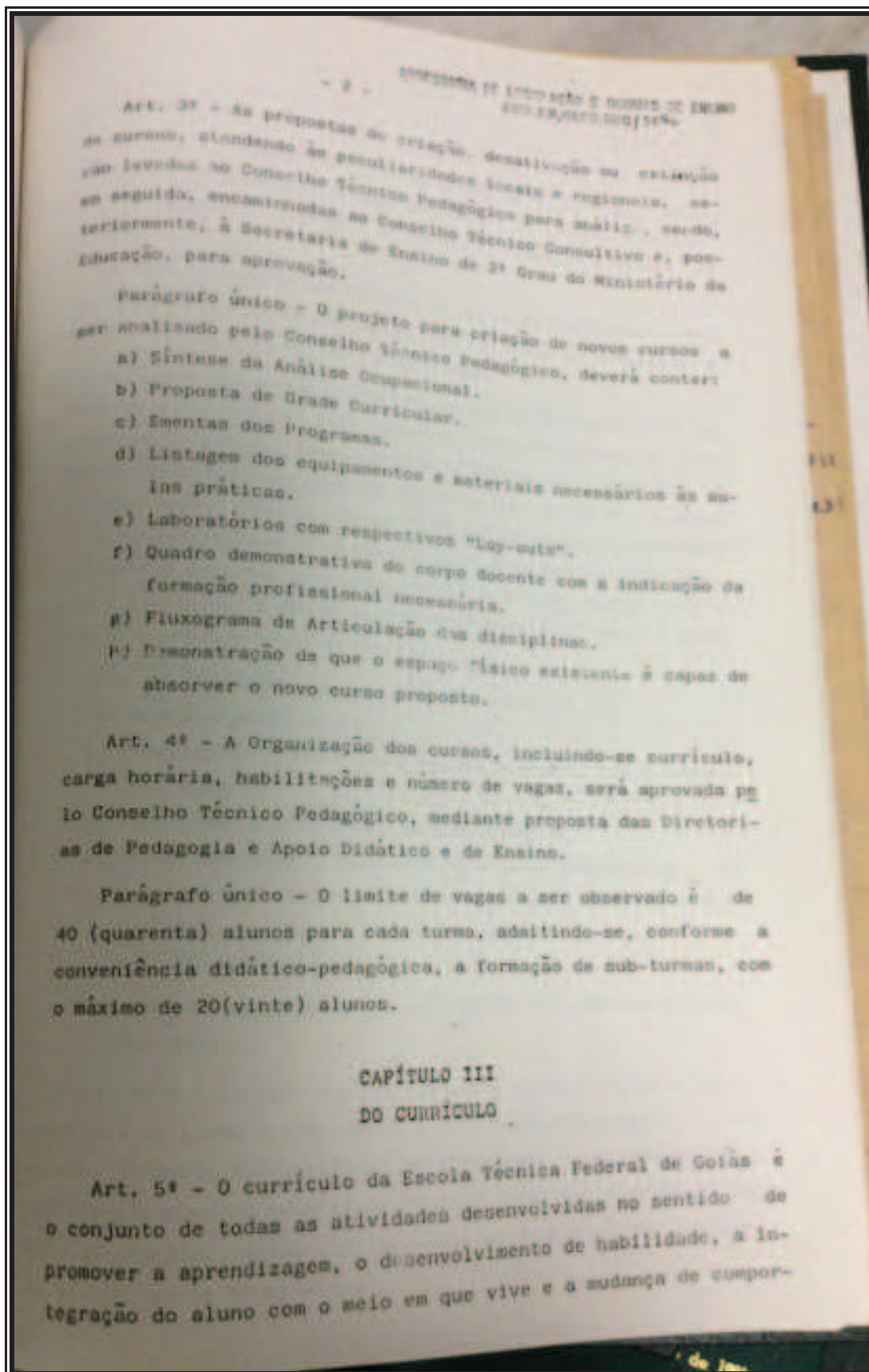
Fonte: Acervo da Reitoria do IFG



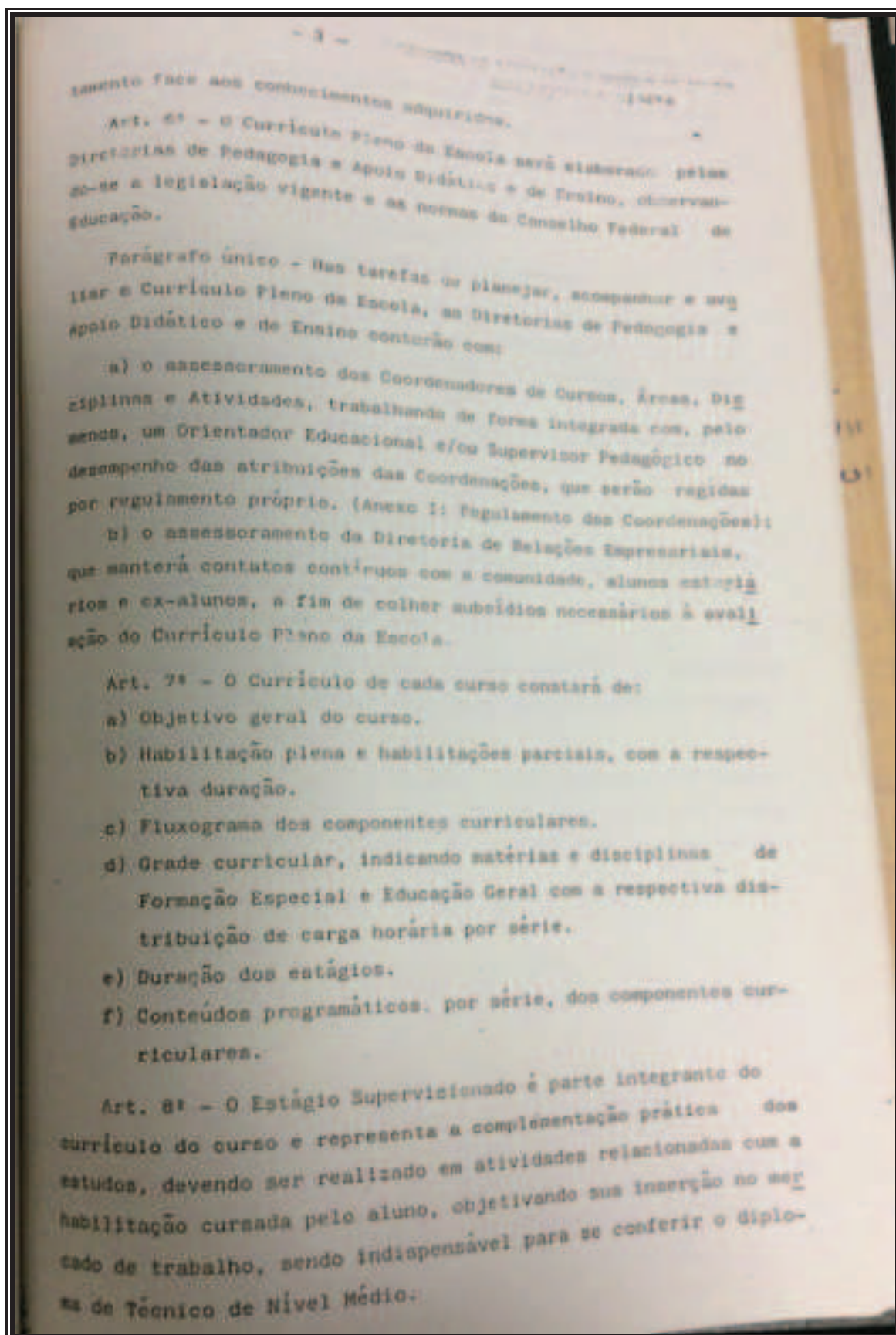
## Anexo H - Organização Didática da ETFG

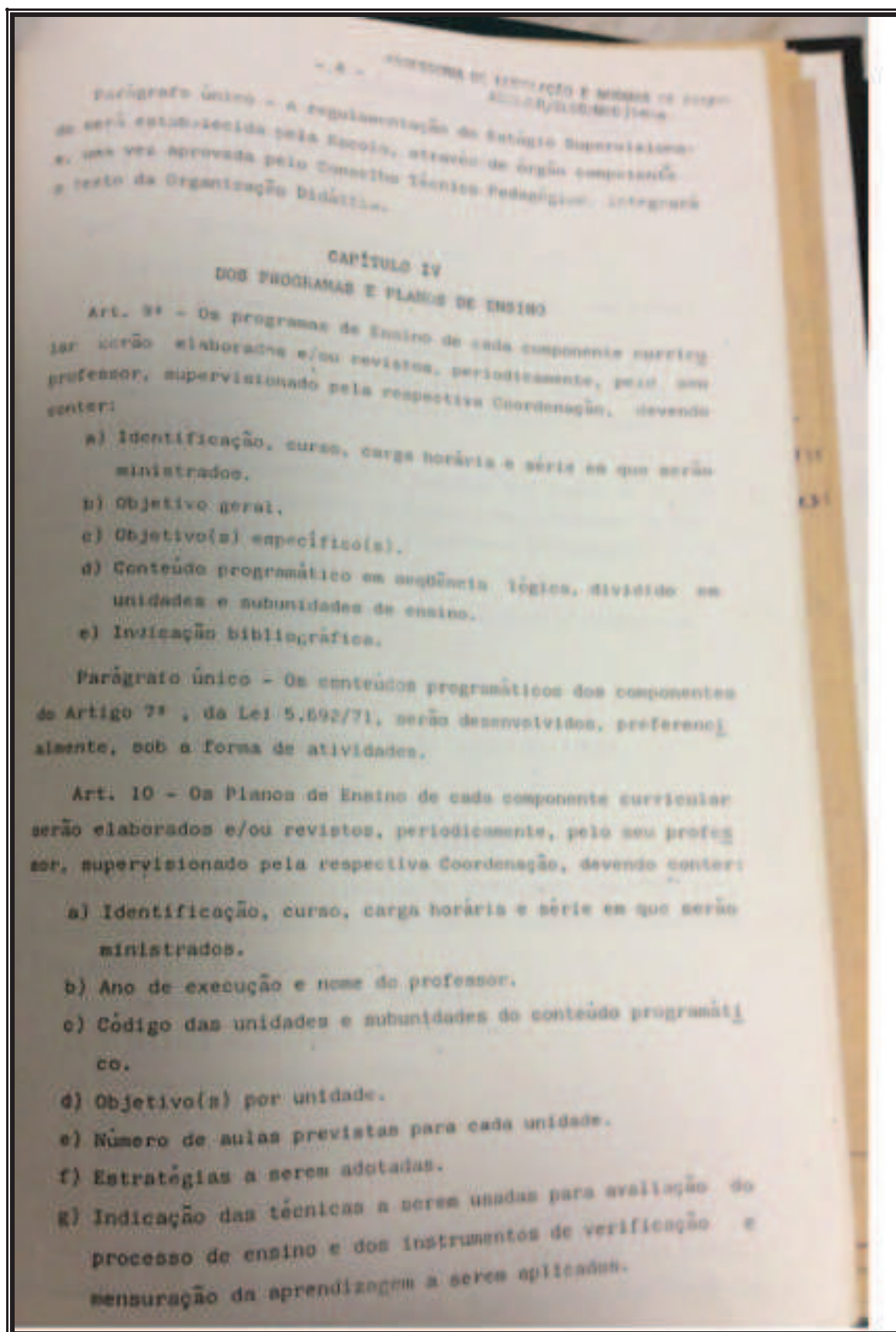
p.1

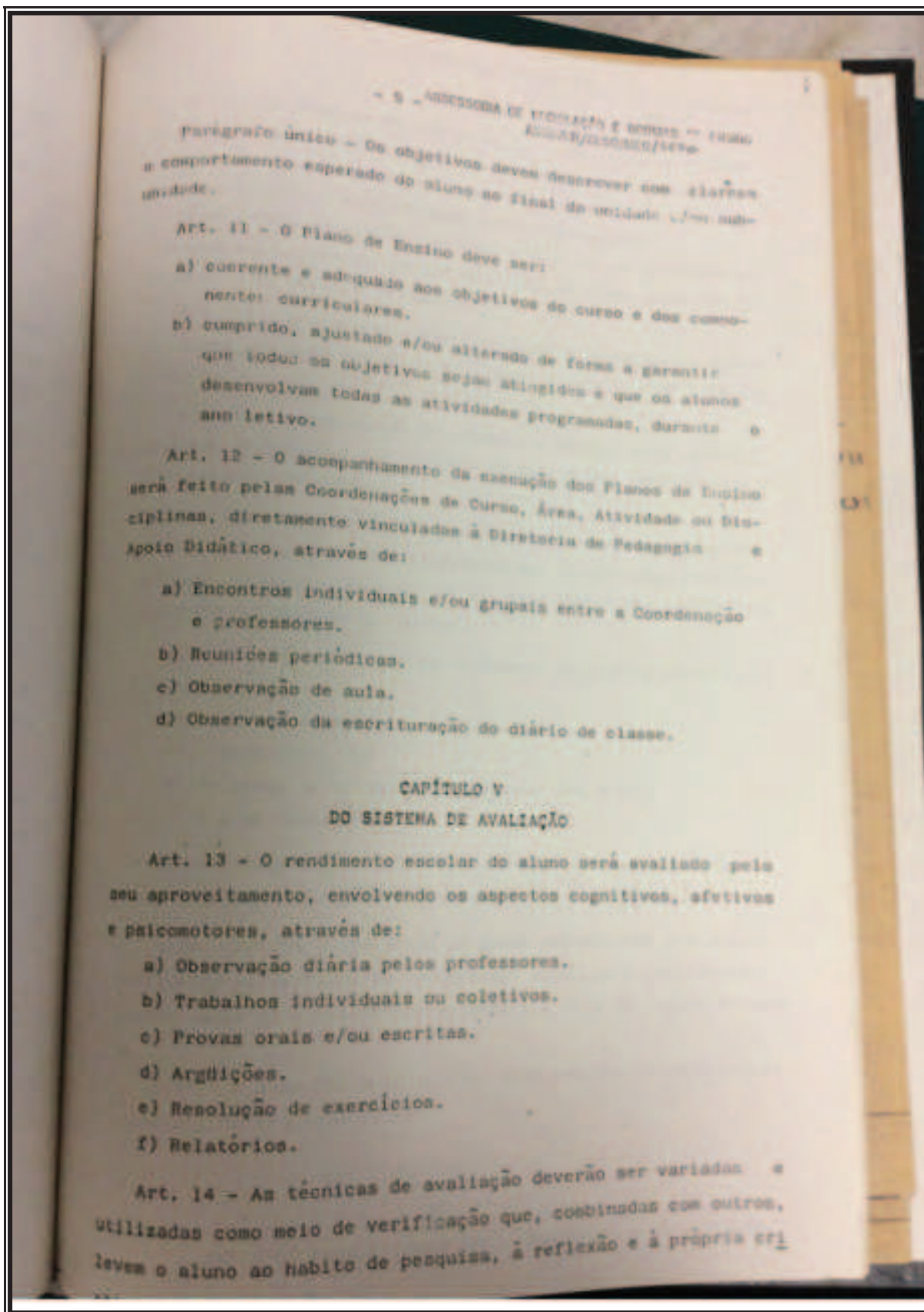




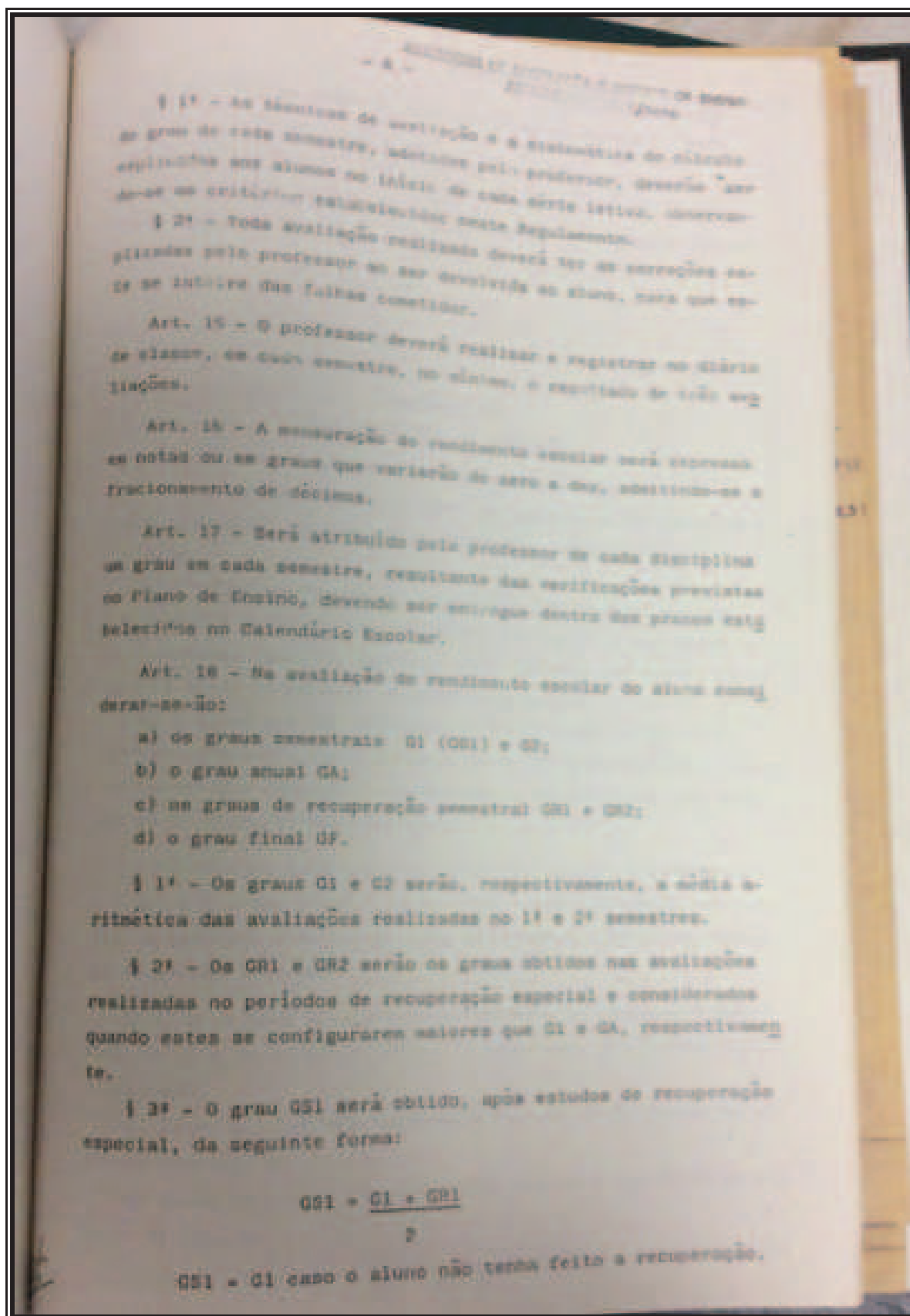


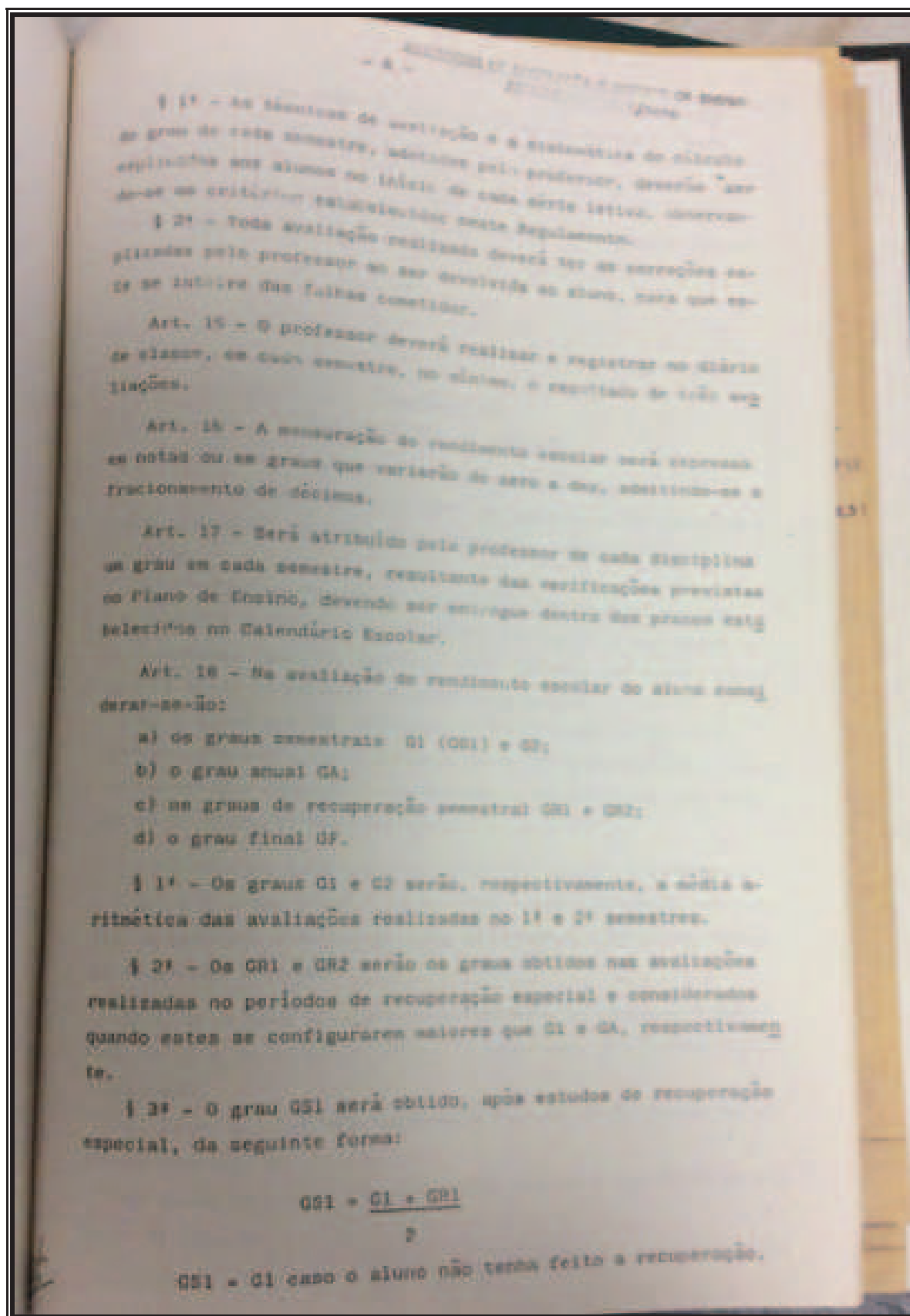


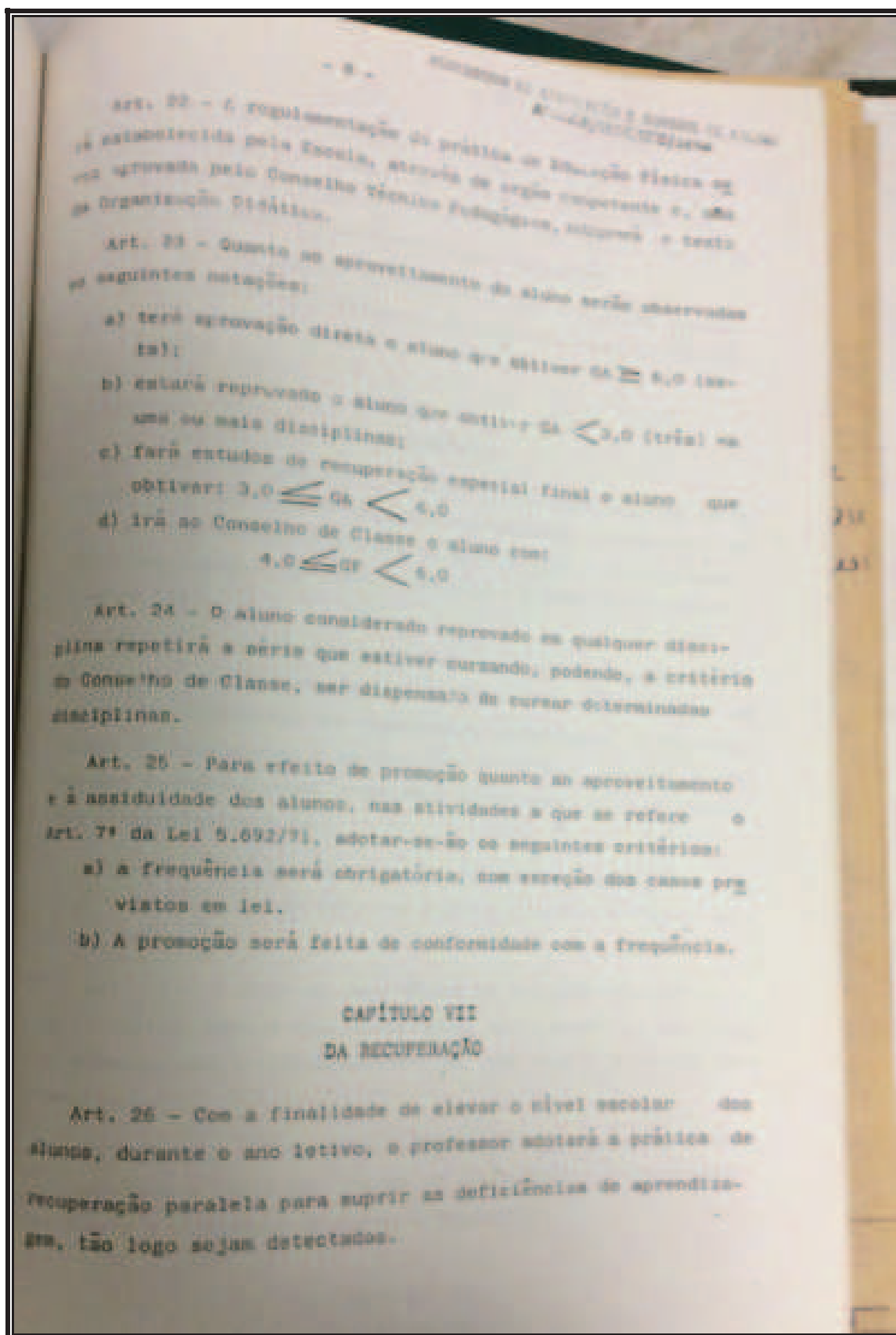


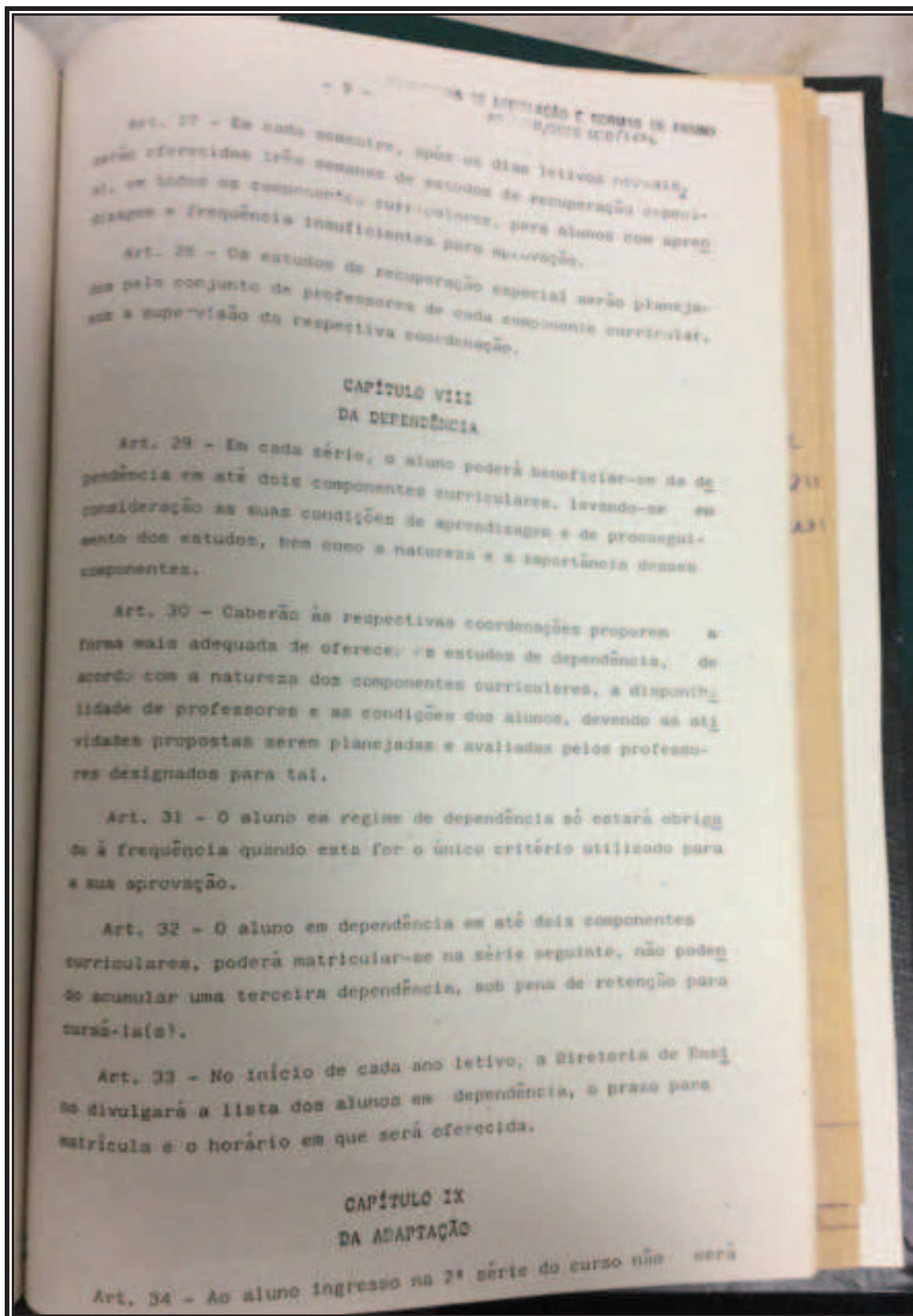




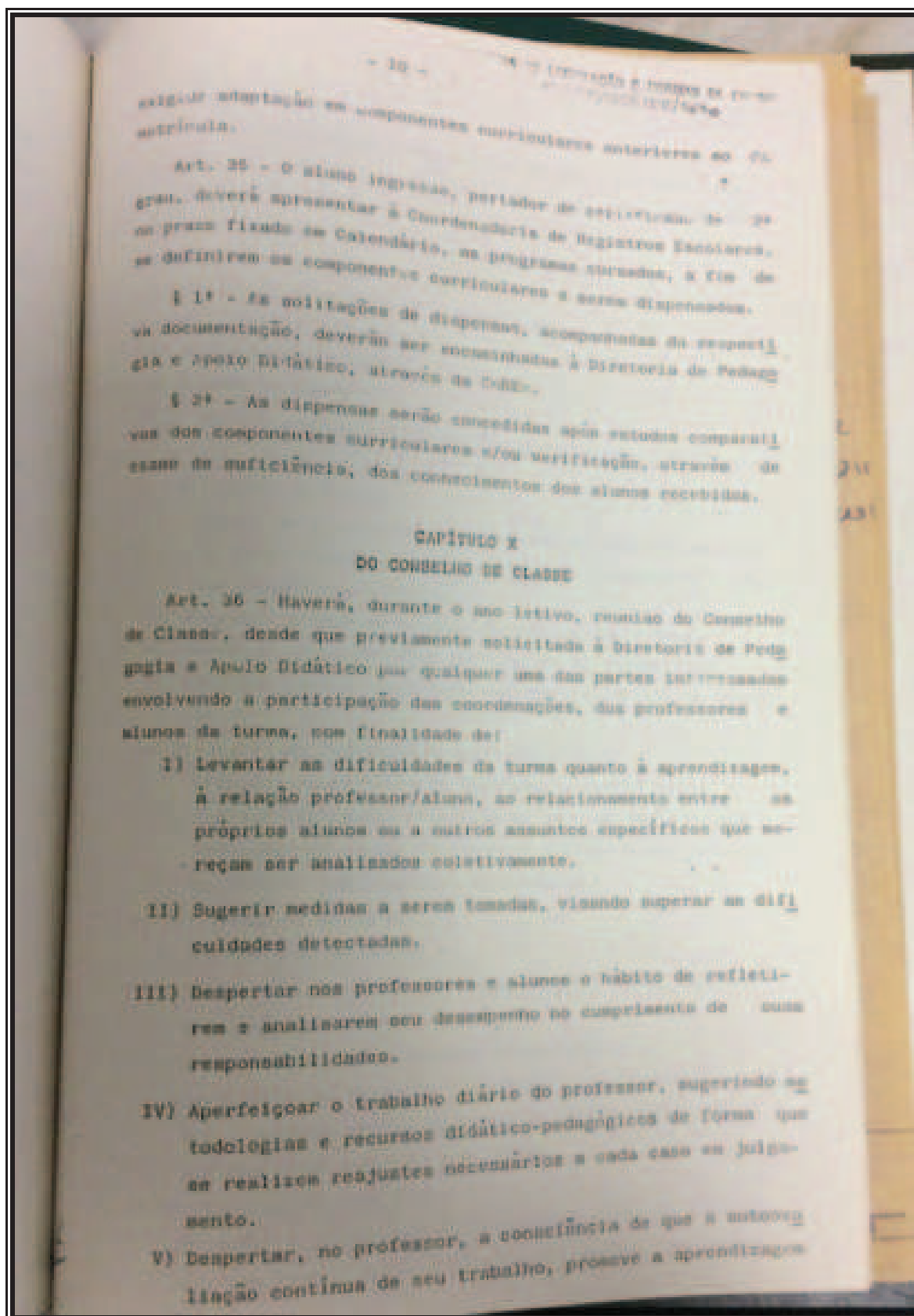


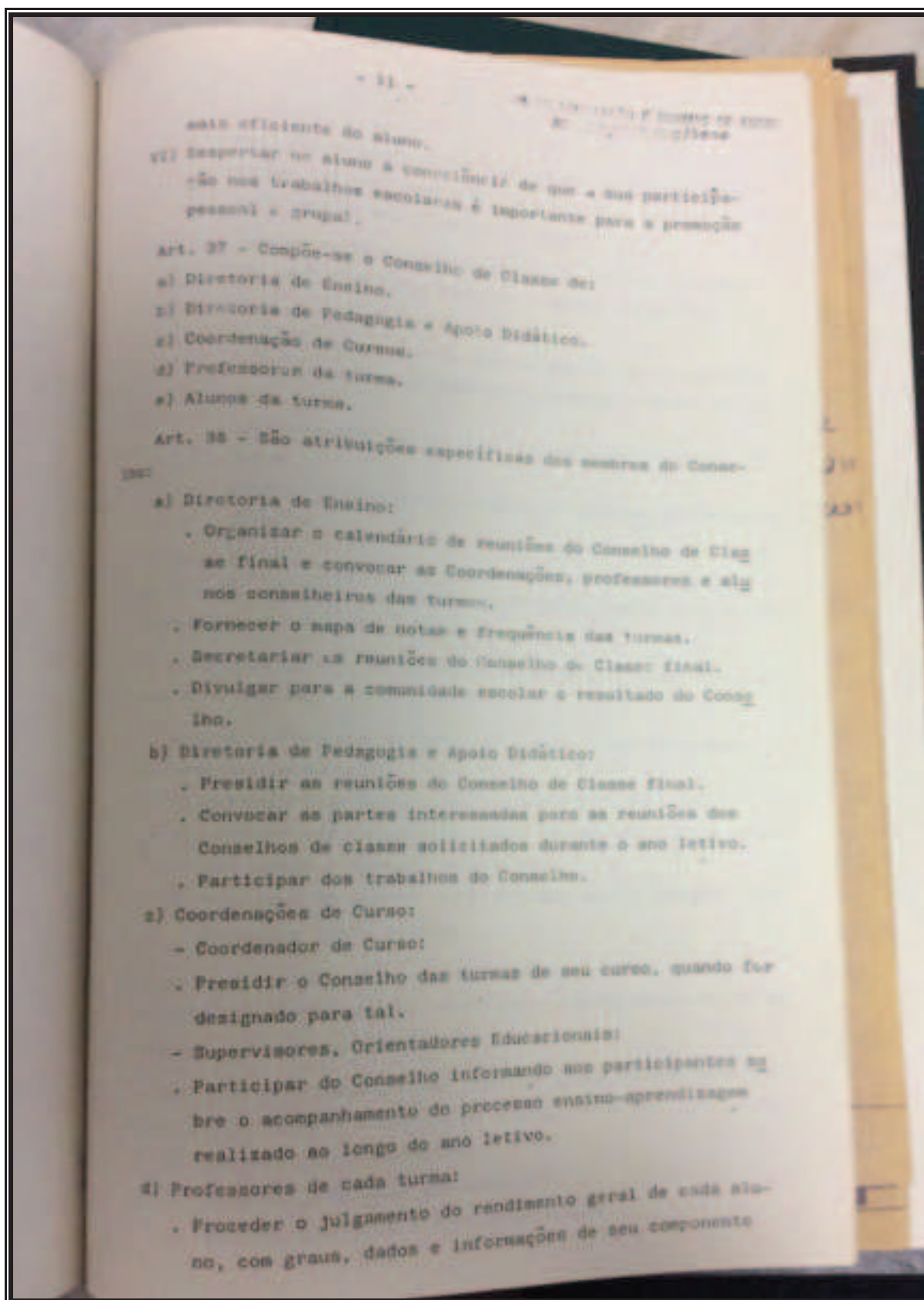


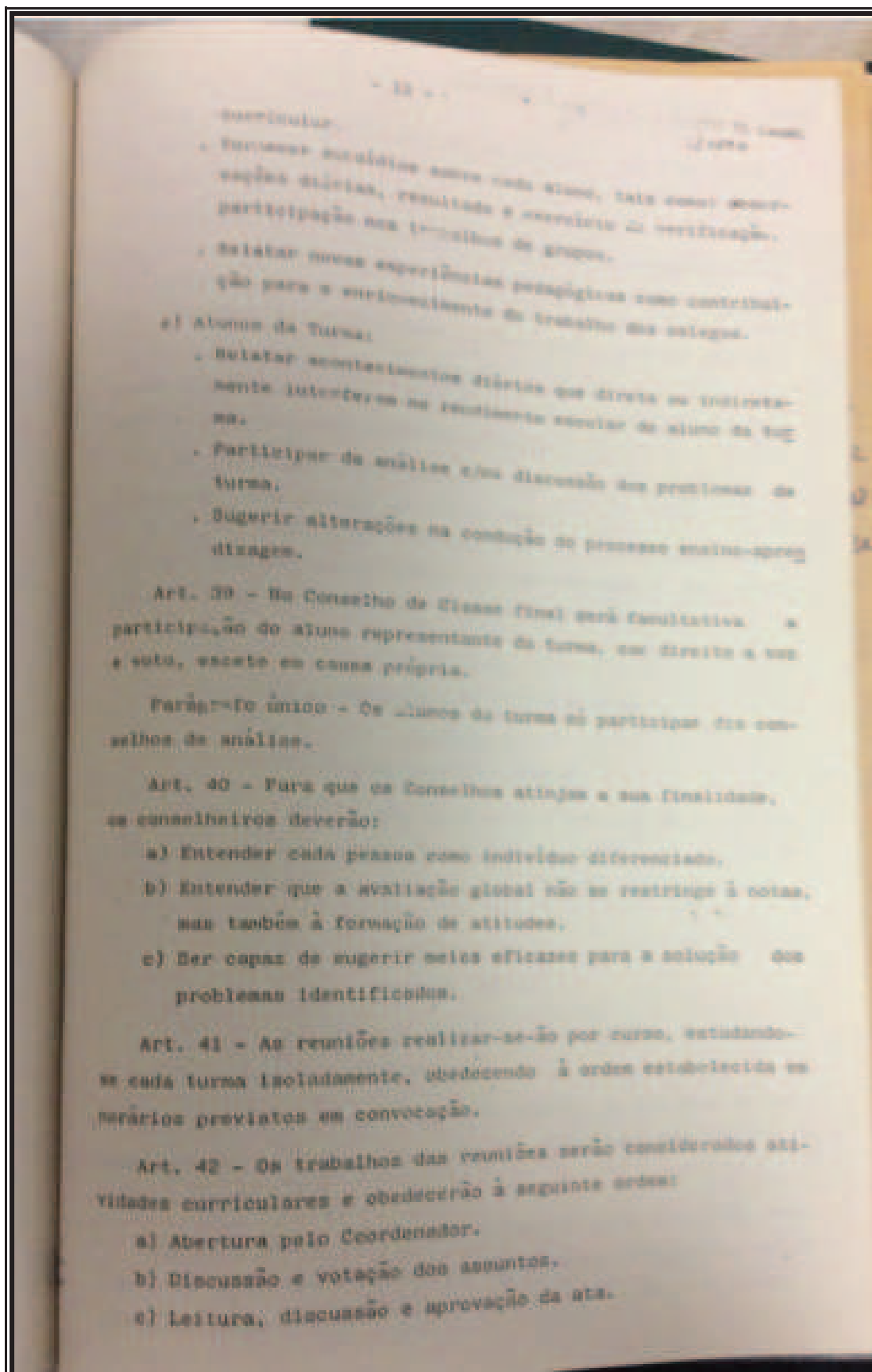


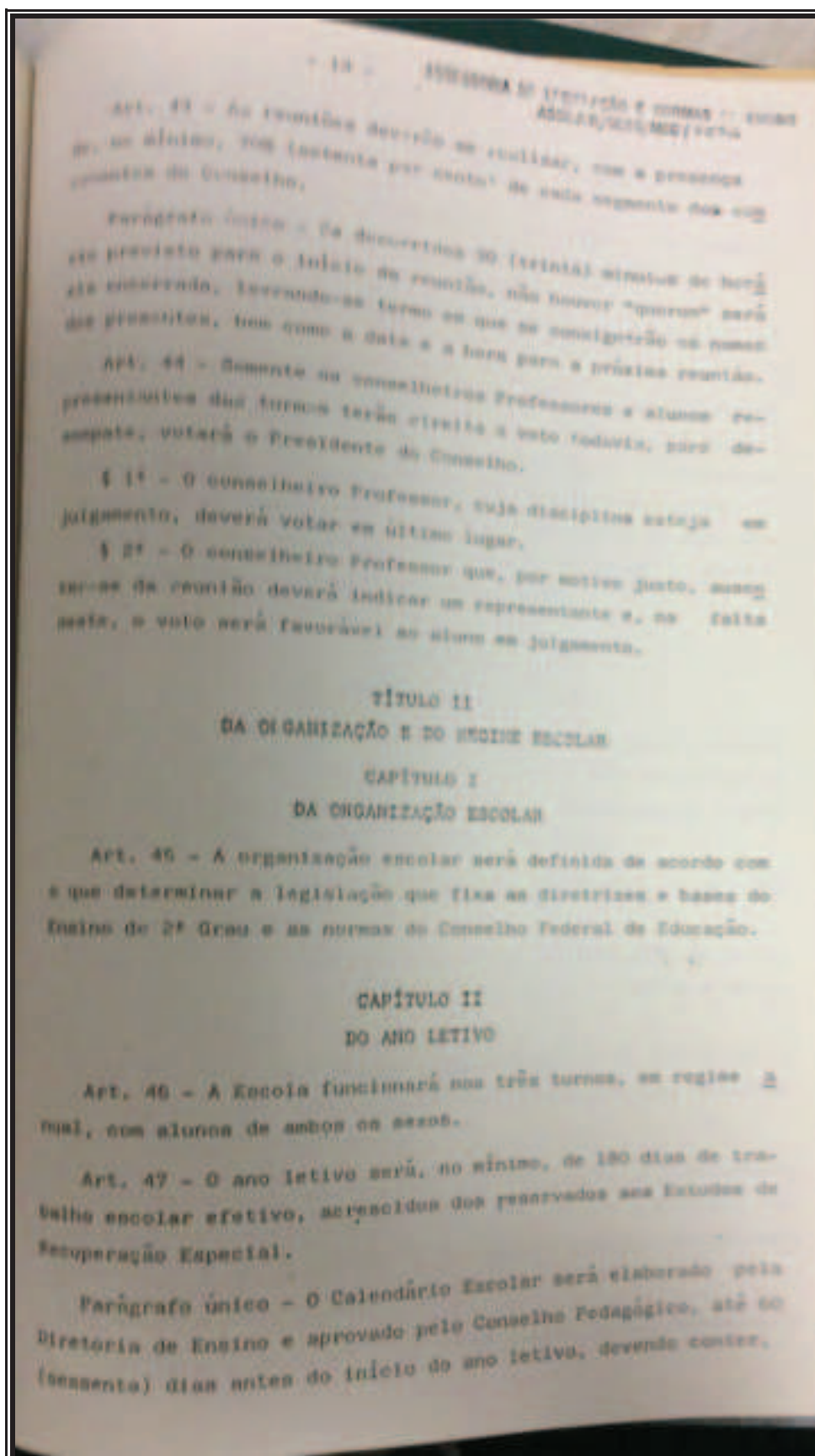




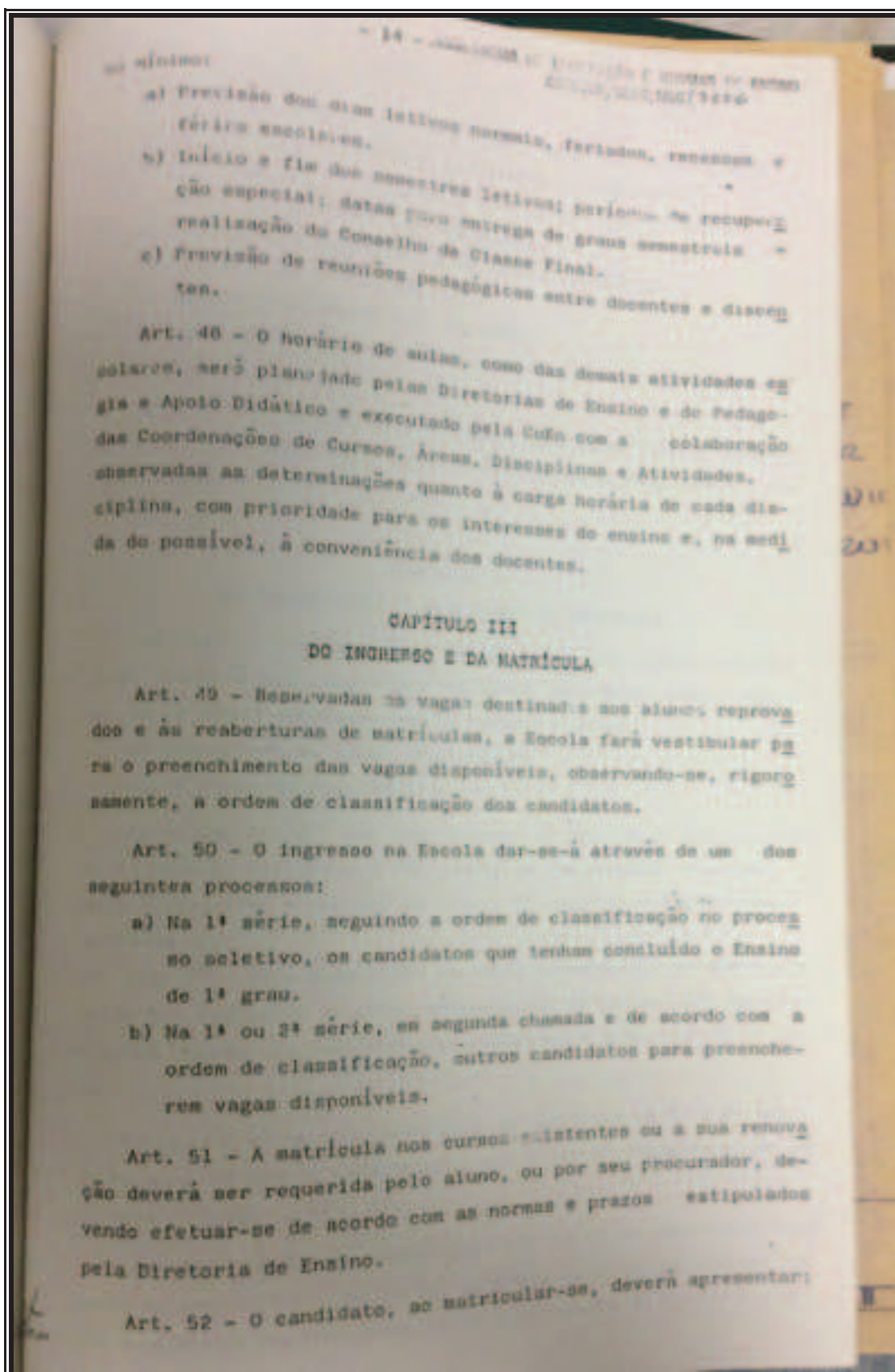


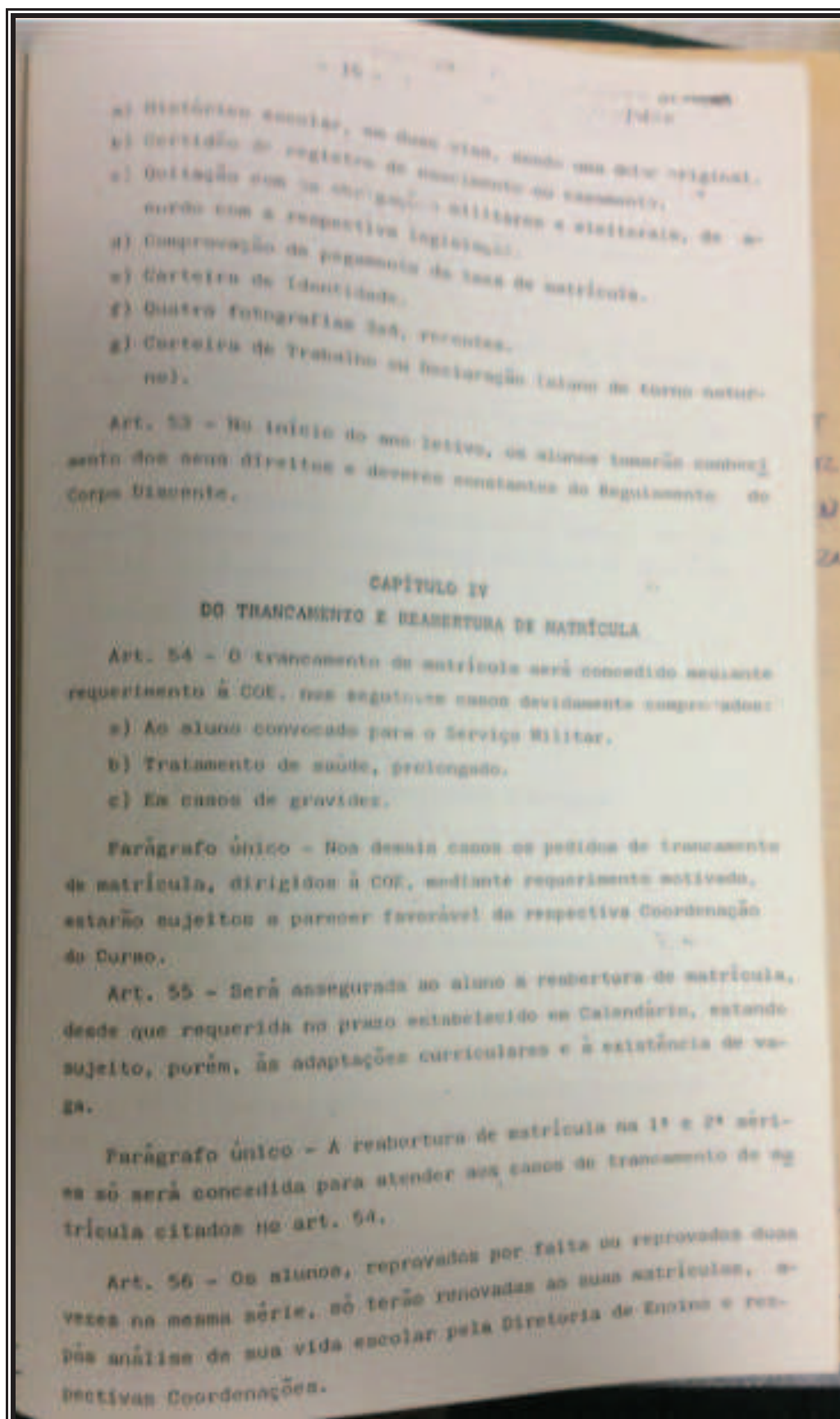


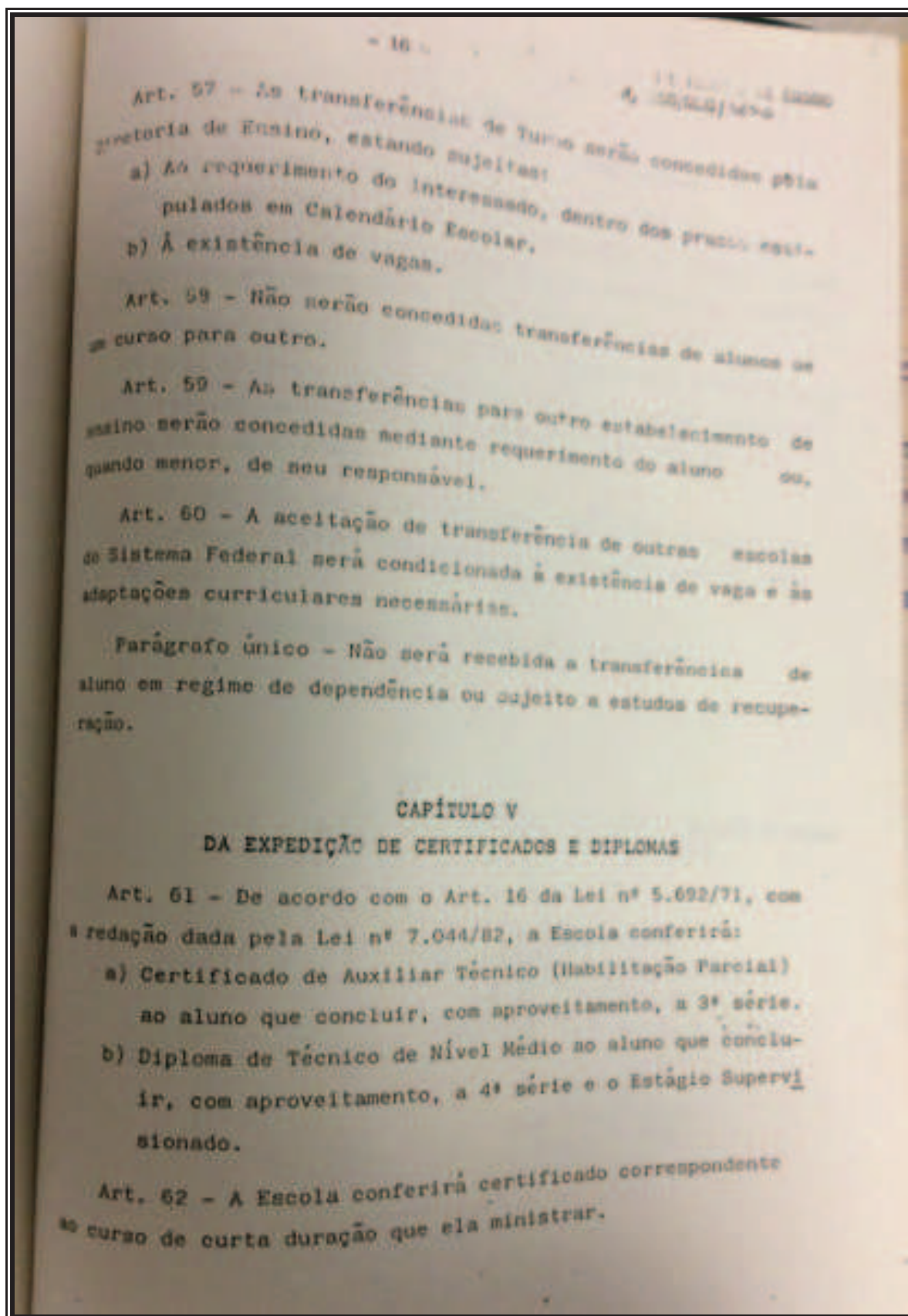




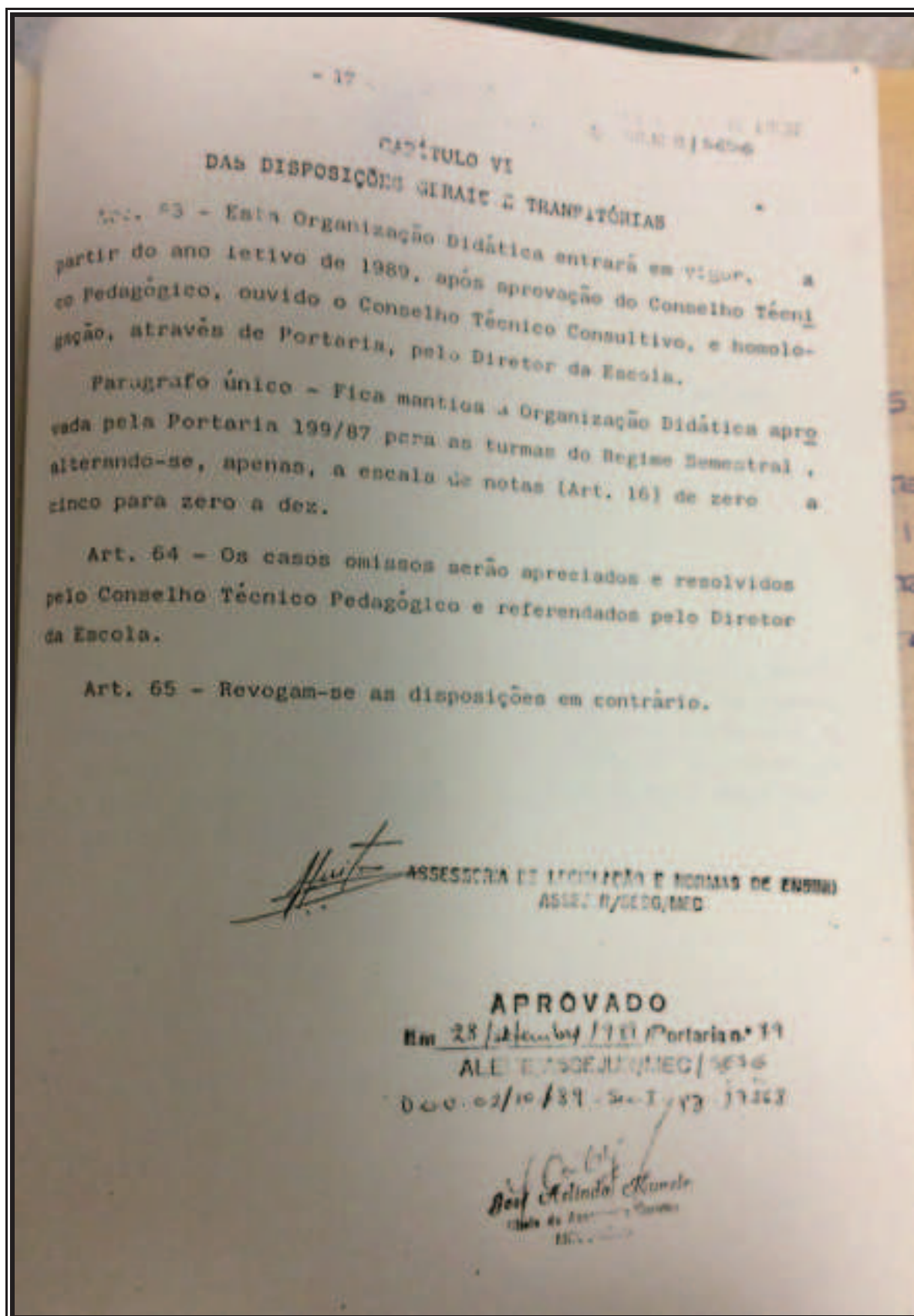














**Anexo I - Currículo pleno do curso de graduação de professores portadores de diploma  
de grau superior – Esquema I**

 Ministério da Educação Secretaria Nacional de Educação Tecnológica Escola Técnica Federal de Goiás		
7.2. ESTRUTURA CURRICULAR		
CURRÍCULO PLENO DO CURSO DE GRADUAÇÃO DE PROFESSORES PORTADORES DE DIPLOMA DE GRAU SUPERIOR - ESQUEMA I		
DISCIPLINAS	I	C. HOR.
Fundamentos da Educação	1	72
Psicologia da Educação	1	108
Estrutura e Funcionamento do Ensino de 2º Grau	1	108
Didática e Metodologia Aplicada ao Ensino de 2º Grau	1	108
Orientação Educacional e Ocupacional	1	72
Prática de Ensino	1	324
FORMAÇÃO COMPLEMENTAR		
Estudos de Problemas Brasileiros	1	72
Educação Física	1	72
TOTAL	1	936

**Anexo J - Estrutura curricular do curso superior de Tecnologia em Eletromecânica -  
Manutenção Industrial a ser implantado na ETEG.**

 Ministério da Educação Secretaria Nacional de Educação Tecnológica Escola Técnica Federal de Goiás		
4.0 - ESTRUTURA CURRICULAR		
MATERIAS	DISCIPLINAS	C. HOR
<b>PROFISSIONALIZANTES</b>		
DESENHO	Desenho Técnico	100
ORGANIZAÇÃO E NORMAS	Administração Industrial	70
ELETRICIDADE	Circuitos Elétricos e Eletromagnetismo	100
	Eletrônica	100
	Circuitos Superiores	100
	Máquinas Elétricas	100
	Instalações Eletromecânicas	100
	Instrumentação	70
MANUTENÇÃO	Manutenção Industrial	70
	Higiene e Segurança do Trabalho	36
AUTOMAÇÃO	Sistemas Cibernéticos e Pneumáticos	100
	Informática Aplicada	70
MÉCANICA	Tecnologia dos Materiais	70
	Tratamento Térmico e Termomecânico	70
	Cilindros de Máquinas	100
	Métodos e Processos de Produção I	100
	Métodos e Processos de Produção II	100
	Controle de Qualidade	70
Máquinas Térmicas e de Fluxo	144	
EXTRAS	Tópicos	70
SUBTOTAL		1900
<b>ARQUIT</b>		
	Métodos de Cálculo e Estatística	216
	Física	100
	Química Geral	100
	Resistência dos Materiais	100
	Termodinâmica	100
SUBTOTAL		640
<b>HUMANÍSTICAS</b>		
	Língua Portuguesa	70
	Direito Aplicado ao Trabalho	36
	Relações Humanas no Trabalho	36
	Comprometimento Ambiental para a	
	Indústria	36
	EPS	36
	Educação Física	70
SUBTOTAL		200
TOTAL		2844

Fonte: Acervo da Reitoria do IFG



## Anexo K - Acordo entre a ETEG e Setor Privado para implantação do curso de Tecnologia em Eletromecânica

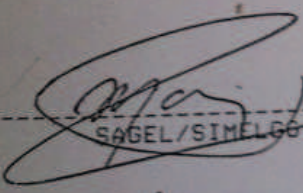
Goiânia, 28 de maio de 1991.

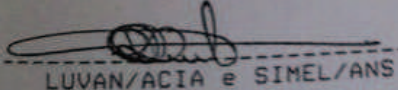
Senhor Diretor:

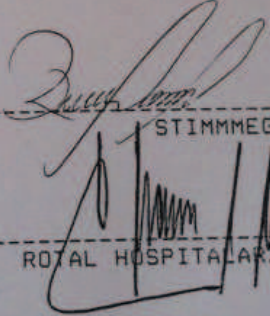
Como resultado das reuniões de trabalho realizadas entre essa instituição - Escola Técnica Federal de Goiás - e o Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e Material Elétrico de Goiânia (SIMELGO) e Anápolis (LUVAN/ACIA e SIMEL/ANS) e Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e Material Elétrico de Goiânia (STIMMEG), sob a coordenação do Instituto Euvaldo Lodi - IEL, para tratar da pretensão da ETEG de implantar em sua estrutura organizacional o curso de TECNÓLOGO EM ELETROMECÂNICA - MANUTENÇÃO INDUSTRIAL, temos a informar-lhe que:

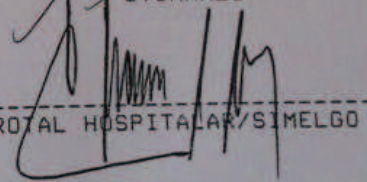
- O parque industrial nesta área está devidamente instalado em Goiás e a necessidade de mão-de-obra constatada na pesquisa feita pelo IEL exprime adequadamente esta realidade,
- O perfil profissiográfico do futuro profissional está adequado às exigências do mercado de trabalho que ora representamos,
- Este curso vem preencher as aspirações da classe empresarial e dos sindicatos trabalhistas do Estado de Goiás,
- A estrutura curricular apresentada reflete efetivamente as características do profissional por nós indicado,
- Estamos dispostos a continuar o trabalho de integração Escola-Empresa, para que este curso alcance plenamente seus objetivos.

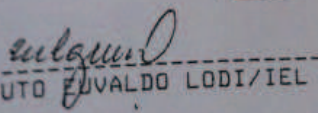
Reconhecendo como de elevado sentido social esta oportunidade aspiração, desejamos-lhe sucesso.

  
 SAGEL/SIMELGO

  
 LUVAN/ACIA e SIMEL/ANS

  
 STIMMEG

  
 ROYAL HOSPITALAR/SIMELGO

  
 INSTITUTO EUVALDO LODI/IEL

73



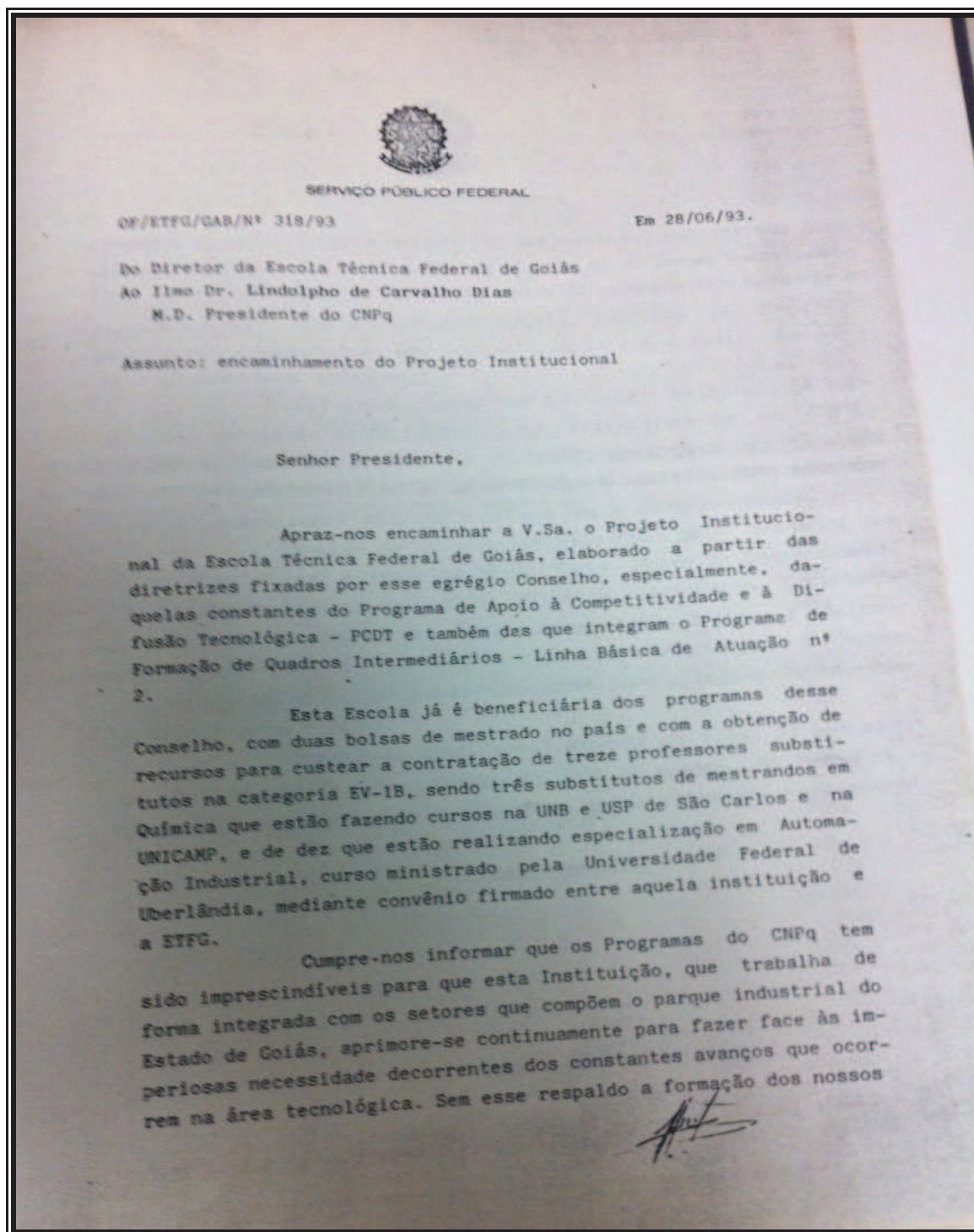
Anexo M - Matriz curricular do curso de Edificações proposto para a Uned de Itumbiara

**GRADE CURRICULAR - CURSO DE EDIFICAÇÕES**

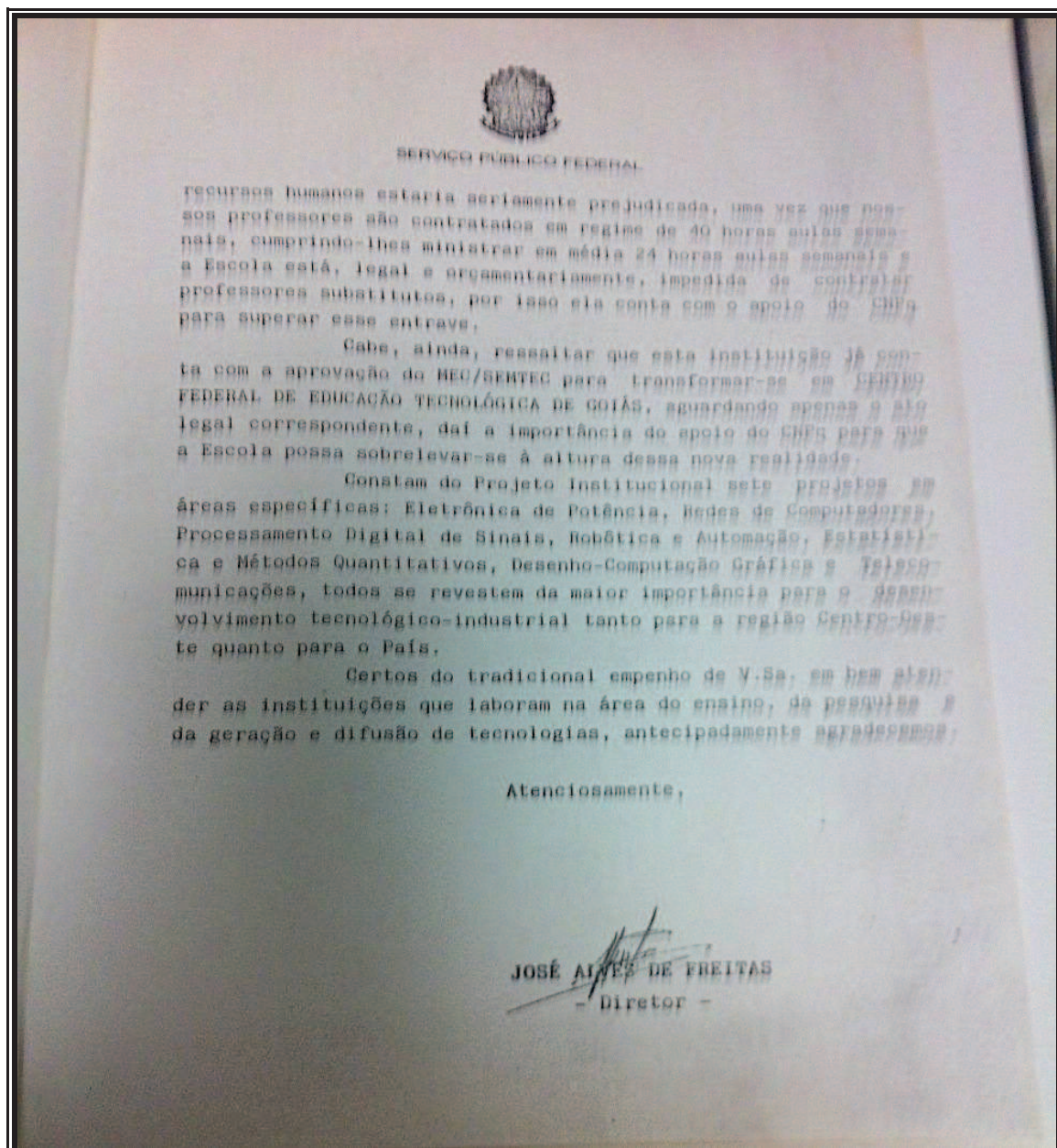
Matrizes	Disciplinas	Capacidade Anual				TOTAL	
		1 <sup>o</sup> An.	2 <sup>o</sup> An.	3 <sup>o</sup> An.	4 <sup>o</sup> An.		
<b>EDUCAÇÃO GERAL</b>							
<b>Matriz Curricular Art. 7º</b>							
Comunicação Verbal	Letras Port. e Lit. Brasileira	4	4	2		10	
	Inglês	2				4	
Matemática	Matemática	2				4	
	Geometria	2				4	
Ciências	Física	4	4	2		10	
	Química	4	4	2		10	
	Biólogia	2				4	
Ciências de Arquitetura	Edificação Física	2	2	2	2	8	
	Edificação Artística			2		4	
	Edificação Moral e Cívica			2		4	
	Projeto de Sala			2		4	
	Estudo Histórico				2	4	
<b>Sub-Total</b>		<b>21</b>	<b>18</b>	<b>14</b>	<b>4</b>	<b>57</b>	
<b>FORMAÇÃO PROFISSIONALIZANTE</b>							
Arquitetura Profissional	Arquitetura Profissional	2				4	
	Desenho	Desenho Básico	4				8
		Desenho Arquitetônico		4			4
		Desenho Técnico: Arquitetônico			2		4
		Desenho Técnico: Residencial		2			4
Desenho Técnico: Edificações				4	4		
Desenho Civil			4	4		8	
Materiais e Equipamentos	Materiais		4			4	
	Materiais de Construção		4			4	
Topografia	Topografia			4		4	
	Topografia: Básico, Médio e Avançado			4		4	
Instalações	Instalações Elétricas			2		4	
	Instalações Hidráulicas			2		4	
Organização e Trabalho	Organização e Prog. de Trabalho			2		4	
	Organização Const. de Obras			2		4	
<b>Sub-Total</b>		<b>6</b>	<b>14</b>	<b>14</b>	<b>12</b>	<b>46</b>	
<b>Reserva Teórica</b>							
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>27</b>	<b>32</b>	<b>28</b>	<b>16</b>	<b>103</b>	

Fonte: Acervo da Reitoria do IFG

## Anexo N - Ofício ao Presidente do CNPq datado de 28/06/93







Fonte: Acervo da Reitoria do IFG

**Anexo O - Artigo de Luiz Caldas, Joaquim Rufino Neto e Genival Alves Azeredo : FHC e as escolas técnicas.**



*O Clipping Educacional do SINPEEM tem como finalidade manter os profissionais de educação filiados ao sindicato informados sobre as publicações diárias dos principais jornais impressos e sites sobre a área de educação. Portanto, os textos apresentados não expressam a opinião do SINPEEM.*

**FOLHA DE SÃO PAULO – 20/09/2006 (TENDÊNCIAS/DEBATES)**

**FHC e as escolas técnicas LUIZ AUGUSTO CALDAS, JOAQUIM RUFINO NETO e GENIVAL ALVES AZEREDO**

*O descaso com as escolas técnicas federais era tal que, de 1995 a 1998, não foi autorizada a contratação de um único docente ou técnico*

COMO PRESIDENTES dos conselhos que congregam as instituições da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (centros tecnológicos, escolas técnicas, escolas agrotécnicas e colégios técnicos -Concefet, Coneaf e Condetuf), não poderíamos, incitados pelo artigo do ex-ministro da Educação Paulo Renato Souza ("Tendências/Debates", dia 15/9), deixar de pontuar as enormes diferenças entre os governos FHC e Lula quanto à educação profissional.

O governo anterior, ao contrário do que afirma o ex-ministro, aprovou a lei nº 9.649/98, que proibia a expansão do sistema federal de educação profissional. Diz seu art. 47, parágrafo quinto: "A expansão da oferta de educação profissional, mediante a criação de novas unidades de ensino por parte da União, somente poderá ocorrer em parceria com Estados, municípios, Distrito Federal, setor produtivo ou organizações não-governamentais, que serão responsáveis pela manutenção e gestão dos estabelecimentos de ensino".

A presença do advérbio "somente" não deixa dúvidas. A União até poderia custear a construção de novos estabelecimentos, mas custeio e pessoal não mais seriam da sua responsabilidade. Em outras palavras, a nova escola não seria federal, mas estadual, municipal ou privada.

Os congressistas tentaram aprovar um parágrafo 6º que relativizava a regra geral: "Às unidades de ensino da União com obras já concluídas não se aplica o disposto no parágrafo anterior". FHC alegou falta de recursos para a educação e vetou o dispositivo. O descaso com as escolas técnicas federais era tal que, de 1995 a 1998, não foi autorizada a contratação de um único docente ou técnico para o sistema de 140 escolas. Em 1998, o orçamento do sistema atingiu o fundo do poço: R\$ 856 milhões, a valor presente. A título de comparação, o atual governo autorizou, de 2003 a 2006, a contratação de 3.433 docentes e técnicos, e o orçamento do sistema, em 2005, atingiu R\$ 1,2 bilhão.

O ex-ministro alega que a medida se justificava pelo fato de as escolas federais serem burocraticamente vinculadas a Brasília. Elas não dariam conta do dinamismo do mercado de trabalho local. Ora, desmentem o ex-ministro a altíssima demanda pelas vagas dessas escolas e o desempenho dos alunos a cada edição do Enem.

Por miopia, FHC autorizou o funcionamento de apenas dez escolas técnicas federais em oito anos (cinco sem quadro de pessoal), enquanto Lula encerra o primeiro mandato autorizando 32 (além de 18 escolas privadas federalizadas).

Mas isso não é tudo. FHC, pelo decreto nº 2.208/97, proibiu a oferta de ensino médio integrado à educação profissional. Seu ministro, pela portaria nº 646/97, fixou metas para diminuição da oferta de ensino médio pelas escolas técnicas federais. Hoje, estamos colhendo os frutos desses equívocos, sobretudo São Paulo. Por razões de identidade ideológica, o Estado adotou essa visão de maneira mais determinada. Resultado: entre 2003 e 2004, o ensino médio perdeu 137 mil matrículas no país, das quais 131 mil em São Paulo -96% do total.

O atual governo não só revogou essas medidas absurdas mas também tem promovido a integração do ensino médio com a educação profissional, sobretudo na modalidade de educação de jovens e adultos (Projovem e Proeja), para tentar resgatar o interesse do jovem pela escola. Decerto, o governo anterior lançou o Proep (convênios com Estados e setor privado para construção de escolas técnicas), mas até nisso ele perde na comparação com o governo atual.

O programa previa a construção de 65 escolas técnicas privadas e 49 estaduais. Os números revelam um viés privatista. Mas, ao tomar as transferências financeiras efetivamente realizadas, pode-se notar que, até 2002, o governo anterior transferiu R\$ 76,1 milhões para o setor privado e apenas R\$ 28,9 milhões para o setor público estadual. Isso significa que, no Proep, investiu R\$ 105 milhões. O governo atual, para a conclusão desses convênios, está investindo R\$ 172 milhões.

Mesmo considerados todos os outros convênios ativos ou finalizados, incluindo ampliação, reforma e equipamento (265 no total), o governo anterior terá bancado 43,5% do programa, contra 46,5% do atual. Isso explica, inclusive, o cancelamento de outros 80 convênios. Assinados em 2002, no apagar das luzes da era FHC, não havia nenhum critério técnico que amparasse sua continuidade. Somando R\$ 183,5 milhões, o governo anterior só havia repassado para eles R\$ 3,5 milhões (1,9%). Ainda bem.

**LUIZ AUGUSTO CALDAS**, 44, é presidente do Concefet (Conselho dos Dirigentes dos Centros Federais de Educação Tecnológica). **JOAQUIM RUFINO NETO**, 48, é presidente do Coneaf (Conselho dos Diretores das Escolas Agrotécnicas Federais). **GENIVAL ALVES DE AZEREDO**, 52, é presidente do Condetuf (Conselho dos Diretores das Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais).

Fonte: [http://www.sinpeem.com.br/lermais\\_materias.php?cd\\_materias=666#.VfwJpelzthw](http://www.sinpeem.com.br/lermais_materias.php?cd_materias=666#.VfwJpelzthw). Acesso em: 18 set 2015.

**Anexo P - Discurso do presidente do CONCEFET em audiência com o Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva em 2005**

DISCURSO DO PRESIDENTE DO CONCEFET, PROFESSOR LUÍZ EDMUNDO VARGAS DE AGUIAR EM AUDIÊNCIA CONCEDIDA PELO PRESIDENTE DA REPÚBLICA LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA AOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA-IFET, EM 24 DE JUNHO DE 2005.

SENHOR PRESIDENTE, Como Presidente do Conselho de Dirigentes dos Centros Federais de Educação

Tecnológica- CONCEFET, e tendo a honra de representar nessa audiência o CONEAF e o CONDETUF, gostaria de registrar a imensa importância que conferimos a este encontro. Queremos aproveitar para apresentar uma agenda de compromissos que fortaleçam a proposta do Governo de Vossa Excelência de transformar o ano de 2005, no ano da Educação Profissional e Tecnológica do País. Nos governos anteriores jamais tivemos a oportunidade de discutir nossos problemas com o Presidente da República. É hora, portanto, de assinalarmos as potencialidades da nossa Rede, estratégica para o sucesso das políticas de desenvolvimento econômico e social implementadas pelo Governo, apoiadas pelo Ministério da Educação, que tem a Educação Profissional como um dos seus quatro eixos prioritários na gestão do Ministro Tarso Genro.

A Educação Profissional e Tecnológica é, certamente, o melhor caminho para a construção da cidadania e para uma melhor inserção de jovens trabalhadores na sociedade contemporânea, plena de grandes transformações e marcadamente tecnológica. Nossa sociedade ainda apresenta um forte traço de exclusão e desigualdade. Essa marca se aprofunda quando nos afastamos das regiões urbanas e nos aproximamos do interior do país. Por sua história, por sua importância e por sua competência a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica tem contribuído fortemente para a redução dessa desigualdade e exclusão. Sua oferta de cursos sintonizada com o desenvolvimento local e regional, sua pesquisa aplicada notadamente tecnológica e sua capilaridade são fatores determinantes para que se apresente como melhor opção do sistema educacional, para contribuir com as políticas públicas do Governo Brasileiro.

Senão vejamos, Sr. Presidente. A criação das primeiras 19 unidades dessa Rede se deu em 1909 por decreto do então Presidente Nilo Peçanha. Noventa e cinco anos depois, hoje somos cento e quarenta e três unidades distribuídas pelo território brasileiro. São trinta e quatro CEFETs- Centros Federais de Educação Tecnológica, com suas quarenta e uma UNEDs- Unidades de Ensino Descentralizadas, trinta e seis EAFs- Escolas Agrotécnicas Federais, uma Escola Técnica Federal e trinta e uma Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais.



Esse conjunto de instituições atua de forma verticalizada e aponta para a excelência da Universidade Tecnológica, oferecendo ao povo brasileiro formação inicial e continuada em cursos de qualificação e profissionalização, cursos técnicos de nível médio, formação de professores e cursos superiores de graduação e pós-graduação, marcadamente na área tecnológica. Nossa Rede atua no setor primário, secundário e terciário da economia, e seus cursos e serviços de pesquisa tecnológica e extensão, na área agropecuária, na área industrial e na área de serviços, consolidam nossas instituições como referências nas comunidades em que atuam.

Reconhecemos a grande importância das ações já encaminhadas pelo Governo de Vossa Excelência e temos clara consciência que seus resultados surgirão fruto da responsabilidade de todos os que atuam no campo da educação pública, e aqui nos comprometemos, nós que dirigimos a educação profissional pública do país, em contribuir fortemente com as políticas públicas de inclusão social e com o desenvolvimento nacional, em busca da construção do país sonhado por Vossa Excelência, pela juventude e pelo povo Brasileiro.

Esse país sonhado acordará, realmente, quando os resultados da política educacional, hoje implementadas pelo Governo Federal por meio do Ministério da Educação, se traduzirem na melhoria da qualidade de vida de nosso povo. No âmbito da Educação Profissional e Tecnológica podemos dizer que a agenda que queremos apresentar, Sr. Presidente, tem sido democraticamente discutida com o Ministro Tarso Genro e com sua Equipe, e é oportuno que nesse instante possamos compartilhá-la com Vossa Excelência, comandante maior desse processo, consciente que a solução dos problemas vividos hoje pela Rede contarão com o apoio e a sensibilidade costumeira de Vossa Excelência.

Temos alguns desafios de curto prazo. Um deles refere-se a recomposição dos nossos quadros. Nos últimos onze anos tivemos um acréscimo de 116% na oferta de vagas nos cursos técnicos de nível médio e de 1208% nos cursos superiores de tecnologia, enquanto nossa força de trabalho está defasada de 2.670 docentes e 6.315 técnico-administrativos. Além disso temos unidades recém-criadas sem a devida autorização para composição de seus quadros. Temos o dever de registrar que no governo de Vossa Excelência, mesmo ainda distante do atendimento a todas as nossas necessidades, já foram autorizadas mais contratações que nos oito anos do governo anterior. Temos, portanto, forte convicção de que contaremos com vosso apoio, Sr. Presidente, para a recomposição dos nossos quadros, o que permitirá adicionarmos 36.000 alunos nos cursos técnicos, na educação de jovens e adultos com profissionalização e nos cursos superiores de tecnologia e cerca de 360.000 matrículas nos cursos de formação inicial e continuada de jovens e adultos trabalhadores.

Apoiar o desenvolvimento solidário nacional, construir uma Nação, fraterna e justa, com distribuição de riqueza e qualidade de vida, e com respeito à democracia, passa pela interiorização da educação. É com esse viés que propomos nossa segunda ação de curto prazo dessa agenda. Apesar de atuarmos em quase todo o território nacional, com área de abrangência em aproximadamente três mil municípios brasileiros, é necessário reconhecer que o impacto social do trabalho desenvolvido por essa rede de Instituições ainda se encontra

bastante aquém das necessidades de formação profissional de nosso país, especialmente em razão do sub-dimensionamento dessa Rede.

O fato é que passados quase 100 anos de atuação estatal na formação de jovens e adultos para a vida produtiva, ainda hoje verificamos várias lacunas de cobertura geográfica no que concerne à distribuição de instituições de ensino técnico e agrotécnico. Infelizmente, até a presente data, vários estados não contam com nenhuma instituição federal de educação agrícola. Em outras unidades federativas, não há sequer, instituição federal de educação profissional alguma. Nesta situação encontram-se Acre, Amapá, Distrito Federal e Mato Grosso do Sul.

É muito importante Sr. Presidente, que lutemos pela aprovação do Projeto de Lei 8.435 que tramita no Congresso Nacional, que permitirá resgatarmos a possibilidade de ampliação da nossa Rede por meio da criação de novas escolas técnicas e agrotécnicas federais, escola desejada por mais de noventa por cento dos pais de alunos de escolas públicas, segundo pesquisa realizada pelo INEP. Não cometamos a sandice do governo anterior, que priorizou o repasse de recursos públicos do PROEP para a construção de Centros Privados de Educação Profissional, hoje em sua maioria não cumprindo as funções assumidas em seus projetos escolares.

Apoiamos Sr. Presidente, o Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica, ora apresentado pelo Sr. Ministro de Educação, que resgata o protagonismo da educação pública, permite a oferta de cursos em todas as unidades da Federação com área de abrangência de 1.300 municípios brasileiros e criação de 54.136 novas vagas.

Senhor Presidente, não podemos deixar de registrar também, que pela primeira vez nos últimos dez anos tivemos o aumento real de recursos para a manutenção das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica. Contamos, pois, com a determinação de Vossa Excelência para que os recursos aprovados na Lei Orçamentária Anual de 2005, sejam liberados para que nossas instituições possam cumprir seu papel, estendendo os benefícios provenientes da aplicação desses recursos a parcelas mais amplas e mais fragilizadas da população.

Apoiamos, Sr. Presidente, o Projeto de Reforma da Educação Superior que está sendo encaminhado por Vossa Excelência ao Congresso Nacional, que avança na discussão de temas mais complexos como autonomia, gestão democrática, controle, currículos, oferta de vagas, sistema de cotas e assistência aos educandos das Instituições de Educação Superior, temas também afetos à nossa rede de instituições. Vislumbramos nesse Projeto a sabedoria e a sensibilidade de um Presidente que entrará para a história da Educação do País. Que por meio do Ministério da Educação propõe um novo e desafiante cenário em que se articula a inclusão tendo como porta de entrada a alfabetização, se fortalece a educação básica com a criação do FUNDEB e busca a consolidação de uma Política Pública para a Educação Profissional do País.

O estabelecimento do plano de carreira para os servidores técnico- administrativos, já autorizado e em pleno vigor, teve um impacto extremamente positivo na vida desses servidores e nas suas relações com as escolas. Assegurar o apoio à mesa coordenada pelo MEC que discute a carreira docente será outro grande acerto deste Governo. Estabelecer uma política pública de financiamento permanente para a educação profissional e tecnológica do País, será uma ação de Governo profundamente marcante para estabelecer um marco histórico e estratégico na construção um projeto de nação soberana, capaz de estreitar a relação com seu povo por meio da inclusão social, profissional e tecnológica, ancoradas no indissociável projeto de ensino, pesquisa e extensão estabelecidas no seio das nossas instituições.

Sr. Presidente, continuamos esperançosos e confiantes no Governo de Vossa Excelência, compromissado com valores amplamente defendidos e divulgados por todos os que fazem a Educação Pública Profissional e Tecnológica no País. O conhecimento, transformado em opções tecnológicas que superem os obstáculos e concedam o direito de liberdade a homens e mulheres na busca de uma vida mais digna e mais humana, será sempre razão maior da existência de nossas instituições.

Acreditamos no seu projeto de desenvolvimento brasileiro. É exigência deste projeto que todas as políticas públicas, em particular, a política de educação profissional e tecnológica, estejam comprometidas com a inclusão social de milhões de brasileiros no mundo do trabalho e na efetiva cidadania, com o desenvolvimento das forças produtivas nacionais e com a diminuição das vulnerabilidades, sejam econômicas, culturais, científicas ou tecnológicas.

Buscamos, Sr. Presidente, uma profissionalização sustentável com uma base sólida de capacitação, qualificação social e inovação tecnológica, e comprometida com a garantia dos direitos sociais do trabalhador, necessidade primordial para o projeto de nação e para o projeto de desenvolvimento sustentável que este Governo propõe e que o país necessita.

A proposta construída conjuntamente com o Ministério da Educação que concretiza o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA, vem reafirmar o papel de nossa Rede no desenvolvimento de ações fortalecedoras de sua missão: apoiar o desenvolvimento do País por meio da inovação tecnológica, da educação permanente e da inclusão social. Será uma oportunidade ímpar, aqui cito a proposta de decreto, para minimizar a gravidade dos problemas enfrentados pelo trabalhador que precisa cursar o ensino médio para manter-se em seu emprego, ou o desempregado que precisa estudar no ensino médio para conseguir uma colocação profissional, e, muitas vezes, vislumbra na formação profissional uma possibilidade de melhorar a vida, ou de ter uma função mais especializada e, conseqüentemente, melhor remunerada.

Em termos quantitativos, a proposta implicará, em 2006, na abertura de sete mil vagas e, em 2007, mais treze mil em cursos de formação profissional que conduzirão, simultaneamente, à profissionalização e à conclusão do ensino médio. Nossa Rede, Sr Presidente, estará prestando relevante contribuição ao alcance da meta de universalizar o acesso à educação básica.



Para encerrar lanço aqui um bom desafio. Aos meus pares e ao Governo. Cito o exemplo exitoso do programa implantado na Escola Técnica vinculada à Universidade Federal do Paraná que atende em quatro cursos técnicos à distância, 14.800 alunos de 164 cidades do Estado do Paraná e de Santa Catarina. Acredito que, com base nessa experiência, poderemos utilizar as novas tecnologias existentes, por meio da Educação a Distância, fortalecida no MEC pelas ações do Ministro Tarso Genro, para lançar um grande programa de profissionalização que alcance todos os municípios brasileiros. Será a oportunidade Sr. Presidente, para que, em qualquer rincão desse país, nossos jovens possam sonhar com o caminho da profissionalização já percorrido historicamente por Vossa Excelência.

Acreditamos na ousadia do Vosso Governo que com visão de futuro, responsabilidade, coragem e espírito público, supera o medo do enfrentamento das questões necessárias para a transformação do Brasil em um País mais justo, mais solidário, mais generoso, mais soberano e mais prazeroso para se viver.

Nossas Instituições compartilham desse sonho e aguardam com muita confiança que nos sejam dadas as condições melhores e mais permanentes para o cumprimento da nossa missão. Nosso Ministro da Educação, Tarso Genro, tem reconhecido a qualidade e importância de nossa Rede como estratégica para o projeto de Nação que todos queremos construir. Esperamos, Sr. Presidente, seu chamamento e sua confiança para construirmos juntos nossos sonhos.

Brasília, 24 de junho de 2005. Luis Edmundo Vargas Aguiar Presidente do CONCEFET  
Fonte: [http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/acs\\_concefet.pdf](http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/acs_concefet.pdf) . Acesso em: 18 set. 2015

## **Anexo Q - Ata da reunião do Ministro Fernando Haddad e Dirigentes da Rede Federal**

### TRANSCRIÇÃO DE REUNIÃO DE TRABALHO ENTRE O MEC E DIRIGENTES DA REDE FEDERAL

Local da reunião – Auditório do MEC em Brasília - 22/6/2007

Vídeo disponível no link: <http://transformacaodocefetscemifsc.wordpress.com/>

Composição da mesa: Ministro da Educação, prof. Fernando Hadadd, Ivan Holanda (presidente do Conselho das Escolas Agrotécnicas Técnicas Federais), Luiz Augusto Caldas (Presidente do CONCEFET), Secretário Adjunto da EPT prof. Getúlio Marques Ferreira, José Arimathéa Oliveira (Presidente do Conselho das Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais).

O evento se iniciou com a fala do presidente do Conselho das Escolas Agrotécnicas (CONEAF), prof. Ivan Holanda, que destacou a importância do evento como um marco histórico. Ressaltou que toda mudança gera apreensão, desconforto, mas também expectativa. Ele manifestou seu apoio ao projeto em nome das escolas agrotécnicas federais entendendo que o projeto é de grande envergadura para a EPT do país.

O presidente do CONDETUF, prof. José Arimathéa saudou os presentes.

O presidente do CONCEFET, prof. Luiz Caldas fez um agradecimento ao ministro Fernando Hadadd pela sua elogiável disposição ao diálogo. Ressaltou que o momento é histórico e é característica do CONCEFET aceitar novos desafios.

Prof. Getúlio ressaltou que o PDE tem se demonstrado como um caminho para a educação brasileira e a rede EPT tem papel decisivo nesse processo. O objetivo é contribuir para o desenvolvimento do país pela educação profissional.

O Ministro da Educação, prof. Fernando Hadadd ressaltou que seu estilo de gestão no MEC é falar francamente e ir a fundo nos detalhes sem esconder informações para construir conceitos, horizontes novos tendo como pressuposto que o enorme interesse do MEC pela rede EPT. O Ministro deixou claro que o MEC entende que a rede EPT é estratégica para o desenvolvimento do país. Sua preocupação é construir hegemonia com o diálogo, base do trabalho do MEC. Lembrou de tentativas frustradas no passado de imposição de modelos.

O Ministro lembrou que é favorável a mudanças, mas mudanças que produzam resultados concretos. Algumas mudanças no passado colocaram em risco o sistema. O país está se desenvolvendo e isso abre uma oportunidade histórica para a EPT porque temos desafios novos para enfrentar. O Ministro lembrou que o MEC tem um projeto ambicioso de construir

150 unidades em sinergia com os arranjos produtivos de todo país. Esse trabalho envolveu 6 ministérios para avaliar o potencial de disseminação de boas práticas da rede. Em 3 anos o MEC está se propondo fazer mais do que foi feito em 100 anos.

Segundo o Ministro, a rede amadureceu muito nos últimos anos com o apoio governamental. Hoje o congresso, prefeitos e governadores estão atentos à rede EPT porque a presença da rede estava fazendo a diferença nas regiões. O Ministro lembrou diálogo com vice-governador (Goldman do PSDB) de São Paulo, que se dizia impressionado com a rede EPT no Estado de São Paulo e queria detalhes da expansão para evitar superposição com o projeto de expansão da rede estadual. “Os conceitos amadurecidos pela da rede EPT começam a ser assimilados com naturalidade”.

Segundo o Ministro atualmente há uma frente parlamentar de apoio à rede EPT, há fórum de dirigentes estaduais, seminários de EPT acontecendo em todo país.

O Ministro ressaltou a fala de um neurocientista candidato a prêmio Nobel defendendo que a rede EPT, por sua qualidade pode alavancar a educação pública brasileira. Lembrou que a expansão da rede EPT não tem paralelo na história, do ponto de vista quantitativo e qualitativo. Há um contexto diferente que abre a oportunidade de se pensar os Institutos.

Segundo o Ministro: “O Instituto não concorre com outras formas de organização. O Instituto não concorre com as escolas vinculadas, com as agrotécnicas e com os CEFETs.” O Ministro disse que o objetivo era começar os Institutos com uma ou duas experiências e que cada instituição teria a liberdade de planejar seu futuro a partir de uma reflexão. Segundo o ministro não haverá nenhum constrangimento: “Não há pressão na rede, porque o Decreto 6905/2007 não fixa prazos. O Decreto 6905/2007 cria um modelo e faz um convite à reflexão”.

Segundo o Ministro, algumas pessoas lhe perguntam por que não se constrói 150 unidades e pronto? Ele responde que o momento é refletir sobre o novo papel da rede EPT. Há um momento em que qualidade se transformou em quantidade. Há aderência da missão institucional ao desenvolvimento nacional. Por isso o ministro entende que há um momento histórico novo. O Ministro disse que precisamos pensar a EPT para além de 2010.

O Ministro disse que precisava entregar para o Congresso Nacional o novo PNE até o ano de 2010 E nesse novo PNE questiona-se qual o modelo da rede. O Ministro disse que imaginava uma rede com 1 milhão e meio de alunos, pulverizado em todo território nacional, com forte inserção da juventude, com cooperação com as redes estaduais.

“Não há solução para o desenvolvimento do Brasil sem passar pela rede EPT. São poucos estados com capacidade de investimento”. Por isso, o ministro entende que a União precisa assumir esse papel. “Nesse contexto o MEC tem assumido a responsabilidade de formação de

professores a partir da rede de educação superior e universidade aberta com 1000 polos pelo país. Os governos estaduais não têm condições de assumir os custos dessa empreitada”.

Segundo o Ministro era preciso que a expansão continuasse para além de 2010, para que chegasse a 800 a 1000 unidades e desse resposta à juventude brasileira. Nesse contexto entra a EAD e os CVTs. “Qual o arranjo dessas unidades? Precisa fazer um redesenho, um novo arranjo construído pensando-se nas interfaces com os sistemas estaduais”.

Segundo o Ministro, a Constituição Federal incorporou 3 conceitos convergentes: PNE, Plano Nacional de ordenação do território e Plano Nacional de Desenvolvimento Social. “O PDE faz esse laço. Estamos casando os planos nacionais.”

“Os Institutos possibilitarão organizar a EPT a partir de bases territoriais. O IFET tem uma forte conotação e vínculo com a questão da base territorial de atuação. A rede está madura para enfrentar esse desafio de escala. Se não estivéssemos construindo tantas escolas não haveria sentido a discussão do novo desenho da rede.”

“Algumas sugestões interessantes têm chegado e poderão ser incorporadas na Lei que substituirá o Decreto 6905/2007”.

O Ministro lembrou que há preocupação com a volta da lista tríplice. Ele afirmou que o governo federal nunca nomeou o segundo colocado desde o início do governo Lula. É como se houvesse um nome só, em respeito à comunidade. “Nunca houve essa tentação no MEC porque o conceito está estabelecido”.

O Ministro disse que a rede precisava pensar alto sem medo. Mesmo que se pensasse errado. “Temos que fazer o exercício de pensar com liberdade até que a decisão seja tomada. É preciso se pensar grande no momento de reflexão, com algum nível de irresponsabilidade. Um certo despreço pelo status quo é que possibilita a mudança”.

O Ministro disse que o modelo de reitor e vice-reitor não é adequado para o Instituto Federal. Ele diz que o ideal é que existisse o reitor e um vice-reitor para cada campus com um colegiado de vice-reitores para que exista unidade pedagógica e unidade de ação. “O simbolismo sinaliza a verdadeira intenção. O objetivo que se pretende é desenvolvimento institucional e desenvolvimento regional. É preciso se garantir o respeito ao local onde a unidade está instalada, mas sem perder a identidade que se propõe.”

“Os institutos devem ser pensados com um olhar de conexão do campus com o território. A missão que está sendo proposta é dar um salto de qualidade dentro de uma nova institucionalidade. É preciso que a rede federal se diferencie das redes locais”.

O ministro disse que o projeto tem “vistas largas”. “Não proporia um projeto estreito. O projeto é pretensioso e por isso acredita nele. Mas segundo o Ministro se preciso, por

prudência podemos começar com um ou outro CEFET que esteja seguro. Se não houver amadurecimento do sistema não adianta ter pressa”. O ministro pensa que se todos se debruçarem sobre essas questões poderemos avançar.

O ministro trouxe duas questões, que é o colégio de dirigentes e a estrutura de poder. Mas outras podem ser discutidas.

“O objetivo é chegar a um desenho potente, que represente um ganho apropriado socialmente, uma conquista que perdure”. O Ministro disse que será difícil grandes reparos na missão institucional proposta nos institutos porque ela representa o que a rede EPT sempre quis ser, fruto da sedimentação de um diálogo de 3 anos (verticalidade e abrangência). “A missão da rede ganhou força nacional. Os governos estaduais têm grandes expectativas no Artigo 4, porque consolida uma visão de longo alcance para o desenvolvimento dos territórios”. O Ministro disse que não sabia o que iria acontecer em 2020, não sabia como a sociedade estará em 20 anos. Mas segundo ele a proposta responderia às expectativas do presente e apontaria para o futuro dando respostas certas para os próximos 20 anos.

Segundo o Ministro, “o Decreto não é uma camisa de força. O MEC está propondo um debate porque acredita no amadurecimento da rede e na capacidade dela dar respostas aos desafios do desenvolvimento do país”.

Segundo o Ministro, se a rede for efetiva em sua proposta, o PNE de 2021 será muito diferente. “A idéia é termos ambiciosos para construir a próxima década”.

Prof. Luiz Caldas inicia sua fala observando que o Ministro já apontou para a superação de diversas questões já colocadas. Prof. Luiz Caldas disse que gostaria de encaminhar uma agenda e estratégias para ajudar nesse debate e na construção do processo. “Um ponto importante é a carreira dos docentes da rede EPT, mesmo que não esteja sendo tratado no Decreto 6905/2007”. Luiz Caldas propôs um grupo de trabalho para tratar a carreira dos servidores docentes e TAEs.

“Outro aspecto importante para os 3 segmentos é que existem particularidades para as escolas agrotécnicas, vinculadas e CEFETs, por isso é preciso garantir alguns princípios. Temos histórias diferentes e por isso a questão dos institutos incide diferente em cada segmento. A questão da autarquia confere importância para a rede. O Decreto é um expediente político”. Prof. Luiz Caldas sugere que se remetam os institutos também na discussão da reforma do ensino superior. “A EPT não pode estar apartada da reforma do ensino”.

Prof. Luiz Caldas lembrou que toda vez que criamos uma lei estamos definindo uma nova institucionalidade. “Quando se tomou qualquer caminho de forma fragmentada feriu o sentido de rede, que é o território, que é o espaço que polarizamos e não espaço que ocupamos.”

Prof. Ivan Holanda concorda com a necessidade de solução da carreira docente e com a necessidade de se compreender as peculiaridades de toda rede. Disse também que as palavras do Ministro são alentadoras. “A rede tem uma capilaridade boa, mas não se pensava de se aproveitar o potencial dela para o desenvolvimento regional. Os institutos vêm para cristalizar o crescimento da rede e aproveitar a estrutura que já temos.”

Prof. José de Arimathéa lembrou que o CONDETUF congregava 33 escolas técnicas vinculadas à 25 universidades federais. “Reúne cursos na área agrícola, industrial, serviços e artes. Em 2006 possuía 14 mil alunos em cursos técnicos presenciais e 19 mil alunos EAD. Oferece graduação tecnológica, pós-graduação, extensão e pesquisa e possui quadro de mais 50% de seus professores com mestrado ou doutorado. Por isso o CONDETUF parabeniza o ministro pela sua competência, pela ousadia e coragem de enfrentar com lucidez e transparência os principais problemas da educação brasileira e, sobretudo, a educação profissional.” Segundo José de Arimathéa, os dirigentes do CONDETUF jamais viveram um momento político e econômico tão virtuoso e a equipe do MEC entrará para a história como a equipe que plantou as bases para construção de um novo Brasil. “Isso nós vimos todos os dias nos olhos de nossos alunos. O CONDETUF está aberto a conhecer e a construir esse importante projeto. Nunca se viu essa vinculação tão importante com a territorialidade”. Segundo José de Arimathéa é preciso incluir as bacias hidrográficas nessa discussão. É preciso uma ação do Ministro junto aos 25 reitores das universidades para que essa questão seja bem encaminhada

O Ministro prof. Fernando Hadadd apresentou uma série de encaminhamentos finais tais como: reunião com sindicatos para discussão do plano de carreira, reunião com 25 reitores das universidades. O Ministro também lembrou que o princípio do desenvolvimento regional é que iria nortear a consolidação da legislação.

#### TRANSCRIÇÃO DE ENTREVISTA DO PROF. GLEISSON RUBIN – CEFET-RN EM FOCO

“O Instituto é uma mudança de foco, é uma mudança de linha estratégica, fazendo com que o CEFET se comprometa ainda mais com a sociedade, particularmente com os sistemas de ensino mantidos pelo ensino e pelo estado, colocando toda a experiência, a excelência acumulada ao longo de quase 100 anos de trajetória a serviço dessas estruturas. Como Instituto o CEFET passa a ter uma preocupação maior com a formação de professores, principalmente para as áreas de matemática, física, química e biologia. Passa a ter uma responsabilidade muito grande no apoio a oferta de ensino de ciências em geral e em ciências aplicadas em particular.

Passa a se dedicar a produção científica e tecnológica, uma área em que o país tem grandes debilidades e dificuldades. Passa a focar sua atuação em sintonia com as potencialidades econômicas e sociais de âmbito local e de âmbito regional. Enfim, deixa de ser uma

instituição voltada apenas para sua própria atuação interna, suas próprias necessidades, e passa a ser uma instituição a serviço da coletividade, inclusive de outras esferas governamentais.

Quanto à estrutura dos Institutos, prof. Gleisson disse: “que a proposta de Institutos é um híbrido de dois extremos, há uma estrutura padronizada, que compõe uma espinha dorsal para todas as instituições que aderirem à proposta de Instituto. São os compromissos assumidos, a estrutura organizacional básica, a vinculação do orçamento à oferta de 50% de cursos técnicos e à licenciatura de no mínimo 20%. Mas várias questões são deixadas para decisão em âmbito local, fruto do debate que se desenvolverá em cada estado e é nesse espaço que esperamos que sejam contempladas as especificidades, as particularidades de cada localidade, de cada realidade, porque não acredita no ministério em uma estrutura padronizada, mas também não se pode deixar de dar uma identidade própria para essa estrutura. Há uma mescla de elementos deixados para decisão local e uma mescla daquilo que o Decreto já trouxe como pontos acertados.

O processo começa agora com essa discussão. Ela ocorrerá em todos os estados, a discussão envolve todas as estruturas federais de educação profissional de cada estado. E se dessa discussão resultar a compreensão de que há a pré-disposição para se migrar para o modelo de instituto, então o estado deverá apresentar uma proposta conjunta para o MEC, para que seja convertido em um projeto de lei. O projeto de lei segue para o Congresso Nacional. Há necessidade do projeto de lei porque estamos mexendo na natureza jurídica de uma autarquia federal. Uma vez aprovado pelo Congresso Federal, será sancionado pelo presidente. Daí sim, começaremos a parte operacional de transição, de migração da estrutura atual para a estrutura nova, o que a princípio só acontecerá em 2008, inclusive coincidindo com o início da implantação das novas unidades da fase II do Plano de Expansão.

É preciso ter a sensibilidade de que não estamos mexendo em algo que seja periférico, de menor importância. Estamos mexendo na alma, na natureza, na identidade da instituição. Há de se ter sensibilidade de se compreender a inquietação que esse Decreto trouxe. Mas o MEC não se furtará ao debate, ao contrário, o MEC será um indutor das discussões que acontecerá em cada unidade da federação. E a gente espera que nessa discussão as dúvidas e anseios sejam todos eles esclarecidos e tratados de forma adequada.

É preciso deixar claro que o Instituto é uma possibilidade a mais, não é uma camisa de força e uma imposição de forma alguma. A gente espera ter um trabalho de convencimento e fazer com que os CEFETs entendam a importância desse modelo para o país. É um modelo mais importante para o país que para os próprios CEFETs. É quase uma socialização do grau de excelência que os CEFETs alcançaram para os sistemas que já estão nessa trajetória, tentando alcançar os patamares que os alunos dos CEFETs já alcançaram”.



## TRANSCRIÇÃO DE ENTREVISTA COM PROF. GETÚLIO FERREIRA MARQUES E JAQUELINE MOLL PARA CEFET CEFET-RN EM FOCO

A jornalista iniciou a entrevista lembrando que foi publicado no dia 24 de abril o Decreto 6.905/2007. A jornalista perguntou o que são os IFETs e o que iria mudar com a criação dos Institutos.

Prof. Getúlio disse que não se faz a discussão descolada. “Não é somente o Decreto de reorganização da rede que vai dar um novo rumo da educação profissional do país. Isso faz parte de um projeto integrado, de um projeto de nação que está sendo construído pelo presidente Lula, que passa desde o PAC, pelo novo plano de desenvolvimento social e no bojo destes planos temos a figura dos IFETs. Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia virão complementar o outro programa de expansão da EPT, que era proibida até 2005, por ordem de uma lei do governo passado, que impedia que o governo federal assumisse sua missão de estar cuidando e estar mantendo a educação técnica. Com essa possibilidade já construímos 60 novas unidades na primeira fase. Temos a segunda fase de expansão onde estaremos construindo mais 150 unidades até 2010. Nesse novo desenho estamos buscando assumir um papel de transformação do locus regional. Essa educação deve ser vista a uma entidade sistêmica e não como uma entidade separada, sem se dedicar somente a educação básica ou em algum momento somente a superior.

O governo tem um plano integrado em que tanto a educação básica com todos os recursos do FUNDEB, tanto a superior com seu REUNI, que está acrescentando vagas nas universidades, estão contemplados. Os IFETs também vêm cobrir uma lacuna. Há uma acentuada falta de professores nas áreas de ciências e de técnicos que serão necessários por conta do Plano de Aceleração do Crescimento.

Estas unidades espalhadas pelo Brasil todo, além de tentarem manter as pessoas em seus locais, evitando o êxodo para as grandes cidades. O Decreto apenas modela as instituições. Ele não criou ainda. Essas instituições serão criadas por lei e terão 50% de vagas obrigatoriamente para cursos técnicos. Porque algumas instituições que cresceram para outros níveis deixaram o ensino técnico como uma prioridade menor. Não queremos que isso aconteça. Nesse modelo teremos ensino técnico principalmente integrado, formação de professores nas áreas de ciências e matemática e formação de jovens e adultos. Isso vai evitar que as pessoas tenham que sair do interior e não retornar para suas cidades, porque estaremos implantando escolas em todo país. Por isso o papel dos Institutos será muito importante para o desenvolvimento do país.

O que o governo viu nesse momento foi: o que fazer para resgatar esse princípio histórico que as classes do interior vêm para as capitais, porque elas não têm outra condição, e principalmente a questão dos professores de educação básica, que a gente vê em todas as

pesquisas que o interior do país está necessitando. Este modelo atende essa grande necessidade que o país tem hoje.”

Na mesma entrevista prof. Jaqueline Moll fez uma análise sobre a finalidade dos Institutos: “O Instituto estaria entre o centro universitário e a universidade, mas com uma função diferenciada. Não estaria posicionado hierarquicamente. Se pensarmos na tarefa que tem a universidade clássica, a tarefa social é diferente da tarefa pedagógica que tem uma instituição de educação profissional. Do ponto de vista do valor estratégico da ação das duas elas estão no mesmo patamar. Do ponto de vista da autonomia das instituições federais, as que se tornarem IFET estarão também no mesmo patamar. Então o que diferencia? É a função que elas têm. E a função que elas vão desempenhar”.

Prof. Getúlio complementou: “Nem sempre o que está na lei é o que acontece”. O que é o ITA – Instituto Tecnológico da Aeronáutica? O que é o IME – Instituto Militar de Engenharia. Tem que ter coragem para ousar e fazer. Mesmo que a lei diga que só existem universidades, centros universitários e faculdades isoladas, já existem os Institutos ITA e IME que fazem ensino, pesquisa e extensão. Os CEFETs já estão nesse rol. Hoje a lei diz que existem as universidades, os centros federais, as faculdades isoladas e os CEFETs”.

Prof. Jaqueline Moll lembrou que a realidade é muito mais complexa que qualquer ordenamento jurídico. Ela citou Paulo Freire dizendo que estamos construindo “inéditos viáveis”. O ordenamento jurídico pode ser melhorado.

Prof. Getúlio disse ainda que o Decreto 6905/2007 não é uma imposição: “quem não aderir não será prejudicado. Quem virar Instituto receberá recursos a mais para formação de professores”.

Prof. Getúlio lembrou que em novembro de 2006 o governo Lula já estava reeleito e estava recebendo diversos entes da sociedade, tais como membros da Matemática aplicada, membros da SBPC. Também recebia indicadores que mostravam o quanto a rede era bem avaliada. Ao mesmo tempo estava havendo uma articulação maior com a CAPES para formação de professores. “Todos os entes começam a perceber a possibilidade de essa rede dar uma resposta. A pergunta era: como melhorar os indicadores da educação básica (INEP). Em uma conversa com presidente Lula, avaliou-se que era preciso ter um modelo sistêmico para essa nova rede, com unidades polos distribuídas em todo o país. Em novembro chegou-se a uma conclusão que deveríamos ter um modelo novo”.

Segundo prof. Getúlio, as universidades adotaram outro caminho com ampliação de 40 núcleos e ampliação da relação aluno por professor. O objetivo das universidades é de passar de 9 alunos por professor para 18 alunos por professor em 5 anos.

“No caso dos CEFETs havia a perspectiva de atender a demanda por cursos técnicos porque estávamos saindo de 154 escolas em 2005 para 350 em 2010. Daí surgiu a idéia dos institutos.

Como não tínhamos o tempo suficiente, porque o presidente queria lançar no início de seu segundo mandato, quando ainda se tem força para se fazer as mudanças, foram feitas as primeiras reuniões em nível de SETEC com o ministro e nós fizemos a articulação com os CEFETs e com as vinculadas também a partir do presidente da CONDETUF. Mesmo que a gente tenha ainda definições para entrar em consenso, tanto o CONDETUF, quanto o CONEAF, que a princípio estariam se incorporando estamos fazendo reuniões com todos eles.”

Prof. Getúlio finalizou sua fala: “Já tivemos reuniões com os 3 conselhos discutindo essa questão. É claro que ainda falta mobilização das bases, porque ainda não se passou por dentro das escolas isso, mas isso é porque as aulas começaram em março de 2007. E essa discussão ocorreu entre novembro de 2006 e fevereiro de 2007. Acho que falta um pouco mais de debate. Mas com o decreto modela, mas não impõe, porque quem vai finalizar é a lei, com um projeto de lei único que junte um conjunto, a gente pode pensar assim. Por exemplo, vamos dar 6 meses para ver aquelas que se dispõe a isso. Pega aquele conjunto e faz um projeto de lei. Dá mais um tempo e faz outro projeto de lei com outro conjunto. Ai a gente vai aprofundar essas questões.”

Fonte: <https://transformacaodocefetscemifsc.files.wordpress.com/2014/08/transcric3a7c3a3o-de-reunic3a3o-de-trabalho-entre-o-mec-e-dirigentes-da-rede-federal-e-entrevistas1.pdf>.

Acessado em 18/09/2015

## **Anexo R - Publicação da opinião no Diário da Manhã do deputado estadual Wagner Guimarães**

Um equívoco político, um elefante branco no ensino tecnológico em Goiás

*A disputa pela instalação de reitorias dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, foi motivo de artigo do deputado Wagner Guimarães (PMDB), publicado no jornal "Diário da Manhã", edição de 01.05.08. é deputado estadual pelo PMDB*

**\* Wagner Guimarães**, deputado estadual do PMDB.

Está em curso uma acirrada disputa que, por inabilidades, incompreensões e interesses estritamente políticos, pode resultar em prejuízos irreparáveis para a educação profissionalizante em Goiás: municípios do interior que sediam unidades federais de ensino tecnológico, além da Capital, concorrem entre si pela instalação de reitorias dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, os Ifets. Já estava definido que um Ifet Industrial seria instalado em Goiânia, o que possibilitará ao Cefet já existente a gestão por meio de uma reitoria, e não mais por uma diretoria, como ocorre hoje. Mas o governo federal editou uma chamada pública com o intuito de selecionar as propostas de formação de um Ifet Agroindustrial em Goiás. Assim, o Centro Federal de Educação Tecnológica (Cefet) de Rio Verde, juntamente com o Cefet de Urutaí e a Escola Agrotécnica Federal de Ceres, propuseram se integrar e formar a unidade agroindustrial.

É inquestionável o contexto agroindustrial hoje liderado por Rio Verde em Goiás. Apenas superficialmente, podemos ressaltar o município como maior produtor de grãos do Estado, por isso, maior arrecadador de impostos sobre produtos agrícolas. Possui área plantada que ultrapassa os 377 mil hectares. Esses números são resultados inegáveis da utilização de alta tecnologia aplicada à produção agrícola, não apenas com a mecanização do campo, mas também na profissionalização do produtor: temos o orgulho de sediar um dos programas de pós-graduação em Ciências da Agricultura mais bem conceituados do País, ministrado na Fesurv. Mas nem por isso o município se consolida como produtor de tecnologia, o que se faz extremamente necessário.

Não por acaso Rio Verde é sede de uma das maiores feiras de agronegócios e tecnologia agroindustrial do Brasil (a Tecnoshow Comigo, que movimentou mais de R\$ 120 milhões em negócios), além de pólos industriais, cooperativas e multinacionais de monta como a Perdigão Agroindustrial S.A., Grupo Orsa, Videplast, Brasilata, Kowalski, Comigo, ADM; é sede de frigoríficos e de outras importantes empresas comprometidas com o desenvolvimento produtivo em Goiás: são cerca de 311 indústrias. Não por acaso, o município abriga mais de oito mil universitários, cinco instituições de ensino superior (dentre elas, o Cefet); e não por acaso trava esta luta para possuir uma reitoria do Ifet, mas por uma evidente necessidade.

Por mera aproximação com Goiânia, os municípios de Urutaí e Ceres, que também sediam unidades federais de ensino tecnológico, manifestaram o intuito de fazer com que a reitoria do Ifet Agroindustrial fosse instalada na Capital. Ora, por que Goiânia, que já conta com a reitoria da UFG, e que terá uma reitoria para o Ifet Industrial, teria também de sediar mais uma reitoria agroindustrial? Para que concentrar na Capital tamanha estrutura administrativa, correndo o risco de se criar um elefante branco com reitorias concorrentes, perante a necessidade descentralizadora do ensino tecnológico? A distorção foi gerada no momento em que o secretário de Educação Tecnológica do Ministério da Educação (MEC), professor Eliezer Pacheco, diante da discordância entre os municípios, e por desconhecer a realidade da produção industrial e tecnológica do Sudoeste Goiano, propôs que a divergência fosse resolvida por voto majoritário entre as diretorias das unidades já existentes. Claro, a unidade de Rio Verde perdeu, vez que os outros municípios votaram em bloco.

O próprio secretário Eliezer Pacheco escreveu no artigo “Os Ifets e o projeto nacional” que “(...) os Ifets necessitarão estar intimamente sintonizados às demandas sociais-econômicas-culturais locais e regionais”. Mais à frente, o professor diz que “os Ifets, ao identificar as demandas regionais e apontar políticas para as mesmas a partir de uma perspectiva educativa, darão uma enorme contribuição para o enfrentamento das desigualdades sociais e demarcarão uma trajetória distante do academicismo e do corporativismo”. Está claro que o próprio MEC concorda com a instalação descentralizada do Ifet Agroindustrial, mas por desconhecer a realidade produtiva e demográfica do sudoeste goiano, ignora a reivindicação. Mas ainda está em tempo de evitar este erro.

Fonte: <http://al.go.leg.br/noticias/ver/id/73598>

## Anexo S - Tese contrária ao IFET

### CONSOLIDAR O CEFET COMO PARTE DA POLÍTICA PÚBLICA DE ESTADO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (EPT) E GARANTIR SUA AUTONOMIA.

**Assinam: Baltazar Carboni Cremonese; Bruno Neves; Conceição Aparecida Martins; Luiz Azevedo; Marcelo Martins; Marcos Neves; Marival Coan; Mauricio Gariba Junior**

#### I) INTRODUÇÃO.

A proposta de criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFETs - surge pela primeira vez no contexto da recomposição ministerial do segundo mandato do governo Lula em janeiro de 2007.

Cabe lembrar que em novembro de 2006 foi realizado em Brasília-DF a Conferência Nacional de Educação Profissional e Tecnológica, com a participação de 900 delegados de todos os estados da federação e de todos os segmentos que desenvolvem experiências de educação profissional e tecnológica no Brasil (Rede Federal, Redes Estaduais, Sistema “S” e ONGs) e, em nenhum momento nos ANAIS E DELIBERAÇÕES deste evento, promovido pelo MEC, levantou-se qualquer debate sobre a criação dos IFETs.

Em abril de 2007 o Governo Federal edita o decreto nº 6.095/07 que estabelece diretrizes para o processo de integração de autarquias federais de educação tecnológica, para fins de constituição dos IFETs no âmbito da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. A edição de um decreto que traça parâmetros para uma futura lei que cria os IFETs constitui-se uma clara inversão jurídica e fere a autonomia do Legislativo Federal que tem a prerrogativa de rejeitar ou alterar qualquer projeto de lei encaminhado pelo Executivo.

O MEC tem plena consciência da fragilidade jurídica do decreto nº 6.095/07 e da Chamada Pública 002 de 12 de dezembro de 2007, tanto que no item 8 (das disposições gerais) desta Chamada procura se precaver:

*“8.1 - A qualquer tempo, a presente Chamada Pública poderá ser revogada ou anulada, no todo ou em parte, por motivo de interesse público ou exigência legal, sem que isso implique direito a indenização ou reclamação de qualquer natureza”.*

Soma-se a esta instabilidade jurídica, no que se refere a criação dos IFETs, o fato de que o primeiro credenciamento de uma Instituição de Educação Superior se dar originalmente como Faculdade (¶ 1º do artigo 13 –Decreto nº5773/06). Cabe ressaltar também um dado conjuntural: a não renovação da CPMF. Este fato levou o Ministério do Planejamento

suspender todos os concursos, negociações salariais e reestruturação de carreiras. Lembrando que até o momento não foi aprovado o Orçamento da União para 2008.

A comunidade escolar do CEFET-SC não pode ser induzida a tomar uma decisão que diz respeito a sua Natureza e Identidade Institucional sem que as condições legais e orçamentárias estejam garantidas, portanto a presente Tese defende a manutenção da identidade desta instituição como CEFET.

## II) NATUREZA ACADÊMICA-INSTITUCIONAL DO CEFET.

A primeira pergunta que devemos responder é: **qual o status institucional do CEFET-SC hoje?** Para responder esta pergunta apresentamos abaixo um breve resumo histórico do marco legal que estabelece a natureza o CEFET-SC.

Em 2004 foi publicado o Decreto nº 5.224/04, que dispõe sobre a organização dos CEFETs:

“Art. 1º Os CEFETs, criados mediante transformação das ETFs, [...], detentoras de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar.

§ 1º Os CEFETs são instituições especializadas na oferta de educação tecnológica, nos diferentes níveis e modalidades de ensino, com atuação prioritária na área tecnológica.

Também em 2004, o governo publica o Decreto nº 5.225/04 que altera dispositivos do Decreto nº 3.860/01 (que regula o Ensino Superior) no que trata do credenciamento e organização institucional do Ensino Superior :

“**Art. 1º**, os artigos 7º, [...], passam a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 7º: ... I – universidades;

II – Centros Federais de Educação Tecnológica e centros universitários; e

III – faculdades integradas [...].”

“**Art. 2º**, o Decreto nº 3860/01, passa a vigorar acrescido do seguinte dispositivo:

Art. 11-A - Os Centros Federais de Educação Tecnológica são instituições de ensino superior pluricurriculares, especializadas na oferta de educação tecnológica nos diferentes níveis e modalidades [...].”

Em 2006, o governo federal publica o Decreto nº 5.773/06, que revogou decretos como os de nº 3.860/01 e nº 5.225/04:

“ **Art. 12.** As instituições de educação superior, [...], serão credenciadas como:

I – faculdades;

II – centros universitários; e

III – universidades



Como podemos constatar, ao analisar a legislação, o CEFET-SC tem hoje sua natureza definida em Lei: **a) Instituição de Educação Tecnológica; b) com Autonomia financeira; c) de Nível Superior; d) Pluricurricular; e) com *status* de Centro Universitário e f) oferta de educação tecnológica em todos níveis – formação inicial e continuada, técnica e tecnológica.** Logo a proposta de transformar o CEFET em IFET não acrescenta nada na natureza acadêmica da Instituição.

### III) QUAL A REAL INTENÇÃO DO MEC COM OS IFETs?

O MEC ao editar o Decreto nº 6.095/07 apresenta uma clara intenção de estimular “o processo de reorganização das instituições federais de educação profissional e tecnológica, a fim de que atuem de forma integrada regionalmente”. Para tanto, o MEC estabelece um ritual que passa por: 1) celebração de um termo de acordo entre as Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica em cada estado da federação; 2) elaborar um Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI; 3) aprovar a proposta nos órgãos superiores de gestão de cada uma das instituições envolvidas.

Entendemos que, não havendo efetivamente nenhuma proposta de integração do CEFET-SC com as outras Autarquias Federais que atuam na educação profissional e tecnológica em Santa Catarina não há porque fazer a transformação para IFET, já que a razão primeira do decreto – a reorganização da rede – não se efetivará.

Cabe ressaltar que a estrutura de *multicampi*, que aparentemente amplia a autonomia das atuais Unidades, pode ser adotada para o CEFET, basta que haja vontade política do MEC uma vez que não há nenhuma restrição legal.

Na proposta de gestão democrática – escolha do Reitor e Vice-Reitor - do IFET há um grave retrocesso em relação ao que está estabelecido hoje para os CEFETs. Restringe-se o universo de servidores que podem concorrer a Reitor – somente docente da classe especial e com doutorado indo na contra-mão das conquistas históricas dos trabalhadores da educação.

### IV) EXPANSÃO DA REDE E OS IFETs.

É importante reafirmar que defendemos os Programas de Expansão I e II do MEC para a REDE e consideramos que a expansão de oferta de educação profissional e tecnológica pública-estatal, gratuita e de qualidade é o primeiro passo para consolidarmos uma Política Pública de Estado e não de governo X ou Y.

Porém, cabe ressaltar que não há no Decreto nº 6.095/07 nenhum vínculo do IFET com a expansão da Rede. Portanto, consideramos um equívoco estabelecer o vínculo entre estes dois temas. Não podemos nos submeter a lógica do “é dando que se recebe”.Todas as novas unidades aprovadas e consolidadas, até o momento, fazem parte do CEFET-SC (Joinville,

Continente, Chapecó e Araranguá). Os recursos obtidos através de emendas parlamentares, decorrente das mobilizações destas comunidades, para consolidar estas novas Unidades foram aprovados em 2006 quando o IFET não estava na pauta do Governo.

## V) CONCLUSÃO

Consideramos, pelo exposto, que a comunidade escolar não deve “assinar um cheque em branco”. Vamos manter a natureza acadêmica-institucional do CEFET-SC.

DIGA SIM A AUTONOMIA DO CEFET-SC. Vamos construir nosso Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e reafirmar junto ao MEC o nosso compromisso com a oferta, em todos os níveis, de educação profissional e tecnológica pública, gratuita e de qualidade.

## REFERÊNCIAS.

BRASIL, Ministério da Educação. **Anais e deliberações da I Conferência Nacional de Educação Profissional e Tecnológica** . - Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Profissional Tecnológica. 2007. 380 p.

BRASIL.Presidência da República. **Decreto nº 5224/04.**

BRASIL.Presidência da República. **Decreto nº 5225/04.**

BRASIL.Presidência da República. **Decreto nº 5.773/06.**

BRASIL.Presidência da República. **Decreto nº 6.095/07.**

BRASIL. Ministério da Educação. **Chamada Pública MEC/SETEC nº 002/2007**

**Anexo T - Manifestação do Concefet em direção ao IFET**

**CONSELHO DE DIRIGENTES DOS CENTROS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO  
TECNOLÓGICA**



**MANIFESTAÇÃO DO CONCEFET SOBRE OS INSTITUTOS FEDERAIS DE  
EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA**

**SRTVS Quadra 701 Bloco 01 Sala 533 - Ed. Centro Emp. Assis Chateaubriand; Brasília  
– DF CEP: 70304-906 Fone: (61) 3225-3272; Cel: (61) 8117-1388; FAX: (61) 33210279;  
E-mail: [concefet@gmail.com](mailto:concefet@gmail.com)**

## **Apresentação**

O Conselho de Dirigentes dos Centros Federais de Educação – CONCEFET, neste documento, se manifesta em relação à proposta de criação dos Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia - IFET, cuja principal referência, no momento é o Decreto N° 6.095, de 24 de abril de 2007. Este documento é fruto dos debates, no âmbito do CONCEFET, que sucederam a apresentação da proposta de criação dos IFET dentre as medidas contidas no Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE do II Governo do Presidente Luiz Inácio Lula e representa o sentimento dos Diretores Gerais de que a nova construção institucional pode melhor traduzir, o significado da Educação Profissional e Tecnológica enquanto modalidade potencializadora do indivíduo no desenvolvimento de sua capacidade de gerar conhecimento a partir de uma prática interativa com a realidade.

Os IFET podem se constituir em fundamentais espaços no âmbito das políticas que visam à construção de caminhos voltados para o desenvolvimento sócio-econômico regional a partir de uma conduta articulada ao contexto produtivo do território onde está instalado, que significa relacionar o seu trabalho à vocação produtiva e demandas do seu “*locus*”. Assim, a formação profissional na qual se inclui a de professores, a difusão, popularização e democratização do conhecimento científico são itens constitutivos da identidade dos IFET. O Conselho de Dirigentes dos Centros Federais de Educação Tecnológica, por outro, lado ao assumir posição o faz colocando em destaque a concepção de instituição que defende e as condições objetivas necessárias para a sua materialização.

## **IFET – Construção da Identidade**

O termo **instituto** carrega vários significados: pode ser a designação de organizações de caráter educacional, acadêmico, cultural, artístico, profissional, esportivo, religioso, e outros ou ainda pode denotar expedientes regidos por normas, regulamentos, rituais (instituto do casamento, do pátrio poder, etc). O complemento **federal** explica a sua natureza pública e o seu vínculo enquanto mantido pelo Governo Federal. No entanto, é na **Educação, Ciência e Tecnologia** que se revela o seu espaço de atuação e na função social a que está intrinsecamente visceralmente vinculada, que é possível compreender melhor a sua identidade.

A proposta de criação dos Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia – IFET, segundo o Decreto N° 6.095, de 24 de abril de 2007 tem endereço: A Rede Federal de Educação Tecnológica e os Centros Federais de Educação Tecnológica – CEFET; no que pese esta referência traduzir a origem e conferir algum significado aos IFET, ela é insuficiente para compreender a proposta na sua totalidade. Neste sentido é natural que se pergunte o porquê da proposição se, o reconhecimento social dos CEFET faz destes um dos melhores exemplos brasileiros de experiência bem sucedida enquanto instituição pública voltada pra a

qualificação profissional. Que singularidades há nos IFET que pode conferir a estas instituições a capacidade de tornar substantivo o seu papel?

### **a) Trajetória/ Contexto Histórico**

A formação para o trabalho nas primeiras décadas do Brasil Republicano foi expediente largamente usado pela classe dirigente, como meio de contenção do que ela considerava “desordem social”, na verdade, sinais presentes em cenário dinâmico e em transição, moldado fortemente pelo processo de urbanização, com notável mobilização popular e classista em busca de melhores condições de vida e de trabalho<sup>34</sup>. O Estado Brasileiro, em 23 de setembro de 1909, através do Decreto 7566, assinado pelo presidente Nilo Peçanha, justifica a criação de uma rede de Escolas de Aprendizes e Artífices, a partir da necessidade de prover os “desfavorecidos da fortuna”, expressão contida no Decreto 7566/09, isto é, prover as classes proletárias de meios que garantissem a sua sobrevivência.

No final dos anos 1930 as Escolas de Aprendizes Artífices dão lugar os Liceus Industriais, esta mudança pouco altera os objetivos atribuídos aquelas, no entanto é a partir de 1942 que surgem as Escolas Industriais e Técnicas no lugar dos Liceus Industriais com objetivo de oferecer a formação profissional em nível equivalente ao do secundário. A mudança das instituições federais está colocada no espaço de significativas mudanças na economia brasileira, que entre os anos 1930/45 altera definitivamente o seu eixo deslocando-se da atividade agro-exportadora para a industrial. No ano de 1959, as Escolas Industriais e Técnicas são transformadas em autarquias e passam a ser denominadas Escolas Técnicas Federais. As instituições ganham autonomia didática e de gestão; com isso intensificam a formação de técnicos, mão de obra indispensável diante da aceleração do processo de industrialização.

O período da Ditadura Militar é marcado por profundas mudanças na política de educação profissional, o que também se pode justificar pelo seu projeto de desenvolvimento. Assim é que, em 1971, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira torna, de maneira compulsória, técnico-profissional, todo currículo do segundo grau. Um novo paradigma se estabelece: formar técnicos sob o regime da urgência. Nesse tempo, as Escolas Técnicas Federais aumentam expressivamente o número de matrículas e implantam novos cursos técnicos. Em 1978, três Escolas Técnicas Federais (Paraná, Minas Gerais e Rio de Janeiro)

---

<sup>34</sup> Apenas a título de ilustração: Data de 1904 a chamada “Revolta da Vacina”, movimento popular ocorrido na cidade do Rio de Janeiro, uma cidade com ruelas estreitas e sujas, cheia de cortiços, onde se amontoa a população pobre. A falta de saneamento básico e as condições de higiene fazem da cidade um foco de epidemias, principalmente Febre Amarela, Variola e Peste.

A fundação da Confederação Operária Brasileira (COB) em 1906, por iniciativa de sindicatos do Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia, Rio Grande do Sul e Pernambuco foi um dos mais importantes marcos no processo de mobilização do operariado brasileiro.

Em 1907 ocorreu uma greve de pedreiros da cidade de São Paulo, engrossada por outras categorias, reivindicando a redução da jornada de trabalho, elevação de salário etc.

são transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica. Esta mudança confere àquelas instituições mais uma atribuição; formar engenheiros de operação e tecnólogos, processo esse que se estende às outras instituições bem mais tarde.

Em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira Nº 9394 é aprovada e no ano seguinte, através do Decreto 2208, se dá a regulamentação dos artigos da nova LDB que tratam especificamente da educação profissional. As mudanças alteram todo o processo para a qualificação de mão-de-obra. Em meio às transformações da educação profissional, retomasse, em 1999, o processo de transformação das Escolas Técnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) iniciado em 1978.

Na esteira do projeto educacional, o Governo Brasileiro assina convênio com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e cria o Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP), braço financiador da reforma, o que concorreu, de certa forma, para acirrar os debates e impulsionar as escolas no sentido de ganharem identidade própria e assumir posição face à realidade do mundo produtivo e da sociedade. Os anos de 1990 mereceriam, pois, análise especial e criteriosa, uma vez que as escolas da rede procederam a uma movimentação sem precedente no que se refere à construção de suas propostas pedagógicas, tornando visível a opção que cada uma delas, na maturidade construída nas questões principalmente da educação/trabalho/tecnologia, numa verdadeira correlação de forças no que se refere a decisões que não emanavam de tudo que fora até então concebido como formação do homem e de seus direitos de cidadania.

A partir deste momento histórico, a reformulação curricular que se processou no interior dos CEFETs eleva em escala de grandeza seu potencial para estar respondendo aos anseios da sociedade que concorrem significativamente para mudar a realidade da região onde atua, seja no ensino, na pesquisa ou na extensão. Esse processo de construção, situado e datado, sintonizado com o desenvolvimento do país numa concepção de escala que vai do regional ao global, referenda essas instituições na produção e democratização do conhecimento em todos os níveis e graus de ensino, mas tomando como fundamento precípua a dimensão humana da formação, traduzida no sentido da emancipação. O momento justifica um novo para a abrangência da atuação da formação profissional e tecnológica e os IFET poderão trazer em si esta dimensão.

## **b) Desenvolvimento Regional e Interiorização da EPT**

No atual cenário, essa rede de escolas federais pode se ocupar de forma substantiva de um trabalho mais contributivo, intrinsecamente voltado para o desenvolvimento local e regional, apreendendo desenvolvimento local e regional como a melhoria do padrão de vida da população de uma região geograficamente delimitada, em grande parte fruto do maior dinamismo das atividades produtivas aí presentes; maior dinamismo como resultado de alterações fundamentais na estrutura da economia da região, em boa parte provocada pelo

incremento de conhecimento, tecnologia e mão-obra-qualificada. A conformação das unidades descentralizadas vinculadas à existência dos IFET constroem um universo de atuação que pode potencializar esforços no sentido de mudar uma realidade local considerando como espectro as potencialidades das mesorregiões.

### **c) Acolhimento de novos públicos**

A reestruturação organizativa da Educação Profissional e Tecnológica deve ser realizada também em função das novas demandas colocadas pelo atual contexto histórico e regional. Neste sentido, já se observam algumas necessidades educacionais oriundas das reivindicações das comunidades locais, movimentos sociais e setores produtivos, são elas: educação de jovens e adultos integrada à educação profissional, educação de pessoas portadoras de deficiência, formação continuada de técnicos, tecnólogos, bacharéis e licenciados, educação para a diversidade cultural (população do campo, indígena, quilombolas, ribeirinhos).

Considera-se, portanto, que os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia deverão garantir a perenidade das ações, por meio das políticas públicas e de financiamento, que visem incorporar setores sociais que historicamente foram aliados dos processos de desenvolvimento e modernização do Brasil e viabilizar, desta forma, o pagamento da dívida social em relação a esse público.

### **d) Formação em novas áreas**

As sucessivas transformações que historicamente vêm passando as instituições federais de educação profissional, notadamente os CEFETs, incorporam novos requerimentos da sociedade e estes passam a atender novas demandas.

Até a década de 80, a formação profissional limitava-se ao treinamento para a produção em série e padronizada. A partir de então, as novas formas de organização e gestão modificaram estruturalmente o mundo do trabalho. Um novo cenário econômico e produtivo se estabeleceu com o desenvolvimento e emprego de tecnologias complexas agregadas à produção e a prestação de serviços e pela crescente internacionalização das relações econômicas (PARECER CNE/CES Nº 436/2001).

Com a Lei Nº 8.711/93 que cria o CEFET-BA, a redação dada às finalidades dessa instituição inclui “o oferecimento de educação tecnológica” em substituição ao “ensino industrial” então em uso nos textos legais disciplinadores do funcionamento das Escolas Técnicas de origem industrial.

O novo escopo que então passou a ser delineado veio permitir o desenvolvimento do ensino profissional e tecnológico em diferentes setores do conhecimento para diferentes áreas do mundo do trabalho. Através da Resolução CNE/CEB Nº 04/99 ficam instituídas as Diretrizes



curriculares Nacionais para a educação profissional de nível técnico, configurando um quadro com 20 áreas profissionais.

Adiante, em 2001, com a edição pelo Conselho Nacional de Educação do Parecer CNE/CES Nº 436 de 2 de abril de 2001, essa orientação passa a vigorar também para o ensino superior de tecnologia que adota as mesmas áreas para este nível de ensino. A possibilidade de existência de IFT abriga a construção da diversidade de formação a partir do conhecimento da realidade existente e projeção do desenvolvimento a que se aspira enquanto sociedade.

#### **e) Formação de Professores**

Além da formação nas diferentes áreas profissionais em níveis técnico e tecnológico, a legislação dispõe, ainda, sobre a formação de professores “ministrar cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, nas áreas científica e tecnológica” (Decreto Nº 5.224, Artigo 4º, inciso VII).

A preocupação com a boa formação profissional não poderia estar dispersa da qualidade dos professores. A lógica da formação qualificada inclui formadores qualificados. Deriva daí a oferta de cursos de licenciatura e de programas especiais de formação pedagógica para professores da educação básica e profissional.

Essa ação atribuída ao CEFET completa um ciclo de objetivos institucionais em que sua atividade transita do particular para o universal e nessa perspectiva, o CEFET ganha a condição de Universidade *stricto sensu*, ou seja a universidade do ensino profissional e tecnológico. A formação que o CEFET oferece não é universal porque cuida de todas as áreas do conhecimento, mas porque se desenvolve em todos os níveis que vai desde a formação inicial e continuada até a pós-graduação. A proposta dos IFET estará representando o compromisso da esfera federal no sentido de melhorar, de forma sistêmica, a formação profissional dos educadores por todo o território nacional.

#### **f) Verticalização do Ensino e Acesso ao Ensino Superior**

Os IFET devem apresentar uma característica ímpar dentre as instituições educacionais: a flexibilidade curricular de verticalização da formação do estudante a partir da educação de nível médio integrada à educação profissional de nível técnico, e essa articulada com a graduação tecnológica, com as especializações e com a pós-graduação. O itinerário percorrido pelo formando da educação básica até a educação superior dentro dessas Instituições, numa mesma área de conhecimento científico e tecnológico, trata-se de um modelo de qualidade educacional já aprovado no país, pelos resultados de destaque obtidos pelos egressos dos IFET.

Vale ressaltar outra questão muito importante da verticalização é a otimização da infraestrutura da Escola, no tocante às instalações físicas de salas de aulas, laboratórios, equipamentos, salas especiais e outros ambientes de apoio didático-administrativo, bem como quanto aos recursos de pessoal técnico-administrativo e de docentes, uma vez que atendem simultaneamente, de forma articulada, os níveis técnico e superior da educação profissional, bem como a pós-graduação. Essa condição tem oportunizado aos professores entre outras coisas, associar teoria e prática em qualquer dos níveis de ensino, permitindo-lhes uma visão mais ampla da educação e de suas relações com o mundo do trabalho e com a sociedade em geral.

### **g) Pesquisa, Inovação Tecnológica e Democratização do Conhecimento Científico**

Nas sociedades modernas, a institucionalização das áreas de pesquisa científica, tecnológica e de inovação, fortalece o campo de atuação do estado como agente de indução e mediação junto ao setor produtivo. Os IFET podem propor um desenho institucional nesse campo que apresenta contribuições significativas para a educação brasileira, tanto básica como superior, uma vez que entende fundamental que se assuma a pesquisa como um princípio educativo irrenunciável em todos os níveis educacionais com vistas à construção da unidade ensino-pesquisa-aprendizagem e, em consequência, da formação da autonomia intelectual dos formandos em todos os níveis educacionais.

A democratização dos conhecimentos exige assumir a pesquisa como princípio educativo em todos os níveis, visando acompanhar o acelerado ritmo das descobertas e avanços do mundo científico e inovações tecnológicas que coloca à disposição dos setores produtivos novos materiais, sistemas informatizados de produção e novos processos e técnicas de gestão. Através dos eixos temáticos dos conteúdos curriculares, deve ser incentivado o trabalho de pesquisa e a investigação científica, promovendo a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e tecnológicos que constituem o patrimônio da humanidade. Articuladas com essas atividades, surgem naturalmente as ações de extensão garantindo a qualidade e legitimidade do trabalho acadêmico, a liberdade intelectual e a produção e divulgação de resultados, favorecendo a constituição de parcerias e acordos de intercâmbios com entidades, empresas e centros de excelência do país e do exterior, favorecendo a transferência de tecnologias sociais.

**O CONCEFET afirma ainda que esta posição dos dirigentes dos CEFET se vincula estritamente aos seguintes pontos:**

1. Adoção de um processo de implantação disposto em Lei única;
2. Inclusão dos Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia – IFET entre as entidades que constituem o Sistema Federal de Educação Superior, com prerrogativas equivalentes à Universidade caracterizadas em toda legislação que trata desse nível de ensino;

3. A implementação pelo Ministério da Educação de política de apoio que garanta iguais condições (recursos humanos e materiais) aos atuais CEFET e à ETF-Palmas para a transformação em IFET;
4. A adoção de providências para implantação de um Plano de Cargos e Carreira de Professores da Educação Tecnológica – PCCPET, consoante com as prerrogativas da nova Instituição, e que assegure os direitos hoje consignados em lei aos atuais quadros do ensino do 1º e 2º graus e do ensino superior dessas instituições;
5. Garantia do processo de escolha do Dirigente Máximo dos IFET a partir de eleição direta, de acordo com o que dispõe a legislação em vigor sobre o processo de escolha dos Diretores Gerais dos CEFET;
6. Garantia de que as prerrogativas e objetivos dos IFET tenham como base a preservação das conquistas históricas da rede de CEFET e ETF-Palmas – a fim de reafirmar seu trabalho educativo em favor do desenvolvimento da nação brasileira, entre os quais se incluem: a natureza pública das instituições e a coexistência do ensino técnico, superior (graduação e pós-graduação), pesquisa e extensão;
7. A criação, em lei, de um Fundo de Financiamento e Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica, a fim de garantir de modo definitivo à Educação Profissional e Tecnológica o seu caráter estratégico e, ao mesmo tempo, inseri-la no rol das Políticas de Estado.
8. Preocupação com a afirmação da rede federal enquanto de formação profissional e tecnológica, com os princípios balizadores de sua atuação, o que a faz reconhecida em todo o território nacional.
9. A ênfase na Educação Profissional e Tecnológica, pesquisa e extensão com o fortalecimento da educação técnica de nível médio, integrada a educação básica.

### **A institucionalização do modelo**

Com apoio no campo das idéias e concepções expostas neste documento, o CONCEFET apresenta a minuta de anteprojeto de lei a seguir descrita, como uma proposta concreta que objetiva a implantação dos Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia – IFET, ao mesmo que estabelece uma legislação orgânica para a Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica.

## Proposta de Projeto de Lei

### PROPOSTA DE MINUTA DE ANTEPROJETO DE LEI

Institui a Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica e os Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia e dá outras providências.

Art. 1º. Fica instituída, no âmbito do Sistema Federal de Educação, a Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica, constituída pelos Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia – IFET, Universidades Federais Tecnológicas, Centros Federais de Educação Tecnológica e Escolas Técnicas Federais, vinculados ao Ministério da Educação.

§ 1º. Os IFET são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e *multicampi*, com atuação em diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos às suas práticas pedagógicas, nos termos desta Lei.

§ 2º. Para efeito da incidência das disposições que regem a regulação, avaliação e supervisão das instituições e dos cursos da educação superior, os IFET são equiparados às universidades federais.

§ 3º. Os IFET terão autonomia, nos limites de sua área de atuação territorial, para criar e extinguir cursos, e registrar diplomas dos cursos por ele oferecidos, mediante autorização do seu Conselho Superior.

Art. 2º. A administração dos IFET terá como órgãos superiores, o Colégio de Dirigentes e o Conselho Superior.

§ 1º. As presidências do Colégio de Dirigentes e do Conselho Superior serão exercidas pelo Reitor do IFET.

§ 2º. O Colégio de Dirigentes, de caráter consultivo, será composto pelo Reitor, pelo Vice-Reitor, pelos Pró-Reitores e pelos Diretores-Gerais de cada *Campus* que integra o IFET.

§ 3º. O Conselho Superior, de caráter consultivo e deliberativo, será composto por representantes dos docentes, dos estudantes, dos técnicos-administrativos, dos egressos da instituição, da sociedade civil, do Ministério da Educação e do Colégio de Dirigentes do IFET.

§ 4º. O estatuto do IFET disporá sobre a estruturação, as competências e as normas de funcionamento do Colégio de Dirigentes e do Conselho Superior.

Art. 3º. Fica criado, em cada Unidade da Federação, um Fórum de Educação Profissional, Científica e Tecnológica com o objetivo de promover a articulação, a indução e a integração das políticas federais de educação profissional, ciência e tecnologia aos sistemas educacionais públicos e privados.

§ 1º. Compõem o Fórum definido nos termos do *caput*: os Reitores dos IFET inseridos na respectiva Unidade da Federação; um representante da secretaria estadual de educação;

dois representantes do sistema *S*; um representante da secretaria estadual fomentadora do desenvolvimento, ciência e tecnologia; um representante patronal e um representante dos trabalhadores de cada uma das federações dos segmentos produtivos: agricultura, indústria e comércio; e seis representantes da sociedade civil a serem definidos no respectivo regimento.

§ 2º. O Fórum de que trata este artigo será presidido por um dos reitores dos IFET que o compõem, escolhido entre seus pares.

§ 3º. Caberá ao Ministério da Educação homologar o plano estratégico de gestão, aprovar o regimento e supervisionar o funcionamento de cada Fórum de Educação Profissional, Científica e Tecnológica criado nos termos deste artigo.

Art. 4º. Os IFET têm por finalidades e características:

I – ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas à atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;

II – desenvolver a educação profissional e tecnológica, como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;

III – promover a integração e a verticalização da educação básica/educação profissional e educação superior, otimizando a infra-estrutura física, os quadros de pessoal docente, técnico-administrativo e de gestão;

IV – orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do IFET;

V – buscar, constantemente, o aperfeiçoamento do ensino das ciências naturais, humanas e das linguagens, estimulando o desenvolvimento do espírito crítico, voltado à investigação científica e tecnológica;

VI – interagir com os sistemas públicos de ensino com vistas ao aperfeiçoamento do ensino das ciências naturais, humanas e das linguagens nas instituições públicas;

VII – desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;

VIII – realizar e estimular a pesquisa, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;

IX – promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais.

X – promover a produção, o desenvolvimento social e a preservação do meio ambiente.

Art. 5º. Observadas as finalidades e características definidas no artigo 4º, são objetivos dos IFET:

I – ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;

II – ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;

III – realizar pesquisas, na perspectiva da promoção do desenvolvimento científico, tecnológico e social;

IV – desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;

V – estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda, emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional;

VI – ministrar em nível de educação superior:

a) cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;

b) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas à formação de professores para a educação básica e para a educação profissional;

c) cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;

d) cursos de pós-graduação *lato sensu*, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento;

e) cursos de pós-graduação *stricto sensu* de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia.

Art. 6º. No desenvolvimento da sua ação acadêmica, o IFET, em cada exercício, deverá garantir o mínimo de 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para atender aos objetivos definidos nos incisos I e II do artigo 5º e o mínimo de 20% das vagas da educação superior para atender ao previsto na alínea b do inciso VI do artigo 5º.

Parágrafo Único. Nas regiões em que as demandas sociais pela formação em nível superior justificarem, o colegiado superior do IFET poderá autorizar o ajuste da oferta deste nível de ensino, sem prejuízo do índice definido no *caput* deste artigo para atender aos objetivos definidos nos incisos I e II do artigo 5º.

Art. 7º. Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia terão como órgão executivo a Reitoria, composta de um Reitor, um Vice-Reitor e 10 (dez) Pró-Reitores.

Art. 8º. Os Reitores serão nomeados pelo Presidente da República, para mandato de quatro anos, permitida uma recondução, mediante eleição direta pela comunidade escolar, observando-se os pesos de dois terços para a manifestação dos servidores e de um terço para a manifestação do corpo discente.

§ 1º Poderão candidatar-se aos cargos de Reitor os docentes pertencentes ao Quadro de Pessoal Ativo Permanente do IFET, desde que possuam o mínimo de dez anos de efetivo exercício na instituição e que atendam a, pelo menos, um dos seguintes requisitos:

I - possuir o título de doutor;

II - estar posicionado na última classe da respectiva Carreira Docente.

§ 3º. O mandato de Reitor extingue-se pelo decurso do prazo, ou, antes desse prazo, pela aposentadoria, voluntária ou compulsória, pela renúncia e pela destituição ou vacância do cargo.

§ 4º. O Vice-Reitor e os Pró-Reitores são nomeados pelo Reitor do IFET, nos termos da legislação aplicável à nomeação de cargos de direção.

Art. 9º. Cada IFET é organizado em estrutura *multicampi*, com proposta orçamentária anual identificada para cada *Campus e a Reitoria*, exceto no que diz respeito a pessoal, encargos sociais e benefícios aos servidores.

Parágrafo Único. A Reitoria como órgão de administração central, será instalada preferencialmente integrada ao Campus do IFET melhor estruturado para atender aos objetivos institucionais.

Art. 10. Os *Campi* serão dirigidos por Diretores-Gerais, nomeados pelo Reitor, para mandato de quatro anos, permitida uma recondução, após processo de consulta à comunidade do respectivo *Campus*, nos termos estabelecidos pelo estatuto do IFET.

§ 1º. Poderão candidatar-se ao cargo de Diretor-Geral do Campus, os servidores pertencentes ao seu Quadro de Pessoal Ativo Permanente, desde que possuam o mínimo de cinco anos de efetivo exercício no IFET e que atendam a pelo menos um dos seguintes requisitos:

I – Ser docente do respectivo campus, com no mínimo dois anos de exercício em cargo de gestão no IFET;

II – Ser técnico-administrativo do quadro de nível superior, com no mínimo dois anos de exercício em cargo de gestão no IFET.

§ 2º. Nos *Campi* em processo de implantação, os cargos de Diretores-Gerais serão providos em caráter *pro tempore*, por designação do Reitor do IFET, até que seja possível identificar condições que atendam aos requisitos previstos no § 1º deste artigo.

Art. 11. O Poder Executivo encaminhará ao Congresso Nacional, no prazo máximo de cento e oitenta dias, contados a partir da publicação desta lei, projeto de lei instituindo novo plano de carreira do magistério que contemple os docentes dos IFET.

Art. 12. Os Centros Federais de Educação Tecnológica relacionados no Anexo - I desta Lei ficam transformados em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

§ 1º. Os campi que constituem o IFET estão detalhados no Anexo - I.

§ 2º. Os atuais Diretores-Gerais dos Centros Federais de Educação Tecnológica transformados em IFET nos termos desta Lei exercerão até o final os mandatos em curso e em caráter *pro tempore*, a função de Reitor, com a incumbência de promover, no prazo máximo de cento e oitenta dias, a elaboração e encaminhamento ao Ministério da Educação do estatuto do IFET.

Art. 13. As autarquias federais relacionadas no Anexo II desta lei, poderão ser transformadas em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, mediante decreto específico, após aprovação de projeto institucional que atenda critérios de desempenho e condições estruturais, administrativas e pedagógicas, a serem estabelecidos pelo Ministério da Educação.

Art. 14. A criação de novos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFET, bem como a expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Ciência e Tecnologia, obedecerá ao modelo e as diretrizes definidas nesta Lei e dependerá de parâmetros e normas a serem regulamentados pelo Ministério da Educação.



Art. 15. Para a implantação dos IFET ficam criados, no âmbito do Ministério da Educação, os cargos Técnico-Administrativos e de Professor, conforme disposto no Anexo III desta lei.

Parágrafo único. Caberá ao Ministério da Educação definir a distribuição dos cargos entre os IFET de que trata esta Lei, atendido o disposto no Anexo III.

Art. 16. Ficam criados, no âmbito do Ministério da Educação, os cargos de direção e funções gratificadas destinados aos IFET, atendido o disposto no Anexo IV.

Art. 17. O provimento dos cargos e funções criados por esta Lei fica condicionado à comprovação da existência de prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes, assim como à existência de autorização específica na Lei de Diretrizes Orçamentárias, conforme determina o parágrafo 1º do artigo 169 da Constituição Federal.

Art. 18. Ficam revogados (legislação em desacordo com esta lei)

## CONCLUSÃO

A criação dos Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia no bojo do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica pode ser reconhecido como referendo do Governo no sentido de colocar com maior destaque a educação tecnológica no seio da sociedade como instrumento vigoroso no trabalho na construção, resgate de cidadania e transformação social. A autonomia que lhe é reafirmada e ampliada poderia soar contraditório quando conjugada com o traçado de seu horizonte de atuação não fosse a decisão já firmada por essas instituições como sua identidade por toda a trajetória de um século de trabalho. Os Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia podem ganhar um espaço exponencial de atuação visceralmente vinculado a um projeto de país que na diversidade, na multiplicidade que lhe é peculiar, define seu traçado.

Assim, a responsabilidade que toma para si no universo da educação na sociedade brasileira, ao definir como meta central o desenvolvimento humano, intrinsecamente vinculado a uma proposta de trabalho enraizada com a realidade, a rede federal de educação tecnológica traz para dentro de seu *lócus* o compromisso com uma população diversificada, em diferentes estágios de formação, com desafios de vida cada vez mais complexos, cidadãos que alimentam expectativas bastante promissoras de vida. Cabe ressaltar, no entanto que, por sua trajetória histórica, essas instituições possuem uma identidade com as classes menos favorecidas e com um trabalho no sentido da emancipação. É neste sentido que desenha diferentes traçados de formação, cria caminhos libertadores também para aqueles que não puderam realizar uma trajetória de formação acadêmica como seria de seu direito e se afastaram dos bancos escolares e voltam em fase adulta, com sua bagagem de vida para resgatar sua cidadania; constrói caminhos alternativos para grupos organizados que almejam, de forma empreendedora, em parceria com comunidades organizadas, resgatando o sentimento de pertencimento à sociedade; atinge comunidades antes não imaginadas quando dialoga com municípios das regiões próximas, construindo com as instâncias do poder

público, possibilidades diversas no sentido do acesso conhecimento, à produção científica e às novas tecnologias; dialoga com o setor produtivo no sentido de atender as exigências na formação do cidadão produtivo. Na outra ponta, por se depararem com a ampliação deste naipe de possibilidades, não seria possível um tratamento acadêmico de qualidade ao trabalho sem estruturar de forma bastante delineada a pesquisa e a extensão, com comprometimento com a inovação tecnológica, como forma de garantir a propriedade de suas ações e elevar significativamente o nível do trabalho na produção e democratização do conhecimento, daí sua decisão em ampliar ações nessas duas vertentes, construindo o tripé que constitui um espaço universitário.

É importante ressaltar que da diversidade de seu público, do mosaico que constitui a diversidade da sociedade brasileira, essas instituições extraem elementos para construir seu projeto de educação profissional e tecnológica, sua identidade, pois reconhecem que congregam, em tom de esperança, vozes que lutam por um mundo mais digno e ético.

**Brasília, 23 de agosto de 2007.**

Fonte: [http://www.celia.na-web.net/pasta8/CONCEFET\\_Manifestacao\\_IFET.pdf](http://www.celia.na-web.net/pasta8/CONCEFET_Manifestacao_IFET.pdf). Acesso em: 18 set. 2015.

## Anexo U - Carta do Reitor apresentando a minuta do PDI



Ministério da Educação Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

### **Carta aos Membros do Conselho Superior e à Comunidade Acadêmica do IFG**

A minuta do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI do Instituto Federal de Goiás para o período 2012-2016, ora apresentado à comunidade acadêmica e ao Conselho Superior da Instituição para apreciação e aprovação, é resultado de um longo processo de construção. A minuta originalmente produzida no âmbito das Pró- Reitorias a partir das ações e dos trabalhos desenvolvidos junto aos Câmpus foi encaminhada à consulta pública no final do ano de 2010.

Em 2011, o Colégio de Dirigentes, por meio de comissão organizadora instituída por Portaria do Reitor, conduziu a preparação de um Congresso Institucional de Educação com vistas à construção do PDI, recebendo inúmeras contribuições dos diversos segmentos da comunidade acadêmica. Essas contribuições subsidiaram a produção do Caderno-Geral de Propostas encaminhado ao Congresso.

O Congresso, realizado nos dias 08, 09 e 10 de fevereiro de 2012 representou um importante momento na construção das políticas de ensino, pesquisa e extensão da Instituição, bem como apontou os rumos da organização acadêmica, administrativa e de gestão para o período 2012-2016.

Os temas abordados nos Grupos de Trabalho - GT, nas plenárias de votação, bem como a aprovação da constituição dos fóruns e de comissões de trabalho para amadurecimento de propostas em diversas áreas, a exemplo do Fórum de Licenciatura e da Comissão Permanente de Políticas Públicas de Igualdade Racial do IFG, entre outras, estão ainda em tramitação. No entanto, o resultado dos trabalhos desenvolvidos no Congresso se constituiu, desde a sua realização, em parâmetros norteadores das ações institucionais e vêm contribuindo para o avanço do seu papel social nas diversas áreas e níveis de atuação do IFG.

Alguns temas tratados no documento, exaustivamente debatidos e deliberados em plenário, estão superados pela legislação educacional, a exemplo da política de cotas étnico-raciais no ingresso de estudantes, e, no entanto, foram mantidos no texto ora apresentado na expectativa

de não promover alterações no seu conteúdo final que, por deliberação do próprio Congresso, deverá ser objeto de avaliação e atualização no ano de 2014.

Segue, portanto, um documento construído a muitas mãos, na expectativa de se constituir em compromisso asseverado com a comunidade acadêmica e o Conselho Superior, de respeito ao diálogo permanente e à participação e responsabilidade de todos, alunos, servidores, docentes e técnico-administrativos, com a educação pública, gratuita e de qualidade social e acadêmica.

Como Reitor eleito para esse próximo quadriênio, 09/2013 a 09/2017, e como presidente desse emérito Conselho, nosso compromisso com o documento final aprovado é de dar prosseguimento às ações desencadeadas e fortalecer as instâncias colegiadas de gestão. Nossos cumprimentos à Comissão Organizadora do Congresso, ao professor Paulo César Pereira, que, na qualidade de Reitor à época, assumiu a proposta de realização do Congresso e submeteu-a à apreciação do Colégio de Dirigentes. A todos nós, representantes da comunidade acadêmica neste Conselho, alunos, professores, técnico-administrativos e demais membros, representantes da comunidade externa, grandes parceiros na tarefa de pensar e definir os rumos da Instituição, nossos sinceros agradecimentos pelo empenho na leitura, análise e debate do documento.

Goiânia, 10 de dezembro de 2013.

**Jerônimo Rodrigues da Silva Reitor do IFG**

Fonte: <http://www.ifg.edu.br/index.php/pdii>